



BARBARA SCHÄFER-PRIEB

## A GRAMATICOGRAFIA PORTUGUESA ATÉ 1822

Condições da sua génese e critérios  
de categorização, no âmbito da  
tradição latina, espanhola e francesa



Nota Introdutória de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes  
Tradução de Jaime Ferreira da Silva  
Edição de Rolf Kemmler  
Revisão de Sónia Coelho e Susana Fontes

BARBARA SCHÄFER-PRIEBß

# A GRAMATICOGRAFIA PORTUGUESA ATÉ 1822

CONDIÇÕES DA SUA GÉNESE E CRITÉRIOS DE  
CATEGORIZAÇÃO, NO ÂMBITO DA TRADIÇÃO LATINA,  
ESPAÑHOLA E FRANCESA

COLEÇÃO LINGUÍSTICA 14



CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS  
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

VILA REAL • MMXIX

- Título:** *A Gramaticografia Portuguesa até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*
- Coleção:** LINGUÍSTICA 14
- Autora:** Barbara Schäfer-Prieß
- Nota Introdutória:** Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes
- Tradução:** Jaime Ferreira da Silva
- Edição:** Rolf Kemmler
- Revisão:** Sónia Coelho e Susana Fontes
- Edição:** Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Vila Real, Portugal
- ISBN:** 978-989-704-369-7
- e-ISBN:** 978-989-704-370-3
- Publicação:** fevereiro de 2019

*Para Charlotte e Nicolas*



## Nota introdutória

A presente obra da Professora Doutora Barbara Schäfer-Prieß da Ludwig-Maximilians-Universität München (Alemanha), saída à luz pela primeira vez em língua alemã no longínquo ano de 2000 sob o título *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, estabeleceu-se, desde a sua aparição, como um marco de grande decisivo na historiografia linguística portuguesa.

Dado que a obra da Professora Doutora Schäfer-Prieß constitui uma primeira tentativa de descrição seriada das gramáticas da língua portuguesa que foram publicadas entre 1540 e 1822 – não considerando, portanto, a *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira, publicada em 1536, por não ter uma descrição sistemática das partes da oração, opinião de que discordamos, seguindo o pensar do mestre Professor Doutor Amadeu Torres – e o facto de a obra ter sido difundida na língua materna da autora cedo motivou interesse da parte da comunidade científica lusófona que trabalha na historiografia linguística para que fosse elaborada uma tradução para a língua portuguesa, uma vez que o seu acesso ficou, desde logo, limitado aos falantes de alemão, excluindo um número significativo de investigadores de vários países.

Empreendeu esta tradução o Doutor Jaime Ferreira da Silva, então professor da Ruhr-Universität Bochum (Alemanha), que terminou a sua tarefa monumental em agosto de 2010, apontando, porém, no próprio manuscrito, que «[...] o texto ainda carece de uma cuidadosa revisão e de esclarecimentos de algumas (poucas) dúvidas».

Em 2017, Rolf Kemmler, investigador integrado do Centro de Estudos em Letras (CEL) na área da historiografia linguística portuguesa e alemã, aceitou o repto da autora no sentido de editar o manuscrito em língua portuguesa. Uma vez, porém, que, entretanto, tinha entrado em vigor o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990), teve, em primeiro lugar, de proceder à atualização ortográfica, levando ainda a cabo uma revisão editorial com a atualização da bibliografia do primeiro capítulo «Descrição das gramáticas por ordem cronológica». Assim estabelecida em conformidade com a vontade da autora e do tradutor, a presente edição foi ainda cuidadosamente revista por Sónia Coelho e

Susana Fontes, também elas investigadoras integradas do CEL na área da Historiografia Linguística.

À semelhança do que acontecera com a versão primitiva do trabalho que a Professora Barbara Schäfer-Prieß fez em 1994, circulava uma versão .pdf não citável desde a conclusão do manuscrito em 2017. Foi por isso que a direção do CEL entendeu pôr mãos à obra para brindar a comunidade científica de expressão portuguesa com a publicação da obra em formato livro.

É através da sua publicação simultânea em formato digital e em papel que visamos garantir que todos investigadores lusófonos possam ter acesso ao livro, sem quaisquer restrições ou encargos.

Assim, esperamos e desejamos que a presente obra que a Professora Doutora Barbara Schäfer-Prieß agora oferece ao público em língua portuguesa venha a ser bem acolhida por todos aqueles que partilham connosco a paixão intelectual de investigar na historiografia linguística portuguesa.

Vila Real, 8 de fevereiro de 2019

Carlos Assunção  
Gonçalo Fernandes

## **Prefácio à tradução portuguesa**

O texto original do presente trabalho foi escrito como 'Habilitationsschrift' [tese de agregação], apresentada à Neuphilologische Fakultät [Faculdade de Filologias Modernas] da Eberhard-Karls-Universität Tübingen em 1994. Como tal, de acordo com a prática académica alemã, foi elaborada e publicada em língua alemã, o que, claro, desde sempre constituiu um obstáculo à sua disseminação internacional. Fico, por isso, muito grato a Jaime Ferreira da Silva (Bochum) por ter realizado o enorme esforço de traduzir o livro de forma extremamente hábil para o português. Rolf Kemmler (Vila Real), um dos meus primeiros alunos da Universidade de Tübingen, assumiu a tarefa de rever o texto e fazer-lhe algumas adições, nas quais podia tirar proveito da sua competência filológica – também esta uma carga de trabalho considerável pela qual quero exprimir a minha gratidão. Gostaria ainda de manifestar a minha gratidão às colegas portuguesas do CEL, Sónia Coelho e Susana Fontes (Vila Real) pela revisão final.

Desde a conclusão do trabalho em 1994 até hoje, surgiu, naturalmente, um número considerável de outras publicações sobre a história da gramaticografia portuguesa. Se todas elas fossem levadas em consideração, o resultado seria um livro novo em vez de uma versão revisada, e essa não era a intenção aqui. Assim, somente foi possível proceder à consideração muito seletiva de algumas das obras publicadas desde então.

Quando comecei os meus estudos sobre as primeiras gramáticas portuguesas em finais da década de 1980, ainda não se podia prever que, poucos alguns anos depois, grande parte dos textos que, em parte, somente consegui localizar e mandar fotografar nas bibliotecas consultadas depois de trabalho investigativo bastante árduo, hoje estivessem disponíveis online ou mesmo em edições anotadas. Hoje em dia, há agora que possa ser descoberto, mas em contrapartida, a digitalização oferece possibilidades sem precedentes, no que respeita à documentação e à comparação das obras, também as gramáticas latino-portuguesas e quaisquer outras gramáticas latinas. Assim, também espero que o meu trabalho possa inspirar novos estudos.

Em lembrança dos tempos agradáveis em Coimbra e Lisboa,

Munique, 23 de outubro de 2017

Barbara Schäfer-Prieß



## Índice

<b>0</b>	<b>Introdução</b> .....	1
0.1	Objetivo deste trabalho. Delimitação do tema. O corpus de textos .....	1
0.2	Estado da investigação .....	3
0.3	Observações prévias de carácter metodológico .....	5
0.4	Critérios de crítica textual seguidos neste trabalho .....	8
<b>1</b>	<b>Descrição das gramáticas por ordem cronológica</b> .....	11
1.1	João de Barros: <i>Grammatica da Lingua Portuguesa</i> .....	11
1.2	Amaro de Roboredo: <i>Methodo grammatical para todas as lingvas</i> ....	16
1.3	Bento Pereira: <i>Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda</i> ..	20
1.4	Jerónimo Contador de Argote: <i>Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina</i> .....	24
1.5	António José dos Reis Lobato: <i>Arte da grammatica da lingua portugueza</i> .....	29
1.6	Bernardo de Lima e Melo Bacelar (Bernardo de Jesus Maria): <i>Gramática filosófica, e ortografia racional da língua portuguesa</i>	37
1.7	Francisca de Chantal Álvares: <i>Breve Compendio da gramatica portugueza</i> .....	39
1.8	João Joaquim Casimiro: <i>Methodo grammatical resumido da lingua portugueza</i> .....	41
1.9	Pedro José de Figueiredo: <i>Arte da grammatica portugueza</i> .....	43
1.10	Pedro José da Fonseca: <i>Rudimentos de grammatica portugueza</i>	46
1.11	Manuel Dias de Sousa: <i>Gramatica portugueza</i> .....	48
1.12	<i>Compendio da grammatica portugueza</i> .....	51
1.13	António de Morais Silva: <i>Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza</i> .....	52
1.14	Jerónimo Soares Barbosa: <i>As duas linguas, ou Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, Comparada com a Latina</i>	55

1.15	João Joaquim Casimiro: <i>Methodo grammatical resumido</i> (terceira edição) .....	58
1.16	Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão: <i>Memorias curiosas para a grammatica filosofica da lingua portugueza</i> .....	59
1.17	António José Batista: <i>Compendio de grammatica, e orthografia portugueza</i> .....	61
1.18	João Crisóstomo do Couto e Melo: <i>Gramática filosófica da linguagem portugueza</i> .....	62
1.19	Francisco Soares Ferreira: <i>Elementos de grammatica portugueza</i> .	66
1.20	António Leite Ribeiro: <i>Theoria do discurso</i> .....	68
1.21	Sebastião José Guedes Albuquerque: <i>Grammatica portugueza</i> .	71
1.22	Manuel Borges Carneiro: <i>Grammatica, orthografia e arithmetica portugueza</i> .....	73
1.23	Jerónimo Soares Barbosa: <i>Grammatica philosophica da lingua portugueza</i> .....	76
<b>2</b>	<b>A génese das primeiras gramáticas portuguesas: língua, gramática e situação histórica</b> .....	<b>81</b>
2.1	A situação da língua no Portugal da Idade Média e do Renascimento .....	81
2.2	Tradições gramaticais da Idade Média e do início do Renascimento ..	85
2.2.1	Gramática latina para fins práticos .....	85
2.2.2	A reflexão sobre a linguagem desde um ponto de vista lógico ..	87
2.2.3	A reflexão sobre a linguagem desde um ponto de vista retórico / poético .....	88
2.2.4	As primeiras gramáticas vernáculas da România .....	89
2.3	As condições políticas e socioculturais por volta de 1500 .....	93
<b>3</b>	<b>Os autores no seu contexto histórico</b> .....	<b>97</b>
3.1	João de Barros: Renascimento e expansão marítima .....	97
3.2	Amaro de Roboredo: o domínio filipino .....	98
3.3	Bento Pereira: a Restauração .....	100
3.4	Jerónimo Contador de Argote: o absolutismo de D João V .....	101

---

3.5	António José dos Reis Lobato: a era pombalina .....	102
3.6	Portugal na época da Revolução Francesa .....	103
<b>4</b>	<b>Estudo comparativo das partes constitutivas relevantes .....</b>	<b>107</b>
4.1	Intenção e público-alvo .....	107
4.1.1	Português para estrangeiros .....	110
4.1.2	Gramática portuguesa como propedêutica do ensino do latim ...	115
4.1.3	Português para falantes nativos .....	120
4.2	As partes da gramática .....	125
4.2.1	Ortografia .....	128
4.2.2	Prosódia .....	129
4.2.3	'Etimologia' .....	130
4.2.4	Sintaxe .....	134
4.3	Definições de Gramática .....	135
4.3.1	Definições etimológicas .....	136
4.3.2	Definições normativas .....	137
4.3.3	Definições 'filosóficas' .....	140
4.4	Conceções de linguagem .....	144
4.4.1	'Língua' como língua particular .....	144
4.4.2	Língua como fenómeno universal .....	145
4.4.2.1	Linguagem como meio de comunicação .....	145
4.4.2.2	Linguagem como expressão dos pensamentos .....	146
4.4.3	Origem da linguagem .....	150
4.4.4	Resumo .....	153
4.5	Descrição das partes da oração .....	153
4.5.1	Possibilidades de categorização .....	154
4.5.2	Sistemas das partes da oração: número das partes da oração e classificação <i>grosso modo</i> .....	170
4.5.2.1	Problemas metódicos do estudo comparativo dos sistemas de partes da oração .....	170
4.5.2.2	Os sistemas de partes da oração nas gramáticas portuguesas ..	171
4.5.3	As partes da oração em separado .....	188
4.5.3.1	O nome .....	188
4.5.3.2	O substantivo .....	198
4.5.3.3	O adjetivo .....	206
4.5.3.4	O pronome .....	214
4.5.3.5	O artigo .....	228

4.5.3.6 O verbo .....	238
<b>Digressão:</b> O ' <i>verbum substantivum</i> ' e os verbos auxiliares .....	247
4.5.3.7 O particípio .....	259
4.5.3.8 O advérbio .....	267
4.5.3.9 A conjunção .....	275
4.5.3.10 A preposição .....	281
4.5.3.11 A interjeição .....	285
4.5.4 Resultados .....	289
4.5.4.1 Solidariedades entre os critérios e as partes da oração .....	289
4.5.4.2 A evolução das definições .....	293
4.6 Sintaxe .....	296
4.6.1 Definições de sintaxe .....	296
4.6.2 'Sintaxe simples' e 'sintaxe figurada'. A elipse .....	299
4.6.3 Concordância e regência .....	310
4.6.4 A 'oração' .....	316
4.6.5 'Ordem natural' e 'construção' .....	323
4.6.6 Resumo .....	330
<b>5 Reconstrução</b> .....	333
5.1 Continuidade e inovação .....	333
5.2 Fontes .....	335
5.2.1 Fontes portuguesas .....	335
5.2.2 Fontes não portuguesas .....	336
5.3 As condições históricas .....	341
5.3.1 História política .....	341
5.3.1.1 A expansão marítima .....	341
5.3.1.2 A União Pessoal .....	342
5.3.1.3 As reformas pombalinas .....	343
5.3.2 As instituições .....	345
5.3.3 A censura .....	346
5.3.4 A gramaticografia portuguesa no contexto europeu .....	347
<b>6 Referencias bibliográficas</b> .....	349
6.1 Literatura primária .....	349
6.2 Literatura secundária .....	363

## 0 Introdução

### 0.1 Objetivo deste trabalho. Delimitação do tema. O corpus de textos

O objetivo do presente trabalho é uma exploração descritiva, comparativa e reconstrutiva das gramáticas portuguesas vindas a lume entre 1540 e 1822. 'gramática portuguesa', neste contexto, é definida como uma monografia sobre a língua portuguesa que contém uma descrição completa e sistemática das partes da oração e que não é destinada exclusivamente a um público de língua estrangeira. Ficam, portanto, excluídas *per definitionem* ortografias, louvores, tratados estilísticos, etc., assim como manuais para estrangeiros.

Aplicando-se a mencionada definição, a primeira gramática portuguesa propriamente dita é a de João de Barros (1496-1570), intitulada *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540), que constituirá por conseguinte o ponto de partida desta investigação.<sup>1</sup> Como ponto *ad quem* foi escolhida a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822), de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), uma vez que pode ser considerada o ponto culminante da gramaticografia portuguesa anteriormente à entrada em Portugal do método histórico-comparativo. Houve a intenção de elencar, por completo, todas as gramáticas deste período que satisfizessem os critérios da definição proposta, o que resultou numa bibliografia que abrange 23 títulos (cf. Parte 1). Pelo que toca à sua homogeneidade e caráter exaustivo, o *corpus* corresponde às condições da historiografia serial, o que significa a inclusão de gramaticógrafos considerados 'menores'.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Sobre a *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, cf. 1.1.5.

<sup>2</sup> «Es käme also darauf an, möglichst homogene Quellenserien zu erschließen, die die Geschichte eines bestimmten Texttyps oder eines bestimmten Theorems möglichst lückenlos rekonstruieren lassen. Dies bedeutet unter anderem eine Aufwertung der 'Triviallinguistik' gegenüber den 'großen' Autoren, die bisher im Zentrum des Interesses standen. Die Etablierung solcher Quellenserien erlaubt es, den Zeitpunkt und damit auch die Bedingungen von sprachwissenschaftlichen Veränderungen genauer zu lokalisieren» (Schlieben-Lange 1989a: 18).

[Importaria, pois, explorar fontes seriais tão homogêneas quanto possível, que permitam reconstruir, com o menor número de lacunas possível, a história de um determinado tipo de texto ou de um determinado teorema. Isto significa, entre outras coisas, uma revalorização da 'Linguística trivial' em face dos 'grandes' autores que tinham estado, até então, no centro do interesse. O estabelecimento de tais fontes seriais permite localizar, com maior precisão, o momento e assim também as condições em que ocorrem mudanças das teorias linguísticas].

Neste acervo de gramáticas, o interesse concentra-se apenas na descrição das partes da oração ('etimologia') e na sintaxe, embora estejam também presentes outras partes da gramática (como, por exemplo, a ortografia e a ortoépia). O motivo por que isto acontece reside no facto de ambos estes domínios mencionados, no espaço de tempo estudado, representarem o núcleo necessário de toda a monografia intitulada 'gramática' (cf. 4.2), mas coincide também com um conceito moderno de 'gramática', que tem em mira as funções gramaticais (morfemas gramaticais e constelações sintáticas), não considerando, assim, de um lado, o léxico e, do outro, a forma pura (o *signifiant*). A gramática ('gramática-objeto')<sup>3</sup> fica assim delimitada, por um lado, da Lexicologia e, por outro, da Fonética e da Fonologia, mas não da Semântica, uma vez que também os fenómenos gramaticais são igualmente compreendidos como uma unidade constituída por forma (*signifiant*) e conteúdo (*signifié*).<sup>4</sup>

---

Ao longo do presente trabalho, as traduções, bem como as anotações feitas pela autora [BSP], o tradutor [JSF] ou o editor [RK] serão colocadas em parênteses retos. Citações em língua alemã virão acompanhadas pela respetiva tradução portuguesa em parênteses retos.

<sup>3</sup> O conceito de 'gramática' (*grammaire, grammar, Grammatik, etc.*) é ambivalente: «Die Grammatik kann – u.a. auch in Übereinstimmung mit der der ganzen linguistischen Tradition zugrundeliegenden Intuition – a) als die allgemein gültige (d. h. nicht situationell bedingte) einzelsprachliche freie Technik des Sprechens über die durch die Einzelsprache selbst ('Wörter') gestaltete außersprachliche Wirklichkeit ('Objektgrammatik' oder Grammatik<sub>1</sub>) und b) als die Untersuchung bzw. Beschreibung dieser Technik (Grammatik als Metasprache oder Grammatik<sub>2</sub>) verstanden werden. Als solche enthält bzw. betrifft die Grammatik ausschließlich einzelsprachliche Operationen und Kombinationen, die über die primäre ('lexikalische') Gestaltung der außersprachlichen Wirklichkeit hinausgehen. Andererseits enthält bzw. betrifft sie sowohl die materiellen Strukturen als auch die einzelsprachlichen Funktionen, die dieser Technik entsprechen» (Coseriu 1971: 78; 1987b: 86).

[A gramática – entre outras coisas também de acordo com a intuição subjacente a toda a tradição linguística – pode ser compreendida: a) como a técnica livre, universalmente válida (isto é, não condicionada por uma situação concreta), configurada através da língua particular ('palavras') acerca da realidade extralinguística, ('gramática-objeto' ou gramática<sub>1</sub>); e b) como investigação ou descrição desta técnica (gramática como metalinguagem ou gramática<sub>2</sub>). Como tal, a gramática contém ou diz respeito, exclusivamente, a operações e combinações da língua particular, que vão para além da configuração primária ('lexical') da realidade extralinguística. Por outro lado, contém ou diz respeito tanto às estruturas materiais como às funções de cada língua, correspondentes a esta técnica.]

<sup>4</sup> Nas modernas obras de consulta, sob a entrada 'gramática', é dada, na maior parte dos casos, uma série de definições alternativas que, ao excetuar o conceito de gramática da Gramática Ge(ne)rativa Transformacional, se distinguem sobretudo

## 0.2 Estado da investigação

É sobejamente sabido que, até uma grande parte do século XX, a reflexão sobre a linguagem anterior ao surgimento do método histórico-comparativo era considerada 'pré-científica', sendo por isso tida como desprovida de importância, sabendo-se, no entanto, que esta avaliação, entretanto, tem sido repetidas vezes posta em causa (cf. Chomsky 1966: 1, Monreal-Wickert 1977: 11-15, Coseriu 1988: 13). Para Auroux (1992: 11), 'la grammatisation massive' ocorrida durante o Renascimento europeu – o começo de uma tradição a que, hoje, é aposta, muitas vezes pejorativamente, a etiqueta de 'gramática tradicional' – representa um processo único no género, cuja importância é equiparada à do surgimento da escrita, no terceiro século antes de Cristo. Uma vez que os portugueses desempenharam um papel não despidendo neste processo, resulta um interesse especial pelos seus textos gramaticais mais antigos.

A fixação nalgumas poucas décadas da reflexão sobre a linguagem levou a que as soluções oferecidas, em obras anteriores, na maior parte dos casos nem sejam tomadas em consideração para determinadas questões linguísticas, embora se lhes possa atestar, pelo menos parcialmente, um elevado grau de adequação (cf. Schäfer 1993c: 65). Por outro lado, grande parte da linguística moderna, de uma maneira mais ou menos irrefletida, adota classificações que, tendo a sua origem na Antiguidade, foram elaboradas para as línguas modernas pelos gramáticos dos inícios da Idade Moderna, como, por exemplo, as categorias das partes da oração. Ora estas circunstâncias tornam igualmente desejável uma revisão dos dados.

Para além disso, as gramáticas antigas fornecem informações sobre a situação da realidade linguística nos séculos passados. Ao apresentar e disponibilizar o respetivo material, o presente trabalho visa constituir uma tentativa de prestar pelo menos um contributo para uma avaliação destes dados – feita até agora apenas pontualmente.

---

pelo número de partes que constituem o domínio da Gramática. Na maior parte dos casos, há uma clara delimitação relativamente à Fonética / Fonologia (não sendo assim, por exemplo, em Câmara 1985: 130), ao contrário de uma delimitação muito menos nítida em relação à Lexicologia (cf. Dubois / Guespin / Marcellesi / Marcellesi / Mével 1989: 238). A Semântica, aparentemente equiparada com a 'semântica lexical', é repetidas vezes excluída, explicitamente, da gramática (cf., por exemplo, Crystal 1980: 159-160, 2008: 217-218; Lewandowski 1990: 269-270; Bußmann 1990: 287b).

Que uma história da linguística portuguesa representa um *desideratum* é uma asserção repetida pelo menos desde Nogueira (1940: 559, que constata que «a História da Filologia Portuguesa está por fazer») em diversas publicações da especialidade (por exemplo: Casteleiro 1980: 199, Verdelho 1995: 25 e Woll 1994a: 649). Isto aplica-se tanto à gramaticografia propriamente dita como aos outros domínios da reflexão sobre a linguagem.

Até aos anos 1990 havia apenas dois trabalhos de conjunto sobre a história das gramáticas que abrangiam a totalidade do espaço de tempo aqui contemplado, a saber: Vasconcelos (1929, com a primeira edição de 1880) e Woll (1994a). Anteriormente à elaboração do presente trabalho, os trabalhos parciais existentes focaram sobretudo determinados autores, concentrando-se, quase por completo, no século XVI (cf. Buescu 1978, 1984a, 1984b).

O filólogo José Leite de Vasconcelos (1858-1941), que inclui também outros domínios temáticos e outras épocas, dedicou somente escassas onze páginas à exposição das gramáticas portuguesas até ao início do século XIX. É por isso que as informações se cingem, muitas vezes, à indicação de nomes, bem como a comentários breves, de caráter muito geral.

Já o lusitanista alemão Dieter Woll (1933-2012), no seu artigo intitulado «456. Grammatikographie / Gramaticografia», que integra o manual científico *Lexikon der Romanistischen Linguistik* dedicado à língua galego-portuguesa, oferece informações mais pormenorizadas, também acerca dos séculos XVII e XVIII. Dentro dos parâmetros de uma 'prova de adequação' (centrada na pergunta: «wie werden die einzelnen Grammatiken den Besonderheiten der portugiesischen Sprache gerecht?») [Em que medida é que cada uma das gramáticas faz jus às características especiais da língua portuguesa?】 o autor apresenta caracterizações pertinentes das gramáticas recenseadas que vêm acompanhadas por referências bibliográficas precisas. A partir de Lobato (1770), no entanto, a lista das publicadas referidas deixa de ser exaustiva.

Duas outras tentativas de apresentar uma perspetiva de conjunto da história das gramáticas portuguesas nunca foram levadas a seu termo. A *Bibliografia Filológica Portuguesa (Dicionários, Gramáticas, Ortografias, etc.)*, iniciada em 1935, existe apenas em forma de fichas, com contributos 'provisoriamente' não ordenados que muitas vezes constam de menos do que uma página. A maioria esmagadora dos títulos aqui recenseados data de finais do século XIX e do século XX.

Uma vez que a anunciada continuação nunca veio a lume, o artigo «História da filologia portuguesa» de Gonçalves (1936) ocupa-se exclusivamente do século XVI, que é o único século bem documentado. Nogueira (1940) estabelece um plano para uma história da filologia portuguesa, que segue por completo a orientação do trabalho de Leite de Vasconcelos, sem lhe acrescentar seja o que for.

Como já foi referido, os gramáticos renascentistas (Fernão de Oliveira e João de Barros) foram os que mais interesse despertaram à posteridade. As suas gramáticas foram várias vezes editadas e são, por isso, facilmente acessíveis, pelo que surgem em manuais (é o caso de Bossong 1990: 90-93; Fernão de Oliveira igualmente em Câmara 1979: 25; cf. Coseriu 1975b: 67), e há vários artigos especializados que tratam delas, tendo-lhes sido até dedicadas monografias (por exemplo Buescu 1978, 1984a, 1984b).

Muito diferente é a situação dos gramáticos dos séculos XVII e XVIII, sobre os quais, e excetuando Schäfer (1990, 1993a, 1993d e 1993e), não há trabalhos. Só a *Grammatica Philosophica* de Barbosa (1822) é que voltou a ser objeto de análise científica. Além de uma dissertação de Mestrado (Cardoso 1986), há vários artigos especializados sobre ela (Casteleiro 1980 e 1980 / 1981, Torres 1982 e 1983, Lopes 1986 / 1987, Bernardo 1985 e Funk 1997).

Existe, portanto, uma lacuna na investigação, entre o século XVI e o século XIX. O presente trabalho pretende dar um contributo para a colmatar.

### 0.3 Observações prévias de carácter metodológico

De acordo com Schlieben-Lange (1991a: 308-309), podem distinguir-se dois aspetos da História da Ciência: um narrativo<sup>5</sup> e outro reconstrutivo<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> «Damit ist zunächst einmal nur gemeint, daß die Historiographie von Prozessen handelt, die sich zwischen mindestens zwei chronologisch auseinanderliegenden Punkten abgespielt haben» (Schlieben-Lange 1991a: 308).

[Isto quer dizer, antes de mais, que a historiografia trata de processos que tiveram lugar entre, pelo menos, dois pontos cronologicamente distantes e distintos]. Sobre a discussão em torno do conceito de 'narratividade', cf. Rüsen (1979) e Schmitter (1992).

<sup>6</sup> «Damit sind theoriegeleitete historische Arbeiten gemeint im Gegensatz zu solchen, die Ereignisfolgen ohne theoretische Annahmen zu Narrationen verknüpfen» (Schlieben-Lange 1991a: 309).

[Com este termo são entendidos trabalhos históricos que seguem uma determinada orientação teórica, em contraste com trabalhos que urdem, narrativamente, seqüências de acontecimentos, sem assumirem pressupostos teóricos para esse efeito].

De modo semelhante, Schmitter (1987b) distingue entre 'Chronistik' (Cronística)<sup>7</sup> e 'Historiographie' (Historiografia).<sup>8</sup>

Em geral, na prática da descrição concreta, estes dois aspetos da historiografia da linguística não são explicitamente distinguidos<sup>9</sup>. Mounin (1967), Arens (1974) e Robins (1979), por exemplo, ou, no caso de uma história nacional das gramáticas, Trabalza (<sup>1</sup>1908, <sup>2</sup>1963), procedem de tal modo que as obras estudadas em sequência cronológica são tratadas, ao mesmo tempo, de forma descritiva e interpretativa.

No presente estudo, porém, levar-se-á a cabo, em vez disso, em princípio, uma divisão em quatro partes:

1.º (Capítulo 1) a mera listagem cronológica das gramáticas, juntamente com informações biobibliográficas (de acordo com as indicações da bibliografia secundária). Também pode fazer parte desta lista – que não é valorativa até à seleção dos critérios – o anexo que contém as definições das partes da oração das gramáticas estudadas e de algumas das suas fontes que se encontra em Schäfer-Prieß (2000: 305-331).

Nota: a bibliografia secundária refere trabalhos científicos em que a respetiva obra ocupa um lugar de destaque. Assim, não serão repetidas as referências relativas a estudos relevantes que abrangem séculos

<sup>7</sup> «[...] das bloße Verzeichnen (richtiger aber: die bloße Rekonstruktion) von Theorien und [...] deren Anordnung nach dem Gesichtspunkt der Chronologie» (Schmitter 1987b: 94-96).

[o mero elencar (ou, mais precisamente: a mera reconstrução) de teorias e [...] e da sua ordenação segundo o ponto de vista da cronologia].

<sup>8</sup> «Geht der Historiker jedoch noch weiter und setzt er die einzelnen Fakten in einen resultativen Zusammenhang, um Entwicklungen zu rekonstruieren und auch zu erklären, d.h. um den Verlauf sowie die Gründe, Zusammenhänge, Ursachen und Folgen eines Geschehens - in unserem Fall also in erster Linie der Theorieentwicklung - aufzuzeigen, dann bewegt er sich auf der zweiten Stufe der Darstellung der Wissenschaftsgeschichte, d.h. auf Ebene 2 meines Modells» (Schmitter 1987b: 96).

[Se o historiador, porém, vai mais longe e dispõe os factos individuais num contexto resultativo, a fim de reconstruir desenvolvimentos e de as explicar também, ou seja, para mostrar o decurso, bem como os motivos, relações, causas e consequências de um acontecimento – no nosso caso portanto, em primeiro lugar, a evolução da teoria – então está a movimentar-se no segundo grau da exposição da história da ciência, isto é, no nível 2 do meu modelo].

<sup>9</sup> Como explica Dutz (1992: 32-43), estes dois planos, na prática, não se podem separar, rigorosamente, um do outro, uma vez que, por exemplo, a própria escolha dos dados já ultrapassa o mero elencar deles.

inteiros, tais como, para o século XVIII, *As concepções lingüísticas no século XVIII: A gramática portuguesa* (Fávero 1996) e *As ideias lingüísticas portuguesas do século XVIII* (Moura 2012), como ainda, para o século XIX, *As concepções lingüísticas no século XIX* (Fávero / Molina 2006) e *As Ideias lingüísticas Portuguesas na Centúria de Oitocentos* (Santos 2010), que tratam de aspetos pertinentes à gramaticografia portuguesa dos séculos XVIII e XIX, respetivamente.

- 2.º (Capítulos 2 e 3) uma visão panorâmica do contexto histórico em que se insere o espaço de tempo em causa (história política e da cultura, história das instituições),<sup>10</sup> bem como informações acerca da história da língua e das gramáticas.
- 3.º (Capítulo 4) a comparação sistemática das partes constituintes relevantes<sup>11</sup>, que é compreendida como vínculo necessário entre a pura exposição factual, por ordem cronológica, e a reconstrução (no sentido de Schlieben-Lange). Para já, continuamos no nível vertical (narrativo, cronístico), mas logo procedemos a uma segmentação em componentes<sup>12</sup> de maneira que, depois, se torna possível um confronto não só a este nível vertical ('o que é que muda no tempo?'), também a nível horizontal ('como é que as várias componentes se distinguem umas das outras?'). Para o estudo das influências exercidas, este procedimento bidimensional significa serem tomadas em conta, por um lado – verticalmente – as relações dos textos portugueses entre si, e por outro – horizontalmente – as suas relações com os textos-modelo não portugueses.

---

<sup>10</sup> Trata-se, aqui, do lado externo da História da Linguística, da questão do 'quadro de exigência' da sociedade, num sentido mais vasto, que ultrapassa o da pura História das Instituições (Schlieben-Lange 1989a: 13-14). Auroux (1987: 26) distingue, neste âmbito, entre um 'composant sociologique' («[...] des institutions, des carrières, des filières de formation, des compétences individuelles [...]») e um 'composant pratique', que se refere, de um modo geral, aos interesses, no sentido de Habermas. A propósito do método da historiografia francesa da linguística, Chevalier (1987: 677) fala da «analyse des institutions et des systèmes socio-économiques».

<sup>11</sup> O próprio estudo de textos argumentativos, ao contrário da história das condições da sua produção, pode ser designado como história interna da linguística (cf. Schlieben-Lange 1989a: 14).

<sup>12</sup> Os modelos paradigmáticos para este processo encontram-se, por exemplo, em Michael (1970), para a gramática inglesa, e em Ramajo Caño (1987), Gómez Asencio (1981) e Calero Vaquera (1986), para a espanhola.

4.º (Capítulo 5) a interpretação dos resultados, a reconstrução. Aqui, a nível vertical, importa detetar continuidades e ruturas;<sup>13</sup> a nível horizontal, trata-se de investigar a relação com textos-modelo e as condições socioculturais e institucionais que, por sua vez, estão intimamente relacionadas. Nem dos textos-modelo nem da bibliografia secundária mencionada no capítulo 4 se pode exigir exaustividade. A seleção das fontes textuais resultou da sua referência explícita pelos autores portugueses ou pelos seus biógrafos, bem como de manifestos paralelos textuais que se puderam constatar com modelos conhecidos. Além disso, a escolha também foi parcialmente influenciada pela acessibilidade dos textos em causa. Uma recolha exaustiva da bibliografia secundária sobre as fontes textuais ultrapassa o âmbito do presente trabalho, especialmente no que toca à *Grammaire Générale* francesa que, nas últimas décadas, deu origem a uma grande quantidade de publicações; os títulos aqui tomados em consideração constituem assim uma escolha seletiva<sup>14</sup>.

#### 0.4 Critérios de crítica textual seguidos neste trabalho

Os autores do *corpus* usam diferentes sistemas gráficos, que divergem todos da ortografia atualmente em vigor. Nas referências bibliográficas portuguesas é costume adaptar à grafia moderna, pelo menos, os nomes dos autores. Nesta conformidade, aqui procedeu-se de modo análogo: no texto, adequaram-se à norma atualmente em vigor os nomes dos autores, bem como todas as expressões portuguesas que não sejam citações, no sentido próprio do termo. As citações, pelo contrário, foram mantidas na sua grafia original. Com a exceção de incunábulo latinos, cujos textos são reproduzidos com o necessário desdobramento de abreviatura e

---

<sup>13</sup> Continuidade e rutura não são vistos como contradição, mas sim, e também de acordo com Schlieben-Lange (1983b: 465), como «[...] die beiden notwendigen Seiten jeder Wissenschaftsgeschichte [...]. Man kann nur feststellen, was sich verändert hat, wenn man weiß, was gleich geblieben ist. Ohne diese Kenntnis des Kontinuierlichen wäre die Feststellung des Wandels nicht aussagekräftig und zufällig».

[(...) os dois lados necessários de toda a História da Ciência (...). Só se pode constatar o que mudou quando se sabe o que permaneceu idêntico. Sem este conhecimento do contínuo, a verificação da mudança não seria significativa mas ocasional».

<sup>14</sup> Para uma bibliografia secundária atual acerca da *Grammaire Générale*, cf. Hoinkes (1991).

respeito pela restante grafia, as citações latinas de textos originais foram normalizadas, citações de edições modernas foram mantidas sem alterações. No caso de citações de autores espanhóis e franceses respeitou-se a grafia da respetiva edição citada.



# 1 Descrição das gramáticas por ordem cronológica<sup>1</sup>

## 1.1 João de Barros: *Grammatica da lingua Portuguesa*

### 1.1.1 Edições

- <sup>1</sup>1540 *Grammatica da lingua Portuguesa*, Olyssippone: Apud Lodouicum Rotorigiũ Typographum. M.D.XL.
- <sup>2</sup>1785 *Compilação de varias obras do insigne portuguez Joam de Barros, dirigidas pelo mesmo autor ao muito alto, e excellente principe D. Felipe: Impressas em Lisboa, em caza de Luiz Rodriguez, livreiro d'Elrey, pelos annos de 1539 e 1540, e agora reimpressas em beneficio público pelos Monges da Real Cartucha de N. S. da Escada do Ceo*, Lisboa: Na Officina de Jozé da Silva Nazareth.
- <sup>3</sup>1957 *Gramática da língua portuguesa*, 3.<sup>a</sup> edição, Organizada por José Pedro Machado, Lisboa: edição do autor.
- <sup>4</sup>1971 *Gramática da língua portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*, Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Como Nagel (1971) mostrou, a *Gramática* foi concebida, de antemão, como parte de uma obra de conjunto, incluindo, além dela, ainda uma *Cartinha* (cartilha / catecismo) e dois diálogos (*Diálogo em louvor da nossa linguagem* e *Diálogo da viciosa vergonha*). Segundo Nagel (1971: 15), o plano estruturante dessa obra é o seguinte:

Nach einer Fibel, "que é o leite de sua criação", mit ersten religiösen Anleitungen schreitet er [João de Barros] zur eigentlichen Grammatik mit den Regeln, an die sich ein Gespräch über historische Sprachprobleme und den portugiesischen Kulturauftrag anschließt. Den Abschluß bildet eine ethisch-moralische Schrift für die Kinder, "que começám a militar em costume".

---

<sup>1</sup> Na sua essência, o presente estudo reproduz o 'estado das coisas' do ano de 2000, quando foi publicada a primeira edição do texto original em língua alemã. Uma vez que no presente âmbito não seria viável procedermos a uma receção adequada de todos os itens bibliográficos que resultam de mais de 16 anos de produção científica sobre a gramaticografia histórica portuguesa, isto também diz respeito à bibliografia de especialidade que meramente foi objeto de uma demorada revisão e atualização do ponto de vista bibliográfico. Para colmatar esta lacuna, optámos por oferecer uma visão atualizada (sem qualquer pretensão de ser exaustiva) da 'Bibliografia secundária' relativa a cada um dos itens referenciados no presente capítulo, encontrando-se os respetivos itens bibliográficos mencionados nas referencias bibliográficas no fim do presente volume.

[Após uma cartilha, "que é o leite de sua criação", com os primeiros preceitos religiosos, [João de Barros] passa para a gramática, propriamente dita, com as respetivas regras, a que se segue um diálogo acerca de questões de história da língua e da missão cultural dos portugueses. A parte final é constituída por um texto ético-moral para as crianças "que comecem a militar em costume"].

### 1.1.2 Bibliografia secundária

Asensio (1974); Bossong (1990); Buescu (1969); Buescu (1984a, 1971); Elia (1975); Gonçalves (1936); Kemmler (2001a); Leite (2007); Louro (s. d.); Nagel (1971); Pinto (1961, 1962); Stegagno Picchio (1959); Swiggers / Vanvolsem (1987); Woll (1994b).

### 1.1.3 Biografia do autor

Designado por Stegagno Picchio (1959: 58) como 'colosso della letteratura portoghese', João de Barros provém de uma família de funcionários públicos, tendo nascido em Viseu, cerca de 1496. As suas primeiras tentativas literárias datam já do tempo em que ainda era 'moço do guarda-roupa' do futuro rei D. João III. Em 1522, publicou, em Lisboa, o romance de cavalaria *Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal desçendem* (Barros 1522).

Dentro da Casa da Índia, que era uma espécie de Ministério do Comércio Externo (Saraiva 1986: 179), João de Barros ascendeu, em 1525, ao cargo de tesoureiro e, em 1533, ao de feitor. O preceptor dos seus filhos era, nesta altura, Fernão de Oliveira (ca 1507-ca. 1581),<sup>2</sup> autor da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de 1536 (cf. 1.1.6). Em 1532 veio a lume, em Lisboa, a *Ropica Pnefma* ou *Mercadoria espiritual* («diálogo filosofico [...]. che, sotto le spoglie di un'apologetica della fede cristiana ad uso dei *cristãos-novos*, fa tesoro della lezione di Erasmo per una

<sup>2</sup> Tendo originariamente sido frade dominicano, após a sua secularização e vários anos como preceptor particular, Oliveira levou uma vida aventureira, em parte no estrangeiro, e que foi caracterizada por vários conflitos com a inquisição. Em 1554, Oliveira ensinou retórica na Universidade de Coimbra, por um breve espaço de tempo, antes de ter sido, de novo, encarcerado. A gramática foi elaborada na altura em que ele tinha abandonado o mosteiro, encontrando-se em fuga, talvez em Espanha. Para além da gramática, a única obra publicada em vida do autor é a *Arte da guerra do mar* (Coimbra 1555). Cf. Silva (1859, II: 289-290) e Buescu (1984a: 12.14).

violenta satira sociale e religiosa», Stegagno Picchio 1959: 59),<sup>3</sup> com data de 20 de dezembro de 1539 a já referida *Cartinha*<sup>4</sup> e com data de 1540 a *Grammatica* com os dois diálogos. Finalmente, a partir de 1552, publicou as três décadas da *Asia* acerca da história da Índia (Barros 1552-1563), em que assenta a sua fama de historiador (Buescu 1971: VII-X, LXXXI-LXXXII). De entre os manuscritos mencione-se, aqui, apenas a gramática latina *Grammatices rudimenta*, elaborada por volta de 1540 e que só viria a ser impressa, pela primeira vez, em 1972 (Buescu 1972).

Em 1568, João de Barros deixou de exercer funções oficiais, tendo-se retirado para uma propriedade que tinha perto de Pombal, onde veio a falecer, em 20 de outubro de 1570.

De acordo com Saraiva / Lopes (s. d.: 277), Barros é «[...] talvez, na primeira metade do nosso século XVI, o representante mais completo de um complexo de tendências renascentistas, entre elas as que estão mais de perto relacionadas com a expansão marítima portuguesa».

#### 1.1.4 Plano da obra

1r	[rosto]
1v	[prefácio]
2r – 2v	Difinçám da Grãmatica e as pártes della.
3r – 3v	Da letera. Difinçám das leteras e o numero dellas.
3v – 4v	Da syllaba e seus açidentes.
4v – 30r	Da diçam.
30r – 33v	Da construiçám das pártes.
34r – 39v	Das figuras.
40r – 50r	Da orthografia.

#### 1.1.5 Fontes

Embora não venha mencionada explicitamente no texto, considera-se como fonte principal da *Grammatica* de João de Barros a *Gramatica*

<sup>3</sup> A *Ropica Pnefma* foi proibida pelo *Índice* da Inquisição de 1531, entre outros motivos por causa do seu erasmismo, do seu laicismo religioso e da 'extrema liberdade de discussão' (Saraiva 1962, III: 169). Ainda segundo este autor, a obra seria caraterística de Barros e do «[...] espírito generosamente humanista que inspira a primeira fase da sua carreira» (Saraiva 1962, III: 169).

<sup>4</sup> A *Cartinha* fez parte dos primeiros livros que passavam a trazer a indicação de terem sido 'aprovados pela Santa Inquisição', cf Saraiva (1956: 89).

*sobre la lengua castellana* (1492) do espanhol Elio Antonio de Nebrija (1444?-1522).<sup>5</sup>

Devido a isso, João de Barros é considerado pouco original na bibliografia especializada (especialmente se comparado com Fernão de Oliveira). Assim o fazem Coseriu (1975b: 68), que o chama um 'bloßer Nachahmer' ['mero imitador'] de Nebrija, e também Bossong (1990: 90), que inclui Barros no rol dos 'Epigonen [Nebrijas] ohne Originalität' [epígonos [de Nebrija] sem originalidade]. Buescu (1971: LXV) tenta defender Barros destas acusações ao chamar a atenção para o facto de ele ter usado outras fontes, em parte também utilizadas por Nebrija, e apresenta um número de diferenças entre a apresentação metalinguística das duas obras (Buescu 1971: LXVI-LXXII).

### 1.1.6 Receção

De acordo com a já referida definição do termo 'gramática portuguesa', a de João de Barros é a primeira obra deste género, em Portugal. Também o próprio autor parece ter visto as coisas deste modo, uma vez que escolhe a seguinte frase para exemplificar o uso do artigo: «Ioam de Bárros foy o primeiro que pos a nóssa linguágem em arte» (Barros 1540: fol. 13v).

A esta afirmação opõe-se o facto de que, já em 1536, portanto quatro anos antes, tinha sido publicada a *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira. Perante a circunstância de ambos os gramáticos se conhecerem pessoalmente (cf. 1.1.3), é improvável que João de Barros possa ter desconhecido a obra de Fernão de Oliveira. Tampouco é crível

<sup>5</sup> Entre outras obras de relevo, Nebrija foi autor das *Introductiones latinae* (Salamanca, <sup>1</sup>1481) e da *Gramatica sobre la lengua castellana* (Salamanca, <sup>1</sup>1492). A gramática latina teve numerosas edições até ao século XIX, em parte com outros títulos, como, por exemplo, a *Ars nova grammatices* (Lyon 1509, cf. também Padley 1976: 18-19, 272), ou a 'recognitio lacerdiana' na forma das *De institutione Grammatica libri quinque* (Antequera, 1601). É por isso que a obra do Nebrissense é identificada por Scaglione (1970: 108) como «[...] one of the most prestigious Latin grammars of the hayday of humanistic education [...]». Em Portugal, a *Ars nova* foi um dos livros de latim usados na universidade, no século XVI (cf. 2.2.3), passando a ser a gramática de latim única e obrigatória em Espanha desde finais do século XVI (Kagan 1974: 31; Ponce de León Romeo 2003). A influência exercida pela *Gramática castellana* nos autores que vieram posteriormente é controversa. Em geral, parte-se do princípio de que foi extremamente reduzida («[...] fell into complete oblivion soon after publication», Padley 1988: 180), mas Ramajo Caño (1987: 37-40) cita exemplos que provam o contrário. Em Portugal, encontram-se reflexos claros da *Gramática castellana*, além de em João de Barros, também em Amaro de Roboredo.

que a *Grammatica* de Barros fosse elaborada antes da de Oliveira, tendo apenas sido publicada posteriormente (cf. Buescu 1969: LXXVII). Buescu (1969: LXXVI) é de opinião que à *Grammatica* de Oliveira falta o aspeto didático, que Barros considerava ser necessário para uma *arte* gramatical.<sup>6</sup> Além disso, a mesma estudiosa julga ainda que a obra de Oliveira nem seria uma gramática, no sentido próprio do termo, mas antes «[...] um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões de tipo ensaístico» (Buescu 1969: LXXVII), que o próprio autor, na dedicatória prévia a Fernão de Almada, designa como «[...] a primeyra anotação que Fernão doliueyra fez da lingua Portuguesa» (Oliveira 1536: fol. 1v; cf. Louro s. d.: 5-6). Como escreve Schlieben-Lange (1994: 18), Oliveira, de modo semelhante ao que acontece com outros autores renascentistas, não estava interessado em «[...] ein deskriptives Programm abzuarbeiten, sondern, sozusagen *ceteris paribus*, nur das Neue, Andersartige, Bemerkenswerte» [(...) realizar um programa descritivo, mas sim, por assim dizer *cæteris paribus*, aquilo que era novo, diferente e digno de nota].

Na verdade, embora ela seja muito superior, em termos de originalidade, à de Barros (cf. Coseriu 1975b: 68), falta à gramática de Oliveira precisamente aquela descrição sistemática das partes da oração que, nos séculos seguintes, irá passar a constituir a principal característica de qualquer *gramática* (e de qualquer *arte*) (cf. Cidade 1950: 287).

A mesma opinião fica expressa no juízo de valor de António José dos Reis Lobato, no prefácio da sua *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de 1770 (XXIII):

Em primeiro lugar a Arte de FERNÃO DE OLIVEIRA, impressa em Lisboa no anno de 1552 [sic] com o titulo: *Grammatica da linguagem Portugueza*, não póde ter o nome de Grammatica, porque contém sómente huma breve noticia das letras, e seus sons, e huma confusa idéa da declinação dos nomes.

O facto de a *Grammatica* de Oliveira ter sido incluída no cânone das gramáticas portuguesas (por exemplo, Soares Barbosa 1822: XI – que menciona o mesmo ano errado de publicação (1552) que Lobato – e Teófilo Braga 1876: VII) pode estar relacionado com o título ou com a qualidade da obra, ou ainda ser devido ao desconhecimento do seu conteúdo: segundo Nogueira (1933: «Prefácio») e Buescu (1988: «Nota prévia») existe, hoje, apenas um exemplar de 1536, na *Biblioteca Nacional de Portugal*, ao passo que a próxima edição surgirá apenas em 1871.

<sup>6</sup> É digno de nota, aliás, o facto de Oliveira, que era um docente profissional, ter elaborado uma obra sem pretensões didáticas.

## 1.2 Amaro de Roboredo: *Methodo grammatical para todas as linguas*

### 1.2.1 Edições

- <sup>1</sup>1619 *Methodo grammatical para todas as linguas: Consta de tres partes, 1. Grammatica exemplificada na Portuguesa, & Latina, 2. Copia de palavras exemplificada nas Latinas, artificio experimentado para entêder Latim em poucos meses. 3. Frase exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica, como mostra a 3. & 4. folha*, Avtor Amaro de Roboredo natural de villa de Algosó, Em Lisboa: per Pedro Craesbeeck. Anno 1619.
- <sup>2</sup>2002 *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, edição de Marina Kossárik, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda (filologia portuguesa).
- <sup>3</sup>2007 *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, Edição Facsimilada, com prefácio e estudo introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 1).

### 1.2.2 Bibliografia secundária

Assunção / Fernandes (2007); Fernandes (2002); Kossárik (2002); Leite (2011a); Ponce de León Romeo (2006b); Schäfer (1990), Schäfer-Prieß (2015).

### 1.2.3 Biografia do autor

Sobre a vida de Amaro de Roboredo, identificado por Inocêncio Francisco da Silva (1858, I: 54) como «[...] um dos mais celebres grammaticos portuguezes», sabe-se muito pouco. Nascido na aldeia transmontana de Algosó (concelho de Vimioso, Bragança) entre 1580 e 1585 (Assunção / Fernandes 2007: XII), tornou-se sacerdote. Foi secretário do arcebispo de Évora em 1610, passando a ser professor particular em casa de várias famílias nobres em Lisboa nas décadas seguintes. Também há incerteza quanto aos demais dados biográficos (para mais informações cf. Assunção / Fernandes 2007: XII-XV); só é seguro que a sua atividade como autor essencialmente tem lugar na primeiro metade do século XVII.

Além do *Método* e de escritos teológicos, elaborou, entre 1615 e 1625, várias obras acerca das línguas portuguesa e latina (cf. Machado 1741, I: 127-128 e Silva 1858, I: 54-55):

- 1.º *Verdadeira Grammatica Latina para se bem saber em breve tempo, scritta na lingua Portuguesa com exemplos na Latina*, Lisboa, 1615 (Roboredo 2007).
- 2.º *Regras da ortografia portuguesa*, Lisboa, 1615.<sup>7</sup>
3. *Raizes da lingua latina: mostradas em hum tratado, e dictionario: isto he, hum compendio do Calepino*, Lisboa, 1621
4. *Porta de lingvas ov modo muito accomodado para as entender, publicado primeiro com a tradução Espanhola / Ianva lingvarum sive modus maxime accommodatus ad eas intelligendas prius in lucem editus cum versione hispanica* Lisboa, 1623.
5. *Grammatica latina [...] Mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras*, Lisboa, 1625.

Para além disso, sabia-se também da existência de outro folheto metalinguístico (cf. Andrade 1981, I, 1: 321) de que não se pode localizar qualquer exemplar original nas bibliotecas portuguesas. Graças, porém, à investigação de Fernandes (2002), sabe-se hoje que a *Recopilaçam da grãmatica portvgvesa, e latina, pela qval com as 1141 sentenças insertas na arte se podem entender ambas as lingvas* constitui um «[...] suplemento de três páginas, entre as 78 e 79 [...]» do *Methodo Grammatical* do mesmo autor, mesmo que não apresente as usuais referências ao autor (Roboredo 2007a: folheto inserido entre págs. [110] e [111]).

#### 1.2.4 Plano da obra

- [I] [rosto]
- [III] *Licenças*.
- [IV] [poema:] Summo regi in cruce pendenti Grammatice consecratio.
- [V-VIII] Mostrador da Materia deste Methodo, disposta per partes, livros, & capitulos.
- [IX-XXXII] Prologo: *Carta do Avtor Amaro de Roboredo ao D. Gaspar Alvarez Vega lente de Latim na Vniversidade de Salamanca*. Na qual se dá razão deste Methodo Grãmatical para todas as linguas.
  - 1 Exemplo portvgves, e latino da grammatica, Primeira parte do Methodo Grammatical para todas as linguas.
  - 1-53 Livro primeiro. Da explicaçam compositiva das partes da oraçam Portuguesa, & Latina.

<sup>7</sup> Como constatou Kemmler (2001a: 188), não parece haver vestígio do opúsculo metaortográfico de Amaro de Roboredo: «Aparentemente, a *editio princeps* não chegou até nós [...]». Também Fernandes / Ponce de León Romeo / Assunção não conseguiram identificar nenhum exemplar das *Regras*, mas remetem para o testemunho do padre brigantino Francisco Manuel Alves (1865-1947) ao afirmar: «*Regras da Orthographia Portugueza* (Lisboa: António Álvares), esta ainda hoje desaparecida, mas, segundo o Abade de Baçal, seria apenas uma "uma folha rarissima" (Alves 1931: 449)» (veja-se Alves 2000, VII: 449).

- 54-63 Livro segvndo. Dos nomes, e verbos irregvlares, e defectivos, Latinos, & algũs Portugueses correspondentes.
- 64-78 Livro terceiro. Da vniversal explicaçam resolvtiva, & compositiva das partes da Oração.
- 79-181 Exemplo latino da copia de palavras, segvnda parte do Methodo Grammatical para todas as línguas, que são as sentenças da Ianua linguarum.
- 182-241 Exemplo latino da frase. Terceira parte do Methodo Grammatical para todas as Línguas, colhido dos Autores classicos. Fica sendo segunda parte de Copia.
- 231-241 *Da qualidade da syllaba. Do accentu.*

### 1.2.5 Fontes

Quanto às fontes, no *Prologo*, Roboredo refere-se várias vezes explicitamente ao gramático espanhol Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600),<sup>8</sup> cuja *Minerva* pode ser considerada como a mais importante das gramáticas 'filosóficas' dos inícios da época moderna. *A Copia de palavras*, uma coleção de frases exemplificativas latinas, destinadas a facilitar a aprendizagem dos vocábulos pelos alunos, é também aproveitada por Roboredo, que a foi buscar à *Janua linguarum* do jesuíta William Bathe (Bathe 1611, cf. O'Mahony 1981). No mesmo paratexto, Nebrija encontra-se adaptado, mas não é expressamente mencionado (cf. Schäfer 1990).

Na sua *Historia da universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*, Teófilo Braga (1895, II: 464) identifica Francis Bacon como uma fonte do *Methodo* de Roboredo. É possível tratar-se de uma interpretação errónea da exposição que se encontra em Moura (cf. 1.2.6).

<sup>8</sup> Autor da *Minerva: seu de causis linguae latinae* (Salamanca <sup>2</sup>1587), o Brocense não procede de forma meramente descritiva da língua de que trata, tal como o fazem os gramáticos renascentistas típicos, mas apresenta antes uma orientação universalista e explicativa, ou, pelo menos, é essa a sua pretensão (cf. Bossong 1990: 170-181). O seu impacto em Espanha ficou limitado (cf. Padley 1976: 276), mas exerceu uma importante influência sobre Lancelot e, conseqüentemente, a *Grammaire Générale* francesa (cf. Lakoff 1976). O Brocense foi um dos primeiros propugnadores do ensino do latim em vernáculo, isto é, na língua materna dos discentes (Padley 1976: 270). Veja-se, ainda, Brevia-Claramonte (1983) e Sánchez de las Brozas (1985).

### 1.2.6 Receção

Mesmo que, com alguma pertinência, o *Methodo Grammatical* pudesse ser igualmente identificado como gramática latina – não só a intenção mas também a exposição colocam o latim em primeiro plano –, Roboredo será identificado inequivocamente pelos autores posteriores como sendo um gramático da língua portuguesa.

António José dos Reis Lobato escreve por ocasião da sua revisão das gramáticas anteriores:

AMARO DE ROBOREDO no seu *Methodo Grammatical* para todas as linguas, impresso em Lisboa em 1619, trata da Grammatica Portugueza para melhor intelligencia da Latina; porém não dá a necessaria noticia das diversas declinações dos Nomes, e Conjugações dos Verbos, assim regulares, como irregulares, admittindo tambem por preposições muitas palavras, que o não são. No tratado da Syntaxe tem muitos defeitos, por querer regular quasi em tudo a Syntaxe Portugueza pela Latina (Lobato 1770: XXIV).

Além disso, Lobato (1770: XI-XII, nota *b*) cita Roboredo, literal e extensamente, a propósito da sua apologia do ensino da língua materna.

José Vicente Gomes de Moura (1823: 352-354) dedica todo um capítulo próprio a Roboredo, que tem a seguinte epígrafe:

§. 370. *Antes de Bacon tiverão os Portuguezes a idea da Grammatica Comparada. Roboredo quer, que as Artes sejam escriptas em Portuguez. Inculca a Grammatica Portugueza; e porque? Persuade o ensino da Grammatica Comparada, e dos Principios da Grammatica Geral. Reconhece a utilidade de reunir no mesmo Compendio as Grammaticas Latina e Portugueza. Roboredo não foi attendido pela preponderancia do systema Alvaristico*<sup>9</sup> (Moura 1823: 352).

Para Moura, 'Grammatica comparada' é toda a gramática que se ocupa de mais de uma língua. O elogio que faz a Roboredo é impressionante, uma vez que vê nele a antecipação de princípios da teoria da linguagem e

---

<sup>9</sup> Pelo termo 'sistema alvarístico' entende-se o método monolíngue do ensino do latim, praticado pelos Jesuítas, tendente mais à aprendizagem de cor do que à explicação das regras. Neste sistema cabia um papel especial às *De institutione grammatica libri tres* de Manuel Álvares (cf. nota 10), uma vez que era o manual usado para este fim em Portugal e em muitos outros países. Tanto a gramática alvaresiana como respetivo método de ensino foram controversos, em Portugal, durante muito tempo, tendo sido objeto de uma violenta polémica, no século XVIII (cf. Freire 1964). Quando a Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal, em 1759, o uso da gramática de Álvares foi oficialmente proibido no ensino (cf. Schäfer 1993a: 283-284). Os novos manuais de latim estavam escritos em português e o ensino era dado nas duas línguas (cf. Lima 1981).

da didática que só muito mais tarde iriam ter aceitação geral. Bueno (1955: 244) compartilha uma posição semelhante.

Teófilo Braga (1876: VII) escreve o seguinte sobre Roboredo:

A nossa Grammatica, fundada no seculo XVI por Fernão de Oliveira e João de Barros sob a direcção do latim classico, só começou a ser estudada como um producto independente depois dos esforços de Amaro de Roboredo, que se lamentava de não haver ainda no seculo XVII escólas para a lingua nacional.

Este juízo de valor está correto pelo que toca ao indubitável empenho de Roboredo em ensinar o latim na língua materna. É, no entanto, duvidoso que Roboredo considere, mais do que os seus antecessores, o português como 'producto independente' (cf. Schäfer 1990).

Contrariamente ao desejo de Roboredo (1619: [XXXIII], cf. 4.1.2), o *Método* não foi usado no ensino do latim, que continuava a ser dominado pelos Jesuítas (cf. 3.2). Andrade (1981, I, 1, 322), porém, pensa ser possível que tenha sido utilizado no ensino particular. Por volta de 1770, o francês Aleixo Nicolau Scribot, professor de latim em Portugal, propôs o uso das obras de Roboredo no ensino. O efusivo elogio que faz de Roboredo está ligado à sua incompreensão pelo facto de Roboredo ter ficado ignorado durante tanto tempo em Portugal: «Estimarião França, Italia, Alemanha, ter-lhe dado o nascimento. [...] Não conheço Methodista de melhor acordo, nem mais digno dos nossos aplausos do que Amaro de Roboredo» (Scribot, citado em Andrade 1981, I, 1: 323). Apesar do êxito manifesto que teve, Scribot não conseguiu impor-se com o seu método perante as autoridades escolares (Andrade 1981, I, 1: 326-327).

### 1.3 Bento Pereira: *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda*

#### 1.3.1 Edições

<sup>1</sup>1672 *Ars grammaticae pro lingva lvsitana addiscenda latino Idiomate proponitur*, In hoc libello, velut in quaedam academiola diuisa in quinque classes, instructas subselliis, recto ordine dispertitis, vt ab omnibus tum domesticis, tum exteris frequentari possint. *Ad finem ponitur Orthographia, ars rectè scribendi, vt sicut prior docet rectè loqui, ita posterior doceat rectè scribere linguam Lusitanam*. In gratiam Italarum coniugationibus Lusitanis Italiae correspondent. Authore P. Doct. Benedicto Pereira, Societ. Iesv, Portugallensi Borbano, in Supremo Lusitaniae S. Inquisitionis Tribunali Censorio Qualificatore, & modò Romae pro assistentia Lusitana Revisore. Lvgdvni: Sumptibus Lavrentii Anisson. M.DC.LXXII.

<sup>2</sup>1806 *Grammatica Lusitana Latino Idiomate proposita, et in quinque Classes, instructas Subselliis recto ordine distributis, divisa, ut ab omnibus, tum domesticis, tum exteris frequentari possint*. In gratiam Italarum coniugationibus

Lusitanis Italæ Correspondent. *Ad finem ponitur Orthographia, vt sicut Grammatica docet recte loqui, ita hæc doceat recte scribere linguam lusitanam.* Authore Benedicto Pereira Portucallensi Borbano, Editio prima olisiponensis Juxta eam, quæ Lugduni anno M. DC. LXX. II. prodiit, exarata, ipsaque Lugdunensi correctior. Olisipone: Ex Regia Typographia. Anno M. DCC. VI.

Como se pode ver pelo aditamento 'exarata, ipsaque Lugdunensi correctior', a edição de 1806 contém algumas modificações que, aliás, não dizem respeito às áreas aqui tratadas mais pormenorizadamente. Woll (1994a: 672a) afirma existirem exemplares desta edição com as seguintes referências «*Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda latino idiomate proponitur. [...] In lucem prodiga Lugduni Anno M.DC.LXXII. Nunc vero accuratissime revisa, ac Regiae Officinae Typis excusa. Olisipone M.DCCCIII*», mas, para além desta referência, não consta existir qualquer vestígio de uma edição impressa em 1803 pela Régia Oficina Tipográfica. Não há qualquer referência ao motivo da nova edição. A própria Companhia de Jesus dificilmente poderia ter desempenhado um papel nesta questão, uma vez que os seus sócios, expulsos de Portugal em 1759, só em 1828 voltaram a poder regressar a Portugal, quando D. Miguel I (1802-1866, reinou desde 1828 até 1834) estava no poder.

### 1.3.2 Bibliografia secundária

Fernandes (2008, 2009); Ponce de León Romeo (2006a); Schäfer (1993e), Schäfer-Prieß (2010).

### 1.3.3 Biografia do autor

Segundo Inocêncio (Silva 1858, I: 352), Bento Pereira nasceu em fevereiro de 1605,<sup>10</sup> em Borba (Alentejo). Jesuíta desde 1620, estudou no Colégio da Companhia de Jesus em Évora, onde se doutorou em 1747. Sempre ativo em prol da sua ordem, foi censor de livros em Lisboa e em Roma, bem como reitor do *Colégio dos Irlandeses* em Lisboa. Em 1681, faleceu no Colégio de Évora, onde foi sepultado.

<sup>10</sup> [Anotação RK: filho de Francisco Pereira e de Catarina Rodrigues (cf. também Machado 1741, I: 509), Bento Pereira foi batizado na Igreja Matriz borbense aos 21 de fevereiro de 1605 (para o respetivo assento de batismo, veja-se o documento 1605, fevereiro 21). Uma vez que os batismos naquela época tinham de ser realizados dentro do espaço de oito dias depois do nascimento, tudo leva a crer que o gramático terá nascido por volta de meados de fevereiro de 1605].

Dentro da sua vasta obra, as obras elencadas por Inocêncio – com a exceção da *Ars grammaticae* por ter sido impressa em Lyon – merecem destaque especial por ocupar-se das línguas latina e portuguesa:

- 1.º *Prosodia in vocabularium trilingue Latinum, Lusitanum & Castellanicum digesta*. Eborae 1634; a partir da edição de 1697: *Prosodia in vocabularium bilingue, Latinum et Lusitanum digesta* (cf. Verdelho 1982: 14; Cameron 2012).
- 2.º *Thesouro da lingua portugueza*. Lisboa 1646.
- 3.º *Florilegio dos modos de fallar, e adagios da lingua portugueza; dividido em duas partes: na primeira das quaes se põem pela ordem do alphabeto as phrases portuguezas; e na segunda se põem os principaes adagios portuguezes, com seu latim proverbial correspondente. Para se ajuntar a Prosodia e Thesouro Portuguez, como seu appendix ou complemento*. Lisboa, 1655.
- 4.º *Regras geraes, breves e comprehensivas da melhor orthographia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina e portugueza, para se ajuntar á Prosodia*. Lisboa 1666.

A princípio em três, depois em duas línguas, a *Prosodia* serviu de dicionário de latim nas escolas, até à expulsão dos jesuítas (1759). Com a exceção da *Ars grammaticae*, todas as outras obras metalinguísticas, como os próprios títulos revelam, eram entendidas como o seu complemento. A *Prosodia* – assim chamada por ser indicada a quantidade silábica do latim – é um dicionário de latim-português, o *Tesouro* de português-latim, os *Florilégios* são um dicionário contextual bilingue (cf. Almeida 1967; Cameron 2012; Verdelho 1982: 14-23). Nas últimas edições, estes três itens bibliográficos passaram a ser divulgados juntos num só volume.

Quando escreveu a *Ars grammaticae*, Bento Pereira já era um homem idoso para o seu tempo. Esta circunstância é mencionada por ele próprio no prefácio «Ad lectorem»:

En Candide Lector, qui olim iuvenis nondum attingens trigesimum aetatis annum concinnavi Prosodiam, modo senex tribus iam annis excedens sexagesimum concinnavi Lusitanae linguae Grammaticam (Pereira 1672: [IX]).

### 1.3.4 Plano da obra

- [I] [rosto]
- [III-VIII] Ad Mariam semper virginem Dei matrem.
- [IX-XII] Ad Lectorem.
- [XIII] [licença]
- [XIV] Ao Avthor de Francisco Pereyra da Sylva, Cavaleyro do habito de Christo, seu sobrinho. Decima.
- 1-33 Classis I. *De nominibus, & eorum declinationibus*.

- 33-175 Classis II. *De verbis, & eorum conjugationibus.*  
175-184 Classis III. *De dictionibus Lusitanis absolutè acceptis: & de illis quae nec sunt nomina, nec verba.*  
185-200 Classis IV. *De generibus nominum, ac praeteritis verborum.*  
200-230 Classis V. *De syntaxi; & syllabis linguae Lusitanae.*  
231-285 Acroamata moralia [exercícios bilingues]  
286-323 Orthographia lusitana latine breviter exposita tractatu duplici.  
[I-XI] Index rerum.

### 1.3.5 Fontes

Embora o nome de Manuel Álvares (1526-1583)<sup>11</sup> não seja explicitamente referido, Pereira segue, em vários aspetos, o *De institutione grammaticae libri tres*, do mencionado autor. Esta obra, declarada livro oficial de latim no ensino linguístico jesuítico, constituía para ele, como irmão da mesma ordem, uma autoridade natural. Para além disso, Pereira pôde recorrer, na sua exposição, particularmente, às abundantes glosas portuguesas dentro do sistema de paradigmas verbais de Álvares (cf. Schäfer 1993e, Schäfer-Prieß 2010).

### 1.3.6 Receção

Embora tenha sido redigida em latim, a *Ars grammaticae* de Bento Pereira é incluída pelos autores seguintes no cânone das gramáticas portuguesas (Lobato 1770: XXV;<sup>12</sup> Soares Barbosa 1822: XI; Braga 1876: VII).

A primeira tomada de posição conhecida acerca da *Ars grammaticae* provém de Lobato (1770: XXV-XXXVI) e é devastadora, certamente por Pereira ser jesuíta, devendo-se, por isso, considerar como um inimigo pessoal de Lobato (cf. Schäfer 1993a: 279, Woll 1994a: 658). Há motivos para se crer que o conhecimento da crítica de Lobato, posteriormente, tivesse estado mais divulgado do que a própria obra do jesuíta seiscentista, uma vez que Soares Barbosa (1822: XI) menciona,

---

<sup>11</sup> Ao longo da sua carreira, o jesuíta madeirense Manuel Álvares exerceu funções como professor do *Colégio das Artes*, em Coimbra, *Colégio de Santo Antão*, em Lisboa (Carvalho 1986: 335) e do *Colégio do Espírito Santo*, em Évora. Até à expulsão dos Jesuítas em 1759, a sua gramática de latim *De institutione grammaticae libri tres* (Lisboa 1572) foi, em Portugal, o principal manual normativo de latim, tendo, para além disso, uma importantíssima difusão em muitos outros países da Europa (Cf. Springhetti 1960 / 1961, Schäfer 1993e e Schäfer-Prieß 2010).

<sup>12</sup> Lobato (1770: XXV) critica, aliás, o uso do latim como metalinguagem.

erroneamente, tal como Lobato, «Londres» como o local de publicação (em vez da interpretação apropriada do genitivo locativo 'Lugduni' de 'Lugdunum', ou seja, Lyon). Embora seja mais sucinto, Teófilo Braga (1876: VII) repete, exatamente, os mesmos pontos críticos de Lobato.

Lobato censura Pereira por ele se ter apoiado demasiadamente no modelo da gramática latina do seu confrade Manuel Álvares (*De institutione grammaticae librei tres*, 1572). Em termos de constatação factual (embora não necessariamente como censura) isto corresponde, em grande parte, à realidade (cf. Schäfer 1993e, Schäfer-Prieß 2010).

A *Ars grammaticae* serviu de modelo à *Grammatica Anglo-Lusitana* (1701), publicada semianonimamente em Londres (cf. Torre 1990: 214-215 e, mais recentemente, Kemmler 2013c).

## **1.4 Jerónimo Contador de Argote: *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina***

### **1.4.1 Edições**

<sup>1</sup>1721 *Regras da lingua Portugueza, Espelho da lingua Latina, ou Disposiçam Para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*. Composto pelo Padre Caetano Maldonado da Gama. Lisboa Occidental: Na Officina de Mathias Pereyra da Sylva, & João Antunes Pedrozo. M.DCC.XXI.

<sup>2</sup>1725 *Regras da lingua Portugueza, espelho da lingua Latina, Ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*, dedicada ao Principe de Portugal Nosso Senhor, pelo Padre Dom Jeronymo Contador de Argote, Clerigo Regular, e Academico da Academia Real da Historia Portugueza. Muyto accrescentada, e correctá. Segunda impressão. Lisboa Occidental: Na Officina da Musica. M.DCC.XXV.

### **1.4.2 Bibliografia secundária**

Schäfer (1993a); Kemmler (2012a, 2014); Leite (2011a); Marques (2016); Moura (2002).

### **1.4.3 Biografia do autor**

Descendente de fidalgos espanhóis, D. Jerónimo Contador de Argote nasceu em Colares (Sintra), em 1676, e faleceu em Lisboa, em 1749 (Silva 1858, II: 260). Como religioso da Ordem dos Clérigos Regulares da Divina Providência, o teatino foi sócio da *Academia Portuguesa* (ca. 1717-1722)

do Conde da Ericeira (D. Francisco Xavier de Meneses, 1674-1743),<sup>13</sup> bem como da *Academia Real da Historia Portuguesa*, fundada em 1720 (cf. Machado 1747, II: 493 e Carvalho 1986: 394-396). Ao lado das duas edições das *Regras da lingua portuguesa*, que constituem as únicas obras metalinguísticas do autor, Argote publicou ainda uma série de publicações sobre teologia e história (Silva 1859, III: 260-261).

Segundo Salgado Júnior (1949, I: 33), tanto a Ordem dos Teatinos, como ainda a ordem mais bem conhecida dos Oratorianos, pertenciam às comunidades religiosas masculinas que, no século XVIII, pretendiam introduzir o 'método francês' do ensino linguístico do latim, que contemplava também a língua materna dos discentes.

#### 1.4.4 Plano da obra (com base na segunda edição de 1725)

- [I] [rosto]
- [III-IV] [Dedicatória ao príncipe D. José]
- [V-VI] Prologo.
- [VII-XV] Licenças.
- [XVI-XXIV] Introduçãam a' presente Grammatica.
- 1-183 Primeyra parte [= descrição das partes da oração].
- 184-240 Segunda parte da grammatica portugueza [*Da Syntaxe*].
- 241-290 Terceyra parte [*Da Syntaxe figurada*].
- 291-309 Quarta parte da grammatica portugueza.
- 291-301 Capitulo I: *Dos Dialectos da lingua Portugueza*.
- 301-309 Capitulo II: *Da Construição da lingua Portugueza*.
- 310-311 *Pratica da Regencia da Grammatica Portugueza conforme com a regencia da Latina*.
- 311-339 *Carta do Padre Antonio Vieyrapara o Eminentissimo Cardial de Lancastrre*.
- 341-356 Tratado breve da Orthografia da lingua portugueza.
- [I-IV] Index dos Capitulos, que contém esta Grammatica.

A primeira edição, de 1721, publicada sob o pseudónimo de Caetano Maldonado da Gama difere, em várias partes, da segunda. Excetuando supressões pontuais, modificações e aditamentos, o capítulo «Da figura Idiotismo» (Argote 1721: 226-228) foi muito alargado em Argote (1725: 258-275). Para além disso, a segunda edição foi complementada pelos capítulos «Das figuras da Dicção» (Argote 1725: 275-287) e «Das

<sup>13</sup> Esta academia particular, de que também foram sócios o confrade teatino e lexicógrafo Rafael Bluteau (1638-1734), e o lógico Manuel de Azevedo Fortes (1760-1749), ocupava-se, de acordo com o espírito da época, igualmente de questões de Ciências Naturais (cf. Saraiva / Lopes s. d.: 588).

palavras Enclíticas» (Argote 1725: 287-290). São completamente novas a quarta parte (acerca dos 'dialetos' portugueses), bem como a quinta (sobre a ortografia portuguesa).

Por incumbência da censura real (na forma da *Licença do Paço*), ambas as edições contêm um comentário do conde da Ericeira, que assume a forma de um segundo prefácio, constituindo uma defesa do ensino do latim na língua materna, no sentido da proposta de Roboredo (embora o seu nome não seja, aliás, mencionado).<sup>14</sup>

A gramática está escrita em forma de diálogo (conversas entre o *Mestre* e o *Discípulo*, abreviados ao longo da obra como M. e D.). Este procedimento encontra-se anteriormente em Donato, bem como em vários autores da Idade Moderna, como, por exemplo, em Niccolò Perotto (também conhecido como Nicolaus Perottus; ca. 1429-1480), Pietro Bembo (1470-1547), Juan de Valdés (1509-1541) e Sciopio (Kaspar Schoppe, também conhecido como Gaspar Scioppius; 1576-1649) (cf. Trabalza 1908: 302, Arens 1974, I: 64, Bossong 1990: 94 e 98, Brevi-Claramonte ed. 1986: XLVIII).

### 1.4.5 Fontes

No que diz respeito às fontes indicadas por Argote podem constatar-se diferenças entre a primeira e a segunda edição. No prefácio da primeira edição, de 1721, à qual também Leite de Vasconcelos (1929: 267) parece referir-se, Argote (1721: 7) menciona explicitamente modelos como António Velez (1545-1609),<sup>15</sup> Sánchez de las Brozas, Gerhardus

<sup>14</sup> De maneira manifestamente pouco sincera, o conde afirma, na primeira edição, desconhecer a identidade do autor que usou um pseudónimo, mas considera poder identificá-lo com uma determinada instituição: «[...] huma Religião em que ha tantos, que fallão, e sabem com grande propriedade a lingua Portugueza, & Latina» (Meneses em Argote 1721: [XII]). Aqui trata-se de uma tomada de posição a favor da Ordem dos Teatinos, com os seus novos métodos de ensino de línguas, em contraste com o dos Jesuítas (cf. 3.4), que o Conde de Ericeira, noutro passo da licença, ataca implicitamente («[...] sendo difficeis de perceber os preceyos novos, com que se ensinavão linguas desconhecidas, com o irreparavel perjuizo de entender, que ficavão sabendo o que não comprehendião [...]», Meneses em Argote 1721: [X]). Na edição de 1725, diz, referindo-se ao autor, «[...] que na primeyra impressão se encobrio, e eu quasi reconheci pela erudição, e acerto, com que escreve [...]» (Meneses em Argote 1725: [X]).

<sup>15</sup> O jesuíta português (cf. Freire 1964: 343) foi confrade e comentador de Manuel Álvares, sendo tido como autor de uma Ortografia que não chegou a ser impressa. Velez pertencia, desde 1569, à Companhia de Jesus (cf. Vasconcellos 1933: 3).

Johannes Vossius (1577-1649),<sup>16</sup> os «Padres da Cõgregação de Port Royal»<sup>17</sup> e Bernard Lamy (1640-1715).<sup>18</sup> Na edição de 1725 ([XXIII-XXIV]) só é feita referência aos autores de Port Royal e a Lamy, mais precisamente à *Nouvelle méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue latine*, de Claude Lancelot.<sup>19</sup> Com a exceção de António Velez na primeira edição, Argote refere exclusivamente autores de gramáticas latinas pertencentes à orientação explicativa, 'filosófica'.

<sup>16</sup> Conhecido em Portugal como Vóssio, o neerlandês Gerrit Janszoon Vos era mais conhecido pelo seu nome latino. Trata-se de um gramático latino influenciado pelo Brocense (cf. Breva-Claramonte 1983: 241).

<sup>17</sup> Esta menção refere-se a Claude Lancelot (1616-1695) bem como, presumivelmente, a Antoine Arnauld (1612-1694), como ainda, eventualmente, a Pierre Nicole (1625-1695). Lancelot é autor de *Nouvelle méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue latine* (Paris 1644), em cuja oitava edição, de 1681, participaram Arnauld e Nicole (Padley 1985: 396-397). Arnauld e Lancelot publicaram, em 1660, conjuntamente, a célebre *Grammaire générale et raisonnée*, a chamada Gramática de Port-Royal (cf. Brekle 1966). Arnauld e Nicole são os autores da 'Lógica de Port-Royal' (Arnauld / Nicole 1662). Todos os três pertenciam ao mosteiro jansenista de Port-Royal, perto de Paris (cf. Tsiapera / Wheeler 1993: 77-81). Na edição de 1721 não fica claro se Argote se está a referir à *Grammaire générale et raisonnée* ou a uma edição mais recente da gramática latina *Nouvelle méthode*. No prefácio da edição de 1725, pelo contrário, fala-se, expressamente, da «[...] lição do novo methodo dos Padres da Congregação de Portroial [...]» (1725: [XXIII]).

<sup>18</sup> Na edição de 1721 são mencionadas uma 'Grammatica discursada' e a 'Arte de fallar do Padre Lami' (Argote 1721: 7). Parece, no entanto, que a referência de Argote à 'Grammatica discursada do Padre Lami' se possa tratar do 'Quatrième entretien' da obra *Entretiens sur les sciences* (1683) em que Lamy (1683: 112-167) se dedica à aprendizagem da gramática. Quanto à 'Arte de fallar' de Lamy, é da seguinte maneira que Padley (1985: 294) enquadra a obra dentro do conjunto de obras de Port-Royal: «The third [a par da *Grammaire* e da *Logique*, BSP] and equally complementary work in the Port-Royal trio of grammar, logic and rhetoric is Bernard Lamy's *Art de parler*, which may be regarded as the Port-Royal Rhetoric». Veja-se também Ruhe (1980: 8-55).

<sup>19</sup> É de presumir que Argote se esteja a referir a uma edição mais recente do *Nouvelle Methode* anónimo de Claude Lancelot, publicado pela primeira vez em 1644, no qual, além do próprio Lancelot, também participaram Arnauld e Pierre Nicole.

### 1.4.6 Receção

Poucos anos após a sua publicação, é Luís António Verney (1713-1792)<sup>20</sup> que oferece um comentário minucioso e diferenciado das *Regras* de Argote (Verney 1746, I: 13-14). Critica a sua prolixidade e as frequentes repetições, bem como a forma dialogística, concebida para ser aprendida de cor: assim não se apelaria à inteligência do aluno, que antes deveria ser levado a papaguear coisas que não entende. Dos vários capítulos – aparentemente fez uso da edição aumentada de 1725 – louva ou aceita alguns, achando outros supérfluos e rejeitando, energeticamente, ainda outros tais como, por exemplo, a *sintaxe de regência*, que afirma seguir demasiadamente o modelo de Manuel Álvares (Verney 1746, I: 13), bem como a ortografia. Por falta de uma solução melhor, o Barbadinho julga, porém, que esta última poderá, para já, ser mantida, tomando-se em consideração os pontos por ele censurados (Verney 1746, I: 14).

Poucos anos mais tarde, Lobato (1770: XXIV) escreve o seguinte:

Na Grammatica de D. JERONYMO CONTADOR DE ARGOTE se não achão na verdade tantas imperfeições, como se encontrão nos sobreditos Grammaticos [isto é, todos os gramáticos anteriores, BSP]; porque são melhores as suas definições, por ter seguido, como o mesmo Author confessa, a LAMI na sua Grammatica discursada, e as doutrinas do Methodo dos Padres da Congregação de PORT-ROIAL.

Também Leite de Vasconcelos (1929: 867) chama a atenção para o facto de Argote citar «[...] Sanches, Vossio, os PP. de Pôrto-Real, etc.», salientando ainda a sua descrição dos dialetos portugueses (Vasconcelos 1929: 868).

Bacelar (1783a: 13) considera Argote como um dos revitalizadores da língua portuguesa após o fim da União Pessoal com a Espanha (1640).

Silva Neto (1986: 610) considera Argote como «[...] autor de uma gramática por onde durante tantos anos se estudou a nossa língua [...]» – uma avaliação que coincide com o comentário de Verney acerca da ortografia. Além disso, Silva Neto (1986: 561-564) reproduz as afirmações de Argote sobre a dialetologia.

<sup>20</sup> Segundo Saraiva / Lopes (s. d.: 597) trata-se do «[...] mais notável e influente dos doutrinários portugueses do século XVIII». Nascido em Lisboa como filho de uma família de comerciantes de origens francesas, Verney passou a maior parte da vida em Roma, onde elaborou a sua obra principal: o *Verdadeiro metodo de estudar* (1746). Influenciado pelo pensamento de Locke, que ele foi o primeiro a divulgar na Península Ibérica (Hassler 1986: 650), exige uma profunda reforma do ensino em Portugal, de acordo com os princípios do Iluminismo (Andrade 1980: 15-39).

## 1.5 António José dos Reis Lobato: *Arte da grammatica da lingua portugueza*

### 1.5.1 Edições

- <sup>1</sup>1770 *Arte da grammatica da lingua portugueza. Composta e offerecida ao Ill.<sup>mo</sup> e Exc.<sup>mo</sup> Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Ministro, e Secretario de Estado da Sua Magestade Fidelissima da Repartição dos Negocios do Reino, Alcáide Mór da Cidade de Lamego, e Senhor Donatario das Villas de Oeyras, Pombal, Carvalho, e Cercosa, e dos Reguengos, e Direitos Reaes da de Oeyras, e de Apar de Oeyras, Commendador das Commendas de Santa Marinha de Mata de Lobos, e de S. Miguel das tres Minas na Ordem de Christo, &c. Pelo Bacharel António José dos Reis Lobato.* Lisboa: Na Regia Officina Typografica [A].
- <sup>1</sup>1771 *Arte da grammatica da lingua portugueza.* [...] Lisboa: Na Regia Officina Typografica. [B; reimpressão sem qualquer indicação da edição]
- <sup>2</sup>1788 *Arte da grammatica da lingua portugueza.* [...]. Segunda Impressão. Lisboa: Na Regia Officina Typografica. [C]
- <sup>3</sup>1792 *Arte da grammatica da lingua portugueza.* [...]. Terceira Impressão. Lisboa: Na Regia Officina Typografica. [o]
- <sup>4</sup>1797 *Arte da grammatica da lingua portugueza.* [...]. Quarta Impressão. Lisboa: Na Regia Officina Typografica. [D]
- <sup>5</sup>1802 *Arte da grammatica da lingua portugueza.* [...]. Quinta Impressão. Lisboa: Na Regia Officina Typografica. [E]
- <sup>6</sup>1805 *Arte da grammatica da lingua portugueza.* [...]. Sexta Impressão. Lisboa: Na Impressão Regia. [F]

O ano de publicação da primeira edição foi controverso durante muito tempo. Hoje, há consenso em relação ao ano de 1770 (cf. Assunção 2000: 29).<sup>21</sup> Como justamente afirma o investigador português, «as edições / reimpressões posteriores são numerosíssimas e é difícil, diremos mesmo impossível [...] dizer categoricamente quais as edições e quais as impressões [...]. No entanto, é com base no levantamento bastante exaustivo de Assunção (2000: 22-24 e 29-39)<sup>22</sup> que podemos oferecer em

<sup>21</sup> A *Arte* já deve ter estado pronta e sido acessível, pelo menos, a um público restrito, em 1767, uma vez que Luís do Monte Carmelo (1767: 657) se refere à «Gram. Portug. do eruditíssimo Doutor António Jozé Lobato» (cf. Kemmler 2001b: 162).

<sup>22</sup> [Observação RK: Mantém-se as siglas utilizadas por Assunção (2000: 22-24), introduzindo-se siglas novas do alfabeto grego para as edições anteriormente não identificadas. Na designação do respetivo número edição, usaremos as abreviaturas <sup>UE</sup> para 'ultima edição' ou <sup>UI</sup> para 'ultima impressão', bem como 'NE' para 'nova edição', sempre em conformidade com as respetivas indicações nos rostos dos exemplares consultados ou referenciados por Assunção (2000: 29-39)].

seguida uma panorâmica atualizada das edições conhecidas, oferecendo as siglas por ele utilizadas:

- G – <sup>7</sup>1805 Lisboa: Na Impressão Regia.  
 H – <sup>8</sup>1807 Lisboa: Na Impressão Regia.  
 I – <sup>10</sup>1812 Lisboa: Na Impressão Regia.  
 J – <sup>10</sup>1812 Lisboa: Na Impressão Regia.  
 π – 1812 Rio de Janeiro: Na Impressão Regia.<sup>23</sup>  
 K – <sup>12</sup>1814 Lisboa: Na nova Officina da Viuva Neves, e Filhos.  
 L – <sup>14</sup>1815 Lisboa: Na nova Impressão da Viuva Neves e Filhos.  
 M – <sup>15</sup>1816 Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.  
 ρ – <sup>15</sup>1816 Lisboa: Na nova Impressão da Viuva Neves e Filhos.  
 N – <sup>16</sup>1817 Lisboa: Na nova Impressão da Viuva Neves e Filhos.  
 O – <sup>UE</sup>1822 Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.  
 P – <sup>10</sup>1823 Lisboa: Na Impressão de Alcobia.  
 ζ – <sup>13</sup>1823 Lisboa: Na Impressão de João Nunes Esteves.  
 Q – 1824 Lisboa: Na Impressão de Alcobia.  
 R – <sup>NE</sup>1824 Lisboa: Na Typographia Rollandiana.  
 τ – <sup>15</sup>1824 Porto: Imprensa na Rua de St.º Antonio.  
 S – <sup>NE</sup>1825 Lisboa: Na Typ. de M. P. de Lacerda.  
 T – <sup>15</sup>1826 Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.  
 U – <sup>16</sup>1827 Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.  
 V – <sup>14</sup>1829 Lisboa: Na Impressão de João Nunes Esteves.  
 W – <sup>UI</sup>1830 Rio de Janeiro: Na Typografia Imperial e Nacional.  
 X – 1831 Lisboa: Na Typographia de Bulhões.  
 Y – <sup>NE</sup>1837 Lisboa: Na Typographia Rollandiana.  
 Z – <sup>1</sup>1837 Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud.  
 α – <sup>NE</sup>1838 Lisboa: Na Typographia de Antonio Lino de Oliveira.  
 β – <sup>NE</sup>1840 Lisboa: Na Typographia de Mathias José Marques da Silva.  
 γ – <sup>NE</sup>1841 Lisboa: Na Typographia Rollandiana.  
 δ – <sup>NE</sup>1841 Lisboa: Na Typographia Rollandiana.  
 ε – 1842 Lisboa: Na Typographia de S. J. R. da Silva & Comp.<sup>a</sup>.  
 υ – <sup>NE</sup>1842 Lisboa: Na Typographia de José Baptista Morando.  
 ζ – <sup>NE</sup>1848 Lisboa: Na Typographia de José Baptista Morando.  
 η – <sup>NE</sup>1849 Lisboa: Na Typographia Rollandiana.

<sup>23</sup> [Observação RK: veja-se Camargo / Moraes (1993: 94-95). Infelizmente, esta edição brasileira parece hoje estar perdida – veja-se Magalhães (2009: 236), que oferece a referência para o seguinte «Aviso» publicitário na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 7 de outubro de 1812: «Sahio á luz: huma nova Edição da *Grammatica da lingua Portuguesa*, de Lobato, por 1:200. Vende-se nas Lojas de *Manoel Joaquim da Silva Porto*, e na da *Gazeta*, onde igualmente há *Grammatica da Lingua Portuguesa*, por Moraes, por 1:600; dita por *Figueiredo*, por 960; *Grammatica Philosophica das Linguas Latinae Portuguesa*, de Soares, por 2:400».]. Para além da edição de Lobato, o anúncio faz questão de mencionar a disponibilidade da edição brasileira de Figueiredo (1811), bem como das obras de Morais (1806) e Barbosa (1807).

- θ – <sup>NE</sup>1850 Lisboa: Na Typ. de Mathias José Marques da Silva.  
 ι – <sup>NE</sup>1852 Lisboa: Na Typographia de José Baptista Morando.  
 κ – 1866 Margão: Na Typographia do Ultramar.  
 λ – 1866 Lisboa: Na Imprensa Nacional.  
 μ – 1869 Margão: Na Typographia do Ultramar.  
 ν – <sup>11</sup>s.d. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.  
 ξ – <sup>13</sup>s.d. Lisboa: Na Typographia de S. J. R. da Silva.

Ao reconhecer o considerável esforço de reunir informações sobre o número imenso de nada menos de quarenta edições identificadas por Assunção (2000), a consulta das bibliotecas particulares de Telmo Verdelho e Rolf Kemmler permitiu o acréscimo de cinco exemplares previamente desconhecidos, nomeadamente o (de 1792), π (de 1812, no Rio de Janeiro), ρ (de 1816), ζ (de 1823), τ (de 1824) e υ (de 1842). Como Carlos Assunção vai reiterando ao longo da sua obra, as várias edições, cujo verdadeiro número se deve supor ainda maior, não terão sofrido alterações significativas ao longo dos anos, distinguindo-se muitas das edições oitocentistas, sobretudo, por causa dos suplementos. Por exemplo, na edição de 1824 falta o extenso prefácio, imprimindo-se, em vez dele, o texto do alvará real de 1770, que declara a *Arte* manual de português obrigatório nas escolas (cf. 1.5.6). Para além disso, esta edição contém um «Tratado de orthografia» (de José Joaquim Bordalo, cf. Lobato, edição de 1824, apêndice: 1), posteriormente anexado. Desconhecendo a panorâmica das edições como nos foi apresentada por Assunção (2000), Woll (1994a: 658) afirma que as últimas reimpressões seriam de meados do século XIX. Semelhantemente longe de poder oferecer informações mais seguras, no tomo I do seu *Diccionario bibliographico*, em 1858, Inocêncio prescinde de empreender uma listagem das edições da *Arte* lobatiana:

De então para cá ha sido reimpressa repetidas vezes; e attenta a vulgaridade da obra pareceu-me que podia sem inconveniente omitir aqui a ennumeração d'essas reimpressões, que são assás conhecidas e andam nas mãos de todos (Silva 1858, I: 175).

### 1.5.2 Bibliografia secundária

Assunção (1997a, 1997b, 1997c, 2000); Schäfer (1993a), Kemmler (2005, 2006).

### 1.5.3 Biografia do autor

Sobre a vida de Lobato sabe-se muitíssimo pouco. Silva (1858, I: 175) não indica nem a sua origem, nem consegue oferecer outros dados biográficos, excetuando a suposição de ele, em 1804, já ter falecido. Com efeito, Lobato já não estava vivo quando, em inícios de 1794, a lisboeta Luzia Maria, como irmã e herdeira sobrevivente do já falecido gramático, solicitou (com êxito) que lhe fosse atribuído o privilégio para reimprimir a obra (Kemmler 2005: 433-436). Em data incerta, Lobato terá obtido o grau de bacharel na Universidade de Coimbra, talvez em Direito.<sup>24</sup> Leite de Vasconcelos (1929: 867) chama Lobato «[...] em gramática um instrumento do Marquês de Pombal nas obras de reforma contra o ensino jesuítico [...]» (cf. a crítica a Bento Pereira, 1.3.5). A gratidão que deve a Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, que tinha expulso os Jesuítas e promovido as reformas do ensino desde 1759 (3.5), manifesta-se tanto no título e na dedicatória da *Arte* como nos *Elogios* que Lobato publicou em honra do Marquês, e que constituem a parte restante da obra que lhe é, comprovadamente, atribuída (cf. Silva 1858, I: 175 e Assunção 1997c).

### 1.5.4 Plano da obra

[I]	[rosto]
[III-V]	[Dedicatória ao Marquês de Pombal]
VII-XLVIII	Introdução a presente Grammatica.
1-7	Proemio.
1-2	§. I. <i>Da natureza, e partes da Grammatica Portugueza.</i>
2-7	§. II. <i>Das partes da oração Portugueza, e elementos, de que ellas se compoem.</i>
8-175	Parte I Da Etymologia.
8-54	Livro I <i>Do Artigo, Nome, Pronome, suas differenças, e declinações.</i>
55-61	Livro II <i>Do Genero dos Nomes Substantivos.</i>
62-159	Livro III <i>Do Verbo, e suas conjugações.</i>
160-168	Livro IV. <i>Dos Preteritos, e Participios dos Verbos.</i>
168-175	Livro V <i>Das Partes indeclinaveis da oração.</i>
175-190	Livro VI. <i>Da Prosodia.</i>
191-253	Parte II <i>Da Syntaxe.</i>
191-193	Proemio.
194-199	Livro I <i>Da Syntaxe de Concordancia.</i>

<sup>24</sup> Para já, as investigações mais recentes (Assunção 2000, Kemmler 2006) não puderam, igualmente, nem precisar, nem sequer confirmar estes dados.

- 199-232 Livro II *Da Syntaxe de Regencia*.  
 232-244 Livro II [sic!] *Da Syntaxe figurada*.  
 245-253 Livro III *Das Figuras da Dicção*.

### 1.5.5 Fontes

No seu texto introdutório, é no contexto da justificação do seu projeto de elaborar uma gramática portuguesa que Lobato se refere a gramáticos representativos de outras 'nações cultas'. Para o francês, refere Pierre Restaut (1696-1764)<sup>25</sup> e Claude Buffier (1661-1739);<sup>26</sup> para o inglês «Peli», que poderá referir-se a Anselm Bayly (1719-1794)<sup>27</sup>, e 'Martin', presumivelmente Benjamin Martin (1704-1782),<sup>28</sup> para o italiano 'Benedito Doggaci'<sup>29</sup> e Salvatore Corticelli (1690-1758),<sup>30</sup> para o espanhol Nebrija, Gonzalo Correas (1571?-1631)<sup>31</sup> e Benito Martínez Gómez Gayoso (1700-

<sup>25</sup> Autor dos *Principes généraux et raisonnés de la grammaire française* (Paris 1730). Os *Principes* tinham sido concebidos, antes de mais, como manual de ensino, também como preparação para o ensino do latim. Veja-se Chevalier (1968: 635, para a totalidade desta obra 635-649).

<sup>26</sup> O jesuíta Buffier publicou a *Grammaire française sur un plan nouveau* [...] (Paris 1709) de que Chevalier (1968: 604) afirma: «C'est [...] un ouvrage pédagogique qui utilise les lumières de la raison pour organiser le réel langagier, par parti-pris de savant autant que par souci d'efficacité». Apesar de ser jesuíta, Buffier foi um dos primeiros defensores do ensino na língua materna, na França setecentista (Hoinkes 1991: 377-378). Tanto Buffier como Restaut continuam na tradição da *Grammaire Générale*.

<sup>27</sup> Como pastor anglicano, Baily foi autor de várias obras metalinguísticas, entre as quais merece destaque *An introduction literary and philosophical to languages: especially to the English, Latin, Greek and Hebrew* [...] (Londres, 1756 / 1758). A obra *Plain and complete grammar of the English language* do mesmo autor só foi publicada em 1772 (cf. Michael 1970: 551).

<sup>28</sup> Mais conhecido como lexicógrafo, Martin também publicou as gramáticas *The philosophical grammar, being a view of the present state of experimental physiology, or natural philosophy* (Londres 1735) e *An introduction to the English language and learning* (Londres 1754, cf. Michael 1970: 574).

<sup>29</sup> Não foi possível identificar este autor.

<sup>30</sup> Corticelli foi autor das *Regole ed osservazioni della lingua toscana* (Bologna, 1745). Veja-se Trabalza (1908: 386-388) e Padley (1988: 140).

<sup>31</sup> Entre outras obras metalinguísticas, Correas deixou-nos a *Arte Grande de la lengua española castellana* (manuscrito de 1626, somente publicada no século XX, cf. Correas 1903, 1954); *Trilingve de tres artes de las tres lenguas Castellana, Latina, i Griega, todas en Romanze* (Salamanca, 1627); *Ortografia*

1787).<sup>32</sup> Como seus antecessores portugueses, menciona os que aqui já foram elencados e ainda Fernão de Oliveira (Lobato 1771: IX, XXIII).

No âmbito da justificação do ensino na língua materna, Lobato (1770: XII) refere ainda, para além dos já referidos João de Barros e Amaro de Roboredo, ainda o latinista António Félix Mendes (1706-1790),<sup>33</sup> bem como os espanhóis Juan Caramuel y Lobkowitz (1606-1682)<sup>34</sup> e Bernardo José de Aldrete (1560?-1645).<sup>35</sup>

No prefácio, Lobato refere-se, várias vezes, ao Brocense, mencionando também os seus comentadores Vóssio, Perizónio,<sup>36</sup> Sciopio,<sup>37</sup> e bem como Lancelot, igualmente influenciado por Sanches (Lobato 1770: XVIII, XXX-XXXI, XXXIII, XLIII, etc.). São ainda mencionados

*kastellana nueva i perfeta* (Salamanca, 1630). Correias mostra a influência do Brocense (cf. Padley 1985, I: 276-280 e Berkenbusch 1990: 98-99).

<sup>32</sup> Entre outras obras, a gramaticografia espanhola deve-lhe a *Gramática de la lengua castellana, reducida a breves reglas, y facil methodo para la instruccion de la Juventud* (Madrid <sup>1</sup>1743, <sup>2</sup>1769). Veja-se Lázaro Carreter (1985: 9).

<sup>33</sup> Foi este professor de latim do nosso gramático (Lobato 1770: XIII chama Mendes 'meu Mestre') quem editou a edição setecentista da *Grammatica latina do bacharel Domingos de Araujo, reformada, accrescentada, e reduzida a methodo mais facil* (Lisboa 1737), seguida, pouco mais tarde, pela *Grammatica portugueza da lingua latina para o uso dos cavalheiros, e nobres, que tem Mestres em sua casa* (Lisboa; 1741), que levava o nome do próprio autor. De acordo com o alvará régio de 1759, esta gramática latina, juntamente com a versão compendiada da gramática do oratoriano António Pereira de Figueiredo (1725-1797), deveria substituir, no ensino, as *Institutiones* de Manuel Álvares (cf. Andrade 1981, I: 1, 83).

<sup>34</sup> Caramuel foi autor da *Grammatica audax, pro iuvandis grammaticis qui ad scholam transeunt philosophicam* (1651), reeditada como *Praecursor logicus complectens grammaticam audacem* (Caramuel 1654, 1989). Veja-se Brekle (1975: 331-333) e Sarmiento (1989a: VII-XIX).

<sup>35</sup> Autor da obra *Del origen y principio de la lengua castellana o romance que se usa en España* (1606), cf. Berkenbusch (1990: 59-60) e Gómez Asencio (1981: 360).

<sup>36</sup> O neerlandês Jacob Voorbroek (1651-1715), mais bem conhecido sob o nome latino Jacobus Perizonius, foi um dos comentadores da *Minerva santiana* (cf. Brevia-Claramonte 1983: 241 e Scaglione 1970: 100).

<sup>37</sup> O alemão Kaspar Schoppe (1576-1649), mais bem conhecido sob o nome latino Gasparus Scioppius, foi um dos mais importantes gramaticógrafos da língua latina no século XVII. Sobre a suas *Rudimenta grammaticae philosophicae* (<sup>2</sup>1629), Brevia-Claramonte (1983: 241) afirma o seguinte: «Scioppius' grammar is the practical application of Sanctius' views to the field of language teaching». Comentador da *Minerva*; menciona, elogiosamente, Manuel Álvares (Freire 1964: 339). Veja-se ainda Chevalier (1968: 357) e Lázaro Carreter (1985: 151).

Thomas Linacre (1460-1524)<sup>38</sup> (Lobato 1770: XXX) e – sempre criticamente – Manuel Álvares (Lobato 1770: XXV, XXX, XXXVIII, etc.), bem como Peter Frider 'Mindanus' (?-1616),<sup>39</sup> Gennaro Sisti (1700-1782)<sup>40</sup> (Lobato 1770: XXXI) e António Pereira de Figueiredo (1725-1797)<sup>41</sup> (Lobato 1770: XXXV, XLV). Finalmente, ao referir-se à obra de Argote, cita ainda o Padre Lamy (Lobato 1770: XXXVI, cf. 1.4.5).

### 1.5.6 Receção

A *Arte* de Lobato é a primeira gramática da língua portuguesa que foi declarada livro oficial; no âmbito da continuação das reformas escolares

<sup>38</sup> Chamado 'Linacro' pelo nosso gramático, o humanista, físico e filólogo inglês foi autor de umas *Rudimenta grammatices* em língua inglesa (Londres, <sup>2</sup>1525). Baseada na gramática *Linacri progymnasmata grammatices vulgaria* (Londres, 1512) do mesmo autor, esta obra foi divulgada em muitos países da Europa através da tradução latina pelo escocês George Buchanan (1506-1582) sob o título *Rvdimenta grammatices Thomae Linacri anglico sermone in Latnum versa* (Paris, 1533). Linacre também publicou *De emendata Structura libri sex* (Londres 1524) e terá sido uma das fontes do Brocense (Cf. Breva-Claramonte 1983: 55-62; Padley 1985, I: 233-239; Percival 1975: 242).

<sup>39</sup> Lobato (1770: XXI) refere a seguinte obra de 'Mindano': «[...] Arte de Grammatica Latina impressa em Basiléa anno de 1601 [...]». Com efeito, somente conseguimos ter acesso à primeira edição da obra *De Lingva Latina Opus absolutum* do jurisconsulto e gramático que se chamava 'Mindanus' por ter nascido na cidade alemã Minden (Frider 1592). Não nos foi, no entanto, possível identificar a referida edição publicada em Basileia no ano de 1601.

<sup>40</sup> Lobato (1770: XXXI) identifica 'Genaro Sisti' como «[...] Professor na Real Universidade de Napoles das linguas Arabica, e Hebraica na tradução do Methodo de PORT-ROIAL de Francez em Italiano, impresso em Nápoles no anno de 1742». As referidas informações biográficas podem verificar-se numa consulta do rosto da tradução da gramática espanhola de Port-Royal que este religioso e professor universitário italiano elaborou (cf. Lancelot 1742 [I]).

<sup>41</sup> O oratoriano publicou o: *Novo Methodo da Grammatica Latina: Para o uso das Escólas da Congregação do Oratorio na Real Casa de N. Senhora das Necessidades, Ordenado, e composto pela mesma Congregação* (Lisboa, 1752/1753, cf. também Silva 1858, I: 224), bem como uma versão abreviada *Novo methodo da grammatica latina, reduzido a compendio* (<sup>1</sup>1756, <sup>11</sup>1814). A publicação da gramática oratoriana originou uma polémica entre os Jesuítas (que defendiam a gramática de Manuel Álvares) e os oratorianos (que tentavam introduzir novas metodologias no ensino do latim, cf. Lima 1981). Juntamente com a gramática de António Félix Mendes, o *Novo methodo da grammatica latina reduzido a compendio* foi declarado, em 28 de junho de 1759, manual obrigatório para o ensino pós-jesuítico do latim (cf. Andrade 1981, I: 1: 83; Kemmler 2007: 509).

do Marquês de Pombal, o ensino de gramática na língua materna deveria ser, finalmente, introduzido nas escolas. No Alvará do rei D. José, de 30 de setembro de 1770, pode ler-se:

Sou servido ordenar que os Mestres da lingua Latina, quando receberem nas suas Classes os discipulos para lha ensinarem, os instruaõ previamente por tempo de seis mezes, se tantos forem necessarios para a instrucção dos alunos, na Grammatica Portugueza, composta por Antonio José dos Reis Lobato, e por mim approvada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita (Lobato 1824: [IV], cf. Alvará 1770: 497)

A *Arte da grammatica da lingua portugueza* parece ter continuado a ser uma obra de referência muito divulgada até meados do século XIX (cf. 1.5.1). Esta avaliação é confirmada pelo comentário de Manuel Dias de Sousa, no prefácio da sua *Gramatica portugueza*, que encerra a enumeração dos gramáticos portugueses anteriores com um elogio a Lobato:

Depois destes [autores] o Douto *Antonio Jozé dos Reis Lobato*, aproveitando-se das luzes de *Sanches, Perizonio, Vossio, Sciopio e Lanceloto* corregio os defeitos e suprio as faltas dos nacionaes que o precedêrão, e adiantou incomparavelmente a Gramatica da nossa Lingua (Sousa 1804: XII).

De acordo com Aragão a *Arte* foi aprendida de cor pelos estudantes dos colégios, aliás sem resultados positivos, segundo a sua opinião:

[...] Discipulos educados disveladamente, e aliás em Collegios, tendo dado de cór huma, e muitas vezes o nosso incansavel Lobato, nem de huma só doutrina sua conhecião a utilidade [...] (Aragão 1812: 3-4).

Para Soares Barbosa (1822: XI), tanto a *Arte* como as suas antecessoras pertencem aos «[...] systemas meramente analogicos, e fundidos todos pela mesma fôrma das Grammaticas Latinas [...]».

A partir da sua perspectiva de um linguista histórico-comparativo Teófilo Braga (1876: VIII) também manifesta um juízo negativo:

Depois da reforma tentada por Pombal, a Grammatica de Lobato em nada levantou o estudo grammatical do portuguez [...].

De um ponto de vista semelhante, Leite de Vasconcelos aprecia a tentativa de Lobato de dar uma base 'filosófica' à descrição da linguagem («[...] sem o socorro da Filosofia, se não póde conhecer perfeitamente a natureza das partes da oraçãõ», Lobato 1770: XLIII):

Singular filosofia esta do Lobato, que reduzia quasi tôda a sintaxe a elipses e outras figuras de gramática (Vasconcelos 1929: 906)!

Leite de Vasconcelos (1929: 867) observa ainda que «Lobato pode marcar um dos pontos de transição para o 3.º período», isto é, entre o segundo período da gramática portuguesa (século XVI até 1779, ano da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa) e o terceiro (1779-1868).

## **1.6 Bernardo de Lima e Melo Bacelar (Bernardo de Jesus Maria): *Gramática filosófica, e ortografia racional da língua portuguesa***

### **1.6.1 Edições**

- <sup>1</sup>1783 *Grammatica philosophica, e orthographia racional da Lingua Portugueza; Para se pronunciarem e escreverem com acerto os vocabulos deste idioma. Compostas por Bernardo de Lima e Mélo Bacellar*. Lisboa: Na Offic. de Simão Thaddeu Ferreira.
- <sup>2</sup>1996 *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa de Bernardo de Lima e Melo Bacelar*, Reprodução fac-similada da edição de 1783, com introdução e notas pelo Académico Correspondente Amadeu Torres, Lisboa: Academia Portuguesa de História (Subsidios para a História Portuguesa; 27).

Com outra paginação, esta *Gramática* antecede o dicionário do autor, publicado no mesmo ano:

*Diccionario da lingua portugueza, em que se acharão dobradas palavras do que traz Bluteau, e todos os mais Diccionaristas juntos: a sua propria significação: as raizes de todas ellas: a accentuação: e a selecção das mais usadas, e polidas: a Grammatica Philosophica, e a Orthographia Racional no principio, e as explicaçoens das abbreviaturas no fim desta Obra. Obra de primeira necessidade para todo aquelle, que quizer falar, e escrever com acerto a lingua Portugueza; por ser impossivel, que pelos Livros atégóra impréssos possa algum saber a terça parte do idioma Portuguez*. Composto por Bernardo de Lima, e Mélo Bacellar, prior no Alentejo & c. Lisboa: Na Offic. de Jozé de Aquino Bulhoens. Anno de MDCCLXXXIII (cf. Silva 1858, I: 378).

A *Grammatica philosophica* de Bacelar existe, ainda, como manuscrito anónimo (Ms. 353), na Academia das Ciências de Lisboa, com o título de *Grammatica philosophica da lingua portugueza que pretende levar o premio da Academia*. Portanto participou, aparentemente, num concurso que a Academia tinha aberto no início dos anos oitenta do século XVIII, concurso este que nunca se concluiu (cf. 4.3.3).

### **1.6.2 Bibliografia secundária**

Torres (1994, 1996a, 1996b, 2004).

### 1.6.3 Biografia do autor

Bernardo de Lima e Melo Bacelar nasceu, presumivelmente, por volta de 1736, e foi religioso franciscano (Silva 1858, I: 378). Quanto ao mais, sabe-se pouco da sua vida. Segundo Inocêncio (Silva 1867, VIII: 393), entre 1770 e 1787 usou a assinatura de Bernardo de Jesus Maria, que era o nome que tinha na Ordem. De acordo com a página de rosto do *Diccionario da lingua portugueza* (1783), Bacelar era prior no Alentejo. Em 1787 esteve em Paris. Outra obra de Bacelar (*Arte e diccionario do commercio e economia portugueza*) data de 1784. Ainda segundo Inocêncio (Silva VIII: 393), o próprio autor terá feito referência, numa nota, a outras seis obras da sua autoria (entre outros assuntos, acerca de Lógica e Metafisica), das quais hoje não se conhecem mais pormenores.

### 1.6.4 Plano da obra

- [I] [rosto]
- 3-112 Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza principalmente Para que todos saibão conhecer, e collocar os vocabulos deste idioma arrazoadamente, e com facilidade
- 3-4 Prologo.
- 4-6 Indes.
- 6-13 Grammatica Philosophica. *Diffinição da Grammatica Philosophica.*
- 13-14 Partes grammaticaes
- 15-51 Primeira parte *Da Grammatica Philosophica: ou do Agente Grammatical, ou Nominativo.*
- 52-102 Segunda parte *Da Grammatica Philosophica, ou da Acção Grammatical, ou Verbo.*
- 103-112 Terceira parte *Da Grammatica Philosophica, ou do Accionado, Paciente, ou Caso da Acção, &c.*
- 113 Orthographia Philosophica da Lingua Portugueza, Para se saberem escrever arrazoadamente, e com facilidade os vocabulos deste idioma
- 113-114 Prologo.
- 114-117 Indes.
- 118-192 Orthographia Philosophica da Lingua Portugueza, *Diffinição, e Partes da Orthographia Philosophica.*
- 193-196 Segunda parte *Da Orthographia Philosophica, ou dos seus Adjunctos*

### 1.6.5 Fontes

Embora já no título seja, explicitamente, denominada Gramática Filosófica, faltam todas as indicações de nomes de autores da orientação explicativa. Em vez disso, o prefácio refere os portugueses Barros,

Oliveira, Duarte Nunes de Leão (1530?-1608),<sup>42</sup> Roboredo, João de Morais Madureira Feijó (1688-1741)<sup>43</sup> e Argote, bem como, dentro do texto, os autores latinos Priscianus Caesariensis (cerca de 500 d.C.)<sup>44</sup> (Bacelar 1783: 21) e Marcus Fabius Quintilianus (cerca de 35 – cerca de 95 d.C.)<sup>45</sup> (Bacelar 1783: 22).

### 1.6.6 Receção

Aragão (1812: 5) somente menciona o nome de Bacelar entre os demais gramáticos portugueses. Convém observar que o *Diccionario da lingua portugueza* do autor, que é precedido pelo texto da gramática, foi, segundo Inocêncio, muito mal recebido pelo público contemporâneo:

A obra, logo que sahiu á luz, começou a servir de alvo aos apodos e sarcasmos dos criticos; e ha quem diga que a auctoridade publica interviera, mandando retirar da circulação os exemplares [...] (Silva 1858, I: 379).

## 1.7 Francisca de Chantal Álvares: *Breve Compendio da gramatica portugueza*

### 1.7.1 Edição

1786 *Breve Compendio da gramatica portugueza para o uso das Meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação de Lisboa*. Por huma religiosa do mesmo Mosteiro. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galharado.

<sup>42</sup> O jurista e historiógrafo elaborou duas obras metalinguísticas, nomeadamente o tratado *Orthographia da lingoa portuguesa* (Lisboa 1576) e o estudo *Origem da lingoa portuguesa* (Lisboa 1606). Veja-se Buescu (1984a: 143-165); Stegagno Picchio (1982: 302-304).

<sup>43</sup> Mais conhecido pelos seus contemporâneos como 'Madureira', o autor elaborou um comentário extenso, em língua portuguesa, da gramática latina de Manuel Álvares (*Arte explicada*, Lisboa 1728-1732, 3 partes em 5 tomos), um conjunto de que a *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza* (Lisboa, 1734) constitui a última parte. Veja-se Silva (1859, III: 422) e Kemmler (2001a: 207-208).

<sup>44</sup> As *Institutiones rerum grammaticarum* de Prisciano pertencem às gramáticas latinas que maior influência exerceram na Idade Média (veja-se Arens 1974, I: 32 e Buchwald / Hohlweg / Prinz 1982: 665).

<sup>45</sup> Quintiliano foi professor de Retórica em Roma e educador dos príncipes na corte de Domiciano. A sua obra principal é *De institutione oratoria* (cf. Buchwald / Hohlweg / Prinz 1982: 683-684).

### 1.7.2 Bibliografia secundária

Kemmler (2012d); Kemmler / Assunção / Fernandes (2010); Kemmler / Schäfer-Prieß (2012); Kemmler / Coelho / Fontes (2017); Loureiro (2012).

### 1.7.3 Biografia da autora

Sobre a autora, que assina o prefácio com as iniciais 'F. C.', até há pouco não se sabia nada mais do que aquilo que ela própria indica no título da gramática, ou seja, que foi religiosa do Mosteiro da Visitação, em Lisboa. No entanto, recentes estudos permitiram a identificação com Ana Inácia do Coração de Jesus (filha do mercador Francisco Alves Chamorro e da sua mulher Joana Maria), nascida aos 13 de agosto de 1742 em Vila Nova de Gaia. Como irmã mais nova do conhecido oratoriano e 'filósofo nortenho' Manuel Álvares de Queirós (1739-1777), Ana Inácia beneficiou de uma boa educação caseira, chegando a privar com pessoas de alto relevo como o filósofo oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1804).<sup>46</sup>

Com sede na cidade francesa de Annecy, a ordem das Visitandinas (Salésias, religiosas da Ordem da Visitação de Santa Maria), fundada em 1610 pelo bispo de Genebra, François de Sales (1567-1622), e Jeanne Françoise Frémyot de Chantal (1572-1641), acabou por aceitar a sugestão por Teodoro de Almeida, no sentido de estabelecer um mosteiro na capital portuguesa para se dedicar à educação das filhas pertencentes à nobreza e burguesia lisboetas. O primeiro mosteiro português da ordem estava situado em Belém desde 1783, onde a autora, que fez parte das primeiras noviças sob o nome de Francisca de Chantal Álvares, desde cedo ensinava gramática. Consta que a gramaticógrafa tenha sido eleita madre superiora do seu mosteiro pelo ano de 1800, ignorando-se quando terá falecido.

Inocêncio Francisco da Silva (1858, II: 93) menciona a obra sem oferecer qualquer comentário adicional.

---

<sup>46</sup> Desterrado de Lisboa para o Porto desde julho de 1760, Almeida foi expulso do país pelo Marquês de Pombal, vivendo, entre 1768 e 1778, no Sul de França. Depois do seu regresso, o oratoriano foi sócio fundador da Academia das Ciências de Lisboa (1779). Elaborou numerosas obras pertencentes às áreas da Teologia, da Filosofia e também das Ciências Naturais (cf. Silva 1862 VII: 301-308).

### 1.7.4 Plano da obra

- [I] [rosto]
- [III-IV] Prefacção *Às Religiozas encarregadas da educação das Meninas.*
- [V-VI] *Às Meninas Educandas.*
- 1-34 Capitulo I. *Da Natureza e Partes da Gramatica Portugueza em geral.*
- 34-44 Capitulo II. *Da Sintaxe.*
- 45-51 Capitulo III. *Da Sillaba, e Acentos.*
- [I-III] Breve advertencia *Para as primeiras liçoens das Meninas, que principiaõ a lêr o Francês.*

### 1.7.5 Fontes

A autora não oferece qualquer referência explícita a fontes.

### 1.7.6 Receção

Com exceção de Inocêncio (Silva 1858, II: 93), esta obra não se encontra referida em qualquer obra metalinguística posterior.

## 1.8 João Joaquim Casimiro: *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*

### 1.8.1 Edições

- <sup>1</sup>1792 *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza. Composto por João Joaquim Casimiro, professor de grammatica.* Porto: Na Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro.
- <sup>2</sup>1803 *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza.* [...] Segunda edição. Porto: Na Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro.
- <sup>3</sup>1811 *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza.* [...] Terceira edição accrescentada pelo mesmo author. Porto: Typ. de Antonio Alvarez Ribeiro.
- <sup>4</sup>1814 *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza.* [...] Terceira edição, accrescentada pelo mesmo author. Lisboa: Na Impressão Regia. (cf. Silva (1859, III: 389) [Obs. RK: trata-se de uma reedição da terceira edição, publicada efetivamente em fevereiro de 1815].
- <sup>5</sup>1818 *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza.* [...] Nova Edição. Lisboa: Na Typografia Rollandiana.
- <sup>6</sup>1822 *Methodo grammatical do idioma portuguez,* de João Joaquim Casimiro, recopilado para dos seus discipulos. Porto: Na Imprensa de Gandra
- <sup>7</sup>1838 *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza.* [...] Nova edição. Lisboa: Na Typographia Rollandiana

Ao escrever «1789?», Silva (1859, III: 389) questiona a data de publicação da primeira edição. O facto, porém, de a segunda e terceira edições portuenses do mesmo tipógrafo levarem as indicações de pertencerem à 'Segunda edição' e à 'Terceira edição', respetivamente, não permitem duvidar, no entanto, que a edição existente de 1792 seja a primeira.

Inocêncio considera a edição de 1822, que apresenta um título ligeiramente divergente, como uma obra à parte (Silva 1883, X: 282). Na realidade, porém, trata-se de uma reimpressão portuense da 3.<sup>a</sup> edição de 1811. Ao examinarmos a totalidade das edições de que dispomos (e considerando-se que esta lista, presumivelmente, poderá ser incompleta) no que concerne às definições das partes da oração, podem distinguir-se dois tipos: a 1.<sup>a</sup> edição (em que as partes da oração são nove), cujo texto voltou a ser reimpresso em <sup>2</sup>1803, <sup>5</sup>1818 e <sup>7</sup>1838, e a 3.<sup>a</sup> edição, de 1811 (na qual Casimiro contempla apenas três partes da oração) que foi reproduzida, sem alterações, em <sup>4</sup>1814 e <sup>6</sup>1822.

Devido às divergências no domínio da classificação das partes da oração a 1.<sup>a</sup> e a 3.<sup>a</sup> edições serão tratadas separadamente (cf. 1.15).

### 1.8.2 Bibliografia secundária

- não comprovada

### 1.8.3 Biografia do autor

Silva (1859, III: 389) lamenta não possuir informações sobre a vida de Casimiro que vão além dos escassos dados fornecidos por Balbi (1822, II: cxxvij):

La *Grammatica portugueza* de JOZÉ JOAQUIM·CASIMIRO. Son plus grand défaut est d'être trop concise; néanmoins elle est assez bonne. Son auteur, dont les talens n'ont pas été assez connus, vit dans la plus grande misère: il en est réduit à enseigner la lecture aux enfans dans une école de confrérie de Porto.

Além das gramáticas aqui referidas (1.8.1 e 1.15.1), Casimiro terá ainda publicado, em 1805, uma *Instrução litteraria do idioma portuguez, para uso dos seus discípulos e declaração util ao metodo grammatical de que foi auctor* (Silva 1859, III: 389), cuja existência não conseguimos comprovar.

### 1.8.4 Plano da obra

[I]	[rosto]
III-VI	Introdução.
[VII]	erratas.
1-60	Parte I. <i>Da Etymologia</i> .
60-68	Parte II. <i>Da Syntaxe</i> .
68-75	Parte III. <i>Da Prosodia</i> .
76-99	Parte IV. <i>Da Orthografia</i> .
100-127	<i>Themas dados, que qualquer pode imitar para intelligencia das partes de Grammatica.</i>

### 1.8.5 Fontes

Casimiro não refere os nomes de outros autores.

### 1.8.6 Receção

Mesmo que esta gramática tenha sido publicada em várias edições, ao que parece, ela não chamou muito a atenção entre contemporâneos e sucessores. Aragão (1812: 5) limita-se a referir o nome de Casimiro na sequência dos gramáticos referidos (cf. 1.15.5). Balbi (cf. 1.8.3), em comparação, avalia a obra de maneira positiva. Inocêncio, por sua vez, parece, aparentemente referir-se ao geógrafo italiano, ao observar:

Posto que em demasia concisa, esta Grammatica tem boa disposição, e ha n'ella que aproveitar, no sentir dos entendidos (Silva 1859, III: 389).

## 1.9 Pedro José de Figueiredo: *Arte da grammatica portugueza*

### 1.9.1 Edições

- <sup>1</sup>1799 *Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro, offerecida a sua Alteza Real o Serenissimo Senhor Dom Antonio, Principe da Beira*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica.
- <sup>2</sup>1804 *Arte da grammatica portugueza* [...]. Segunda impressão Para uso do Real Collegio dos Nobres. Lisboa: Na Impressão Regia.
- <sup>3</sup>1811 *Arte da grammatica portugueza* [...]. Terceira Edição para o uso do Collegio Real de Nobres, e do Seminario do Patriarchado. Lisboa: Na Impressão Regia.
- <sup>4</sup>1827 *Arte da grammatica portugueza em methodo breve, facil, e claro*. Reformada nesta quarta edição para uso do Collegio Real de Nobres, e do Real Seminario do Patriarchado, por Pedro José de Figueiredo, *Socio da Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Na Impressão Regia.

<sup>5</sup>1837 *Arte da grammatica portugueza em methodo breve, facil, e claro*. Reformada nesta quarta edição para uso do Collegio Real de Nobres, e do Real Seminario do Patriarchado, por Pedro José de Figueiredo, *Socio da Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Na Imprensa Nacional. [Silva (1906, XVIII: 210) constata acertadamente que se trata de uma reimpressão sem alterações de Figueiredo (1827)].

É digno de nota a informação arquivística fidedigna de as cinco edições portuguesas da Impressão Regia / Imprensa Nacional terem tido tiragens de 1 000 exemplares (1799, 1804, 1827 e 1837) e 2 000 exemplares (2000) – o que quer dizer que houve um total de 6 000 exemplares impressos em Lisboa (Duarte 2013: 70). Para além disso, há notícia segura de pelo menos duas edições brasileiras, impressas em Salvador da Bahia:

<sup>3</sup>1811 *Arte da grammatica portugueza* [...] Terceira impressão. Mais correcta, e accrescentada. *Para uso do Real Collegio dos Nobres*. Bahia: Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva. [veja-se o rosto em Magalhães 209: 241]

<sup>4</sup>1817 *Arte da grammatica portugueza* [...] Quarta impressão. Mais correcta, e accrescentada. *Para uso do Real Collegio dos Nobres*. Bahia: Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva.

As últimas duas edições lisboetas, saídas postumamente com base no manuscrito deixado pelo autor, distinguem-se claramente das anteriores que, no que respeita às definições das partes da oração, são idênticas. Além disso, as edições de 1827 e 1837 contêm um anexo intitulado «Anotações que pareceram convenientes para melhor entendimento desta arte» (Figueiredo 1827: 115-160, cf. adiante 1.9.6).

### 1.9.2 Bibliografia secundária

Duarte (2010, 2012, 2013); Fontes (2006, 2010); Kemmler (2012b); Magalhães (2009).

### 1.9.3 Biografia do autor

Pedro José de Figueiredo nasceu em Lisboa, em 29 de junho de 1762, sendo filho do cirurgião lisboeta Caetano José de Figueiredo. Frequentou humanidades no Colégio dos Irlandeses em Lisboa, passando, seguidamente a ensinar Latim, Grego, Filosofia e Retórica no Seminário

do Patriarcado, em Santarém.<sup>47</sup> Figueiredo foi sócio da Academia das Ciências de Lisboa e trabalhava em comissões governamentais que se ocupavam de Literatura e da censura, vindo a falecer no seu apartamento na Travessa da Palmeira, a poucos metros da Academia das Ciências, aos 12 de fevereiro de 1826. Segundo Inocêncio, a sua bibliografia abrange, além de obras de História, também o manuscrito inédito de um *Diccionario da lingua portugueza* (veja-se Silva 1862, VI: 417-418 e Silva 1900, XVII: 210 e Kemmler 2012b: 107).

### 1.9.4 Plano da obra

[I]	[rosto]
[III]	Serenissimo Senhor [dedicatória ao príncipe, assinada pelo autor]
1-98	Arte da Grammatica Portugueza, Livro I.
1-22	Primeira parte [= <i>Artigo, Nome</i> ]
23-92	Segunda parte. [= <i>Verbo</i> ]
93-98	Terceira parte <i>Das Particulas</i> .
99-105	Livro II. <i>Da Quantidade das Syllabas</i> .
106-113	Livro III. <i>Da Syntaxe</i> .

### 1.9.5 Fontes

Deixando de lado o grande número de referências a autores de obras literárias ou metaortográficas ao longo das suas notas de rodapé, Figueiredo refere-se várias vezes ao gramático João de Barros (por exemplo, Figueiredo 1799: 10, 19, 89), como ainda, embora só uma vez, a Argote (Figueiredo 1799: 61).

### 1.9.6 Receção

O nome de Figueiredo é mencionado por Aragão (1812: 5). A *Arte* é também referida na *Grammatica Philosophica* de Jerónimo de Soares Barbosa, aliás não no prefácio, onde se passam em revista as gramáticas portuguesas até então existentes, mas sim no próprio texto da obra, onde, por exemplo, Barbosa (1822: 150) critica a exposição que Figueiredo faz do artigo e a sintaxe da dedicatória que precede a *Arte* (Barbosa 1822: 420 e Duarte 2010). Segundo Inocêncio (Silva 1862, VI: 417), Figueiredo reagiu a estas críticas com uma refundição da obra que, todavia, só foi

<sup>47</sup> No tempo de D. Maria I, o ensino, que fora secularizado pelo Marquês de Pombal, tinha, parcialmente, regressado para as mãos de instituições eclesíásticas (cf. 3.6).

publicada postumamente, em 1827 e 1837 (cf. 1.9.1., Silva XVII: 210 e Duarte 2012).

## 1.10 Pedro José da Fonseca: *Rudimentos de grammatica portugueza*

### 1.10.1 Edição

1799 *Rudimentos de grammatica portugueza, Cómmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*. Lisboa: Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira.

### 1.10.2 Bibliografia secundária

Coelho (2009, 2011a, 2011b); Kemmler (2012c); Schäfer-Prieß (2002, 2005).

### 1.10.3 Biografia do autor

Pedro José da Fonseca nasceu em Lisboa, 29 de junho de 1736, onde também viria a falecer, no dia 8 de julho de 1816 (Kemmler 2012c: 100). A partir de 1759, foi professor régio de Retórica e Poética, em Lisboa, ultimamente, e até à sua aposentação, em 1804, no Real Colégio dos Nobres. Como sócio fundador da Academia das Ciências, colaborou no *Diccionario da lingoa portugueza*, cujo primeiro (e único) volume foi publicado em 1793. Entre as suas numerosas publicações encontram-se obras lexicográficas, a par de obras pertencentes à retórica, poética e literatura. Tanto os *Rudimentos de grammatica portugueza* como o tratado metaortográfico do autor (*Rudimentos da orthographia portugueza*; Lisboa <sup>1</sup>1809) foram publicados sob a proteção do anonimato, sendo a autoria estabelecida firmemente graças ao testemunho de Figueiredo (1816, cf. também Silva 1862, VI: 419-424).

### 1.10.4 Plano da obra

[I]	[rosto]	
III-XV	Prologo.	
1-208	<i>Parte I.</i>	[partes da oração]
209-308	<i>Parte II.</i>	[sintaxe]
311-350	[XXII Notas]	
351-353	Indice	

### 1.10.5 Fontes

Ao desmentir a censura de não ter tomado devidamente em conta a *grammatica 'logicística'* (veja-se adiante), Fonseca (1799: V-VI) refere-se, várias vezes, no seu «Prologo», a autores da *Grammaire Générale* francesa, tais como Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780)<sup>48</sup> e César Chesneau Dumarsais (1676-1756),<sup>49</sup> não mencionando, pelo contrário, a gramática mais convencional da *Real Academia Española* (1771).<sup>50</sup>

Com alguma frequência, Fonseca faz referência a João de Barros (cuja obra tinha acabado de ser reeditada poucos anos antes, cf. Barros 1785). Além disso, oferece citações do *Diálogo em lovvor da nóssa*

<sup>48</sup> Condillac retomou e desenvolveu a teoria do conhecimento de John Locke: «Durch die konsequente Einbeziehung eines sensualistischen Zeichenbegriffs konnte Condillac das in Lockes Philosophie noch als apriorische Denkfähigkeit vorhandene rationalistische Relikt beseitigen und den Sensualismus bis zur Konsequenz des Hervorgehens aller Denkfähigkeit des Menschen aus der Sinnesempfindung führen» (Ricken 1984: 95; inclui também bibliografia).

[Através da inclusão coerente de um conceito sensualista de sinal, Condillac conseguiu eliminar a relíquia racionalista que ainda estava existente na filosofia de Locke como capacidade de pensar a priori, levando o sensualismo até à consequência da origem de toda a capacidade de pensar do homem como resultado das impressões sensuais].

Condillac representa a *Grammaire Générale* de cunho sensualista. A sua *Grammaire* veio a lume em Parma, no ano de 1775, como primeiro tomo do *Cours d'étude pour l'instruction du Prince de Parme*. Em Portugal, já no século XVIII se traduziram obras de Condillac. Da *Logique* (1780) existe, de acordo com Santos (1914-1917, I: 450), uma tradução portuguesa em forma de um manuscrito de 1788. Teófilo Braga (1898, III: 719-720) refere uma tradução da *Art de penser* (1794) por José Liberato Freire Carvalho (1772-1855). Apesar de serem oficialmente proibidas, consta que obras de Condillac já se encontravam na Biblioteca da Universidade de Coimbra anteriormente a 1798, entre elas o *Cours d'étude* (Eiras 1989: 34).

<sup>49</sup> Também conhecido sob a forma onomástica 'Du Marsais', o gramático e filósofo francês elaborou várias obras sobre a língua e a gramática, bem como artigos para a *Encyclopédie* (Monreal-Wickert 1977: 19-20). Breva-Claramonte (1986: LV) caracteriza-o do seguinte modo: «In summary, Du Marsais follows Sanctius' and Port-Royal's views and those of several other scholars to delineate a methodology for teaching grammar». Segundo Santos (1945: 224), terá sido desde 1800 que passou a haver edições portuguesas da sua obra postuma *Logique ou principes de grammaire* (1797). Veja-se Bartlett (1974, I: 9\*-51\*).

<sup>50</sup> Parece surpreendente que Soares Barbosa faça uma apreciação tão positiva da *Gramática de la Real Academia Española*, uma vez que ela ficou tão pouco influenciada pelos princípios 'filosóficos'.

*lingvágem* (Fonseca 1799: 296-297) e coloca, no fim da gramática, mais um passo tirado do autor quinhentista.

### 1.10.6 Receção

Na sua panorâmica das gramáticas portuguesas, Jerónimo Soares Barbosa (1822: XI-XII) caracteriza as gramáticas publicadas até Lobato da seguinte maneira:

Mas todas estas Grammaticas, além de muitos erros e defeitos particulares, que nos seus lugares notarei, tem o commum de serem huns systemas meramente analogicos, e fundidos todos pela mesma fôrma das Grammaticas Latinas; e nesta mesma consideração ainda mui imperfeitos por falta de muitas observações necessarias sobre o genio particular e caracter da Lingua Portugueza.

Sem permitir a conclusão de que tivesse consciência de o autor anónimo dos *Rudimentos* ser o seu confrade da Academia das Ciências de Lisboa, continua:

Grande parte destes defeitos emendou já o auctor dos *Rudimentos da Grammatica Portugueza*, impressos em Lisboa em 1799, tomando por guia quasi em tudo a *Grammatica da Lingua Castellhana composta pela Real Academia Hespanhola*, a qual entre as das Linguas vulgares tem merecido um distincto louvor.

Esta Grammatica porém é mais um systema analogico de regras e exemplos, do que Logico; e posto que reforme muitos abusos das antigas Grammaticas, segue contudo a mesma trilha, e desamparando os principios luminosos da Grammatica geral e razoada, multiplica em demazia as regras, que poderia abbreviar mais reduzindo-as a ideas mais simples e geraes. Nenhuma destas duas Grammaticas se faz cargo de Orthoepia e Orthographia, partes essenciaes e importantes a qualquer Grammatica vulgar (Barbosa 1822: XII; cf. Woll 1994a: 659-660).

Esta avaliação é retomada *ipsis verbis* por Inocêncio (Silva 1862, VI: 422). Além da referência de Soares Barbosa à obra anónima, também Aragão (1812: 5) e Carneiro (1820: 6) mencionam o nome de Fonseca de maneira explícita.

## 1.11 Manuel Dias de Sousa: *Gramatica portugueza*

### 1.11.1 Edição

1804 *Gramatica portugueza ordenada Segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para Facilitar á mocidade Portugueza o estudo de lêr e escrevêr a sua propria Lingua, e a*

*inteligencia das outras em que se quizer instruir, por Manoel Dias de Souza, Presbitero Secular, formado em Canones, e Prior na Paroquial Igreja de Vilanova de Monsarros, do Bispado de Coimbra.* Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade.

### 1.11.2 Bibliografia secundária

Esteves (2007); Kemmler (2012c, 2013a).

### 1.11.3 Biografia do autor

Natural da arquidiocese de Braga, Manuel Dias de Sousa nasceu no «‘lugar da Carreira’ da então freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo (hoje Sobradelo da Goma, no concelho de Póvoa de Lanhoso) no dia 25 de maio de 1753» (Kemmler 2012c: 79), vindo a falecer, aos 73 anos de idade, no dia 21 de fevereiro de 1827. Bacharel em Direito Canónico, foi prior da igreja de Vila Nova de Monsarros (hoje concelho de Anadia, no distrito de Aveiro). No prefácio da *Gramatica*, refere-se à sua profissão e ao meio ambiente em que a exerce:

[...] o que tão somente pertendo he facilitar á mocidade Portugueza, quanto mo permitem as minhas forças, a habitação de huma Aldea, e a ocupação de Paroco que exercito, o estudo da sua propria Lingua e das estrangeiras [...] (Sousa 1804: XIII).

Em 1822, Sousa foi eleito deputado às *Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes* pelo distrito de Aveiro, bem como deputado substituto pelo distrito de Coimbra. Nesta qualidade manifestou expressamente a sua aderência à Constituição liberal de 1822 (cf. 3.6) (Silva 1892: XVI: 171). A par da gramática, Sousa escreveu uma obra pedagógica (*Nova escola de meninos: na qual se propõem hum methodo facil para ensinar a lêr, escrever, e contar*, cf. Sousa 1784) e uma *Historia da criação do mundo* (Lisboa 1825), bem como algumas obras de natureza jurídica (Silva 1860, V: 408 e Silva 1892, XVI: 171).

### 1.11.4 Plano da obra

- [III] [rosto]
- V-XIV Introdução
- XV-XIX Indes dos capitulos e suas materias que se contem nesta gramatica.
  - 1-2 Proemio gramatical
  - 3-214 Parte primeira. Da ortologia.
    - 3 *Proemio*
    - 4-28 Artigo primeiro. Dos elementos da palavra.

- 29-145 Artigo segundo. Da etimologia das palavras, ou elementos do discurso  
 145-155 Artigo terceiro. Da Prozodia.  
 155-214 Artigo quarto. Da Sintaxe.  
 215-226 Apendis à ortologia. Da Versificação Portugueza.  
 227-282 Parte segunda. Da ortografia  
     227 *Proemio*  
 228-265 Artigo primeiro. *Ortografia das palavras*.  
 265-282 Artigo segundo. *Ortografia do Discurso*.

### 1.11.5 Fontes

A gramática é precedida por uma citação de Roboredo em que se acentua a ligação entre a linguagem e a razão. Na «Introdução», Sousa menciona os seus predecessores Oliveira, Barros, Roboredo, Argote e Lobato, bem como (e relacionado com eles) as fontes latinas deste último (cf. 1.5.6). Em seguida, refere a *Encyclopédie méthodique*<sup>51</sup> e, em especial, o gramático francês Antoine Court de Gébelin (1725-1784).<sup>52</sup> (Sousa 1804: XII-XIII). Por fim declara:

A Doutrina que proponho foi principalmente coligida da Gramatica universal de Gebelem, e da Grammatica Geral de M.<sup>f</sup> Bozé pelo que respeita a este objeto; e pelo que respeita ao particular da nossa Lingua a tirei dos Gramaticos Nacionaes e em especial de Lobato, quem duvidar dela, ou das inovações que faço no sistema

<sup>51</sup> *Encyclopédie méthodique: Grammaire et littérature* (3 vols, Paris, 1782-1786). «Die *Encyclopédie méthodique* ist eine erweiterte, mehr oder weniger stark modifizierte und nach Fachgebieten gegliederte Neufassung der Enzyklopädie von Diderot und D'Alembert. [...] Die Bände zu Grammatik und Literatur, die von Beauzée und Marmontel in den Jahren 1782, 1784 und 1786 herausgebracht wurden, weisen nach Umfang und Inhalt relativ wenig Veränderungen gegenüber den Artikeln der Diderot-Enzyklopädie auf» (Monreal-Wickert 1977: 18)

[A *Encyclopédie méthodique* é uma nova edição alargada, mais ou menos modificada e organizada por áreas temáticas da Enciclopédia de Diderot e D'Alembert. [...] Os volumes sobre gramática e literatura, que foram dados a lume por Beauzée e Marmontel, nos anos de 1782, 1784 e 1786, revelam poucas alterações, tanto em extensão como em conteúdo, em relação aos artigos respetivos da Enciclopédia de Diderot].

Em Portugal, a *Encyclopédie* esteve proibida durante o século XVIII: segundo Eiras (1989: 21) o reitor da Universidade de Coimbra em 1778 terá perseguido estudantes que discutiam os ensinamentos filosóficos dos enciclopedistas (Cf. Swiggers 1986).

<sup>52</sup> O autor do *Monde primitif analysé et comparé avec le monde moderne* em nove volumes (Paris 1771-1782) publicou também em separado a *Histoire naturelle de la parole, ou origine du langage, de l'écriture et de la grammaire universelle à l'usage des jeunes gens* (Paris 1776. Cf. Porset 1977 : 71-72).

Gramatical, pode recorrer a estes Autores que aponto, onde achará as discussões suficientes para a sua justificação (Sousa 1804: XIV).

Além de Court de Gébelin e de Nicolas Beauzée (1717-1789),<sup>53</sup> também Condillac é mencionado entre os representantes da *Grammaire Générale* (Sousa 1804: 175).

### 1.11.6 Receção

Lemos (1820: VIII) chama Sousa um dos divulgadores da *Grammaire Générale* em Portugal. Moura (1823: 425) menciona o seu nome, mas gramáticos posteriores já não se referem a ele, nem sequer Leite de Vasconcelos (1929) como historiador.

## 1.12 *Compendio da grammatica portugueza* (1804)

### 1.12.1 Edições

1804 *Compendio da grammatica portugueza para instrucção da mocidade*. Lisboa: Na Typografia Rollandiana.

1839 *Compendio da grammatica portugueza para instrucção da mocidade*, Nova edição, Lisboa: Na Typografia Rollandiana.

### 1.12.2 Bibliografia secundária

Kemmler (2013a); Moura / Assunção (2014).

### 1.12.3 Biografia do autor

Não há quaisquer indicações acerca do autor. Inocêncio não inclui esta gramática no seu *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Moura (1823: 426) somente oferece a informação 'anonymo'.

---

<sup>53</sup> Beauzée redigiu artigos sobre a gramática para a *Encyclopédie*, bem como para a sua vasta *Grammaire générale ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage* (Paris, 1767). Beauzée pode ser considerado como um dos mais influentes representantes da *Grammaire Générale* (cf. Hoinkes 1991: 14). Em termos de teoria da linguagem, a sua posição é racionalista, 'proche du nativisme' (Aurox 1986a: 685). Veja-se também Bartlett (1974: 9\*-51\*).

### 1.12.4 Plano da obra

- [1] [rosto]  
 3-113 Capitulo I. *Que cousa seja Grammatica Portugueza, e quantas suas Partes.*  
 114-124 Capitulo II. Da prosodia.  
 125-138 Capitulo III. Da syntaxe.

### 1.12.3 Fontes

O autor anónimo prescinde de qualquer indicação de fontes.

### Receção

A única menção do *Compendio* encontra-se em Moura (cf. 1.12.3). Como já vimos, Inocêncio não inclui esta obra no seu elenco bibliográfico.

## 1.13 António de Moraes Silva: *Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza*

### 1.13.1 Edições

- <sup>1</sup>1806 *Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza*, Composta por Antonio de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira.  
<sup>2</sup>1824 *Grammatica Portugueza*, Por Antonio de Moraes Silva. Rio de Janeiro: Na Typographia de Silva Porto, e Comp.

A partir da segunda edição de 1813, esta gramática foi também publicada no início do 'tomo primeiro' de todas as edições do *Diccionario da Lingua Portugueza* (veja-se, por exemplo, Silva 1813: I-XLVIII e Costa 1907: XL). Nesta configuração, o *Diccionario* teve as seguintes reedições: (<sup>3</sup>1823), (<sup>4</sup>1831), (<sup>5</sup>1844), (<sup>6</sup>1866), (<sup>7</sup>1877-1878), (<sup>8</sup>1890-1891), (<sup>9</sup>1889), (<sup>10</sup>1949-1959, 12 volumes).

### 1.13.2 Bibliografia secundária

- não comprovada

### 1.13.3 Biografia do autor

António de Morais Silva nasceu no dia 1 de janeiro de 1755 no centro no Rio de Janeiro (Costa 1907: VII). Estudou direito em Coimbra desde 1774, formando-se em 1779, passou então a residir em Londres, visitando ainda outras capitais europeias. Após o seu regresso ao Brasil, foi advogado no Recife, mas chegou a ser nomeado juiz de fora na Bahia em 1795. Retirou-se com a sua mulher para o seu engenho nos arredores do Recife, em Pernambuco, em 1796, onde concluiu a sua gramática em 1802.<sup>54</sup> Após a proclamação da Constituição brasileira, Morais foi membro do Governo provisório, vindo a falecer, em 1824, no Recife.

A sua obra principal é o conhecido *Diccionario da Lingua Portuguesa*, cuja primeira edição foi publicada em Lisboa, no ano de 1789.<sup>55</sup> Além disso, Morais fez traduções do inglês e do francês (*Historia de Portugal*, Lisboa, <sup>1</sup>1788, ou *Recreação do homem sensivel*, Lisboa 1788 / 1792). Veja-se Silva (1858, I: 209-210 e 1867, VIII: 257), Varnhagen (1852: 244-247) e Costa (1907).

### 1.13.4 Plano da obra

[I]	[rosto]
III-VIII	Ao leitor benevolo.
9-14	Introducção.
15-81	Livro I. <i>Das Palavras por si sós ou partes da Sentença.</i>
82-181	<i>Livro II. Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe.</i>
122-163	Taboas Das Conjugações dos Verbos Auxiliares

### 1.13.5 Fontes

No início da sua gramática, Morais oferece uma citação de Condillac:

<sup>54</sup> «Acabou se este Epitome da Grammatica Portugueza no Engenho novo da Moribeca em Pernambuco, aos 15. de Julho de 1802» (Silva 1806: 163). Semelhantemente, esta observação encontra-se inalterada após a palavra 'Fim' no *Epitome* que faz parte do primeiro tomo do dicionário (Silva 1813, I: XLVIII).

<sup>55</sup> Considerando que o autor tinha cedido os direitos autorais aos livreiros lisboetas Borel, Borel & Companhia, Costa (1907: XII) oferece as seguintes informações: «Sahiu seu Diccionario da lingua portugueza, em dous volumes, cuja propriedade vendera aos livreiros Borel & C., por 2.000 cruzados (800\$000); porém foi tal a sahida da obra, os creditos que conquistou, o lucro vantajoso que immediatamente obtiveram os editores, que espontaneamente offereceram a Moraes Silva uma gratificação de 600\$000».

Nous avons compliqué nôtre Grammaire parce que nous l'avons voulu faire d'après les Grammaires Latines. Nous ne la simplifierons, qu'autant que nous rappellons les expressions aux éléments du discours (Morais 1806: [II]).<sup>56</sup>

No seu paratexto, o gramático menciona os dois gramáticos ingleses Robert Lowth (1710-1787)<sup>57</sup> e Joseph Priestley (1733-1804),<sup>58</sup> bem como o francês Noël-François de Wailly (1724-1801)<sup>59</sup> (Silva 1806: IV). É sobretudo dentro das suas notas de rodapé da gramática que merecem destaque as referências bastante frequentes, que Morais faz a toda uma série de autores de obras metalinguísticas, pertencentes a várias línguas e tradições. Assim (sem considerarmos os autores pertencentes ao ramo da literatura), são mencionados explicitamente os portugueses Barros (Silva 1806: 12, 26, 35, 39, 45, 52, 66, 67, 75, 86, 119, 123, 124, 138), Nunes de Leão (Silva 1806: 11, 12, 26, 38, 39, 45, 48, 103, 120) e Argote (Silva

<sup>56</sup> Morais (1806: 1806: [II]) identifica a fonte como se segue: «Condillac, Gramm. p. 2. chap. 21. note (\*) pag. 205. édit. de 1780. à Genève». A única divergência entre o texto da nota de Condillac (1775: 275) e a citação pelo nosso gramático é o uso da maiúscula em 'Latines' que o gramático francês escreve 'latines'.

<sup>57</sup> Com considerável sucesso editorial, o bispo anglicano publicou *A Short Introduction to English Grammar: With Critical Notes* (Londres <sup>1</sup>1762, cf. Michael 1970: 573).

<sup>58</sup> O teólogo e cientista publicou as obras metalinguísticas *Rudiments of English Grammar: Adapted to the Use of Schools, With Observations on Style* (Londres <sup>1</sup>1761) e *A Course of Lectures on the Theory of Language, and Universal Grammar* (Warrington 1762; cf. Michael 1970: 578-579).

<sup>59</sup> O gramático francês foi autor da *Grammaire française ou la manière dont les personnes polies et les bons auteurs ont coutume de parler et d'écrire* (Paris <sup>1</sup>1754), mais tarde publicada sob o título *Principes généraux et particuliers de la langue française confirmés par des Exemples choisis, instructifs, agréables, & tirés des bons Auteurs; avec les moyens de simplifier notre Ortographe, des Remarques sur les lettres, la Prononciation, la Prosodie, les Accents, la Ponctuation, l'Ortographie & un Abrégé de la Versification Française* (Paris, <sup>2</sup>1763). Também houve uma versão abreviada de grande sucesso intitulada *Abrégé de la grammaire française* (Paris <sup>3</sup>1759, cf. Chevalier 1968: 748). Com as suas reedições, a *Grammaire française* pertencia às gramáticas escolares do século XVIII (Joly 1980: 18). Hoinkes (1991: 23) inclui a gramática de Wailly entre os manuais de ensino de línguas «[...] die zwar große Auflagenhöhen erreichten, aber in theoretisch-methodischer Hinsicht weit hinter den Errungenschaften der Enzyklopädisten zurückbleiben» [(...) que, embora tenham atingido grandes tiragens, ficam muito aquém, em termos teórico-metódicos, dos progressos conseguidos pelos enciclopedistas». Veja-se Chevalier (1968: 710-718).

1806: 62), o inglês James Harris (1709-1780)<sup>60</sup> (Silva 1806: 55, 64), bem como os franceses Arnauld e Lancelot, cuja *Grammaire générale et raisonnée* várias vezes é identificada (Silva 1806: 24, 26, 48, 52, 55, 64), como ainda Condillac (Silva 1806: 24, 26, 52, 55), Dumarsais (na *Encyclopédie*) e Beauzée (ambos em Silva 1806: 64).

### 1.13.6 Receção

Aragão (1812: 33), Melo (1818: 223) e Ferreira (1819: 27) elogiam a gramática de Morais. Também Balbi (1822: II: cxxij) chama 'excellente' ao *Epítome* de Morais. Moura (1823: 425-426) menciona o nome do autor e da sua obra. Leite de Vasconcelos não lhe faz qualquer referência.

## 1.14 Jerónimo Soares Barbosa: *As duas linguas, ou Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, Comparada com a Latina*

### 1.14.1 Edição

1807 *As duas linguas, ou Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, Comparada com a Latina, Para Ambas se aprenderem ao mesmo tempo*, por Jeronymo Soares Barboza, Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Escholas do Reino na Universidade de Coimbra. Coimbra: Na Real Impressão da Universidade.

A obra foi publicada sem qualquer referência explícita ao nome do autor. No entanto, não é somente graças às informações oferecidas no «Catalogo das [...] Obras de Jeronymo Soares Barboza, Jubilado na Cadeira de Eloquencia, e Poesia da Universidade, e na mesma Deputado da Junta da Directoria Geral, &c.», anexo a esta obra, que Barbosa (1807: [II]) assume a autoria da mesma. Graças aos documentos de censura que se conservam no Arquivo Nacional da Torre do Tombo não cabe dúvida na autoria de Soares Barbosa, o qual, como detentor dos direitos autorais, interveio pessoalmente ou fazia-se representar por procuradores ao longo

<sup>60</sup> Autor de *Hermes: or a philosophical inquiry concerning language and universal grammar* (1751). Segundo Joly (1972: 14-15), uma das principais fontes de Harris é o Brocense. A influência que exerceu nos gramáticos ingleses posteriores (entre os quais estão os já mencionados Lowth e Priestley) foi considerável, tendo sido o *Hermes* traduzido para o alemão (Harris 1788), e para o francês, em 1796 (Joly 1972: 8). Como destaca Joly (1972: 10), o tradutor francês, François Thurot, antepõe ao texto de Harris um extenso *Discours préliminaire* de carácter linguístico-historiográfico (Thurot em Harris 1796: IX-CXIX).

dos vários passos do processo de licenciamento censório (Kemmler / Assunção / Fernandes 2009: 208-212).

### 1.14.2 Bibliografia secundária

As *Duas linguas* são mencionadas, brevemente, por Casteleiro (1980: 198), Cardoso (1986: 68) e Coelho (2013), no âmbito de considerações sobre a *Grammatica Philosophica* do mesmo autor (cf. 1.23) Para a resolução de algumas questões bibliográficas Kemmler / Assunção / Fernandes (2009), Kemmler (2012b) e Azevedo (2012).

### 1.14.3 Biografia do autor

Jerónimo Soares Barbosa nasceu em 1737, em Ansião (distrito de Leiria). Frequentou o Seminário Episcopal de Coimbra e cursou Cânones na Universidade de Coimbra, formando-se como bacharel em 1766. Desde então, até à sua aposentação em 1790, foi professor de retórica e poética no Real Colégio das Artes (1542-1837), que pertencia à universidade. Em 1789, foi eleito sócio correspondente, em 1803 sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa.

Depois de se ter aposentado, em 31 de janeiro de 1800 Jerónimo Soares Barbosa (junto com o irmão António Soares Barbosa) foi nomeado deputado da 'Junta da Directoria-Geral dos Estudos e Escolas do Reino', sediada na Universidade de Coimbra (cf. 3.6). Nesta qualidade, tinha a seu cargo a edição de autores clássicos. Até à sua morte, em 5 de janeiro 1816, elaborou várias obras, na maior parte dos casos para uso escolar, pertencentes às áreas da retórica, literatura, teologia e história, bem como uma *Eschola popular das primeiras letras* (1796, em quatro partes) (cf. Silva 1859, III: 276; Gusmão 1857; Andrade 1981, I, 1: 343-344 e Kemmler 2010, 2011a).

### 1.14.4 Plano da obra

- [III] [rosto]
- V-XIII Introdução.
- XIV-XVI Índice da parte primeira.
- XVI Erratas.
- 1 [definições do termo 'gramática' e das suas partes]
- 2-168 Parte primeira da Etymologia, e Syntaxe.
- 2-131 Livro I. Da etymologia, ou das partes elementares da oração portugueza, e latina.

132-168 Livro II. Da Syntaxe, e Construcção.  
 168-174 Appendice. *Da Prosodia Latina*.

### 1.14.5 Fontes

No verso do rosto de *As duas linguas*, Soares Barbosa oferece duas citações, uma de Suetónio<sup>61</sup> e a outra de João de Barros (do *Diálogo em louvor da nossa lingvagem*).<sup>62</sup> Na Introdução escreve:

Eu não tomei outro modelo senão o da Grammatica Geral, e Philosophica (Barbosa 1807: XII).

Ao longo da sua gramática, mal se refere a outros autores, excetuando Quintiliano (Barbosa 1807: 4-5), Jean-Pons Victor Delecouls de Lévizac (1745-1813)<sup>63</sup> (Barbosa 1807: 141) e mais uma vez o referido diálogo de Barros (Barbosa 1807: 167).

### 1.14.6 Receção

Ao nome de Soares Barbosa está associada, em primeiro lugar, a *Grammatica Philosophica* (cf. 1.23), publicada postumamente em 1822.

A obra *As duas linguas* foi apreciada por Moura (1823: 358), que a chama «[...] o primeiro Compendio, que temos, das Grammaticas [sic!] Latina e Portugueza Comparadas». Mais adiante, ao constatar «a falta de uma Arte, que comprehendesse os Principios Geraes da Grammatica, e a comparação das duas linguas Latina e Portugueza», Moura (1823: 358) continua:

Para remover o primeiro obstaculo, visto que até o principio do presente Seculo não havia Artes sufficientes, publicou o mesmo JERONYMO SOARES BARBOSA *As duas Linguas*, obra, a primeira que Portugal viu neste genero, na qual seu A.

<sup>61</sup> «Grammatica olim Romæ ne in usu quidem, nedum in honore erat, rudi scilicet, ac bellicosa etiam tum civitate, nec dum magnopere liberalibus disciplinis vacante. Suet. *De Illustr. Gramm.* in Praef.».

<sup>62</sup> «Não te pareça trabalho sobejo entender tanto na propria linguagem: porque, se fores bem doutrinado nella; levemente o serás nas alheas. Este hé o modo, que tiveram todol-os, Gregos, e Latinos: tomáram por fundamento saber primeiro o seo que o alheo. João de Barros. *Dial. em louvor de nossa Linguagem*. Edic. de Lisboa. 1785. pag. 227».

<sup>63</sup> Autor de *L'Art de parler et d'ecrire correctement la langue françoise, ou nouvelle grammaire raisonnee de cette langue, a l'usage des etrangers qui desirent d'en connoitre a fond les principes et le genie* (Londres, 1797). Veja-se Porset (1977: 83).

mostrou executados os desejos de *Roboredo* [...] [cf. 4.1.2.], e as disposições das sobreditas *Instrucções Regias e Alvará* [...] [cf. 1.5.6.]; e que deve servir de norma a todos os Compendios, que para o futuro se publicarem para uso das Escolas Publicas de Latim; e que contém em resumo, quanto os antigos e modernos tem pensado sobre Grammatica de mais solido e apurado (Moura 1823: 358).

Lemos (1820: VII-IX) chama Soares Barbosa um intermediário da *Grammaire Générale* em Portugal.

## 1.15 João Joaquim Casimiro: *Methodo grammatical resumido* (terceira edição)

### 1.15.1 Edição

<sup>3</sup>1811 *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*, composto por João Joaquim Casimiro, Professor de Grammatica. Terceira edição. Acrescentada pelo mesmo author. Porto: Na Typ. de Antonio Alvarez Ribeiro.

### 1.15.2 Bibliografia secundária

- não comprovada

### 1.15.3 Biografia do autor

Veja-se 1.8.3.

### 1.15.4 Plano da obra

[I]	[rosto]
3-9	Introducção.
11-68	Parte I. <i>Da Etymologia</i> .
68-78	Parte II. <i>Da Syntaxe</i> .
79-84	Parte III. <i>Da Prosodia</i> .
85-107	Parte III.[sic!] <i>Da Orthografia</i> .
108-134	<i>Themas dados, que qualquer póde imitar para intelligencia das partes de Grammatica</i> .

### 1.15.5 Fontes

Também na terceira edição, refundida e alargada, Casimiro não oferece qualquer referência explícita às suas fontes.

### 1.15.6 Receção

Veja-se 1.8.5.

## 1.16 Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão: *Memorias curiosas para a grammatica filosofica da lingua portugueza*

### 1.16.1 Edição

1812 *Memorias curiosas para a grammatica filosofica da lingua portugueza. Compostas, e arranjadas para o uso de seus alumnos por Manoel Pedro Thomás Pinheiro e Aragão, Professor Regio de Filosofia no Alentejo*. Lisboa: Na Impressão Regia.

### 1.16.2 Bibliografia secundária

- não comprovada

### 1.16.3 Biografia do autor

Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão viveu de 1773 até 1838. Foi professor régio de Filosofia, em Portalegre, de Gramática Latina e Portuguesa, em Lisboa, diretor de um colégio e, por fim, escriturário na Contadoria do Arsenal do Exército (Silva 1862, VI: 78). Para além das *Memorias*, a obra de Aragão abrange poemas (Silva 1862, VI: 78) classifica-o como 'poeta medíocre' e relatos de guerra.

### 1.16.4 Plano da obra

- [1] [rosto]
- 3-5 Prefação.
- 7-8 Lição I.<sup>a</sup> Preliminar. *Partes da Grammatica, e seus pretimos*.
- 9-11 Lição II. *Partes da Oração, e seus requesitos*.
- 11-13 Lição III. *Definição dos Casos*.
- 14-15 Lição IV. *Declinações da Linguagem vulgar*.
- 16-17 Lição V. *Divisões do Nome Substantivo*.
- 18-24 Lição VI. *Divisões do Nome Adjectivo*.
- 24-27 Lição VII. *Divisões e Declinações do Pronome*.
- 27-30 Lição VIII. *Divisões do Verbo, e seus Modos*.
- 27-32 Lição IX. *Épocas (ou Tempos) do Verbo, no Modo Finito Real*.
- 32-35 Lição X. *Épocas (ou Tempos) do Verbo, no Modo Finito Potencial*.
- 35-41 Lição XI. *Gerundios, Supinos, e Participios do Verbo*.
- 41-45 Lição XII. *Divisões da Preposição*.

- 46-53 Lição XIII. *Divisões do Adverbio, Conjuncção, e Interjeição.*  
 53-56 Lição XIV. *Accidente Verbal, e Oral quantitativo, ou Figuras Grammaticaes.*  
 56-63 Lição XV., e ultima.  
*Schêma Geral Dialogistico entre Mestre, e Discipulo, em que consiste (a exemplo de Argote) a Regencia Synthética, ou Anályse Grammatical, sobre a seguinte*  
 Oitava Rima da Lusiada de Camões. *Canto 9.º* [Sintaxe]  
 64-78 Appendix aos Verbos.  
 79-80 Index

### 1.16.5 Fontes

Aragão faz preceder a gramática, como mote, por uma citação da *Tusculanae Disputationes* de Cícero,<sup>64</sup> bem como do «*Diction. Phil. chez Guillyn*». <sup>65</sup> Na «Prefação» identifica como os seus modelos a *Encyclopédie*, o seu fundador Denis Diderot (1713-1784), Court de Gébelin, Jean-François Marmontel (1723-1799),<sup>66</sup> Charles Batteux (1713-1780),<sup>67</sup> Condillac, Dumarsais e Beauzée. Os gramáticos portugueses são mencionados do seguinte modo:

Não penses tu com isto que intento denegrir a gloria dos sempre immortaes Oliveiras, Pereiras, Roboredos, Argotes, Lobatos, Pinheiros, Bacellares, Casimiros,

<sup>64</sup> «*Ne verbis solum attingamus ea, quae volumus ostendere, proponenda quaedam quasi moventia sunt, quae nos magis ad cognitionem, intellegentiamque convertant.* Cic. Tusc. L. 5. §. 24» (Aragão 1820: [2]).

<sup>65</sup> «*Les leçons, la plupart, ne sont qu'un assemblage de mots & de raisonnemens; & les mots, sur quelque matière que ce soit, ne nous rendent qu'imparfaitement les idées des choses... Il faut que le fait, ou l'exemple suive immédiatement le dogme ou le précepte, si l'on veut rendre la leçon utile.* Diction. Phil. chez Guillyn» (Aragão 1820: [2]). A obra referida é o *Dictionnaire philosophique* (1751, 31764), publicado anonimamente por Didier Pierre Chicaneau de Neuville (1720-1781). A citação é um excerto da entrada «Leçon» (Neuville 1764: 363) na edição publicada pelos livreiros parisienses Claude-Jacques-Charles Durand de Sugères e Pierre Guillyn (1715?-1781; cf. Lottin 1789: 60, 77).

<sup>66</sup> O escritor francês foi coeditor da já referida *Encyclopédie méthodique*. Presumivelmente é nessa qualidade que Aragão se refere a ele.

<sup>67</sup> Monreal-Wickert (1977: 104) afirma que Batteux, «[...] hat sich neben seiner geistlichen Laufbahn als Lehrer und als Autor Fragen der Grammatik und der Rhetorik zugewandt [...]. Er ist Verfasser eines 47bändigen *Cours d'études à l'usage des élèves de l'Ecole militaire* (1777)» [...] a par da sua carreira eclesiástica, dedicou-se como docente e como autor a questões de gramática e de retórica [...]. É autor de um *Cours d'études à l'usage des élèves de l'Ecole militaire* (1777), em 47 tomos».

Maldonados, Figueiredos, FONSECAS, Moraes, e outros também Anónimos: longe de mim tal presumpção (Aragão 1812: 5)!

Aragão apresenta, aqui, uma lista quase completa dos seus antecessores, por ordem cronológica. O que causa surpresa é a falta de João de Barros. Pinheiro refere-se a João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811), o único dos autores mencionados que não elaborou uma gramática propriamente dita (cf. Silva 1860, IV: 21 e, mais pormenorizadamente, Kemmler 2007). Uma vez que não é conhecido mais nenhum autor de obras metalinguísticas em finais do século XVIII ou inícios do século XIX com este nome, não parece fazer sentido a referência a 'Maldonado' nesta ordem precisa, já que a primeira edição das *Regras* de Argote sob o pseudónimo de Caetano Maldonado da Gama já tinha sido publicada em 1721 (1.4.1). No entanto, Aragão também menciona o verdadeiro nome do gramático setecentista dentro da sequência histórica, talvez sem perceber que se trate de uma e a mesma pessoa.

No texto da gramática, o autor menciona Dumarsais (Aragão 1812: 11), Linacre e Verney (Aragão 1812: 32), bem como Condillac (Aragão 1812: 63). Para além disso, declara ter tomado como modelo o estilo dialogístico de Argote no capítulo XV (Aragão 1812: 56).

### 1.16.6 Receção

As *Memórias curiosas* não são mencionadas nas obras da especialidade.

## 1.17 António José Batista: *Compendio de grammatica, e orthografia portugueza*

### 1.17.1 Edição

1816 *Compendio de grammatica, e orthografia portugueza*, composto por Antonio Jozé Baptista, Professor Regio de Sacavem. Para uzo dos seus discipulos. Lisboa: Na Nova Impressão da Viuva Neves, e Filhos.

### 1.17.2 Bibliografia secundária

- não comprovada

### 1.17.3 Biografia do autor

De António José Batista nada mais se sabe além de ter sido 'professor régio de primeiras letras' em Sacavém (cf. 1.16.1). Segundo Inocêncio, o *Compêndio* parece ser a sua única obra (Silva 1859, I: 166 e Silva 1867, VIII: 196).

### 1.17.4 Plano da obra

- [1] [rosto]
- 3-10 Prologo.
- 11-53 Compendio de grammatica e orthografia portugueza. [partes da oração; sem distribuição por capítulos]
- 54-60 *Syntaxe*.
- 61-132 Parte segunda da orthografia.

### 1.17.5 Fontes

Batista não menciona quaisquer fontes.

### 1.17.6 Receção

Sobre a receção do *Compêndio* nada se sabe.

## 1.18 João Crisóstomo do Couto e Melo: *Gramática filosófica da linguagem portuguêsã*

### 1.18.1 Edição

- 1818 *Gramática filosófica* [sic] *da linguagem portuguêsã*. Composta e oferecida a El Rei Nosso Senhor por João Crisóstomo do Couto e Melo. Lisboa: Na Impressão Regia.

### 1.18.2 Bibliografia secundária

Gonçalves (1996); Schäfer (1991).

### 1.18.3 Biografia do autor

João Crisóstomo do Couto e Melo nasceu, presumivelmente, por volta de 1778, em Lamego, e terá falecido por volta de 1838. Segundo Inocêncio

(Silva 1859, III: 349), em 1820 ainda era adepto das ideias liberais, acabando em seguida por se tornar defensor da política reacionária de D. Miguel I. Melo era bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, professor do Real Colégio Militar e diretor das escolas militares do ensino mútuo (Escolas de ler, escrever, e contar, mandados criar nos Corpos do Exército), que foram fundadas por D. João VI ('El Rei' da dedicatória) por Portaria de 10 de outubro de 1815 (cf. 3.6, bem como Carvalho 1986: 527). Na lista das suas publicações, a maior parte é constituída por livros escolares para o ensino da matemática e do português (entre os quais se encontra uma *Ortografia filozófica da linguagem portugueza*, de 1818). Além disso, Melo publicou obras sobre didática, política e assuntos militares (Silva 1859, III: 349 e Silva 1883, X: 224).

#### 1.18.4. Plano da obra

[I]	[rosto]
[III-IV]	[dedicatória ao rei D. João VI]
I-XXVIII	Prefácio.
5-37	Introdução á gramática filosófica portugueza ou Arte de pensar.
39-58	Ortoépia.
59-223	Etimologia.
224-268	Sintasse
265-268	Minuta desta Gramática.
[I-III]	Advertencia ao leitor

#### 1.18.5 Fontes

Precedendo a dedicatória a D. João VI vem uma citação de Dominique-Joseph Garat (1749-1833)<sup>68</sup> (a par de outra de Elpino Duriense).<sup>69</sup> Outra

<sup>68</sup> «Les langues ont pris devant les vrais philosophes une importance, qu'elles n'avaient point encore. *Garat*». A citação de Garat (1795: 147) encontra-se na lição «Analyse de l'entendement» que este apresentou à École Normale em 1795.

Garat pertencia aos chamados *Idéologues* (cf. Régaldo 1970: 35-36; acerca do programa de investigação dos ideólogos cf. Schlieben-Lange 1989c). Juntamente com o Abbé Sicard, ensinou na *Ecole Normale* do Ano III (1795), em Paris (Hüttenschmidt 1991: 9-10). Garat elaborou o «Discours préliminaire» da 5.<sup>a</sup> edição do *Dictionnaire de l'Académie Française* de 1798 (Porset 1977: 83).

<sup>69</sup> «A mór obra, que importa a hum Rei, a hum Reino, / De que pende da Patria o bem e a gloria, / He educar os Cidadões futuros, / Qualquer que seja o seu destino e arte. *Elpino Duriense*». O extrato citado (Santos 1812: 4) é parte de uma poesia dedicada a D. Francisco Rafael de Castro (1750-1816), por ocasião da sua nomeação como reitor da Universidade de Coimbra, em 1786.

citação do ideólogo francês encontra-se no início da primeira parte («Introdução á gramática filosófica portugueza ou Arte de pensar»; Melo 1818: 5).<sup>70</sup> Ao longo do texto, Melo menciona vários filósofos (por exemplo, Francis Bacon e Isaac Newton; cf. Melo 1818: 36) e gramáticos, os quais podem ser classificados da seguinte maneira (cf. as respectivas páginas de Melo 1818 entre parênteses):

a) autores franceses do âmbito da *Grammaire Générale*:

Constantin Chassebœuf de Volney (1757-1820)<sup>71</sup> (37), Charles de Brosses (1709-1777)<sup>72</sup> (63) Beauzée (87), Du Marsais (87), Jean-Etienne-Judith Forestier Boinvilliers-Desjardins (1764-1830)<sup>73</sup> (114), Lévizac (114, 116, 117), Gabriel Girard (1677-1748)<sup>74</sup> (114, 116, 251), Restaut (114), Charles Pinot Duclos (1704-1772)<sup>75</sup> (115, 116), Condillac (115, 145, 190), Arnauld / Lancelot (116), Pierre Joseph Thouiller d'Olivet<sup>76</sup> (118), Roche-Ambroise Cucurron Sicard (1742-1822)<sup>77</sup> (37, 226, 227, 238, 260), Charles Batteux (1734-1780)<sup>78</sup> (247).

---

Como poeta, o historiador e bibliotecário português António Ribeiro dos Santos (1745-1818) chegou a ser conhecido devido ao seu nome árcade *Elpino Duriense*.

<sup>70</sup> «*L'art de penser avec justesse, est inséparable de l'art de parler avec exactitude*. Garat.». A citação é retomada do mesmo texto de Garat (1795: 147).

<sup>71</sup> Autor de *Signification des langues orientales, ou méthode facile d'apprendre les langues arabe, persane et turque avec des caractères européens* (Paris, 1795). Régaldo (1970: 2-3, 34) chama Volney «[...] l'un des idéologues les plus connus».

<sup>72</sup> Também conhecido como 'Président de Brosses', foi autor de *Traité de la formation mécanique des langues et des principes physiques de l'étymologie* (2 volumes, Paris, 1765, cf. Porset 1977: 67). De Brosses conta-se entre a escola dos 'Sprachmechaniker' (Hoinkes 1991: 124) ['mecânicos da linguagem']. O *Traité* ocupa-se de tentativas de explicação genético-psicológica para a diversidade das línguas. Veja-se Arens (1974, I: 11-114) e Droixhe / Hassler (1989: 334).

<sup>73</sup> Somente identificado pelo nosso gramático como 'Boinvilliers', o autor publicou uma *Grammaire raisonnée, ou Cours théorique et pratique de la langue française* em duas partes (Paris 1803; 1818). Veja-se Porset (1977: 87).

<sup>74</sup> Conhecido como Abbé Girard, publicou *Les vrais principes de la langue française: ou la parole réduite en méthode conformément aux lois de l'usage* (2 volumes, Paris, 1747). Veja-se Swiggers (1982: 11-73).

<sup>75</sup> Duclos publicou as *Remarques sur la «Grammaire générale et raisonnée» de Port-Royal* (Paris, 1754), que posteriormente foram incluídas nas edições da *GGR*, veja-se Cf. Porset (1977: 61) e Auroux (1992, II: 427, 440).

<sup>76</sup> O Abbé d'Olivet publicou *Essais de grammaire* (Paris, 1744) bem como *Remarques sur la langue française* (Paris, 1767) e publicou os *Opuscules sur la langue française par divers académiciens* (Paris 1754), veja-se Cf. Porset (1977: 53, 61, 69).

## b) outros gramáticos franceses:

Charles-François Lhomond (1727-1794)<sup>79</sup> (114), François de Malherbe (1555-1628)<sup>80</sup> (116), Claude Favre de Vaugelas (1585-1650)<sup>81</sup> (116), Thomas Corneille (1625-1709)<sup>82</sup> (116), Gilles Ménage (1613-1692)<sup>83</sup> (116), Dominique Bouhours (1628-1702)<sup>84</sup> (116), François-Séraphin Régnier-Desmarais (1632-1713)<sup>85</sup> (116), Wailly (226, 227).

<sup>77</sup> O Abbé Sicard publicou *Elements de grammaire générale appliquée à la langue française* (2 volumes, Paris, 1799), cf. Porset (1977: 84-85). Sicard era docente de surdos-mudos e professor de gramática geral na *École Normale* (Régaldo 1970: 35; Hültenschmidt 1989: 9-10). Conta-se entre os ideólogos, mas Régaldo (1970: 35) chama-lhe «[...] le meilleur exemple d'idéologue hostile aux idéologues».

<sup>78</sup> Entre grande número de outras obras de natureza diversa, publicou *De la construction oratoire* (Paris, 1763) e *Nouvel examen du préjugé de l'inversion: Pour servir de réponse à M. Beauzée, Professeur à l'Ecole Militaire* (s. l., 1767), cf. Porset (1977: 66, 69). Segundo Hoinkes (1991: 16-17), Batteux representa «[...] eine extreme sensualistische Position in der Sprachdiskussion der französischen Aufklärung» [(...) uma posição sensualista extrema no debate linguístico do Iluminismo francês].

<sup>79</sup> Os *Elémens de la grammaire française* (Paris, 1780) do abbé Lhomond pertencem, juntamente com as gramáticas de Restaut e de Wailly, aos manuais escolares de gramática do século XVIII (Joly 1980: 18).

Veja-se (Dezobry / Bachelet 1869: 1595): «Lhomond est de l'école de Rollin: il n'a fait que mettre en œuvre les prescriptions du *Traité des études*».

<sup>80</sup> Veja-se *Commentaire sur Desportes* (Brunot 1891; Kreutzberg 1890), Malherbe, que queria 'limpar' a língua francesa, exerceu uma grande influência em França com este seu propósito: «Under the pretext of indicating preferred forms, of which in the last resort he is the sole arbiter, he becomes the linguistic dictator of the Court and the Salons – "le tyran, universellement reconnu, des syllabes " [Brunot]» (Padley 1988: 379; no total 376-380).

<sup>81</sup> O autor de *Remarques sur la langue française utiles à ceux qui veulent bien parler et bien écrire* (Paris 1647) é descrito por Padley (1988: 391) como «[...] the leading exponent of the 'usage school'». Era membro da Académie Française. Veja-se Padley (1988: 390-407).

<sup>82</sup> É desde a «Nouvelle Edition reveuë et corrigée, Avec des notes de T. Corneille» (2 vols., Paris, 1687) que as observações de Corneille acompanham as *Remarques sur la langue française* de Vaugelas, cf. Vaugelas (1687: [I]) e Padley (1988: 407, 494).

<sup>83</sup> Autor de *Observations de Monsieur Ménage sur la langue française* (2 vols., Paris 1672-1676) e *Les origines de la langue française* (Paris, 1650). Sobre a primeira destas obras, afirma Padley (1988: 408): «His work represents the most important example of dissidence within the 'usage school' [...]».

<sup>84</sup> O jesuíta francês foi autor de *Doutes sur la langue française proposez à l'Académie Française par gentilhomme de province* (Paris, 1674, 1675), *Remarques nouvelles sur la langue française* (Paris 1675) e *Suite des Remarques nouvelles sur la langue*

## c) gramática espanhola:

*Gramática castellana da Real Academia Española*<sup>86</sup>

## d) gramáticas / ortografias portuguesas:

João de Barros (77; citado em outros passos como autor literário); Luis de Monte-Carmelo (falecido em 1785),<sup>87</sup> (Morais) Silva, António Pereira de Figueiredo

### 1.18.6 Receção

Moura (1823: 426) menciona a *Gramática filosófica* de Melo, indicando o nome do autor. No mesmo ano, Balbi (1822, II: cxxvij) escreve o seguinte sobre a obra:

C'est une assez bonne grammaire, quoiqu'elle soit devenue difficile à comprendre à cause du genre de style dans lequel elle a été écrite. M. Mello est aussi l'auteur d'une *Orthographia filosofica da linguagem portugueza*.

## 1.19 Francisco Soares Ferreira: *Elementos de grammatica portugueza*

### 1.19.1 Edição

1819 *Elementos de grammatica portugueza, ordenados segundo a doutrina dos melhores grammaticos para aplanar á mocidade o estudo da sua lingua*. Por Francisco Soares Ferreira, Professor de Primeiras Letras na Cidade do Porto. Lisboa: Na Impressão Regia.

### 1.19.2 Bibliografia secundária

- não comprovada

---

*françoise* (Paris, <sup>1</sup>1692). Importante sucessor de Vaugelas, como jesuíta foi adversário dos gramáticos de Port-Royal. Veja-se Padley (1988: 412-419).

<sup>85</sup> Somente identificado pelo nosso gramático por 'Régnier', o escritor francês publicou *Traité de la grammaire françoise* (Paris <sup>1</sup>1705, cf. Auroux 1992: 375).

<sup>86</sup> A obra vulgarmente conhecida como *GRAE* saiu pela primeira vez em 1771, tendo vindo a ser publicada até hoje em numerosas novas edições (cf. *GRAE* 1771). Cf. Auroux (1992: 337-338), Sarmiento (1984a, 1984b) e *GRAE* (1984), Fries (1984).

<sup>87</sup> Deputado da Real Meza Censoria, Monte Carmelo foi autor do *Compendio de orthographia* (Lisboa; 1767) (Silva 1860, V: 309).

### 1.19.3 Biografia do autor

Inocência não sabe mais sobre Francisco Soares Ferreira do que consta do rosto dos *Elementos*, aparentemente a única publicação do autor. Sabe-se, assim, que foi 'professor de primeiras letras no Porto' (Silva 1870, IX: 378). Balbi (1822, II: cxxvij) acrescenta que Ferreira terá sido professor de francês na Academia da Marinha do Porto e foi redator do periódico liberal *Patriota portuense* (1821).

### 1.19.4 Plano da obra

- [1] [rosto]
- [3] [dedicatória a Joaquim Navarro de Andrade (?-1831)]
- 5 Preambulo.
- 7-8 Grammatica Portugueza. *Noções Preliminares*.
- 8-108 Primeira parte
- 8-9 Capitulo I. *Do Artigo*.
- 10-16 Capitulo II. *Do Nome Substantivo*.
- 16-23 Capitulo III. *Qual he Nome Adjectivo*.
- 23-28 Capitulo IV. *Do Pronome*.
- 28-97 Capitulo V. *Do Verbo*.
- 98-101 Capitulo VI. *Do Participio*.
- 101-104 Capitulo VII. *Da Preposição*.
- 104-105 Capitulo VIII. *Do Adverbio*.
- 106-107 Capitulo IX. *Da Conjunção*.
- 108 Capitulo X. *Da Interjeição*.
- 109-113 Segunda parte.
- 109-111 Capitulo I. *Da Prosodia*.
- 111-113 Capitulo II. *Das Figuras da Dicção*.
- 113-135 Terceira parte: Syntaxe
- 114-117 Capitulo I. *Analyse da Proposição*.
- 118-120 Capitulo II. *Da Syntaxe de Concordancia*.
- 120-127 Capitulo III. *Da Syntaxe de Regencia*.
- 128-135 Capitulo IV. *Da Construcção*.
- 135-136 *Analyse Logica*.
- 136-139 Capitulo unico. *Da Pontuação*.

### 1.19.5 Fontes

Os motes que precedem a gramática são do crítico literário francês Laharpe,<sup>88</sup> bem como de Horácio<sup>89</sup> e Ovídio.<sup>90</sup>

<sup>88</sup> «Commençons donc par les considérer en grammairiens; car la grammaire est le fondement de toutes nos connaissances, puisqu'elle rend compte des mots qui sont les signes nécessaires des idées. La Harpe Introduction au Cours de Lit.» (Ferreira

Dentro do texto da gramática, Ferreira refere-se quase exclusivamente a gramáticos franceses da *Grammaire générale*: Beauzée (Ferreira 1819: 5, 27), Dumarsais (Ferreira 1819: 16, 18), Condillac (Ferreira 1819: 27), Court de Gébelin (Ferreira 1819: 27, 46), Sicard (Ferreira 1819: 27, 34, 48) e Antoine Destutt de Tracy (1754-1836)<sup>91</sup> (Ferreira 1819: 34, 108). A única exceção é constituída por Silva (1.13), que Ferreira (1819: 27) chama «[...] o nosso doutor *Moraes*».

### 1.19.6 Receção

Tirando Inocêncio, só Balbi (1822, II: cxxvij) menciona a Gramática de Ferreira e tece-lhe o seguinte elogio:

C'est un excellent extrait de tout ce qu'il y a de mieux dans les grammaires françaises; mais l'auteur n'a pu atteindre entièrement son but dans l'application des principes des grammairiens étrangers à ceux particuliers à la langue portugaise.

## 1.20 António Leite Ribeiro: *Theoria do discurso*

### 1.20.1 Edições

1819 *Theoria do discurso Applicada á Lingoa Portugueza: em que se mostra a estreita relação, e mutua dependencia das quatro Sciencias intellectuaes, a saber: Ideologia, Grammatica, Logica, e Rhetorica*. Offerecida a sua Alteza o Serenissimo Senhor D. Pedro d'Alcantara, Principe R. Do Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarves. Por Antonio Leite Ribeiro, Professor de Philosophia Racional, e Moral, de Historia Universal, e de Geografia do Real Collegio Militar. Lisboa: Na Impressão Regia.

---

1819: [2]). O trecho citado é mesmo da «Introduction» da obra *Lycée ou Cours de littérature ancienne et moderne* (16 vols., Paris, <sup>1</sup>1799-1803) de Jean François de Laharpe (1739-1803). Veja-se Laharpe (1817, I: xxiiij).

<sup>89</sup> «*Grammatici certant et adhuc sub judice lis est*. Hor. de Art. Poet.» (Ferreira 1819: [2]).

<sup>90</sup> «*Si qua meis fuerint, ut erunt, vitiosa libellis; Excusata suo tempore, lector, habe*. Ovid. Lib. 4. Eleg. 1.<sup>a</sup>» (Ferreira 1819: 5).

<sup>91</sup> O ideólogo francês publicou *Eléments d'idéologie: seconde Partie, Grammaire* (Paris, <sup>1</sup>1803). O discípulo de Condillac foi um dos principais representantes dos ideólogos franceses (cf. Picavet 1972: 334-377). Acerca da sua receção em Portugal cf. Praça (1988: 279-280).

1836 *Theoria do discurso Applicada á Lingoa Portuguesa: em que se mostra a estreita relação, e mutua dependencia das quatro Sciencias intellectuaes, a saber: Ideologia, Grammatica, Logica, e Rhetorica*. Segunda edição correcta e emendada. Lisboa: Na Imprensa Nacional. [Reimpressão da edição de 1819, cf. Silva (1858, I: 184)].

### 1.20.2 Bibliografia secundária

Carvalho (1996); Schäfer (1991).

### 1.20.3 Biografia do autor

António Leite Ribeiro viveu de 1785 até 1829 (Silva 1858, I: 184). De acordo com a informação contida na página de rosto da *Theoria do discurso*, era «Professor de Philosophia Racional, e Moral, de Historia Universal, e de Geografia do Real Collegio Militar» (Ribeiro 1819: [I])<sup>92</sup>. Com efeito, as obras que Inocêncio (Silva 1858, I: 184 e Silva 1867, VIII: 224) lhe atribui estão quase todas relacionadas com esta instituição: trata-se de manuais de ensino e discursos nela proferidos. Quanto ao resto, mais nada se sabe da vida de Ribeiro.

### 1.20.4 Plano da obra

	[rosto]
[I-III]	[dedicatória ao príncipe D. Pedro]
V-XII	Prefacio.
XIII-XVI	Introdução.
1-43	<i>Ideologia. Parte I.</i>
1-11	Capítulo I. <i>Da natureza do homem, suas faculdades, e operações.</i>
11-21	Capítulo II. <i>Da formação das idéas compostas.</i>
22-27	Capítulo III. <i>Da nomenclatura das faculdades, e operações da alma em ordem analytica.</i>
27-43	Capítulo IV. <i>Da maneira de nos conduzirmos nos nossos juizos; e da sua expressão.</i>
45-46	<i>Arte de exprimir os pensamentos. Parte II. Introdução.</i>
47-51	Capítulo I. <i>Das diferentes especies de palavras, que podem entrar na composição da oração como elementos do discurso.</i>

<sup>92</sup> O Real Colégio Militar (que passou a chamar-se assim a partir de 1814; hoje Colégio Militar) foi fundado em 1803 e tinha em primeiro lugar a função de educar filhos de oficiais. O ensino era de orientação menos humanística e mais de carácter prático (línguas vivas, matemática, ciências naturais, cf. Carvalho 1986: 524). É de presumir que seguia o modelo da *Ecole Royale Militaire* que existia em Paris desde 1753 (cf. Hoinkes 1991: 449-450).

- 52-59 Capítulo II. *Das palavras, que servem para representar a primeira classe dos objectos das nossas idéas, a saber: os Nomes Substantivos.*
- 60-64 Capítulo III. *Das palavras, que servem para representar a primeira classe dos objectos das nossas idéas, a saber: os Nomes Adjectivos.*
- 65-69 Capítulo IV. *Da natureza do Artigo, e da maneira de o empregar na oração.*
- 70-87 Capítulo V. *Do Pronome.*
- 88-103 Capítulo VI. *Das palavras, que sendo declinaveis, servem para representar a terceira classe dos objectos das nossas idéas, a saber: Os Verbos.*
- 104-118 Capítulo VII. *Das palavras, que sendo indeclinaveis, servem para representar a terceira classe dos objectos das nossas idéas, a saber: Os Adverbios, as Preposições, as Conjunções, e as Interjeições.*
- 119-131 Capitulo VIII. *Idéa geral da Syntaxe, e Construcção, applicada aos elementos do discurso.*
- 133-212 *Arte de combinar os pensamentos. Parte III. [lógica]*
- 213-214 *Arte de qualificar os pensamentos. Parte IV. Introdução.*
- 215-271 *Rhetorica. Parte IV.*
- 273 *Erratas.*
- 275-280 *Indice das Materias.*

### 1.20.5 Fontes

Embora Ribeiro (1819: VI-VII, XVI) saliente expressamente o facto de ter adotado ideias de outros autores, não cita nomes. Uma citação de Cícero<sup>93</sup> e outra de Juvenal<sup>94</sup> precedem, respetivamente, a dedicatória (a D. Pedro, o sucessor do trono) e a introdução.

### 1.20.6 Receção

Balbi (1822, II: xxxvij) comenta a *Theoria do discurso* da seguinte maneira:

Quoiqu'il y ait peu d'autres idées nouvelles, dans cet ouvrage, il a toujours le mérite d'y avoir rassemblé en peu de pages les doctrines les plus importantes des meilleurs idéologues modernes, et particulièrement celles de Tracy.

<sup>93</sup> «*Haec studia adolescentium alunt, senectutem oblectant, secundas res ornant, adversis solatium et perfrugium ac solacium praebent, delectant domi, non impediunt foris, pernoctant nobiscum, peregrinantur, rusticantur. Cic.*» (Ribeiro 1819: [II]). O extrato é do discurso ciceroniano *Pro Archia Poeta* VII. 17 (cf. Cicero 1779: 183).

<sup>94</sup> «*Nunquam aliud Natura, aliud Sapienti dixit. Juven.*» (Ribeiro 1819: [XIII]). Trata-se do verso 14, 231 das *Satirae* de Juvenal.

Esta afirmação foi retomada literalmente por Inocêncio (Silva 1858, I: 184).

Moura (1823: 345) inclui Ribeiro, juntamente com Locke, Condillac, Destutt de Tracy, Auguste-François Estarac (1758-1819)<sup>95</sup>, Joseph Marie Degérando (1722-1842)<sup>96</sup> e Mongin<sup>97</sup>, nos «Escriptores tanto de Logica e de Ideologia».

## 1.21 Sebastião José Guedes Albuquerque: *Grammatica portugueza*

### 1.21.1 Edição

1820 *Grammatica portugueza para o uso do illustrissimo senhor D. Francisco de Sales e Lencastre*. Ordenada por S. J. G. A. Lisboa: Na Impressão Regia. [O nome vem escrito por extenso no fim da dedicatória]

### 1.21.2 Bibliografia secundária

Gonçalves (2010).

### 1.21.3 Biografia do autor

Inocêncio considera duvidoso que se possa atribuir a autoria da gramática a Sebastião José Guedes de Albuquerque, embora seja este o nome de quem assina a dedicatória (Silva 1862, VII: 217). Em vez disso, crê o bibliógrafo que a gramática, a polémica daí resultante (*vide infra*), bem como a obra anterior (*Arte de traduzir de latim para portuguez, reduzida a principios*, Lisboa 1818 e 1838; cf. Albuquerque 1818) teriam sido redigidas pelo seu tio, o franciscano José da Encarnação Guedes. Este terá usado o nome do sobrinho por ter feito um voto de pobreza que o obrigaria a ter que renunciar aos proveitos financeiros da venda dos livros

<sup>95</sup> Autor de uma *Grammaire générale* (Paris, 1811).

<sup>96</sup> Entre outras obras, Degérando publicou *Des signes et de l'art de penser considérés dans leurs rapports mutuels* (3 vols., Paris, 1800). Degérando é incluído, com reservas (cf. Zollna 1991: 198, Régaldo 1970: 1, 41), na lista dos ideólogos.

<sup>97</sup> Trata-se presumivelmente de uma referência a François-Bernard Mongin (1757-1837), autor de *Philosophie élémentaire, ou méthode analytique appliquée aux sciences et aux langues* (2 vols., Nancy, 1803). Veja-se Michel (1829: 382) «[...] ancien professeur de grammaire générale à l'école centrale de la Meurthe, et de rhétorique au collège royal de Metz, ou il est encore aujourd'hui [1829]; a donné Philosophie élémentaire, 2 vol. Nancy, in-8° 1803». Cf. Schlieben-Lange (1990).

em favor da Ordem, caso tivesse publicado a obra com o seu verdadeiro nome. Um considerando a favor desta suposição é o facto de Sebastião, nascido em 1800, ter apenas 17 anos aquando da publicação da sua primeira obra, 20 por ocasião da saída da gramática, devendo-se ainda considerar o facto de ele, nessa altura, ainda estar a estudar Cirurgia em Lisboa. Acerca do tio José da Encarnação Guedes, Silva (1862, VII: 216) indica somente que esteve preso entre 1828 e 1833 por ser liberal e que abandonou a Ordem de São Francisco em 1834.

#### 1.21.4 Plano da obra

[1]	[rosto]
[3-4]	Dedicatória.
5-12	Prefacio.
13-15	Introdução.
17-107	Parte I. <i>Etymologia e Orthographia</i> .
108-132	Parte II. <i>A syntaxe</i> .
127-130	<i>Da Orthographia</i> .
130-135	<i>Da Prosodia</i> .
132-142	[Exercícios]
144-146	Indice Do que contém este Volume.

#### 1.21.5 Fontes

No «Prefacio», Albuquerque (1820: 11) escreve que o seu sistema tem como base a Gramática Geral. Por outro lado, dá preferência ao inglês Murray<sup>98</sup> e a Lhomond como autor francês de gramáticas escolares, em vez de «Condillac, o Corypheo dos Ideologistas» (Albuquerque 1820: 11).

#### 1.21.6 Receção

Ainda no mesmo ano em que se publicou a gramática, foi publicada uma extensa crítica anónima com o seguinte título:

<sup>98</sup> Apesar de haver um Alexander Murray, 'schoolmaster', que publicou *An Easy English Grammar for the Use of Schools: In Three Parts* (Londres, em <sup>1</sup>1785; cf. Murray <sup>3</sup>1787), parece mais provável que o gramático português se esteja a referir ao gramático americano Lindley Murray (1745-1826), cuja *English Grammar Adapted to the Different Classes of Learners* (York <sup>1</sup>1795, <sup>4</sup>1798, <sup>23</sup>1812) teve enorme sucesso ao longo de mais de duzentas edições, sobretudo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Veja-se Michael (1970: 575).

*O desaggravo da grammatica ou Reflexões criticas sobre a Grammatica portugueza, ordenada por Sebastião José Guedes Albuquerque*, para uso do Ill.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> D. Francisco de Sales e Lencastre, offerecidas ao publico por hum amigo da literatura. Lisboa: Na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo.

Esta obra é atribuída por Silva (1860, IV: 86) ao professor de latim José de Campos Abreu e Lemos (1780-1863, cf. Inocêncio 1885, XII: 78). Lemos, ele próprio autor de uma gramática latina 'por systema philosophico', publicada em 1822, censura Albuquerque ou Guedes por não ter aplicado devidamente os princípios da Gramática Geral. Após a menção dos nomes de alguns autores da *Grammaire Générale* francesa (Arnauld / Lancelot, Girard, Dumarsais, Duclos, Beauzée, Condillac, Court de Gébelin, bem como Harris) e dos seus representantes em Portugal (Manuel Dias de Sousa, 1.11., Jerónimo Soares Barbosa, 1.14) lê-se no Prefácio:

[...] huma Grammatica Portugueza, que, longe de esclarecer e reduzir as doutrinas destes a hum methodo mais claro e facil, fugindo a Methafisicas, nos apresenta principios falsos, e regras defeituosas, e não accomodadas á capacidade de hum Menino, que por ellas tem de regular-se (Lemos 1820: IX).

Albuquerque / Guedes defendeu-se dos ataques de Lemos com a *Replica ao Desaggravo da grammatica* (Lisboa: Imprensa Nacional 1821), a que Lemos respondeu com a *Sustenção do Desaggravo da grammatica, contra a resposta e mais arrazoados de Sebastião José Guedes de Albuquerque* (Lisboa: Antonio Rodrigues Galhardo 1822). Ao que Albuquerque / Guedes reagiu com a *Resposta á treplica sobe a Replica ao Desaggravo da grammatica* (Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira 1822), com a qual a polémica, aparentemente, chegou ao fim (para mais informações sobre a polémica, cf. Gonçalves 2010).

Nem os autores contemporâneos nem Leite de Vasconcelos mencionam a *Gramática portuguesa*.

## **1.22 Manuel Borges Carneiro: *Grammatica, orthografia e arithmetica portugueza***

### **1.22.1 Edição**

1820 *Grammatica, Orthografia e Arithmetica Portugueza, ou Arte de falar, escrever e contar*. Composta e dedicada ao Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor João Antonio Salter de Mendonça, Visconde de Azurara, Secretario do Governo dos Negocios do Reino e da Fazenda, por Manuel Borges Carneiro, Secretario da Junta do Codigo Penal Militar. Lisboa: Na Impressão Regia.

### 1.22.2 Bibliografia secundária

Leite (2015)

### 1.22.3 Biografia do autor

Manuel Borges Carneiro nasceu em Resende (hoje distrito de Viseu), em 1774. Cursou direito em Coimbra desde 1791, formando-se, após algumas vicissitudes, em 1800. Optou por exercer a magistratura e passou a ser juiz em Viana do Alentejo, bem como em outras cidades. Em 1820, foi nomeado desembargador no Porto, onde participou nos preparativos para a revolução liberal. Em 1821, foi deputado às Cortes constituintes pela província da Estremadura, colaborando na elaboração do texto da constituição; em 1826-1828 foi deputado pela Beira. Após a chegada de D. Miguel ao poder e a dissolução das Cortes em 1828, foi preso. Faleceu em 1833, na prisão, poucos dias antes da esperada saída em liberdade. Teófilo Braga (1902, IV: 46) considera Carneiro como 'grande martyr do Constitucionalismo', para Serrão (s.d.: 133b) é «[...] uma das figuras mais representativas do movimento político donde saiu a revolução liberal».

A gramática encontra-se isolada no grande número das publicações do autor que, no princípio, tratam de temas jurídicos e, a partir de 1820, sobretudo de assuntos políticos. As suas obras permitem entender que Borges Carneiro foi empenhado como defensor da constituição liberal, manifestando-se como adversário da arbitrariedade e da superstição. Na sua última obra, *O mentor da mocidade ou Cartas sobre educação* (Lisboa, 1844), que foi redigida na prisão e publicada postumamente, o autor ocupa-se, mais uma vez, de um tema pedagógico (Silva 1860, V: 378-380).

Borges Carneiro pronunciou-se decididamente contra o sistema de ensino do seu tempo que, segundo a sua opinião, não se encontrava suficientemente orientado para conteúdos práticos e de utilidade geral. Teófilo Braga cita a seguinte afirmação que Borges Carneiro fez no dia 9 de janeiro de 1823 como deputado das Cortes:

Temos sabios e livros de mais, temos em sciencias um luxo e apparato reprehensivel. – Do que precisamos em Portugal é de commercio, lavoura e industria: de sciencias e sabios temos um exercito capaz de devorar todos os fructos das classes productoras (Braga 1902, IV: 48; cf. Carneiro 1823: 399).

### 1.22.4 Plano da obra

- [1] [rosto]
- 3-10 Prefação.
- 11-121 Grammatica ou Arte de fallar.
  - 11 Capitulo preliminar. *Da Grammatica.*
  - 12-92 Parte I. *De cada uma das partes da oração.*
  - 93-121 Parte II. *Da concordancia e disposição das palavras.*
- 123-289 Orthografia ou Arte de escrever.
  - 125-131 Prefação.
  - 133 Capitulo preliminar. *Da Orthografia.*
- 134-216 Parte I. *das letras com que se devão escrever as palavras.*
- 217-238 Parte II. *Dos sinaes orthograficos.*
- 239-289 Catalogo Alfabetico *Das palavras em cuja escritura tem havido ou duvida ou discordancia conforme o § 2 art. I.*
- 291-394 Arithmetica ou Arte de contar.
- 395-416 Appendice.
- 417-419 Indice.

### 1.22.5 Fontes

Borges Carneiro cita exclusivamente autores portugueses. Na 'Prefação' critica, em Manuel Álvares, «[...] preceitos inuteis e espinhosos [...]» (Carneiro 1820: 5), Lobato (1.5) e o ortógrafo Madureira Feijó são criticados por não se terem afastado suficientemente do modelo latino (Carneiro 1820: 5). No entanto, refere Pedro José da Fonseca como exemplo positivo (1.10).

### 1.22.6 Receção

A obra de Borges Carneiro é somente mencionada por Moura (1823: 426). A sua *Grammatica, Orthografia e Arithmetica Portugueza* não parece ter chamado a atenção os gramáticos posteriores. No entanto parece pouco provável que a falta de receção contemporânea esteja relacionada com a perseguição política movida contra o próprio Borges Carneiro durante o Miguelismo – ainda menos porque houve um espaço de tempo relativamente longo entre a publicação da obra didática e a prisão do autor. Afinal, a obra foi publicada dentro de um período em que Borges Carneiro era deputado, sendo, aparentemente, muito popular (cf. Silva 1860, V: 378). Mesmo assim, nada indica que o livro alguma vez tenha sido usado no ensino.

No seu artigo de 2015, a investigadora brasileira Marli Quadros Leite apresenta uma obra previamente desconhecida, intitulada *Grammatica brasileira ou arte de falar conforme as regras de Manuel Borges Carneiro*. Neste âmbito, Leite (2015: 91) conclui de forma convincente que o autor desta «[...] cópia modificada da Grammatica de Manuel Borges Carneiro» será o goiano Luís Maria da Silva Pinto (1775-1869; cf. Morais 1943).

## 1.23 Jerónimo Soares Barbosa: *Grammatica philosophica da lingua portugueza*

### 1.23.1 Edições

<sup>1</sup>1822 *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Por J. S. B. Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra. Lisboa: Na Typographia da Academia das Sciencias.

<sup>2</sup>1830 *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Por Jeronymo Soares Barboza, Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra, e Socio da Academia Real das Sciencias. Segunda edição. Lisboa: Na Typographia da mesma Academia.<sup>99</sup>

<sup>3</sup>1862 *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Por Jeronymo Soares Barboza. Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escólas do Reino em a Universidade de Coimbra e Socio da Academia Real das Sciencias. Terceira edição. Lisboa: Typographia da Academia.

---

<sup>99</sup> Inocêncio explica que parte desta edição só terá surgido em 1856: «Para explicar a discrepância que se observa nos diversos exemplares d'esta edição, assim no typo, como no papel, de pag. 259 em diante, convem saber que a tiragem fôra no principio mais numerosa (creio que de 1:500 exemplares); quando porém ella chegava a pag. 258, a Academia resolveu que d'ahi em diante ficasse reduzida a metade. Restou por conseguinte meia edição incompleta, e assim se conservou até que de todo se exauriram os exemplares publicados. Em 1856 a Academia mandou proseguir na composição e tiragem das folhas que faltavam para completar o volume, isto é, de pag. 259 até 458, em que findou a obra; e que se fizessem também novos frontispícios, conservando n'estes as mesmas indicações de segunda edição, é a data de 1830. Assim se executou, e os exemplares appareceram á venda; mas pela differença dos typos e pela do papel, facilmente se distinguem estes publicados em 1856 dos que foram realmente impressos em 1830» (Silva 1859, III: 277). Parece evidente que o bibliógrafo se está a referir à composição da gramática a partir do caderno 'Mm' (Barbosa 1830: 259). Ainda não se conseguiu, porém, localizar qualquer exemplar que apresentasse as características como pertencendo à tiragem completada em 1856.

- <sup>4</sup>1866 *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Por Jeronymo Soares Barbosa. Quarta edição. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- <sup>5</sup>1871 *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Por Jeronymo Soares Barbosa. Quinta edição. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- <sup>6</sup>1875 *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Por Jeronymo Soares Barbosa. Sexta edição. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- <sup>7</sup>1881 *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Por Jeronymo Soares Barbosa. Setima edição. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- <sup>8</sup>2004 *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*. Edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- <sup>9</sup>2005 *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*. Edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres. Braga: Universidade Católica Portuguesa (Publicações da Faculdade de Filosofia).
- <sup>10</sup>s.d. *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*. Edição fac-similada da quinta edição de 1871. Charleston, Bibliolife.
- <sup>11</sup>2013 *A Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa de Jerónimo Soares Barbosa*, Edição Crítica, Estudo e Notas de Sónia Catarina Gomes Coelho. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 10).

Por iniciativa da Academia das Ciências de Lisboa, a primeira edição da gramática foi publicada seis anos após o falecimento de Barbosa. No entanto, Cardoso (1986: 69) alega que a obra já tenha sido acabada em 1803.<sup>100</sup> Com efeito, é desde a quarta edição que a «Introdução» da *Grammatica Philosophica* vem datada da seguinte forma: «Coimbra, 24 de junho de 1803» (Barbosa 1866: XVI). Ora, no anexo de *As duas linguas* de 1807, a *Grammatica Philosophica* ainda é mencionada como manuscrito inédito. Como, então, é que este manuscrito chegou a ser impresso pela academia lisbonense?

Devido ao artigo de Kemmler (2012e), temos conhecimento da existência, no arquivo da Academia das Ciências, de alguns documentos que oferecem uma resposta a esta e outras perguntas relacionadas com a produção da *Grammatica Philosophica* (cf. Sabe-se, assim, que a academia adquiriu todos os direitos da obra porque o próprio gramático legou o manuscrito à academia por ocasião da sua morte, tendo esta sido aprovada para publicação na sessão ordinária de 6 de junho de 1816 (Kemmler 2012e: 169), iniciando-se, de imediato, o processo de produção. Quanto ao manuscrito, a «Relação dos originaes que se acham

<sup>100</sup> Cardoso (1986: 165) refere-se a uma «Introdução» com a data de «Julho de 1803».

arquivados na typographia» permite a conclusão de que este ainda existia em 1875, encontrando-se então na posse da tipografia da academia. Daí em diante, perdeu-se, para já, todo o rasto (Kemmler 2012e: 170).

No que respeita às panorâmicas das tiragens da *Grammatica Philosophica*, os documentos da academia oferecem uma informação representativa sobre as últimas quatro edições:

<sup>4</sup> 1866	1050 exemplares
<sup>5</sup> 1871	1500 exemplares
<sup>6</sup> 1875	1510 exemplares
<sup>7</sup> 1881	1512 exemplares (cf. Kemmler 2012: 171).

### 1.23.2 Bibliografia secundária

Amor Couto (2004); Bernardo (1985); Cagliari (1985a, 1985b; 2012); Cardoso (1986); Casteleiro (1980, 1980-1981); Coelho (2011a, 2013, 2014a, 2014b); Coelho / Fontes (2014, 2015, 2016); Fontes / Coelho / Kemmler (2015); Kemmler (2012e, 2012f); Kemmler / Assunção / Fernandes (2009); Lopes (1986 / 1987); Ranauro (2003; 2015); Schäfer-Prieß (2002, 2005), Torres (1982, 1983, 2005a, 2005b, 2010); Trindade (1989).

### 1.23.3 Biografia do autor

Cf. 1.14.3

### 1.23.4 Plano da obra

[I]	[rosto]
[III]	Artigo extrahido das Actas da Academia Real das Sciencias Da Sessão de 29 de Julho de 1817.
III-XIV	Introdução.
1	[definições do termo 'gramática' e das suas partes]
2-55	Livro I. <i>Da Orthoepia, ou Boa Pronunhação da Lingua Portugueza.</i>
44-96	Livro II. <i>Da Orthographia, ou boa Escriptura da Lingua Portugueza.</i>
97-361	Livro III. <i>Da Etymologia, ou partes da Oração Portugueza.</i>
362-451	Livro IV. <i>Da Syntaxe, e Construcção.</i>
453-458	Indice dos Capitulos, Artigos, e Paragaphos desta Grammatica.

### 1.23.5 Fontes

Após uma breve citação de Cícero,<sup>101</sup> na «Introdução» Soares Barbosa faz um resumo da história das gramáticas até então existentes, em que menciona vários autores gregos e romanos (Platão, Aristóteles,<sup>102</sup> Diógenes de Babilónia (240-150 a. C.),<sup>103</sup> Crisipo (ca. 280- ca. 205 a. C.),<sup>104</sup> Rémio Paléon,<sup>105</sup> Diógenes Laércio,<sup>106</sup> Quintiliano e ainda Teodectes,<sup>107</sup> XII). Dos gramáticos modernos estrangeiros menciona o espanhol Sanches (XII), os franceses Arnauld<sup>108</sup> e Lancelot,<sup>109</sup> os britânicos John Wallis (1616-1703)<sup>110</sup> e Starris<sup>111</sup> (Barbosa 1822: XI), bem como a *Gramática de la Lengua Castellana* da Real Academia Española. Os representantes da gramática portuguesa são Barros, Oliveira (1.1), Roboredo (1.2), Pereira (1.3), Argote (1.4), Lobato (1.5) e Fonseca (1.10) (Barbosa 1822: XI, XIII-XIV).

Ao longo dos livros dedicados à 'Etymologia' e à 'Syntaxe', apenas são feitas referências explícitas a autores / obras portuguesas e espanhóis:

<sup>101</sup> «*Usum loquendi populo concessi, scientiam mihi reservavit.* Cic. *Orat.* 48» (Barbosa (1822: [II]).

<sup>102</sup> Sobre o pensamento linguístico de ambos estes filósofos, cf. Arens (1974, I: 7-15).

<sup>103</sup> Para mais informações sobre as ideias linguísticas do filósofo estoico, cf. Auroux (1989b: 502).

<sup>104</sup> Também conhecido como Chryssipos, natural de Soloi, cf. Auroux (1989, I: 502).

<sup>105</sup> Quintus Remmius Palaemon (século I d.C.), cf. Arens (1974, I: 31-32).

<sup>106</sup> Diogenes Laertius (ca. 341- 270 a.C.), cf. Auroux (1989b: 194-198, 200-201).

<sup>107</sup> Conhecido como Θεοδέκτης ou Theodektes (ca. 380-340 a.C.), foi retor em Atenas (cf. Koerner 2008: 251).

<sup>108</sup> Para a língua francesa; esta referência pode dizer respeito à *Logique*, elaborada com Nicole, ou à *Grammaire générale et raisonnée*, escrita juntamente com Lancelot.

<sup>109</sup> Para o espanhol e o italiano, estão em causa: *Novvelle Methode povr apprendre facilement et en pev de temps la Langve Espagnole* (Lancelot 1660b) e *Novvelle Methode povr apprendre facilement et en pev de temps la Langve Italienne* (Lancelot 1660a), cf. Padley (1985: 397).

<sup>110</sup> Autor da *Grammatica linguae anglicanae* (Oxford, 1653).

<sup>111</sup> Nem em Michael (1970) nem nas obras de consulta consagradas se encontra um gramático inglês com esse nome. Parece mais provável tratar-se de uma referência ao já referido inglês James Harris, cujo *Hermes* Barbosa deve ter conhecido com grande probabilidade (cf. 4.5.3.6.2). Uma vez que a *Grammatica Philosophica* foi publicada postumamente, de acordo com um manuscrito, seria fácil de explicar tal erro de leitura.

Barros (Barbosa 1822: 137, 147, 166, 188, 189, 223, 242, 290, 295, 297, 308, 309, 314, 382, 383, 389, 420, 431, 432); Nunes de Leão (135, 274, 330); Figueiredo (150, 420); Fonseca (184-186, 189, 285, 378); Sanches (200); *Gramática castellana* (125, 173, 285, 398).

### 1.23.6 Receção

Um ano após a publicação póstuma da *Grammatica Philosophica* escreve Moura (1823: 426):

He esta a ultima obra impressa, com que este, nunca assás louvado, Humanista illustrou nossa Literatura, e seria para desejar, que a impressão fosse feita antes de sua morte.

A apreciação pelos autores pertencentes à bibliografia secundária é igualmente positiva. Bernardo, por exemplo, chama a gramática «[...] uma obra-chave não só para a História da Língua Portuguesa, mas também para a História da Linguística» (Bernardo 1985: 24).

Mais críticos em relação à *Grammatica Philosophica* e a todo o paradigma cultural em que ela se insere são Teófilo Braga e Leite de Vasconcelos. Teófilo Braga tece a seguinte crítica à obra de Soares Barbosa e às gramáticas dos seus epígonos:

Todas ellas peccam pela sua classificação dos factos linguisticos sem base racional, e ao mesmo tempo pelas explicações abstractas e auctoritarias, que tornaram a grammatica uma cousa mechanica (Braga 1876: VIII).

Já Leite de Vasconcelos (1929: 871) põe em causa a teoria universalista da linguagem de Soares Barbosa.

No entanto, no Brasil, a influência da *Grammatica Philosophica* ainda terá sido sensível no século XX:

A influência desta obra ainda não desapareceu, mormente dos meios eclesiásticos, apesar de todos os esclarecimentos da ciência da linguagem (Bueno 1955: 245; cf. Woll 1994a: 662)<sup>112</sup>

<sup>112</sup> De resto, é de constatar que Bueno indica uma data errada '1782' para a publicação da obra.

## 2 A gênese das primeiras gramáticas portuguesas: língua, gramática e situação histórica

Para que as primeiras gramáticas portuguesas pudessem ser elaboradas na forma em que as conhecemos, tiveram de ser satisfeitas várias condições. Antes de mais, o português tinha de estar já estabelecido como língua autónoma, ou mais precisamente: como língua escrita. Em segundo lugar, tinha de estar disponível uma tradição gramaticográfica e, em terceiro, deveria existir uma situação histórica em que fizesse sentido ou fosse necessário produzir gramáticas. Mostraremos, a seguir, em que medida foram satisfeitas estas condições, no Portugal de inícios do século XVI.

### 2.1 A situação da língua no Portugal da Idade Média e do Renascimento

Tal como nos demais países românicos, em Portugal, na Idade Média, havia uma situação de diglossia, em que o latim, a língua escrita quase exclusiva, representava a *high variety* e o português, como principal meio de comunicação oral, a *low variety* (cf. Hall 1974: 106 e Bossong 1990: 18). O latim era dominado apenas por uma parte muito pequena da população – masculina –, ou seja, em primeiro lugar, por clérigos, que escreviam e também falavam uma variedade do latim, conhecida pela designação de *latim eclesiástico*, cuja norma se orientava pelos escritos da patrística e pelo texto da Vulgata (cf. Haug 1989: 12). O latim usado na administração pública e na justiça apresentava variedades que iam do *latim cuidado* das chancelarias régias até ao *latim bárbaro*, o latim macarrónico dos notários, caracterizado por fortes interferências do português (cf. Verdelho 1995: 30-31). Além disso, e como nos outros países de cultura ocidental, o latim era também a língua da ciência e a única língua de ensino na Universidade de Lisboa (*Estudo Geral*), fundada em 1290 (cf. Serrão s.d.: 624).

O latim desfrutava de prestígio muito elevado, especialmente como língua sacra, mas também como língua da administração e da ciência. No entanto, devido a esta situação de diglossia, desenvolveu-se nele uma série de características especiais, em contraste com o latim anteriormente falado como língua materna.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> «De cette restriction d'emploi, il reçoit des caractères particuliers: rigidité, surcodification, appauvrissement lexical, immobilisme, sacralité, poésie mystérique [...]» (Giard 1992: 212).

Na Idade Média, o latim foi sempre aprendido como língua estrangeira. No entanto, supõe-se que o tenha sido muito cedo e como uma espécie de *second native tongue* (cf. Percival 1975: 247). Não é fácil averiguar em que medida o latim esteve presente como língua falada em Portugal. Nos fins da Idade Média, em todo o caso, a língua materna era o galego-português, transportado de norte para o sul com a Reconquista, tendo desalojado os dialetos românicos moçárabes (cf. Teyssier 1990: 21-22). É nesta língua que surgem os primeiros documentos, o Testamento de D. Afonso II (1214) e a chamada *Notícia de Torto* (ca. 1214).<sup>2</sup> Ambos estes textos estão relativamente isolados mas, a partir de meados do século, a produção aumenta (cf. Cintra 1962 e Maia 1986: 885). Marques (1985, I: 180)<sup>3</sup> escreve acerca do *status* do português na Idade Média:

Nos meados do século XIII, o português usava-se já como idioma de muitos documentos públicos e privados. Nos fins do mesmo século, foi oficialmente adoptado como língua escrita do País, substituindo o latim, e rapidamente tomou o lugar deste último, até em documentos eclesiásticos. Se tivermos em conta a época tardia em que muitas línguas vernáculas da Europa foram adoptadas como idioma oficial, podemos avaliar como o português amadureceu num período de tempo relativamente curto.<sup>4</sup>

Nos séculos XIII e XIV, o português desempenhou um papel importante nas cortes de D. Afonso III (1210-1279, reinou desde 1249) e de D. Dinis (1261-1325, reinou desde 1279) (cf. Vasconcelos 1929: 862). No início do século XV, na corte do rei D. Duarte (1391-1438, reinou desde 1433), foram elaborados numerosos textos em português, entre os quais muitas traduções. No seu *Leal conselheiro*, D. Duarte defende uma língua portuguesa escrita com o menor número possível de latinismos (Stegagno Picchio 1982: 285-286). A mesma lusitanista italiana observa que a biblioteca deste monarca continha, na sua maioria, obras escritas em português, o que a leva a concluir que, no século XV, o português já tinha

---

<sup>2</sup> Atribui-se à lírica galaico-portuguesa mais antiga a data de fins do século XII. No entanto, as *cantigas* estão conservadas em *Cancioneiros* de data mais recente (cf. Saraiva / Lopes s.d.: 45-46).

<sup>3</sup> [Na versão original do presente trabalho utilizou-se a primeira edição do original inglês *History of Portugal* (Marques 1972a). Para a presente edição, as citações foram revistas, tendo em consideração a versão portuguesa do manual do historiógrafo português, publicada entre os anos 1984 e 1986; RK].

<sup>4</sup> A questão de se e quando terá havido um decreto oficial da corte que estabeleceu a obrigatoriedade do uso da língua vernácula em documentos, etc., em vez do latim, continua a ser um assunto bastante controverso (cf. Ribeiro 1798, 1961).

adquirido a primazia sobre o latim também no domínio da língua escrita (Stegagno Picchio 1982: 285).<sup>5</sup>

É possível que esta afirmação ainda continue a ser válida para inícios do século XVI. Verdelho (1995: 126-127) assume que a posição do português perante o latim era particularmente forte nas primeiras três décadas, sendo a continuação do avanço da língua vernácula travada pela implantação vitoriosa do Humanismo, bem como pela crise do processo expansionista no subsequente decurso deste século (Marques 1972a, I: 199). Verdelho (1995: 58) fala de uma «[...] ousada e eficaz autonomia da língua vernácula» e chama a atenção para, entre outras coisas, as cartilhas escolares (*cartinhas*) que, nesta altura, foram impressas e também enviadas para o ultramar, a fim de veicularem a língua dos conquistadores às crianças dos povos conquistados (cf. os textos de Oliveira 2.2 e Barros 4.1; cf. Carvalho 1986: 272 e Anselmo 1981: 75-83 acerca da *Cartinha* de Diogo Ortiz, 1539). Verdelho (1995: 58) assume uma

[...] importante vitalidade cultural anti-humanística, ou pelo menos não-humanista, e já não especificamente medieval, na segunda metade do século XV e princípios do século XVI. Essa cultura foi precipuamente decisiva para a promoção do vernáculo como língua escrita, ao lado, ou mesmo contra o latim.<sup>6</sup>

Segundo Saraiva (1955, II: 184), foi desde o fim do século XV que as *primeiras letras* (ler, escrever, contar) passaram a ser ensinadas também àqueles que não ambicionavam estudos superiores: em Lisboa terá havido, em meados do século XVI, 34 *mestres* (professores de primeiras letras) e até 2 *mestras*. O mesmo autor considera ser também possível ter sido ministrado ensino de gramática da língua materna na altura em que foram publicadas as primeiras gramáticas portuguesas Saraiva (1955, II: 186):

No entanto, não é de abandonar a hipótese de o estudo da Gramática portuguesa ter o seu lugar também na disciplina de retórica, ao lado ou depois da língua latina.

---

<sup>5</sup> Por outro lado, e ao contrário de Itália, até essa data Portugal ainda não contava com qualquer autor literário extraordinário (cf. Kuckenheim 1932: 89).

<sup>6</sup> O elevado valor do português em relação ao latim pode também ver-se nos primeiros livros impressos em Portugal: aos primeiros oito incunábulo impressos em língua portuguesa, entre 1488? e 1497, correspondem, entre 1494 e 1500, apenas nove em língua latina (Anselmo 1981: 100-101, 111) e isto apesar de os alemães, que introduziram a tipografia em Portugal, preferirem o latim (em termos comparativos: mais de dois terços de todos os incunábulo conhecidos são em latim; Anselmo 1981: 108-109).

Com o advento do Humanismo,<sup>7</sup> porém, a língua latina voltou a ganhar, no início, uma nova importância. Se a corte, na Idade Média, tinha desempenhado um papel importante na difusão da língua vernácula, agora teve uma participação decisiva na imposição do latim (cf. Saraiva / Lopes s.d.: 178). Teófilo Braga (1892, I: 181) menciona o facto de já D. Afonso V (1432-1481, reinou desde 1438) ter encarregado um italiano de traduzir para latim 'de Cícero' (cf. Hall 1974: 140) as crónicas de Fernão Lopes, escritas em português. D. Manuel I (1469-1521, reinou desde 1495) queixava-se da falta de conhecimentos de latim por parte dos jovens aristocratas e ordenou que lhes fosse ministrado o ensino da leitura, escrita e gramática desta língua (Carvalho 1986: 145). Na corte de D. João III (1502-1557, reinou desde 1521), finalmente, o latim acabaria por atingir uma importância até então desconhecida (cf. 3.1).

A preferência pelo latim durante a época do Humanismo, porém, não veio interromper, como é sabido, a continuação do desenvolvimento da língua vernácula falada pelo povo. Bossong (1990: 67) afirma «es gehört indessen zu den scheinbaren Paradoxien der Geistesgeschichte [...]»<sup>8</sup> ao mencionar o facto de o renascimento do latim clássico para uma pequena elite (e assim a sua inutilidade, como *high variety*, para a situação existente de diglossia) viria acabar por levar ao triunfo definitivo das línguas vernáculas.

Desde o fim da Idade Média, o português não somente tinha que se afirmar, como todas as línguas em situação comparável, perante o latim, mas também – e em medida crescente – perante o espanhol que, em Portugal, já anteriormente ao domínio filipino (cf. 3.2), desempenhava um papel importante como língua de cultura.<sup>9</sup> Como língua literária, o português dispunha de um prestígio consideravelmente inferior ao do espanhol, uma vez que lhe continuavam a faltar autores importantes (cf. Stegagno Picchio 1982: 287).

Por outro lado, desde o século XV, o português foi – mais cedo e em maior medida do que o espanhol – a língua da expansão marítima, que em

---

<sup>7</sup> [Pertence, no entanto, entre os aparentes paradoxos da história intelectual].

<sup>8</sup> Por outro lado, e ao contrário de Itália, até essa data Portugal ainda não contava com qualquer autor literário extraordinário (cf. Kukenheim 1932: 89).

<sup>9</sup> Cf. Anselmo (1981: 46), que, juntamente com Robert Ricard (que cita) parte do princípio de, apesar das diferenças políticas e linguísticas, até ao século XVI ter havido uma unidade cultural entre a Espanha e Portugal: «[...] il n'y a qu'une seule culture péninsulaire, qui s'exprime au moyen de deux langues».

breve se tornaria língua de missionação e de colonização, bem como *lingua franca* (cf. Silva Neto 1986: 427-442).

Podemos então reter o seguinte: no início do século XVI, o português estava estabelecido como língua escrita, mantinha-se em oposição ao latim e ao espanhol<sup>10</sup> e exercia a função de língua nacional de um império em expansão.<sup>11</sup>

## 2.2 Tradições gramaticais da Idade Média e do início do Renascimento

### 2.2.1 Gramática latina para fins práticos

Durante toda a Idade Média, o latim não foi a língua materna de ninguém, é certo, mas desempenhava um papel importante como língua segunda nos países onde a Igreja Católica exercia a sua influência. Isto condicionava a necessidade de um ensino do latim puramente prático, unicamente destinado à aquisição de conhecimentos linguísticos.<sup>12</sup> Tal como em outras partes da Europa, em Portugal este ensino teve lugar, desde os inícios da Idade Média, em mosteiros, bem como em escolas

---

<sup>10</sup> De acordo com Giard (1992: 209), a coexistência de várias línguas vivas favorece a consciência da língua nacional: «Autre source de différence entre les nations et leurs langues, le fait que la conscience linguistique n'a pas atteint partout le même degré de maturité, en raison de la différence de leurs histoires propres. Cette conscience semble plus avancée là où le passé avait durablement imposé la présence et l'usage d'autres langues vivantes en Espagne avec l'hébreu et l'arabe, l'importance des ateliers de traduction sur les sciences et la philosophie qui attireraient des spécialistes de toute l'Europe; en Angleterre, avec le français après la conquête normande et son rôle dans la vie politique et culturelle». É certo que o adstrato árabe e hebraico tiveram um papel menor em Portugal do que em Espanha, mas pode atribuir-se ao contacto com o Castelhana alguma importância para a formação de uma consciência linguística portuguesa.

<sup>11</sup> Ao contrário do que acontecia em outros países românicos, não havia em Portugal nenhuma *questione della lingua*, no sentido do que ocorria em Itália, nem na forma em que ocorreu em Espanha ou em França. Em Itália, tratava-se de saber qual deveria ser o dialeto que iria servir de base à língua literária (cf. Padley 1985: 251), em Espanha e em França o que estava em causa era a imposição da língua da potência hegemónica como língua nacional (o castelhano em Espanha, o francês em França), perante outras línguas faladas nesses territórios (cf. Giard 1992: 209). Em Portugal, pelo contrário, dentro das fronteiras estáveis desde o fim da Reconquista, falava-se uma única língua que apresentava relativamente poucas diferenças regionais (cf. Teysier 1990: 40).

<sup>12</sup> Lusignan (1987: 17) e Aurox (1992: 17) chamam a atenção para a estreita ligação entre gramática e pedagogia.

episcopais e catedrais (Carvalho 1986: 12). A partir do século XII, a gramática latina passou a ser ensinada, em mosteiros como Santa Cruz de Coimbra e Alcobaça, sendo a primeira disciplina do *trivium* (Gramática, Retórica, Dialética ou Lógica, cf. Carvalho 1986: 21) das sete *artes liberales* (Carvalho 1986: 20, 29). Também no *Estudo Geral* da Universidade de Lisboa, fundada em 1290, a *grammatica* fazia parte do *trivium* na *Faculdade das Artes* (Carvalho 1986: 56):

Grammar was thus the foundation of mediaeval scholarship, both as a liberal art itself and as a necessity for reading and writing Latin correctly. All these studies were subordinate to theology, the study of the Christian faith and Christian doctrine; but as an example of the persistence of cultural themes, one can trace the organization of the seven arts back into the classical period (Robins 1979: 69).

Embora não haja informações pertinentes acerca do ensino linguístico em inícios da Idade Média em Portugal, pode partir-se do princípio de que, tal como no século XIV (cf. Verdelho 1995: 35-36), as gramáticas mais importantes a serem usadas no ensino eram a *Ars maior* e a *Ars minor* de Donato (Aelius Donatus, meados do século IV) e as *Institutiones grammaticae* de Prisciano (cerca de 500) (cf. Robins 1979: 70). Na Idade Média tardia, utilizou-se ainda, suplementarmente, como manual, o *Doctrinale*, a gramática em verso de Alexandre de Villedieu (ca. 1175-1240; cf. Carvalho 1986: 148).

Não é possível afirmar com segurança em que medida se empregou o português, no início do ensino do latim. No entanto, e em analogia com a situação em França (cf. Lusignan 1987: 35), pode supor-se, com alguma legitimidade, que a língua materna não só foi utilizada mas também que deve ter existido «[...] une certaine clarification grammaticale de la langue vernaculaire de départ» (Lusignan 1987: 46).<sup>13</sup> De qualquer modo, uma gramática de latim do século XIV, redigida em português (cf. Verdelho 1995: 45-46), revela que já estava disponível uma terminologia completa em língua portuguesa, servindo o português, em todo o caso pelo menos nesta data relativamente tardia, como língua de transmissão de conhecimentos.

---

<sup>13</sup> «Pourtant, à la différence de leurs successeurs à la Renaissance, les professeurs de latin du moyen âge ne semblent pas avoir vu la nécessité de la constitution d'une grammaire française autonome» (Lusignan 1987: 40).

### 2.2.2 A reflexão sobre a linguagem desde um ponto de vista lógico

A ligação da gramática descritiva tradicional com a filosofia escolástica<sup>14</sup> levou, no século XIII, à chamada 'gramática especulativa' (cf. Robins 1979: 74), que Bursill-Hall, editor da célebre *Grammatica speculativa* de Thomas von Erfurt, caracteriza da seguinte maneira:

[...] men sought to derive rules of grammar from logic and contemporary metaphysical theories of reality; on the surface, grammar remained fundamentally what it always had been, a grammatical statement of Latin, but the <scientific> grammarians, especially the Modistae, now made of their grammars a study of word-classes and syntax of an idealised, perfect language. Furthermore, by using Latin as their model, they made of it something almost tantamount to a metalanguage, so that Latin became for them the specification of the general grammar, the word-classes and syntax of the perfect language (Bursill-Hall 1972: [19]).

Para além da gramática propriamente dita, no *trivium* desta época a *logica* (ou *dialectica* – estes conceitos eram frequentemente usados como sinónimos, cf. Carvalho 1986: 21 e 56) também se ocupava da língua latina. Servem como exemplo as *Summulae Logicales* do português Pedro Hispano (também conhecido como Petrus Hispanus, Papa João XXI, 1210-1276; Praça 1988: 85-90, Bossong 1990: 22), que tiveram muita divulgação como manual de lógica bem para além das fronteiras portuguesas (cf. Carvalho 1986: 69)<sup>15</sup>.

O centro da gramática escolástica era a Universidade de Paris, onde, no início do século XIII, a gramática se tinha afastado por completo do estudo dos autores clássicos, tendo-se tornado, em vez disso, uma «[...] philosophical, theoretical and speculative discipline» (Bursill-Hall 1975: 198). Segundo Verdelho (1995: 31), também no Portugal do século XIII o ensino do *trivium* era caracterizado pela gramática escolástica e pela lógica.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> «Scholasticism itself was the result of the integration of Aristotelian philosophy, at the hands of such thinkers as St. Thomas Aquinas, into Catholic theology» (Robins 1979: 74).

<sup>15</sup> Segundo Saraiva (1962, III: 260-61), contudo, a receção de Pedro Hispano só mais tarde é que ocorreu na sua terra de origem.

<sup>16</sup> «Também em Portugal a gramática e as disciplinas do 'trivium', em geral, deixaram de ser essencialmente instrumentos de interpretação e produção textual, e passaram a ser sobretudo disciplinas de estruturação mental e ideológica» (Verdelho 1995: 31).

### 2.2.3. A reflexão sobre a linguagem desde um ponto de vista retórico / poético

Ao lado da gramática didática, e orientada por uma perspectiva lógica, existia, sobretudo no norte da Itália e no sul de França, já desde aproximadamente o século XI, uma tradição lexicográfica e gramatical da gramática latina de orientação retórica (Percival 1975: 233). Percival considera estas obras como «[...] a rather loose assemblage of short treatises on topics ranging from orthography to lexical semantics», concebidas como complemento das gramáticas escolares, como antecessores diretos dos tratados metagramaticais humanistas, cuja série se inicia com as *Regulae grammaticales* de Guarino Veronese (obra anterior a 1418). Os *Rudimenta grammatices* de Nicolò Perotti (Nicolaus Perottus; 1429-1480) são considerados a primeira gramática completa, inserida nesta tradição (Percival 1975: 238).

Os esforços de reanimação do latim clássico (em vez do latim 'bárbaro' da Idade Média), que caracterizam o Humanismo, encontram a sua manifestação mais marcante na obra *De linguae Latinae elegantia* de Lorenzo Valla, impressa em 1471. Padley (1976: 14) chama-a obra de Valla «[...] the basis of the veritable cult of eloquence and Ciceronianism pursued by the Humanists. His attempt to purify contemporary Latin finally resulted in a victory for philological over legal studies in Italy». Valla propagava também um regresso ao estudo dos autores clássicos, que tinha sido completamente abandonado nas gramáticas de orientação lógica.

Estas novas ideias chegaram a Espanha através de Antonio de Nebrija, o qual, após longa estadia em Itália, publicou, em 1481, as *Introductiones Latinae*, «[...] a straightforward grammar for didactic purposes, the essence of Nebrija's grammatical doctrine being contained in the commentaries» (Padley 1976: 19).

O Humanismo, com o seu retorno ao latim dos autores da Antiguidade clássica, deu entrada em Portugal a partir de 1485, através do italiano Cataldus Parisius Siculus (Vasconcelos 1929: 864, Verdelho 1995: 56; cf. Ramalho 1969: 33-116). Desde inícios do século XVI, eram conhecidos, em Portugal, importantes gramáticos e retóricos humanistas, como Perotti,<sup>17</sup> Valla,<sup>18</sup> Fernando Manzanares e Robert Gaguin (Verdelho

<sup>17</sup> Perotti terá servido de modelo para a *Grammatica* de João Vaz (1501) (cf. Ramalho 1983: 143-151 e Verdelho 1995: 56).

<sup>18</sup> A sua influência manifesta-se na *Noua grāmatices Marie matris dei virginis ars* (1516) de Estêvão Cavaleiro (cf. Ramalho 1983: 125-151 e Verdelho 1995: 95).

1995: 77), mas estas novas ideias tiveram dificuldade em impor-se, na universidade de Lisboa, perante as medievais (Verdelho 1995: 78). Em 1519, as *Introductiones* de Nebrija foram declaradas manual de ensino de latim, como complemento da gramática 'pré-humanista' do espanhol Juan de Pastrana (Verdelho 1995: 77, 99). A influência de Nebrija na gramática latina e na lexicografia foi considerável (Verdelho 1995: 101).

A orientação retórica e literária da gramática renascentista portuguesa manifesta-se, entre outras coisas, na configuração dos manuais de ensino do latim que contêm, por exemplo, anexos acerca de figuras retóricas, epistolografia, poética e métrica (Verdelho 1995: 77).

A par da mudança da principal ênfase na reflexão sobre a linguagem da lógica para a retórica ocorre uma nova avaliação do latim que, ao contrário do que faziam os escolásticos, deixa de ser considerado um constructo lógico, para passar a ser encarado como uma língua histórica particular (cf. Schlieben-Lange 1991b: 110).<sup>19</sup>

#### 2.2.4 As primeiras gramáticas vernáculas da România

A produção gramatical, rica e heterogénea, da Idade Média latina foi obra de autores para os quais o latim não era a língua materna. Ao passo que já se tinha constituído uma importante cultura escrita em vernáculo nos países românicos (e noutros da Europa ocidental) até ao século XIV, a gramaticografia manteve-se quase completamente limitada ao latim.

As línguas vernáculas eram vistas como línguas naturalmente adquiridas, ao contrário do latim, cuja aprendizagem era exclusivamente artificial, como se diz na conhecida citação da obra *De vulgari eloquentia* de Dante (de cerca de 1303):

Sed quia unamquaque doctrinam oportet non probare, sed suum aperire subiectum, ut sciatur quid sit super quod illa versatur, dicimus, celeriter actendentes, quod vulgarem locutionem appellamus eam quam infantes assuefiunt ab assistentibus, cum primitus distinguere voces incipiunt; vel, quod brevius dici potest, vulgarem locutionem asserimus quam sine regula nutricem imitantes accipimus. Est et inde alia locutio secundaria nobis, quam Romani grammaticam<sup>20</sup>

<sup>19</sup> Bossong (1990: 64) fala, neste contexto, da emancipação do latim.

<sup>20</sup> Em *De vulgari eloquentia*, Dante refere-se a um dos dois significados medievais de *grammatica*, ou seja, *grammatica* como «[...] die geschriebene, in Form von grammatischen Beschreibungen fixierte Sprache, die sekundär gelernt wird und arte, nicht natura gegeben ist» (Schlieben-Lange 1991b: 111), ou seja, [(...) a língua escrita, fixada sob a forma de descrições gramaticais, aprendida secundariamente e dada como *arte*, não como *natura*]. O outro significado,

vocaverunt. Hanc quidem secundariam Greci habent et alii, sed non omnes: ad habitum vero huius pauci perveniunt, quia non nisi per spatium temporis et sudii assiduitatem regulamur et doctrinamur in illa.

Harum quoque duarum nobilior est vulgaris: tum quia prima fuit humano generi usitata; tum quia totus orbis ipsa perfruitur, licet in diversas prolationes et vocabula sit divisa; tum quia naturalis est nobis, cum illa potius artificialis existat (Alighieri 1979: 26-32).

O latim era manifestamente sentido por Dante como tão pouco natural que não era adequado para determinados fins. Nestes casos, devia ser usado o italiano que, nesta altura, já estava estabelecido como língua escrita e literária (cf. Percival 1975: 247). A ideia da falta de regras – é notável que as línguas vulgares, contudo, fossem consideradas como sendo *nobilior* por causa da sua universalidade e 'naturalidade' – era geralmente compartilhada pelos contemporâneos de Dante (cf. Kukenheim 1932: 88-89),<sup>21</sup> de modo que Leon Battista Alberti elaborou

---

'grammatica' como latim, no sentido de língua com individualidade histórica, só pode ter surgido no âmbito do conceito de gramática numa perspetiva retórico-poética. É esta a conceção subjacente, sempre que gramáticos occitânicos antigos usam *grammatica* como designação de 'latim', em oposição a 'roman' ou 'vulgar' (Schlieben-Lange 1991b: 110-111). A componente comum de ambos os sentidos de 'grammatica' é a da artificialidade: de 'grammatica' está sempre em oposição a língua materna. Igualmente a linguagem literária occitânica tinha que ser aprendida como 'arte' (tenha-se em conta que as primeiras gramáticas e poéticas occitânicas foram escritas por 'estrangeiros', cf. Auroux 1992b: 22). Parece ser por isso uma atitude consequente transpor a designação de 'grammatica', por último, para a própria linguagem literária românica: Luis d'Averçó «[...] stellt das *català* als lebendige, natürliche Sprache, in der er sein Werk schreibt, der literarisch fixierten Sprache des *trobador* gegenüber. Ihre Sprache ist es jetzt, die in Form der *gramatiqua*, nun nicht mehr synonym mit Latein, beschrieben werden muß» (Schlieben-Lange 1991b: 111) [(...) contrapõe o *català*, como língua viva e natural, na qual escreve a sua obra, à linguagem literariamente fixada do *trobador*. Agora é a sua língua que tem que ser descrita sob a forma de *grammatica*, que deixou de ser sinónimo de latim». Durante o Renascimento, pelo contrário, o termo 'grammatica' é transposto para o nível metalinguístico. Atente-se nos títulos das primeiras gramáticas ibero-românicas: *Gramatica sobre la lengua castellana* (Nebrija), *Grammatica da lingoagem portuguesa* (Oliveira), *Grammatica da lingua portuguesa* (Barros), etc. (Auroux 1992b: 54-55), de modo diferente do uso do conceito de 'grammatica' por parte dos gramáticos occitânicos antigos.

<sup>21</sup> Manifesta opinião contrária, porém, a afirmação de Pierre Hélié (ou Petrus Helias, ca. 1100-ca. 1166), por exemplo, segundo a qual seria possível escrever uma gramática francesa, «quod possit fieri facile» (cf. Lusignan 1987: 21, Schlieben-Lange 1991b: 110). Por outro lado, cerca de 400 anos mais tarde, no prefácio do seu *Le Trètté de la grammere françoëze* (1550), Louis Meigret ainda tem que ocupar-se com a ideia, aparentemente muito generalizada, de que o francês não poderia ser

as suas *Regole della lingua fiorentina* (cerca de 1450) sobretudo para demonstrar o contrário (Percival 1975: 248).

Apesar disso, surgiram, na Idade Média, gramáticas de línguas românicas, nomeadamente do occitânico (desde cerca de 1200) e do francês (desde finais do século XIII).

O que terá levado os autores das gramáticas do occitânico antigo a pôr de parte as ideias sobre a impossibilidade de codificação das línguas vulgares? Neste contexto, é necessário ter-se presente que as referidas gramáticas, de acordo com as intenções para que foram elaboradas, eram teorias de poética, saídas de uma tradição retórica e não escolástica (Schlieben-Lange 1991b: 110, 113). Ainda que os autores conhecessem, possivelmente, o discurso escolástico (cf. Schlieben-Lange 1991b: 109), orientavam-se não pelo latim como conceito lógico, mas sim pelo latim como língua literária. Ao passo que, no primeiro caso, a qualificação de 'artificial', aplicada ao latim, era feita em sentido genético (excluindo, por isso, as línguas vulgares), o latim dos retóricos e dos autores das poéticas é artificial por se tratar de uma língua literária – característica que o occitânico compartilha com ele.<sup>22</sup> Por outras palavras: se o latim, como língua literária, tinha uma gramática, a língua literária, que era o occitânico também podia passar a ter uma.

Nas gramáticas de francês para ingleses, que foram surgindo desde finais do século XIII na Inglaterra (cf. Auroux 1992b: 13), estamos perante

---

descrito através de regras gramaticais: «Combien que d'une pauvre considération la plus grande partie de nos Français soit en fantaisie que la poursuite d'une grammaire soit trop difficile et presque impossible en notre langue: je n'en ai pas pourtant si désespéré que je n'aie fait quelque diligence d'en chercher quelques moyens et règles» (Meigret 1980: 1).

<sup>22</sup> [Die Sprache der Troubadours] ist im wahrsten Sinne des Wortes '*Literatursprache*', denn ihre Entwicklung ist auf engste mit dem Entstehen einer von der Literarästhetik des 'lateinischen Mittelalters' geprägten Literatur verknüpft. Durch ihre Existenz als Literatursprache - als 'Gattungssprache der Minnelyrik', wie Heinrich Morf hinzusetzen würde, - trägt sie maßgeblich zur Ausbildung eines neuen *Sprachbewußtseins* in den mittelalterlichen Sprachgemeinschaften bei» (Baum 1987b: 22).

[(A linguagem dos trovadores) é '*linguagem literária*' no mais verdadeiro sentido do termo, uma vez que o seu desenvolvimento está intimamente ligado ao surgimento de uma literatura caracterizada pela estética literária da 'Idade Média latina'. Através da sua existência como linguagem literária – como 'linguagem do género literário da lírica trovadoresca', como acrescentaria Heinrich Morf –, contribui, decisivamente, para a constituição de uma nova *consciência linguística* nas comunidades de falantes medievais].

uma outra identificação: o latim, tal como o francês, eram línguas estrangeiras, cujo conhecimento era necessário ter por causa de fins práticos. Tal como o latim era aprendido com o 'Donato', o francês deveria ser aprendido, por exemplo, com o *Donait françois* (cf. Swiggers 1985b).

As primeiras gramáticas em Espanha e em Portugal, por sua vez, assentam ainda numa identificação um pouco diferente: a nova perceção de que também as línguas clássicas nem sempre tinham existido na forma elaborada, transmitida pela escrita, mas que elas, como se descreve no prefácio da *Gramatica castellana* de Nebrija (1980: 97-102), passaram pela sua infância (*niñez*), a fase de apogeu e a de decadência, permitiu uma equiparação das línguas modernas com as clássicas.<sup>23</sup> Também estas últimas não tinham tido, desde o início, a perfeição manifestada na tradição transmitida pela escrita e também tinham sido faladas no seu tempo por seres humanos vivos, ou seja, tinham sido portanto línguas maternas.<sup>24</sup> Gregos e romanos tinham elaborado gramáticas das suas próprias línguas, para as tornar imortais, como afirma Nebrija (1980:

<sup>23</sup> Cf. Ineichen (1991: 230): «Verändert war insbesondere die Sprachauffassung des Mittelalters, wie man sie bei Dante am klarsten dargestellt findet. Man spricht nicht mehr von der *grammatica* als *lingua artificialis*, die im Gegensatz zum *volgare* als reguliert gilt. Die Latinität ist nun eins, die romanischen Sprachen ein *Latinum corruptum*, korrumpiert unter dem Einfluß der Barbaren zur Zeit der Völkerwanderung. Nebrija geht so weit, das Latein mit einem regulierten Spanisch als austauschbar zu betrachten. [...] Deshalb lernt man Latein auch leicht über Spanisch. Dies ist allerdings nur dann verständlich, wenn man das Latein wie dasjenige der Humanisten ebenfalls als lebendige Sprache betrachtet».

[Tinha mudado, em particular, a conceção medieval de linguagem, tal como se manifesta, de modo mais claro, em Dante. Já não se fala de *grammatica* como de *lingua artificialis*, que se considera provida de regras, ao contrário do *volgare*. A latinidade passou a ser agora uma coisa, as línguas românicas outra, ou seja, um *Latinum corruptum*, corrompido pela influência dos Bárbaros no tempo das grandes migrações de povos. Nebrija vai ao ponto de considerar o latim como substituível por um espanhol com regras [...] É por isso que também se aprende o latim com facilidade através do espanhol. Isto só é compreensível, porém, quando se considerar o latim igualmente como língua viva, tal como o latim dos Humanistas].

Ao contrário do que acontece em Espanha, na Itália, segundo Ineichen (1991: 230), não se verifica esta equiparação.

<sup>24</sup> «Mit der 'Entdeckung der Muttersprache im europäischen Denken' und deren Ausbildung zu nationalen Hoch- und Schriftsprachen beginnt ein neues Kapitel in der Geschichte europäischer Sprach- und Kulturgemeinschaften» (Baum 1987b: 28).

[Com a 'descoberta da língua materna no pensamento europeu' e a sua formação como línguas nacionais de cultura e de escrita começa um novo capítulo na história das comunidades linguísticas e culturais europeias]

101), ou, segundo a opinião de Fernão de Oliveira, a fim de se poder realizar uma política de conquista com a língua:

O estado da fortuna pode cõceder ou tirar fauor aos estudos liberaes: & esses estudos fazẽ mais durar a gloria da terra em ã florecem. Porque Greçia & Roma so por isto ainda viuẽ: porq̃ quãdo senhoreauão o mundo mandarão a todas as gentes a elles sogeytas aprender suas linguas: & em ellas escreuião muytas bõas doutrinas & não somête o que entendião escreuião nellas: mas tambem trasladauam parellas todo o bo que lião em outras (Oliveira 1536: fol. 4r).

Enquanto, para Nebrija, o Castelhana já tinha atingido o apogeu e por isso deveria ser codificado («[...] por estar ia nuestra lengua tanto en la cumbre, que más se puede temer el decendimiento della que esperar la subida», Nebrija 1980: 101), Oliveira considera que o português ainda precisa de desenvolver-se mas, o que é mais importante, encara com muito otimismo essa 'capacidade':

E não desconfiemos da nossa lingua porque os homẽs fazem a lingua, & não a lingoa os homẽs. E e manifesto que as linguas Grega & Latina primeiro forão grosseiras: & os homẽs as poserão na perfeição ã agora tem (Oliveira 1536: fols. 4r-4v).

No *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, João de Barros chama, explicitamente, a atenção para o facto de, para os autores romanos, agora considerados 'fonte da eloquência', o latim não ter sido aprendido artificialmente, mas sim ser a 'natural linguagem', a língua materna portanto – um conhecimento que, até então, estava longe de ser evidente:

Quero dizer, que Tulio, Çesar, Liuio, e todolos outros a que chamamos fonte da eloquẽcia, nunca aprẽderã lingua latina, como a grega: por que ẽra sua naturál linguágem, tam comũ ao pouo Romano, como uemos que a nõssa ẽ ao pouo de Lisboa [...] (Barros 1540: 57r).

Embora provenientes da tradição latina retórica do Renascimento, falta às primeiras gramáticas espanholas e portuguesas, quase por completo, uma relação com a retórica ou com a literatura. Esta situação deriva, possivelmente, do facto de o modelo em que se baseavam as mais importantes gramáticas renascentistas latinas de Espanha e de Portugal serem as *Introductiones* de Nebrija (cf. 2.2.3), uma obra orientada sobretudo para fins de carácter prático.

### 2.3 As condições políticas e socioculturais por volta de 1500

A importante percepção de que as línguas têm uma história está relacionada com uma nova perspectiva histórica, que se manifesta

particularmente no estudo da Antiguidade clássica e que é característica do Renascimento (Robins 1979: 100-101; Giard 1992: 208).

Outra característica renascentista é a emergência de estados nacionais, com as implicações daí resultantes.<sup>25</sup> A língua comum desempenha um papel importante na definição do conceito de nação:

L'expansion des nations entraîne inéluctablement une situation de luttes entre elles, ce qui se traduit inmanquablement par une concurrence, renforcée parce qu'institutionnalisée, entre les langues. Le vieil adage *une langue, une nation*, en prenant valeur, non plus pour le passé, mais pour le futur, acquiert un nouveau sens: les nations devenues quand elles l'ont pu, des Etats, ceux-ci vont faire de l'apprentissage et de l'usage d'*une* langue officielle une obligation pour leurs citoyens (Aurox 1992b: 23).

Após a conclusão da reconquista no Algarve (1249), o estado português tinha-se constituído de forma bastante estável dentro das suas fronteiras definidas pelo Tratado de Alcanizes em 1297 (Serrão 1980: 47, 52).

É por isso que o período de cem anos, que começou com a subida ao trono de Afonso III e findou com a Peste Negra, foi uma das épocas cruciais de toda a história portuguesa. Quando a crise adveio, encontrou já um estado bem organizado, razoavelmente centralizado em torno do rei, e economicamente harmonioso (Marques 1985, I: 189).

Lisboa tornou-se a capital. Desde inícios do século XIV houve constantes conflitos com Espanha (Marques 1985, I: 225-226), que chegaram ao fim com a vitória dos portugueses na batalha de Aljubarrota (1385). A derrota dos espanhóis significou, ao mesmo tempo, um enfraquecimento da aristocracia feudal portuguesa (Marques 1985, I: 228). Tal como nos países vizinhos, houve um aumento da importância da burguesia urbana (Giard 1992: 206; cf. Saraiva 1962, III: 20). Maiores grupos de pessoas do que até agora passaram a ter acesso à escolaridade elementar (cf. Robins 1979: 111, Giard 1992: 206), que deixou de ser exclusivamente concebida como preparação para uma carreira eclesiástica ou científica e que tinha lugar, pelo menos parcialmente, na língua falada pelo povo (cf. 2.1). Pode partir-se, portanto, do princípio de que, por volta de 1500, havia consideravelmente mais pessoas que sabiam ler a sua língua materna, como tal, do que aqueles que dominavam o latim. Constituíam um público importante para os produtos dos impressores de livros (cf. Padley 1988: 321; Giard 1992: 207), que desde os finais do

---

<sup>25</sup> «Naissance du capital marchand, urbanisation, mobilité sociale, extension des relations commerciales, etc. (Aurox 1992b: 23).

século XV tinham começado a ganhar terreno (cf. acerca deste assunto Anselmo 1981 e Martins 1989: II: 767-976).<sup>26</sup>

Através das viagens dos descobrimentos, que caracterizam o Renascimento português de modo particular (cf. Serrão s.d.: 577b-578a), tiveram lugar contactos com línguas até então desconhecidas, que foram estudadas e descritas sobretudo por causa de interesses coloniais e missionários (cf. Robins 1979: 193). É de crer que o facto de a sua própria língua se ter tornado meio internacional de comunicação, bem como língua colonial e de missão, não deverá ter representado um papel de pouca relevância na consciência linguística dos portugueses do século XVI (cf. 2.1).

Quando surgiram, em 1536 e em 1540, as duas primeiras descrições gramaticais do português, estavam, pois, satisfeitas todas as condições supramencionadas: o português estava estabelecido como língua escrita e como língua nacional. Além disso, como idioma de um império em expansão, podia ser confrontado com outras línguas, tendo consciência do seu valor próprio. As mudanças entretanto operadas na gramaticografia do latim tinham permitido passar a ser possível imaginar também a codificação das línguas vernáculas, que na Idade Média eram consideradas como sendo línguas sem regras; a gramática escolar latina, estabelecida através de uma prática de ensino com a duração de vários séculos, fornecia o modelo para a descrição sistemática dessas línguas. Por fim, o Renascimento oferecia um clima político e sociocultural que, sob muitos aspetos, vinha ao encontro dos interesses de uma gramaticografia vernácula.

É muito provável que também o modelo de gramáticas vernáculas já existentes, em especial a *Gramatica sobre la lengua castellana* de Nebrija, seja um motivo para o início da gramaticografia portuguesa – que tem lugar relativamente cedo, em confronto com o contexto europeu (cf. Auroux 1992b: 14-15) –, tanto mais que a Espanha era o país que representava o maior perigo para a autonomia portuguesa. Mas a receção de Nebrija em Portugal, em inícios do século XVI, teve lugar num *climate of opinion* que, possivelmente, talvez nem carecesse desse empurrão.

---

<sup>26</sup> Marques (1972b, I: 280), porém, parte do princípio de que, no caso de Portugal, os livros impressos até meados do século XVI foram sobretudo usados pela Igreja, pelo Estado e pela Universidade: «A maioria dos impressores dependia destas três instituições e não de qualquer público vasto de particulares».



### 3 Os autores no seu contexto histórico

#### 3.1 João de Barros: Renascimento e expansão marítima

De 1521 até 1557, o rei D. João III governou Portugal. Herdou do pai, D. Manuel I, um enorme império colonial, com possessões na África, na Ásia e na América, cuja administração, com o passar do tempo, se tornou cada vez mais problemática (Serrão s.d.: 103). Entre as consequências da expansão marítima contam-se também a decadência da agricultura e um crescente endividamento do estado (Saraiva 1986: 150). Em termos políticos, D. João III tentou uma aproximação a Espanha (Jacob 1969: 91).

Durante o reinado deste monarca, a Universidade foi transferida definitivamente para Coimbra em 1537, tendo sido fundados, na mesma cidade, em 1547, o *Real Colégio das Artes* ou *Colégio das Artes* (1542-1837), segundo o modelo do *Collège Royal* de Paris (Marques 1985, I: 337). Ambas estas instituições são consideradas centros da cultura renascentista (cf. Jacob 1969: 93), que igualmente se manifestava na corte, onde o Humanismo desempenhava um papel importante nos meados do século. A Infanta D. Maria (1521-1577), por exemplo, escrevia e falava latim e levava a cabo estudos humanísticos, juntamente com outras damas (cf. Teófilo Braga 1892, I: 280-287; Spina 1987: 12 e ainda Serrão s.d.: 450). Nos colégios e na Universidade só deveria ser usado o latim, estando previstas, em parte, sanções, em caso de não cumprimento deste preceito (Spina 1987: 12).

Em 1536, por iniciativa de D. João III, foi introduzida pelo papa Clemente VII a inquisição do *Santo Ofício*, que tinha sido criada, na Idade Média, para combater os heréticos mas que, tanto em Portugal como em Espanha, foi posta ao serviço, em primeiro lugar, dos interesses políticos e económicos do poder real (cf. Messner / Müller 1983: 6). Um dos seus mecanismos mais importantes era a censura literária.<sup>1</sup> A partir de 1540, quem pretendesse publicar um livro, em Portugal, estava obrigado a submeter o manuscrito aos censores da inquisição, encarregados de verificarem se o seu conteúdo se afastava da doutrina da fé católica. Livros estrangeiros, transportados para o país em navios (o único país vizinho, a Espanha, implicava poucos riscos neste domínio, já que igualmente tinha uma censura muito severa), eram diretamente inspecionados no porto por causa da existência de eventuais escritos heréticos que, caso se comprovassem, eram confiscados. Os livros proibidos estavam elencados no

---

<sup>1</sup> Havia ainda uma censura episcopal (do *Ordinário*) e real (do *Desembargo do Paço*). Nesta altura, porém, cederam o passo à censura inquisitorial.

Índice (Bastos 1926: 59-60). Nesta forma, a censura manteve-se até aos tempos do Marquês de Pombal (Serrão 1984, VI: 262).

Em 1542 estabeleceu-se em Portugal a Companhia de Jesus (*Societas Jesu*), que tinha sido fundada dois anos antes por Inácio de Loiola (1491-1556). Em 1553, abriu em Lisboa o primeiro colégio público, isto é, não unicamente destinado a futuros eclesiásticos (Carvalho 1986: 289-293) e, em 1555, a Companhia assumiu a direção do reputado Colégio das Artes de Coimbra, fundando a sua própria universidade em Évora em 1559 (Marques 1984, II: 129). Até ao fim do século, havia já 591 sacerdotes jesuítas espalhados pelas instituições da companhia em todo o país (Carvalho 1986: 325). O plano de estudos para todos os colégios europeus da ordem foi fixado, em 1599, na *Ratio studiorum*. Tal como no *Trivium* medieval, a gramática manteve-se como disciplina fundamental do curso de letras elementar, que continha além dela ainda Humanidades (ou seja, aproximadamente: leitura de textos literários) e Retórica. O latim era a língua em que se ministrava o ensino, em todos os níveis, a gramática obrigatória era a *De institutione grammatica libri tres* de Manuel Álvares (Schäfer 1993e). O estudo da língua falada pela massa da população era expressamente proibido, até mesmo o início do ensino deveria ter lugar em latim (Carvalho 1986: 334).

### 3.2 Amaro de Roboredo: o domínio filipino

Quando o rei D. Sebastião (1554-1778, reinou desde 1568), neto de João III, faleceu sem deixar descendentes diretos, o monarca espanhol Felipe II (1527-1598), um dos netos de D. Manuel, manifestou a sua pretensão ao trono de Portugal. Em 1580, após uso de força militar, impôs-se aos demais pretendentes, tendo sido aclamado rei de Portugal em 1581, pelas Cortes, com o nome de Filipe I. *De iure* este processo significa que passou a haver uma União Pessoal das duas coroas ibéricas que, no início, contou com o apoio tanto da nobreza como da burguesia comercial. O novo monarca garantiu a Portugal um alto grau de autonomia (cf. Vázquez Cuesta 1988: 64, Jacob 1969: 107) – também no domínio da língua, com a garantia de que a linguagem dos documentos oficiais devia ser exclusivamente o português (cf. Saraiva 1986: 201). Nos primeiros anos, face a uma situação económica relativamente boa, parece não ter havido em Portugal uma oposição significativa ao novo regime. No tempo de Filipe II (Felipe III de Espanha) piorou a situação económica, subindo para os portugueses a carga dos impostos. Além disso, de acordo com Vázquez Cuesta (1988: 64), aumentou a desilusão por causa das

promessas não cumpridas pelo que dizia respeito à situação especial de Portugal dentro do império espanhol. Felipe IV, representante de um centralismo rigoroso, diminuiu ainda mais o poder das Cortes portuguesas. Por causa das práticas usadas na cobrança de impostos, houve distúrbios em várias cidades portuguesas, culminando, finalmente, no dia 1 de dezembro de 1640, numa revolta em Lisboa que levou à retirada dos espanhóis e à coroação do Duque João de Bragança como D João IV, rei de Portugal (Marques 1984, II: 174).

A situação linguística desta época, e excetuando a linguagem literária, ainda está pouco estudada. Fala-se de um bilinguismo luso-espanhol, mas faltam informações sobre os grupos sociais e as situações em que se usava o espanhol em Portugal. Vázquez Cuesta (1988: 85-86) parte com razão do princípio de que, durante o domínio filipino, todos os portugueses que tinham que fazer na corte espanhola sabiam falar espanhol, pondo-se porém a questão de saber até que ponto ainda usariam o português. Mas nas cortes de aldeia da nobreza portuguesa, presume Vázquez Cuesta, ter-se-á falado português. O povo teria entrado em contacto com o espanhol através do teatro, mais precisamente, com companhias teatrais espanholas que, desde Felipe II e até depois de 1640, atuavam em Lisboa (Vázquez Cuesta 1988: 86). Mas o uso de ambas as línguas na literatura não permite tirar quaisquer conclusões acerca das dimensões e da forma do bilinguismo da população portuguesa.

O sistema de ensino do século XVII foi completamente dominado pelos jesuítas. A situação política de Portugal, a União Pessoal com a Espanha, teve pouca importância para eles, uma vez que o seu ensino era internacional, sendo, de qualquer modo, ministrado em latim («A escola não tinha pátria», Carvalho 1986: 361; cf. Lázaro Carreter 1985: 156).

Sob o domínio filipino houve, segundo Saraiva (1986: 221), a par da censura religiosa, também uma censura política por parte do governo espanhol:

[...] reprimia tudo o que pudesse representar expressão do sentimento patriótico. O patriotismo refugiou-se então, entre a gente culta, nas letras e, em especial na história. Uma das formas menos arriscadas de ser patriota era ler Os Lusíadas; o grande poema foi a obra mais lida em todo o século XVII [...]

Também o *patriotismo linguístico* é considerado por Saraiva (1986: 222) como expressão relativamente inócua do sentimento nacional, pois

«[...] havia a noção de que a língua portuguesa era um tesouro que devia ser protegido. Os estudos linguísticos (vindos já do século anterior, com Fernão de Oliveira e João de Barros) entram na moda.<sup>2</sup>

A par dos numerosos escritores bilingües houve também os que tomaram posição, decididamente, a favor da língua portuguesa.<sup>3</sup>

### 3.3 Bento Pereira: a Restauração

No ano de 1640, pelo menos na perspectiva dos portugueses, a independência tinha sido restaurada, o que foi saudado pela massa da população empobrecida, enquanto a alta aristocracia, a nobreza detentora de cargos, o clero e os comerciantes ricos estavam divididos entre partidários e adversários de Espanha. O regime da Restauração era, portanto, inicialmente fraco, além de ter havido uma série de malogros diplomáticos e um aumento das despesas militares (Marques 1984, II: 181). Depois da morte de D. João IV (1656) e um interregno de cinco anos (em que era regente a rainha viúva D. Luisa de Gusmão), como consequência de um golpe de Estado e da renúncia de D. Afonso VI, 1643-1683, regeu desde 1662 em 1667, subiu ao trono o seu irmão D. Pedro II (1648-1706, regeu desde 1683 até 1704), primeiro como regente e, depois da morte de D. Afonso, como rei (1683 até 1704). No tempo em que governou, foram lançadas as bases da indústria nacional (Serrão s.d.: 536).

Na década de 1660, os portugueses tinham perdido uma parte das suas possessões asiáticas, conquistadas pelos holandeses, mas conseguiram recuperar o Brasil, também reclamado pelos Países Baixos. Na Ásia, os

---

<sup>2</sup> Autores que se ocupam da língua portuguesa fora da gramaticografia propriamente dita são, durante o domínio filipino, por exemplo, Duarte Nunes de Leão (*Origem da lingua portugueza*, 1606) e Manuel Severim de Faria («Das partes qve ha de hauer na lingoagem para ser perfeita, & como a Portuguesa as tem todas, e algũas com eminencia de outras lingoas», 1624) e Álvaro Ferreira de Vera (*Breves louvores da língua portuguesa, com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a língua latina*, 1631). Veja-se Vázquez Cuesta (1988: 103).

<sup>3</sup> «A perda de uma individualidade cultural era sentida por muitos portugueses, resultando em reacções diversas a favor da língua pátria e da sua expressão em termos de prosa e poesia. Francisco Rodrigues Lobo (1579-1622) e Frei Luís de Sousa (1555-1632), dois dos maiores autores do período, mostraram bem essa atitude. Contudo, os intelectuais que assim reagiam sabiam perfeitamente que os seus esforços seriam vãos sem a recuperação da independência política» (Marques 1972b, I: 438). Neste contexto deve também mencionar-se o poeta António Ferreira (1528-1569) (cf. Saraiva 1955, II: 656-657).

portugueses mantiveram apenas Goa, Macau e Timor (Jacob 1969: 122). De um tratado de aliança, assinado em 1661, resultaram relações políticas e económicas estreitas com a Inglaterra, que aliás trouxeram a esta última mais privilégios e vantagens do que a Portugal, ainda sob ameaça espanhola.

O sistema de ensino, mesmo depois da restauração da independência, continuou nas mãos dos jesuítas que, através do seu monopólio do ensino no setor pré-universitário, da sua posição na corte e do controle da censura, tinham a possibilidade de manter afastadas de Portugal as novas correntes de pensamento então surgidas no estrangeiro (Inglaterra, França, Holanda). Apenas os chamados *estrangeirados*, portugueses que viviam no estrangeiro, começaram a divulgar o pensamento moderno na sua pátria, a partir de finais do século XVII (Saraiva 1986: 244). Como representantes da Contrarreforma, os jesuítas eram adversários de todas as inovações que pudessem ameaçar o catolicismo ortodoxo. Os seus métodos de ensino e os seus manuais continuaram a ser os mesmos dos inícios do século XVII, até serem abolidos pelas reformas pombalinas (Saraiva 1986: 244).

### 3.4 Jerónimo Contador de Argote: o absolutismo de D. João V

O sucessor de D. Pedro II, D. João V (1689-1750, regeu desde 1706), governou Portugal como soberano absolutista, segundo o modelo do rei francês Louis XIV. Viu-se confrontado com problemas económicos que eram, em parte, condicionados pelo império colonial, bem como com conflitos sociais no interior do reino. As relações com a Inglaterra consolidaram-se ainda mais durante o seu reinado (Serrão s. d.: 373).

Aos avanços de D. João V na área da cultura pertencem a criação das bibliotecas da Universidade de Coimbra e do Convento de Mafra, bem como a fundação da *Academia Real da História Portuguesa*, em 1720. Surgiu por iniciativa do Conde da Ericeira, segundo o modelo da *Académie Française* (Teófilo Braga 1898, III: 6), e estava expressamente isenta de censura (cf. Jacob 1969: 125 e Saraiva 1986: 246). A atividade da inquisição passou a ser limitada, sendo controlada pelo monarca (Jacob 1969: 125).

No tempo de D. João V, iniciou-se também, por iniciativa oficial, uma abertura em relação ao estrangeiro. O monarca apoiava a moderna pedagogia da Ordem dos Oratorianos (Saraiva 1986: 246), em concorrência com os jesuítas, ao conceder às suas escolas, em 1708, os mesmos privilégios (Dias 1952: 345); no entanto os jesuítas, a princípio, conseguiram manter, em grande parte, a sua posição hegemónica. Na primeira metade do século XVIII, a eficácia do sistema de ensino jesuítico foi posta

em causa com cada vez mais frequência (cf. Lima 1981), encontrando e esta crítica a sua manifestação mais expressiva no *Verdadeiro metodo de estudar* de Luís António Verney, o iluminista português que vivia em Itália (Dias 1952: 346).

### 3.5 António José dos Reis Lobato: a era pombalina

Logo após subir ao trono, o filho e sucessor de D. João V, D. José (1714-1777, regeu desde 1750), nomeou, por recomendação do pai, Sebastião José Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, como ministro dos negócios estrangeiros. Em breve, este membro do Governo dominava já todos os ministérios e a sua influência política aumentou ainda mais após ter ordenado a reconstrução de Lisboa a seguir ao grande terramoto de 1 de novembro de 1755.

Antes da sua atividade na corte de D. José, Pombal, que fora diplomata em Inglaterra e na Áustria, tinha entrado em contacto com o pensamento iluminista. Os seus inimigos declarados eram a alta nobreza e os jesuítas; estes últimos foram por ele expulsos do país em 1759.<sup>4</sup> As reformas do Marquês de Pombal estenderam-se a todas as áreas: tanto a administração pública como a economia foram reestruturadas, como ainda o setor das forças armadas e o do ensino. Em 1773, foi abolida a escravatura e, em 1769, a inquisição ficou declarada como tribunal régio (Jacob 1969: 124-133 e Saraiva 1986: 247-255).

As reformas do ensino mostraram ser necessárias porque os jesuítas, que detinham o monopólio do ensino primário e secundário, deixaram de estar disponíveis a partir de 1759. No que diz respeito aos conteúdos do ensino pré-universitário, porém, pouco se alterou: deviam ser ensinados Latim, Grego e Retórica,<sup>5</sup> cabendo ao latim um papel central em que devia, porém, ser ensinado com outros métodos e outros livros, diferentes dos jesuítas. Neste âmbito, foi ordenado, pela primeira vez, o estudo da gramática da língua materna, juntamente com o ensino do latim (cf. Carvalho 1986: 430-433). A Universidade, cujos conteúdos e métodos permaneciam praticamente os mesmos desde os inícios do século XVII, foi profundamente reformada, em 1772 (Carvalho 1986: 462-467).

---

<sup>4</sup> Portugal foi o primeiro país a dar este passo; em 1764 seguiu-se a França, em 1767 a Espanha, em 1768 o Reino das Duas Sicílias, Malta e Parma. Em 1773 a Ordem foi extinta pelo papa Clemente XIV (Scaglione 1986: 53).

<sup>5</sup> Naturalmente era difícil encontrar professores com uma boa preparação profissional para ensinarem estas disciplinas (cf. Carvalho 1986: 434).

A partir de 1768, as publicações deixaram de estar submetidas à censura da inquisição (juntamente com a censura do Ordinário e do Desembargo do Paço, cf. Carvalho 1986: 452), mas passaram a ser submetidas à censura estatal da *Real Mesa Censória*, que dependia diretamente do rei, mas da qual continuavam a fazer parte eclesiásticos (cf. Eiras 1989: 14). Contrariamente a todos os princípios iluministas, faziam parte dos autores proibidos, por exemplo, Hobbes, Locke, Voltaire e os enciclopedistas franceses (cf. Serrão 1984: VI: 263 e Eiras 1989: 17-21), mas a censura da Real Mesa Censória, manifestamente, não foi executada de forma muito coerente, uma vez que está provado que muitas das obras proibidas voltaram a entrar no país e até nas bibliotecas públicas (Eiras 1989: 33-34). Em 1771, a *Real Mesa Censória* foi incumbida adicionalmente da administração do ensino («[...] toda a Administração e Direcção dos Estudos das Escolas menores destes Reinos e seus Domínios», Carvalho 1986: 453).

### 3.6 Portugal no tempo da Revolução Francesa

A morte de D. José I (1777) significou também o fim político do Marquês de Pombal, que viria a morrer, banido da corte, em 1782. Sucedeu no trono D. Maria I (1734-1816, regeu desde 1777 a 1792), cujos primeiros anos de governo correspondem a uma fase relativamente estável, tanto política como economicamente (Saraiva 1968: 261).

Em 1792, D. João, filho de D. Maria, assumiu o cargo de regente, vindo, mais de duas décadas mais tarde, a ser coroado como D. João VI (1767-1826, regente desde 1792, regeu desde 1816-1926). No ano de 1807, quando tropas napoleónicas e espanholas invadiram Portugal, a corte transferiu-se para o Brasil. Os portugueses tiveram que suportar, até 1811, mais duas invasões francesas, que foram repelidas com o auxílio dos Ingleses. Os Britânicos conservaram em seu poder, depois, o comando das forças armadas, ao passo que os próprios Governadores do rei, em Lisboa, exerciam pouca influência. O país estava dividido em dois partidos: os adeptos do *antigo regime* e os liberais, que se orientavam pelos ideais da Revolução Francesa (cf. Messner / Müller 1983: 6-7). No ano de 1820, rebentou a revolução, em 1821, D. João VI regressou do Rio e, um ano depois, jurou a Constituição provisória, que continha uma declaração dos direitos humanos, a suspensão da antiga ordem dos três estados, consagrando ainda a separação dos poderes. Em 1822, D. Pedro, o príncipe herdeiro de D. João VI, foi proclamado imperador do Brasil.

Em Portugal, à revolução liberal seguiu-se uma guerra civil: só em 1852 é que a monarquia constitucional se impôs.

No tempo de D. Maria foi fundada, em 1779, a *Academia das Ciências de Lisboa*, que, em 1783, foi colocada sob a proteção da rainha. O seu objetivo oficial era «o adiantamento da Instrução Nacional, perfeição das Ciências e das Artes» [isto é, das Técnicas] «[...] e aumento da Indústria Popular» (Carvalho 1986: 513). O principal interesse da Academia centrava-se nas ciências naturais. Procurava deliberadamente a abertura para o exterior e estava isenta de censura (Eiras 1989: 18).

Igualmente em 1779 teve lugar uma reforma do ensino elementar, que voltou a dar grande influência às instituições religiosas – excetuando os jesuítas, que continuaram fora do país. O ensino médio, na prática, consistia muitas vezes apenas no ensino da gramática latina (no qual o da língua materna, ordenado por Pombal, parece ter continuado a estar incluído<sup>6</sup>) (Carvalho 1986: 488).

Em 1787, a *Real Mesa Censória* (cf. 3.5) foi substituída pela *Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros*, que, a par da censura intelectual, também desempenhava tarefas administrativas (Carvalho 1986: 492). Após os acontecimentos da Revolução Francesa, a partir de 1789, intensificaram-se as medidas contra escritos considerados perigosos, sendo a *Real Mesa* substituída em 1794 por um novo organismo, de que se esperava mais eficácia: a *Junta da Diretoria-Geral dos Estudos e Escolas destes Reinos*, que estava atribuída à Universidade de Coimbra e que era, igualmente, ao mesmo tempo uma repartição escolar e de censura (Carvalho 1986: 496-497).

O primeiro decreto sobre o ensino da juventude feminina data de 1790. Para as meninas estava previsto apenas um ensino elementar (Carvalho 1986: 492).

Desde cerca de 1815 foram criadas escolas para as futuras gerações de militares, em menor escala também para civis, nas quais se praticava o chamado ensino mútuo, ou seja, para resolver o problema da falta de docentes, os alunos mais adiantados ensinavam os mais novos (Carvalho 1986: 529).

---

<sup>6</sup> Cf. Sousa (1804: XIII-XIV), na «Introdução» da sua gramática: «[...] o que tão somente pretendo he facilitar á mocidade Portugueza [...] o estudo da sua propria Lingua e das estrangeiras, e dar áqueles sujeitos que com poucos estudos exercitão o Magisterio nas Escolas menores os conhecimentos da Gramatica, que lhe são indispensaveis para que os seus discipulos possuão aproveitar melhor o tempo e trabalho que destinarem á sua instrução de ler e escrever a Liugua [sic!] Portugueza».

Com a revolução liberal de 1820, houve uma mudança radical na política da cultura: o tribunal do Santo Ofício bem como a censura foram abolidos e a liberdade de imprensa garantida, decisões que, é certo, foram pouco depois anuladas mas que, a longo prazo, acabariam por triunfar (cf. Carvalho 1986: 535).



## 4 Estudo comparativo das partes constitutivas relevantes

### 4.1 Intenção e público-alvo

Auroux (1992: 21) caracteriza os motivos que levam a uma descrição gramatical ou gramatização / gramaticalização (*grammatisation*) de línguas da seguinte maneira:

Dans un contexte où existe déjà une tradition linguistique, le besoin d'*apprentissage d'une langue étrangère*, autrement dit le passage d'une langue  $L_i$  à une langue  $L_j$  est potentiellement la première cause de grammatisation (pour l'une quelconque des deux). Ce besoin est susceptible de répondre lui-même à plusieurs *intérêts pratiques*:

a. *apprentissage d'une langue étrangère*

- i) accès à une langue d'administration
- ii) accès à un corpus de textes sacrés
- iii) accès à une langue de culture
- iv) relations commerciales et politiques
- v) voyages (expéditions militaires, explorations).
- vi) importation / exportation d'une doctrine religieuse
- vii) colonisation

La seconde cause de la grammatisation concerne essentiellement *la politique d'une langue donnée* (elle est donc susceptible d'affecter la langue maternelle) et peut se réduire à deux intérêts:

b. *politique d'une langue donnée*

- viii) organiser et régler une langue littéraire
- ix) développer une politique d'expansion linguistique à usage interne ou externe

A característica principal da gramaticografia portuguesa mais antiga é o facto de o ponto viii (fixação da linguagem literária) não desempenhar praticamente qualquer papel. Em Portugal, o ponto de partida, tanto em Fernão de Oliveira como em João de Barros, é o que está contido na alínea ix. Em Barros, porém, acresce a alínea iii, o «acesso a uma língua de cultura», ou seja, o latim, que deve ser aprendido de modo mais eficaz através da gramática da língua materna. Assim, podemos já distinguir dois motivos nos autores portugueses:

1. Difusão da língua portuguesa fora de Portugal
2. Simplificação da aprendizagem do latim através do estudo da língua materna

Ambas estas intenções estão relacionadas, por um lado, com a longa tradição segundo a qual a gramática pode ser considerada, antes de mais, como meio de aprendizagem de uma língua estrangeira (sobretudo do latim), por outro lado com a equiparação dos portugueses aos gregos e aos

romanos (cf. 2.2.4): os povos conquistados deveriam aprender o português tal como os portugueses aprendiam o latim (cf. Nebrija 1980: 101-102; *vide supra*). Fernão de Oliveira até vai ao ponto de propagar a substituição do latim pelo português:

Porque Greçia & Roma so por isto ainda vivê: porq̃ quãdo senhoreauão o mundo mandarão a todas as gentes a elles sogeytas aprender suas linguas: & em ellas escrevião muytas bõas doutrinas & não somête o que entendião escreuião nellas: mas tambem trasladauam parellas todo o bo que lião em outras. E desta feyção nos obrigarão a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu esquecendo nos do nosso[;] não façamos assy mas tornemos sobre nos agora que he tempo & somos senhores porque milhor he que ensinemos a Guine ca que sejamos ensinados de Roma (Oliveira 1536: fol. 4r).

Com esta posição radical, porém, Oliveira fica isolado, uma vez que, como já se tornou claro mais acima, nesta altura, já se tinha estabelecido uma cultura humanística em Portugal que considerava como objetivo importante o perfeito domínio do latim. Por outro lado, pode ter sido a equiparação, em princípio, das línguas modernas com as antigas que levou à ideia de que o conhecimento da gramática da língua materna poderia constituir uma ajuda para o ensino do latim. É assim que João de Barros, no *Diálogo em lovvor da nõssa lingvagem*, expressa a opinião de que o ensino do latim poderia ser mais eficaz através do estudo da gramática portuguesa:<sup>1</sup>

[Filho] Pois quanto ao proueito dos próprios portugueses, eu e o que for espermentádo ô pôde iulgár: cá senam soubêra da grammática portuguesa, o que me uõssa merçe insinou, pareçeme que ã quátro annos soubêra da latina pouco, e della muito menos: mas cõ saber a portuguesa fiquey alumiádo em ambas, o que nã fará quẽ soubêra a latina (1540: fols. 58r-v).

Tanto para a exposição de Oliveira como para a de Barros deve ter servido de modelo direto o *Prólogo* da *Gramática castellana* de Nebrija. A transmissão do espanhol a estrangeiros, bem como a preparação do ensino do latim são para Nebrija, porém, apenas dois dos três dos *provechos* da sua *Gramática castellana*. Em primeiro lugar está, para ele, o pensamento da fixação:

<sup>1</sup> Não se trata aqui, *nota bene*, do uso da língua portuguesa no ensino do latim que, no século XVI, em todo o caso já era habitual (cf. as traduções portuguesas dos paradigmas verbais nas obras de André de Resende e de Manuel Álvares, cf. Schäfer 1993e: 285), mas sim da cognitivização da gramática da língua materna para uma melhor compreensão da latina.

- [1.º] [...] acordé ante todas las otras cosas reduzir en artificio este nuestro lenguaje castellano, para que lo que agora τ de aqui en delante en él se escriviere pueda quedar en un tenor, τ estender se en toda la duración de los tiempos que están por venir, como vemos que se ha hecho de la lengua griega τ latina, las cuales por aver estado debaixo de arte, aun que sobre ellas an pasado muchos siglos, toda vía quedan en una uniformidad. [...]
- [2.º] I seguir se a otro no menor provecho que aqeste a los ombres de nuestra lengua que querrán estudiar la gramática del latín; por que después que sintieren bien el arte del castellano, lo cual no será mui dificile, por que es sobre la lengua que ia ellos sienten, quando passaren al latín no avrá cosa tan oscura que no se les haga mui ligera. [...]
- [3.º] [...] Que después que vuestra Alteza metiesse debaixo de su iugo muchos pueblos bárbaros τ naciones de peregrinas lenguas, τ con el vencimiento aquellos ternían necessidad de recibir las leies quel vencedor pone al vencido, τ con ellas nuestra lengua, entonces, por esta mi *Arte*, podrían venir en el conocimiento della, como agora nos otros deprendemos el arte de la gramática latina para deprender el latín (Nebrija 1980: 100-102).

De acordo com os três *provechos*, Nebrija distingue três grupos-alvo: a) falantes nativos do Castelhana que querem aprender a gramática da sua própria língua; b) espanhóis que querem aprender latim com a ajuda da gramática castelhana; e c) falantes de outras línguas que querem ou têm de aprender espanhol.<sup>2</sup>

Os dois últimos grupos também são referidos pelos primeiros gramáticos portugueses, desde Oliveira e Barros. O grupo mencionado por Nebrija em primeiro lugar é igualmente incluído, a partir do século XVII, de modo que daqui resulta uma imagem dos grupos-alvo que corresponde à do gramático castelhana:

1. Estrangeiros que aprendem o português
2. Portugueses que aprendem o latim e
3. Portugueses que aprendem a gramática da sua língua materna 'em virtude dela própria'.

<sup>2</sup> «Como diñimos en el prólogo desta obra, para tres géneros de ombres se compuso el arte del castellano: primera mente para los que quieren reduzir en artificio τ razon la lengua que por luengo uso desde niños deprendieron; despues, para aquellos que por la lengua castellana querrán venir al conocimiento dela latina, lo cual pueden más ligera mente hazer, si una vez supieren el artificio sobre la lengua que ellos sienten. [...] Agora [...] daremos introducciones dela lengua castellana para el tercero género de ombres, los cuales de alguna lengua peregrina querran venir al conocimiento dela nuestra» (Nebrija 1980: 227).

Muitas vezes em combinação, em igualdade de circunstâncias ou dando preferência a um ou outro, estes três grupos serão mencionados como o público-alvo das suas gramáticas, por aqueles autores que se manifestam explicitamente até ao fim do período aqui investigado.

As declarações de intenções nos prefácios, de resto, nem sempre coincidem com a exposição que se segue. Roboredo, por exemplo, defende, no «Prologo» do seu *Methodo*, o estudo da gramática da língua materna, acabando, porém, por fornecer-nos, afinal, nada mais do que uma gramática de latim com traduções para português (cf. Schäfer 1990). Por outro lado, as *Regras da lingua portugueza*, apesar da garantia de que, no fundo, devem ser consideradas uma gramática latina (cf. Schäfer 1992: 280), constituem claramente uma gramática portuguesa, embora sem dúvida com numerosas relações com o latim.

#### 4.1.1 Português para estrangeiros

Na dedicatória da sua obra ao Príncipe D. Filipe (1533-1539; filho herdeiro do rei D. João III, falecido ainda quando criança, cf. Stegagno Picchio 1959: 92), Barros manifesta-se muito concretamente acerca do público-alvo estrangeiro da sua gramática. Refere-se, neste âmbito, à chegada de quatro 'principaes' do Malabar (Índia), que teriam vindo para aprender a língua portuguesa 'per arte', portanto, não apenas pelo mero 'uso', mas sim com a ajuda de regras gramaticais como as que podiam encontrar na *Grammatica*:

Com zelo de aprender a qual lígua, quatro dos principaes deste pouo veãram este anno: por mais sem peio dos empedimentos da patria cá nestes reinos a podessem melhor praticar: & per ella aprender os preceitos da ley em que espãram acabar. Aos quães elrey uóssó padre, como zelador da fã, mãdou recolher na casa de santo Eloy desta Cidade, pera ahi aprenderem com os outros Etiopas de Congo de que ia temos bispos & theólogos: cousa çerto muy nóua pera aigreja de deos, inda que profetizáda no salmo setêta & hum. Pois gente em que tanto obrou a lingua portuguesa, & que o amor della ós traz tantas mil lęgoas, que linguãgem per árte pôdem mais facilmente aprender senam aquella que nelles obrou saluaçam? (Barros 1540: [IV-V]).

Indianos e Africanos ('Etiopas de Congo') deviam (ou: queriam, como Barros tenta sugerir) aprender português, a fim de poderem apropriar-se da religião católica. Os 'bispos' e 'teólogos' africanos de que Barros fala, já os havia, de facto, no início do século XVI: em 1520, Henrique, filho de Afonso, do rei do Congo, foi ordenado bispo de Utica, após uma estadia de 13 anos na Europa (Marques 1984, II: 46).

Na argumentação do *Diálogo em lovvor da nõssa lingvagem*, a difusão do cristianismo através da língua portuguesa está em primeiro plano. No papel do 'Pay', Barros constata também, muito explicitamente, que o ensino do português deverá ser ministrado através da sua 'arte':

As ármãs e padrões portugueses póstos em Africa, e em Asia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçãm das tres pártes da tẽrra, materiães sam, e podeãs o tempo gastar: però nã gastará doutrina, costumes, linguágem, que os portugueses nestas tẽrras leixárem. [...]

Cẽrto ẽ que nã á hy glória que se póssa comparár, a quãdo os mininos Ethiopas, Persianos, indos daquẽ e dalẽ do Gange, em suas proprias tẽrras, na força de seus tẽmplos e pagódes, onde nunca se ouuio o nome romano: per esta nõssa árte aprenderem a nõssa linguágem, com que póssam ser doutrinados em os preçeitos da nõssa fẽ, que nella uãm escritos (Barros 1540: fol. 58r).

A ideia da expansão do poder imperial por intermédio da linguagem, o *conchetto imperialistico* (cf. Stegagno Picchio 1959: 20) da *lengua compañera del imperio*, é retomado diretamente de Nebrija<sup>3</sup> (cf. Asensio 1974: 9). Este último completa o seu *tercero provecho* (veja *supra*) da seguinte maneira:

I cierto assí es que no sola mente los enemigos de nuestra fe, que tienen ia necesidad de saber el lenguaje castellano, mas los vzcainos, navarros, franceses, italianos, τ todos los otros que tienen algùn trato τ conversación en España & necesidad de nuestra lengua, si no vienen desde niños a la deprender por uso, podrán la mas aina saber por esta mi obra (Nebrija 1980: 100-102).

A diferença mais importante entre Nebrija e Barros, porém, reside no facto de o pensamento expansionista, em Nebrija, ainda continuar sendo sobretudo uma utopia (a América ainda não tinha sido descoberta e, com o termo *pueblos bárbaros y naciones de peregrinas lenguas*, aos quais deve ser transmitida a língua castelhana, são referidos antes de mais os existentes no próprio país, a saber: de um lado os mouriscos, do outro os cristãos de outras línguas maternas, cf. Braselmann 1991: 179, e ainda Bierbach 1989), ao passo que o gramático português Barros já pode contemplar uma série de conquistas efetivas.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Barros, porém, conhecia igualmente o autor desta concepção, isto é, Lorenzo Valla (veja-se 2.2) (cf. Asensio 1974: 14).

<sup>4</sup> Cf. a tabela cronológica de 1415 (conquista de Ceuta) até 1605 (Tahiti), publicada em Jacob (1969: 98-100) com o subtítulo «Portugiesen entdecken fast zwei Drittel der unbekannten Welt» [Os Portugueses descobrem quase dois terços do mundo desconhecido].

Outra diferença entre Nebrija e Barros é a maior ênfase dada por este último à componente missionária; de um modo geral, Barros é menos bélico do que o seu modelo espanhol (Asensio 1974: 14-15).<sup>5</sup>

Buescu (1971: XXIII; 1984a: 44-45) duvida de que a *Grammatica* tenha sido concebida para estrangeiros e relaciona as referências a este assunto, contidas na dedicatória e no *Diálogo*, sobretudo com a *Cartinha*; segundo Asensio (1974: 15), a *Cartinha* foi de facto usada no ensino de crianças indianas. Pelo que toca à *Grammatica*, por sua vez, nada de semelhante chegou até nós. Não parece convincente, aliás, o argumento referido por Buescu de que uma gramática para falantes não portugueses teria exigido, por exemplo, uma descrição fonética e diálogos exemplificativos, tais como os que se encontram em gramáticas portuguesas para estrangeiros posteriores. Os destinatários da gramática de Barros não eram, como no exemplo da *Grammatica italo-portoghese* que Buescu refere, europeus que sabiam ler e escrever a sua língua materna e / ou o latim (é a este público que se dirige, por exemplo, Bento Pereira; *vide infra*), para os quais talvez fossem úteis os diálogos nas duas línguas, mas antes de mais nada os representantes iletrados dos povos conquistados – povos com línguas completamente diferentes umas das outras que em muitos casos ainda não tinham sido fixadas pela escrita –, junto dos quais o português deveria desempenhar o papel que o latim desempenhava em Portugal. Se os alunos indianos já tivessem aprendido a ler e a escrever em português, teria sido para eles incomparavelmente mais fácil entender a *Grammatica* de Barros do que para as crianças portuguesas deste tempo, alfabetizadas na língua materna, perceberem a metalinguagem latina das *Institutiones* de Clenardo ou das *Introductiones* de Nebrija, já que eram estas as obras que eram usadas no ensino desta língua naquela época (cf. Verdelho 1995: 101). Nestas circunstâncias, descrições fonéticas seriam tão dispensáveis como diálogos para exercícios.

De resto, parece-nos que o texto da dedicatória não deixa qualquer dúvida de que tudo o que se afirmou acerca do público-alvo está relacionado, em primeiro lugar, com a gramática propriamente dita ('preceitos da grammatica', Barros 1540: [V]) e não com a *Cartinha*.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Na *Ropica Pnefma* (1531), de acordo com Saraiva (1962, III: 169), Barros insurgese contra «[...] a violência como forma de catequese».

<sup>6</sup> «[...] com com tanto amor receberám [os mininos, BSP] os preceitos della [da língua portuguesa, BSP], que quãdo forem aos da grãmática latina & grega, ná lhe serám trabalhóhosos os que cada hũa destas tem, por a conformidade que antrellas á. Como se póde uer nestes preceitos da grammatica da uóssa lingua portuguesa que ofereço a uóssa alteza: a quem sam deuidas as primicias de toçolos nóuos e

Amaro de Roboredo, que reformula os *provechos* de Nebrija no sentido da sua gramática universal (para um tratamento desenvolvido deste assunto, veja-se Schäfer 1991), é de opinião que os portugueses deveriam aprender primeiro as línguas dos povos conquistados – 'para os domesticar' – antes de lhes ensinarem o português – uma política como a que, por exemplo, foi levada a cabo, no Brasil, pelos jesuítas.<sup>7</sup> Tal como Nebrija e Barros, no «Prologo» do seu *Methodo*, Roboredo aproveita o *topos* da ligação entre língua e poder imperial, igualmente relacionado com os gregos e os romanos.<sup>8</sup>

A terceira commodidade he ajuda da conservação, & dilatação da Fee, & Imperio. Porque reduzindo a lingua dos Barbaros, que se vão conquistando, ao mesmo Methodo para os domesticar: & cõmunicandolhes pelo mesmo a nossa, facilmête se irão introduzindo apos a lingua as leis, & apos as leis os costumes, ã per menos tempo aborrecerão; & sobre tudo a doutrina Christã, que mais importa. Impresa foi també de Gregos, & Romanos pretenderem perpetuar seu nome & Imperio não sômête pela espada, mas pela lingua, ensinãdo a per arte, & introduzindo a pelas causas judiciais nos seus tribunaes, & dando officios publicos nas provincias conquistadas, a quem a melhor sabia (Roboredo 1619: [XVI-XVII]).

Mas em termos de didática de línguas estrangeiras, a pretensão de Roboredo é muito mais teórica do que a de Barros. O *Methodo* não foi diretamente concebido como manual de português para estrangeiros, mas deve veicular princípios gerais da gramática, úteis para a aprendizagem de línguas estrangeiras em geral, e assim também para a aquisição do português por estrangeiros. É duvidoso que esta pretensão alguma vez se tenha tornado realidade, uma vez que o *Methodo*, em última análise, não passa de uma gramática latina, redigida em português, mas com abordagem contrastiva. É, contudo, interessante que se faça ligação entre

---

proueitõs Fruits. E ante que se trate da grammática poerey os primeiros elementos das letras, em módo de arte memoratiua, por mais facilmête aprenderê a ler: & de si os preceitos da ley & os mãdamêtos da igreia, cõ hum tratãdo de ouuir a missa. E no fim da grammatica uam dous diálogos, hum em louuor da lingua portuguesa, & outro da sobeia uergonha: matæria conueniente á idade em cuio proueito esta uõssa óbra se cõpos» (Barros 1540: [V]). Cf. Nagel (1971: 13).

<sup>7</sup> «A estratégica básica dos jesuítas [...] foi a de aprender para, depois, ensinar» (Castro 1981: 384). De um modo geral, isto também é válido para os missionários espanhóis que atuavam na América Latina (cf. Dümmler-Cote 1987: 46-47). Acerca dos primeiros estudos portugueses de línguas ultramarinas, cf. Buescu (1983).

<sup>8</sup> Deve ter-se em conta que o 'imperio' de que Roboredo fala, na altura em que publicou o *Methodo*, por causa da União Pessoal com Espanha desde 1580 até 1640 (cf. 3.2), foi, em termos rigorosos, o império espanhol.

o 'plano imperialista', retomado de Nebrija, e o pensamento da gramática geral segundo a tradição do Brocense (cf. Schäfer 1999: 61-62).

Em Roboredo não fica claro qual é a língua ou quais são as línguas que identifica com o 'Império'. Com efeito, na parte teórica do «Prologo» fala-se, constantemente, de 'língua Materna', em vez de português. 'Materna', porém, para além do 'português' também pode ser o 'castelhano' (Roboredo 1619: [XVIII]).

Pode haver dois motivos para esta forma de apresentação:

- 1.º O universalismo que representa o fundamento teórico de Roboredo. Se todas as línguas se assemelham, em princípio, refletindo a mesma razão humana geral, o aspeto particular desempenha um papel menor. O ponto importante, em Roboredo, não é a diferença entre as línguas particulares, mas sim entre a língua materna, adquirida de maneira natural, e a língua estrangeira, adquirida de maneira artificial. Por outro lado, a ideia da língua como *compañera del imperio* implica, naturalmente, a consciência da diversidade das línguas. Esta discrepância pode explicar-se pelo facto de Roboredo enxertar o seu universalismo na conceção particularista de Nebrija.
- 2.º A situação política. Numa altura em que o desejo de independência dos portugueses já se podia sentir nitidamente – desejo que o governo espanhol reprimia – teria sido talvez delicado colocar em jogo, através da língua portuguesa, a ideia de um império português (cf. 3.2). A pretensão universalista dá a Roboredo a possibilidade de evitar um confronto entre Espanha e Portugal.

Bento Pereira constitui um caso diferente do de Barros e Roboredo. É certo que a sua gramática também foi concebida para estrangeiros, mas dirige-se, em primeiro lugar, a comerciantes e a missionários de outras línguas maternas, que pretendiam exercer a sua atividade em regiões em que a população autóctone já possuía conhecimentos de português (cf. Schäfer 1993a: 287-288). A metalinguagem do texto é o latim, ficando este assim acessível à gente culta de todo o espaço cultural latino. Ao contrário de Barros e Roboredo, em Pereira não se trata de divulgar o português como 'segunda língua materna' nos territórios conquistados, mas de o veicular como língua segunda, no sentido dos manuais de línguas estrangeiras de hoje.

Estas três gramáticas, cujos autores se dirigem, entre outros, a um público de língua estrangeira, são de facto as primeiras gramáticas propriamente ditas da história da gramaticografia portuguesa e estão todas

relacionadas, embora de maneiras diferentes, com as conquistas portuguesas.

No apogeu da expansão portuguesa, Barros segue a concepção imperialista do Nebrissense, que modifica para adaptá-la à situação portuguesa. Em pleno tempo do domínio filipino, Roboredo chega 80 anos mais tarde a relacionar esta concepção com ideias de gramática geral, no sentido do Brocense. Após a restauração da independência portuguesa, enfim, Pereira invoca, em 1672, um império colonial já estabelecido, no qual se deverá facilitar a missão da população autóctone que fala português, bem como as relações comerciais com ela a europeus que falam outras línguas.

Com Pereira interrompe-se a série de gramáticas concebidas, simultaneamente, para portugueses e estrangeiros e que, de algum modo, transportam a concepção imperialista. As gramáticas para estrangeiros que são publicadas a seguir estão, normalmente, escritas na língua de origem como ponto de partida, dirigindo-se a estrangeiros europeus que pretendem aprender o português por motivos práticos (veja-se, por exemplo, Ettinger 1988; acerca dos primeiros manuais espanhóis para estrangeiros, cf. Bierbach 1993).

#### **4.1.2 Gramática portuguesa como propedêutica do ensino do latim**

De acordo com o modelo de Nebrija (*vide supra*), para além do grupo-alvo dos não falantes da língua portuguesa, João de Barros também se dirige a alunos portugueses que têm que aprender a gramática da língua materna, a fim de terem um mais fácil acesso ao latim:

Por quellas [os quatro Indianos, cf. 4.1.1] com amor do tal beneficio, & os mininos destes reinos, por lhe ser mádre & nam madrasta, mádre & nam ama, uossa & nam alhea: com com tanto amor receberám os preceitos della [da língua portuguesa, BSP], que quãdo forem aos da grãmática latina & grega, nã lhe serám trabalhósos os que cada hũa destas tem, por a conformidade que antrellas á (Barros 1540: [V]).

Para Barros, uma 'conformidade', não definida com maior precisão, entre a gramática portuguesa e a latina é o motivo pelo qual o conhecimento da gramática da língua materna, que se aprende de mais bom grado e mais facilmente do que a estrangeira, oferece uma vantagem na aprendizagem do latim.

Roboredo, pelo contrário, coloca a exigência de ensino gramatical da língua materna no contexto da sua teoria da linguagem, segundo a qual todas as línguas apresentam as mesmas estruturas gramaticais,

distinguindo-se apenas no vocabulário e na ordem das palavras (cf. Schäfer 1990). Com a gramática da língua materna aprendida 'por arte' (português, espanhol, ou qualquer outra, cf. 4.1.1), o estudante adquire as regras universais com que tanto o latim como todas as outras línguas podem ser facilmente aprendidas:

O principiante, que passar per este Methodo para as outras linguas tem meio caminho andado, tendo decorado na primeira as regras que servem para todas, & achandoas correspondentes nos lugares em que vão postos os preceitos. E viráse a facilitar mais o comercio entre as Nações, & a descobrir muitas propriedades da lingua estranha, fazêdo da Materna quasi regra commum. Como por exemplo, quem souber bem per arte a Portuguesa, ou Castelhana, percorrendo na Latina per semelhança, irá descobrindo hum concerto, propriedade, & methafora racional, & ainda as irregularidades, & particulares modos de fallar, que o ignorante vulgo introduziu: os quaes são certas quebras da arte, que sendo mui arreigadas devemos usar (Roboredo 1619: [XVI]).

No «Prólogo», Roboredo menciona explicitamente o seu público-alvo: por um lado, alunos das 'escolas de ler' (cf. 4.1.3), por outro, os alunos das escolas de latim, «[...] se algũa reformação lhes couber [...]», como acrescenta, entre parênteses, justificadamente pouco otimista (Roboredo 1616: [XVIII]).

Embora tanto Barros como Roboredo reproduzam os três *provechos* de Nebrija (*vide supra*), na sua concretização dão principal ênfase a pontos diferentes. Em Barros, o aspeto da didática do latim fica atrás do expansionista, em Roboredo, pelo contrário, a pretensão de querer ensinar a língua materna (português ou espanhol) aos povos conquistados é antes abstrata: o *Methodo*, indubitavelmente inadequado para este fim, não pretende ser uma gramática descritiva do português, mas sim veicular princípios gerais que, secundariamente, poderiam ser aplicados a todas as línguas.

A pretensão explícita de constituir uma gramática de latim é apresentada mais de 100 anos depois – para além da *Ars grammaticae* latina de Pereira entretanto somente tinham sido publicados tratados metaortográficos –, pela obra intitulada *Regras da lingua portugueza, espelho da latina*, de Jerónimo Contador de Argote (1721, <sup>2</sup>1725; aqui citada de acordo com a segunda edição):

A Presente Grammatica he Portugueza no nome, nas palavras, e nas regras; porèm no intento, e efeyto, para que se compoz, he Latina [...] (Argote 1725: [V]).

Este pois he o intento desta Arte ensinar as regras da linga Portugueza para facilitar aos meninos a percepção, e o uso da Grammatica Latina (Argote 1725: [XVII]).

A atitude de autoconfiança de um João de Barros (ou até de Fernão de Oliveira) em relação à língua portuguesa deu aqui lugar a uma tentativa quase tímida de justificar a descrição gramatical do português como prope-dêutica da gramática do latim. É provável que Argote – religioso da ordem algo mais iluminada dos Teatinos que, tal como os Oratorianos, propug-nava o ensino da língua materna (cf. Salgado Júnior 1949, I: 33) – tente evitar um conflito aberto com os jesuítas, se bem que estes últimos recusas-sem liminarmente qualquer alternativa à gramática latina maioritariamente monolíngue de Manuel Álvares, mesmo quando nem tivesse sido manifestado o intuito de ensino da gramática da língua materna.<sup>9</sup>

Do mesmo modo que Roboredo, Argote parte de estruturas universais da gramática. Segundo ele, as regras gramaticais seriam como as regras de um jogo de cartas, as palavras seriam como as cartas e quem dominasse as regras do jogo também poderia facilmente aprender a jogar com cartas estrangeiras (Argote 1725: [XVII]). De modo diferente de Roboredo, que parte de uma gramática geral abstrata que inclui as línguas não-europeias, Argote parece inclusive tornar responsáveis pelos pontos em comum as relações genéticas, uma vez que considera as línguas românicas como línguas de partida especialmente adequadas para a aprendizagem do latim (cf. Schäfer 1993a: 280).

Também com as reformas pombalinas do ensino e a expulsão dos jesuítas (cf. 3.5), o latim manteve a sua posição de relevo no sistema de ensino. É certo que Lobato, autor da primeira gramática portuguesa escolar oficial, considera como objetivo primeiro da sua obra uma normatização do português. No entanto, a gramática da língua materna deverá continuar a ser uma preparação para a gramática latina, encontrando-se também integrada no ensino do latim (cf. Schäfer 1993a: 281). Lobato cita Roboredo extensamente como autoridade na área do ensino da língua portuguesa.

Se, até então, todas as gramáticas se tinham dirigido, tacitamente, a um público masculino, o *Breve Compendio* de 1786 é, explicitamente, destinado a meninas, alunas do Mosteiro da Ordem da Visitação de Santa Maria, em Lisboa.<sup>10</sup> Tal como os seus antecessores, a autora semianónima Francisca de Chantal Álvares considera a gramática portuguesa, entre outras coisas, como preparação para o ensino de línguas estrangeiras. No

<sup>9</sup> Em defesa das controversas *De Institutione grammatica libri tres* alvaresianas contra as tentativas inovadoras dos Oratorianos cf. Lima (1981).

<sup>10</sup> Acerca das gramáticas francesas para um público feminino (*grammairies des dames*), cf. Beck-Busse (1994). Para um estudo mais exaustivo, cf. Beck-Busse (2014).

entanto, ao contrário do que era usual até então, o latim deixou de ser a única língua-alvo: para as meninas, a quem o acesso ao clero ou à ciência institucionalizada, de qualquer modo, estava vedado, o latim vem só em terceiro lugar, após o francês e o italiano. A fundamentação oferecida pela autora no prefácio «Às Religiozas encarregadas da educação das Meninas» encontra-se na tradição de Roboredo e Argote:

Para facilitar a intelligencia na Lingua Franceza, que quereis ensinar por principios, e na Italiana, e na Latina, mostra a experiencia que o methodo mais facil, suave, e util, he começar pela Gramatica da Lingua materna; na qual he facilissimo advertir na Organizaçaõ das partes da Oraçaõ, que compoem a boa Linguagem que nenhum ignora; conhecida pois esta Organizaçaõ das partes da Oraçaõ, he facilissimo depois applicar as regras geraes e transcendentis a qualquer outra Lingua estranha (Álvares 1786: [IV]).

Num anexo de três páginas à gramática portuguesa propriamente dita são dadas indicações sobre a pronúncia do francês e também acerca do latim falado em França – no serviço litúrgico:

[...] na pronuncia do Latim differem muito os Francezes de nós, porque dizem *Vobiscum*, *Vobiscom*, *Seculorum* pronunção *Seculorum* (Álvares 1786: [III]).

Naturalmente também na época seguinte, a preparação para o ensino de línguas estrangeiras, em especial do latim, costuma ser reiterada nos prefácios como argumento a favor do estudo da gramática portuguesa. É o que acontece em Fonseca (1799: V), Sousa (1804: XIII), Silva (1806: IV), Barbosa (1807: V), Batista (1816: 6), Albuquerque (1820: 2-4, como único argumento) e Barbosa (1822: XIII). Mais nenhum outro autor fundamenta este seu intuito tão extensa e teoricamente como Roboredo, embora a ideia da universalidade fundamental da gramática fosse tematizada várias vezes.

Fonseca (1799: V) declara: «Os elementos do discurso são communs a todas as lingoas» e refere-se neste âmbito, a Condillac. É aqui que a tradição universalista portuguesa se encontra com a *Grammaire Générale* francesa, a que pertence Condillac. É comum a ambas as tradições a relação com Sánchez de las Brozas, que serviu de fonte tanto a Roboredo como a Claude Lancelot, coautor da gramática de Port-Royal.

Barbosa (1807), por sua vez, cita extensamente Roboredo (Barbosa 1807: VI-VII) e ainda Argote (Barbosa 1807: VII-IX). Concorda com os objetivos deles, mas não com o modo como os puseram em prática:

Todas suas Grammaticas Portuguezas são fundidas pela mesma fôrma das Latinas. Esta a origem do mal; querer que os processos de huma lingua Pospositiva sirvão de

regra aos de outra, que he Prepositiva. Eu não tomei outro modelo senão o da Grammatica Geral, e Philosophica. Ponho os principios communs a todas as linguas; delles formo as regras geraes da linguagem, que applico primeiro á lingua Portugueza em exemplos curtos e familiares, os quaes traduzidos logo verbalmente em Latim, mostram a conformidade das duas linguas [...] (Barbosa 1807: XII).

Também aqui a tradição portuguesa é complementada pela da *Grammaire Générale* («[...] Grammatica Geral, e Philosophica [...]» Barros 1807: XII; cf. 4.3.3).

Como mostram os últimos exemplos, a gramática portuguesa ainda continua ao serviço do latim quase 300 anos após a apologia eufórica de Oliveira a favor da substituição do latim pelo português, no sistema de ensino e na elaboração de gramáticas.

A evolução no sentido de uma gramática portuguesa autónoma entrou em regressão desde João de Barros e atinge o ponto mais baixo no século XVII e em inícios do século XVIII, quando a gramática da língua portuguesa unicamente é legitimada pela gramática do latim (é assim, em princípio, em Roboredo, apesar das intenções contrárias do prefácio, e muito explicitamente em Argote).<sup>11</sup> Desde Lobato e a introdução do ensino da gramática portuguesa nas escolas, o argumento de didática de línguas estrangeiras passa a ser apenas um entre vários outros – Albuquerque (1820: [III]) constitui uma exceção, pois menciona, como único motivo, «[...] a aquisição das linguas mortas [...]». Como o único dos autores aqui tratados, o liberal militante Carneiro pronuncia-se *contra* o ensino do latim em 1820. O seu projeto de ensino (que era revolucionário para aquele tempo) contém, para além da gramática e da ortografia, ainda a aritmética, a geografia e a história, bem como uma espécie de princípios de educação cívica, excluindo, porém, as línguas clássicas:

[...] a boa educação da mocidade de uma nação val mais que todo o Latim e Grego, toda a Rhetorica, e mesmo que toda a Filosofia ainda quando esta não consistisse em uma arguta dialectica e vã metafysica (Carneiro 1820: 9).

---

<sup>11</sup> Esta situação é comparável à de outros países europeus, por exemplo de França, onde, embora a influência dos jesuítas tivesse sido muito menor, o ensino dos *collèges* também estava orientado, em primeiro lugar, para a aprendizagem do latim. A atitude dos jesuítas franceses para com o ensino da língua materna, porém, era mais aberta do que em Portugal. É assim que o jesuíta Fleury, já em 1686, exigia o ensino da gramática francesa como preparação para o ensino do latim (cf. Chevalier 1968: 550 e Hoinkes 1991: 370-372).

### 4.1.3 Português para falantes nativos

Como motivo mais importante para a elaboração da sua *Gramática castellana*, Nebrija constata que a língua deve ser preservada da corrupção, assim ficando imortalizada (cf. 4.1).

É estranho que esta argumentação não se encontre em nenhum dos primeiros gramáticos portugueses, nem sequer em Barros e Roboredo, que fizeram a receção de Nebrija.

Na sua dedicatória, Barros usa uma argumentação e metáforas que fazem lembrar um pouco as de Dante (cf. 2.2.4): a língua materna seria mais natural do que as línguas estrangeiras, que só seriam aprendidas na idade adulta. O português é comparado com uma mãe, o latim (que não é explicitamente mencionado) com uma madrasta. Do mesmo modo que a terra produz melhor as suas próprias plantas do que aquelas que o jardineiro lhe pretende inculcar (de acordo com esta analogia, aliás, a língua vernácula seria 'erva daninha', ao contrário do latim, 'planta cultivada'), também uma mãe se dedica mais intensamente ao próprio filho do que uma madrasta, motivo pelo qual este se desenvolve melhor:

Próuanse estes segredos & força da natureza ã os mesmos mininos: os quáes quando começam formar nóssas palauras, em menos de dous annos sabem toda a linguagem que mamaram no leite. E se aprendidas depois de crecidos, assi lhe ficam em logar de madrastas, que sempre na pronunciaçam tráuam da mádre. Os preceitos daqual, assi lhe sam doces & naturaes: que com deleitaçam òs aprêdem, com amor òs recebem, & com uiua memoria em toda a uida òs retém. Qual será lógo a linguagem que nesta tenrra & dilicáda idade de uóssa alteza mais natural & obediente uos deue ser, senam a uóssa portuguesa, de que uos deos fez príncipe & rey em esperança (Barros 1540: [III-IV]).

Não se pode inferir desta exposição que Barros tenha qualquer interesse no estudo da gramática da língua materna 'em virtude dela própria'. Segundo o seu raciocínio, as regras da língua materna na sua familiaridade seriam aprendidas de mais bom grado e melhor do que as das estrangeiras – mas que elas (excetuando por estrangeiros e alunos de latim) devessem ser aprendidas através de uma 'arte', devendo, por consequência, ser fixadas por escrito, não se afirma em parte alguma. Barros passa logo para um encómio do império ultramarino português e para as intenções da sua gramática, em termos da didática de línguas estrangeiras, acabando por destacar, finalmente, as suas vantagens para os estudantes portugueses da língua latina (cf. 4.1.2).

O latim como língua-alvo, de resto, adequa-se muito melhor ao contexto histórico do que o português: o destinatário da dedicatória é um

filho de D. João III, cuja corte era um centro de cultura humanista (cf. 3.1). Talvez seja por isso que, na mesma dedicatória, se fica quase com a impressão de que o estudo da língua portuguesa seria, em primeiro lugar, uma coisa para estrangeiros, ao passo que os próprios portugueses deveriam aproveitar a relação afetiva com a língua materna para aprenderem o latim com mais facilidade:

[...] com tanto amor receberám os preceitos della, que quãdo forem aos da grãmática latina & grega, ná lhe serám trabalhósos os que cada hũa destas tem por a conformidãde que antrellas á (Barros 1540: [V]).

O *Methodo* de Roboredo é de uma época em que, além da concorrência do latim, também a do espanhol desempenha um papel importante. Como vimos em 4.1.1, Roboredo evita uma tomada de posição explícita a favor do português. A ideia de evolução e de ameaça de corrupção da língua, da qual Nebrija faz derivar a necessidade de uma gramaticografia em vernáculo, não é perfilhada por ele nem por Barros. No «Prólogo», a primeira das suas três 'comodidades' (correspondentes aos três *provechos* de Nebrija) põe em primeiro plano intuítos muito diferentes:

Saberão os principiantes per arte em poucos annos, & melhor a lingua Materna, que sem arte sabẽ mal per muitos annos, com pouca certeza a poder de muito ouvir & repetir, segundo a terceira raiz: & serão mais certos, & apõtados no que fallão, & screvem: terão mais copia de palavras, & usarão dellas com mais propriedade. Porque por falta de regras, ainda nas Cortes, & Vniversidades se fallão & screvem palavras necessitadas de emmenda. Saberão per regras de compor, & derivar ampliar a lingua Materna, & ajuntarlhe palavras externas com soffrivel corrupção, & formar outras de novo: para que com menos rodeios se possam explicar os conceitos & as sciencias, quanto na Materna se queirão explicar (Roboredo 1619: [XV]).

Um aspeto importante para Roboredo é, portanto, o enriquecimento lexical da língua materna através de derivações, empréstimos e criação de neologismos. Com o favorecimento da criação de neologismos a partir de materiais portugueses, insere-se na tradição de D. Duarte (cf. 2.1). O célebre ditame de Fernão de Oliveira (1536: fol. 4r) «[...] os homens fazem a língua, & não a lingoa os homens [...]»<sup>12</sup> vem à memória quando Roboredo vê as 'copiosas línguas' dos gregos e romanos como resultado dos seus 'artifíciosos engenhos' (Roboredo 1619: [XV]). De acordo com a teoria gramatical universalista de Roboredo, uma tal melhoria e um tal alargamento devem ter lugar, primeiramente, no vocabulário, a 'cópia de

<sup>12</sup> Segundo Spina (1987: 16), esta afirmação em breve se tornou lugar comum, citado, por exemplo, na comédia *Eufrosina* (1555) de Jorge Ferreira de Vasconcelos.

palavras', uma vez que, para ele, as estruturas gramaticais estão em princípio sujeitas à razão ('racionalidade'), que é a mesma para os falantes de todas as línguas. Com alguma falta de coerência, porém, Roboredo critica igualmente fenômenos gramaticais do português: os 'casos [...] semelhantes', de idêntico número, e a 'identidade' das formas *amarão* (futuro), *amárom* (perfeito) e *amaram* (mais-que-perfeito),<sup>13</sup> para os quais, aliás, também não conhece solução («[...] a que não sinto bom remedio [...]», Roboredo 1619: [XVI]). Roboredo coloca a gramaticografia portuguesa, não destinada à didática de línguas estrangeiras, ao serviço da lexicografia: através da cognitivização da morfologia derivacional pretende alcançar um alargamento do léxico.<sup>14</sup> Ao expor a sua teoria da linguagem, Roboredo menciona ainda um motivo menos prático para a aprendizagem das regras gramaticais, incluindo as da língua materna: como ser racional, o homem devia ser capaz de dar uma explicação ('razão') para a sua língua, ao contrário do 'papagaio' que repete «[...] o que lhe ensinão, sem dar disso razão, porque a não tem [...]» (Roboredo 1619: [XVIII]).

Para além do ensino do latim, o *Methodo* era também destinado a ser usado para aprender a ler e a escrever, a fim de poupar aos alunos o trabalho de fazerem cópias à mão, e para lhes ensinar a correta ortografia e gramática (embora aqui seja, de novo, manifestamente, a escolha vocabular que está em causa) (Roboredo 1619: [XVIII]). Não se pode apurar se, e em que medida, isto aconteceu, efetivamente.

Tal como já se expôs em 4.1.2, Argote, juntamente com Albuquerque, faz parte do grupo dos dois autores que dentro dos seus paratextos não indicam qualquer outro objetivo que não seja a propedêutica do ensino do latim ou do grego.<sup>15</sup> Ao passo que Albuquerque já se encontra isolado

<sup>13</sup> De acordo com Williams (1968: 176-177), na segunda metade do século XV, as desinências <-am> (< latim -(ver)ant) e <-om> (< lat. -(ver)unt) já tinham convergido para a forma *-ão*. Roboredo não toma em consideração, porém, que a forma do futuro se distingue das outras duas pela sua pronúncia oxítona, cf. as formas do português moderno *amaram* (pretérito mais que perfeito simples do indicativo e pretérito mais-que-perfeito do indicativo) vs. *amarão* (futuro simples).

<sup>14</sup> Este intuito está em clara contradição com a definição de gramática, retomada de Sánchez de las Brozas: «Grammatica he arte de fallar, que tem por fim a Oração bem concertada» (Roboredo 1619: 64).

<sup>15</sup> Ao contrário do próprio Argote, o Conde da Ericeira, na *Licença do Paço* (cf. 1.4.4), refere-se à importância da gramática da língua materna 'em virtude dela própria': «Com a real protecção, que V. Magestade [D. JoãoV, BSP] tem concedido às sciencias, & às artes, se vaõ produzindo com felice cultura os melhores frutos; & justamente o Methodo da Grammatica deve preceder a todas, ensinando a fallar, &

com este ponto de vista no seu tempo – todos os outros autores concedem à língua materna, 'em virtude dela própria', pelo menos um lugar ao lado da propedêutica do latim –, a atitude de Argote, em comparação com a dos seus contemporâneos europeus, é perfeitamente característica (veja-se, por exemplo, Chevalier 1968: 615-616 sobre a situação em França).

Desde a introdução do ensino da gramática da língua materna nas escolas, no âmbito das reformas do ensino do Marquês de Pombal, multiplica-se, compreensivelmente, o número das gramáticas da língua portuguesa. De acordo com a definição de gramática como arte de '*recte loquendi et scribendi*' (cf. 4.3.2), existe consenso sobre a noção de os alunos terem de aprender a falar o português 'corretamente'. Esta exigência é fundamentada mais detidamente por alguns autores.

Em Lobato (1770: [VII]), o 'falar sem erros' é considerado como uma espécie de dever nacional:

[...] a primeira e indispensavel obrigação, que cada hum tem, depois da perfeita noticia da Religião, he o saber bem a lingua, que aprendeo desde o berço, e juntamente a historia do Paiz, em que nasceo (Lobato 1770: XVI; cf. Schäfer 1993d: 22-23).

Os conhecimentos de língua e de história devem contribuir, manifestamente, para a identificação nacional (assim também, vagamente, em Batista 1816: 5). Segundo Carneiro (1820: 9), podem esperar-se progressos nas artes, na ciência e na vida social a partir do uso correto da expressão linguística («[...] a boa expressão dos nossos pensamentos amplifica e adorna as artes e sciencias e o trato da vida social [...]»). Bacelar (1783a: 2-4) salienta a importância da gramática, ou mais precisamente: das gramáticas filosóficas para a comunicação humana, aliás, sem explicitar melhor esta relação. Batista (1816: 6) considera conhecimentos de gramática da língua materna importantes para a retórica e ortografia. Figueiredo (1799: [III]) e Fonseca (1799: IV) veem o ensino da gramática na língua materna como via de acesso a outras ciências. É possível que aqui ainda se faça sentir a importância da gramática como parte das sete *Artes liberales* (cf. 2.2.1), nas quais a gramática latina era considerada como o fundamento para todos os outros estudos.

Outro argumento é a ligação do falar correto com o 'bem pensar'. É assim que Barbosa, por exemplo, escreve na sua *Grammatica Philosophica*:

---

a escrever puramente. Seriaõ intolleraveis os barbarismos, & solecismos, nos que ignorassem os seus preceytos [...]» (Argote 1721: [VIII-IX]).

Esta arte por outra parte não deve ser meramente practica e hum estudo so de memoria. Deve comprehender as razões das practicas do uso e mostrar os principios geraes de toda a Linguagem nos do exercicio das facultades da alma e formar assim huma Logica practica, que ao mesmo tempo que ensina a falar bem a propria Lingua, ensine a bem discorrer. As Linguas são uns methodos analyticos, que Deos deo ao homem para desenvolver suas facultades. Ellas dão o primeiro exemplo das regras da analyse, da combinação e do methodo, que as Sciencias as mais exactas seguem nas suas operações (Barbosa 1822: XII; de modo semelhante Batista 1816: 5).

Esta maneira de ver deriva, manifestamente, da *Grammaire générale* francesa, na tradição de Condillac. Segundo ela, a língua participa ativamente no processo de conhecimento, ao segmentar os pensamentos, sentidos simultaneamente, em elementos sucessivos.<sup>16</sup>

A maior parte das fundamentações aqui aduzidas para o estudo da língua materna tem caráter didático. Parte-se de uma norma, geralmente não definida com mais pormenor, que deve ser transmitida aos alunos – normalmente crianças e jovens–,<sup>17</sup> por diversas razões. Intuitos relacionados com preocupações linguísticas intrínsecas, como a fixação de uma norma, por parte de Nebrija, a fim de evitar a 'corrupção' da língua, só se manifestam em casos isolados como, por exemplo, em Roboredo, com a sua pretensão de enriquecer lexicalmente a língua portuguesa.

<sup>16</sup> Segundo Condillac, o desenvolvimento da linguagem humana começou com aquilo a que chama *langage d'action*, ou seja, a linguagem gestual, que faz uso de gestos e mímica, e também se pode encontrar, de forma rudimentar, em animais (Condillac 1775: 7). Com os 'sinais naturels' do *langage d'action*, o 'falante' manifesta, simultaneamente, o objeto designado, o *jugement* e os seus sentimentos: «Il n'y a point de succession dans ses idées. Elles s'offrent toutes à la fois dans son action, comme elles sont toutes présentes à son esprit. On pourroit l'entendre d'un clin d'oeil, &, pour le traduire il faudroit un long discours» (Condillac 1775: 13).

Com o tempo, os gestos simultaneos são substituidos por sucessivos, a fim de facilitar a compreensão. Os falantes ficam agora em situação de poderem articular e analisar os seus pensamentos. Deste modo, inicia-se um processo que permite à linguagem e ao pensamento ficarem cada vez mais complexos, na medida em que, reciprocamente, uma influencia o outro: «[...] plus [les hommes] analyseront, plus ils sentiront le besoin d'analyser. Pour faciliter les analyses, ils imagineront de nouveaux signes, analogues aux signes naturels» (Condillac 1775: 16). Cf. Joly (1977: 182) e Ricken (1984: 127-139).

<sup>17</sup> Uma exceção constitui, por exemplo, Batista (1816: 7), que também se dirige, explicitamente, a um público adulto: «[...] não so os meninos, mas tambem os adultos, que por falta destes rudimentos se achão impossibilitados de exercer cargos publicos».

## 4.2 As partes da gramática

Como já foi referido no início (0.1), na linguística de hoje não existe qualquer consenso acerca das partes da gramática.<sup>18</sup> Também ao longo da história, encontram-se ideias muito diferentes.

É assim que as gramáticas da Antiguidade, a par da fonética e da morfologia, continham, frequentemente, capítulos sobre retórica e literatura (cf. Arens 1974, I: 21-32). Por volta de finais do período imperial romano prevaleceu a tendência para restringir a matéria, para se passar de um *broad* para um *narrow treatment* (Scaglione 1970: 44):

Grammar in this sense tended to regard itself as nothing more than the theory and rules concerning the parts of speech alone, even to the exclusion of phonology (Scaglione 1970: 49).

Como exemplo de uma gramática assim organizada menciona-se a *Ars grammatica* de Donato. A chamada *Ars minor* trata, exclusivamente, das partes da oração («De partibus orationis»), completadas por alguns trechos breves sobre desvios da norma (por exemplo, «De barbarismo» e «De soloecismo»; Donatus 1864, IV: 392-394) e sobre algumas figuras retóricas.

Nos começos da Idade Média, e de acordo com a tradição iniciada por Isidoro de Sevilha, passaram a ser consideradas mais de 20 partes da gramática, algumas delas de motivação literária, retórica ou lexicológica (Michael 1970: 35). Os escolásticos, pelo contrário, ocuparam-se, habitualmente, apenas da descrição das partes da oração e da sintaxe (cf. Llorente

---

<sup>18</sup> Exemplos para o caso do português: em Vázquez Cuesta / Luz (1980), para além da fonética, ortografia, morfologia (em rigor, esta continua a ser uma 'descrição das partes da oração') e da sintaxe, são dadas informações pormenorizadas sobre geografia linguística, história da língua, etc. As mesmas áreas são tratadas na *Nova gramática do português contemporâneo* de Cunha / Cintra (1992), com especial incidência na descrição das partes da oração. Esta última área é também a que ocupa a maior parte do espaço em Hundertmark-Santos Martins (1982). Nesta obra falta a fonologia; além de informações sobre a sintaxe, também as há sobre a ortografia e a pontuação. Estas gramáticas não diferem, fundamentalmente, na sua estrutura (e também, em parte, no tratamento dos assuntos) das obras congêneres dos inícios da era moderna.

Outras vias seguem Mateus / Brito / Duarte / Faria (1989), que não tomam a palavra ou a parte da oração como ponto de partida da descrição, mas sim a frase ou a proposição lógica, dilucidando-as tanto do ponto de vista onomasiológico (semântico-pragmáticamente) como semasiológico (sintaticamente). Nesta gramática, a *morfologia* já não trata da descrição de partes da oração, mas limita-se à flexão e à derivação.

1967: 247). O primeiro autor a propagar uma quatripartição explícita da gramática em «[...] scientia de litteris, secunda de sillabis, tertia de dictionibus, quarta de oratione» é, segundo Michael (1970: 35-36), o francês Pierre Hélié.<sup>19</sup>

No século XVI, impôs-se a quatripartição<sup>20</sup> em *orthographia (littera)*, *prosodia (syllaba)*, *etymologia (dictio)* e *syntaxis (oratio)*<sup>21</sup> (Padley 1976: 31; cf. Bossong 1990: 175-176). As duas primeiras áreas, ortografia e prosódia, de que trataremos apenas marginalmente, referem-se ao plano da forma (*signifiant*),<sup>22</sup> as últimas sobretudo ao significado gramatical.<sup>23</sup>

Estes quatro domínios ocorrem também em João de Barros, que se declara partidário da disposição da 'grammatica preceitiva', ou seja, da gramática normativa do Renascimento, em vez da 'gramática especulativa' medieval (Barros 1540: fol. 2v). Isto só pode querer dizer que a ortografia e a prosódia (esta última muito superficialmente) são igualmente tomadas em consideração, pois a etimologia e a sintaxe encontram-se também nas gramáticas especulativas típicas (*vide supra*).

Mais tarde, esta ordenação da matéria será apenas levada a cabo com semelhante clareza por Casimiro (1792 e 1811) e por Sousa (1804). Noutros autores faltam partes: em doze casos a ortografia, em onze a prosódia e num único (Bacelar 1783a) a sintaxe.

A cada uma das várias partes nem sempre são dedicados capítulos distintos. A prosódia, em especial, algumas vezes é integrada em outras áreas (por exemplo, Lobato 1770). A ortografia ocorre frequentemente

<sup>19</sup> Michael (1970: 35-36) chama a atenção para o facto de ser verdade que o conteúdo destas partes já se encontra em Prisciano, mas que, aí, ainda não são classificadas como as quatro principais partes da gramática.

<sup>20</sup> Esta quatripartição encontra-se, por exemplo, em Pastrana: «Partes orationis quot sunt? Quatuor. Que sunt? Litera, syllaba, dictio & cōstructio» (Pastrana / Rombo 1497: fol. 2r; cf. Anselmo 1981: 320 e 4.5.2.2.2).

<sup>21</sup> Segundo Michael (1970: 184), o uso dos 'terms of material' (letra, sílaba, palavra, frase) tem uma tradição mais longa do que os 'terms of process' (ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe). A primeira distinção tende a encontrar-se em gramáticas de orientação mais lógica e a última em gramáticas de orientação mais literária.

<sup>22</sup> A 'Ortografia», aliás, nem sempre é uma descrição puramente formal dos sons ou das letras. Barros, por exemplo, na sua *ortografia*, sempre que possível, associa significados aos sons / letras: a *figura á*, por exemplo, pode ser preposição, 3ª pessoa do verbo *aver* e interjeição (Barros 1540: fol. 43v).

<sup>23</sup> Sánchez de las Brozas critica este esquema, na sua *Minerva* (1587): a sintaxe, segundo as suas ideias, não devia ser considerada como uma *parte* da gramática mas sim como o seu *objetivo* (cf. Clérico 1982: 107 e Michael 1970: 37).

como apêndice. Isto pode derivar do facto de o capítulo «De litteris» da gramática latina e a ortografia da língua vernácula – que, em Portugal, cedo conheceu obras só a ela destinadas –, manifestamente, nem sempre terem sido identificados um com a outra (cf. 4.2.4).

Para além das quatro partes fundamentais ou de uma combinação delas, alguns autores tematizam domínios adicionais.

Dois autores (Pereira 1672 e Albuquerque 1820) acrescentam às gramáticas um apêndice com textos para exercícios.

O *Methodo* de Roboredo contém uma extensa *Copia de palavras*, uma coleção de sentenças latinas, retiradas da *Janua linguarum* dos padres jesuítas de Salamanca (cf. O'Mahony 1981), constituindo uma espécie de *basic vocabulary* que, por motivos mnemotécnicos, foi reunido em frases com maior ou menor sentido. A ideia que está por trás disto – poder recorrer sempre às mesmas frases com significado já conhecido ao aprender uma nova língua estrangeira – parece ser interessante, também numa perspetiva atual, e deve ter tido um patente sucesso, como revela a adaptação, largamente difundida, das frases da *Janua linguarum* por Coménio (cf. Brekle 1975: 319-321). O próprio Roboredo publicou uma versão da *Janua linguarum* com traduções para português e espanhol (*Porta de linguas ou modo muito acomodado para as entender publicado primeiro com a tradução espanhola. Agora acrescentada a portuguesa com numeros interliniaes* Lisboa, 1623; cf. 1.2.3).

Na segunda edição das *Regras*, Argote acrescenta às partes convencionais da gramática (das quais elimina a prosódia) um capítulo alargado sobre os 'idiotismos', as 'figuras da dição' (desvios da norma fonética e ortográfica) e as 'palavras enclíticas'; as duas últimas costumam ser consideradas partes da prosódia. O mais notável, porém, é o capítulo sobre dialetos e linguagens especiais – *dialectos de profissão* (cf. Silva Neto 1986: 561-564 e Schäfer 1993a: 289).

Dois autores do século XIX alargam o âmbito da gramática propriamente dita através da inclusão de uma teoria das ideias que, em Melo (1818), se chama 'arte de pensar' e, em Ribeiro (1819), 'ideologia' (teoria dos sinais). Aqui está patente a influência direta da *Grammaire Générale* francesa, para a qual a análise da linguagem também significa uma análise das estruturas do pensamento (cf. Schäfer 1989, Schäfer 1991). Ribeiro orienta-se pelo plano que Destutt de Tracy leva a cabo nas cinco partes dos seus *Eléments d'idéologie* (1801-1815): as três primeiras partes chamam-se, como no autor que lhes serviu de modelo, 'ideologia', 'gramática' e 'lógica'. Na quarta parte, porém, em vez do *Traité de la volonté et des effets* de Destutt (cf. Schäfer 1989: 253), Ribeiro acrescenta

uma 'retórica', em que também inclui as figuras retóricas que não tinham sido tratadas na gramática.

Sousa (1804) segue o enciclopedista francês Beauzée com a sua divisão, *grosso modo*, em 'ortologia' (descrição dos sons, sílabas, palavras e frases) e 'ortografia' (cf. Monréal-Wickert 1977: 40).

A ordenação que Barbosa (1822) escolhe também deriva da influência da *Grammaire Générale*: tal como Arnauld / Lancelot já tinham feito na *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal (1660) ao distinguirem entre uma parte material e outra espiritual, ele faz a distinção entre uma 'parte mecânica' (*ortoepia*, *ortografia*) e uma 'parte lógica' (*etimologia*, *sintaxe*) (1822: VIII-IX). Com a separação explícita entre ortoépia e ortografia, insiste-se na distinção entre sons e letras.

#### 4.2.1 Ortografia

Uma descrição das letras ou dos sons (acerca da relação entre som e letra cf. Vogt-Spira 1991) em que consistem as sílabas e as palavras, encontra-se já nas gramáticas da Antiguidade (por exemplo em Dionísio da Trácia, cf. Arens 1974, I: 22-23, e em Priscianus 1855, II: 5-43: «De littera»). Em muitos gramáticos modernos – os escolásticos medievais não prestavam qualquer atenção ao aspeto formal da linguagem – a parte da gramática que se ocupa das letras é chamada ortografia (*vide supra*). Ambas as designações, 'Da letra' e 'Ortografia', ocorrem nos gramáticos portugueses, mas nem sempre podem ser entendidas como sinónimas.

João de Barros, por exemplo, faz a distinção entre «Da letera» (num breve capítulo descritivo: Barros 1540: fols. 3r-3v) e uma *ortografia* normativa (Barros 1540: fols. 40r-50r) (de modo semelhante Roboredo 1619 e Sousa 1804), embora defina «Ortografia, que trata de letera» (Barros 1540: fol. 2v). Lobato (1770: XLVIII) que, no prefácio, fundamenta expressamente a inexistência de uma parte ortográfica («[...] pela razão de ser a Ortografia por si só materia bastante para fazer hum Tratado separado»), oferece, contudo, uma breve visão de conjunto sobre as letras que precede a descrição das partes da oração (Lobato 1770: 3-6), mantendo, portanto, separadas ambos as áreas.

A maior parte das definições de ortografia é de carácter normativo como, por exemplo, em Casimiro:

He a parte, que ensina a escrever correctamente as palavras com as letras convenientes, e necessarias segundo a sua origem, e formação (Casimiro 1792: VI; Casimiro 1811: 9).

Por volta do fim do período estudado, há dois autores, Ribeiro (1819: 46: «[...] as regras que ensinão a escreve-las [...; as palavras, BSP]») e Barbosa (1822: 1: «[...] ensina os signaes Litteraes [...]»), que prescindem de uma definição normativa. Ligado a isto está o facto de Ribeiro (1819: 46) definir a prosódia como estudo da pronúncia, sem relação com a sílaba ou o acento tónico («[...] as que ensinão a pronuncia-las [...; as palavras, BSP]»), e de Barbosa substituir o conceito de 'prosódia' pelo de 'ortoépia', oferecendo, igualmente, uma definição em que não se mencionam nem a sílaba nem o acento («[...] ensina a distinguir, e a conhecer os sons articulados, proprios da Lingua, para bem os pronunciar», Barbosa 1822: 1; inversamente, com o aditamento «[...] e seos diferentes accentos, e quantidades [...]» Barbosa 1807: 1). Também em Melo (1818: 19), que não menciona a ortografia, a ortoépia é definida como o estudo da pronúncia – a norma linguística deve ser a linguagem da corte.

Se, originalmente – como em João de Barros –, era válido o princípio segundo o qual a ortografia deveria descrever as unidades isoláveis mais pequenas (ou seja, as letras / sons) e a prosódia as maiores que vinham a seguir (as sílabas), nos últimos autores referidos ocorre uma associação do tipo ortografia = ensino da escrita, ortoépia = ensino da pronúncia. Foi assim que se abandonou a conceção, habitual desde a Antiguidade, da *littera* como unidade de letra e som (cf. Coseriu 1975b: 71); de que maneira isto aconteceu e com quais consequências, porém, são assuntos que não podem ser aprofundados aqui.

Acerca da ortografia em Portugal, podem ser colhidas mais informações nos trabalhos já históricos de Vasconcellos (1933), Freeman (<sup>1</sup>1965, 1986) e Bourdon (1976), bem como no artigo «Portugiesisch: Geschichte der Verschriftung» de Otto Winkelmann (1994) no *LRL*. Em inícios deste século, foram publicadas duas abordagens mais exaustivas por Kemmler (2001) e Gonçalves (2003).

#### 4.2.2 Prosódia

Na tradição greco-latina, o conceito de 'prosódia' podia referir-se ao ensino da pronúncia e da medida do verso (cf. Michael 1970: 184).

As gramáticas portuguesas descaram, em geral, o aspeto literário e definem 'prosódia' como o ensino da acentuação correta das sílabas ou palavras como, por exemplo:

Prosodia he huma parte da Grammatica, que ensina a pronunciar as syllabas com o seu devido accentu (Lobato 1770: 175).

Prosodia, que ensina a pronunciar as palavras com o seu devido som e acento (Ferreira 1819: 8).

Sousa (1804: 145) e Ribeiro (1819: 46) definem 'prosódia', em geral, como o ensino da boa pronúncia.

No capítulo «Da syllaba», João de Barros (1540: fols. 3v-4v) dá apenas informações gerais e prescinde de fazer uma descrição pormenorizada com a justificação de o português não possuir, nessa altura, uma literatura em verso que exigisse o conhecimento da prosódia:

E dádo que em algũa maneira nos poderamos estender cõ regras pera a quantidade e acento das nössas Syllabas: leixamos de ô fazer, por que pera se bem exemplificar as suas regras ouuêra de ser em tróuas, que tem medida de pões, e quantidade de Syllabas. E por que o tẽpo em que se as tróuas faziã e os hómẽes nam perdiã sua autoridade por isso, e degradádo destes nossos reynos: ficará esta matéria pera quando o uso ô requerer (Barros 1540: fol. 4v).

Também Pereira exclui explicitamente uma contemplação literária da prosódia porque estaria desapropriado numa gramática orientada para fins práticos:

Nobis in hac Lusitana Grammatica sermo non est de syllabis in ordine ad pangenda carmina, sed solum in ordine ad erudiendos tum domesticos, tum exteros circa quantitatem Syllabarum, ut scilicet juxta certas normas de recta pronuntiatione, noscant Lusitana vocabula apte producere, vel corripere, quando pronuncient (Pereira 1672: 204).

Os outros autores ignoram o aspeto literário de maneira tácita. Em Sousa (1804: 215-218), encontra-se um apêndice «Da Versificação Portuguesa» que, aliás, é independente do capítulo intitulado «Da Prozodia».

Aragão (1812: 8) exclui a prosódia por considerar que o português, ao contrário do latim, teria um 'accento de apposição', razão por que não se poderia estabelecer a quantidade silábica como no latim. Para ele, o único critério seria o *uso*. De modo semelhante argumenta Albuquerque (1820: 130): a sua gramática era concebida para falantes nativos que, por isso, já dominavam a pronúncia correta.

### 4.2.3 'Etimologia'

Ao conceito de 'etimologia' foram sendo associados, no decurso da história, vários significados. Entre gregos e romanos, entendia-se por este termo, tal como atualmente, a contemplação lexical histórica de palavras em particular. A contemplação gramatical e, em primeiro lugar,

sincrónica de classes de palavras era designada '*analogia*', um termo que volta a encontrar-se nas gramáticas espanholas mais antigas (cf. Ramajo Caño 1987: 36 e Gómez Asencio 1981: 33-42), bem como em Portugal, em Fernão de Oliveira (cf. Christmann 1980: 521). Na Idade Média, a designação '*etymologia*' passou depois a usar-se para a descrição das partes da oração (cf. Bursill-Hall 1972: [266]).<sup>24</sup> Os motivos para esta mudança semântica não são muito claros (cf. Kukenheim 1932: 158-159 e Christmann 1980: 521, 532). Em muitos gramáticos dos inícios da era moderna, '*etimologia*' designa também a parte dedicada à descrição morfológica e sintática das partes da oração (cf. Michael 1970: 185). Nos franceses da *Grammaire Générale*, '*étymologie*' tem, de novo, um significado lexical. Beauzée inclui nela a formação ('*formation*') e a história das palavras ('*art étymologique*'), que era pouco apreciada pelos enciclopedistas (cf. Montréal-Wickert 1977: 40 e 148-149).

Tanto o primeiro como o último dos nossos autores tematizam a polivalência desta palavra, embora tirem daí consequências diferentes. Barros (1540: fol. 2v) chama à parte da sua gramática que é dedicada à descrição das partes da oração «Da diçam» e afirma o seguinte sobre o termo '*etimologia*':

Nesta terceira páte da nossa Grãmática que ẽ da diçam, a que os latinos chamam, Ethimologia, que quer dizer naçimẽto da diçã: se quisẽssemos buscar o fundamento e raiz donde uçeram os nõssos uocãbulos, seria ir buscar as fõtes do Nilo. [...] Ao presente leixãdas todolas coriosidãdes e questões sem fruto: digamos do Nome e das suas espẽcias, sem tratarmos da Ethimologia dos uocãbulos (Barros 1540: fols. 4v-5v).

Neste ponto, Barros afasta-se do seu modelo Nebrija (1980: 161), uma vez que este especifica o seu *Libro tercero* «que es de la etimología & dición» e define '*etimología*' da seguinte maneira:

Ésta considera la significación τ accidentes de cada una de las tres partes dela oración (Nebrija 1980: 106).

Em Nebrija, segundo Braselmann (1991: 183), trata-se de «[...] eine den scholastischen Etymologiebegriff weiterführende *Wörterklärung* im weitesten Sinne, die sowohl historische als auch synchronische Aspekte,

<sup>24</sup> Contrariamente ao que expõe Llorente (1967: 243-244), de acordo com a abonação da edição de Bursill-Hall (1972), Thomas von Erfurt não utiliza '*etymologia*' neste sentido, mas sim, por exemplo, '*etymologia praepositionis*', em sentido histórico-lexical.

sowohl Morphologie, Wortbildung als auch Semantik umfaßt».<sup>25</sup> Tal como outros gramáticos, Nebrija também se vê-se perante o dilema de ter que conciliar os significados histórico-lexical e sincrónico-gramatical de 'etimologia'. Aqui, Barros (1540: fol. 4v) é mais coerente ao separar terminologicamente a etimologia histórica lexical (que «[...] seria ir buscar as fôtes do Nilo») da descrição gramatical das partes da oração que chama simplesmente '*Da diçam*'.<sup>26</sup>

Barbosa (1822), pelo contrário, mantém a designação 'etimologia' e chama a atenção para o facto de este conceito não ter o significado histórico-lexical nas gramáticas:

[...] a esta parte da Grammatica, que tracta das partes elementares do discurso e de suas propriedades e analogia, derão [os primeiros Grammaticos, BSP] o nome de *Etymologia*; não porque ella se occupe em indagar as origens particulares de cada palavra; mas porque tracta dos signaes artificiaes das nossas ideas, que por isso Aristoteles lhe dá o nome de *Symbolo*; e Cicero nos *Topicos* Cap. 8, traduzindo a mesma palavra, lhe chama *Notationem, quia sunt verbas rerum notae*.

Na *Etymologia* pois não considerão os Grammaticos as palavras senão em si mesmas attendendo ás suas funcções e natureza (Barbosa 1822: VII-VIII).

A maior parte dos autores não trata destes problemas terminológicos. Ou procedem de modo semelhante ao de João de Barros (como Roboredo 1619: 1: «Da explicação compositiva das partes da oraçam Portuguesa, & Latina»; Silva 1806: 15: «*Das Palavras por si sós ou partes da Sentença*»; Carneiro 1820: 12: «*De cadauma das partes da oração*»), ou prescindem de um título geral para a descrição das partes da oração e somente designam os capítulos individuais (Argote 1725: 1: «*Dos nomes, artigos, numeros, terminaçoens, e casos*» etc.; Pereira 1672: 1: «*De nominibus, & eorum declinationibus*» etc.; Fonseca 1799: 3: «*Do Nome*» etc.). Outros, a começar por Lobato (1770: 8), usam o conceito de 'etimologia', tal como Barbosa 1822.

<sup>25</sup> [(...) uma *explicação de palavras* que retoma e desenvolve o conceito escolástico de etimologia no sentido mais lato do termo, abrangendo tanto aspetos históricos como sincrónicos, tanto a morfologia e a formação de palavras, como ainda a semântica].

<sup>26</sup> Acerca da etimologia em sentido lexicológico, observa Barros o seguinte: «Básta saber que termos [uocábulos, BSP] latinos, arauigos, e outros de diuersas nações que conquistamos e com quem tiuemos comêrçio: assy como elles tem outros de nós. Ao presente leixádas totalas coriosidádes e questões sem fruto: digamos do Nome e das suas especies, sem tratarmos da Ethimologia dos uocábulos» (Barros 1540: fols. 4v-5r). Em comparação com outros autores do seu tempo (cf. Kukenheim 1932: 159), a separação coerente que Barros faz entre gramática e lexicologia é bastante notável.

Em geral a parte da 'etimologia' está subdividida em capítulos que tratam de cada uma das 'partes da oração'. Quase todos mencionam a 'palavra' como objeto da descrição. Exceções são Barros, que usa 'dicção' ao adaptar o termo 'dicción' do Nebrissense<sup>27</sup> (*vide supra*), e Melo (1818: 19) que, na definição de 'etimologia', fala de 'vocábulos'. Barbosa (1822: 75) estabelece uma distinção entre 'vocábulos', ou seja palavras de um ponto de vista puramente sonoro (por assim dizer *signifiants* isolados), e 'palavras', na sua qualidade de sinais.

Apenas dois autores, Lobato (1770: 2) e Barbosa (1807: 1 e 1822: 1), não associam 'etimologia' à palavra, mas sim à parte da oração ('espécie de palavras'), se bem que isto antes faça justiça ao conteúdo desta parte, em que cada palavra é considerada, em primeiro lugar, em relação à sua pertença a uma determinada classe de palavras.

Uma parte das definições de 'etimologia' refere-se às 'propriedades' das palavras, o que quer dizer, as suas características morfológicas, sintáticas, semânticas, etc., que são especificadas nas definições das partes da oração. A par de ou em vez do conceito de 'propriedade' ocorrem também 'diferença', 'analogia' e 'variação'. Aqui trata-se de definições gramaticais que estão de acordo com o conteúdo da parte de 'etimologia' (por exemplo, Lobato 1770: 2; Casimiro 1792: IV e Casimiro 1811: 8).

Definições lexicais que não coincidem com o conteúdo da parte de 'etimologia' encontram-se em Sousa (1804: 29), Melo (1818: 19) e Ribeiro (1819: 46) onde, em cada caso, se faz referência à origem das palavras – o que normalmente não se encontra discutido no capítulo da 'etimologia'. Uma vez que o ponto comum a estes três autores é terem feito a receção de obras da *Grammaire Générale* francesa, faria sentido procurar lá o modelo. Na realidade, porém, o termo '*étymologie*', nos gramáticos franceses seus contemporâneos, quando muito, é usado em sentido lexical (como é o caso em Court de Gébelin, De Brosses e Turgot na *Encyclopédie*, cf. Monréal-Wickert 1977: 148-149; *vide supra*). Por outro lado, entre os representantes mais destacados da *Grammaire Générale* não se encontra qualquer modelo para *étymologie* no sentido de 'descrição das partes da oração'; aqui, Sousa, Melo e Ribeiro orientam-se, evidentemente, pela tradição portuguesa.

---

<sup>27</sup> O termo 'dição' também pode derivar, naturalmente, de forma direta da gramática latina. O francês Louis Meigret (ca. 1500-ca. 1558), por exemplo, também usa 'diction' (veja-se Meigret 1980: 20 na edição de Hausmann), ao invocar a 'dictio' de Priscianus (1855, II: 53).

Uma definição puramente lexical que não coincide com o uso do termo nas gramáticas é-nos dada por Bluteau (1713, III: 355b), no seu *Vocabulario*:

A origem, ou derivação de huma palavra, & a razão da sua significação. [...] Aquella parte da Grãmatica, que dá razaõ da origem das palavras .

Inequivocamente em sentido moderno também deve ser entendida a definição que Silva oferece no seu *Diccionario*:

Origem, raiz, e principio, donde se deriva alguma palavra (Silva <sup>2</sup>1813, I: 709b).

De maneira coerente, Silva evita o termo 'etimologia' na sua gramática.

Em comparação com as gramáticas espanholas, dá nas vistas que nelas reina uma maior variedade terminológica para a descrição das partes da oração (além de '*etimología*' encontram-se também os termos '*analogía*', '*análisis*' e '*lexigrafia*', cf. Gómez Asencio 1981: 41.42).

A descrição das partes da oração é o elemento central da gramática, ao qual ela pode ficar, eventualmente, reduzida (*vide supra*). Mas com a exceção de Bacelar (1783a) – que sob muitos aspetos é invulgar – todos os nossos autores distinguem várias áreas. Após um extenso prefácio de caráter teórico e histórico, Bacelar limita-se à descrição das partes da oração, em que estão integrados elementos da sintaxe tradicional (por exemplo, «*Da Accomodação do Accionado, ou do Paciente á Ação, ou ao Verbo; e a dos Adjuntos ao Accionado*», Bacelar 1783a: 105-109), bem como uma descrição das letras e dos sons («*Da Formação do Agente, ou Nominativo singular*», Bacelar 1783a: 17-25). Todos os outros autores, pelo contrário, colocam, pelo menos, uma parte sobre a sintaxe ao lado da etimologia.

#### 4.2.4 Sintaxe

Na história da gramática, a sintaxe como área autónoma ocupa uma posição menos importante do que a da descrição das partes da oração. Como já se afirmou, nalguns casos particulares a gramática pode limitar-se à descrição das partes da oração, sendo, no entanto, de observar que as fronteiras entre 'etimologia' e 'sintaxe' são movediças. Uma parte sintática própria falta, por exemplo, na *Ars minor* de Donato (excetuando as 'figuras'; *vide supra*) e também nos primeiros gramáticos das línguas vernáculas há uma tendência para descurar a sintaxe; das gramáticas espanholas até 1627 estudadas por

Ramajo Caño (1987: 35), uma parte considerável contém apenas uma ortografia e uma descrição das partes da oração.<sup>28</sup>

As gramáticas portuguesas, pelo contrário, possuem quase todas uma parte sobre sintaxe, frequentemente muito pormenorizada. Uma exceção é Bacelar (1783a) (cf. 4.2.1), cuja gramática não contém uma parte sintática; em Aragão (1812) a sintaxe é tratada sob a forma de uma análise textual dialogada.

Em todos os casos, o título desta parte é 'sintaxe'. Só Barros (1540: fol. 30r) adapta a tradução latina ('*constructio*') do grego 'σύνταξις / *syntaxis*', usando o termo 'construïçam', Roboredo (1619: 47) fala de 'composição' e Silva (1806: 82) chama à segunda parte da sua gramática igualmente «*Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe*».

### 4.3 Definições de gramática

Na Antiguidade e na Idade Média, é possível distinguir três tipos de definições: uma filológico-normativa, como em Dionísio da Trácia,<sup>29</sup> uma normativa, sem intuito literário explícito, por exemplo, no século XII, em Pierre Hélie,<sup>30</sup> e uma 'filosófica', que incorpora a relação entre linguagem e pensamento; encontrando-se em obras da *grammatica speculativa medieval*<sup>31</sup>. Nos dois primeiros casos, a gramática é considerada como *ars*, no último como *scientia*.

Quase todos os gramáticos portugueses – constituem exceções Argote (1725), Casimiro (1792) e Batista (1816) – oferecem, normalmente na parte introdutória, definições do objeto de estudo que é a 'gramática'. Os

<sup>28</sup> Segundo Kukenheim (1932: 160), falta nas gramáticas medievais (excetuando Alexandre de Villedieu) uma parte de sintaxe. Esta afirmação não corresponde, porém, com as indicações dadas por Michael (1970: 36).

<sup>29</sup> «Γραμματική ἐστὶν ἐμπειρία τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσιν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων» (Dionysios Thrax 1883: 5).

<sup>30</sup> «Grammatica ergo est scientia gnara recte scribendi et recte loquendi. Gnarus vero dicitur peritus quomodo quid fiat, non quid fiat. Recte autem scribere vel loqui, intelligimus secundum unumquodque genus loquele in quo composita est gramatica, ut si in greco tractata sit recte sciat quis grece scribere et loqui» (Hélie 1993: 61; cf. também Bursill-Hall 1975: 197).

<sup>31</sup> Siger de Courtrai: «Grammatica est sermonialis scientia, sermonem et passiones eius in communi ad exprimendum principaliter mentis conceptus per sermonem coniugatam considerans» (Bursill-Hall 1975: 197); a definição de Thomas von Erfurt, ao contrário, é normativa (Arens 1969, I: 36).

vários critérios usados na definição podem ocorrer sozinhos ou em combinação com outros.

#### 4.3.1 Definições etimológicas

Nas suas definições, os três gramáticos propriamente ditos mais antigos (Barros 1540, Roboredo 1619, Pereira 1672) referem-se à origem da palavra 'gramática'. Em Barros e Roboredo, esta definição etimológica está associada a outra:

Grammatica, e uocabulo Graego: quę dizer, çiença de letras. E segundo a difinçãm que lhe os Grãmaticos dęrã: ę hũ módo çerto e iusto de falar, & escreuer, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos (Barros 1540: 1).

*Grammatica significa arte de letras, derivada de gramma, que em Grego significa, letra* (Roboredo 1619: 1).

Grammatica he arte de fallar, que tem por fim a Oração bem concertada: a qual he hũa coherente disposição de palavras, de que consta, como de partes. Procedese para a Oração per Letras, Syllabas, & Dicções, ou Palavras (Roboredo 1619: 64).

A definição de Pereira, com que inicia o capítulo sobre a pronúncia, é apenas implícita. Parece, porém, que concebe a '*grammatica*' de acordo com a etimologia do termo, antes de mais como o estudo das letras / sons.<sup>32</sup> Nesta perspetiva, as palavras são objeto da gramática por consistirem em '*literae*':

CUM literarum figurae, quae Graeci characteres, Latini notas vocant, sint elementa, ex quibus partes orationis, ac nomina praecipue coalescunt: Deinde litera apud Graecos sit *Gramma*, a qua derivatur Grammatica, quam in obsequium addiscentium Lusitanam linguam tradere intendimus, e re visum est a literarum natura, & pronunciatione Lusitanam Grammaticam auspicari (Pereira 1672: 1).

Também alguns autores posteriores apontam para a etimologia da palavra 'gramática' (por exemplo Sousa 1804: X que, ao contrário da verdadeira etimologia de 'gramática' (*vide supra*), associa o 'pintar as ideias' ao grego 'γράφμια' [*gramma*], que traduz como 'pintura'; e Aragão 1812: 7, que considera a desinência <-ática> como derivação do topónimo *Atica*). Aqui, porém, não se trata de partes constitutivas da definição, mas sim de observações adicionais.

<sup>32</sup> Isto corresponde à mais antiga tradição grega, cf. Michael (1970: 24).

### 4.3.2 Definições normativas

A maioria dos autores define 'gramática', de modo estereotipado, como a 'arte de falar e escrever corretamente', tal como o faz, por exemplo, Figueiredo (1799):

Grammatica he a Arte de fallar, e escrever bem, ou correctamente.

Chama se Arte, porque ensina os preceitos para bem ordenar a Oração (Figueiredo 1799: 5).

Neste contexto, *Arte* significa uma obra com regras prescritivas, em oposição à *ciência*, de natureza descritiva, sendo definida como se segue no *Vocabulario* de Bluteau:

Regras, & methodo, com cuja observação se fazem muitas obras uteis agradaveis, & necessarias à Republica. Neste sentido Arte se differença de Sciencia, cujos principios consistem em demonstraçoens [...] (Bluteau 1712, I: 573b).

Enquanto, nos autores mais antigos ou nos mais conservadores, a norma é um fim em si mesmo, Ribeiro (1819), por exemplo, vê o fundamento da necessidade de se falar com correção no facto de se dever dar uma imagem fiel do pensamento:

Ora, as palavras, ou sons articulados são de todos os signaes os mais aptos, para conseguirmos o fim de hum tão importante objecto [...]; mas, para que estes signaes possam fielmente representar o que se passa no nosso espirito, he necessario que sejam applicados com arte; esta he a *Grammatica*, isto he, *Arte, que ensina a fallar, e a escrever correctamente huma Lingua* [...] (Ribeiro 1819: 45-46).

Casteleiro (1980: 203) presume um intuito semelhante por detrás da definição normativa de Barbosa (1822: VIII: «*Arte, que ensina a pronunciar, escrever, e falar correctamente qualquer Lingua*»):

[...] J. S. Barbosa parece pactuar com a tradição gramatical normativa. No entanto, não é assim. A finalidade do estudo da gramática, segundo o autor, consiste fundamentalmente em levar o homem a aprender a organizar os seus pensamentos e a exprimi-los com elegância através da língua.

Com efeito, Barbosa (1822) defende na «Introdução» uma gramática que seja simultaneamente descritiva e baseada na lógica:

Toda a Grammatica he hum systema methodico de Regras que resultão das observações feitas sobre os usos e factos das Linguas<sup>33</sup> (Barbosa 1822: IX).

Por outra parte, sendo a Grammatica de qualquer Lingua a primeira theoria, que principia a desenvolver o embrião das ideas confusas da idade pueril; e dependendo da exactidão de seus principios o bom progresso nos mais estudos: ella deve ser huma verdadeira Logica, que ensinando-se a falar, ensine-se ao mesmo tempo a discorrer (Barbosa 1822: X).<sup>34</sup>

Para o gramático, muitas gramáticas antigas, tanto de latim como das línguas vernáculas, ter-se-iam limitado a fornecer exemplos e regras; sem a adição da 'razão' conteriam, frequentemente, erros, sendo 'enfadonhas'. Barbosa menciona Sánchez de las Brozas como o fundador da gramática filosófica e, como continuadores, Arnauld e Lancelot, bem como os ingleses Wallis e 'Starris' (cf. 1.23.5).

Uma característica especial das gramáticas portuguesas desde Roboredo (1619) até Carneiro (1820) é a definição de 'gramática' através da 'oração', como o faz, por exemplo, Lobato (1770: 1):

A GRAMMATICA Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza.

Desta definição se collige ser a oração Portugueza o fim das regras da Grammatica Portugueza.

A fonte desta perspetiva é Sánchez de las Brozas, muitas vezes invocado tanto por Lobato como por Roboredo (1619). O Brocense expõe o assunto da seguinte maneira:

Alii vero dividunt grammaticam in litteram, syllabam, dictionem & orationem, sive quod idem est in orthographiam, prosodiam, etymologiam & syntaxim. Sed oratio sive syntaxis est finis grammaticae, ergo igitur nõ pars illius [...]. [...] Grammatica est ars recte loquendi. Cum artem dico, disciplinam intelligo: est enim

<sup>33</sup> Cf. a definição de Sicard (1799, I: 2): «La GRAMMAIRE est donc la réunion, ou le recueil des observations faites sur les mots employés pour l'expression de la pensée».

<sup>34</sup> Veja-se, por exemplo, Beauzée / Douchet na *Encyclopédie méthodique* (1784: II: 189): «La Logique, par le secours de l'abstraction, vient à bout d'analyser en quelque sorte la pensée, toute indivisible qu'elle est, en considérant séparément les idées différentes qui en sont l'objet, & la relation que l'esprit apperçoit entre elles. C'est cette analyse qui est l'objet immédiat de la Parole; & c'est pour cela que l'art d'analyser la pensée est le premier fondement de l'art de parler, ou en d'autres termes, qu'une saine Logique est le fondement de la *Grammaire*».

disciplina scientia acquisita in discente.<sup>35</sup> Addidi deinde: Cuius finis est cõgruens oratio (Sánchez de las Brozas 1587: fol. 9r; cf. Breva-Claramonte 1983: 100).

Se a *oratio* ou sintaxe é considerada como o fim da gramática, não pode ser, ao mesmo tempo, uma parte dela. Por consequência, falta em Sánchez de las Brozas uma sintaxe explicitamente definida como tal – e na sua forma propriamente dita também em Roboredo. Com uma exceção – Aragão (1812), cuja sintaxe em forma de uma parte de exercícios mais se aproxima da noção da frase como '*finis grammaticae*' –, nos restantes gramáticos portugueses a definição de 'oração' não está relacionada com uma intenção ou um modelo específicos; nas obras deles, a parte sintática está ao mesmo nível que a 'etimologia' e, na medida em que estão representadas, ainda a ortografia e a prosódia.

Só poucos autores se pronunciam acerca daquilo que entendem pelo que consideram português 'bom e correto'. Se Barros (1540: 1) e Fonseca indicam as 'pessoas cultas' como modelo, por isto ainda não constitui um círculo argumentativo em Barros: os 'barões doutos' do seu tempo só tinham sido instruídos forçosamente em gramática latina e não tinham aprendido quaisquer normas do 'bom' português. Em Fonseca (1799: 1), pelo contrário, os modelos são as 'pessoas bem educadas', aquelas que seguem as regras gramaticais já fixadas; o mesmo é válido para Silva (1806: 9), com a sua alusão aos «[...] que melhor o falão».

Fonseca (1799: 2) é o único a aludir ao modelo dos bons autores. A propósito da pronúncia, Melo (1818: 19) refere-se a «[...] as pessôas eruditas da Côrte, e que passam por falar corretamente a Linguagem Nacional».<sup>36</sup> Também Barbosa (1822: 50), sob o título «*Dos Vícios da Pronuniação*», dá a preferência à pronúncia da corte:

Entre as diferentes pronunicações, de que usa qualquer Nação nas suas diferentes provincias, não se pôde negar que a da Corte, e territorio, em que a mesma se acha, seja preferivel ás mais, e a que lhes deva servir de regra (Barbosa 1822: 50).

Na sua fundamentação desta preferência da corte, Barbosa vai para além do plano da pronúncia para o nível do pensamento que, nela, deveria ser mais elaborado do que nas províncias, pelo que precisava de uma

<sup>35</sup> Esta conceção de '*ars*', '*disciplina*' e '*scientia*' não foi adotada pelos gramáticos portugueses.

<sup>36</sup> Convém ter em conta que, no ano em que a gramática foi publicada, o rei D. João VI já residia no Brasil há onze anos (cf. 3.6), pelo que em rigor não havia corte em Portugal.

linguagem mais elaborada que, por sua vez, seria resultado do seu uso frequente:

O maior numero de gente, que habita nas Cortes; a variedade de talentos, estudo, e profissões; a multiplicidade de necessidades, que o luxo nellas introduz necessariamente; as negociações de toda a especie, que a dependencia do Throno a ellas traz; o seu maior commercio, policia, e civilidade: tudo isto requer hum circulo maior de ideas, de combinações, de raciocinios do que nas provincias, e por consequencia tambem hum maior numero de palavras, de expressões, e de discursos, cujo uso frequente e repetido emenda insensivelmente os defeitos, que são custosos ao orgão, e desagradaveis ao ouvido, e fixa os sons da Lingua, que a falta de uso e de tracto deixa incertos e inconstantes nas provincias, e lugares menos frequentados (Barbosa 1822: 50).

O favorecimento de uma variante regional ocorre implicitamente no capítulo «Dos Dialectos da lingua Portugueza» de Argote (1725: 291-301), em que o dialeto da Estremadura – portanto o de Lisboa – é tomado como ponto de referência em relação aos outros dialetos portugueses (Entre-Douro-e-Minho, Beira, Algarve e Trás-os-Montes) (cf. Silva Neto 1986: 564).

### 4.3.3 Definições 'filosóficas'

Alguns poucos autores (Bacelar 1783a, Sousa 1804, Silva 1806 e Melo 1818) não definem gramática (ou gramática filosófica) em relação a uma norma, mas sim com referência à função da linguagem (expressão dos pensamentos, comunicação).

*A Grammatica Philosophica he hum'a collecção de Leis, com que arazoadamente fabricamos, e dispomos os sons, que communicão aos outros s nossos conceitos* (Bacelar 1783a: 6-7).

A Grammatica ensina a pintar e exprimir as nossas idéas do modo que elas existem no nosso espírito. A Logica examina a verdade delas, e ensina a exprimilas taes quaes elas devem ser para terem a mais perfeita conformidade com os seus modelos, e com toda a certeza possível (Sousa 1804: X-XI).<sup>37</sup>

A Grammatica é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras (Silva 1806: 9).

<sup>37</sup> Ao contrário da verdadeira etimologia de 'gramática' (*vide supra*), Sousa associa o 'pintar as ideias' ao grego 'γράμμα' [gramma], que traduz como 'pintura'.

A coleção de preceitos estabelecidos razoavelmente em observações feitas no génio e analogia d'uma Linguagem articulada, para se expressar o pensamento, chamo *Gramática Filosófica* da mesma Linguagem [...] (Melo 1818: 18).

Os elementos destas definições encontram-se em diversos autores da *Grammaire Générale* francesa: o aspeto da comunicação, por exemplo, em Girard (1747: 2), a ideia da linguagem como imagem dos pensamentos na *Encyclopédie* (cf. Monreal-Wickert 1977: 33) e em Court de Gébelin (1816: 151: 'pour peindre ses idées'), a relação com a lógica na *Encyclopédie méthodique* (1784, II: 189) e o conceito de '*génie des langues*' também no artigo de Beauzée para a *Encyclopédie* intitulado «Grammaire» (cf. Monreal-Wickert 1977: 38). A definição de Melo (que, bem vistas as coisas, é pouco 'filosófica', já que invoca a observação em vez de princípios *a priori*) deve, aparentemente, a sua inspiração a Sicard (que, aliás, não fala de 'gramática filosófica'). O significado do termo 'analogia' permanece incerto; apenas se pode supor que ele se refira ao aspeto da linguagem que se pode descrever por meio de regras (em oposição ao caráter arbitrário do 'génio').<sup>38</sup>

Bacelar é o primeiro autor a usar o conceito de 'gramática filosófica' – a sua gramática participou num dos concursos anuais da Academia das Ciências, que a instituição recém-fundada (1779) instituiu pela primeira vez em 1781 (Menéndez 2002: 300) para, segundo Balbi (1822: CXXV-CXXVI), premiar a melhor 'gramática filosófica'.<sup>39</sup> O conceito de

<sup>38</sup> Na gramática francesa dos séculos XVII e XVIII pode por isso mostrar-se a correspondente dicotomia entre 'usage' e 'analogie' (cf. Christmann 1980: 524-525).

<sup>39</sup> Sousa (1804: XIII) também se refere explicitamente a este concurso académico: «[...] tomei o trabalho de ordenar esta Gramatica sem de nehuma sorte prezumir que com ela satisfação aos desejos da nossa Ilustre Academia».

Na Academia das Ciências de Lisboa conservam-se os seguintes manuscritos da *Série Azul* que fazem parte do conjunto de obras submetidas no âmbito dos concursos relacionados com a gramática filosófica:

- *Plano da Grammatica Filosofica da Lingua Portugueza* (Ms. 353, fols. 89r-170v).
- *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza que pretende levar o premio da Academia*. [Bernardo de Lima e Melo de Bacelar, cf. 1.6.1.] (Ms.353, fols.171r-205v).
- *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (Ms. 353, fols. 206r-224v).
- *Grammatica Filosofica da Lingua Portugueza. Composta, e organizada segundo o Espirito e Plano da Illustre Academia das Sciencias, erigido debaixo dos gloriosos Auspicios da Augustissima e Fidelissima Senhora Raynha D. Maria S.<sup>a</sup> de Portugal* (Ms. 353, fols. 225r-354v).

'gramática filosófica',<sup>40</sup> posteriormente, manteve-se para as gramáticas que seguiam o modelo da *Grammaire Générale* francesa. Como mostra Auroux (1984a: 3), entre os próprios autores franceses encontram-se as designações 'principes généraux', 'grammaire générale', 'grammaire philosophique', 'grammaire raisonnée', bem como, marginalmente, ainda 'grammaire universelle' e 'métaphysique'. Ainda segundo Auroux (1984a: 5), estes conceitos não se devem entender como sinónimos:

'grammaire universelle': a linguistic theory valid for all elements of all languages  
 'grammaire générale': a linguistic theory explaining the most important elements of the most languages possible  
 'grammaire raisonnée' or / and 'grammaire philosophique': a linguistic theory providing an explanation of how reason functions in a given language.

No sentido de Beauzée, a *grammaire générale* pode ser complementada por uma *grammaire particulière*:

La GRAMMAIRE GENERALE est donc la science raisonnée des principes immuables & généraux du langage prononcé ou écrit dans quelque langue que ce soit.  
 Une GRAMMAIRE PARTICULIERE est l'art d'appliquer, aux principes immuables & généraux du Langage prononcé ou écrit, les institutions arbitraires & usuelles d'une langue particulière. (Beauzée 1767, I: X).

A distinção entre 'gramática universal' («[...] ensina os methodos, e principios de fallar communs a todas as linguas») e 'gramática particular' («[...] applica os principios communs de todos os idiomas ao nosso [...]») encontra-se em Silva (1806: 9), que dá, de resto, uma definição gramatical normativa. A distinção de Beauzée entre '*science*' e '*art*', porém, não é retomada.

Também Sousa (1804) define 'gramática universal' e 'particular' sem referência a 'arte' e 'ciência'. A primeira seria imutável e necessária para permitir a compreensão entre vários indivíduos («[...] porque não haveria huma regra comum para comparar os seus respectivos procedimentos»);

- 
- *Grammatica Portuguesae Filosofada oferedida á Academia das Sciencias de Lisboa* (Ms. 353, fols. 355r-372v).
  - *Grammatica Philosophica da lingua portugueza, dividida em outo livros separados em dois volumes. Para o concurso do anno 1784* (2 vol., Ms. 340 e 341).

<sup>40</sup> O conceito de *grammatica philosophica* já é usado por Francis Bacon (1623): «In his *Advancement of Learning* [...] Bacon describes two kinds of grammar: 'the one popular, [for learning languages]... the other philosophical, examining the power and nature of words as they are the footsteps and prints of reason [...]» (Salmon 1969: 170). As gramáticas de Scioppio (1628) e de Campanella (1638) têm o título de *Grammatica philosophica* (Salmon 1969: 172-173).

refere-se à 'qualidade' das palavras (presume-se que isto se refira à pertença a uma determinada parte da oração). A 'gramática particular' seria mutável, adaptada ao «[...] genio inconstante de cada Povo, e de cada seculo [...]» (Sousa 1804: 2) e estaria relacionada com a 'forma' das palavras («[...] a diversa fôrma que devemos dar ás palavras, a fim de nos acomodar á capacidade d'aquelles de quem pertendemos ser entendidos», Sousa 1804: 1).

Barbosa (1807) define a gramática em dois passos diferentes, por um lado, como 'ciência', por outro, como 'arte':

A Grammatica he huma sciencia universal, como o he a Logica. Os principios geraes de todas as linguas sam os mesmos, como o são os do raciocinio e discurso (Barbosa 1807: V).

Grammatica he a arte de falar, e de escrever correctamente huma Lingua (Barbosa 1807: 1).

Esta contradição evidente, que não será mais tematizada, deverá ter a sua origem numa receção incompleta da dicotomia '*grammaire générale*' vs. '*grammaire particulière*'. A conceção universal da *Grammaire Générale* como ciência é adotada, mas a gramática de uma língua particular não é relacionada com ela, sendo antes definida normativamente, de maneira convencional. Na «Introdução», Barbosa (1807: XII) escreve:

Eu não tomei outro modelo senão o da Grammatica Geral, e Philosophica. Ponho os principios communs a todas as linguas; delles formo as regras geraes da linguagem, que applico primeiro á lingua portugueza em exemplos curtos e familiares.

O método aqui descrito é o de uma 'gramática filosófica', mas não o de uma *grammaire générale*.

Na *Grammatica Philosophica* – presumivelmente elaborada mais cedo – Barbosa modifica, consideravelmente, o conceito de '*grammaire générale*' vs. '*particulière*' de Beauzée. Aqui, Barbosa postula que cada gramática, quer seja de uma dada língua ('particular'), quer seja 'geral', é, por um lado, um «[...] systema methodico de Regras [...]» e, por outro, «[...] a primeira theoria, que principia a desenvolver o embrião das ideas confusas da idade pueril [...]» (Barbosa 1822: IX-X; cf. 4.3.2). Ambas podem ser 'prática' e 'rudimentar', ou 'filosófica' e 'razoada'. Os conceitos 'particular' e 'geral' não se referem aqui – como em Beauzée (*vide supra*) – ao método, mas sim, exclusivamente, ao número de línguas que são objeto de descrição. A contradição, que se pretende explicar as línguas através de uma lógica válida para todos os seres humanos, quando estas divergem entre elas de forma visível, é um problema típico da *Grammaire*

*Générale*. Barbosa não entra neste pormenor, mas limita-se a usar, em última análise, o termo 'filosófico' no sentido de 'explicativo', em conformidade com a abordagem que propaga no prefácio da obra *As duas linguas* (*vide supra*).

Os três tipos de definições de 'gramática' que se podem distinguir nas gramáticas portuguesas estão distribuídos por determinados períodos. As etimológicas limitam-se aos séculos XVI e XVII, uma época em que a relação com a origem grega da palavra *per se* já lhe devia conferir autoridade. Com a sua história milenária, as definições de tipo normativo estão presentes durante todo o espaço de tempo aqui analisado, passando, já para o fim, a ser combinadas, em parte, com a terceira definição, de tipo 'filosófico', que surgiu com Bacelar (1783a) e tem a sua origem em diversas obras da *Grammaire Générale* francesa.

## 4.4 Conceções de linguagem

### 4.4.1 'Língua' como língua particular

Enquanto quase todos os autores definem o conceito de 'gramática', as definições de 'língua' só surgem tarde e são consideravelmente mais raras.

Na Idade Média, língua – latina – e '*grammatica*' eram, tendencialmente, termos sinónimos (cf. 2.2.4.; cf. Arens 1974, I: 36-37). Isto é, por um lado, o plano do objeto e o metaplanos não se distinguiam, por outro lado, não se fazia a distinção entre o aspeto gramatical e lexical da linguagem.

Para Roboredo (1619), que desenvolve uma teoria da linguagem própria no seu prefácio, 'língua' representa língua particular (o que pode ser tanto o latim como o português ou o espanhol), 'gramática' as suas componentes que se podem descrever por regras (cf. Schäfer 1990: 62). Com a conceção de gramática como parte constitutiva da língua em vez de modo de descrição, continua pouco precisa a divisão entre plano do objeto e o metaplanos.

Em vez da habitual definição do conceito de 'gramática', Argote (1725) é o único autor a definir a língua portuguesa:

M. Dizeyme, e que cousa he lingua Portugueza?

D. Lingua Portugueza saõ as palavras, e modo de fallar, de que os Portugueses entre si usaõ na pratica, ou conversaçãõ, ou quando escrevem (Argote 1725: 2).

Tal como para Roboredo, para Argote 'língua' é uma determinada língua particular que serve para a comunicação dentro da respetiva comunidade linguística. Esta conceção permanece presente nos autores posteriores, mas é, em parte, confrontada com a linguagem como sistema universal (por exemplo em Barbosa 1822: IX; cf. 4.3.3).

#### 4.4.2 'Língua' como fenómeno universal

Só a partir de finais do século XVIII é que se põe a questão da natureza e função da linguagem, em geral, em Portugal. O modelo de autores franceses, muitas vezes citados quase literalmente, embora nem sempre sejam mencionados os seus nomes, é predominante.

##### 4.4.2.1 Linguagem como meio de comunicação

Em Bacelar (1783a) e em Sousa (1804), a linguagem desempenha um papel importante como meio de comunicação e, nesta função, como elemento constitutivo da sociedade:

Como todos os homens nascêrão para a Sociedade, a todos os homens fez nascer o Sapiëntissimo Creador com os mais necessarios sons, signaes, ou accenos, para com elles se poderem comunicar reciprocamente, e viverem em companhia. He tão clara esta verdade, que ainda nos mesmos brutos se vê em parte verificada.

Começarão os homens a traficar, e comunicar se mais, e mais; e para este fim inventarão copia de sons. Destes, e dos innatos derivarão outros e determinando as leis de os collocar vierão desta sorte a ter huma perfeita *lingua de comunicação* cujo arrazoado, ou discursado regulamento, se chama *Grammatica Philosophica* (Bacelar 1783a: 7-8).

O dom da palavra dado pelo Creador exclusivamente ao homem, he o vinculo mais suave e deliciozo da sociedade, que o mesmo Senhor quis estabelecer entre os homens. Por meio d'ela manifestamos as nossas necessidades, os nossos temores, os nossos prazeres, e as nossas lúzes; recebemos da parte dos outros os socorros, os avizos, e as instruções de que necessitamos. Por meio dela huma alma, desenvolvendo-se a outra, adquire todas as perfeições de que pode ser susceptivel: sentimentos de coração, fogo de genio, riquezas de imaginação, profundeza de espírito, e tudo se vem a fazer hum bem cômum para os homens; os conhecimentos de hum são os conhecimentos de todos: assim ajuntando sem cessar descobertas a descobertas, artes sobre artes, lúzes sobre lúzes, o espírito do homem se orna, se augmenta e se aperfeiçôa sem cessar, e se eleva a novos conhecimentos; ao mesmo tempo que sem esta faculdade, o homem abismado em huma estúpida languidês não teria quazi alguma superioridade sobre os animaes que vivem em familia, e que os gritos advertem das suas mútuas necessidades (Sousa 1804: VII-VIII).

O significado da linguagem para a sociedade humana é já salientado por Beauzée,<sup>41</sup> com especial pormenor, porém, pelo seu compatriota Court de Gébelin, ao qual ambos os autores parecem referir-se e que também é mencionado explicitamente por Sousa (1804: XII). Na sua *Histoire naturelle de la parole* (<sup>1</sup>1776, <sup>2</sup>1816) considera a linguagem como vínculo da sociedade e como pressuposição do seu desenvolvimento; o fundamento deste desenvolvimento seriam a troca e a acumulação de conhecimentos.<sup>42</sup>

#### 4.4.2.2 Linguagem como expressão dos pensamentos

A linguagem como expressão dos pensamentos é uma conceção racionalista, como a que se manifesta na definição do falar da *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal:

Parler, est expliquer ses pensées par des signes, que les hommes ont inventez à ce dessein (Arnauld / Lancelot 1660: 5).<sup>43</sup>

Isto tornou-se um lugar comum no século XIX. Desde Figueiredo (1799) e Fonseca (1799), diversos autores relacionam a expressão linguística com o seu fundamento 'mental'. Na maioria dos casos, porém, não é a 'língua' que é definida desta maneira, mas unidades suas, como frases ou palavras, por exemplo.

A Oração he a união, ou hum aggregado de palavras ordenadas, com que exprimimos nossos pensamentos (Figueiredo 1799: 5).

Fallar e escrever he exprimir pensamentos por meio de palavras, as quaes são os signaes das nossas idéas, e podem exprimir-se, ou por sons formados pela boca, ou por caracteres traçados pela mão (Ferreira 1819: 7).

O que é notável, é a multiplicidade terminológica desenvolvida, especialmente em relação à frase ou aos pensamentos que lhe estão subjacentes:

<sup>41</sup> «Or le langage est le lien nécessaire & fondamental de la société, qui n'auroit, sans ce moyen admirable de communication, aucune consistance durable, ni aucun avantage réel» (*Encyclopédie*, 17, 517a: «Usage», cf. também Hoinkes 1991: 100).

<sup>42</sup> «Sans doute, la parole vint de Dieu même: lui seul a pu mettre la dernière main aux qualités admirables de l'homme, en le douant de l'art de parler, de cet art, lien de la société, qui conduit l'homme de connaissance en connaissance [...]» (Court de Gébelin 1816: 18-19).

<sup>43</sup> Cf. Beauzée (1767, II: 1): «L'OBJET du langage est l'énonciation de la pensée».

## a) em relação à linguagem, em geral

AUTOR	CONTEÚDO	FORMA
Melo (1818: 15)	ideias, juízos, raciocínios	linguagem
Ribeiro (1819: 84)	as diversas cogitações d'alma	língua, idioma

## b) em relação à frase

AUTOR	CONTEÚDO	FORMA
Figueiredo (1799: 5)	[pensamentos]	oração
Silva (1806: 16)	[o] que passa na nossa alma	sentença proposição
Barbosa (1807: 2)	ideias e relações juízo	oração proposição
Aragão (1812: 7)	proposição enunciação juízo pensamento sentença	oração

## c. em relação à palavra

AUTOR	CONTEÚDO	FORMA
Fonseca (1799: 2)	pensamentos	signaes = palavras
Ferreira (1819: 7)	pensamentos	signaes das ideias = palavras
Melo (1818: 15)	ideias	signaes convencionados
Ribeiro (1819: 33)	pensamentos	signaes = palavras

A ideia da linguagem como expressão dos pensamentos é, como se disse, característica da orientação racionalista da *Grammaire Générale*, tal como é representada, por exemplo, pela gramática de Port-Royal e pelo enciclopedista Beauzée.<sup>44</sup> Uma perspectiva diferente encontra-se em Condillac e seus continuadores. Condillac parte do pressuposto de que só as línguas é que permitem a análise dos pensamentos.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> Segundo Hoinkes (1991: 334), a classificação de Beauzée como 'erkenntnis-theoretischer Rationalist' [racionalista epistemológico], aliás, não corresponde ao seu conceito de linguagem, «[...] dessen Definition unter dem direkten Einfluß des aufgeklärten Empirismus / Sensualismus steht» [(...) cuja definição está sob a influência direta do empirismo / sensualismo iluminista].

<sup>45</sup> «Si toutes les idées, qui composent une pensée, sont simultanément dans l'esprit, elles sont successives dans le discours: ce sont donc les langues qui nous fournissent les moyens d'analyser nos pensées» (Condillac 1775: 38); cf. Ricken (1984: 97).

Este ponto de vista é adotado por Melo, que complementa a sua definição racionalista (linguagem como expressão de ideias, juízos e 'raciocínios') com a seguinte nota de rodapé:

Não considero as línguas sómente como expressões dos nossos pensamentos; considero-as tam-bem como instrumentos necessários para adquiri-os (Melo 1818: 15-16, nota 1).

Destutt de Tracy, seguidor de Condillac, é o modelo por que se orienta Ribeiro (1819), para quem os sinais linguísticos não servem só para a análise dos pensamentos, mas também para a formação de 'ideias compostas' ('idéés composées', Destutt de Tracy 1801, I: 272; cf. Schäfer 1991: 105-106):

De todos os signaes, com que costumamos exprimir os nossos pensamentos, são os *vocabulos* ou *sons articulados* os de maior uso, e utilidade; não só porque por elles podemos exprimir as mais pequenas modificações dos nossos sentimentos, e analysar os mais complicados pensamentos; mas tambem pela grande influencia, que tem sobre a formação das idéas compostas, e abstractas, sem cujo socorro talvez que não adiantassemos hum só passo (Ribeiro 1819: 33-34).

Ao passo que Melo e Ribeiro, seguindo a tradição dos sensualistas franceses, propagam uma relação recíproca entre pensamentos e sinais linguísticos e, a ela associada, um constante desenvolvimento de linguagem e pensamentos (cf. 4.1.3, nota de rodapé acerca de Condillac), Barbosa (1822) mantém-se no âmbito da argumentação racionalista. Parte de uma lógica que permanece constante, à qual a linguagem deve corresponder o melhor possível. Em Barbosa, não são os pensamentos que se analisam com a ajuda da linguagem, mas a gramática, 'uma verdadeira lógica', deverá dar ao falante a possibilidade de desenvolver as suas ideias de resto ainda pouco claras:

Por outra parte, sendo a Grammatica de qualquer Lingua a primeira theoria, que principia a desenvolver o embrião das ideas confusas da idade pueril; e dependendo da exactidão de seus principios o bom progresso nos mais estudos: ella deve ser huma verdadeira Logica, que ensinando-se a falar, ensine-se ao mesmo tempo a discorrer (Barbosa 1822: X).

Neste ponto, a conceção da linguagem de Barbosa aproxima-se muito da de Beauzée (cf. também Barbosa 1822: 115). É certo que a linguagem é, para ele, um meio para a análise dos pensamentos simultâneos,<sup>46</sup> mas

<sup>46</sup> Em Beauzée, possibilita-se uma análise do '*esprit*' indivisível ao estabelecer-se, através da lógica, a relação entre cada uma das ideias de um '*acte de l'esprit*'.

falta a noção da influência recíproca de sinais e pensamentos, bem como a de um desenvolvimento constante, que caracterizam a teoria de linguagem de Condillac.

Também no que diz respeito às teorias acerca da origem das ideias, Melo (1815: 5) e Ribeiro (1819: 1) seguem, em princípio, os sensualistas.<sup>47</sup> Barbosa (1822: 98), pelo contrário, parte de ideias comuns a todos os seres humanos sem discutir a sua origem. No sentido de Locke, Sousa (1804) distingue entre 'faculdades sensitivas' e 'faculdades intelectuaes':<sup>48</sup>

[...] se o homem tem faculdades sensitivas, por meio das quaes executa tudo o que exigem as suas necessidades naturaes assim como os brutos, tem alem disto faculdades intellectuaes, fundadas sobre as sensitivas, as quaes, ainda que nelas se firmem, as excedem infinitamente por suas operações (Sousa 1804: VI).

Apesar – ou mesmo por causa – da sua abordagem sensualista, Sousa está muito interessado em acentuar a diferença entre o homem e o animal:

A Palavra fás huma parte fundamental da essencia, e da gloria do homem, e o distingue incomparavelmente das outras creaturas animadas, com as quaes ele reparte os frutos da terra, e participa de todos os fenomenos da vida animal (Sousa 1804: V).

Nos autores que definem a linguagem com base na sua relação com os pensamentos, podem distinguir-se, portanto, três grupos: Barbosa representa uma abordagem racionalista que vê na linguagem uma imagem

---

Beauzée chama '*ordre analytique*' a esta ordem lógica. Por um lado, representa o resultado da análise dos pensamentos, por outro é o fundamento da análise linguística (cf. Monreal-Wickert 1977: 53).

<sup>47</sup> Cf. Schäfer (1991: 104); acerca das correspondentes contradições de Ribeiro, que combina pontos de vista sensualistas com ideias do dualismo cartesiano, veja-se Schäfer (1989: 254-255).

<sup>48</sup> «Mit den beiden Erkenntnisquellen *sensation* und *reflection* begründet Locke [...] also die Herkunft aller Ideen aus der Erfahrung, entweder aus den durch die gegenständliche Welt hervorgerufenen Sinneseindrücken oder aus der gedanklichen Verarbeitung dieser von den Sinnen vermittelten Ideen. Die Reflexion bringt eine neue Stufe von Ideen hervor, die nicht unmittelbar aus der Sinneswahrnehmung entstehen können (*denken, wollen* usw.)» (Ricken 1984: 87).

[Com ambas as fontes de conhecimento – '*sensation*' e '*reflection*' – Locke fundamenta [...], portanto, a origem de todas as ideias a partir da experiência: ou através das impressões sensoriais fornecidas pelo mundo dos objectos, ou da transformação intelectual destas ideias transmitidas pelos sentidos. A reflexão produz um novo nível de ideias, que não podem proceder imediatamente da percepção sensorial (*pensar, querer*, etc.)].

da razão comum a todos os seres humanos; Melo (1818) e Ribeiro (1819) inserem-se na tradição sensualista de Condillac e Destutt de Tracy, isto é, para eles a linguagem desempenha um papel no desenvolvimento dos pensamentos. Em Bacelar (1783a) e em Sousa (1804), aparentemente segundo o modelo de Court de Gébelin, a linguagem é compreendida, em primeiro lugar, como meio de comunicação constituinte da sociedade. Ambas as duas últimas abordagens representam um princípio evolutivo, mas para Melo (1818) e Ribeiro (1819) está em primeiro plano a influência recíproca de ideias e sinais (cuja continuidade pressupõe, naturalmente, uma troca de sinais entre os membros de uma sociedade), em Bacelar (1783a) e em Sousa (1804), a continuação do desenvolvimento da humanidade através da transmissão de conhecimentos adquiridos pela linguagem. Em Barbosa (1807 e 1822), pelo contrário, a razão é estática e a linguagem ou a gramática apenas podem servir para nos aproximarmos dela.

#### 4.4.3 Origem da linguagem

A questão da origem da linguagem ocupa os nossos autores ainda menos do que a da sua função. Segundo Kuehner (1944), podem distinguir-se três tipos de respostas a esta pergunta, a saber: 1.º que a linguagem é uma dádiva divina;<sup>49</sup> 2.º que foi inventada por «[...] mit voller Denkfähigkeit ausgestatteten Menschen [...]» (Ricken 1984: 164);<sup>50</sup> ou 3.º a linguagem foi-se desenvolvendo aos poucos, na sociedade, juntamente com os pensamentos<sup>51</sup> (Ricken 1984: 164; Monreal-Wickert 1977: 44-45).

---

<sup>49</sup> Cf. Kuehner (1944: VIII): «Language a divine gift to mankind, which we designate as the traditional theory. Its defenders purport to find in the Bible sufficient evidence for their belief that God gave to man in the garden of Eden the talents of intellect and of speech».

<sup>50</sup> [(...) homens dotados de plena capacidade de pensar (...)]. Cf. Kuehner (1944: VIII): «Language an invention of man endowed with reason, or the conventional theory. According to its propounders this innate reason made of man a gregarious being and induced him to give vocal expression to ideas».

<sup>51</sup> Cf. Kuehner (1944: VIII): «Language originating in a spontaneous response to sensations without necessary intervention of reason, or the sensationalist theory. Those who offer it as a solution to the problem assume that primitive man was void of knowledge and merely uttered meaningless cries whenever he felt exceptional pain, joy, fear, etc. Consequently this first speech was crude and incomplete, and only by a slow evolution grew into a useful means of common language».

Sousa (1804) não considera a própria linguagem mas sim a faculdade de falar como dádiva divina (para Kuehner, isto é uma variante da explicação do primeiro tipo *supra* ou uma mistura da teoria tradicional e convencional, cf. Kuehner 1944: 12, 13-14 e Monreal-Wickert 1977: 45). Também para ele há pontos em comum entre o ser humano e o animal (com os quadrúpedes o homem partilha os gritos e, com as aves, o canto), embora saliente várias vezes enfaticamente que só o homem seria dotado da necessária inteligência:

A bondade do Creador tudo prevenio: e dando a esta sua mais bela creatura a faculdade de poder manifestar as suas sensações pelo grito, como os quadrupedes, os seus prazeres pelo canto, como as aves, lhe concedeo tambem o preciozo dom da palavra para exprimir os seus pensamntos [sic!]; para este fim o dotou dos órgãos necessarios para articular os diversos sons de que a mesma palavra se compõe, e lhe deo hum grão de inteligencia pelo qual só ele podia fazer destes órgãos o uzo para que erão destinados. Os animaes, que tem com pouca diferença órgãos proprios para a palavra não sabem fazer dela algum uzo por si mesmos, porque lhes falta a inteligencia, que unicamente pode pôr em obra o instrumento vocal, do qual a palavra he o efeito mais preciozo. O homem sim fala, porque he dotado de inteligencia (Sousa 1804: VII).

Sousa segue, aqui, em princípio, Beauzée que, na *Encyclopédie*, defende igualmente a origem divina do falar, a relação entre a linguagem e a inteligência humana e, daí derivada, a diferença essencial entre o homem e o animal (cf. Monreal-Wickert 1977: 46-49). Além disso, há pontos em comum chamativos com a teoria da origem da linguagem de Court de Gébelin.<sup>52</sup>

Bacelar (1783a) e Ribeiro (1819) identificam a linguagem como invenção do homem mas, ao mesmo tempo, partem do princípio de ela se ter desenvolvido, aos poucos, conjuntamente com a sociedade; segundo Kuehner isto seria um compromisso entre a teoria convencional e a sensualista:

Como todos os homens nascêrão para a Sociedade, a todos os homens fez nascer o Sapientissimo Creador com os mais necessarios sons, signaes, ou accenos, para

---

<sup>52</sup> Juliard (1970: 35-36) resume o pensamento de Court de Gébelin da seguinte maneira: «[...] only God could have given man the organs requisite to speech: in addition, He also gave him the need to use this apparatus and the urge to establish an accurate relationship between words and the objects they were to describe. In this manner Court de Gébelin remained within Biblical tradition. But he combined with it the eighteenth-century concept of language by giving man a limited role in the creative process».

com elles se poderem comunicar reciprocamente, e viverem em companhia. He tao clara esta verdade, que ainda nos mesmos brutos se vê em parte verificada.

Começarão os homens a traficar, e comunicar se mais, e mais; e para este fim inventarão copia de sons. Destes, e dos innatos derivarão outros e determinando as leis de os collocar vierão desta sorte a ter huma perfeita *lingua de comunicação* cujo arrazoado, ou discursado regulamento, se chama *Grammatica Philosophica* (Bacelar 1783a: 8).

Os Vocabulos, por isso que não tem de sua natureza relação necessaria com as idéas, de que são signaes (ainda que he natural que os primeiros fossem effeito de certas relações analógicas) devem a sua força e significação ao arbitrio dos homens, seus inventores. [...]

Sendo pois huma *lingua* ou *idioma* a maneira systematica de exprimir com hum certo numero de sons articulados as diversas cogitações d'alma, era necessario que os homens, para nella se poderem entender, usassem de huma outra lingua, que fosse de origem não arbitraria, mas filha, para assim dizer, da mesma Natureza; esta foi sem duvida a linguagem d'acção. [...]

Os primeiros vocabulos inventados he de crer que fossem relativos ás primeiras precisões da Natureza; porém multiplicando-se os homens sobre a Terra, multiplicarão-se tambem as precisões, e consequentemente os conhecimentos necessarios para satisfazer a ellas; foi por tanto indispensavel augmentar o numero de vocabulos (Ribeiro 1819: 35).

Ambos estes autores distinguem uma linguagem originária não-articulada, à qual Ribeiro (1819), de acordo com o modelo francês, chama 'linguagem d'acção', ou seja, a linguagem gestual (em Bacelar 1783a, dada por Deus; em Ribeiro 1819 simplesmente 'filha da natureza'), e a linguagem sonora propriamente dita, que é considerada invenção humana, desenvolvendo-se ambas a partir de formas simples para formas cada vez mais complexas. Tanto Bacelar como Ribeiro veem a linguagem gestual como condição prévia da invenção de uma linguagem sonora articulada, pois sem uma sociedade já existente com uma forma qualquer de comunicação, não teria sido possível o estabelecimento do uso de sinais convencionais. Ao contrário de Destutt de Tracy, Ribeiro não considera a linguagem sonora convencionalizada como um desenvolvimento posterior da linguagem gestual – daqui poder-se-ia deduzir que a diferença entre homem e animal seria apenas gradual (cf. Branca 1982: 47) –, mas sim, como sendo totalmente distinta dela em termos qualitativos (Ribeiro 1819: XV; cf. Kuehner 1944: 15 e Schäfer 1989: 254). Bacelar (1783a: 7) não é muito claro neste ponto; ao afirmar que esta primeira linguagem ainda se

encontra nos animais, é certo que não está a postular, explicitamente, a igualdade essencial entre homem e animal, mas também não a rejeita.<sup>53</sup>

Enquanto a abordagem de Ribeiro aparenta ser uma versão modificada da teoria de Destutt de Tracy, a de Bacelar, com a distinção da origem divina, lembra a exposição de Rousseau citada por Beauzée, na *Encyclopédie* (cf. Monreal-Wickert 1977: 45-49). Com a ênfase dada à comunicação na sociedade encontram-se, de novo, ecos de Court de Gébelin (cf. 4.4.2.1).

#### 4.4.4 Resumo

As duas conceções de 'língua' que se podem distinguir nas gramáticas portuguesas são, por um lado, a de 'língua' como língua particular e, por outro, como meio humano de expressão e, em parte, de análise. Ambos estes significados de 'língua' estão também documentados, num espaço de quase 100 anos, nos dicionários portugueses de Rafael Bluteau (1716) e de António de Morais Silva (1813):

LINGUA, ou lingoa [...] Idioma particular de alguma nação (Bluteau 1716, V: 137a-138a).

Silva (1813, II: 227): § Linguagem, idioma, o systema de palavras, com que se explicão os pensamentos: v. g. a *Lingua Portuguesa, Franceza, Ingleza, &c.*

Isto corresponde inteiramente ao que se apurou relativamente às gramáticas analisadas: o primeiro dos nossos autores que define 'língua' no sentido de Silva e da *Grammaire Générale* francesa é Bacelar (1783a). Acerca do uso dos termos 'língua' e 'língua' no português anterior à época moderna e contemporânea, cf. Woll (1994b).

#### 4.5 Descrição das partes da oração

Como já se constatou a propósito das partes da gramática, a descrição das partes da oração constitui o elemento central da descrição linguística tradicional (cf. Charpin 1986: 126, Borsche 1989: 19, Ivo / Schlieben-Lange

<sup>53</sup> Também Melo (1818: 16) menciona a 'linguagem do *acionado*', que consiste em gestos, gritos e toques. Não a relaciona, porém, com a origem ou com a evolução da linguagem, considerando-a apenas como «[...] a linguagem natural [...] mais enérgica e expressiva, que qualquer outra artificial [...]». Há uma contradição entre a definição de 'linguagem' como 'colêção dos sinaes convencionados' (Melo 1818: 15) e a designação da língua gestual 'natural' como 'linguagem'.

1989: 9). A chamada gramática tradicional é, antes de mais, uma gramática da palavra (veja-se, por exemplo, Vennemann 1982: 7), em que as palavras são descritas como elementos de uma classe. É sobejamente conhecido o facto de que precisamente o importante conceito de 'palavra' resiste a tentativas modernas de definição, ao passo que o 'morfema', claramente definível, continua a usar-se apenas como termo técnico. Constitui outro lugar comum que a linguística moderna também tem criticado as categorias das partes da oração, sem que tenha sido oferecida uma alternativa viável ou sem que se pudesse prescindir do conceito de 'parte da oração' – que foi retomado, por exemplo, pela gramática gerativa transformacional como sendo a noção mais natural do mundo (cf. Lagarde 1988).

Na presente investigação trata-se menos da categorização, enquanto tal, do 'metaplano' (cf. sobre este assunto, por exemplo, Brøndal 1948 e Schmid 1986, bem como as panorâmicas de Piccardo 1952, 1962; Kaltz 1983 e Lagarde 1988) do que da categorização de categorizações existentes, do 'meta-metaplano', daquilo a que Auroux (1988b: 109) chama 'méta-discours historique'.<sup>54</sup> Para tornar comparáveis as definições das partes da oração, assim permitindo a descoberta de pontos em comum e diferenças entre elas, é necessário um sistema de critérios, que vão ser discutidos a seguir.

#### 4.5.1 Possibilidades de categorização

Na sua obra *Prinzipien der Sprachgeschichte* (<sup>1</sup>1880, <sup>5</sup>1920) do filólogo alemão Hermann Paul (1846-1921), pode ler-se o seguinte, no capítulo «Die Scheidung der Redeteile»:

Die übliche Scheidung der Redeteile in den indogermanischen Sprachen, wie sie der Hauptsache nach von den antiken Grammatikern übernommen ist, beruht nicht auf konsequent durchgeführten logischen Prinzipien, sie ist vielmehr zu Stande gekommen unter Berücksichtigung sehr verschiedener Verhältnisse. Sie trägt daher den Charakter der Willkürlichkeit an sich. Ihre Mängel lassen sich leicht zeigen. Es würde aber nicht möglich sein etwas wesentlich Besseres an die Stelle zu setzen, so lange man darauf ausgeht, jedes Wort in eine bestimmte Klasse unterzubringen. Der Versuch, ein streng logisch gegliedertes System aufzustellen, ist überhaupt undurchführbar.

<sup>54</sup> «Notre typologie répond donc à la question: "quels sont les critères utilisés par les grammairiens dans la définition des parties du discours?", et non à la question: "quelles sont les parties du discours?"» (Auroux 1988b: 109).

Es sind drei Punkte, die bei der üblichen Einteilung massgebend gewesen sind: die *Bedeutung* des Wortes an sich, seine *Funktion* im Satzgefüge, sein *Verhalten in Bezug auf Flexion und Wortbildung* (Paul 1920: 352; destacados do autor).<sup>55</sup>

Sem entrar em explicações teóricas pormenorizadas, Brøndal (1948: 65-66) distingue três critérios de classificação das partes da oração, usados pela gramática tradicional: '*morphologie*', '*fonction syntaxique*' e '*valeur logique*'. Uma definição morfológica refere-se à existência ou não existência de morfemas gramaticais, como afixos de casos e de tempos, uma definição sintática à função das palavras na frase (por exemplo, o substantivo como sujeito) e uma definição lógica ao conteúdo lexical comum pressuposto dos elementos de cada classe de palavras (por exemplo, o substantivo como expressão de uma coisa, Brøndal 1948: 32-33). Uma classificação semelhante é levada a cabo por Michael (1970: 5) que, aliás, chama '*formal*' ao critério morfológico e '*semantic*' ao lógico.<sup>56</sup> Estes três critérios encontram-se também em Gómez Asencio (1981), que aparentemente os considera obrigatórios:

Estas agrupaciones de palabras, estas clases de palabras o partes de la oración son clasificadas y definidas por medio de una serie de criterios que en cualquier caso no pasan de ser los siguientes:

1. *Criterio formal o morfosintáctico*: Aquí se incluyen las clasificaciones y definiciones que hacen alusión: (i) a la variabilidad o invariabilidad formal de las

<sup>55</sup> Veja-se a tradução portuguesa do capítulo «A divisão das partes do discurso» de Paul (1983: 372): «A divisão normal das partes do discurso nas línguas indogermânicas, como nos foi transmitida no essencial pelos gramáticos antigos, não se baseia em princípios lógicos consequentemente seguidos; ela surgiu antes por influência de circunstâncias muito diversas. Possui por isso um carácter arbitrário. Podemos facilmente apontar as suas falhas. Mas não poderemos substituí-la por outra muito melhor enquanto tentarmos incluir cada palavra numa classe. A tentativa de organizar um sistema rígido, de divisão lógica, é absolutamente impracticável.

Há três pontos que foram decisivos para a divisão usual: a *significação* da palavra em si, a sua *função na estrutura da oração*, o seu *comportamento no que se refere à flexão e à formação de palavras à flexão e à formação de palavras*».

<sup>56</sup> Uma tripartição correspondente também é propagada, por exemplo, por Robins (1966: 8) e Calero Vaquera (1986: 52-53). Com um critério lógico-frásico explicitamente separado da semântica da classe de palavras, nós também a adotámos em Schäfer (1993a). Kaltz (1983: 50-51) subdivide os critérios semânticos em critérios de conteúdo, baseados diretamente no significado da palavra e critérios 'lógico-semânticos', baseados na abstração lógica do significado de uma classe de palavras (como em Brøndal 1948), acrescentando ainda os 'critérios comunicativo-funcionais' (Kaltz 1983: 53-55).

palabras, y (ii) dentro de la variabilidad a la presencia en la forma de las palabras de unos accidentes gramaticales y a la ausencia de otros, cuando éstos son considerados como caracteres definidores de las palabras. [...]

2. *Criterio semántico o lógico-objetivo*: Clasificaciones y definiciones basadas en la significación fundamental y lógica de las palabras, o en la realidad designada por ellas. [...]

3. *Criterio sintáctico*: Este puede ser en principio desdoblado en dos: clasificaciones y definiciones referidas a la colocación de las palabras en el discurso y basadas [...] en la posibilidad o non posibilidad de subsistir por sí mismos en la oración (*criterio sintáctico colocacional o combinatorio*); y clasificaciones y definiciones que hacen alusión a la función u oficio que las palabras desempeñan en la oración (*criterio sintáctico funcional*) [...] (Gómez Asencio 1981: 92-93).

No segundo critério, Gómez Asencio distingue entre um '*criterio semántico*' e um '*criterio semántico teleológico*' («... que sirve para...»), uma complicação difícil de entender, já que o próprio Gómez Asencio salienta que ambos serão apenas «[...] dos modalidades diferentes de exponer la misma concepción». Inversamente, falta aqui uma indicação de que também estão incluídas definições que se referem à frase como expressão de uma proposição lógica (*'criterio semántico intraproposicional'* em vez de '*extraproposional*', Gómez Asencio 1981: 187), o que, de resto, não fica resguardado pela definição de '*criterio semántico o lógico-objetivo*'. Para uma comparação, por exemplo, das definições verbais parece ser pouco útil classificar as definições provenientes da Antiguidade do tipo «Pars orationis [...] aut agere aliquid aut pati aut neutrum significans» (Donatus 1864, IV: 359) numa mesma categoria juntamente com as definições relativas aos juízos lógicos da *Grammaire Générale* («[...] *vn mot dont le principal vsage est de signifier l'affirmation* [...]»), Arnauld / Lancelot 1660: 90), uma vez que, como observa o próprio Gómez Asencio (1981: 187), representam dois princípios fundamentalmente distintos.<sup>57</sup>

A par de um '*criterio sintático colocacional o combinatorio*' puramente formal, o terceiro critério, o sintático, contém também um '*criterio sintático funcional*'.

Assim, as definições distribuem-se pelos três critérios da seguinte maneira:

<sup>57</sup> Cf. Gómez Asencio (1981: 187): «[...] en la primera definición se prescinde de cualquier consideración que tenga que ver con la sintaxis, esto es, con el discurso (o proposición) como manifestación oral de un pensamiento (o juicio); en la segunda, se pone de relieve la aportación semántica (o, quizá mejor, semántico-sintáctica) que una palabra (el *verbo*) tiene en la expresión – proposición – del juicio, unidad básica del análisis lógico y gramatical del lenguaje»

- 1 Relativamente à forma da palavra, sem inclusão explícita do significado<sup>58</sup>  
= morfológico, formal
- 2.1 Relativamente ao significado lexical comum dos elementos da classe de palavras  
= semântico, lexical
- 2.2 Relativamente à função da parte da oração na proposição lógica  
= semântico (funcionalmente), sintático
- 3.1 Relativamente à forma sintática  
= sintático, formal
- 3.2 Relativamente à função na frase  
= sintático, semântico (funcionalmente).

Aqui há contradições que se tornam evidentes, no sentido de a morfologia dizer apenas respeito à forma e da semântica ao significado lexical da palavra isolada, secundariamente, porém, pode também estar relacionada com a função das palavras na frase que, por sua vez, tal como aspetos formais da construção das orações, caem na área da sintaxe.

Embora Auroux (1988b: 111) adote a tripartição clássica ao acrescentar-lhe um '*critère métalinguistique*', chega a introduzir alguns aperfeiçamentos importantes em comparação com Gómez Asencio:

- o '*critère sémantique*' é definido da seguinte maneira: «*Toute propriété caractérisant des phénomènes linguistiques à partir de leur(s) relation(s) à des éléments non-linguistiques*» (Auroux 1988b: 110, itálicos do original). Está unicamente relacionado com o significado da palavra. Deste modo, estão excluídas definições lógico-frásicas.
- em vez de um critério sintático, utiliza-se um '*critère fonctionnel*' que é definido do seguinte modo: «*La propriété en question caractérise les phénomènes linguistiques en rapport à leur insertion dans une unité supérieure, nommée ou non*». <sup>59</sup> A classificação mais sofisticada

<sup>58</sup> Mas é claro que um conceito como 'caso' não é puramente formal, uma vez que os morfemas de caso só podem ser identificados como tais através do seu significado (gramatical).

<sup>59</sup> Cf. Auroux (1988b: 112): «*Notre définition du fonctionnel peut surprendre, elle revient à assumer que les fonctions sont réductibles à des configurations de catégories (hypothèse assumé par les générativistes)*». Esta decisão significa que o convencional critério funcional ou sintático pode ser mantido e que, ao contrário de Gómez Asencio, o critério lógico é claramente delimitado do da semântica da palavra.

centra-se em 'logique' («*La propriété en question est en rapport aux termes théoriques de la logique: sujet, copule, prédicat, attribut, etc.*»), 'syntaxique' («*La propriété en question est en rapport avec une chaîne linguistique plus longue que le type d'élément défini*») e 'distributionnel' («*La propriété concerne la substituabilité et la co-occurrence*») (Auroux 1988b: 111).

Em parte devido a considerações teóricas e, em parte, com base nos nossos dados, introduzimos algumas modificações no sistema de Auroux:

Quanto ao 'critère morphologique' («*La propriété caractérise les phénomènes linguistiques à partir de leur structure matérielle et de ses variations*»), Auroux 1988b: 110), preferíamos antes que este fosse entendido como sendo 'relativo aos morfemas gramaticais' (1-m), uma vez que, na realidade, o ponto de partida dos gramáticos não é a forma da palavra (no sentido de *signifiant*), que em parte alguma das definições é mencionada, mas sim a existência de morfemas gramaticais que, como unidades de forma e conteúdo, designam fenómenos gramaticais como caso e tempo. Assim, por exemplo, a fórmula *cum tempore / com tempo*, como iremos ver, só com dificuldade é que pode ser interpretada como puramente formal.

Correspondendo à modificação do conceito de 'morfologia', o critério semântico, aqui, refere-se ao significado lexical das palavras, isto é, ao significado de classe dos elementos de uma categoria das partes da oração (por exemplo, 'o substantivo designa uma coisa'). Dentro deste critério semântico-lexical (1-s), adotamos a distinção entre 'psychologique' («*La propriété en question est en rapport avec la représentation es facultés de l'esprit*») como 1-s-psi, *ontologique* («*La propriété en question est en rapport avec la représentation de la structure du monde et plus généralement des objets de la pensée*») como 1-s-ont<sup>60</sup> e 'sémiologique' («*La propriété concerne l'élément défini en tant que signe*») como 1-s-sem (Auroux 1988b: 110-111). Acrescentámos um critério 1-s-abs (abstrato) para definições referentes a um significado de classe abstrato (por exemplo, 'designa uma relação') e que, por isso, não cabe em nenhum dos outros grupos.

---

<sup>60</sup> O conceito de 'ontológico' não é completamente adequado, na medida em que não se refere ao objeto designado (relação com a realidade extralinguística), mas sim ao significado (o conteúdo de cada língua), cf. Pelz (1984: 172).

Auroux classifica todos os critérios que relacionam a palavra com unidades superiores como 'funcionais' (*vide supra*). Distinguimos aqui entre a relação palavra – palavra, que em larga medida corresponde ao '*critère distributionnel*' de Auroux, e a relação palavra – frase, equivalente aos critérios '*syntaxique*' e '*logique*' de Auroux. A subdivisão do critério distribucional em 'paradigmático' e 'sintagmático' foi, em princípio, mantida. No entanto, de acordo com a conceção *supra* explicada de 'gramática' e de 'semântica', far-se-á uma distinção relativamente ao modo da relação entre as palavras: assim, pode referir-se às palavras como um todo (2), aos seus significados lexicais (2-s) ou, no critério sintagmático, aos seus morfemas gramaticais (2-m):

Critério paradigmático:

2-par, por exemplo 'substitui outra palavra'

2-2-par, por exemplo, 'substitui o significado de outra palavra'

Critério sintagmático:

2-pos (posicional), por exemplo, 'está diante / atrás de outra palavra'

2-rel (relacional), por exemplo, 'liga duas palavras'

2-s-rel, por exemplo, 'modifica o significado de outra palavra'

2-m-rel, por exemplo, 'rege outra palavra'

2-fun, por exemplo, 'indica uma relação de complemento'

No grupo 3, que diz respeito à relação da palavra com a frase, ocorrem forçosamente critérios muito diferentes que, parcialmente, só são aplicáveis a uma única parte da oração. 3-fun e 3-log correspondem ao critério '*logique*' de Auroux, referindo-se, portanto, à função da palavra como parte da frase (isto é igualmente válido para 2-fun, no caso da relação de complemento). Além disso, distinguimos 3-rel (somente para a conjunção), 3-ana (unicamente para os pronomes), 3-pos (só para a interjeição) e, igualmente para a interjeição, 3-equ. Estes critérios somente possuem função distintiva dentro da mesma parte da oração.

Os problemas de classificação aqui mostrados fundamentam-se, secundariamente, na tradição, mas em primeiro lugar assentam na especificidade das próprias partes da oração: um critério como o chamado semântico só pode ser aplicado de forma generalizada a classes de palavras em que pode ser estabelecida uma relação com os fenómenos da realidade extralinguística. O critério morfológico igualmente só pode ser usado com limitações, a menos que se lhe acrescente a sua – não rara, mas igualmente não distintiva – característica negativa ('invariável'); algumas partes da

oração *têm* morfemas gramaticais, outras *são* morfemas gramaticais. Algumas partes da oração só se podem definir através de outras.<sup>61</sup>

<sup>61</sup> «Strenggenommen können jedoch Wortklassen wie 'Präposition', Konjunktion', 'Artikel' usw. nicht mit Wortklassen wie 'Substantiv', 'Adjektiv' gleichgestellt werden, und die Pronomina stellen keine Wortklasse in demselben Sinn wie z.B. die Substantive dar [...]. In Wirklichkeit stehen die Morphemwörter als eine Wortart den beiden anderen Wortarten (Lexem- und Kategoremwörtern) gegenüber; und die Verbalkategorien (Substantiv, Adjektiv, Verb, Adverb) entsprechen einer Querunterscheidung bei den Lexem- und Kategoremwörtern» (Coseriu 1987b: 88).

[Em termos rigorosos, porém, classes de palavras como 'preposição', 'conjunção', 'artigo', etc. não podem ser equiparadas a classes de palavras como 'substantivo', 'adjetivo', e os pronomes não representam uma classe de palavras no mesmo sentido em que, por exemplo, os substantivos [...]. Na realidade, as palavras morfemáticas, como parte da oração, estão perante as outras duas partes da oração (palavras lexemáticas e categoremáticas); e as categorias verbais (substantivo, adjetivo, verbo, advérbio) correspondem a uma distinção transversal entre palavras lexemáticas e categoremáticas].

Coseriu (1987b: 87-88) distingue três tipos de palavras: «1) *Lexemwörter*, die die außersprachliche Wirklichkeit gestalten und darstellen, wie z.B. *Mensch, Wald, weiß, laufen* usw.; 2) *Kategoremwörter* ('Pronomina'), die nur die Form der Gestaltung des außersprachlichen aufweisen (die also substantivisch, adjektivisch usw. funktionieren), jedoch keinen bestimmten außersprachlichen Stoff darstellen, wie z.B. *ich, dieser, hier, jetzt*; 3) *Morphemwörter* ('instrumentale Wörter'), die nicht unmittelbar weltgestaltend, sondern nur in bezug auf andere Wörter in der Strukturierung des Sprechens funktionieren, wie z.B. *und, oder, auf, bei, ja, nein* usw. Nur die Lexemwörter gehören mit vollem Recht zum Lexikon und somit zum Gegenstand der Lexikologie».

[1] 'palavras lexemáticas', que plasmam e representam a realidade extralinguística, como, por exemplo, *homem, floresta, branco, correr*, etc.; 2) 'palavras categoremáticas' ('pronomes'), que só apresentam a forma do plasmar do extralinguístico (que funcionam portanto substantivamente, adjectivamente, etc.) mas não representam um determinado elemento extralinguístico, como, por exemplo, *eu, este, aqui, agora*; 3) 'palavras morfemáticas' ('palavras instrumentais') que funcionam não imediatamente para plasmar o mundo, mas sim apenas em relação a outras palavras, na estruturação do falar, como, por exemplo, *e, ou, sobre, em, sim, não*, etc. Só as palavras lexemáticas pertencem, de pleno direito, ao léxico e são, deste modo, objecto da Lexicologia].

Esta divisão corresponde, fundamentalmente, à que Aristóteles leva a cabo entre categoremata e syncategoremata: «Depuis Aristote qui refuse la signification à la 'conjonction' et à 'l'articulation' (*Poét.* 1456b-1457a), la tradition occidentale a opposé les parties du discours signifiants (*categoremata*) et les parties du discours consignant (syncategoremata). Mais l'assimilation s'est faite assez vite entre cette dichotomie et l'opposition déclinable vs indéclinables dans toute une partie de la tradition» (Colombat 1988: 8).

Na Escolástica (Robert Kilwardby) distingue-se, por exemplo, dentro do 'significat mentis conceptum' (em oposição a '*mentis affectum*': interjeição) entre

O seguinte quadro resulta ao fazer-se uma distinção das partes da oração em conformidade com a sua distribuição em morfemas gramaticais e lexicais:

- 1 morfemas lexicais e gramaticais:
  - a variável<sup>62</sup>
    - substantivo
    - adjetivo
    - verbo
  - b invariável
    - advérbio<sup>63</sup>
2. morfemas gramaticais
  - artigo
  - preposição
  - conjunção

Os pronomes ocupam uma posição especial, já que não designam diretamente um estado de coisas da realidade extralinguística, mas antes se referem ou a um facto já mencionado no texto ou à dêixis pessoal. Para as interjeições, além da função referencial, também tem de ser incluída a função expressiva da linguagem, relativa ao falante.

Encontram-se solidariedades evidentes para o grupo 1, com o critério morfológico e semântico-lexical, bem como para o grupo 2, com o critério sintagmático e para os pronomes com o critério paradigmático.

---

'significat rem' (nome, pronome, particípio, verbo) e 'significat per modum circumstantie rei' (preposição, advérbio, conjunção) (cf. Paul 1978: 293-294).

Na tradução francesa de Harris (1796), as partes da oração são classificadas em '*principaux*' (nome, pronome, verbo, particípio, ajectivo e advérbio) e '*accessoires*' (artigo, '*article pronominal*', conjunção e preposição).

Marty (1908 [1976]: 205) distingue, com Aristóteles, entre termos que podem ser 'selbstbedeutend' ['com significado próprio'] e 'mitbedeutend' ['compartilhado']. Também por parte da linguística moderna são feitas subdivisões deste tipo (por exemplo '*full words*' vs. '*empty words*', cf. Joly 1972: 73).

<sup>62</sup> Como acontece nas modernas línguas românicas ocidentais, a flexão pode limitar-se no substantivo à variação de número, no adjetivo à de número e género.

<sup>63</sup> Nas línguas românicas, porém, só os advérbios do tipo *rapidamente*, derivados de adjetivos, é que contêm morfemas gramaticais. Os outros seriam, de acordo com a classificação aqui levada a cabo, morfemas puramente lexicais.

Segundo Gómez Asencio (1981: 94-95), a heterogeneidade das definições é causada pela falta de compreensão que os gramáticos têm da dicotomia estruturalista 'paradigmático – sintagmático':

[...] uno de los principales problemas con que se enfrentaron los gramáticos en su labor clasificatoria y definitoria de las palabras fue la no distinción precisa y conciente entre sistema y proceso o entre paradigma y cadena; esta confusión, es decir, la no consideración regular y sistemática del lenguaje desde esas dos perspectivas distintas, fue sin duda el principal obstáculo con que los gramáticos hubieron de encontrarse a la hora de classificar las palabras; de ahí, de colocar los tres criterios definitorios (sintático, semántico, morfológico) en un mismo plano de descripción y de análisis, derivan la radical debilidad e incoherencia interna de gran parte de estos 'sistemas' clasificatorios.

Mas também os estruturalistas que não compartilham das fraquezas metódicas dos seus antecessores não encontraram qualquer solução vinculativa para o problema da classificação das partes da oração.<sup>64</sup> Assim, lê-se em Joly (1976: 410):

Mais le problème du classement des mots, que ce soit au niveau de la typologie générale ou au niveau de telle ou telle langue particulière, n'a pas été résolu, et il est bien évident que, dans la pratique effective, on n'est pas sorti du cadre élaboré il y a plus de deux millénaires.

Em nosso entender, não são os métodos, mas sim as próprias partes da oração que tornam impossíveis as definições homogêneas. Não é apenas a falta de unidade acima apontada relativamente ao estatuto do morfema (que, por exemplo, implica poder definir-se o verbo em termos de semântica lexical, é certo, mas não a conjunção) que impede o êxito destas tentativas, antes parece haver algo de especial nas categorias das partes da oração que facilita a sua captação intuitiva (é sabido que os alunos aprendem, em geral bastante depressa, a classificar 'corretamente' as palavras, por muito deficientes que possam ser as definições que para isso lhes tenham sido apresentadas; também os linguistas à procura de definições para as partes da oração têm, como é de presumir, uma ideia do que querem definir), mas que torna a sua descrição explícita quase impossível:

<sup>64</sup> Também o princípio do distribucionalismo, em geral avaliado de maneira positiva, de, por exemplo, Bloomfield (cf. Pelz 1984: 127) ou de Fries (cf. Welte 1974, II: 406) não pode fazer jus a todas as particularidades das categorias das partes da oração (Kaltz 1983: 100-102).

Malgré les définitions qu'on lui propose, l'élève réussit assez bien à reconnaître ce que ni son maître ni les linguistes ne savent définir correctement: les sujets parlants auraient donc engrammé des critères de reconnaissance, qu'il n'a pas encore été possible d'expliciter de façon satisfaisante (Lagarde 1988: 105).

Auroux (1988b: 111) coloca, ao lado dos já mencionados critérios 'linguísticos', ainda uma série de critérios 'metalinguísticos' («*La propriété en question fait référence à l'énoncé linguistique en lui-même*»), dos quais, de acordo com os nossos dados, adotámos alguns, outros deixámos de parte, acrescentando ainda outros.

A totalidade dos critérios aplicáveis às gramáticas aqui estudadas pode ser então exposta da seguinte maneira (entre parênteses retos, e na medida do possível, as classificações de Auroux):

- I Critérios gramaticais (relativos às funções gramaticais e aos significados de classe).
  - 1 Relativo à palavra isolada:
    - 1-m: relativo aos morfemas gramaticais (morfológico).
      - 1-m-fle flexional [a] (verbo: 'tem tempos').
      - 1-m-der derivacional (particípio: 'deriva-se do verbo').
    - 1-s: relativo ao significado da classe lexical (semântico).
      - 1-s-psi psicológico [b1] (substantivo: 'manifesta a ideia de uma coisa').
      - 1-s-ont ontológico [b2] (substantivo: 'manifesta uma coisa').
      - 1-s-sem semiológico [b3] (substantivo: 'é signo de uma coisa').
      - 1-s-abs abstrato (preposição: 'manifesta uma relação').
  - 2 Relativo à relação palavra – palavra:
    - paradigmático [c31]
      - 2-par (pronomes: 'substitui uma palavra').
      - 2-s-par (pronomes: 'substitui o significado de uma palavra').
    - sintagmático [c2, c32]
      - 2-pos (artigo: 'está antes do substantivo').
      - 2-rel (conjunção: 'liga duas palavras').
      - 2-s-rel (conjunção: 'liga os significados de duas palavras').
      - 2-m-rel (preposição: 'rege um verbo').
      - 2-fun (preposição: 'manifesta uma relação de complemento').
  - 3 Relativo à relação palavra – frase:
    - 3-fun funcional [c1] (substantivo: 'está como sujeito').
    - 3-log lógico [c1] (verbo: 'manifesta afirmação').
    - 3-ana anafórico [c2] (pronomes: 'refere-se a um nome anteriormente aparecido no texto').
    - 3-rel relacional (conjunção: 'liga duas frases').
    - 3-pos posicional (interjeição: 'está em qualquer lugar da frase').
    - 3-equ equivalente (interjeição: 'corresponde a uma frase inteira').

O seguinte tem validade geral:

- m relativo aos morfemas gramaticais
- s relativo ao significado lexical
- [sem sigla] relativo à palavra como um todo

## II Critérios extragramaticais

- 1 FOR formal (interjeição: 'monossilábica').
- 2 lexicológico
  - 2.1 DER derivação (conjunção: 'pode formar com o verbo uma única palavra').
  - 2.2 ETI etimologia (preposição: 'vem de *praepositio*, "colocação antes").
  - 2.3 INV inventário (artigo: 'o e a').
  - 2.4 FRE frequência (artigo: 'frequentemente').
- 3 categorial
  - 3.1 INC inclusão (particípio: 'o particípio é um adjetivo'<sup>65</sup>).
  - 3.2 SUB subcategorias (nome: 'é substantivo ou adjetivo').
- 4 PRA pragmático (pronomes: 'representam os participantes conversacionais').
- 5 GEN genético ('foi inventado pelo homem').
- 6 EST estilístico (pronomes: 'evita repetições').
7. PON relativo à pontuação (Interjeição: 'é acompanhada por um ponto de exclamação').

Dependendo dos materiais como objeto de estudo, a lista dos critérios extragramaticais poderia certamente ser ainda alargada. Os critérios 'paraphrastique e 'didactique', usados por Auroux, não foram tomados em conta porque exemplos como «[...] un adverbe est équivalent à une préposition suivie d'un nom» (Auroux 1988b: 112) fazem parte da nossa categoria 2-par, sendo ainda de considerar os motivos didáticos subjacentes à maioria das definições ([Artigo]: «mot dont on se sert pour donner à connaître les cas» (R. Estienne)); cf. Auroux 1988b: 112; corresponderia ao nosso critério 2-m-rel). Na maioria dos casos, os critérios extragramaticais ocorrem como critérios adicionais aos gramaticais.

Exemplos dos mencionados critérios colhidos de gramáticas portuguesas, bem como latinas, espanholas e francesas:

<sup>65</sup> Este critério só é tomado em consideração quando a respetiva parte da oração for expressamente identificada como autónoma, sendo, no entanto, definida como subgrupo de uma outra parte da oração.

## I Critérios gramaticais

### 1-m-fle

VERBUM est vox particeps numeri personalis cum tempore (Sánchez de las Brozas 1587: fol. 28r).

Nome he palavra participante de Numero casual com Genero [...] (Roboredo 1619: 65).

Participio he hum nome adjectivo, que participa (do que lhe provém o nome) do verbo, de que se deriva a propriedade de mostrar tambem o tempo, em que se obra a cousa [...] (Lobato 1770: 167).

### 1-m-der:

Participio he Adjectivo derivado de Verbo, do qual participa tempo em algũas linguas (Roboredo 1619: 67).

### 1-s-psy:

Pars orationis significans mentis affectum voce incondita (Donatus 1864, IV: 366).

INTERJEIÇÃO he huma palavra, que serve para exprimir algum affecto, oo movimento do animo [...] (Fonseca 1799: 204).

### 1-s-ont:

Nomen est pars orationis, quae unicuique subiectorum corporum seu rerum communem vel propriam qualitatem distribuit (Priscianus 1855, II: 56-57).

Nome he huma voz, com que se nomeão as cousas, e suas qualidades [...] (Lobato 1770: 9).

### 1-s-sem:

*D.* Qu'est-ce que le NOM ?

*R.* Le NOM est un mot qui représente à notre esprit un objet quelconque, un être ou une chose. Le nom est l'image de cet objet, le signe de rappel de cet objet. On croit voir cet objet devant soi quand on en entend le NOM (Sicard 1799, I: 96).

NOME he huma voz, ou dicção, que se apropria a cada pessoa, ou cousa para a dar a conhecer, e differençar de outra (Fonseca 1799: 3).

### 1-s-abs:

A Conjunção he huma palavra invariavel, que serve para designar a relação de conveniencia, ou desconveniencia que descobrimos entre dous objetos[...] (Ferreira 1819: 106).

AS *Preposições* [...] servem de mostrar a connexão, e correlações, que o entendimento concebe entre dois objetos significados pelos nomes sós, ou modificados por adjectivos, ou verbos (Silva 1806: 69).

## 2-par:

Pronomen quid est? Pars orationis, quae pro nomine posita tantundem paene significat personamque interdum recipit (Donatus 1864, IV: 357).

Pronome, e hũa páрте da óraçám que se põem em lugar do próprio nome [...] (Barros 1540: fol. 15r).

## 2-s-par:

LE désir que les hommes ont d'abreger le discours est ce qui a donné lieu aux Aduerbes. Car la pluspart de ces particules ne sont que pour signifier en vn seul mot, ce qu'on ne pourroit marquer que par vne preposition & vn nom [...] (Arnauld / Lancelot 1660: 88).

Chamamos *Pronome* á palavra que se poem em lugar do *nome*, para significar o mesmo que significou o Nome [...] (Álvares 1786: 10).

## 2-pos:

Praepositio est pars orationis, quae caeteris partibus aut separata, aut cõiuncta fere praeponitur [...] (Álvares 1572: fol. 59r).

Artigo he huma palavrinha, ou particula, que se poem antes do nome (Argote 1725: 5).

## 2-rel:

Sustantivo se llama, por que está por sí mesmo, τ no se arrima a otro ninguno (Nebrija 1980: 165).

Adjectivo he o que se ajunta ao Sustantivo, sem o qual não entra na Oração [...] (Roboredo 1619: 66).

Coniunctio est pars orationis indeclinabilis, coniunctiva aliarum partium orationis, quibus consignificat, vim vel ordinationem demonstrans [...] (Priscianus 1859, III: 93).

A *Conjunção* he huma voz indeclinavel, que serve de atar duas partes da oração [...] (Álvares 1786: 33).

## 2-s-rel:

A *Conjunção* he hum som indeclinavel, que posto entre dois faz ajuntar seus significados (Bacelar 1783a: 45).

Adverbium quid est? Pars orationis, quae adiecta verbo significationem eius explanat atque inplet (Donatus 1864, IV: 362).

Chamamos *Artigos* estas brevissimas palavras que precedem os nomes, para significar os diversos modos com que fallamos do que elles significão [...] (Álvares 1786: 9).

## 2-m-rel:

A *Preposição* he hum som indeclinavel, que sendo na oração anteposto a outro, o rege *para* o caso, que deve ter [...] (Bacelar 1783a: 44).

## 2-fun:

A *Preposição* he huma das partes Conjunctivas da Oração, que posta entre duas palavras, indica a relação de complemento, em que a segunda está para a antecedente (Barbosa 1807: 121).

Nome *Adjectivo* he aquelle, que necessita d'ajuda do Substantivo, com quem concorde, para fazer completo sentido, como: *Bom, Branco* (Batista 1816: 46).

## 3-fun:

C'est le signe qui en [de la phrase, BSP] représente le sujet; c'est le *nom* [...] (Destutt de Tracy 1803, II: 86).

Nome *Substantivo* he todo aquelle que *per si pode ser sujeito da Oração* (Barbosa 1807: 5).

## 3-log:

Et c'est proprement ce que c'est le verbe, *vn mot dont le principal vsage est de signifier l'affirmation*: c'est à dire de marquer que le discours où ce mot est employé est le discours d'vn homme qui ne conçoit pas seulement les choses mais qui en juge & qui les affirme (Arnauld / Lancelot 1660: 90).

Verbo he huma palavra, que na oração *affirma* alguma cousa, como v.gr. nesta oração: *Pedro ama as virtudes*, onde a palavra *ama* he verbo porque afirma a acção, que Pedro faz de amar as virtudes (Lobato 1770: 62).

## 3-ana:

*Pronome* he aquelle que significa o que já por outro nome se acha significado; como *Eu, Este, Qual, Quem* (*Compendio* 1804: 9-10).

O *pronome* representa e traz á memoria algum nome, como, *eu, tu, elle, se, lhe, o qual, aquelle, o mesmo, etc.* (Carneiro 1820: 25).

## 3-rel:

CO*niunctio non iungit similes casus, ut inepte traditur, sed tantum iungit sententias* (Sánchez de las Brozas 1587: fol. 43v).

As *Conjunções*, ou palavras, que indicão as correlações das sentenças, e as atão entre si [...] (Silva 1806: 16).

*Conjunção* he huma parte conjunctiva da oração, que exprime as relações de *Nexo e Ordem*, que as proposições tem entre si para fazerem hum sentido total (Barbosa 1822: 346).

3-pos:

D. Qu'est-ce que les INTERJECTIONS?

R. Les INTERJECTIONS sont des monosyllabes, qu'on jette sans dessein dans la période, et qui expriment seulement les vives émotions de l'ame (Sicard 1799, II: 147).

[Particulas, BSP] Se indicação os affectos d'alma, entrecortando aquellas [orações, BSP], chamão-se *Interjeições* (Aragão 1812: 10).

## II Critérios extragramaticais

1 FOR:

As *Interjeições* sam humas particulas, pela maior parte monosyllabas, aspiradas, e exclamativas [...] (Barbosa 1807: 2).

2.1 DER:

PREposição, e hũa páрте das nóue que tê a nóssa grãmática: aquál se põem antre as outras pártes per aiütamêto ou per cõposiçã (Barros 1540: fol. 29r).

2.2 ETI:

Participium dicitur a participando, quia a nomine & verbo participat (Pereira 1672: 13).

2.3 INV:

Artigos são dois, *o, a* [...] (Batista 1816: 46).

[Preposição] Em qualquer lingua he limitado o numero dellas (Roboredo 1619: 68).

2.4 FRE:

Chamão-se *Artigos* certos adjectivos Determinativos, monosyllabos, e frequentissimos no discurso [...] (Barbosa 1807: 24).

3.1 INC:

Participio he hum nome adjectivo, que participa (do que lhe provém o nome) do verbo [...] (Lobato 1770: 167)

3.2 SUB:

O Nome ou he Substantivo ou Adjectivo [...] (Casimiro 1811: 12).

4. PRA:

[*je - tu - il*, BSP] [...] ces mots ne représentent point proprement, ne peignent point toutes ces personnes et ces choses; ils ne nous apprennent rien d'elles, que leur rapport avec l'acte de la parole [...] (Destutt de Tracy 1803, II: 82).

Os Pronomes são palavras que exprimem as pessoas que figurão no discurso [...] (Sousa 1804: 43).

## 5 GEN:

[Interjeições]: Ellas compõem a linguagem primitiva, que a natureza ensina a todos os homens quando nascem [...] (Barbosa 1807: 2).

## 6. EST:

Comme les hommes ont esté obligez de parler souvent des mesmes choses dans mesme discours, & qu'il eust esté importun de repeter tousiours les mesmes noms, ils ont inuenté certains mots pour tenir la place de ces noms, & que pour cette raison ils ont appellé *Pronoms* (Arnauld / Lancelot 1660: 59).

Os Pronomes são palavras que exprimem as pessoas que figurão no discurso, e as coizas determinadas por outras palavras, a que os pronomes se referem quando se fala, para evitar a repetição das mesmas palavras antecedentes (Sousa 1804: 43).

## 7. INT:

Quando se-quer expressar rápidamente uma dôr, uma paixão, &c. faz-se uso d'um só vocabulo, em aparência, mas em realidade mais, que vocábulo; que os *Gramáticos* denominam *Interjeição*; pospondo-se-lhe o ponto d'admiração (!) [...] (Melo 1818: 62-63).

Abstraindo dos problemas acima mencionados, a atribuição aos critérios individuais muitas vezes é dificultada por não se poder captar claramente o conceito de 'definição'. Ao passo que as gramáticas escolares tradicionais (Donato, Prisciano) e as obras por elas diretamente influenciadas (por exemplo, Nebrija, mas também ainda Arnauld / Lancelot e muitos dos seus sucessores) colocam, no início dos capítulos, definições breves, inequívocas, originalmente concebidas para serem aprendidas de cor, em autores de orientação mais claramente explicativa (por exemplo, Sánchez de las Brozas ou Beauzée), as definições muitas vezes só com dificuldade se podem isolar e delimitar no texto. É teoricamente possível que um autor, no que se pode isolar como sendo a definição propriamente dita, use apenas um critério, acrescentando, porém, outros no decurso da descrição. Em segundo lugar, surgem problemas devido à 'redistribuição' das partes da oração. Em princípio, procedemos de maneira a que as definições também possam ser tomadas em consideração mesmo se uma parte da oração for tratada como subgrupo de outra (por exemplo, o substantivo e o adjetivo como subgrupo do nome). No caso de modificações mais complexas como, por exemplo, a divisão dos pronomes por substantivos e adjetivos, manteve-se, como ponto de partida, o esquema clássico e, por exemplo, nos pronomes, tomaram-se em consideração não só as definições de 'adjetivos articulares', mas também as dos pronomes pessoais como subgrupo dos nomes (por exemplo, Silva 1806, cf. 4.5.2.2.3).

## 4.5.2 Sistemas das partes da oração: número das partes da oração e classificação *grosso modo*

### 4.5.2.1 Problemas metódicos do estudo comparativo dos sistemas de partes da oração

«It would seem a simple matter to identify the system of classification used by each grammarian, and to record the variety of systems used by them all. But there are difficulties», escreve Michael (1970: 201) a propósito dos sistemas de partes da oração nas gramáticas inglesas mais antigas. Estas dificuldades também são de esperar nas gramáticas portuguesas e dizem respeito a contradições e falta de clareza da exposição dos autores.

Na contagem das partes da oração há, em princípio, três possibilidades:

- 1.º De forma introdutória, o autor menciona o número e o nome das partes da oração, procedendo, eventualmente, a uma classificação *grosso modo* e dedica um capítulo próprio a cada uma das partes da oração postuladas (é assim que faz, por exemplo, João de Barros).
- 2.º Como no ponto 1.º, mas a disposição dos capítulos diverge da divisão postulada porque
  - a) mais categorias do que as que foram anunciadas são tratadas de forma separada,
  - b) categorias que tinham sido anunciadas como autónomas acabam por ser tratadas como subcategorias de outras partes da oração.Nestes casos, consideramos, como Michael (1970: 202), a contagem explícita como sendo prioritária – por exemplo: no caso a), o particípio não é contado como parte da oração própria, mesmo que lhe seja dedicado um capítulo com a respetiva definição.
- 3.º O autor não apresenta nenhum esquema introdutório, somente é feita uma categorização implícita através da disposição dos capítulos.

Dentro das categorias distinguidas, explícita ou implicitamente, pode em todo o caso ser ainda feita uma classificação adicional segundo as subcategorias (por exemplo, *nome substantivo* vs. *adjetivo*), que, aliás, não terá importância para a contagem.

Do número divergente de categorias resulta, forçosamente, um conteúdo distinto: se, por exemplo, a maioria das palavras tradicionalmente

classificadas como 'pronomes' é incluída na categoria dos 'adjetivos', o resultado deixa de corresponder à categoria tradicional do 'adjetivo'.

Disparidades terminológicas (cf. Michael 1970: 207) – na medida em que não resultem da incorporação em outras categorias (por exemplo, 'adjetivos articulares' em vez de 'pronomes') – são relativamente raras entre os autores portugueses; normalmente são usados os termos adaptados da gramática latina (lat. '*nomen substantivum*' > port. 'nome substantivo', etc.).

#### 4.5.2.2 Os sistemas de partes da oração nas gramáticas portuguesas

Comparando os sistemas de partes da oração das gramáticas existentes, podem reconhecer-se três tradições:

1. O sistema clássico de oito categorias ou octádico (protótipo: Donato / Prisciano) e suas variações.
2. O sistema de três categorias ou triádico (protótipo: Sánchez de las Brozas) e as suas variações.
3. Os sistemas da *Grammaire Générale* francesa.

##### 4.5.2.2.1 O sistema clássico de oito categorias e as suas variações

Foi a tradição da gramática escolar latina que proporcionou um sistema pré-existente de oito partes da oração às primeiras gramáticas das línguas vulgares:

Nome (*substantivum* e *adjectivum*)  
 Pronome  
 Verbo  
 Advérbio  
 Particípio  
 Conjunção  
 Preposição  
 Interjeição

Por sua vez, os gramáticos romanos que estão na origem da formação deste paradigma tradicional tinham adotado o sistema grego canónico, substituindo, aliás, a categoria '*ἄρθρον*' [arthron], o artigo, pela categoria da interjeição, uma vez que o latim, como se sabe, não possui nenhum artigo no sentido do grego ou das línguas românicas.

É surpreendente que apenas um único dos autores portugueses, Jerónimo Contador de Argote (1725: 5), adote este modelo sem

modificações: não concede ao 'artigo' uma parte da oração própria, abordando-o no capítulo do nome. Depois desta data, mais nenhum autor recorre a este sistema em Portugal, ao passo que, em Espanha, ainda há um exemplo isolado em 1778 (cf. Gómez Asencio 1981: 99).

A categoria 'artigo' é já introduzida por João de Barros, que desta maneira combina o sistema latino com o grego, isto é, adota a categoria latina 'interjeição', mantendo, porém, o 'artigo' grego (cf. Gómez Asencio, 1981: 96):

Nome  
 Pronome  
 Artigo  
 Verbo  
 Advérbio  
 Participio  
 Conjunção  
 Preposição  
 Interjeição

Barros tem consciência desta circunstância, ao escrever:

Assy que podemos daquy entêder, ser a nóssa linguágem cõpósta destas noue pârtes: Artigo, que ẽ próprio dos Graegos e Hebreus, Nome, Pronome, Verbo, Aduérbio, Participio, Cõiunçam, Preposiçam, Interieçam, que tem os latinos (Barros 1540: fol. 2v).

Chama a atenção o facto de Barros, aqui, não seguir o seu modelo Nebrija. Este último autor tinha partido do sistema grego (com o artigo, mas sem a interjeição, que nele é contada entre os advérbios), alargando-o com as categorias '*gerundio*' e '*nombre participial infinito*'. Ao adotar o artigo e ao manter a interjeição de Donato e de Prisciano, deixando de lado as restantes inovações de Nebrija – que, em grande parte, também não tiveram ressonância na gramática espanhola (cf. Ramajo Caño 1987: 51) –, Barros chega a um sistema que pode ser reencontrado em diversos gramáticos até ao fim do período aqui estudado (Lobato 1770; Álvares 1786; Casimiro 1792; Fonseca 1799; Batista 1816 e Ferreira 1819).

Dentro das suas nove categorias das partes da oração, Barros estabelece uma hierarquia que igualmente não se encontra em Nebrija, pois compara as partes da oração com as figuras de um jogo de xadrez:

E como pera o iogo de enxedrez se requerẽ dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra, e que cada hũ delles tenha suas peças póstas em casas próprias e ordenádas, com leyes do que cada hũa deue fazer (segundo o oficio que lhe foy dádo: ) assy

todalas linguágêes tem dous reis, diferentes em gênero, & concordes ã officio: a hũ chamã Nome, e ao outro, Vêrbo. Cada hũ destes reyes tẽ sua dama, à do nome chamam Pronome, & à do uêrbo, Auêrbio. Participio, Artigo, Coniunçam, Interieçã, sam peças e capitães principaes que de baixo de sua iurdiçam tẽ muita pionágem de dições, com que comũmẽte sêruem a estes dous poderósos reyes, Nome, & Vêrbo (Barros 1540: fols. 2r-v).

Que nome e verbo, sujeito e predicado da lógica, sejam considerados como partes da oração elementares, como 'reis' desde a Antiguidade (cf. Aurox 1984b: 12), é ainda facilmente compreensível na perspectiva de hoje. O motivo por que Barros, porém, considera o pronome e o advérbio como 'damas' do jogo de xadrez já não é evidente, uma vez que são tão dispensáveis ou indispensáveis como as restantes partes da oração e desempenham diversas funções na frase.

Segundo Ramajo Caño (1987: 52), o primeiro exemplo de um sistema de nove partes no sentido de Barros em Espanha é o chamado *Anónimo de 1555 (Vtil y breve institution para aprender los principios y fundamentos de la lengua Hespañola, Lovaina, 1555)*. Mantém-se, porém, raro até ao século XVIII (tão raro que Gómez Asencio 1981: 96 não conhece outro exemplo anterior a 1769) e só chega a impor-se com a *Gramática de la Lengua Castellana* da *Real Academia Española* de 1771 (*GRAE* 1771; cf. Gómez Asencio 1981: 96).

Pelo que respeita à ordem das categorias das partes da oração, no capítulo inicial acima citado, Barros tinha colocado o artigo em primeiro lugar, tratando-o, porém, dentro do texto, entre o nome e o pronome (Barros 1540: 15). Lobato (1770) também coloca a parte da oração 'artigo' à frente das outras na 'etimologia', um procedimento que, até então, era manifestamente desconhecido na gramaticografia espanhola, encontrando-se, porém, na francesa desde 1747, na obra do Abbé Girard (1747: 44). É difícil decidir se Lobato o tomou como modelo, se a ordem teórica de Barros talvez tenha desempenhado um papel ou se ainda outras razões levaram Lobato a eliminar a posição clássica do nome à cabeça da lista, justamente com a categoria pouco estabelecida do 'artigo' (que falta nos seus antecessores Roboredo 1619; Pereira 1672 e Argote 1725). De qualquer modo, esta ordem volta a encontrar-se em Casimiro (1792), Batista (1816) e Ferreira (1819); os outros três autores apresentam a ordem nome, pronome, artigo, tal como Nebrija (1492) e a *GRAE* (1771), mas ao contrário de Barros (1540).

Em outros três autores, o sistema clássico volta a ser modificado: Sousa (1804) procede – pela primeira vez na história da gramática portuguesa – a uma divisão do nome em substantivo e adjetivo (*vide*

*infra*), mantendo, porém, as restantes categorias, pelo que chega assim a um total de dez partes da oração.

Carneiro (1820) mantém as categorias de todas as partes da oração indeclináveis, bem como do verbo, mas reúne, em primeiro lugar, substantivos, adjetivos, pronomes e artigos numa única categoria 'nome'. Esta categorização faz lembrar o sistema triádico modificado de Roboredo (4.5.2.2.2), mas com a importante diferença de os participios serem abrangido pelos verbos, em vez dos nomes, e de as interjeições possuírem estatuto de partes da oração. No texto, o gramático dedica capítulos autónomos aos pronomes e aos artigos, de maneira que não se pode constatar qualquer diferença em relação ao sistema modificado de oito partes.

Lobato (1770: 7) é o primeiro dos gramáticos portugueses a proceder a uma distinção entre partes da oração declináveis e indeclináveis que, posteriormente, volta a encontrar-se em Sousa (1804: 30) e Ferreira (1819: 7). Esta subdivisão já se pode comprovar em Diomedes (Ramajo Caño 1987: 53), bem como em Prisciano, nos Modistas, em Scalígero e em Beauzée, entre outros (cf. Kaltz 1983: 47).

Uma variante ligeiramente modificada do sistema clássico das partes da oração predomina até hoje nas chamadas gramáticas tradicionais da língua portuguesa (e de outras línguas europeias<sup>66</sup>): em Vázquez Cuesta / Luz (1980), Cunha / Cintra (1992) e Hundertmark-Santos Martins (1982), por exemplo, distingue-se, naturalmente, entre substantivo e adjetivo, e o participio não conta como parte da oração própria; mas estas são, excetuando a inclusão de uma categoria suplementar de 'numeral' nas duas últimas obras referidas, as únicas divergências relativamente à categorização de João de Barros.

#### 4.5.2.2.2 O sistema de três categorias e as suas modificações

Uma tripartição das partes da oração (em ὄνομα [onoma], ῥῆμα [rhema] e σύνδεσμοι [syndesmoi], isto é, nome, verbo e as restantes partes, cf. Robins 1979: 26) já se pode reconhecer na *Rhetorica* de Aristóteles (em *De interpretatione*, inversamente, o estagirita limita-se ao nome e ao verbo, cf. Ramajo Caño 1987: 50), entrando depois na tradição gramatical hebraica e árabe (cf. Breva-Claramonte 1983: 85). Na sua gramática hebraica de 1506, Johannes Reuchlin (1455-1522) distingue nome (incluindo o pronome e o participio), verbo e partículas (incluindo o advérbio, a conjunção, a preposição e a interjeição) (Robins 1979: 96).

<sup>66</sup> Sobre o espanhol cf. Ramajo Caño (1987: 54-56).

Ao invocar o árabe e o hebraico, é exatamente esta divisão que Sánchez de las Brozas (1587: fol. 10r) postula na sua *Minerva*:

Sunt autem haec trina, nomen, verbum, particulae.

Ou seja, o Brocense apresenta-nos a seguinte sequência (cf. Brevia-Claramonte 1983: 100):

Nome (*nomen*)  
 Verbo (*verbum*)  
 Partículas (*particulae*)

O Brocense é talvez o mais conhecido, mas não o primeiro autor que aplica o sistema triádico a uma língua europeia. Ramajo Caño (1987: 53) refere que este já é usado na gramática latina *Introductiones grammaticas: breues i compendiosas* (1533), escrita em espanhol por Bernabé de Busto, bem como na *Gramatica castellana* (1558) de Cristóbal de Villalón. Considera que possível Sánchez de las Brozas possa ter conhecido Busto, mas Ramajo Caño (1987: 53) observa, com toda a pertinência, que o Brocense também pode ter chegado ao seu sistema tripartido ao desenvolver e alargar a distinção 'variável – invariável' das gramáticas tradicionais. Também o sistema quaternário de Varrão, bem como o sistema triádico de Dion, por ele citado, são de tomar em consideração como fontes.<sup>67</sup>

Não é, porém, necessário retroceder até à Antiguidade para se encontrar um exemplo de um sistema tripartido anterior a Sánchez de las Brozas: até agora tem sido pouco tomado em conta o sistema do espanhol Juan de Pastrana, no *Thesaurus pauperum*, uma gramática de latim que, de acordo com Verdelho (1995: 60), surgiu por volta de 1485, sendo impressa em Portugal pela primeira vez em 1497, e que gozou de larga divulgação<sup>68</sup> (cf. Anselmo 1981: 318-319 e Verdelho 1995: 90-97). No início da edição de 1497, pode ler-se o seguinte:

<sup>67</sup> A divisão em quatro partes da oração, feita por Varrão, assenta no critério da presença ou ausência dos casos ou dos tempos: «[...] dividitur oratio secundum naturam in quattuor partis, in eam quae habet casus et quae habet tempora et quae habet neutrum et in qua est utrumque» (Varro 1885: 179; cf. Michael 1970: 48 e Padley 1976: 28). Relativamente ao gramático Dion (cf. Brevia-Claramonte 1983: 251), Varrão refere-se também a um sistema tripartido: «[...] partes orationis sunt duae si item ut Dion in tris dividerimus partes res quae verbis significantur, unam quae adsignificat casus, alteram quae tempora, tertiam quae neutrum» (Varro 1885: 168-169; cf. Ramajo Caño 1987: 53).

<sup>68</sup> Cf. Anselmo (1981: 319): «Manual básico para aprendizagem do latim, os seus ensinamentos foram seguidos, sob a forma de 'livro único' e apesar de algumas

Partes orationis quot sunt? Quatuor. Que sunt? Litera, syllaba, dictio & cōstructio. Quot sunt dictōes? Tres. Que? Nomē, verbū, adverbīū. Quid est nomē? Quod declinat[ur] p[er] casus. Verbū? Quod declinat[ur] sine casibus. Adverbīū? Quod nō declinat[ur] (Pastrana / Rombo 1497: fol. 2r; cf. também Anselmo 1981: 320).<sup>69</sup>

Na história das gramáticas portuguesas, o sistema das partes da oração de Sánchez de las Brozas é reproduzido, pela primeira vez, por Roboredo, em 1619, embora não como o genuíno sistema de 'três' partes, mas antes como uma sua variante, em que as 'partículas' são divididas em posições, advérbios e conjunções:

Nome  
Verbo  
Advérbio  
Preposição  
Conjunção

Mantêm-se os restantes desvios de Sánchez de las Brozas relativamente à tradição clássica:

- O pronome e o particípio são encarados como subgrupos do adjetivo (Roboredo 1619: 66-67; cf. Breva-Claramonte 1983: 223<sup>70</sup>).
- A interjeição não é uma parte da oração independente (cf. Breva-Claramonte 1983: 117). Tal como fazem os gregos e também Nebrija (cf. Ramajo Caño 1987: 207), Roboredo conta as interjeições implicitamente entre os advérbios («Algũs Adverbios significão paixões do animo [...]», Roboredo 1619: 70), ao passo que o Brocense lhes nega, categoricamente, o estatuto de parte da oração («Interiectionem non esse partem orationis sic ostendo [...]», Sánchez de las Brozas 1587: fol. 11r).

---

resistências, por várias gerações de mestres e alunos, mesmo depois do aparecimento da arte de Nebrija (Salamanca, 1481). Ainda em 1525, quando a crítica aos métodos de Pastrana granjeava já adeptos fervorosos, os prelectores da cadeira de gramática continuam a usar o velho Compendio em paralelo com o de Nebrija [...]. Veja-se 2.2.3.

<sup>69</sup> Sem referência ao Brocense, o sistema tripartido de Pastrana é brevemente mencionado por Bonmatí Sánchez (1989: 389).

<sup>70</sup> Aqui, o Brocense recorre igualmente à forma como argumento: «When he states that adjectives and participles are nouns, his justification rests upon the fact that they are all inflected for case and number» (Breva-Claramonte 1983: 222).

O artigo não é igualmente considerado como categoria autónoma (Roboredo 1619: 2), o que em Sánchez de las Brozas se explica, naturalmente, por causa do latim ser a língua objeto.

É de presumir que o modelo de Roboredo para a divisão em cinco partes da oração não tenha sido diretamente a *Minerva*, mas sim o anexo da edição de 1587, intitulado *De partibus orationis*, ou a *Grammatica latina*, contida na edição de 1595 (cf. Michael 1970: 53). Estas gramáticas de orientação prática distinguem seis em vez de três partes da oração, isto é, o participio que, na *Minerva*, é contado entre os nomes, é isolado, ao passo que as partículas se distinguem em preposições, advérbios e conjunções. Veja-se o comentário de Michael a respeito do sistema tripartido:

The pronoun and the interjection are still denied the status of parts of speech, but the category of particle has not stood up to the practical requirements of a detailed teaching grammar and, as it so often dies in the English grammars, has had to divide into its constituent parts (Michael 1970: 53).

O próprio Roboredo poderá, portanto, ter modificado o sistema triádico por motivos didáticos, ou como concessão à própria tradição, ou poderá ter adotado o sistema hexádico das *Partes orationis* ou da *Grammatica latina* (aliás reduzida pela eliminação do participio). Além disso, há uma concordância notável com o sistema pentático do espanhol Bartolomé Jiménez Patón (1569-1640; *Institvciones de la gramatica española*, 1614), presumivelmente também influenciado pelo Brocense (cf. Ramajo Caño 1987: 54-55).

Sánchez de las Brozas tinha fundamentado a sua divisão, que se afasta do sistema clássico, com razões semânticas; a estrutura morfossintática servia para confirmar a análise semântica (cf. Breva-Claramonte 1983: 222).<sup>71</sup> Em Roboredo, omite-se o aspeto semântico e não é dada qualquer justificação para o sistema escolhido.

A ordem das partes da oração de Roboredo é invulgar: a preposição encontra-se entre o nome (portanto: substantivo, adjetivo, pronome e participio) e o verbo. Poderá ser responsável por esta circunstância o facto de a preposição, tal como o nome, ser definida através do caso («Nome he palavra participante de Numero casual com Genero [...]», Roboredo 1619:

---

<sup>71</sup> Observe-se que as definições das partes da oração de Sánchez de las Brozas não são nem semânticas nem funcionais; cf. Schäfer (1990: 65-66).

65; «Preposição he palavra, que carece de Numeros, & rege Casos [...]» Roboredo 1619: 68).<sup>72</sup>

O primeiro verdadeiro sistema tripartido encontra-se em Bento Pereira (1672), que – embora seja, em muitos aspetos, um fiel seguidor do seu confrade jesuíta Manuel Álvares – não se atém ao sistema octádico do seu modelo (Álvares 1572: fol. 47v), mas distingue, embora de forma implícita, três partes da oração através da divisão dos capítulos intitulados *classes*:

nome (*Nomina*).

verbo (*Verba*).

[restantes] (*Dictiones absolute acceptae (quae nec sunt nomina, nec verba)*)

À primeira classe pertencem os substantivos e os adjetivos e ainda, como subclasses («[...] *quae nominis naturam imitantur* [...]», Pereira 1672: 13), os participios e os pronomes. O artigo, sem capítulo próprio, é mencionado como 'partícula' (Pereira 1672: 11). Sem fundamentação mais detalhada, os advérbios e, juntas numa única subclasse, as preposições, as conjunções e as interjeições pertencem à terceira classe.

Face ao antagonismo que, aparentemente, já terá existido no século XVII entre as gramáticas de Álvares e de Sánchez de las Brozas (cf. Schäfer 1993e), o Brocense parece ser, aqui, improvável como fonte direta. O sistema das partes da oração de Varrão (não o de Dion) é analisado em Álvares (1572: fols. 47v-48r) e deveria, por isso, ser conhecido por Pereira; além disso, ele pode, naturalmente, ter também consultado o próprio Varrão. Mas a influência de Pastrana também é, perfeitamente, de tomar em consideração.

Os sistemas tripartidos voltam a encontrar-se em várias gramáticas portuguesas do século XIX. Entre os autores não há unanimidade, especialmente no que concerne à classificação do artigo, que desde Lobato (1770) era geralmente aceite como categoria. É assim que Figueiredo (1799) alarga simplesmente o sistema tripartido com a categoria 'artigo', chegando desta maneira a quatro partes da oração. No *Compendio* anónimo de 1804, o artigo é tratado na categoria 'partícula'. Casimiro (1811), porém, conta o artigo entre o nome, o que é coerente face à definição «*Nome* he toda a palavra Declinavel [...]» (Casimiro 1811: 11); às partículas chama 'advérbios' (esta é também a terminologia de Pastrana). Aragão (1812) usa, é certo, o termo 'partículas' para a sua

<sup>72</sup> Ambas as definições foram traduzidas literalmente das *Partes orationis* de Sánchez de las Brozas (1587: fol. 3r), onde a preposição, aliás, está colocada entre o participio e o advérbio.

terceira parte da oração ao lado do nome e do verbo, mas inclui nestas partículas, para além do artigo, também os pronomes e os participios, afastando-se assim consideravelmente do modelo de Sánchez de las Brozas / Pereira. Aragão, ao fazer corresponder o nome com a substância, o verbo com o 'modo' e as partículas com as relações, está a utilizar as categorias aristotélicas para fundamentar o seu sistema tripartido:

Tudo quanto existe no mundo, e que pôde servir de objecto aos nossos conhecimentos, ou são *Substancias*, ou *Modos*, ou *Relações*.

*Substancia*, sujeito, ou cousa he tudo quanto existe com existencia *real*, ou *mental*. *Modo* he a maneira de existir a substancia. *Relações* são os respeitos, ou pontos de vista, em que estão os Modos, ou Substancias humas com as outras.

Tres palavras por tanto indicão a essencialidade da Oração: *Nome*, *Verbo*, e *Particulas*. O *Nome* designa a substancia, e seus predicados. O *Verbo* designa seus Modos, Acções, ou Existencia. E as *Particulas* designão as suas Relações, ou respeitos (Aragão 1812: 9).

No entanto, Aragão usa estes conceitos num sentido diferente do de Aristóteles<sup>73</sup> ou do seu tradutor português Silvestre Pinheiro Ferreira (1814: 2-3). Para o estagirita, a 'substância' refere-se só a substantivos (assim também Aragão na sua definição do nome; *vide infra*) e 'relação' designa um estado de coisas completamente diferente, de carácter lexical («Relação. Exemplo: *Dobrado, Metade, Maior*», Ferreira 1814: 3 da «Segunda parte»). Os verbos são classificados nas categorias 'acção permanente', 'acção transeunte' e 'paixão' (Ferreira 1814: 3 da «Segunda parte»).

Não é possível descobrir modelos diretos para a argumentação de Aragão. De qualquer modo, não se encontram entre os representantes proeminentes da *Grammaire Générale*, pelos quais Aragão se orienta, como ele próprio observa na «Prefação» (Aragão 1812: 3). Pode constatar-se, aqui, um paralelismo com Ribeiro (1819), que também usa categorias aristotélicas para fundamentar a sua divisão das partes da oração, embora de maneira diferente (cf. 4.5.2.2.3).

<sup>73</sup> «Τῶν κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγομένων ἕκαστον ἤτοι οὐσίαν σημαίνει ἢ ποσὸν ἢ ποιὸν ἢ πρὸς τι ἢ πού ἢ ποτὲ ἢ κείσθαι ἢ ἔχειν ἢ ποιεῖν ἢ πάσχειν. ἔστι δὲ οὐσία μὲν ὡς τύπῳ εἰπεῖν οἶον ἄνθρωπος, ἵππος· ποσὸν δὲ οἶον δίπηχυ, τρίπηχυ ποιὸν δὲ οἶον λευκόν, γραμματικόν· πρὸς τι δὲ οἶον διπλάσιον, ἡμισυ, μεῖζον [...] (Aristoteles 1962: 16-18) [Ton kata medemian symploken legomenon hekaston etoi ousian semainei e poson e poion e pros ti e pou e pote e keisthai e echein e poiein e paschein. Esti de ousia men hos typo eipein oion anthropos, hippos, poson de oion dipechy, tripechy, poion de oion leukon, grammatikon, pros ti de oion diplasion, hemisy, meizon]. Cf. Brøndal (1948: 78). O pensamento neo-aristotélico foi divulgado em Portugal, no início do século XIX, através dos escritos de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) (cf. Gomes 1977: 17).

Outro sistema tripartido está fora da tradição apontada: Bacelar (1783a) leva a cabo uma tentativa de distinguir três partes da oração de acordo com as suas funções na frase:

Agente, ou Nominativo (Bacelar 1783: 46)

Acção, ou Verbo (Bacelar 1783: 54)

Accionado, Paciente ou Caso (Bacelar 1783: 103)<sup>74</sup>

Ao proceder assim, descursa, por completo, as diferenças entre a parte da oração, a parte da frase e o caso (cf. Woll 1994a: 658), de modo que a terceira parte da oração, além de 'agente' (aproximadamente: o substantivo e o adjetivo no nominativo, sujeito) e de 'ação' (aproximadamente: o verbo, o predicado), acaba por ser o 'accionado' (aproximadamente: o objeto) – nas frases apresentadas como exemplo, é um substantivo que deve estar no acusativo<sup>75</sup> (Bacelar 1783a: 103-104). Todas as outras partes da oração são consideradas como «[...] *Adjuntos extrinsecos ao Nome* (que em recto se chama agente, ou nominativo) [...]» (Bacelar 1783a: 41). Os 'adjuntos intrínsecos' são as tradicionais flexões 'acidentais' número, género e caso. Aparentemente, a intenção de Bacelar era de construir a descrição gramatical que não assentasse nas partes da oração, como era usual, mas sim na frase (que aliás não é a proposição lógica da *Grammaire Générale*, cf. 4.6.4), mas a deficiência na delimitação de parte da oração, parte da proposição e caso (que, de resto, se encontra, tendencialmente, em muitos autores) torna a exposição incoerente.

<sup>74</sup> Os termos *agent*, *acte* e *patient* também são usados por Harris (1796: 249): «De plus, comme tout acte est une espèce de milieu entre l'agent et le patient, ces trois choses, l'agent, l'acte et le patient, se lient avec la même facilité, comme lorsque nous disons, *Alexandre vainquit Darius*. Ce sont ces sortes de liaisons naturelles qui ont donné lieu à la règle, que le nominatif régit le verbe, et que l'accusatif est régi par lui». Também aqui não se distingue, inequivocamente, entre o denotatum e a parte da frase. Caso Harris tenha sido, de facto, a fonte direta de Bacelar, o uso dos conceitos 'nominativo' e 'acusativo' poder-se-ia explicar como um mal-entendido da fonte.

Note-se, aliás, que Bacelar, ainda não podia ter acesso a uma tradução francesa do *Hermes*, pelo que oferecemos o texto original da primeira edição de Harris (1751: 263): «Nay, as every Energy is a kind of Medium between its Agent and Patient, the whole three, *Agent*, Energy, and *Patient*, co-alesce with the same facility; as when we say, *Alexander conquers Darius*. And hence, from these *Modes of natural Co-alescence*, arises the *Grammatical Regimen of the Verb by its Nominative, and of the Accusative by its Verb*».

<sup>75</sup> A mistura dos conceitos de 'parte da frase' e de 'caso' é característica das exposições da sintaxe que se encontram na gramática tradicional (cf. 4.6.5).

Como se referiu, os gramáticos espanhóis desde cedo adotaram o sistema triádico, mas parece que este, mais tarde, terá caído no esquecimento: entre 1771 e 1847, Gómez Asencio (1981: 103) refere somente um único autor, Salvá, que o menciona elogiosamente, acabando, porém, por orientar-se pelo sistema clássico.

#### 4.5.2.2.3 Sistemas da *Grammaire Générale* francesa

As várias gramáticas que se contam entre a *Grammaire Générale* francesa (cf. Porset 1977) estão longe de ser homogêneas no que toca à divisão das partes da oração. Entre a *Grammaire générale et raisonnée* de Arnauld e Lancelot e o volume dedicado à *Grammaire* por Destutt de Tracy (1803, II), por exemplo, não há, praticamente, pontos em comum.<sup>76</sup> Todavia, foram-se constituindo algumas características específicas desde aproximadamente meados do século XVIII (*Encyclopédie, Grammaire générale* de Beauzée):

- O '*nomen adiectivum*' é separado do '*nomen substantivum*'. Segundo consenso geral (cf. Joly 1976: 423), o primeiro autor que leva a cabo esta separação é o Abbé Girard (1747: 217, 365). Seguem-se-lhe, por exemplo, Beauzée (1767: I: 234) e Condillac (1775: 119). A inovação não se limita às obras que foram influenciadas pela *Grammaire Générale*, mas é adotada por todos os autores portugueses que usam sistemas da *Grammaire Générale*.
- Os artigos e uma parte dos pronomes (demonstrativos, etc.) tornam-se uma subcategoria da categoria 'adjetivo'. Este procedimento encontra-se, por exemplo, em Dumarsais e Beauzée (cf. Auroux 1989a: 69,

<sup>76</sup> Nas partes da oração, Arnauld / Lancelot (1660: 89) distinguem as que significam '*objets de pensée*' (nomes, artigos, pronomes, preposições, advérbios) e as que significam '*manières des pensées*' (verbos, conjunções, interjeições). Esta posição encontra-se também, ligeiramente modificada, em Dumarsais, que não conta, aliás, o artigo e a preposição entre as '*idées ou objets de nos pensées*', mas sim entre as '*vues de l'esprit*' (Joly 1976: 416). Beauzée (1767, I: 234) distingue as partes discursivas (nomes, pronomes, adjetivos, verbos, preposições, advérbios – ambos os últimos '*mots supplétifs*' – e conjunções) da parte da oração 'afectiva': a interjeição. Em Condillac (1775: 119), o número das partes da oração é reduzido para quatro (substantivos, adjetivos, preposições e *être*). Destutt de Tracy (1803, II: 44) distingue entre as interjeições, consideradas geneticamente primárias («[...] signifient à eux seuls, deux idées et un jugement [...]»), os nomes, incluindo os pronomes («[...] représentent à eux seuls, une idée complète et unique») e as restantes partes da oração (verbos, 'adjectifs articulaires', preposições, advérbios, conjunções e 'conjonctifs': 'ne signifient pas même une idée tout entière').

Schäfer 1993b: 60). Beauzée (1767, I: 272-273) limita a categoria 'pronome' aos pronomes pessoais. Condillac (1775: 111) nem sequer contempla a categoria 'pronome'; os determinativos, incluindo o artigo, são incluídos também nos adjetivos.<sup>77</sup> Para Destutt de Tracy (1803, II: 82), tal como para Beauzée, só os pronomes pessoais é que são autênticos pronomes, os restantes pertencem aos '*adjectifs déterminatifs*' (Destutt de Tracy 1803, II: 102).

- A categoria 'advérbio', uma classe relativamente bem estabelecida na tradição greco-latina (cf. Gómez Asencio 1981: 218), é posta em causa. Arnauld / Lancelot (1660: 88) escrevem o seguinte acerca dos advérbios: «car la pluspart de ces particules ne sont que pour signifier en vn seul mot, ce qu'on ne pourroit marquer que par vne préposition & vn nom», mas apesar disso mantêm uma categoria própria 'advérbio'. Esta definição difunde-se e fornece a base para a eliminação da categoria 'advérbio', tal como acontece com Condillac (1775: 127).
- A categoria 'particípio' é omitida. Isto não pode ser considerado como uma inovação da *Grammaire Générale* francesa (cf. Gómez Asencio 1981: 313-314), pois encontra-se em todos os autores importantes desta corrente desde Arnauld / Lancelot (1660).<sup>78</sup>

É desde Silva (1806) que uma série de autores recorre a sistemas das partes da oração que, pelas características mencionadas, se distinguem marcadamente tanto do sistema clássico, como do tripartido. Estes contêm cinco a oito categorias:

<sup>77</sup> Condillac (1775: 141-142) chama a estes adjetivos '*des adjectifs qui déterminent une idée*' em oposição a '*des noms adjectifs qui développent ou qui expliquent une idée*'. O estatuto dos pronomes pessoais não se torna muito claro: são apresentados sob o título «*Des noms de personnes considérés comme sujets d'une proposition*» (Condillac 1775: 163).

<sup>78</sup> O caráter inovador do sistema da *Grammaire Générale* é tematizado por Barbosa (1822: 107): «Comtudo muitos Grammaticos e os nossos especialmente não contão os *Adjectivos* como especie separada do nome, e contão os *Pronomes*, *Artigo*, *Participios*, e *Adverbios* como partes elementares de especie diferente da dos adjectivos e preposições».

Silva (1806)	Albuquerque (1820)
Substantivo	Substantivo ( <i>Nome</i> )
<i>adjetivos articulares</i>	Adjetivo
<i>adjetivos atributivos</i>	Verbo
Verbo	Advérbio
Advérbio	Preposição
Preposição	Conjunção
Conjunção	Interjeição
Interjeição	
Barbosa (1807) / Ribeiro (1819) / Barbosa (1822)	Melo (1818)
Substantivo	Substantivo
Adjetivo	Adjetivo
Verbo (Barbosa 1822: <i>verbo substantivo</i> )	Verbo
Preposição	Preposição
Conjunção	Conjunção
Interjeição	

Silva efetua uma diferenciação entre substantivos e adjetivos, subdividindo os adjetivos ainda em 'articulares' (os quais abrangem, para além do artigo, uma série de pronomes que hoje seriam designados como 'determinadores') e atributivos', os adjetivos qualificativos propriamente ditos. Sem dúvida, esta distinção deriva da *Grammaire Générale* francesa (*vide supra*). A categoria 'particípio' não ocorre em Silva, sendo que as respetivas formas se encontram tratadas no capítulo do 'verbo'.

O sistema de Albuquerque (1820) só se distingue do de Silva na medida em que os 'adjetivos qualificativos' e 'determinativos', que correspondem aos 'atributivos' e 'articulares' de Silva, são reunidos numa só categoria.

Barbosa (1807: 23, 39 e 1822: 127, 141) chama aos dois grupos de adjetivos 'explicativos / restritivos' e 'determinativos', Ribeiro (1819: 60) chama-os 'qualificativos' ou 'atributivos' ('restritivos' / 'explicativos') e 'determinativos / articulares' e Melo (1818: 75) 'atributivos' e 'articulares'. Apesar desta variedade terminológica, todos os autores seguem o mesmo princípio: o artigo e o pronome (excetuando os pronomes pessoais) são classificados como '*adjetivos articulares / determinativos*'.

Com o abandono explícito das categorias do 'artigo' e do 'pronome', os gramáticos portugueses vão mais longe do que os seus contemporâneos espanhóis: sendo verdade que em Espanha se discute o estatuto da categoria 'artigo', a sua inclusão na classe dos adjetivos também é propagada por dois autores, aliás dos mais recentes (Lacueva <sup>1</sup>1832 e

Martínez López <sup>1</sup>1840, <sup>2</sup>1841),<sup>79</sup> (Gómez Asencio 1981: 154), mas trata-se aqui, manifestamente, de um fenómeno marginal. A categoria do 'pronome', ao contrário do que acontece entre os portugueses, permanece quase completamente intacta (Gómez Asencio 1981: 171).

Uma categoria própria 'advérbio' falta em Barbosa (1807, 1822), Ribeiro (1819) e Melo (1818). Tal como na eliminação das categorias 'artigo' e 'pronome', também no caso do advérbio os gramáticos portugueses vão mais longe do que os espanhóis, entre 1771 e 1847, os quais, segundo Gómez Asencio (1981: 219), deixam sem contestação a categoria 'advérbio'.

Melo (1818: 62) é o único que também não concede uma categoria própria às interjeições. Silva (1806), Albuquerque (1820) e Ribeiro (1819) tratam-nas, como é habitual, como a última parte da oração. Barbosa (1807 e 1822), pelo contrário, coloca-as no início das partes da oração. Esta posição especial dada a uma parte da oração – à qual, na maior parte das vezes, só são costumam ser dedicadas algumas linhas no fim das gramáticas tradicionais – é, por sua vez, um característica da *Grammaire Générale*. Beauzée (1767, I: 234) distingue as interjeições, como 'affectives', das outras partes da oração ou 'discursives?' – na terminologia de Barbosa 'exclamativas' (1807) ou 'interjectivas' (1822) vs. 'analíticas' / 'discursivas'; vide *infra*), mas não as coloca na primeira posição perante as restantes partes da oração. Para Destutt de Tracy (1803, II: 74-75), a interjeição é a primeira parte da oração, uma vez que a considera primária do ponto de vista genético (vide *infra*); por outro lado, não estabelece a distinção entre 'afectivo' e 'discursivo'.<sup>80</sup>

Tal como os seus modelos franceses, também alguns autores portugueses da 'Gramática Filosófica' (Silva 1806, Barbosa 1807 e 1822, Ribeiro 1819) tentam fundamentar a sua divisão das partes da oração. As suas argumentações são semelhantes, sem que seja possível identificar uma fonte inequívoca. Pelo menos em Silva e em Barbosa, uma influência direta é improvável, uma vez que ambas as gramáticas devem ter sido concluídas aproximadamente na mesma altura: o *Epítome* de Silva, segundo indica o

<sup>79</sup> Como Albuquerque, Martínez López fala de 'adjetivos determinativos' (Gómez Asencio 1981: 154).

<sup>80</sup> Por motivos cronológicos, uma influência direta de Destutt de Tracy sobre Barbosa não é completamente isenta de problemas, se consideramos que pelo menos a introdução da *Grammatica Philosophica* parece ter sido elaborada, efetivamente, já em 1803, portanto no mesmo ano em que o volume da *Grammaire* foi publicado pela primeira vez.

próprio autor, em 1802, no Pernambuco (Brasil); a gramática de Barbosa presumivelmente em 1803, em Coimbra (cf. 1.13. e 1.23).

Silva 1806	Barbosa 1807	Ribeiro 1819
'objectos, que se appresentão á nossa alma': Substantivo, Adjetivo atributivo	'ideas, que fazem a materia e objecto do discurso (percepção): Substantivo Adjetivo	'substâncias': Substantivo  'qualidades': Adjetivo
'o que julga, affirma, e quer á cerca [dos objectos]': Verbo	'relações entre as mesmas ideas (juizo):  a. 'identidade', 'coexistência' Verbo  b. 'determinação', 'dependência' Preposição  c. 'nexo', 'ordem' Conjunção <sup>81</sup>	'relações':  – 'coexistência' Verbo – 'restrição', 'dependência' Preposição – 'nexo', 'ordem' Conjunção – 'determinação' Artigo – 'substituição' Pronome – 'modificação' Advérbio – 'exclamação' Interjeição
'as correlações, que [a alma] vê entre [os objectos], e entre os juizos, que fôrma d'elles»: Preposição Conjunção <sup>82</sup>		

Os critérios de subdivisão são de natureza lógica nos três autores. No entanto, Silva e Barbosa referem-se às '*opérations de l'esprit*' (vide supra) que, por exemplo, são subjacentes à gramática de Port-Royal:

Tous les Philosophes enseignent qu'il y a trois operations de nostre esprit: CONCEVOIR, IVGER, RAISONNER (Arnauld / Lancelot 1660: 27).

<sup>81</sup> Esta subdivisão diz respeito às 'palavras analíticas / discursivas', ou seja, a todas as partes da oração, excetuando as 'palavras exclamativas' (interjeições). Do mesmo modo, Barbosa (1822).

<sup>82</sup> Os 'Adjetivos articulares' e os 'advérbios' não se contam em nenhuma destas três classes principais (Silva 1806: 17).

Tanto Barbosa como Silva circunscrevem os '*objets de pensées*' ao substantivo e ao adjetivo. Como expressão do juízo lógico, Silva só considera o verbo. A preposição e a conjunção estão incluídas na categoria 'correlações', o que faz com que o esquema de Silva traga de novo à memória o sistema tripartido de Sánchez de las Brozas.

Barbosa, por sua vez, tenta agrupar todas as partes da oração não nominais nas 'relações entre as mesmas ideias (juízo)', procedendo a mais uma subdivisão em 'identidade / coexistência', 'determinação / dependência' e 'nexo / ordem'. Apesar disso, também ele fala, ao referir-se a Quintiliano («[...] *Nomes, Verbos, e Vinculos* [...]»), Barbosa 1807: 4-5), de uma tripartição das partes da oração, na qual o verbo deverá receber um estatuto especial dentro das 'relações'.

Ribeiro subdivide os 'objectos geraes dos nossos pensamentos' primeiro em 'substâncias' e 'qualidades', assim procedendo a uma diferenciação semântica dentro dos nomes. Tal como Aragão (1812; cf. 4.5.2.2.2), serve-se da terminologia da lógica aristotélica (que, naturalmente, também está presente, por exemplo, em Arnauld / Lancelot, cf. Joly 1976: 415). 'Substância' e 'qualidade' correspondem às categorias aristotélicas. Para o conceito de 'relação', Ribeiro orienta-se, evidentemente, por Barbosa (1807) ou por uma fonte comum não identificada. É possível que haja uma influência de Silvestre Pinheiro Ferreira (*vide supra*), em cuja filosofia as três categorias 'substância', 'qualidade' e 'relação' são de importância fundamental (cf. Silva 1990: 19).

Em Barbosa, a divisão em ideias e relações não é a única; além disso, distingue ainda entre variável e invariável e assim, ao mesmo tempo, entre necessário e não necessário, polissílabo e monossílabo, bem como numericamente limitado e ilimitado. Isto corresponde, aproximadamente, à distinção entre morfemas lexicais e gramaticais:

Destas seis especies de palavras, humas são *variaveis* nas suas formas, para com estas mesmas mostrarem a relação de identidade e correspondencia entre as ideias, que significão. Taes são os *Substantivos*, os *Adjectivos*, e o *Verbo*. Outras sam *invariaveis*; porque só indicão relações simples, e geraes, como são as *Interjeições*, *Preposições*, e *Conjunções*. Aquellas são *necessarias* á integridade da Proposição; estas *accidentaes*; aquellas ordinariamente são *polysyllabas*; estas *monosyllabas*; aquellas *innumeraveis*; estas *mui poucas* (Barbosa 1807: 5).

#### 4.5.2.2.4 Resumo

Os autores aqui estudados podem ser repartidos pelos três diferentes sistemas do seguinte modo:

1. «Sistema octádico clássico»	2. «Sistema triádico»	3. «Sistema da <i>Grammaire Générale</i> »
Barros (1540)	Roboredo (1619)	Silva (1806)
Argote 1725)	Pereira (1672)	Barbosa (1807)
Lobato (1770)	(Bacelar (1783a)	Melo (1818)
Álvares (1786)	Figueiredo (1799)	Ribeiro (1819)
Casimiro (1792)	<i>Compendio</i> (1804)	Albuquerque (1820)
Fonseca (1799)	Casimiro (1811)	Barbosa (1822)
Sousa (1804)	Aragão (1812)	
Batista (1816)		
Ferreira (1819)		
Carneiro (1820)		

O primeiro e o segundo sistemas estão praticamente presentes em todo o espaço de tempo aqui em causa. Entre os portugueses, o sistema triádico teve muito mais êxito do que entre os espanhóis, que o introduziram no século XVI, mas que já não recorreram a ele nos séculos XVIII e XIX. Em Portugal, pelo contrário, é usado até em gramáticas escolares (*Compendio* 1804; Casimiro 1811), sendo, em vários casos (Aragão 1812; Silva 1806; Barbosa 1807), misturado com sistemas da *Grammaire Générale*. Uma explicação para este facto poderia ser a influência do Brocense, embora sejam justamente ambos os autores, Roboredo (1619) e Lobato (1770), que mais enfaticamente a ele se referem, a não propagarem sistemas tripartidos propriamente ditos. Chama a atenção o facto de serem normalmente os gramáticos habitualmente considerados como imitadores de outros autores (Barros – Nebrija, Pereira – Álvares) ou que eles próprios admitem sê-lo (Roboredo – Sánchez de las Brozas) que, no que respeita aos sistemas das partes da oração, insistem em desviar-se dos seus modelos.

Em Portugal, o sistema da *Grammaire Générale* surge, pela primeira vez, em 1806. Um confronto com Espanha não é possível neste âmbito, uma vez que Gómez Asencio (1981) aplica outros critérios para os sistemas das partes da oração. Das inovações só vingaram, como nas línguas comparáveis, a divisão do nome em substantivo e adjetivo, bem como o desaparecimento do participio como categoria autónoma das partes da oração. É algo surpreendente a continuidade do sistema octádico clássico e as suas modificações (de importância secundária) desde a Antiguidade grega até aos tempos de hoje.

### 4.5.3 As partes da oração em separado

#### 4.5.3.1 O nome

##### 4.5.3.1.1 O nome em relação a substantivo e adjetivo

Ao passo que, nas línguas europeias modernas, o conceito de 'nome' (*nom, noun, nombre, Nomen*) é, normalmente, sinónimo de 'substantivo', desde a Antiguidade até muito depois do Renascimento entende-se por 'nome' uma «[...] zusammenfassende Bezeichnung für nominale Wortarten [...]» (Bußmann 1983: 349),<sup>83</sup> ou seja, pelo menos, substantivo e adjetivo. Estas partes da oração, hoje geralmente consideradas autónomas, a princípio nem sequer foram tratadas como subgrupos primários do nome: ao passo que a categoria grega 'ὄνομα' [onoma] / e latina *nomen*, desde a Antiguidade Clássica, sofreu uma subdivisão entre nome próprio e nome genérico comum ('ὄνομα κύριον' [onoma kyrion] vs. 'προσηγορικόν' [prosegorikon] ou '*nomen proprium*' vs. '*nomen appellativum*'), a divisão entre *nomen substantivum* e *adiectivum* só ocorreu na Idade Média. Somente no século XVIII (Girard 1747) é que foram concedidas categorias distintas de partes da oração ao substantivo e ao adjetivo (cf. Brøndal 1948: 25).

De maneira semelhante, também os primeiros gramáticos portugueses só conhecem o 'nome substantivo' e o 'adjetivo' como subcategorias ou 'acidentes' do 'nome'. No sentido, por exemplo, de Donato ou Nebrija, um acidente é o aspeto através do qual se podem distinguir vários grupos dentro da mesma parte da oração.<sup>84</sup> A cada parte da oração correspondem acidentes distintos (o seu número pode variar de autor para autor, cf. Colombat 1988a: 54) e cada palavra pode ser definida em relação a cada acidente. Braselmann (1991: 224) fala aqui, a propósito de Nebrija, de «[...] ein Raster [...], in dessen Rahmen distinktive Züge festgelegt werden

<sup>83</sup> [(...) designação colectiva para partes da oração nominais (...)].

<sup>84</sup> «Unter Akzidentien sind hier [bei Donat, BSP] solche Eigenschaften zu verstehen, deren jeweilige Gattung dem zu definierenden Redeteil – virtualiter – ebenfalls [wie die Definition, BSP] wesentlich ist, von der aber nur je eine Art einem konkreten Wort – aktualiter – zukommen kann» (Borsche 1989: 20)».

[Por 'acidentes' devem entender-se aqui [em Donato, BSP] aquelas qualidades, cuja respetiva categoria também é [tal como a definição]– virtualiter – constitutiva para a parte da oração a ser definida, da qual, porém, somente um tipo pode pertencer – actualiter – a uma palavra concreta.

können». <sup>85</sup> Os acidentes distinguem-se, portanto, das subcategorias pelo facto de se pressupor a correspondência de cada palavra pertencente a uma parte da oração a uma característica de cada acidente, ao passo que, no caso de subgrupos, uma palavra em princípio pode pertencer a diversos grupos, mas não tem necessariamente de fazê-lo. <sup>86</sup> Por outras palavras: nos acidentes agregam-se subgrupos complementares sob um conceito abstrato. Tal como no caso dos acidentes, também os subgrupos podem ser organizados de acordo com critérios heterogêneos (gramática, semântica lexical, formação de palavras).

Na descrição do nome, Barros (1540) segue, como tantas vezes, o espanhol Nebrija, que distingue, na *Gramática castellana* (1492), seis acidentes: '*calidad*', '*especie*', '*figura*', '*género*', '*número*', '*declinación por casos*' <sup>87</sup> (Nebrija 1980: 164). Os três últimos (género, número e caso) são conceitos gramaticais. <sup>88</sup> A '*qualidade*' contém a distinção entre nome próprio e nome comum ou genérico, <sup>89</sup> bem como – ao contrário dos gramáticos da Antiguidade – entre substantivo e adjetivo, e entre '*relativo*' e '*antecedente*'. <sup>90</sup>

O acidente '*especie*' refere-se à derivação (Nebrija 1980) 167-169): «Es geht hier [...] um den Unterschied zwischen Basislexie (*primogénito*) und Ableitung (*derivación*), z.B. *monte* → *montesino*» (Braselmann 1991: 227). <sup>91</sup> Segundo o próprio Nebrija, o objeto do acidente '*figura*' é a composição de palavras:

<sup>85</sup> [(...) uma norma [...], em cujo âmbito podem ser estabelecidos traços distintivos]. Pode presumir-se que fazer corresponder as palavras, além de a uma parte da oração, também a diferentes tipos de acidentes, fosse um intuito didático importante.

<sup>86</sup> Veja-se as subcategorias do nome em Álvares (1572: fol. 48r): '*nomen proprium*', '*appellativum*', '*collectivum*', '*substantivum*', '*adiectivum*'.

<sup>87</sup> Cf. Donatus (1864, IV: 355): «Nomini quot accidunt? Sex. Quae? Qualitas comparatio genus numerus figura casus».

<sup>88</sup> Em termos históricos, os acidentes gramaticais são os mais antigos, cf. Borsche (1989: 26).

<sup>89</sup> Cf. Donatus (1864, IV: 355): «Qualitas nominum in quo est? Bipertita est: aut enim unius nomen est et proprium dicitur, aut multorum et appellativum».

<sup>90</sup> «Podemos tan bien llamar calidad aquello por que el relativo se distingue del antecedente. Antecedente se llama, por que se pone delante del relativo; relativo se llama, por que haze relación del antecedente; como *el maestro lee, el cual enseña*, maestro es antecedente, *el cual* es relativo» (Nebrija 1980: 166).

<sup>91</sup> [Trata-se aqui [...] da distinção entre lexia básica (*primogénito*) e derivação (*derivación*), por exemplo, *monte* → *montesino*].

El tercero accidente es figura, la cual no es otra cosa sino aquello por lo cual el nombre compuesto se distingue τ aparta del senzillo (Nebrija 1980: 175).<sup>92</sup>

Tanto Barros como Nebrija procedem, por conseguinte, à distinção 'substantivo – adjetivo' no âmbito do acidente 'qualidade' do nome, isto é, consideram o 'nome substantivo' e o 'adjetivo' não como verdadeiras subcategorias do nome, mas sim como grupos complementares de uma expressão deste acidente; cada elemento da parte da oração 'nome' pode ser associado inequivocamente a um destes dois grupos:

Calidad, esso mesmo en el nombre, se puede llamar aquello por lo cual el adjetivo se distingue del substantivo (Nebrija 1980: 165).

Será também calidáde em o nome: a distinçam per que apartamos o sustantivo do aietiuo (Barros 1540: fol. 6r).

Já Roboredo afasta-se do esquema dos acidentes. Ao contrário de Nebrija e de Barros, para ele, substantivo e adjetivo são realmente subgrupos do nome («Dividese o Nome em Sustantivo, & Adjectivo», Roboredo 1619: 66).

Também em Pereira (1672) já não se fala de acidentes. A divisão entre o substantivo e o adjetivo é considerada como dado adquirido, também para o grego e para o latim:

Quamvis nomen large acceptum cum vocabulo coincadat, si tamen stricte accipiatur est pars orationis, quae casus, numerum, & genus habet, neque tempora adsignificat. Sub hac ratione, seu natura multiplicitem vendicat, quae in lingua Lusitana, sicut in Latina, & Graeca, sub generali divisione nominis in substantivum & adiectivum, continetur (Pereira 1672: 5).

Ao contrário, por exemplo, do seu modelo Manuel Álvares (1572: 48), Pereira exclui por completo a distinção 'nome próprio – nome genérico'; a oposição 'substantivo – adjetivo', porém, é uma característica constituinte da categoria 'nome'.

Argote (1725) também não distingue acidentes, mas sim 'castas', e aborda, como Nebrija e Barros, os 'nomes substantivos' e 'adjetivos' só depois dos 'nomes próprios', 'apelativos' e 'coletivos' (Argote 1725: 21).

<sup>92</sup> Entre outros, são mencionados como exemplos *portacartas*, *vaivén*, *puñavante* e *traspíe* (cf. Braselmann 1991: 234-235). Barros menciona para o português (na sua grafia particular): *guárda pórtá*, *rede fôle*, *arquibanco*, *torçicólo*, *mordefuge*, *puxauâte* e *tráspe* (Barros 1540: fols. 9r-v; *torcicolo* é, segundo Costa / Melo s.d.: 1630b um empréstimo do italiano).

Este modo de exposição encontra-se de forma semelhante em Manuel Álvares (1572: fol. 48r).<sup>93</sup>

Com a constatação lapidar de Lobato (1770: 9) («O nome ou he Substantivo, ou Adjectivo»), que é adotada, literalmente, por uma série de autores que vêm a seguir (Casimiro 1792: 2, Figueiredo 1799: 6, *Compendio* 1804: 4, Casimiro 1811: 12, Batista 1816: 46), estabelece-se a tradição, já iniciada por Pereira, de considerar a distinção 'substantivo – adjetivo' como única ou, pelo menos, como subclassificação primária do nome (na mesma linha, também Álvares 1786: 3; Fonseca 1799: 3;<sup>94</sup> Aragão 1812: 9; Carneiro 1820: 12).

Desde Sousa (1804), a maioria dos autores considera o substantivo e o adjetivo como partes da oração separadas. O conceito de 'acidente' ocorre ainda, esporadicamente, em gramáticos posteriores como, por exemplo, Ferreira (1819: 12), cujos 'acidentes do nome substantivo' e 'acidentes dos adjectivos' (Ferreira 1819: 19) são de natureza lexical (semântica lexical, derivação),<sup>95</sup> assim como a maioria dos subgrupos que muitos autores acrescentam (por exemplo, Sousa 1804: 31; Aragão 1812: 16-20); Silva (1806: 33), aliás, usa o termo em sentido puramente gramatical (número e género). A antiga distinção entre nome próprio e nome comum passa agora a ser normalmente tratada no capítulo do 'substantivo' (por exemplo Silva 1806: 18; Albuquerque 1820: 18).

Pelo que diz respeito à terminologia, resulta daqui alguma falta de uniformidade, porque alguns autores mais recentes (Sousa 1804: 31; Silva 1806: 15; Albuquerque 1820: 18) usam o conceito de 'nome para o substantivo, de maneira que o adjetivo ora é um subgrupo do nome, ora é equiparado a ele. Na presente investigação, o conceito de 'nome' será sempre usado em sentido tradicional, como hiperónimo de 'substantivo' e 'adjetivo'.

---

<sup>93</sup> Tanto neste ponto como já na divisão das partes da oração, chama a atenção o facto de Argote ser muito mais devedor da gramática de Álvares – para a qual pretende, de certo modo, apresentar uma alternativa (cf. 1.4) –, do que Pereira, que geralmente é considerado como imitador de Álvares.

<sup>94</sup> Fonseca (1799: 21-39) dedica um capítulo inteiro, intitulado «*Das varias differenças, ou especies de nomes*», aos subgrupos do nome que são sobretudo motivados do ponto de vista lexical.

<sup>95</sup> «Chamão-se *Accidentes* certas propriedades, que posto que pertencentes a huma palavra, não entrão com tudo na sua definição» (Ferreira 1819: 12).

#### 4.5.3.1.2 O nome em relação ao artigo, ao pronome e ao particípio

A redução das categorias das partes da oração no sistema tripartido (4.5.2.2.2) exige a inclusão de outras categorias dentro da categoria 'nome' que, noutras circunstâncias, são tratadas como sendo distintas. Nos autores que seguem a tradição iniciada pelo Brocense, os pronomes e os particípios inserem-se no 'nome', tal como, por exemplo, em Roboredo, que considera ambos como subgrupos do 'nome adjetivo', uma categorização de que decorrem contradições relativamente ao estatuto dos pronomes como substantivos ou adjetivos, respetivamente:

1. Pronome he nome Adjectivo, do qual vsamos em lugar de Sustantivo Singular, ou Proprio; como são: *Hic, Iste, Ille, Ipse, Is*, que são Primitivos, & irregulares: outros são Derivados, como, *Idem, Meus, Tuus, Suus, Noster, Vester, Nostras, Vestras*. Mas *Ego, Tu, Sui* são Pronomes Sustantivos, Primitivos, & irregulares.

2. Participio he Adjectivo derivado de Verbo, do qual participa tempo em algũas linguas (Roboredo 1619: 67).

Bento Pereira procede de modo análogo ao de Roboredo; os pronomes e os particípios são, para ele, «[...] *quae nominis naturam imitantur* [...]» (Pereira 1672: 13).

De entre os gramáticos posteriores que usam um sistema triádico, Casimiro (1811: 11) é o único que também conta o artigo como fazendo parte da categoria 'nome' (cf. 4.5.2.2.2).

Excetuando o uso do termo 'nome' para o substantivo, a categoria 'nome' pode, portanto, ter uma dimensão diversa de autor para autor:

- Substantivo e adjetivo
- Substantivo, adjetivo, pronome, particípio
- Substantivo, adjetivo, pronome, particípio, artigo

#### 4.5.3.1.3 Definições de nome

Como já se mostrou, a categoria 'nome' é geralmente usada pelos autores mais antigos até cerca de 1800, posteriormente a esta data, porém, só esporadicamente, até ao fim do período de tempo aqui tomado em consideração (Carneiro 1820).

Ocorrem, quase exclusivamente, os seguintes tipos de definições:

- a) 1-m-fle / 1-s-ont
- b) 1-m-fle

## c) 1-s-ont

O tipo a) encontra-se na Antiguidade, por exemplo, em Donato:

Nomen quid est? Pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterve significans (Donatus 1864, IV: 355).

Também se encontra nos inícios da época moderna, na *Gramática castellana* de Nebrija:

Nombre es una delas diez partes dela oración, que se declina por casos, sin tiempos; τ significa cuerpo o cosa (Nebrija 1980: 58).<sup>96</sup>

De modo correspondente define Barros:

Nome (segũdo a difinçã dos grammaticos): ę aquelle ã se declina per cásos sem tẽpo, sinificãdo sempre algũa cousa ã tẽha corpo, ou sem corpo (Barros 1540: fol. 5r).

Por ordem inversa, e sem relação com o tempo verbal, lê-se em Argote (1725):

M. E que cousa he Nome?

D. Nome he huma palavra, que significa alguma cousa; tem numeros, e se declina por casos (Argote 1725: 2-3).

A distinção entre os nomes próprios e os nomes comuns, levada a cabo por Donato, não é retomada nas definições dos autores da época moderna. Em contrapartida, porém, mantém-se (com exceção de Argote) a sua diferenciação entre objetos concretos e abstratos (*corpus* e *res*, em Donato e Prisciano; *vide infra*; *cuerpo* e *cosa* em Nebrija; *cousa que tem corpo* e *cousa sem corpo*, em Barros). Que a definição semântico-lexical 'designa uma coisa', mesmo interpretada com generosidade, não se aplica a adjetivos não parece constituir um problema para estes autores (cf. Gómez Asencio 1981: 128).

Os dois continuadores diretos de Barros, Amaro de Roboredo (1619) e Bento Pereira (1672), limitam-se ao critério morfológico (b). Aqui retoma-se a tradição de Varrão (cf. 4.5.2.2.2), mas os modelos diretos foram aparentemente Sánchez de las Brozas (*De partibus orationis*) para Roboredo e Manuel Álvares para Pereira (aliás, com ligeiras modificações):

<sup>96</sup> Nas *Introductiones* de Nebrija (1481: fol. 6v), por outra parte, é dada uma definição puramente semântica: «[N]omen est pars orationis: corpus aut re[m] proprie cõmuniterue significas».

Porro nominis finitio est per vocem numeri casualis cum genere, quae definitio propria est & perfecta [...] (Sánchez de las Brozas 1587: fol. 15v)

NOMê est vox particeps numeri casualis cū genere (Sánchez de las Brozas 1587, *De partibus orationis*: fol. 1v).

NOME he palavra participante de Numero casual com Genero [...] (Roboredo 1619: 65).

Nomen est pars orationis, quae casus habet, neque tempora adsignificat (Álvares 1572: fol. 48r).

[...] nomen est pars orationis, quae casus, numerum, & genus habet, neque tempora adsignificat (Pereira 1672: 5).

O aditamento 'neque tempora adsignificat', em Álvares e Pereira, parece derivar de Linacre,<sup>97</sup> uma fonte de Álvares. Segundo Padley (1976: 36), a afirmação provém, em última análise, de Aristóteles: «Linacre's definition preserves the Aristotelian grammatical notion of consignification, presenting a parallel to Aristotle's definition of the verb as that which consignifies time».

Por 'caso', em português os autores entendem, em geral, as correspondências aos casos latinos nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo, formadas com preposições e artigos (por exemplo, Barros 1540: fols. 11r-12r). Para a 'primeira declinação' terminada em <-a, -e, -i, -o, -u>, Barros dá o seguinte exemplo:

Numero	Singulár	Numero	Plurár.
Nominatiuo	a rainha	Nominatiuo	as rainhas
Genitiuo	da rainha	Genitiuo	das rainhas
Datiuo	á rainha	Datiuo	as rainhas
Accusatiuo	a rainha	Accusatiuo	ás rainhas
Vocatiuo	ó rainha	Vocatiuo	ó rainhas
Ablatiuo	da rainha	Ablatiuo	das rainhas

Paradigmas semelhantes encontram-se, continuamente, nos autores seguintes até finais do século XVIII.<sup>98</sup> Figueiredo (1799: 7) reproduz ainda, literalmente, o exemplo de Barros. Na gramática publicada no mesmo ano,

<sup>97</sup> A sua definição é a seguinte: «NOMEN est pars orationis quae casib[us] inflexa, significat aliquid sine ulla temporis assignificantia» (Linacre 1533: 37, veja-se também Padley 1976: 36, nota 3).

<sup>98</sup> Roboredo (1619: 2) distingue-se, aqui, dos outros autores, por não 'declinar' os nomes através do acréscimo de preposições e artigos, mas ao usar, em princípio, seis formas idênticas, das quais somente provê o genitivo e o dativo com um *de* ou um *a*, cujo estatuto não fica muito claro (cf. Schäfer 1990: 66-68 e Woll 1994a: 654).

pelo contrário, Fonseca prescinde por completo do conceito de 'caso', mesmo nos pronomes, em que também teria justificação para o português. O modo tradicional de expor esta matéria encontra-se rejeitado primeira vez de forma explícita em Silva (1806: III; cf. Schäfer 1993b: 61).

Às definições morfológicas pertence também a de Casimiro (1792). Ultrapassa o plano da palavra (2-m-rel), porque a correspondência com a flexão latina de caso (1-m-fle) no português pode ser vista nas combinações com preposições ou com artigos e preposições:

He huma voz, cujos casos, e declinação se conhecem por meio do artigo, e prepozição (Casimiro 1792: 2).

Desde Lobato que predominam, nos autores portugueses, as definições puramente semântico-lexicais, que se referem a uma assumida significação comum de todos os elementos da classe 'nome':<sup>99</sup>

Nome he huma voz, com que se nomeão as cousas, e suas qualidades [...] (Lobato 1770: 9).

Ao contrário dos seus antecessores, Lobato estabelece uma distinção entre a 'cousa' e a sua 'qualidade', incluindo, deste modo, os adjetivos na definição.

De maneira semelhante, definem Álvares (1786: 5), Figueiredo (1799: 6: «[...] com que significamos alguma cousa, ou sua qualidade [...]»), o *Compendio* (1804: 4) e Batista (1816: 46), que adota a definição de Lobato quase literalmente.

Em Aragão (1812), encontra-se uma terminologia especial, com os conceitos de 'substância' e de 'predicado', mas seria exagerado falar aqui de uma definição lógica, uma vez que 'substância' e 'predicado' têm aparentemente o mesmo significado que 'coisa' e 'propriedade'.

O *Nome* designa a substancia, e seus predicados (Aragão 1812: 9).

A 'Substância' é equiparada a 'cousa' e ainda a 'sujeito'. Não se pode deduzir do texto se isto diz respeito ao 'sujeito' em sentido gramatical. Do mesmo modo, o significado de 'predicado' não fica claro.

Uma variante da definição 1-s-ont é a de Fonseca (1799), que se refere ao carácter do nome como signo linguístico (1-s-sem):

<sup>99</sup> Um exemplo da Antiguidade para este caso encontra-se em Prisciano: «Nomen est pars orationis, quae unicuique subiectorum corporum seu rerum communem vel propriam qualitatem distribuit» (Priscianus 1855, II: 56-57).

NOME he huma voz, ou dicção, que se apropria a cada pessoa, ou cousa para a dar a conhecer, e differençar de outra (Fonseca 1799: 3).

Na sua definição de 'agente gramatical', Bacelar parece aludir a uma correspondência aproximada do nome, tanto à sua função designativa (1-s-ont) como à sua função gramatical (3-fun) na frase, mas muita coisa fica aqui por esclarecer:

O *Agente Grammatical* o *Nominativo* he o *som*, ou *palavra*, que *nomêa*, ou *representa tudo aquillo*, que neste mundo, ou na oração obra, he &c. (Bacelar 1783a: 15).

Na sua definição semântico-lexical, Carneiro (1820) introduz o aspeto da génese (GEN):

Os *nomes* forão convencionalmente inventados para significarem uma cousa, como *arvore*, *virtude*, e se chamão substantivos; ou a sua qualidade, como *grande*, *boa*, e se chamão *adjectivos* (Carneiro 1820: 12).

Em geral, pode constatar-se, nas definições do nome, uma evolução de definições morfológicas e morfológico-semântico-lexicais para definições puramente semântico-lexicais.

O critério 1-s-ont pode comprovar-se em todo este período de tempo em que a categoria 'nome' é usada. Para o desaparecimento das definições morfológicas, quer tenham sido usadas simultaneamente ou alternativamente às semânticas, podem supor-se dois motivos: a inutilidade do conceito de 'caso' para muitas línguas modernas, bem como as tendências da gramática geral que caracterizam, por exemplo, a *Grammaire Générale* francesa. As gramáticas que tenham o intuito de ser adequadas para muitas ou todas as línguas formalmente diversas, têm de operar, conseqüentemente, mais com critérios semânticos do que morfológicos. Todavia, está longe de se verificar o caso de todas as gramáticas com intuito universalista preferirem definições semânticas, ao passo que as gramáticas de orientação mais particularista preferem as formais (cf. a definição de nome de Nebrija, por um lado, de Sánchez de las Brozas, por outro). Em Portugal, por exemplo, o 'particularista' Barros define o nome, para além de morfológica, também semanticamente, o 'universalista' Roboredo, pelo contrário, apenas morfológicamente.

As definições do nome nas gramáticas espanholas antigas não se distinguem significativamente das portuguesas, na medida em que isso pode ser averiguado: de Nebrija até Correas (1627) ocorrem todos os três tipos de definições aqui apresentados (Ramajo Caño 1987: 76-77) desde a

*GRAE* de 1771 somente o tipo semântico-lexical<sup>100</sup> (Gómez Asencio 1981: 126-133).

Gómez Asencio (1981: 132) salienta que nas gramáticas espanholas por ele estudadas o 'nome' seria uma categoria artificial, só justificada pela tradição, uma vez que substantivo e adjetivo, na realidade, representavam classes inequivocamente separadas. Esta impressão é confirmada também em alguns autores portugueses mais recentes. Assim, Casimiro (1811) considera uma categoria 'nome', que define exclusivamente da seguinte maneira:

O Nome ou he Substantivo, ou Adjectivo: o Substantivo mostra a cousa, ou pessoa; como *Homem; Casa*; e o Adjectivo mostra a qualidade della; como *Constante, Justo* (Casimiro 1811: 12).

De um modo geral, pode dizer-se que o estatuto de uma categoria comum 'nome', desde o acidente de Barros, passando pelas mais antigas definições formais que invocam realmente os traços distintivos comuns, até às definições cumulativas segundo o modelo de Lobato, vai enfraquecendo cada vez mais. A classificação de substantivo e adjetivo numa única categoria é dificilmente compatível com definições semântico-lexicais, uma vez que não é evidente um 'valor fundamental' comum. Para Barbosa (1822: 107-108), esta diferença semântica – as implicações frásico-funcionais são meramente secundárias – é o motivo para a classificação de substantivo e adjetivo em categorias separadas:

O *Adjectivo* sim he huma parte Nominativa; porém de diferente especie da do nome Substantivo; [...] O Adjectivo exercita huma função necessaria e indispensavel na enunção do pensamento. Porque, se não pode haver proposição sem hum sujeito e sem hum attributo; e se o nome Substantivo he preciso para exprimir aquelle, o Adjectivo não o he menos para significar este. Estas duas funções são inteiramente distinctas. Porque a idea, que faz o sujeito da proposição, não pode deixar de ser huma idea de couza que subsista per si; ou na natureza, ou no nosso modo de a conceber. Pelo contrario a idea que faz o attributo da proposição necessariamente hade ser huma idea de qualidade, ou couza que o valha, e que per si não póde subsistir, mas necessita de hum sujeito, em quem exista. Ora ideas tão differentes, e ainda oppostas, não podião deixar de ter nas Linguas differentes especies de palavras para se haverem de representar sem equívoco no painel do pensamento (Barbosa 1822: 107-108).

<sup>100</sup> Por exemplo, a *GRAE* (1771: 3): «EL NOMBRE es una palabra que sirve para nombrar las cosas. Divídese en sustantivo y adjetivo».

### 4.5.3.2 O substantivo

1. SUBSTANTIVO é a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral.

São, por conseguinte, substantivos:

a) os nomes de pessoas, de lugares, de instituições, de um género, de uma espécie ou de um dos seus representantes:

*Maria Lisboa Senado árvore cedro*

b) os nomes de noções, acções, estados e qualidades, tomados como seres:

*justiça colheita velhice largura bondade*

2. Do ponto de vista funcional, o substantivo é a palavra que serve, *privativamente*, de núcleo do sujeito, do objecto directo, do objecto indirecto e do agente da passiva. Toda palavra de outra classe que desempenhe uma dessas funções equivalerá forçosamente a um substantivo (pronomes substantivos, numeral ou qualquer palavra substantivada) (Cunha / Cintra 1992: 177).

#### 4.5.3.2.1 Definições do substantivo como subclasse do nome

Nos autores que consideram tanto o substantivo como o adjetivo como subgrupo do nome (ou, no caso de Barros, como expressão de um acidente), nas suas definições trata-se, evidentemente, de tornar explícitas as diferenças entre ambas as classes.

A flexão (no português: a distinção formal entre o singular e o plural) é de excluir, de antemão, como critério, por ser própria tanto dos substantivos como dos adjetivos, sendo responsável pela sua inclusão numa classe comum. As definições semântico-lexicais são possíveis, ao proceder-se a uma diferenciação entre coisa e qualidade, o que nem sempre é o caso. No plano sintático, a relação coisa-qualidade encontra uma correspondência na medida em que os substantivos podem ocorrer sozinhos na frase, ao passo que os adjetivos, pelo contrário, precisam de um substantivo ao qual podem ser agregados.<sup>101</sup>

Sem aditamento semântico-lexical, este último critério, 2- / 3-rel, encontra-se em Barros e em Argote (que definem o nome, entre outras coisas, do ponto de vista semântico), bem como ainda em Pereira, que prescinde inteiramente de critérios semânticos, tanto no nome como nas suas subclases:

Nome sustantiuo chamamos á quelle que per sy póde estar: e nam recebe esta paláura, cousa (Barros 1540: fol. 6r).

<sup>101</sup> Esta maneira de expor o assunto encontra-se, por exemplo, em Despautério e Linacre, cf. Padley (1976: 40).

Nomen substantivum, seu fixum, est quod in oratione per se, & absque adiectivi consortio & iuvamine stare potest [...] (Pereira 1672: 5-6).

M. Quaes são os Substantivos?

D. Nome Substantivo he aquelle, que per si só sem ajuda de outrem pôde estar na Oração (Argote 1725: 21).

A observação de Barros sobre o facto de o substantivo, ao contrário do adjetivo, não ser combinável com *cousa* não deriva apenas de Nebrija.<sup>102</sup> Este último observa, por sua vez, que um substantivo é combinável, no máximo, com dois artigos (por exemplo, *el / la infante*) e um adjetivo com três (*el / la / lo fuerte*),<sup>103</sup> o que em princípio tem validade para o espanhol, mas não para o português, que não possui nenhuma forma neutra do artigo. É possível que a explicação de Barros derive de Melanchthon (*Grammatica latina*, 1525;<sup>104</sup> cf. Padley 1976: 41-42), sendo muito difundida nas gramáticas elementares contemporâneas. Tal como a regra do artigo de Nebrija, a regra da *cousa* de Barros deverá servir fins didáticos (cf. Padley 1976: 41) e a sua divulgação em gramáticas posteriores (por exemplo, Roboredo 1619: 66,<sup>105</sup> Argote 1725: 23, Albuquerque 1820: 18, Barbosa 1822: 181) permite concluir que atingiu este objetivo com sucesso.

Se os autores até aqui mencionados transferem a ideia da autonomia do nome e da dependência do adjetivo do plano semântico para o formal ('pode estar só / sem adjetivo na frase'; 'só pode ocorrer na frase com um substantivo'), isso não passa de uma exposição simplificadora do assunto. Numa perspetiva puramente formal, em princípio é válido que um adjetivo em posição atributiva possa faltar, sem que a frase se torne incorreta do ponto de vista gramatical, mas o mesmo já não se pode afirmar daqueles que são usados predicativamente. Numa frase como a que se

<sup>102</sup> «Adjectivo se llama, por que siempre se arrima al substantivo, como si le quisiésemos llamar arrimado; substantivo se llama, por que está por sí mesmo, τ no se arrima a otro ninguno; como diciendo *ombre bueno*, *ombre* es substantivo, por que puede estar por si mesmo; *bueno*, adjectivo, por que no puede estar por si sin que se arrime al substantivo» (Nebrija 1980: 165).

<sup>103</sup> Esta é a teoria dos gramáticos renascentistas Peroto e Sulpício, cf. Padley (1976: 39).

<sup>104</sup> «In this definition, which arises of course from the medieval one, the adjective is defined as that to which the words *man*, *woman* and *thing* can be added, the substantive as that to which they cannot so be added» (Padley 1976: 40-41).

<sup>105</sup> «Os Portuguezes reconhecem o Adjectivo ajuntandolhe o Sustantivo, *Cousa*, com a qual sôa bem aa orelha: como, *cousa pura*, *cousa agradável*. Nas outras linguas se pode ordenar a mesma regra».

encontra em Argote (1725: 22) para exemplificar o adjetivo, *Meu filho he pequeno*, em princípio *pequeno* não pode ocorrer sem *filho*, mas *filho* também não se pode usar, aqui, sem *pequeno* (numa perspectiva restrita puramente à estrutura de superfície até seria possível *É pequeno*, mas não *\*O meu filho é*). Para explicar este caso, é necessário recorrer aqui à relação semântica entre o substantivo e o adjetivo. E é exatamente o que Argote faz no seu comentário: «*Pequeno* he nome Adjectivo, porque não pôde estar na Oraçãõ sem outro nome ou claro, ou occulto, o qual signifique a cousa, que he pequena [...]» (Argote 1725: 21-22).<sup>106</sup>

Uma definição de acordo com 3-rel em combinação com 1-s-ont encontra-se, pela primeira vez, em Amaro de Roboredo:

Sustantivo hê o que significa sustancia, ou per modo de sustancia, & sustenta o Adjectivo na Oraçãõ, a qual o Sustantivo per si com o verbo faz; como, *Cor generat. Calor generatur* (Roboredo 1619: 66).

Através da relação com a 'oração' acresce aqui, além disso, o critério funcional (3-fun). Roboredo é também o primeiro a introduzir o conceito de substância, que possivelmente foi buscar a Sánchez de las Brozas (cf. Breva-Claramonte 1983: 223) e talvez também a Scalígero.<sup>107</sup> A formulação 'per modo de sustancia' faz lembrar, de qualquer modo, a 'per modum substantiae' de Scalígero e pode ser, presumivelmente, entendida nesse mesmo sentido, ou seja, 'dizendo respeito à função gramatical do substantivo' (cf. Padley 1976: 71). A teoria de 'substância' e 'acidente'<sup>108</sup>

<sup>106</sup> Gómez Asencio (1981: 134) mantém a definição «el primero [adjetivo, BSP] no subsiste por sí solo en la oración; el segundo [substantivo, BSP] sí». Mesmo que esta afirmação fosse precisada no sentido de o substantivo sozinho poder formar um sintagma nominal, mas o adjetivo só em combinação com um substantivo, isto não estaria correto, uma vez que, nas línguas românicas (ao contrário do latim), um substantivo, como núcleo do SN, exige, normalmente, um determinativo (artigo, demonstrativo, etc.). Como se mostrou através da frase exemplificativa de Argote, em frases com adjetivo predicativo, a mencionada definição não é aplicável.

<sup>107</sup> A definição de Roboredo diverge aqui visivelmente da do Brocense, nas *Partes orationis*, que de resto muitas vezes sevem de modelo usado literalmente. Com efeito, nesta última obra pode ler-se: «Substantivum est, quod cum uno genere declinatur [...]» (Sánchez de las Brozas 1587, *Partes orationis*: fol. 1v).

<sup>108</sup> «Die Klassifikation der Arten der Prädikation und des 'Seins' ging von der Annahme aus, daß die physische Welt aus Dingen besteht ('substantia'), die gewisse Eigenschaften ('accidentia') besitzen, gewisse Veränderungen hervorrufen oder erleiden, zueinander in bestimmten Verhältnissen stehen oder eine gewisse Ausdehnung oder einen bestimmten Platz in Raum oder Zeit innehaben. [...]

deriva de Aristóteles e desempenhou um papel importante na lógica escolástica (cf. Breva-Claramonte 1983: 275-276; Padley 1976: 59); Roboredo também poderá ter recorrido diretamente a estas fontes (Aristóteles é muitas vezes citado no seu «Prologo»).

Definições semelhantes à de Roboredo, portanto do tipo 1-s-ont / 2- / 3-rel com referência ao conceito de 'substância', encontram-se ainda mais tarde em Figueiredo e Fonseca:

*Substantivo* he o que mostra, ou representa a cousa em si, isto he, substancia, e por isso pôde estar na Oração sem o Adjectivo, como *Homem, Leão* (Figueiredo 1799: 6).

NOME SUBSTANTIVO he o que significa alguma substancia corporea, ou espiritual, e que por si só pode subsistir na oração sem dependencia de alguma outra palavra, que o qualifique (Fonseca 1799: 3).

Aliás, pelo menos no caso de Fonseca, parece não haver qualquer ligação a Roboredo; pelo contrário, antes se traduz, quase literalmente, a definição da *GRAE* de 1771.<sup>109</sup>

Todos os restantes autores que entendem o substantivo como subclasse do nome dão exclusivamente definições semântico-lexicais, sendo Lobato o primeiro deles:

Substantivo he aquelle, que por si só, isto he, sem dependencia do Adjectivo, significa completamente huma cousa, assim como *Ceo, Terra* (Lobato 1770: 10).

O facto de Lobato entender o 'sem dependencia do Adjectivo' não em termos sintáticos, mas sim termos semânticos resulta inequivocamente da definição paralela de adjetivo (cf. 4.5.3.3.2).

---

'Substanz' war das individuelle Ding, abstrahiert von seinen 'akzidentiellen' Eigenschaften» (Lyons 1973: 275)

[A classificação das espécies de predicação e do 'ser' partiu do princípio de que o mundo físico consiste em coisas ('substancia') que possuem determinadas qualidades ('accidentia'), causam ou sofrem determinadas mudanças, estão em determinadas relações umas com as outras ou têm uma determinada extensão ou ocupam um determinado lugar no espaço e no tempo. [...] <substância> era a coisa individual, abstraída das suas qualidades 'acidentais'].

<sup>109</sup> «NOMBRE SUSTANTIVO es el que significa alguna sustancia corpórea, o incorpórea, como: *hombre, árbol, piedra, entendimiento, ciencia, virtud*. Subsiste por si mismo en la oracion, sin necesidad de que se le junte otra palabra que le califique» (*GRAE* 1771: 3-4).

As definições seguintes limitam-se, em parte, a uma das duas componentes da definição de Lobato, ao 'significa uma coisa' ou ao 'faz sentido sozinho':

O *Nome* que significa a cousa em si, se chama *Substantivo*, como v. g. *Deos, Pedro, virtude, maldade, &c.* (Álvares 1786: 3).<sup>110</sup>

Nome *Substantivo* he aquelle, que sem dependencia de outra parte faz o seu sentido completo, como: *Agoa, Fogo* (Batista 1816: 46).

Como já no caso do nome, Aragão volta a recorrer ao conceito de 'substância'. De modo diferente à sua descrição do nome (4.5.3.1.3), no caso do substantivo introduz a 'ideia' entre a coisa e a sua designação:<sup>111</sup>

A Palavra, que designa huma idéa de substancia, chama-se *Nome Substantivo* (Aragão 1812: 9).

Os três tipos de definição que ocorrem no substantivo como subclasse do nome são, portanto, os seguintes: 2- / 3-rel (nos primeiros gramáticos), 1-s-ont / 3-rel (em Roboredo 1619; Figueiredo 1799; Fonseca 1799 e Batista 1816) e 1-s-ont (desde Lobato). O pouco sucesso do critério sintático causa estranheza, uma vez que na perspectiva de hoje, de forma precisada, seria o mais adequado para salientar a diferença entre o substantivo e o adjetivo. Em vez disso, a partir de Lobato predominam as definições semânticas – como também já acontece com o nome – isto na

<sup>110</sup> Semelhantemente o *Compendio* (1804: 4) e Casimiro (1792: 12: 'cousa, ou pessoa').

<sup>111</sup> A noção de que os nomes não designam diretamente as coisas da realidade extralinguística, mas sim as representações mentais que delas tem o falante, está expressa, por exemplo, na gramática de Port-Royal: «Les objets de nos pensées, sont ou les choses, comme *la terre, le Soleil, l'eau, le bois*, ce qu'on appelle ordinairement, *substance*» (Arnauld / Lancelot 1660: 30). Mas são poucos os autores pertencentes à *Grammaire générale* que incluem este aspeto nas suas definições, como, por exemplo, Levizac (1801, I: 159 : «LE substantif est un mot qui sert à nommer une personne ou une chose: il exprime l'idée d'une substance considérée en elle-même, et sans aucun rapport à ses qualités») e Thiébault (1802, I: 187: «La forme que les grammairiens ont dû remarquer la première, est celle qui nous présente une idée objective comme exprimant la substance d'une chose, ou d'un être [...]»). É evidente que Aragão e Melo (*vide infra*) não precisam de ter recorrido necessariamente a uma definição concreta de um autor anterior, mas podem ter tirado as consequências da noção muito difundida de que a linguagem era expressão dos pensamentos / das ideias (cf. 4.4.2.2). Em Espanha é pela primeira vez em Hermosilla (1826) que surge uma definição que não parte do objeto, mas sim da sua ideia (cf. Gómez Asencio 1981: 129-130).

medida em que o substantivo ainda é encarado como subclasse do nome e não como uma parte da oração própria.

#### 4.5.3.2.2 Definições do substantivo como parte da oração autónoma

Desde Sousa (1804) até Barbosa (1822) seis autores já não consideram o substantivo e o adjetivo como subgrupos do 'nome', mas sim como categorias autónomas das partes da oração. Como seria de esperar, trata-se exatamente daqueles autores que, também sob outra perspetiva, têm um comportamento inovador; todos revelam claras influências da *Grammaire Générale*. As suas definições, que patenteiam uma variação consideravelmente maior do que a dos autores apresentados no último capítulo, podem ser caracterizadas do seguinte modo:

- a) 1-s-psi (Melo 1818).
- b) 1-s-ont (Sousa 1804, Silva 1806, Ribeiro 1819).
- c) 1-s-ont / 3-fun (Barbosa 1822).
- d) 1-s-sem (Albuquerque 1820).
- e) 3-fun (Barbosa 1807).

Enquanto Sousa e Ribeiro definem o substantivo de forma convencional no sentido de 'denomina uma coisa', a definição de Melo (1818) compartilha com a de Aragão (1812; cf. 4.5.3.2.1) a particularidade de a palavra não se referir diretamente ao objeto da realidade extralinguística – aqui novamente designado como 'substância' –, mas sim à ideia que dele faz o falante:

*Vocábulo substantivo é o sinal da ideia de substância: v. g. omem, mulher, cavalo, égua, erro, verdade, &c.; e divide-se em concreto e abstrato* (Melo 1818: 59-60).<sup>112</sup>

Silva (1806) é o único gramático a proceder a uma distinção entre a 'qualidade' em sentido lexical e em sentido gramatical.<sup>113</sup> A 'qualidade per si' (Silva 1806: 15) também pode ser manifestada através de um substantivo (por exemplo, *a alvura, a doçura*):

<sup>112</sup> Como mostra a definição do substantivo em Lévizac, ambos os tipos de definição 1-s-ont e 1-s-psi não são, porém, forçosamente considerados como incompatíveis.

<sup>113</sup> Sobre este tipo de definição nas gramáticas espanholas, veja-se Gómez Asencio (1981: 135).

Nomes são as palavras, com que indicamos as coisas, que existem por si, v.g. *casa, pomo, homem*; ou as qualidades, que representamos como existindo sobre si, v.g. *alvura, riqueza, doçura, mansidão, &c.* estes se dizem *nomes abstractos* (Silva 1806: 18).

Esta pormenorização realmente só se torna necessária porque, no passado, segundo a opinião de Padley (1976: 37) devido a uma interpretação errónea de Prisciano, a qualidade era unicamente atribuída ao adjetivo, não sendo, portanto, um conceito semântico-lexical, mas sim gramatical.

Para Albuquerque (1820), não é a nomeação de uma pessoa ou coisa em si, mas sim a comunicação de um facto que fica em primeiro plano (1-s-sem):

O Nome he huma palavra que serve de dar a conhecer huma pessoa ou huma cousa, quero dizer, tudo aquillo de que se pode formar idéa; assim, *Pedro, Paulo, livro, chapéo, Sol, memoria, attenção*, são nomes (Albuquerque 1820: 18).

Para Gómez Asencio (1981: 127-128), esta definição com o seu 'que serve de' pertence ao '*criterio semántico teleológico*' (protótipo: definição da *GRAE*, cf. 4.5.3.1.3), que caracteriza as gramáticas espanholas mais tradicionais. Em Portugal, esta definição de Albuquerque está isolada.

As definições semântico-lexicais do substantivo, como parte da oração própria, oferecem poucas novidades em comparação com as do substantivo como subclasse do nome. Verifica-se uma referência constante à 'coisa' ou à 'substância'. A influência da *Grammaire Générale* é difícil de avaliar, porque os próprios autores franceses importantes dão definições que não se afastam fundamentalmente das definições tradicionais semântico-lexicais.<sup>114</sup>

A única inovação importante parte de Barbosa, que toma a função do substantivo na frase como fundamento da sua definição (3-fun), em 1807 só, em 1822 juntamente com 1-s-ont:

Nome *Substantivo* he todo aquelle que *per si pode ser sujeito da Oração* (Barbosa 1807: 5).

<sup>114</sup> «On peut donc dire que les *Noms* sont des mots qui expriment déterminément les êtres, en les désignant par l'idée de leur nature» (Beauzée 1767, I: 235); «De *substance* on a fait *substantif* pour désigner en général tout nom de substance» (Condillac 1775: 135, a par do critério funcional; *vide infra*); «Le NOM est un mot qui représente à notre esprit un objet quelconque, un être ou une chose. Le nom est l'image de cet objet, le signe de rappel de cet objet. On croit voir cet objet devant soi quand on en entend le NOM» (Sicard 1799, I: 96); *nom* deve entender-se aqui como 'substantivo'.

O Substantivo pois, *he hum nome, que exprime qualquer couza como subsistente por si mesma, para poder ser sujeito da oração, sem dependencia de outra* (Barbosa 1822: 115).

Na *Grammatica Philosophica*, Barbosa dá uma extensa justificação da sua definição que, pelo que toca à componente funcional, poderá ter sido inspirada em Condillac.<sup>115</sup> Para a distinção de substantivo e adjetivo, Barbosa parte do conhecido conceito da substância e do acidente, mas não considera suficiente a correspondência 'substantivo – substância' e 'adjetivo – acidente', uma vez que as línguas não seriam uma simples reprodução dos objetos da realidade extralinguística (*natureza*), mas sim «[...] uns *Instrumentos Analyticos*, dados aos homens, não so para exprimirem e communicarem suas ideas; mas ainda mais para poderem discorrer sobre ellas [...]» (Barbosa 1822: 114). A análise dos pensamentos (no sentido de Condillac e Destutt de Tracy) teria lugar na frase, podendo cada objeto ser ou 'sujeito' ou 'atributo'<sup>116</sup> do juízo'. O 'sujeito' deveria ser uma ideia autónoma, o 'atributo' uma ideia dependente do sujeito. Barbosa consuma deste modo uma separação explícita de critérios semântico-lexicais e sintáticos que, até então, tinham sido frequentemente misturados, quando o substantivo era equiparado à substância e o adjetivo à qualidade:

[...] daqui veio a necessidade, em que se acharão as Linguas, como Instrumentos de Raciocinio, de substantivar, quando lhes fosse preciso, as mesmas qualidades insubsistentes, como *Extensão, Solidez, Dureza, Côr, etc.*, e de adjectivar as mesmas substancias fazendo por ex.: de *Espirito Espiritual, de Corpo Corporeo, de Ceo Celestial, e de Terra Terrestre, &c.*

Daqui se vê que a definição do Nome Substantivo e Adjectivo não se deve tirar, nem da differente natureza das substancias e qualidades physicas, nem da differença

<sup>115</sup> «Puisque ces noms comprennent tout ce qui existe dans la nature & tout ce qui existe dans notre esprit, ils comprennent toutes les choses dont nous pouvons parler. Tout nom, qui est le sujet d'une proposition, est donc un nom substantif» (Condillac 1775: 108-109); Destutt de Tracy (1803, II: 86) limita-se por completo ao critério funcional: «C'est le signe qui en [de la proposition, BSP] représente le sujet; c'est le *nom* [...]». Os restantes autores da *Grammaire Générale* consultados apresentam definições semântico-lexicais. Buffier (1709: 48; Buffier 1732: col. 25) também poderia ser considerado como fonte da definição funcional: «Le mot qui sert à exprimer le sujet dont on parle; je l'appelle *nom* [...]»; veja-se também Swiggers (1986: 56).

<sup>116</sup> 'Atributo' também é usado por estes autores como o francês '*attribut*' no sentido de 'complemento predicativo'. Na exposição que se segue, mantemos o termo português ou francês a fim de excluir confusões com o termo alemão '*Attribut*' («[...] nicht selbständige, d.h. nicht allein verschiebbare, nähere Bestimmung von nominalen Satzgliedern»; Bußmann 1983: 50 [designação não independente, isto é, não móvel por si, mais próxima de partes da frase nominais]).

de hum poder estar so na oração, e outro não: mas sim do differente ministerio, que cada hum exercita na enunciação analytica do pensamento (Barbosa 1822: 115).

Em Espanha, este tipo de definição pode comprovar-se, pela primeira vez, em Lacueva (1832; cf. Gómez Asencio 1981: 139).

#### 4.5.3.2.3 Resumo

De modo diferente do nome, para o qual o critério morfológico ainda desempenha um papel importante nas exposições dos autores mais antigos, o substantivo não é definido nem como subcategoria nem como categoria autónoma segundo o critério 1-m-fle. Em primeiro lugar, isto está relacionado com o facto de a variabilidade (no português unicamente de número) não constituir um critério distintivo entre o substantivo e o adjetivo. Para os autores mais recentes, que partem de duas partes da oração separadas, o critério morfológico, sob a influência de modelos de orientação mais semântico-funcional, deixa de qualquer modo, de desempenhar um papel importante.

O critério mencionado com mais frequência ao longo de todo o período de tempo é o semântico-lexical com referência à *cousa* ou *substância*. Além disso, encontra-se, nos autores mais antigos, exclusiva ou adicionalmente, o critério sintagmático ('o substantivo pode estar sem adjetivo / sozinho na frase'); desde Lobato, este critério é usado apenas esporadicamente o que, por um lado, pode derivar, de novo, de uma afinidade com definições de carácter prevalentemente semântico, devido à influência direta ou indireta da *Grammaire Générale* e, por outro lado, pode resultar da crescente divisão das categorias 'substantivo' e 'adjetivo', que tornava supérflua a (in)capacidade de poder estar sozinho na frase como critério distintivo em definições semânticas cumulativas (por exemplo, 'designa uma coisa ou a sua qualidade').

Só Barbosa (1807, 1822) apresenta uma verdadeira inovação com o uso do critério funcional. Uma vez que a frase, como meio de análise dos pensamentos, constitui a unidade mais importante da língua, para ele as partes da oração também devem ser definidas através da sua função na frase.

#### 4.5.3.3 O adjetivo

O ADJECTIVO é essencialmente um modificador do substantivo. Serve:

1.º) para caracterizar os seres, os objetos ou as noções nomeadas pelo substantivo, indicando-lhes:



Relativamente aos tipos de definição, resulta para o adjetivo como subclasse uma imagem muito semelhante à do substantivo: só uma vez é que falta uma componente que é mencionada no substantivo (Roboredo), em dois casos são acrescentados novos tipos (Bacelar, Batista). Deste modo, temos os seguintes tipos de definições:

- a 2- / 3-rel
- b 1-s-ont
- c. 1-s-ont / 2-rel
- d. 1-m-fle / 1-s-ont

O tipo d) surge isolado em Bacelar que, sob vários aspetos, é um gramático pouco comum.<sup>117</sup>

O tipo a) ocorre nos quatro autores mais antigos (cf. o exemplo de Pereira). Desde Lobato, e em perfeita analogia com o que acontece na exposição do substantivo, domina o tipo 1-s-ont:

O Nome Adjectivo he aquelle, que significa a qualidade da cousa, que significa o Nome Substantivo; pelo que delle depende para fazer sentido completo [...] (Lobato 1770: 11).

A referência à qualidade do objeto representado pelo substantivo é feita pela maioria dos autores<sup>118</sup> que se seguem. Em Aragão a 'qualidade' só é uma de quatro possibilidades de especificação do substantivo, mas em parte nenhuma é explicada a distinção entre 'qualidade', 'propriedade' e 'accidente', de maneira que estes termos também podem ter sido usados como sinónimos. Esta lista faz lembrar o quadro sinótico geral das partes da oração de Silva (1806: 15: «[...] attributos, propriedades, qualidades, e accidentes das cosas»):

A Palavra, que designa quantidade, qualidade, propriedade, ou accidente da substancia, chama-se *Nome Adjectivo* (Aragão 1812: 9).

Tal como em relação ao substantivo, Figueiredo e Fonseca definem o adjetivo segundo o critério 1-s-ont / 2-rel (tipo c):

<sup>117</sup> «O *Adjectivo* he hum som declinavel por 6 casos, como o sustantivo; e representa hum'a qualidade do agente, ou paciente, como cousa abstracta, e concordavel com elle» (Bacelar 1783a: 43).

<sup>118</sup> Bacelar (1783a: 43): 'qualidade do agente'; Álvares (1786: 5); Casimiro (1792: 2); *Compendio* (1804: 9); Casimiro (1811: 12): 'qualidade [da cousa, ou pessoa]'; Ferreira (1819: 16): 'serve para qualificar qualquer objecto'; Carneiro (1820: 12).

O *Adjectivo* he o que descobre as circumstancias da cousa, isto he, as propriedades annexas á substancia, ou que se lhe podem attribuir, e por isso não pôde estar sem o Substantivo [...] (Figueiredo 1799: 6-7).

NOME ADJECTIVO he o que se ajunta ao substantivo para denotar a sua qualidade (Fonseca 1799: 5).

A definição de Figueiredo é uma paráfrase e um alargamento da de Lobato. A definição de Fonseca, por sua vez, foi traduzida literalmente da *GRAE*,<sup>119</sup> se bem que imperfeitamente.

Batista (1816: 46) é o único que não fala da qualidade ou outros aspetos do objeto representado pelo substantivo, mas sim de que o adjetivo só pode ter um 'completo sentido' em combinação com o substantivo. Além disso, salienta que o substantivo e o adjetivo devem congruir formalmente (2-m-rel).

#### 4.5.3.3 Definições do adjetivo como parte da oração autónoma

Tal como para o substantivo, também há um maior leque de definições para o adjetivo entre os autores mais modernos que dividem estas duas partes da oração:

- a) 1-s-psi (Melo 1818).
- b) 1-s-ont (Sousa 1804).
- c) 1-s-ont / 2-rel (Silva 1806;<sup>120</sup> Ribeiro 1819).
- d) 1-s-ont / 3-rel / 3-fun (Barbosa 1807, Barbosa 1822).
- e) 2-rel (Albuquerque 1820).

A comparação com as definições do substantivo dos mesmos autores (4.5.3.2.2) revela uma reduzida concordância entre os critérios definidores, consideravelmente menor do que nos autores que abordam o substantivo e o adjetivo como subcategorias do nome.

Em quase todas as definições ou componentes de definição do tipo 1-s, continua presente de certa forma a ideia de qualidade que o adjetivo exprime. Os pontos de referência, porém, divergem. Na maior parte dos autores, o conceito de 'qualidade' está relacionado com as coisas ou

<sup>119</sup> «NOMBRE ADJECTIVO es el que se junta al sustantivo para denotar su calidad, como: *bueno, malo, blanco, negro*. El adjetivo no puede estar en la oracion sin sustantivo expreso, ó suplido» (*GRAE* 1771: 6).

<sup>120</sup> Esta definição refere-se aos 'adjetivos atributivos'.

pessoas representandas pelo respetivo substantivo (1-s-ont), como, por exemplo, em Sousa (1804):

Chamão-se *Adjetivos* aquelas palavras que exprimem qualidades indeterminadas, que podem competir a muitas coizas que existem, ou se supõem existir [...] (Sousa 1804: 39).

Tal como já fizera com o substantivo, Melo (1818) não define o adjetivo através do objeto subjacente, mas sim através da ideia expressa pelo adjetivo (1-s-psi):

*Vocábulo adjetivo* é o sinal da ideia d'ajunto: v. g. *bom, grande, &c* (Melo 1818: 60).

Em Albuquerque (1820), pelo contrário, não se fala da qualidade do objeto ou do pensamento que lhe corresponde, mas sim da modificação do significado lexical do substantivo:

O Adjectivo he huma palavra que se ajunta ao nome para o qualificar, ou para determinar a extensão de sua significação; assim ha duas sortes de adjectivos, huns *qualificativos*, e outros *determinativos* (Albuquerque 1820: 21).

Em vez da simples relação de determinação 'objeto – qualidade', observa-se aqui uma relação entre os '*signifiés*' do substantivo e do adjetivo, ou seja, não se trata de dados ontológicos mas sim da relação entre significados lexicais na frase (2-s-rel).

Barbosa (1807) transpõe a relação 'substância – qualidade' para o plano das partes da oração; a substância está em correlação com o sujeito e a qualidade com o 'atributo' (3-fun):

Nome Adjectivo he aquelle, que exprime as ideas accessorias, e qualidades, que só podem ser attributos de hum sujeito. Porisso nunca figura per si na oração, e connota sempre um sujeito em que exista [...] (Barbosa 1807: 22).<sup>121</sup>

<sup>121</sup> Para esta definição Barbosa não encontra nenhum modelo em Condillac, que define o adjetivo em termos da semântica lexical: «C'est que les substantifs expriment tout à la fois certaines qualités & le soutien sur lequel nous les réunissons: ces adjectifs, au contraire, n'expriment que certaines qualités, et nous avons besoin de les joindre à des substantifs, pour trouver le soutien que ces qualités doivent modifier» (Condillac 1775: 141-142). Destutt de Tracy (1803, II: 103) usa uma definição de acordo com o critério funcional mas, ao contrário de Barbosa, distingue a função atributiva da função predicativa do adjetivo: «Ils ont deux fonctions, celle de modifier les noms et pronoms, et par conséquent de multiplier le nombre des sujets de proposition réellement distincts; et celle de se joindre au verbe *étant*, et en le modifiant aussi, de former avec lui toutes sortes de verbes composés, toutes sortes d'attributs différens». Tal como já no caso do substantivo, os outros autores

O ponto de referência da 'qualidade' pode, portanto, ser de natureza diversa:

- 1.º Objeto (pessoa ou coisa) que é expresso pelo nome: 1-s-ont
- 2.º Ideia deste objeto: 1-s-psi
- 3.º 'Signifié' do nome: 2-s-rel
- 4.º O nome como parte da oração (sujeito): 3-fun

As componentes sintagmáticas que ocorrem correspondem, em princípio, às já mencionadas em 4.5.3.3.2.; trata-se de destacar que o adjetivo não pode ocorrer sozinho, mas só em ligação com um nome.

O que é novo, porém, é o aspeto funcional em Barbosa. Tanto a definição já citada, contida em *As duas linguas*, como a da *Grammatica Philosophica*, fazem referência ao papel do adjetivo na frase, nomeadamente como 'atributo' que exige um sujeito.<sup>122</sup>

E o Adjectivo, *he hum nome, que exprime huma couza como accessoria de outra para ser sempre o attributo de hum sujeito claro, ou occulto, sem o qual não pode subsistir* (Barbosa 1822: 115).

Em princípio, os autores em que o adjetivo é tratado como parte da oração autónoma dão as mesmas definições que os seus antecessores, mas quase todos incluem, para além dos adjetivos 'em si' (portanto os que têm significado lexical), também os modificadores do substantivo com significado gramatical (artigos, pronome com função adjetiva). Excetuam-se Sousa (1804), que mantém os artigos e os pronomes como classes, e Silva (1806), que inclui e define os 'adjetivos articulares' como parte da oração própria, a par dos 'adjetivos atributivos'. Nos restantes autores, encontram-se ainda, além da definição do adjetivo em geral, definições suplementares dos adjetivos 'lexicais' com várias denominações ('adjetivos qualificativos', 'atributivos'<sup>123</sup> ou 'restritivos / explicativos', cf. 4.5.2.2.3). Uma subclassificação dos adjetivos lexicais em 'restritivos' e 'explicativos' é levada a cabo por Barbosa (1807, 1822) e por Ribeiro (1819):

---

importantes da *Grammaire Générale* apresentam definições pertencentes ao âmbito da semântica lexical – por exemplo, Beauzée (1767, I: 290-291).

<sup>122</sup> Convém realçar, mais uma vez, que o aspeto frásico-funcional em Barbosa resulta diretamente do semântico-lexical, não podendo ser divididos inequivocamente.

<sup>123</sup> O termo 'adjetivo atributivo', aqui, não se refere à sua função na frase, mas sim à maneira da modificação do substantivo.

Os Adjectivos *qualificativos* ou exprimem idéas *essenciaes*, ou *accidentaes* [...]; aquelles dizem-se *restrictivos*; estes *explicativos* (Ribeiro 1819: 61).

Os Adjectivos Explicativos, e os Restrictivos tem isto de commum, que ambos modificão o substantivo, a que se ajuntão: porêm tem caracteres proprios, que os distinguem.

Os Explicativos não accrescentão á significação de seu substantivo idea alguma nova, e o que fazem so, he desenvolver as que o mesmo substantivo contêm na sua noção, ainda que confusamente. Os Restrictivos porêm accrescentão ao appellativo huma idea nova, não comprehendida na sua significação, pela qual esta fica restringida a hum menor numero de individuos (Barbosa 1822: 178-179; de modo semelhante Barbosa 1807: 39).

A integração do pronome com função adjetiva – incluindo o artigo – na classe dos adjetivos deriva, como já se referiu (cf. 4.5.2.2.3), dos autores da *Grammaire Générale* francesa. As diferenças entre adjetivos determinativos, por um lado, e explicativos / restritivos, por outro, são apresentadas por Barbosa do seguinte modo:

Adjetivos determinativos	Adjetivos explicativos / restritivos
Individualizam os nomes comuns	Qualificam os nomes comuns
Ocorrem antes do substantivo	Ocorrem depois do substantivo
Não têm graus	Têm graus
Em número limitado	Em número ilimitado

Os conceitos 'explicativo' e 'restritivo' devem ser entendidos como hoje são usados para as orações relativas. Barbosa (1822: 179) mostra a diferença entre eles ao recorrer aos exemplos *Deus justo* e *homem justo*:

Quando por ex. digo: *Deos justo*; o adjectivo *Justo* he explicativo; por que modifica o substantivo *Deos* com huma idea, que ja tinha. Quando porêm digo: *Homem justo*; o mesmo adjectivo ja não he explicativo, mas restrictivo; porque a idea de justiça não se contêm necessariamente na idea de homem; e por tanto restringe a classe mais geral dos *homens todos* á mais particular dos *homens justos*, que são poucos.

Em seguida, Barbosa menciona mais possibilidades de distinguir os adjetivos explicativos dos restritivos: cada adjetivo corresponderia a uma oração subordinada que deverá ser introduzida por *porque* – nos adjetivos explicativos – e por *se* ou *quando* – nos restritivos – (por exemplo, *Deus justo castiga os maus* → *Deus, porque é justo, castiga os maus*. *O homem justo dá a cada um o que é seu* → *O homem, quando é justo, dá a cada um o que é seu*). Par além disso, poder-se-ia prescindir do adjetivo explicativo sem que ficasse limitada a veracidade da frase, mas o mesmo já não poderia acontecer com o restritivo (*Deus castiga os maus*, mas não *O*

*homem dá a cada um o que é seu*). Além de tudo, os adjetivos explicativos poderiam ser colocados antes ou depois do substantivo, sem que isso implicasse uma diferença de sentido (por exemplo: *a inconstante fortuna, a fortuna inconstante*), no caso dos restritivos, porém, haveria uma mudança de sentido (*o homem rico, ou seja, todo homem que é rico vs. o rico homem, isto é, um certo homem rico*)<sup>124</sup> (Barbosa 1822: 180-181).

A distinção entre os dois grupos de adjetivos é, antes de mais, de natureza puramente semântica; as particularidades sintáticas só são deduzidas depois. Por outro lado, Barbosa dispensa tematizar a distinção entre adjetivos atributivos e predicativos (estes últimos são considerados por ele como uma parte dos 'verbos adjetivos').

#### 4.5.3.3.4 Resumo

De um modo geral, na definição do adjetivo (quer como subgrupo, quer como categoria própria), são usados os mesmos critérios do que na do substantivo: os sintagmáticos em especial nos autores mais antigos, e os semântico-lexicais (referidos à 'qualidade') durante todo o período estudado. Barbosa (1807, 1822) é novamente o único que tenta chegar a uma definição funcional.

A influência da *Grammaire Générale* manifesta-se, aqui, menos nas definições – a gramática de Port-Royal, Beauzée e Dumarsais na *Encyclopédie*, por exemplo, não definem de maneira essencialmente distinta dos seus antecessores 'não-filosóficos' – do que na divisão em adjetivos determinativos, por um lado, e explicativos / restritivos, por outro lado.

---

<sup>124</sup> Esta conceção encontra-se também em gramáticas modernas: Vázquez Cuesta / Luz (1980: 475) escrevem acerca da colocação do adjetivo antes do substantivo: «O adjectivo anteposto perde um pouco do seu valor e tende a formar com o substantivo grupos fraseológicos tópicos. Diz-se, por exemplo, *as doiradas espigas*, sem que as espigas sejam sempre doiradas, porque se admitiu um dia que deviam sê-lo, e *o inspirado artista, o sábio Professor*, atribuindo a um caso concreto qualidades inerentes ao substantivo absoluto e abstracto». Cunha / Cintra (1992: 268-269), porém, apontam outros critérios para a colocação do adjetivo antes do substantivo. Segundo eles, a principal diferença reside no facto de, na sequência 'lógica' de palavras 'substantivo – adjetivo', o adjetivo ter um significado objetivo e, na inversa, um significado subjetivo.

#### 4.5.3.4 O pronome

1. Os PRONOMES desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais. Servem, pois:

a. para representar um substantivo: [...].

b. para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado: [...].

No primeiro caso desempenham a função de um substantivo e, por isso, recebem o nome de PRONOMES SUBSTANTIVOS; no segundo chamam-se PRONOMES ADJECTIVOS, porque modificam o substantivo, que acompanham, como se fossem adjectivos.

2. Facilmente, aliás, se distinguem na prática essas duas classes de pronomes, porque os PRONOMES SUBSTANTIVOS aparecem isolados na frase ao passo que os PRONOMES ADJECTIVOS se empregam sempre junto de um substantivo, com o qual concordam em género e número.

3. Há seis espécies de pronomes: PESSOAIS,<sup>125</sup> POSSESSIVOS, DEMONSTRATIVOS, RELATIVOS, INTERROGATIVOS e INDEFINIDOS (Cunha / Cintra 1992: 277-278).

Na história da gramática portuguesa, a classificação dos pronomes tem sofrido oscilações. No âmbito dos sistemas octádicos tradicionais, constituem uma parte da oração própria, mas nos autores com sistemas triádicos formam um subgrupo subordinado ao nome, acabando por ser integrados nas classes 'adjetivo' e 'substantivo' nos sistemas dos autores influenciados pela *Grammaire Générale*. As gramáticas aqui estudadas distribuem-se do seguinte modo por estes três grupos:

a) 'Pronome' como parte da oração própria:

Barros (1540)

Argote (1725)

Lobato (1770)

Álvares (1786)

Casimiro (1792)

Fonseca (1799)

Sousa (1804)

Batista (1816)

Ferreira (1819)

b) 'Pronome' como subcategoria distinta:

Roboredo (1619)

Pereira (1672)

Figueiredo (1799)

<sup>125</sup> Incluem-se aqui também os pronomes pessoais reflexos.

*Compendio* (1804)

Carneiro (1820)

c) Pronome integrado em outras categorias:

Silva (1806)

Barbosa (1807)

Casimiro (1811)

Aragão (1812)

Melo (1818)

Ribeiro (1819)

Albuquerque (1820)

Barbosa (1822)

Não são identificáveis os pronomes em Bacelar (1783a).

#### 4.5.3.4.1 Definições do pronome como parte da oração própria

As definições do pronome como categoria própria assentam quase todas no critério 2-par, como, por exemplo, em João de Barros:

Pronome, e hũa páрте da óraçám que se põem em lugar do próprio nome: e por isso dissemos que era cõiüta a elle per matrimónio, e daquy tomou o nome (Barros 1540: fol. 15r).

A conceção de o pronome substituir um nome próprio, deriva de Prisciano (cf. Ramajo Caño 1987: 121; Donatus 1864, IV: 357, pelo contrário, fala apenas de «Pars orationis, quae pro nomine posita [...]»), encontrando-se, mais tarde, em Nebrija.<sup>126</sup> Ao apoiar-se na lição do gramático espanhol, Barros acrescenta:

Exemplo, Eu escreuo esta Grãmática pera ty, Esta páрте, eu, se chama, Pronome: aquál básta pera se entender o que disse, sem acreçêtar o meu próprio nome Ioam de Bárros, em cuió lugar sçrue. Esta, tambem e Pronome da Grãmática: Ty, está em lugar de António, como se disse: Eu Ioam de Bárros escreuo esta Grammática pera ty António (Barros 1540: fol. 15r).

Também no que respeita aos acidentes do pronome, Barros procede como Nebrija. No âmbito da 'espécie, faz-se a distinção entre 'pronomes

<sup>126</sup> «Pronombre es una de las diez partes de la oración, la cual se declina por casos, y tiene personas determinadas. E llámase pronombre, por que se pone en lugar de nombre proprio; por que tanto vale *io* como Antonio, *tú* como Hernando» (Nebrija 1980: 180; de modo análogo nas *Introducciones* 1981: [23r]).

primitivos' e 'derivados', aliás com um significado diferente do que tem no caso do nome: 'primitivos' são os nominativos 'eu, tu, sy, este, esse, elle,<sup>127</sup> 'derivados' os possessivos 'meu, teu, seu, nósso, uósso'<sup>128</sup> (Barros 1540: fol. 15v). As 'derivações' do pronome não correspondem às do nome, de maneira que Braselmann (1991: 241) questiona por que motivo Nebrija também escolhe este termo neste contexto e conclui:

Eine sinnvolle Erklärung ergibt sich nur, wenn man in diesem Fall nicht einen morphologisch-lexematischen, sondern einen rein semantischen Ableitungsbegriff ansetzt, und zwar in dem Sinne, daß sich die 'primogénitos' direkt auf die personale bzw. lokale Deixis beziehen (Personalpronomina, Demonstrativa), während die 'derivados' (Possessiva) eine Relation zu diesen Positionen zum Ausdruck bringen; damit nimmt Nebrija einen sehr modernen Possessivbegriff vorweg.<sup>129</sup>

Este raciocínio está de acordo com a explicação que Barros dá para o conceito de 'derivado':

Chamanse deriuádos por ã se derivã dos primeiros em o cáso gtd [genitivo, BSP]: onde diz de my, se deriua, meu, e de ty, teu, e de sy, seu, E no plural nósso uósso (Barros 1540: fol. 15v).

Desviando-se de Nebrija, Barros menciona ainda, neste passo, a função demonstrativa e anafórica do pronome:

Eu, nós, tu, uós, este, estes, sam demõstrativos: por ã cásy demõstrã a cousa, per semelhante exêplo. Este liuro ẽ do principe nósso senhor. Elle, esse cõ seus pluráles chamã relatiuos: por fãzerẽ relaça e lãbrança da cousa dita, posto ã o seu pricipal ofiço seia demõstratiuo (Barros 1540: fol. 15v).

A frase exemplificativa com *este livro* está em contradição com a definição introdutória do pronome, uma vez que *este* não substitui um nome próprio.

<sup>127</sup> Cf. Nebrija (1980: 180): «De la especie primogénita son seis pronombres: 'io, tú, sí, éste, ésse, él'».

<sup>128</sup> Cf. Nebrija (1980: 180): «De la especie derivada son cinco: *mío, tuio, suio, nuestro, vuestro*, τ tres cortados: de *mío, mí*; de *tuio, tú*; de *suio, su*». As formas abreviadas não ocorrem em Barros pelo facto de o português, ao contrário do espanhol, não as conhecer.

<sup>129</sup> [Só se encontra uma explicação significativa se se considerar para este caso, não um conceito de derivação morfológico-lexemático, mas sim puramente semântico, nomeadamente no sentido de que os 'primogénitos' se referem diretamente à deixis pessoal ou local (pronomes pessoais, demonstrativos), ao passo que os 'derivados' (possessivos) exprimem uma relação com estas posições; deste modo Nebrija antecipa um conceito muito moderno de possessivo].

Já no acidente 'figura', Barros segue, de novo, quase literalmente o modelo espanhol de Nebrija:

Dvas figuras tem o pronome, Simplex, e Compósta. Figura simplex ẽ, eu, tu, este, esse, Compósta chamamos, eu mesmo, tu mesmo, aqweste, aquesse, &c. Esta cõposiçam destas duas pártes, eu mesmo, nã faz mais, que acreçentár hũa eficacia e uehemençia ao pronome, a que os gregos chamã, Emphasim, que mayór eficacia tem dizer, eu mesmo escreuy esta árte, que escreuy esta árte (Barros 1540: fol. 15v; cf. Nebrija 1980: 180)

Corresponde à definição e ao foco de atenção dado à dêixis pessoal quando Barros, nas suas tabelas de 'declinações', e excetuando os pronomes relativos, toma exclusivamente em conta os pronomes pessoais e possessivos:

Ntõ — eu — nos  
 Gtõ — de my — de nós  
 Dtõ — a my — a nós  
 Actõ — me — nós  
 Vctõ — ó eu — ó nós  
 Abl. — de my de nós (Barros 1540: fol. 16r).

Atrai a atenção o facto de a forma tónica *a mim* ser exclusivamente atribuída ao dativo (cuja forma átona é *me*) e a átona *me* exclusivamente ao acusativo,<sup>130</sup> ao passo que Nebrija, na sua tabela «De la declinación del pronombre», classifica as formas correspondentes do espanhol de maneira correta (Nebrija 1980: 234).

Pelo que diz respeito à relação das formas de tipo *de mim* com os pronomes possessivos, Barros simplifica a exposição de Nebrija, o qual assume nos pronomes que construções com *de* e possessivos não têm o mesmo significado. Em vez de proceder a uma distinção entre *es mi opinión* ('é a minha opinião') e *es la opinión de mí* ('é a opinião sobre mim'), contempla os possessivos, sem mais comentários, como derivados da 'primeira declinação' que, de modo análogo ao dos pronomes, se processa com as preposições *de* e *a*, bem como com a interjeição *ó!* Os pronomes possessivos são depois 'declinados' de acordo com o mesmo esquema:

Ntõ — meu — minha  
 Gtõ — de meu — de minha  
 Dtõ — à meu — á minha

<sup>130</sup> Na verdade, *me* é a forma átona (clítica) tanto de dativo como de acusativo, sendo *a mim* a forma tónica.

Actō — meu — minha

Vctō — ó meu — o minha

Abltō — de meu de minha (Barros 1540: fol. 16v).

A fórmula 'põe-se em lugar de nome', correspondente à definição de Donato 'pro nomine posita', mas sem a restrição explícita de Nebrija e de Barros aos nomes próprios, encontra-se – com duas exceções, Sousa (1804) e Batista (1816) – em todos os outros gramáticos que consideram o pronome como categoria própria. A autora do *Breve Compendio* acrescenta ainda: «[...] para significar o mesmo que significou o Nome [...]» (Álvares 1786: 10), ou seja, oferece, portanto, uma definição semântico-paradigmática adicional (2-s-par).

Segue-se, agora, a apresentação da classificação possível dos pronomes, usando como exemplo a de Lobato, que escreve o seguinte:

Divide-se o Pronome em varias especies, que são: *Demonstrativo, Reciproco, Possessivo, Relativo, e Interrogativo*. Entre estes chamão-se primitivos aquelles, que se não derivão de outros; e derivados aquelles, que se derivão dos primitivos. Todos são adjectivos, tirando *Eu, Tu, Si*, que a opinião commum dos Grammaticos julga substantivos (Lobato 1770: 39).

Lobato identifica como pronomes demonstrativos todos os pronomes com os quais uma pessoa ou uma coisa é 'mostrada', logo também os pronomes pessoais que, tal como os nomes, são 'declinados' com o auxílio das preposições e têm o valor de substantivos. São ainda 'Pronomes demonstrativos' aqueles que, ainda hoje, são assim denominados, como *este, esse, aquelle* (Lobato 1770: 43-44). 'Pronome recíproco' é o pronome reflexivo, citado na sua sua forma tónica *si* e igualmente 'declinado', ao passo que a forma átona *se* – que numa perspectiva sincrónica é considerada como o pronome reflexivo propriamente dito – é considerada como variante do dativo (*a si*) e do acusativo (*a / para si*) (Lobato 1770: 45). Os pronomes possessivos correspondem aos que também hoje são entendidos como tais (*meu / minha, teu / tua*, etc.). Os pronomes relativos são concebidos como anafóricos («[...] traz á memoria o nome substantivo, pelo qual se poem na oração», Lobato 1770: 47), mas Lobato não é muito coerente na sua exposição, uma vez que parafraseia a frase exemplificativa «*O senhor D. José I. Rei de Portugal instituiu escolas, as quaes são muito uteis aos seus vassallos*» da seguinte maneira: «[...] *as quaes escolas são muito uteis aos seus vassallos*» (Lobato 1770: 47). Contam como pronomes relativos *qual, que* e *quem*, que são 'declinados' do modo seguinte: *qual* só com artigo, *que* com e sem artigo e *quem* exclusivamente sem ele (Lobato

1770: 48-49). Como pronomes interrogativos, são apenas mencionados *que*, *qual* e *quando* (Lobato 1770: 50).

No que diz respeito aos pronomes pessoais, é a posição tradicional que estes, também na primeira e na segunda pessoas, estão em lugar do locutor e do alocutário, respetivamente. Excetuando João de Barros, os autores mais antigos, porém, restringem os seus exemplos à terceira pessoa e não fazem a distinção entre os pronomes pessoais e os pronomes demonstrativos anafóricos (por exemplo: *David matou o gigante, mas este era mais corpulento que aquele*, Álvares 1786: 10). Deste modo excluem, de antemão, o papel de locutor e de alocutário.<sup>131</sup> Também Lobato segue, em princípio, esta conceção do pronome como substituto do nome. Por outro lado, porém, o título do seu capítulo «Declinação do Pronome *Eu*, que mostra a primeira pessoa, que fala na oração» (Lobato 1770: 40) permite entender que o autor estabelece uma relação entre o pronome e o ato de fala. A função anafórica dos pronomes da 3.<sup>a</sup> pessoa é expressa pelo menos implicitamente: *ele*, *este*, *aquele*, etc., representam um nome que já tinha sido explicitamente mencionado. Em Lobato, por exemplo, chama-se a atenção para o facto de se colocar o pronome para evitar uma repetição do nome «[...] pois seria fastidiosa no mesmo periodo, se dissessemos: *Pedro estuda Grammatica, e Pedro ha de estudar Rhetorica* [em vez de (...) *e o mesmo ha de estudar Rhetorica*]» (Lobato 1770: 38-39).

Apenas dois dos autores mais recentes que consideram o pronome como classe de palavras autónoma, Sousa (1804) e Ferreira (1819), é que se afastam da fórmula clássica 'está em vez de um nome' e introduzem aspetos pragmáticos (PRA) e anafóricos (3-ana) na definição:

Os Pronomes são palavras que exprimem as pessoas que figurão no discurso, e as coizas determinadas por outras palavras, a que os pronomes se referem quando se fala, para evitar a repetição das mesmas palavras antecedentes (Sousa 1804: 43).

O Pronome he huma palavra que serve para designar o nome pela pessoa que elle representa no discurso; isto he, que designa huma das tres pessoas sem ajuda do nome (Ferreira 1819: 23).

A conceção de que os pronomes pessoais funcionam não como substitutos de nomes próprios, mas sim como representantes das pessoas

<sup>131</sup> Em Argote (1725), falta o aspeto deítico na descrição dos pronomes que, no entanto, é tematizado no capítulo «*Dos Verbos, e das suas pessoas, modos e tempos*»: «M. Qual he a primeyra pessoa? D. He a que falla, e tem antes de si o Pronome *Eu*, ou *Nòs*» (Argote 1725: 51).

que participam no ato de fala surgiu na *Grammaire Générale* francesa<sup>132</sup> (cf. Schlieben-Lange 1989b: 82-83) e deve entender-se no contexto de uma tendência geral desta época de incluir aspetos pragmáticos e comunicativos na descrição linguística: «Die Sprachwissenschaftler um 1800 stellen sich die Frage, welche Funktion diese oder jene Wortart für den Prozeß des Sprechens erfüllt» (Schlieben-Lange 1989b: 77).<sup>133</sup> Como se pôde ver mais acima, este ponto de vista nem sempre foi completamente posto de parte pelos autores mais antigos, mas também não chegou a ser colocado em primeiro plano ou usado como fundamento de uma definição.

#### 4.5.3.4.2 Definições dos pronomes como subclasse

Nos autores com um sistema triádico, os pronomes são normalmente classificados como subgrupo do 'nome', recebendo, no entanto, um espaço próprio e uma definição também própria dentro desta classe. Nem todos os autores referidos em 4.5.2.2.2, porém, procedem desta maneira. Aragão (1812) inclui os pronomes nas 'partículas' e Casimiro (1811), de acordo com o modelo dos autores da *Grammaire Générale*, renuncia à categoria 'pronome' por completo e identifica estas formas como adjetivos. Em Bacelar (1783a), não é possível identificar quaisquer pronomes. Restam, portanto, Roboredo (1619), Pereira (1672), Figueiredo (1799) e o *Compendio* (1804); falta acrescentar ainda Carneiro (1820) com o seu sistema híbrido (cf. 4.5.2.2.1).

Em comparação com as gramáticas do último capítulo, as definições são agora mais variadas. Apenas um único autor – Roboredo (1619)<sup>134</sup> – adota simplesmente a fórmula 'está em vez de um nome'. Carneiro (1820) especifica esta afirmação no sentido de que o pronome representa o nome

<sup>132</sup> Cf. por exemplo Beauzée (1767, I: 272) «On appelle *première personne*, la relation du sujet qui parle de lui-même; *seconde personne*, la relation du sujet à qui l'on parle de lui-même; *troisième personne*, la relation du sujet dont on parle, qui ne prononce ou qui n'est pas censé prononcer le discours, & à qui il n'est point adressé: & c'est en désignant les êtres par l'idée précise de l'une de ces trois personnes, que les Pronoms expriment, comme les noms, des êtres déterminés, sans être cependant de la même espèce que les noms».

<sup>133</sup> [Os linguistas, por volta de 1800, colocam a questão de saber qual a função que esta ou aquela parte da oração desempenha no processo da fala].

<sup>134</sup> «Pronome he nome Adjectivo, do qual vsamos em lugar de Sustantivo Singular, ou Proprio [...]» (Roboredo 1619: 67).

e o 'traz à memória'.<sup>135</sup> Pereira (1672) e Figueiredo (1799) usam, além do critério 2-par, também 1-s-ont:

[...] definitur pars orationis, quae loco nominis posita certam determinatamque personam significat (Pereira 1672: 13).

Quando o Nome Substantivo não está na Oração, mas está outro em seu lugar, este, como dissemos, chama se *Pronome*, e significa pessoa, ou cousa determinada (Figueiredo 1799: 15).

O *Compendio* (1804) salienta a função anafórica do pronome (3-ana):

*Pronome* he aquelle que significa o que já por outro nome se acha significado; como *Eu, Este, Qual, Quem* (*Compendio* 1804: 9-10).

Ao todo ocorrem, então, os seguintes tipos de definição:

- a) 2-par
- b) 1-s-ont / 2-par
- c) 3-ana

#### 4.5.3.4.3 Os pronomes como adjetivos e substantivos

As oito gramáticas portuguesas em que o pronome não representa uma classe de palavras autónoma pertencem – com exceção da de Casimiro (1811) – à tradição da *Grammaire Générale*. O tratamento das palavras até então incluídas na categoria 'pronome' tinha sofrido modificações importantes por parte de Beauzée e Condillac.

Beauzée considera somente os pronomes pessoais como verdadeiros pronomes.<sup>136</sup> De modo diferente dos nomes (substantivos), não se referem

<sup>135</sup> «O *pronome* representa e traz á memoria algum nome, como, *eu, tu, elle, se, lhe, o qual, aquelle, o mesmo, etc.*» (Carneiro 1820: 25).

<sup>136</sup> «Il suit évidemment de tout ce qui précède, qu' on ne doit regarder comme des Pronoms, que les mots qui expriment des êtres déterminés par l'idée de leur personne.

Les Pronoms de la première personne sont, en françois, *je, me, moi* au singulier; & *nous* au pluriel.

Ceux de la seconde sont *tu, te, toi* au singulier; & *vous* au pluriel.

Pour la troisième personne, il y a deux espèces de Pronoms dans notre langue; l'un *direct*, & l'autre *réfléchi*.

Le Pronom *direct* est celui qui détermine directement & simplement les êtres par l'idée de la troisième personne: c'est *il, elle & lui* au singulier, *ils, eux, elles*, & *leur* au pluriel.

à ideia da natureza das coisas designadas (*êtres*), mas sim à ideia da sua pessoa («[...] les noms expriment des êtres déterminés, en les désignant par l'idée de leur nature; les *Pronoms* expriment des êtres déterminés, en les désignant par l'idée de leur personne», Beauzée 1767, I: 269; cf. 4.5.3.4.1).

Em Condillac, os pronomes pessoais da 1.<sup>a</sup> e da 2.<sup>a</sup> pessoas têm o valor de substantivos<sup>137</sup> e os da 3.<sup>a</sup> pessoa o de pronomes derivados de adjetivos. No capítulo «*Des pronoms*», pode ler-se sob a alínea «Comment les adjectifs *il, elle, le, la* sont devenus des pronoms»:

NOUS avons vu qu'*il, elle, le, la* sont dans le vrai des adjectifs employés avec ellipse; en effet, qu'après avoir parlé d'Alexandre, j'ajoute *il a vaincu Darius, il*, sera pour *il Alexandre*, où l'on voit que ce mot est un adjectif. De même, si ayant parlé de la campagne, je dis, *je l'aime, c'est je la campagne aime*, & on reconnoît encore un adjectif, aussi-tôt qu'on a rempli l'ellipse.

Nous avons mis, parmi les noms de la troisieme personne, les adjectifs *il, ils, elle, elles*, & nous venons de considérer comme articles les adjectifs *le, la, les*.

Or, parce que ces noms de la troisieme personne & ces articles sont employés sans être suivis des substantif qu'ils modifient, il est arrivé qu'ils ont paru prendre la place des noms qu'on supprime, & ils sont devenus des pronoms, c'est-à-dire, des noms employés pour des noms qui ont été énoncés auparavant, & dont on veut éviter la répétition.

Telle est l'expression des pronoms; c'est qu'ils rappellent un nom avec toutes les modifications qui lui ont été données (Condillac 1775: 231-232).

De acordo com esta exposição, os pronomes pessoais da terceira pessoa pela sua origem seriam adjetivos a desempenhar uma função substantiva como pronomes.

Pelo que toca às restantes palavras habitualmente consideradas como pronomes, Beauzée denomina-as 'articles', vendo-as, porém, como subgrupo dos adjetivos, ao lado dos 'adjectifs physiques':

C'est toute autre chose des Adjectifs de la seconde espèce dont il va être question: ils n'ajoutent aucune idée à la compréhension du nom appellatif; mais ils

---

Le Pronom *réfléchi* est celui qui détermine les êtres par l'idée de la troisième personne, avec l'idée accessoire de réflexion ou de réaction sur le même objet; c'est *se & soi* pour les deux nombres» (Beauzée 1767: 275).

<sup>137</sup> «Vous remarquerez que les noms de la première & de la seconde personne expriment bien mieux les vues de l'esprit, que ne feroient les noms propres. Ils expliquent clairement, l'un la personne qui parle, l'autre la personne à qui on parle. Vous ne vous feriez plus entendre, si vous vous nommiez, au lieu de dire *je*; et si au lieu de dire *vous*, vous vouliez faire usage du nom de celui à qui vous adresseriez la parole. Ces noms ne sont donc pas employés à la place d'aucun autre, & ce sont de vrais substantifs» (Condillac 1775: 164).

font disparoître l'abstraction des individus, & ils indiquent positivement l'application du nom aux individus auxquels il peut convenir dans les circonstances actuelles (Beauzée 1767, I: 304-305).

Igualmente em Condillac os adjetivos têm o valor de subgrupo do adjetivo, como se lê na alínea «Quelle est la nature des adjectifs qui déterminent une idée?»:

Il y en a d'autres qui, laissant au substantif la signification qu'il a, n'y ajoutent aucun nouveau développement, & par conséquent, aucun accessoire. Ils se bornent à faire connoître, si nous prenons la signification d'un substantif dans toute son étendue, ou si nous la restreignons. C'est pourquoi j'ai dit qu'ils modifient en déterminant (Condillac 1775: 142).

Destutt de Tracy, finalmente, integra todos os pronomes pessoais numa categoria comum chamada 'noms et pronoms' (Destutt de Tracy 1803, II: 102), incluindo os restantes pronomes nos adjetivos.<sup>138</sup>

Exposições destas ou semelhantes a elas devem ter sido o modelo para aqueles autores portugueses que prescindiram dos 'pronomes' como parte da oração própria.

Em metade das gramáticas em causa, os pronomes ocorrem exclusivamente na categoria 'adjetivo'.

Casimiro (1811: 12-13) inclui os pronomes relativos e interrogativos, ao lado dos possessivos, entre os 'noms adjectifs', omitindo todos os outros grupos. Aragão (1812: 10) considera todas as espécies de pronomes como 'adjectifs accidentais', o que não o impede de acrescentar um capítulo próprio intitulado «*Divisões, e Declinações do Pronome*» (Aragão 1812: 24-27). Na sua definição dos pronomes ou 'adjectifs accidentais', introduz uma componente estilística, semelhante à que se encontra na gramática de Port-Royal: os pronomes servem para evitar a repetição do nome.<sup>139</sup>

<sup>138</sup> «Je sais que parmi ces adjectifs, que j'appelle déterminatifs, il y a beaucoup de mots que l'on range ordinairement dans différentes classes; les uns sont nommés des pronoms, d'autres des noms de nombre, d'autres des adjectifs tout simplement, d'autres enfin des articles [...]» (Destutt de Tracy 1803, II: 109-110).

<sup>139</sup> «Comme les hommes ont esté obligez de parler souvent des mesmes choses dans mesme discours, & qu'il eust esté importun de repeter tousiours les mesmes noms, ils ont inuenté certains mots pour tenir la place de ces noms, & que pour cette raison ils ont appellé *Pronoms*» (Arnauld / Lancelot 1660: 59).

Se a elle [=nome] se referem, para não repetirem o seu Nome por brevidade, chamão-se *Pronomes*; que não são mais do que Nomes Adjectivos *Accidentaes* (Aragão 1812: 10).

Para além disso, a sua exposição é interessante no que toca às funções anafóricas, deíticas e catafóricas dos vários pronomes, uma vez que toma os três tempos verbais, passado, presente e futuro, como ponto de partida da descrição – o que o leva a um resultado perfeitamente original, desde uma perspetiva atual:

NÃO se pôde considerar o *Pronome*, sem que se considere huma relação, ou referencia ao objecto, cujo *Nome*, por brevidade, e belleza do idioma, se não repete. Logo, todo o pronome infallivelmente he *Relativo*, e designa hum *accidente* da substancia, como *Adjectivo*.

Mas como o objecto *relato* pôde estar em alguma das tres Épocas (ou Tempos); *Pretéríta*, *Presente*, ou *Futura*; tambem o Pronome he de tres castas. Se se refere ao *Pretérito*, he meramente *Relativo*, ou *Memorativo*. V.gr. os Artigos *o. a: os. as. O qual, a qual. Que: o que, a que. Elle, ella. Mesmo, mesma*.

Se se refere ao *Presente*, chama-se *Demonstrativo*; (ou *Artigo*; porque restringe) em que tambem ha seus graus: Pois, se o objecto está proximo, dizemos *Este, Esta: Estes, Estas*. Se menos proximo, dizemos *Esse, Essa: Esses, Essas*. Se distante, ou remoto, *Aquella, Aquella: Aquelles, Aquellas*. Se lateral aos primeiros, *Est'outro, Esrt'outra*. Se aos terceiros, *Aquell'outro, Aquell'outra*.

Se o pronome porem se refere ao *Futuro*, he Interrogativo. V.gr. *Quem? Qual dos dois? O que? Cujó, Cujá, ou de quem?* (Aragão 1812: 24-25).

Em Barbosa (1807 e 1822), tanto os pronomes substantivos como adjetivos são considerados 'adjetivos determinativos'. A exposição contida na *Grammatica Philosophica* é contraditória: «Os determinativos *Pessoaes* são huns Adjectivos, que determinão os nomes a que se ajuntão, ou a que se referem [...]», lê-se no passo do capítulo intitulado «*Dos Determinativos Pessoaes, assim Primitivos, como Dirivados, chamados pronomes*» (Barbosa 1822: 151), mas, algo mais adiante, o autor escreve o seguinte: «[...] as terminações dos tres *Pessoaes Primitivos Diretos*, que servem de *Sujeito*, ou de *Nominativo* nas orações, são a cima mencionadas: *Eu* no Singular [...]» (Barbosa 1822: 153). Mas como é que uma palavra pode ser, ao mesmo tempo, adjetivo e sujeito (definido como a «[...] palavra, que exprime o agente ou sujeito do Verbo [...]», Barbosa 1822: 152)? A descrição dos pronomes pessoais em *As duas linguas* dá indicações acerca do que Barbosa poderia ter querido dizer com estas afirmações: na gramática de 1807, os pronomes pessoais, tal como os pronomes possessivos, ocorrem sempre ligados a um substantivo (*eu António, tu Pedro, ele Paulo, nossos bisavós, vossos pais*, Barbosa 1807:

23). Para Barbosa, uma frase nominal pronominal consiste num 'adjetivo determinativo pessoal' e um nome próprio que se pode eliminar facultativamente. Como é natural, esta possibilidade não existe nas construções possessivas que também são tratadas isoladamente na *Grammatica Philosophica* (Barbosa 1822: 158: 'pessoaes dirivados'). Na mesma obra só se faz referência à ligação dos pronomes pessoais com os nomes próprios num contexto diferente. Nas «*Observações sobre o uso destes Complementos Pessoaes, na Oração*» pode ler-se:

1.<sup>a</sup> *Eu*, e *Tu* são sempre sujeitos em qualquer oração, como tambem *Nós*, *Vós*, *Elle*, *Elles*, *Ella*, *Ellas*, quando não tem preposição antes; [...]

Todos elles não se ajuntão se não com nomes proprios ou appellativos, mas individuados. Ninguem diz: *Eu homem*, *Tu homem*, *Elle homem*; mas sim *Eu Elrei*, *Eu o Principe*, *Tu Antonio*, *Elle Sancho*. A razão he, porque a determinação pessoal, ou do papel que cada hum faz no discurso, suppõe sempre a determinação individual (Barbosa 1822: 156).

A julgar por estes exemplos, bem como pelos de *As duas linguas*, parece que os pronomes pessoais só poderiam ocorrer, em princípio, com nomes próprios explícitos. Mas mesmo que Barbosa pudesse deste modo atribuir aos pronomes pessoais uma espécie de estatuto de adjetivos, manter-se-ia o problema de estes 'adjetivos', como se salienta várias vezes, serem sujeitos de frases.

Barbosa parece dar, aqui, continuidade à hipótese de Condillac, segundo a qual a terceira pessoa do pronome pessoal seria, originariamente, uma forma adjetiva. Ao contrário do autor francês, porém, alarga este princípio também à primeira e à segunda pessoas<sup>140</sup> e prescinde de assumir uma evolução que, em última análise, faz com que para Condillac o adjetivo *ele* seja um pronome substantivo.<sup>141</sup>

Noutro passo, Barbosa tenta justificar o estatuto de adjetivos dos pronomes pessoais ao referir que estes, tal como os adjetivos, modificam os substantivos:

Todo o nome, que se ajunta a hum Substantivo para o modificar, ou determinando-o, ou explicando-o, o restringindo-o, he para mim hum nome Adjectivo quer

<sup>140</sup> Para estas formas, aliás, é incorreta a fundamentação etimológica que Condillac apresenta – a saber: *il*, tal como o artigo *le*, seriam derivados da forma latina *ille* (Condillac 1775: 164-165).

<sup>141</sup> «Nous avons mis, parmi les noms de la troisieme personne, les adjectifs *il*, *ils*, *elle*, *elles*, & nous venons de considerer comme articles les adjectifs *le*, *la*, *les*» (Condillac 1775: 231).

seja declinavel, quer indeclinavel. Esta he a idéa, que leva comsigo todo o nome Adjectivo, isto he, a de huma idea accessoria, que modifica outra.

Ora os *Pronomes* referem-se sempre aos nomes Substantivos, que trazem á memoria, e algumas vezes, quando se faz precizo, se ajuntão immediatamente a elles, como *Eu Antonio, Tu Pedro, Elle Sancho*. Em todo o caso elles modificão os Substantivos, determinando-os a fazer na representação do discurso o papel, ou da primeira figura e personagem, que he a de *quem fala*; ou da segunda, que he a *com quem se fala*; ou da terceira, que he a *de quem* [sic!] *se fala*. São pois uns verdadeiros Adjectivos (Barbosa 1822: 109).

Os pronomes – assim definidos no trecho extraído do 'Artigo II' intitulado «*Das Palavras Discursivas, ou Analyticas*» – são, portanto, concebidos como adjetivos pelo facto de modificarem os substantivos. Através dos pronomes, estes passam a ter uma relação com a situação ilocucional. Tal como em todos os autores próximos da *Grammaire Générale*, também em Barbosa os pronomes pessoais já não são tidos como substitutos de nomes próprios, mas como representantes das pessoas que participam no ato de fala.

Os restantes três gramáticos portugueses que foram influenciados pela *Grammaire Générale* na sua classificação (Silva 1806, Melo 1818, Albuquerque 1820), associam os pronomes pessoais aos substantivos e os restantes pronomes aos adjetivos (caso se ocupem deles). Silva e Melo seguem, em princípio, Beauzée, mas ignoram a sua convicção de que os pronomes pessoais não seriam substantivos.<sup>142</sup> Definem os pronomes adjetivos de acordo com o critério 2-s-rel. É a este grupo que Silva (1806) concede uma parte da oração própria chamada 'adjetivos articulares':

OS adjectivos articulares ajuntão se aos nomes geraes, ou communs, para determinar o numero, ou quantidade de individuos, de que falamos (Silva 1806: 21).

Tal como Beauzée e Condillac, Silva e Melo definem os pronomes pessoais segundo o critério pragmático:

9. *Eu* nome, com que quem fala de si se nomeya, em lugar do seu nome proprio, tem as variações *Me, Mim, Migo* no singular. [...]

10. Quando alguém affirma algũa coisa de si, e de outros, diz *Nós*; e tem mais as variações *Nos, e Nosco. Eu, e Nós* se dizem *pronomes d'a primeira pessoa*.

<sup>142</sup> «Il est pareillement faux que les mots *je, me, moi, &c.* soient les noms, & non les Pronoms, de la premiere & de la seconde personne: parce qu'aucun de ces mots ne détermine les êtres par l'idée de la nature, en quoi consiste le caractère spécifique des noms; mais qu'ils les déterminent par l'idée de la personne ou du rôle, ce qui est le caractère propre & exclusif des Pronoms» (Beauzée 1767, I: 273).

11. Quando falamos a outrem, dizemos familiarmente *Tu, Te, Ti, Tigo*; e no plural a mais de um, *Vós, Vos, Vosco*, e tal é o *pronome da segunda pessoa*.

12. Quaesquer outras pessoas, ou coisas, que não são a primeira, ou segunda pessoa, se dizem *terceiras pessoas*, v.g. *Pedro, o cavallo, o arvore* [...] (Silva 1806: 19-20).

Os vocábulos substantivos *eu*, com que se nomeia, quem fala, em vêz de dizêr o são nôme; *tu*, com que nomeâmos a pessôa a quem falâmos familiarmente, ou com desprêzo, em vêz de dizêrmos seo nôme; *êle* ou *ela*, com que nomeâmos a pessôa ou cousa de que falâmos, em vêz de dizêrmos seos nômes [...] (Melo 1818: 71).

Em Albuquerque, por sua vez, pode reconhecer-se facilmente a influência de Condillac, pois inclui os pronomes da 3.<sup>a</sup> pessoa (e não todos, como Barbosa) entre os adjetivos:

Ha certos signaes por onde se conhece a extensão que na phrase tem o nome, e estes signaes são adjectivos a que chamo *determinativos*, porque realmente determinão o objecto presente ao pensamento de quem falla, para communicar ao ouvinte a sua idéa com a sua modificação, quero dizer, a extensão que lhe dá, ou a restricção que lhe põe (Albuquerque 1820: 24).

Ponho no numero dos adjectivos determinativos os chamados vulgarmente *Pronomes pessoas* á excepção do da primeira e do da segunda pessoa, que são verdadeiros nomes, já que as dão a conhecer tão bem, como se se nomeassem, e ás vezes melhor ainda; pois quem falla não se daria tão bem a entender, se se nomeasse a si mesmo, em vez de dizer *eu*, e se em vez de dizer *tu* ou *vós*, usasse do nome da pessoa a quem fallasse. Por isso *eu, nós*, são nomes da primeira pessoa, e *tu, vós*, nomes da segunda (Albuquerque 1820: 25-26).

Embora sejam designados como sendo 'verdadeiros nomes', o capítulo de Albuquerque (1820: 18-20) intitulado 'O Nome', porém, não menciona *eu, tu, etc.*

Ribeiro apresenta uma exposição contraditória uma vez que, por um lado, segue a tradição moderna, segundo a qual os pronomes são adjetivos 'determinativos de qualidade' (nos quais também inclui os pronomes pessoais) e 'de quantidade' (Ribeiro 1819: 61-62), e, por outro lado segue a tradição clássica, segundo a qual eles estão em vez de um nome (substantivo ou adjetivo) (Ribeiro 1819: 70).

Os mencionados gramáticos portugueses vão mais além de Beauzée e de Condillac (presumivelmente os seus modelos franceses mais importantes) ao abolirem, por completo, a categoria 'pronome'. Em Beauzée, ela ainda existia, pelo menos, para os pronomes pessoais e, em Condillac, para a terceira pessoa, ao passo que a primeira e a segunda eram incluídas no nome. É impressionante que esta consequência é tirada,

de maneira aparentemente independente, tanto por Silva (1806) como por Barbosa (1807 e 1822), embora as suas exposições diverjam bastante uma da outra, sendo praticamente de excluir uma influência direta. Por motivos cronológicos, é igualmente pouco provável que Destutt de Tracy possa ter desempenhado um papel como modelo em ambos estes autores. No caso de Barbosa, há ainda a tomar em conta que a sua exposição não revela quaisquer pontos em comum com a deste último gramático francês.

#### 4.5.3.4.4 Resumo

Enquanto os pronomes são tratados como uma classe própria ou como uma subclasse do nome definida propositadamente, quase todos os gramáticos se limitam a definições transmitidas pelos autores da Antiguidade do tipo 'o pronome está em vez de um nome (ou de um nome próprio)' (2-par). Os aspetos anafóricos e deíticos dos pronomes são parcialmente mencionados nas descrições, mas, na maioria dos casos, não entram nas definições. Só os gramáticos influenciados pela *Grammaire Générale* é que prestam atenção às funções pragmáticas dos pronomes pessoais. Agora, a primeira e a segunda pessoas deixam de substituir um nome próprio, como em Nebrija e em Barros, mas passam a representar o locutor e o alocutário (PRA). Nos restantes pronomes, a definição está, geralmente, relacionada com a sua delimitação perante os adjetivos lexicais e refere-se à maneira como o 'adjetivo determinativo' modifica o substantivo (2-s-rel). Só em casos isolados é que se faz referência a uma função estilística do pronome (EST).

#### 4.5.3.5 O artigo

Dá-se o nome de ARTIGO às palavras *o* (com as variações *a*, *os*, *as*) e *um* (com as variações *uma*, *uns*, *umas*), que se antepõem aos substantivos para indicar:

a) que se trata de um ser já conhecido do leitor ou ouvinte, seja por ter sido mencionado antes, seja por ser objecto de um conhecimento de experiência, [...].

b) que se trata de um simples representante de uma dada espécie ao qual não se fez menção anterior: [...].

No primeiro caso dizemos que o artigo é DEFINIDO; no segundo, INDEFINIDO (Cunha / Cintra 1992: 207).<sup>143</sup>

<sup>143</sup> Mateus / Brito / Duarte / Faria (1989: 189-190), por sua vez, não veem o artigo como categoria independente, mas sim como subgrupo dos 'especificadores' (determinadores).

Como já foi mencionado (4.5.2.2.1), a categoria 'artigo' é a única das oito partes da oração 'canónicas' em que os primeiros gramáticos da época moderna não podiam recorrer a modelos latinos, uma vez que a língua latina não conhece o artigo no sentido do grego ou das línguas românicas. Em Dionísio da Trácia, o artigo grego <ὁ> (juntamente com o pronome relativo <ὃς>) é definido como «[...] μέρος λόγου πτωτικόν προτασσόμενον καὶ ὑποτασσόμενον τῆς κλίσεως τῶν ὀνομάτων» (Dionysios Thrax 1883: 61; cf. Ramajo Caño 1987: 63-64 e Schäfer 1993b: 55).

Relativamente à classificação dos artigos definidos (*o*, *a*), volta a não haver unanimidade na história da gramática portuguesa. Nalguns autores mais antigos, os artigos são tratados juntamente com o nome, na maioria dos outros (incluindo João de Barros) representam uma parte da oração própria, já nos autores que adotam sistemas da *Grammaire Générale* são considerados um subgrupo dos adjetivos determinativos. Os artigos indefinidos (*um*, *uma*) só são incluídos nos artigos por Sousa (1804) e Ferreira (1819).<sup>144</sup> Inicialmente eram classificados entre os numerais e, no século XIX, na maior parte dos casos são incluídos na classe dos adjetivos determinativos.<sup>145</sup>

#### 4.5.3.5.1 O artigo como parte da oração própria

Já em João de Barros se encontra o 'artigo' como uma categoria própria, tal como no seu modelo Nebrija. Mesmo que Barros adote a definição de Nebrija quase literalmente, ela diverge num aspeto importante: o artigo não serve para marcar o género do nome, mas sim para a ligação das palavras que formam a frase:

Todas las lenguas, quantas e oído, tienen una parte de la oración, la cual no siente ni conoce la lengua latina. Los griegos llaman la 'arzrón', los que la bolvieron de griego en latín llamaron le 'articulo', que en nuestra lengua quiere dezir artejo; el cual, en el castellano, no significa lo que algunos piensan, que es una coiuntura o ñudo de los dedos; antes se an de llamar artejos aquellos uessos de que se componen los dedos; los cuales son unos pequeños miembros a semejança de los cuales se llamaron aquellos artículos, que añadimos als nombre para demostrar de qué género es (Nebrija 1980: 182).

<sup>144</sup> A não tomada em consideração do artigo indefinido poderá estar relacionada com o modelo grego. O grego só conhece um único artigo, o definido (<ὁ>).

<sup>145</sup> Também em Mattoso Câmara (1979: 59) só as formas *o*, *a* são consideradas artigos; *um*, *uma* são classificados como 'pronome indefinido'.

Artigo ẽ hũa das pãrtes da oraçãm, aquãl como ia dissemos [na visãõ de conjunto acerca das partes da oraçãõ, BSP] nam tem os latinos: e uem este nome, artigo, de articulus, diçam latina: deriuãda de Arthon [sic] greãa, que queç dizer iuntura de neruos, aque nõs propriamente chamamos artelho. E bem como da liança e ligadura dos neruos se sostem o corpo, assy do aiuntamento do artigo aos cãsos do nome, se compõem a oraçãm [...] (Barros 1540: fol. 12r).

Barros parece tentar fazer jus à sua traduçaõ do grego 'ἄρθρον' [arthron] como 'juntura de nervos', ao passo que Nebrija, atravẽs da traduçaõ 'artejo' como equivalente espanhol de ἄρθρον, ou seja, como 'nõ do dedo', sõ com dificuldade consegue estabelecer uma relaçaõ com a funçaõ do artigo como marcador do gẽnero.

No decurso da descriçaõ, Barros (1540: fol. 12r) tambẽm menciona que o artigo indica o gẽnero do substantivo, sendo artigo 'fletido' por meio de preposições. Depois, com estas formas, os substantivos podem ser 'declinados' (Barros 1540: fols. 12r-v):

Nominatiuo	o	os
Genitiuo	do	dos
Datiuo	ao	aos
Acusatiuo	o	os
Vocatiuo	ó	ó
Ablatiuo	do	dos

Tambẽm aqui o gramãtico se afasta de Nebrija, uma vez que este nãõ menciona qualquer 'declinaçaõ' do artigo, mas usa-o antes como uma espẽcie de morfema de flexãõ, com ou sem preposiçaõ, na 'declinaciõ del nombre':

El primero caso se pone con sõlo el artıculo del nombre, como *el ombre*. El segundo se pone con esta preposiciõ de τ el mesmo artıculo, como *del ombre*. [...] (Nebrija 1980: 230).

Apõs Barros, serãõ necessãrios mais de dois sãculos para que seja novamente conferida uma categoria prõpria ao artigo – ẽ o que acontece com Lobato, que o define do seguinte modo:

ARTigo he huma palavrinha, que por si sõ nãõ significa cousa alguma completamente; mas posta na oraçãõ antes do nome Appellativo, ou Commum, lhe restringe, e determina a sua significaçaõ geral, fazendo-a pertencer a huma sõ pessoa, ou cousa (Lobato 1770: 8).

Uma definiçaõ destas, de acordo com vãrios critẽrios (aqui 1-s-ont: 'por si sõ nãõ significa cousa alguma completamente'; 2-pos: 'posto antes

do nome Appellativo'; 2-s-sin: 'modifica o significado do substantivo'), é típica do artigo como parte da oração que não tem modelos definitórios nas gramáticas latinas. Os autores subsequentes que consideram o artigo como parte da oração autónoma usam estes e outros critérios, combinados uns com os outros:

FOR: 'estas brevissimas palavras' (Álvares 1786: 9); 'monosyllabos' (Ferreira 1819: 8).

2-m-rel: «[...] mostra os casos, numeros, e generos [do nome]» (Casimiro 1792: 1).

INV: «São *O. A.*» (Casimiro 1792: 1).

INC: «Chamão-se *Artigos* certos adjectivos determinativos [...]» (Ferreira 1819: 8).

A novidade da definição de Lobato consiste no facto de já não ser considerada como a função primária do artigo a marca de género ou de caso, mas sim a modificação do significado do substantivo. Aqui manifesta-se, mais uma vez, a influência da *Grammaire Générale* (por exemplo Dumarsais 1797, IV: 185, cf. Schäfer 1993b: 58).

Embora defina de acordo com os mesmos critérios que Lobato, Sousa (1804) introduz outra inovação importante. Subdivide os artigos em 'indicativos' (*o, a*), 'enunciativos' (*um, uma*) e 'demonstrativos' (*este, esta; esse, essa*). Deste modo inclui, pela primeira vez, as formas *um, uma* entre os artigos, separando-as dos numerais homónimos e realçando o facto de, como artigos, não estarem em oposição a outros numerais. Também é novidade, em Sousa, a inclusão dos pronomes demonstrativos na categoria dos 'artigos'. Em vez da solução, por exemplo, de Silva e de Barbosa, escolhe aqui a do Abbé Sicard (1799, I: 140; cf. Schäfer 1993a: 60). Ferreira (1819) segue, em princípio, o primeiro destes autores, mas faz um compromisso com a tradição fundada por Lobato: mantém o 'artigo' como uma parte da oração própria, definindo-o, porém, como subgrupo dos 'adjectivos articulares':

Chamão-se *Artigos* certos adjectivos determinativos, monosyllabos, que per si sós nada significão; mas que, antepostos aos nomes appellativos, ou communs, os fazem tomar em hum sentido determinado (Ferreira 1819: 8).

O facto de, entre os 23 gramáticos do nosso *corpus*, apenas nove<sup>146</sup> considerarem o artigo como parte da oração autónoma reside, em primeiro lugar, na influência da gramática latina 'sem artigos' mas depois, a partir do início do século XIX, na da *Grammaire Générale*, onde os artigos, juntamente com outros determinadores, muitas vezes são incluídos na categoria 'adjetivo'. Além disso, a categoria 'artigo' falta normalmente nos autores com sistemas triádicos durante todo o espaço de tempo aqui estudado.

#### 4.5.3.5.2 Os artigos nas categorias de 'nome' e de 'partícula'

A integração do artigo na categoria do 'nome',<sup>147</sup> mais raramente na de 'partícula',<sup>148</sup> ocorre quase sempre no âmbito de qualquer tipo de sistema triádico. A única exceção é Argote (1725), que mantém o sistema da gramática romana.

Excetuando os autores mais antigos (Roboredo 1619; Pereira 1672; Argote 1725), todos os gramáticos dedicam alguns subcapítulos próprios ao artigo.

Em Roboredo, o artigo serve, tal como em Nebrija, para a marcação do género dos substantivos:

*Tem a Portuguesa este articulo O, OS, que mostra o genero Masculino dos nomes Sustantivos commüs; e este articulo A, AS que mostra o genero Feminino, dos dittos Sustantivos* (Roboredo 1619: 2).

Pereira, pelo contrário, considera o artigo primeiro como marcador de número:

Ut innotescat quando nomen est in numero singulari, & quando in plurali, duplex regula assignabitur. Esto prior: quotiescunque hae particulae *a, o, ao, da, do, na, no*, antecesserit nomen aliquod, signum est tale nomen esse in singulari numero, v.g. *a casa*,<sup>149</sup> *o templo, ao templo: da casa, do templo: na casa, no templo*. Item quotiescunque aliqua ex particulis *as, os, aos, das, dos: nas, nos*, antecesserit nomen

<sup>146</sup> Além de Barros e Lobato: Álvares (1786); Casimiro (1792); Figueiredo (1799); Fonseca (1799); Sousa (1804); Batista (1816); Ferreira (1819).

<sup>147</sup> Roboredo (1619); Pereira (1672); Bacelar (1783a); Casimiro (1811); Carneiro (1820).

<sup>148</sup> *Compendio* (1804); Aragão (1812).

<sup>149</sup> Ao contrário de Barros (1540: fol. 12v), Pereira aparentemente parece não proceder a uma distinção entre o artigo feminino *a* do nominativo e a contração '*a* (artigo) + *a* (preposição)' que, em Barros, tem a forma <á> e, hoje, se escreve <à>. Porém, relativamente às correspondentes formas masculinas *o* e *ao*, essa distinção já é feita.

aliquid, signum est tale nomen esse in numero plurali: v.g. *as casas, os templos, aos templos: das casas, dos templos: nas casas, nos templos* (Pereira 1672: 11).

Mais adiante, Pereira alude aos artigos com as suas 'formas fletidas' (preposição + artigo) como sendo correspondentes às terminações casuais latinas:

Nomina Lusitana quamvis in se ipsis nullam habeant diversitatem casuum, sicut habent pronomina *Eu, tu, si*, [...] accipiunt tamen quandam veluti extrinsecam diversitatem casuum a particulis *a, o, ao: as, os, aos: de, da, do, dos: &* a propositionibus *na, no, nas, nos: pera, em, com, sem*, quae regulariter ponuntur ante praedicta nomina, & absque ulla variatione intrinseca faciunt illa aequipollere nominibus Latinorum casus diversos per intrinsecam mutationem habentibus tam in numero singulari, quam in numero plurali [...] (Pereira 1672: 18).

Embora em Argote (1725), tal como em Barros, os artigos 'fletidos' sirvam para a 'declinação' dos substantivos,<sup>150</sup> o gramático só define o 'artigo' como 'palavrinha, ou particula, que se poem antes do nome' (Argote 1725: 5).

Os restantes autores com sistemas tripartidos combinam os mesmos critérios que se encontram nos gramáticos que contemplam o artigo como parte da oração autónoma (4.5.3.5.1). Além disso, Bacelar é o único a usar ainda 1-m-fle e 2-par:

54 O *Artigo* he hum som declinavel, que serve do pronome *esse*, e determina o caso do nome [...] (Bacelar 1783a: 42).

#### 4.5.3.5.3 Os artigos incluídos na categoria 'adjetivo'

No âmbito da reclassificação dos pronomes (cf. 4.5.3.4.3), a categoria 'artigo', que ainda não tinha sido estabelecida há muito tempo, voltou a ser abandonada por autores como Dumarsais, Beauzée e Condillac.<sup>151</sup> Dumarsais (1797, IV: 185) fundamenta esta opção do seguinte modo:

Ainsi je mets *le, la, les* au rang de ces pronoms ou adjectifs métaphysiques. Pourquoi les ôter de la classe de ces autres adjectifs?

Ils sont adjectifs, puisqu'ils modifient leur substantif, & qu'ils le font prendre dans une acception particuliere, individuelle, et personnelle. Ce sont des adjectifs

<sup>150</sup> «Caso he a mudança de letras, que faz o artigo» (Argote 1725: 6). Cf. Schäfer (1993b: 57-58).

<sup>151</sup> Em Court de Gébelin, pelo contrário, o artigo, com a sua função gestual, é considerado como parte da oração autónoma e particularmente importante para o discurso escrito (cf. Schlieben-Lange 1989b: 80).

métaphysiques, puisqu'ils marquent, non des qualités physiques, mais une simple vûe particuliere de l'esprit.

Beauzée (1767, I: 292) adota, em princípio, a mesma classificação que Dumarsais, mas chama '*articles*' aos '*adjectifs métaphysiques*', ou seja, aos determinadores. Em Condillac (1775: 142), *le* pertence aos '*adjectifs qui déterminent une idée*'. Como seria de esperar, todos aqueles autores portugueses que procedem à integração dos pronomes com função adjetiva ou de todos os pronomes na categoria 'adjetivo'<sup>152</sup> também integram o artigo na classe dos adjetivos determinativos ('adjetivos articulares' em Silva e em Melo, 'adjetivos determinativos' em Barbosa, Ribeiro e Albuquerque). Embora mencione o artigo *o* entre os adjetivos 'determinativos de qualidade', Ribeiro (1819: 61) tem um capítulo próprio intitulado «*Da natureza do Artigo, e da maneira de o empregar na oração*» (Ribeiro 1819: 66-69), o que é característico para a sua mistura que o autor faz entre traços tradicionais e inovadores.

Silva (1806), o primeiro autor que procede à inclusão dos artigos entre os adjetivos, critica no prefácio a exposição do artigo nas gramáticas tradicionais:

Nelles não se explica por exemplo o que é artigo; dizem te que se ajunta aos nomes para mostrar os numeros, e os casos. Mas os nomes Portuguezes, exceptos *Eu, Tu, e Elle*, não tem casos; e estes não se usão com artigos. Demais, sendo o artigo um adjectivo, quem fala, ou escreve deve saber o genero do nome, a que o artigo precede, para usar delle na variação correspondente ao genero, e numero do nome, como se faz com qualquer outro adjectivo (Silva 1806: III; Barbosa 1822: 144 argumenta de maneira semelhante).

Se os seus antecessores tinham perspetivado o caso como conceito onomasiológico (inserido na questão: «Como é que o estado de coisas expresso pelos casos latinos se traduz para o português?»), Silva segue um princípio formal: só se entende por caso a variação interna de expressões nominais, o que tem por consequência que no português só se pode considerar a categoria de caso nos pronomes pessoais. É deste modo que Silva dá um passo importante para o afastamento do modelo latino.

Em princípio, os artigos são definidos como adjetivos determinativos de acordo com o mesmo critério que se aplica a estes últimos: 2-s-rel, como, por exemplo, em Silva:

<sup>152</sup> Silva (1806); Barbosa (1807 e 1822); Melo (1818); Ribeiro (1819); Albuquerque (1820).

1. OS adjectivos articulares ajuntão se aos nomes geraes, ou communs, para determinarem o numero, ou quantidade de individuos, de que falamos.

2. Entre estes tem o primeiro lugar o artigo simples *o, a*, o qual indica, que o nome se toma em toda a extensão dos individuos, a que a sua significação é applicavel, v.g. *O homem é mortal: o cavallo é quadrupede, serviçal: a laranjeira é arvore de espinho [...]* (Silva 1806: 21).

De acordo com esta exposição, todos os 'adjetivos determinativos' definem a 'extensão' (a '*étendue*' de Beauzée e de Condillac, cf. 4.5.3.4.3) e os artigos (definidos) dizem respeito aos substantivos na sua totalidade. Silva parte, portanto, como os exemplos também mostram, de um significado primariamente genérico do artigo definido. Estamos depois perante um significado específico se o substantivo for completado por um atributo ou se for conhecido através do contexto:

*o homem, que hontem vimos*

*o velho da montanha*

*o homem sábio*

*o casquilho do bairro*

¿*viste o homem?* i.é. de quem ja falámos.

¿*Foste á praça?* i.é. á praça desta Cidade.

¿*Já veyo o Pedro?* i.é., o moço de casa d'este nome (Silva 1806: 21).

Desta forma, o substantivo é determinado pelo atributo que se lhe segue (oração relativa, atributo de genitivo, adjetivo) ou é conhecido através do contexto. O último exemplo, aliás, carece de uma explicação, uma vez que Silva, em princípio, faz valer regras para os nomes próprios que divergem das que aplica aos nomes comuns (de que são dados exemplos sobretudo de topónimos):

Os nomes individuaes, ou proprios são de si mesmo determinados, em quanto á sua extensão; e por isso não admittem adjectivos articulares. Assim não dizemos *o Catão, o Sertorio* fez isto; *a Roma* é cidade antiga [...] (Silva 1806: 22).

É, portanto, de presumir que, para Silva, o nome do 'moço de casa' Pedro, ao contrário dos nomes de Catão ou de Sertório, não é um nome próprio, mas sim um nome comum.

Resumindo, pode dizer-se que o artigo definido, em Silva, em primeiro lugar, confere significado genérico ao substantivo, isto é, o substantivo com o artigo definido refere-se a todos os membros da classe. Através da adição de um atributo, surge o significado específico, ou seja, faz-se referência a um único membro desta classe ou, mediante o artigo usado no plural, a menos do que à totalidade. Encontramos uma exposi-

ção muito semelhante em Espanha, em Jovellanos (cerca de 1795, cf. Gómez Asencio 1981: 161). Segundo toda a probabilidade, a sua fonte deve procurar-se novamente em França.<sup>153</sup>

Além do critério 2-s-rel, Albuquerque (1820) continua a usar ainda o critério 2-m-fle, que tinha sido muito criticado por Silva (1806) e por Barbosa (1822). No entanto, ao falar dos 'adjetivos determinativos' só menciona o número e o género, mas não o caso:

*O, a, os, as*, além de dar a conhecer o genero e o numero do nome, pôde-lhe determinar a extensão geral [...] (Albuquerque 1820: 24)

Barbosa é o autor que mais extensamente descreve os artigos como subgrupo dos 'adjetivos determinativos'. Perante os outros adjetivos determinativos, segundo Barbosa, o 'artigo definido' e o 'artigo indefinido' – este último assim chamado pela primeira vez numa obra portuguesa em *As duas linguas* (Barbosa 1807: 24) – distinguem-se através de uma série de propriedades especiais:

A palavra *Artigo* vem do Verbo grego ἄρρω, que significa *Adaptar, Preparar*, e della se servirão os Grammaticos para designar certos Adjectivos determinativos, monosyllabos, e frequentissimos no discurso, que persi não tem significação alguma; mas postos antes dos nomes communs, dispõem de antemão, e advertem o ouvinte para tomar os dictos nomes em hum sentido individual, ou ja determinado pelo discurso e pelas circunstancias; ou que se vai a determinar; ou que se não quer determinar (Barbosa 1822: 143-144).

Excetuando os critérios não-gramaticais da frequência e da monossilabidade (que aliás não é válido para as formas femininas do artigo indefinido), Barbosa oferece aqui uma descrição semelhante à de Silva. O substantivo é determinado pelo artigo definido quer através do contexto, quer por informações subseqüentes; no caso de ser usado com o artigo indefinido permanecerá indeterminado. Mas diferentemente de Silva (e deste modo também dos representantes mais importantes da *Grammaire Générale*; vide *supra*), Barbosa deixa completamente de fora

<sup>153</sup> A distinção entre «L'espece dans toute son estenduë» e «Vn ou plusieurs singuliers déterminez par les circōstances de celuy qui parle, ou du discours» já tinha sido estabelecida pela gramática de Port-Royal (Arnauld / Lancelot 1660: 56). Cf. Beauzée (1767, I: 314): «Car il [l'article, BSP] n'indique en effet, comme je viens de le dire, que l'application du nom appellatif aux individus; & s'il se trouve alors quelque autre détermination plus précise des individus, elle tient ou à la nature de l'attribut ou à quelque autre circonstance du discours» Cf. Condillac (1775: 219, alínea): «L'article est un adjectif qui détermine un nom, soit parce qu'il le fait prendre dans toute son étendue, soit parce qu'il concourt à le restreindre».

o significado genérico do artigo. Prescinde das frases exemplificativas tão apreciadas pela *Grammaire Générale* com o artigo definido num uso genérico (*l'homme est mortel* em Beauzée 1767, I: 314 e em Condillac 1775: 220) e interpreta um artigo indefinido usado genericamente na frase exemplificativa *Um homem de juízo deve ser senhor de suas paixões* como sendo específico (cf. Schäfer 1993b: 64).

Na descrição do artigo feita por Barbosa, é digna de nota a inclusão do contexto textual. Em *As duas linguas*, também é por ele mencionada a função atualizadora do artigo. Em relação aos 'ofícios' do artigo na frase, vem em segundo lugar, após a determinação do substantivo, a sua 'individualização':

*Individuar*, e determinar a significação vaga dos appellativos para poderem ser sujeitos da oração, quando elles não sam individuados por outro determinativo claro, ou occulto (Barbosa 1807: 25).

Tal como, por exemplo em Beauzée,<sup>154</sup> é aqui, através do artigo – e dito com terminologia moderna – que «[...] die virtuellen Zeichen einer Sprache aktualisiert werden, also in einer aktuellen Situation angewandt werden, um Gegenstände in einer Welt zu bezeichnen, die nicht unbedingt deckungsgleich ist mit der empirischen Welt» (Schlieben-Lange 1989b: 79).<sup>155</sup>

#### 4.5.3.5.4 Resumo

A categoria 'artigo' é a parte da oração com a menor tradição descritiva. O facto de não ocorrer nas gramáticas do latim levou a que os gramáticos das línguas vernáculas hesitassem em parte em considerar uma categoria própria. Embora já esteja presente em Barros (1540), os artigos só se conseguiram estabelecer em Portugal a partir de Lobato (1770), tendo sido novamente posto em causa como parte da oração no início do século XIX, quando os artigos, por influência do modelo da *Grammaire Générale*, passaram a ser considerados como subclasse dos adjetivos determinativos.

Nas definições, pode constatar-se um desenvolvimento inequívoco a partir do critério morfológico 2-m-fle ('serve para a flexão do substan-

<sup>154</sup> Beauzée (1767, I: 304-305) afirma sobre os 'adjectifs métaphysiques' que «[...] ils font disparoître l'abstraction des individus, & ils indiquent positivement l'application du nom aux individus auxquels il peut convenir dans les circonstances actuelles».

<sup>155</sup> [...] são atualizados os sinais virtuais de uma língua, sendo, portanto, aplicados numa situação atual para designar objetos num mundo que não é necessariamente idêntico ao mundo empírico].

tivo') e sintagmático 2-pos ('está antes do substantivo') até chegar ao critério semântico 2-s-rel ('modifica o significado do substantivo') o que, por sua vez, se pode fazer remontar a uma mudança dos textos-modelo da tradição latina para a *Grammaire Générale* (cf. Schäfer 1993b: 66, 69).

#### 4.5.3.6 O verbo

1. VERBO é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo: [...].

2. O VERBO não tem, sintacticamente, uma função que lhe seja *privativa*, pois também o SUBSTANTIVO e o ADJECTIVO podem ser núcleos do predicado. Individualiza-se, no entanto, pela *função obrigatória* de predicado, a única que desempenha na estrutura oracional (Cunha / Cintra 1992: 377).

##### 4.5.3.6.1 Definições

Os dois critérios de definição mais importantes da gramática tradicional são 1-m-fle e 1-s-ont, por exemplo, em Donato e em Prisciano:

Verbum quid est? Pars orationis cum tempore et persona sine casu aut agere aliquid aut pati aut neutrum significans (Donatus 1864, IV: 359).

Verbum est pars orationis cum temporibus et modis, sine casu, agendi vel patiendi significativum (Priscianus 1855, II: 369).

Nebrija também define o verbo, de modo semelhante, nas *Introductiones*,<sup>156</sup> dispensando, porém, o critério semântico-lexical na *Gramatica castellana*. Em vez disso, faz derivar do significado fundamental do latim '*verbum*' ('palavra') a supremacia do verbo perante todas as restantes palavras:<sup>157</sup>

Verbo es una de las diez partes dela oración, el cual se declina por modos τ tiempos, sin casos. E llámase verbo, que en castellano quiere dezir palabra, no por

<sup>156</sup> Cf. Nebrija (1481: fol. 19r): «[V]erbum est pars orationis declinabilis cum modis et temporibus sine casu agendi uel patiendi significatiua. ut amo. amas». Veja-se também Ramajo Caño (1987: 138).

<sup>157</sup> Verbum é a tradução latina do grego 'ῥῆμα' [rhema]. «Le verbe est conçu comme le mot des mots, le mot κατ' ἐξοχήν [kat' exochén; RK]. Tandis que *verbum* comme nom de classe de mots provient en latin de l'emploi au sens fort d'un des mots populaires de la langue, ce mot devient, emprunté dans les langues modernes, un terme purement technique, un mot savant, une étiquette que l'on attache à la classe en question sans que cela suppose aucune définition particulière» (Brøndal 1948: 26).

que las otras partes de la oración no sean palabras, mas por que las otras sin ésta no hazen sentencia alguna, ésta por ezcelencia, llamóse palabra (Nebrija 1980: 184).

João de Barros não recorre, portanto, à *Gramática castellana* quando define o verbo de acordo com os critérios 1-s-ont e 1-m-fle:

Verbo (segundo difinçám de todolos grãmáticos) ẽ hũa uóz ou palaura que demóstra obrár algũa cousa: o quál nam se declina como o nome e prônimo per casos, mas coniugase per módos e tempos, como veremos per suas coniugações (Barros 1540: fol. 18r).

Nos acidentes do verbo, pelo contrário, orienta-se inteiramente pelo seu modelo espanhol. Antes, porém, leva a cabo uma divisão entre 'verbos substantivos' (um único: *ser*) e 'verbos adjetivos' (todos os outros, cf. 4.5.3.6.2), bem como entre 'verbos pessoais' e 'verbos impessoais' (só usados na terceira pessoa do singular).<sup>158</sup> Os acidentes são: «Gẽnero, espẽcia, figura, tempo, módo, pessoa, numero, coniugaçám» (Barros 1540: fol. 18r; cf. Nebrija 1980: 184). Destas, a 'coniugação' é um conceito puramente formal (pois diz respeito às classes de conjugação), 'gẽnero',<sup>159</sup> 'tempo', 'modo', 'pessoa' e 'número' são conceitos gramaticais, ao passo que 'figura' e 'espẽcie' são conceitos lexicais. Tal como no caso dos nomes, a 'espẽcie' está relacionada com a derivação,<sup>160</sup> a 'figura' com a composição de palavras.<sup>161</sup>

<sup>158</sup> «Vẽrbo pessoal ẽ aquelle que tem numeros e pessoas» (Barros 1540: fol. 18r).

<sup>159</sup> Pelo que toca ao 'gẽnero', Nebrija (1980: 185) distingue o 'verbo ativo' (transitivo) do 'verbo absoluto' (intransitivo). Barros (1540: fols. 18r-19r), seguindo o modelo latino, classifica os verbos em 'verbos ativos', 'passivos', 'neutros', 'comuns' e 'depoentes', assumindo que, no português, há apenas ativos e neutros, definindo-os, porém, não através dos complementos, como faz Nebrija, mas antes, em primeiro lugar, através da possibilidade da formação da voz passiva: «Verbo ativo, ẽ aquelle q̃ se pôde cũuerner ao módo passiuo, e pelo quál denotamos fazer algũa óbra q̃ pásse ẽ outra cousa, aqual poemos em o cáso accusatiuo [...]. E por que nã temos uẽrbos da uóz passiuo soprimos este defeito per rodeo (como os latinos fazẽ nos tempos que lhes faleçe a uóz passiuo) cõ este uẽrbo sou e hũ participio do tẽpo passádo [...]» (Barros 1540: fols. 18r-v). Consequentemente, os 'verbos neutros' são definidos como os que não podem ser postos na voz passiva (Barros 1540: fols. 18r-v).

<sup>160</sup> «Dvas especies tem o uẽrbo, como uimos que tinha o nome, primitiua e diriuatiua. primitiua ẽ ámo, diriuatiua, desámo» (Barros 1540: fol. 19v). Nos exemplos parece haver um mal-entendido, uma vez que são os mesmos que Nebrija (1980: 185) refere para o acidente 'figura'. A 'espẽcie', pelo contrário, é definida do seguinte modo: «Las especies del verbo son dos, assí como en el nombre: primogẽnita, como *amar*; derivada, como de armas, *armar*». De acordo com os exemplos, não se poderia constatar, em Barros, qualquer diferença entre 'espẽcie' (*amo / desamo*) e 'figura'

Os três sucessores de Barros (Roboredo, Pereira e Argote) limitam-se ao critério de definição morfológico:

Verbo he palavra, que tem Numeros, & Pessoas verbaes com tẽpo (Roboredo 1619: 68).

Verbum est pars orationis, quae modos & tempora habet: neque in casus declinatur [...] (Pereira 1672: 34).

M. Que cousa he Verbo?

D. Verbo he huma palavra significativa, que tem pessoas, numeros, modos, tempos, e não se declina por casos (Argote 1725: 50).

Desde o século XVI que se encontram modelos destas definições, para além da *Gramática castellana*, em Álvares e Sánchez de las Brozas:

VERBUM est pars orationis, quae modos & tempora habet, neque in casus declinatur (Álvares 1572: fol. 53r).

Verbum est vox particeps numeri personalis cum tempore (Sánchez de las Brozas 1587: fol. 28r).

O tipo de definição morfológico fica circunscrito ao período de tempo dos referidos três autores. Em associação a outros critérios, o tipo 1-m-fle só é usado posteriormente por Bacelar,<sup>162</sup> Álvares<sup>163</sup> e Figueiredo.<sup>164</sup>

Tirando as referidas exceções, a partir de Lobato (1770) só ocorrem o critério semântico-lexical e o critério lógico. Lobato define o verbo do seguinte modo:

---

(*conheço / desconheço*). No âmbito dos 'verbos derivados' da 'espécie', ainda é feita uma distinção entre 'aumentativos' e 'diminutivos' (deverbais), 'denominativos' (denominais) e 'adverbiais' (deadverbiais) (cf. Nebrija 1980: 184).

<sup>161</sup> «Dvas figuras tem o uerbo. s. simples e compôsta. Simple será o que nam for compôsto dalgũa páрте significatiua: e composto, o que se compõe de duas. Exemplo, conheço, e simples, desconheço, composto: que se compos desta diçãm, des, e conheço. E per esta maneira se fãzem muitas outras composições» (Barros 1540: fol. 20r).

<sup>162</sup> «[...] tendo pessoas, numeros, tempos, e modos, não se declina por casos» (Bacelar 1783a: 52).

<sup>163</sup> «[...] dando a entender o tempo em que se exercitava a sua [da cousa, BSP] significação [...]» (Álvares 1786: 11).

<sup>164</sup> «[...] não se declina por casos, como o Nome, mas conjuga se por Modos, Tempos, e Pessoas» (Figueiredo 1799: 23).

Verbo he huma palavra, que na oração *affirma* alguma cousa, como v.gr. nesta oração: *Pedro ama as virtudes*, onde a palavra *ama* he verbo porque *affirma* a acção, que Pedro faz de amar as virtudes (Lobato 1770: 62).

Aquí, orienta-se aparentemente por definições como as que se podem encontrar na gramática de Port-Royal e nas suas sucessoras, como por exemplo em Lamy (1675: 16) e Restaut (<sup>10</sup>1767: 180):<sup>165</sup>

Et c'est proprement ce que c'est le verbe, *vn mot dont le principal vsage est de signifier l'affirmation*: c'est à dire de marquer que le discours où ce mot est employé est le discours d'un homme qui ne conçoit pas seulement les choses mais qui en juge & qui les affirme (Arnauld / Lancelot 1660: 90).

Esta definição deve ser vista no âmbito da teoria do conhecimento de Port-Royal, segundo a qual as três '*opérations de nostre esprit*', nomeadamente '*concevoir*', '*juger*' e '*raisonner*', são a base do pensamento e, deste modo, da linguagem como expressão do pensamento:

CONCEVOIR, n'est autre chose qu'un simple regard de nostre esprit sur les choses, soit d'une manière purement intellectuelle; comme quand je connois l'estre, la durée, la pensée, Dieu: soit avec des images corporelles, comme quand je m'imagine un quarré, un rond, un chien, un cheual.

IVGER, c'est affirmer qu'une chose que nous conceuons, est telle, ou n'est pas telle. Comme lors qu'ayant conçu ce que c'est que la terre, & ce que c'est que rondeur, j'affirme de la terre qu'elle est ronde (Arnauld / Lancelot 1660: 27-28).

A terceira '*opération de l'esprit*', o '*raisonner*' («[...] se servir de deux jugemens pour en faire un troisième», Arnauld / Lancelot 1660: 28), é considerada como mero alargamento do '*juger*', sendo, nestas circunstâncias, excluída como objeto de estudo.

De acordo com esta teoria, o verbo é, portanto, o signo linguístico do ato de julgar. Arnauld / Lancelot (1660: 90) distinguem expressamente este significado lógico do significado lexical de '*affirmation*', que também possui formas infinitas e nominais como '*affirmans*' e '*affirmatio*'; estas palavras designam o '*objet de nostre pensée*': «[...] & ainsi ne marquent pas que celui qui se sert de ces mots affirme, mais seulement qu'il conçoit une affirmation». Além da afirmação ('*le principal usage*'), o verbo também pode exprimir um desejo, um pedido, uma ordem, etc.

<sup>165</sup> Também pode ter servido de modelo para Lobato uma edição mais recente da *Nouvelle Methode pour apprendre facilement la Langue Latine* de Lancelot. É nesta obra que a definição original de verbo como palavra que exprime '*être, agir ou pâtir*' (Brekle 1966: XIV) foi substituída pela definição de afirmação da *Grammaire générale et raisonnée*.

A definição da *Grammaire générale et raisonnée* está relacionada com a função do verbo no juízo lógico:

La connoissance de la nature du Verbe dépend de ce que nous auons dit au commencement de ce discours, que le jugement que nous faisons des choses (comme quand je dis, *la terre est ronde*) enferme necessairement deux termes, l'vn appellé sujet, qui est ce dont on affirme, comme, *terre*; & l'autre appellé attribut, qui est ce qu'on affirme, comme *ronde*: Et de plus la liaison entre ces deux termes, qui est proprement l'action de nostre esprit qui affirme l'attribut du sujet (Arnauld / Lancelot 1660: 89).

Em Lobato, falta todo este pano de fundo lógico. Segundo ele, não é o falante que 'afirma' e julga com o verbo, mas sim o próprio verbo. Com a sua formulação que o verbo «[...] afirma a acção», Lobato (1770: 62) afasta-se consideravelmente do ideário de Port-Royal. Por estes motivos, a sua definição só com muitas reservas pode ser considerada lógica.

O mesmo é válido para Batista (1816), que aparentemente copia Lobato, tal como acontece nas outras definições das partes da oração:

*Verbo* he huma palavra, que na oração afirma alguma couza, como: Pedro *estuda* a lição (Batista 1816: 50).

O conceito de afirmação, presumivelmente também seguindo o modelo de Lobato, entra furtivamente até em obras onde não se verifica qualquer relação com a ideia subjacente à gramática de Port-Royal. Assim, encontra-se este passo no *Compendio* de 1804:

O VERBO he huma palavra, que afirma acção activa, ou passivamente (Compendio 1804: 30).

Apesar do uso do verbo *afirmar*, não se trata de uma definição lógica, mas sim de uma definição semântico-lexical convencional (veja-se, por exemplo, a noção 'agendi vel patiendi significativum' de Prisciano).

Pode ser apreciado do mesmo modo o uso da expressão 'com afirmação' por parte de Bacelar (1783a), que adicionalmente usa o critério 1-m-fle:

63 A *Acção Grammatical*, ou *Verbo* he hum som, que representa com afirmação a obra physica, e tendo pessoas, numeros, tempos, e modos, não se declina por casos (Bacelar 1783a: 52).

Uma definição verdadeiramente lógica, de acordo com o modelo da *Grammaire générale et raisonnée*, ocorre pela primeira vez em

Figueiredo (1799). O critério 3-log encontra-se aqui combinado com 1-m-fle e 1-s-ont:

Verbo he a voz, com que na Oração significamos acção, afirmando hũa cousa de outra; não se declina por casos, como o nome, mas conjuga se por Modos, Tempos, e Pessoas (Figueiredo 1799: 23).

Na definição de Silva (1806), há, pela primeira vez, uma relação com o juízo lógico:

1. O Verbo é a palavra, com que declaramos o que a alma *julga*, ou *quer* á cerca dos Sujeitos, e dos attributos das sentenças; com elle *affirmamos*, e *mandamos*: v.g. Eu *sou* amante: o pomo *é* doce: Filho *sê* temente a Deus, e *ama* o (Silva 1806: 47).

E Silva prossegue:

2. Á significação, ou officio principal dos verbos anda annexa a significação de algum attributo, e da pessoa ou coisa, em quem o attributo existe, ou queremos, que exista; e das diversas épocas em que o attributo existe, existiu, ou existirá no sujeito (Silva 1806: 47).

Tal como em Barbosa (*vide infra*), o pensamento de o 'atributo' já existir no sujeito faz lembrar a exposição de Destutt de Tracy (*vide supra*) que, aliás, é praticamente de excluir como fonte, se o *Epítome*, tal como se afirma no seu epílogo, realmente foi concluído em 15 de julho de 1802:

Il suit delà, 1.<sup>o</sup> que le verbe, différent en cela du nom et du pronom, n'exprime point, comme eux, une idée existante par elle même dans notre esprit, indépendamment de toute autre, c'est-à-dire, sous la forme d'un sujet; 2.<sup>o</sup> qu'il n'exprime pas seulement cette idée comme pouvant exister dans une autre, comme destinée à y exister et à la modifier, ainsi que le font nos simples adjectifs, qui ne sont que des modificatifs; 3.<sup>o</sup> qu'il exprime l'idée qu'il représente, comme existante réellement et positivement dans une autre, comme en étant l'attribut, et que par conséquent, il renferme l'idée d'existence (Destutt de Tracy 1803, II: 88-89).

Na maior parte dos autores que apresentam definições lógicas,<sup>166</sup> o verbo não é definido através da função de afirmação, mas sim através da ideia de existência ou coexistência de sujeito e '*attribut*', como pretende, por exemplo, Beauzée:

L'idée de l'existence intellectuelle d'un sujet avec relation à un attribut est donc, non seulement le caractère distinctif du Verbe, mais encore ce qui en fait, entre tous les mots, le *Mot* par excellence, *Verbum* (Beauzée 1767, I: 395).

<sup>166</sup> Sousa (1804); Barbosa (1807, 1822); Melo (1818); Ferreira (1819); Ribeiro (1819).

O gramático francês critica a concepção de verbo apresentada pela *Grammaire générale et raisonnée*: a afirmação estaria relacionada com o falante; o verbo, por sua vez, com o sujeito da frase.<sup>167</sup> Para Condillac (1775: 160), os verbos exprimem «[...] la coexistence d'un attribut avec un sujet [...]».

Em Portugal, o critério da existência ocorre, pela primeira vez, em Sousa (1804):

Chamão-se Verbos aquelas palavras com que indicamos a existencia de alguma coiza juntamente com as qualidades que lhe convem (Sousa 1804: 49).

Com o recurso à 'coisa' e à 'qualidade' em vez de ao 'sujeito' e ao 'atributo', esta definição, a rigor, não é lógica, mais sim semântica. Como fonte, poderia ter servido o Abbé Sicard, onde se pode ler:

D. Qu'est-ce que le VERBE?

R. Le VERBE est un mot qui sert à lier un attribut à un sujet quelconque (Sicard 1799, I: 253).

D. A quoi sert donc le verbe?

R. Il sert à affirmer, à faire connoître l'existence, ou la non-existence d'une chose, avec telle ou telle qualité, avec tel ou tel attribut [...] (Sicard 1799, I: 255).

Definições inequivocamente lógicas encontram-se, contudo, em Barbosa:

Verbo he huma das partes Conjunctivas da Oração, que per diferentes Modos enuncia a identidade, e existencia do attributo no sujeito da proposição com relação a certos Tempos, e Pessoas; como *Eu Sou* (Ego Sum) *Tu Foste* (Tu Fuisti), *Elle será* (Ille Erit) (Barbosa 1807: 44).

O verbo *he huma parte conjunctiva do discurso, a qual serve para atar o attributo da proposição com o seu sujeito de baixo de todas suas relações pessoaes e numeraes, enunciando por diferentes modos a coexistencia e identidade de hum com outro por ordem aos diferentes tempos, e maneiras de existir* (Barbosa 1822: 191).

<sup>167</sup> «Dans *Petrus est affirmans*, selon notre grammairien [Lancelot, BSP], *est* marque MON AFFIRMATION. Mais je le demande, comment *est*, à la troisième personne, peut-il marquer l'affirmation de la première personne? Il est évident que ce qu'il marque primitivement & clairement, appartient au sujet dont on parle à la troisième personne. Si quelque chose dans *est* peut se rapporter à moi, c'est qu'il exprime l'existence d'une troisième personne dans MON ENTENDEMENT; ce qui rend en effet mon jugement, & confirme ce que j'ai avancé de la nature du Verbe» (Beauzée 1767, I: 397).

Uma vez que 'atributo' e 'sujeito' aqui devem ser entendidos menos como 'parte da oração' do que como 'ideia',<sup>168</sup> esta definição de Barbosa não é funcional na mesma medida do que a que deu do nome. A expressão «[...] existencia do attributo no sujeito da proposição [...]» em *As duas linguas* (coisa semelhante é afirmada também na *Grammatica Philosophica*; Barbosa 1822: 195, acerca do '*verbum substantivum*') faz novamente lembrar a exposição de Destutt de Tracy (*vide supra*).

O critério da (co)existência encontra-se ainda em Melo (1818), Ferreira (1819) e Ribeiro (1819):

*Vocabulo verbo* é o sinal da ideia de coexistência de substância e d'ajunto: v. g. é na frase *deos é justo*; e *âma* em *António âma* (Melo 1818: 60).

O *Verbo* he huma palavra, que exprime existencia, seja abstractamente e em geral, como *Ser*, seja particular e determinadamente, como: *Amar, Defender, &c* (Ferreira 1819: 28).

He o *Verbo* huma palavra, que por excellencia, e extensão de suas qualidades he a unica, que tem a propriedade de manifestar não sómente a maneira, e a fôrma, de nossos pensamentos, mas tambem os diferentes respeitos relativamente ao tempo da sua execução; o seu principal officio he exprimir, e significar a existencia (Ribeiro 1819: 88).

Em Ribeiro não se nota qualquer influência de Destutt de Tracy, modelo da *Ideologia* que antecede a *Grammatica*. Com a referência á 'maneira de nossos pensamentos', apoia-se antes na gramática de Port-Royal.

A definição de verbo de Lobato, inspirada pela *Grammaire générale*, não encontrou logo imitadores. Por parte dos sucessores diretos e de alguns gramáticos posteriores, usa-se em vez disso um critério que, embora já presente em Donato e Prisciano, em Portugal anteriormente só tinha sido usado por Barros, juntamente com 1-m-fle: o critério semântico-lexical. Encontra-se primeiro em Bacelar (1783a), cuja definição já foi apresentada a propósito do conceito da afirmação. Exclusivamente de acordo com o critério 1-s-ont, a autora do *Breve Compendio* (1786) apresenta a seguinte definição:

<sup>168</sup> «Desta breve analyse do verbo se vê que sua essencia consiste propriamente na enunciação da coexistencia de uma idea com outra; e não na expressão destas ideas, que ja para isso tem palavras destinadas nos substantivos e adjectivos, que as nomeão [...]» (Barbosa 1822: 191-192).

Chamamos *Verbo* aquella palavra, que significa alguma cousa, dando a entender o tempo em que se exercitava a sua significação, v.g. se digo: *Amo, amei, amarei*, significa Amor, exercitado ora no tempo presente, ora passado, ora futuro (Álvares 1786: 11).

Casimiro (com conteúdo idêntico em 1792 e 1811) fornece uma definição de teor completamente diferente:

Verbo he huma voz, de que nos servimos para declararmos as diversas acçoens, e paixoens da nossa alma (Casimiro 1792: 14, Casimiro 1811: 24).

É surpreendente, porque a fórmula 'declara as paixões da alma' normalmente é reservada para a interjeição (que Casimiro 1792: 60 define como «[...] huma voz, que serve para affectar nossas paixoens [...]»). Talvez tenha surgido um mal-entendido a este respeito através da referência à '*passio*' na definição de verbo, por exemplo, de Donato ('agere aliquid aut pati', Donatus 1864, IV: 359), e do uso do conceito de '*paixão*' nas definições de interjeição dentro da tradição portuguesa, por exemplo em Lobato (1770: 174).<sup>169</sup> Seja como for, Casimiro não viu qualquer necessidade de modificar esta definição pouco adequada nas reedições da sua gramática.

A posição convencional, segundo a qual o verbo exprime uma ação, etc., está presente nos restantes gramáticos na forma do critério 1-s-ont (a definição de Casimiro, a rigor, deveria ser classificada como seguindo o critério 1-s-psi). Talvez o modelo da *GRAE* desempenhe aqui um papel, em cuja definição cumulativa está também incluída a expressão de '*acción*' e '*pasión*'.<sup>170</sup>

VERBO he huma palavra, que explica ou huma acção feita; ou huma acção recebida pelo sujeito; ou simplesmente significa o estado do sujeito (Fonseca 1799: 83).

A Palavra que designa modo, acção, paixão, ou estado da substancia, chama-se *Verbo*, ou *Cópula* (Aragão 1812: 9).

O verbo significa uma acção, como *matar, ser morto, saltar, nevar, entristecer-se, convir* (Carneiro 1820: 35).

<sup>169</sup> Ao tratar dos acidentes do verbo, Prisciano fala de '*affectus animi*' (Priscianus 1855, II: 369).

<sup>170</sup> «*El verbo es una parte principal de la oracion que sirve para significar la esencia, la existência, la accion, pasion, y afirmacion de todas las cosas animadas, é inanimadas, y el exercicio de qualquiera facultad que tienen estas cosas, ó se les atribuye*» (*GRAE* 1771: 57).

O verbo he a palavra por excellencia, sem a qual as mais nada dizem; elle he o que exprime a acção ou o estado (Albuquerque 1820: 28).

A primeira parte da definição de Albuquerque lembra visivelmente a exposição do verbo em Nebrija, embora pareça mais provável que o modelo se encontre numa obra pertencente à tradição da *Grammaire Générale* francesa onde, desde Beauzée (1767, I: 395), a afirmação de o verbo ser 'le mot par excellence' se tornou um lugar comum<sup>171</sup> (cf., por exemplo, Condillac 1775: 160, Court de Gébelin 1816: 226, Lévizac 1801, II: 1).

No seu conjunto, pode dizer-se que, nas gramáticas aqui estudadas, existe uma tendência para definições segundo apenas um critério. Primeiro é 1-m-fle (que só em Barros é combinado com 1-s-ont); a partir de Lobato, passam a ser usados, sobretudo, 1-s-ont e 3-log, que nem sempre se podem distinguir claramente. Ao passo que as fontes para o critério semântico-lexical sejam incertas e, como deixam supor as definições relativamente heterogêneas, de proveniência diferente, a origem das definições lógicas pode ser determinada de maneira inequívoca: podem ser atribuídas a várias gramáticas da tradição da *Grammaire Générale*. Aqui é possível distinguir duas camadas: uma mais antiga, na qual o critério é o da afirmação (aqui pode-se supor como fonte a própria gramática de Port-Royal ou alguma das edições mais recentes da *Nouvelle méthode* de Lancelot), bem como uma mais recente em que o verbo, tal como acontece em Beauzée, Condillac ou Destutt de Tracy, é definido através do critério da existência.

### **Digressão: O '*verbum substantivum*' e os verbos auxiliares**

'*Verbum substantivum*' é um termo para o verbo latino *esse* e os seus equivalentes semânticos em outras línguas.

A teoria do '*verbum substantivum*' deriva de Aristóteles (cf. Brøndal 1948: 38; Robins 1979: 124). De acordo com Brøndal (1948: 38), a divisão da proposição lógica em sujeito, cópula e predicado teve por consequência uma posição especial para o verbo <ser>. Brøndal parece querer derivar o termo '*verbum substantivum*' da tradução latina 'essentia, substantia' como equivalente do grego 'οὐσία' [oysia] 'essência'.

<sup>171</sup> Como observa Coseriu (1974: 59-60), a ideia do verbo como parte da oração *par excellence* pode ser mantida, na perspectiva dos nossos dias, se se considerar o verbo como a parte da oração «[...] qui a par excellence la fonction de transformer les 'mots' en 'phrase', le *dicibile* en *dictum* [...]».

Em Prisciano o termo 'substantivum' traduz o grego 'ὑπαρκτικόν', [hyparktikon] ('que diz respeito ao ser'). Padley (1976: 46) fala aqui de uma 'unfortunate translation' («[...] for it led on the one hand to a discrepancy between the value of the word substantive as applied to nouns and to verbs, and on the other to the twelfth-century grammarians' use of the term '*verbum substantivum*' to refer to a verb signifying substance») e de facto, como ainda se verá, esta designação deu origem, posteriormente, a mal-entendidos. Prisciano menciona o '*verbum substantivum*' no âmbito dos tempos, onde fala do parentesco do presente com o imperfeito e o futuro, que seria válido para todos os verbos, com a exceção de *esse* ('*sum*').<sup>172</sup>

É desde os comentários de Prisciano do século XII que o conceito de '*verbum substantivum*' foi sendo alargado (cf. Libera / Rosier 1992: 116; cf. Kelly 1977: 110) e complementado pelo do '*verbum adiectivum*'.<sup>173</sup> '*Verba adiectiva*' são todos os verbos com a exceção de *esse*.

O conceito de '*verbum substantivum*' encontra-se em diversos autores do Renascimento, por exemplo, em Peroto, Sulpício, Despautério e Linacre (cf. Padley 1976: 46-47). Scalígero (1540: 228) duvida que o termo '*verbum substantivum*' seja adequado para o verbo *esse*, uma vez que *esse*, além de se poder referir à substância, também se pode referir ao acidente, como no exemplo *Est albus Caesar*.<sup>174</sup> Para o Brocense, a frase que Scalígero usa como exemplo deverá ser reformulada corretamente como *Caesar est albus Caesar*, de modo que a forma *est* passa a referir-se a um substantivo (cf. Breva-Claramonte 1983: 149). Torna-se, portanto, evidente que ambos os autores estabelecem uma relação entre o '*verbum substantivum*' e a substância ou o seu representante, o '*nomen substantivum*', embora isto não faça jus ao significado próprio do termo em causa.

<sup>172</sup> «Praesens tempus proprie dicitur, cuius pars praeteriit, pars futura est. Cum enim tempus fluvii more instabili volvatur cursu, vix punctum habere potest in praesenti, hoc est instanti. Maxima igitur pars eius, sicut dictum est, vel praeteriit vel futura est, excepto 'sum' verbo, quod ὑπαρκτικόν [hyparktikon, BSP] Graeci vocant, quod nos possumus 'substantivum' nominare; id enim omnium semper est perfectissimum, cui nihil deest» (Priscianus 1855, II: 414; cf. Ramajo Caño 1987: 140).

<sup>173</sup> Cf. Padley (1976: 46-47): «When medieval grammarians isolated this verb as signifying 'purum esse rei' and as functioning as a copula, all other verbs (signifying *actio* and *passio*) received in contrast the appellation *adiectiva*, thus forming a neat parallel to the corresponding division of the noun».

<sup>174</sup> «Quare hoc verbum tam accidens quam substantiam cum significet, pessime a Grammaticis Verbum Substantivum dictum est» (Scaliger 1540: 228).

Através de Sánchez de las Brozas, o '*verbum substantivum*' deu entrada na *Grammaire générale et raisonnée* de Arnauld / Lancelot (cf. Brekle 1966: XIV) e em toda a tradição da *Grammaire Générale*, onde desempenha um papel importante:

Transposée dans l'analyse grammaticale, cette théorie du '*verbe substantif*' jointe à l'axiome de la décomposition initiale de la proposition en deux parties est la clé de la grammaire générale et la source de ses difficultés (Auroux 1984b: 12).

Em Arnauld / Lancelot (1660), *être* ou a sua terceira pessoa *est* é o único verbo que exprime somente a afirmação (não tendo, portanto, significado lexical). Os restantes verbos são considerados como abreviações da combinação '*est* + participio', por exemplo. *Pierre vit* como *Pierre est vivant*:

De là est venuë la grande diuersité de verbes dans chaque Langue; au lieu que si on s'estoit contenté de donner au verbe sa signification generale de l'affirmation, sans y joindre aucun attribut particulier, on n'auroit eu besoin dans chaque Langue que d'un seul Verbe, qui est celuy qu'on appelle substantif (Arnauld / Lancelot 1660: 91).

Em Beauzée que, por sua vez, critica o termo '*verbum substantivum*', pode ler-se, por consequência:

Le Verbe *substantif* ou *abstrait* est celui qui désigne par l'idée précise de l'existence intellectuelle, avec relation à un attribut quelconque: de manière que, comme les mots ne demeurent jamais indéterminés dans les phrases où ils entrent, il faut exprimer séparément l'attribut particulier auquel on a besoin de faire rapporter le Verbe [...].

Le Verbe *adjectif* ou *concret* est celui qui désigne par l'idée précise de l'existence intellectuelle, avec relation à un attribut déterminé, qui est compris dans la signification totale du Verbe [...].

Il suit de ces deux définitions, qu'il n'y a point de Verbe concret qui ne puisse se décomposer par le Verbe abstrait, avec un autre mot qui exprimera séparément l'attribut déterminé compris dans la signification du Verbe concret (Beauzée 1767, I: 405-406).<sup>175</sup>

<sup>175</sup> Auroux (1984b: 15-16) caracteriza a diferença entre Arnauld / Lancelot e Beauzée da seguinte maneira: «Là où les Messieurs soutenaient que les hommes ont 'joint presque toujours à l'affirmation d'autres significations dans un même mot', faisant du verbe adjectif le produit d'une composition, Beauzée effectue la démarche inverse. Il part de la classe du verbe en général, la divise en verbe abstrait (le verbe substantif) et concret, et note 'qu'il n'y a point de verbe adjectif ou concret, qui ne puisse se décomposer par le verbe substantif ou abstrait être'. [...] Sans renoncer à la

Nas gramáticas mais antigas em Portugal, o '*verbum substantivum*' encontra mais eco do que em Espanha. Nebrija, por exemplo, não usa este conceito e, nas gramáticas até 1626, estudadas por Ramajo Caño (1987: 140-141), há um único exemplo, de Diego de la Encarnación (1624). Parece que a teoria do '*verbo único*' só se difundiu em Espanha com a influência da *Grammaire Générale* francesa (cf. Gómez Asencio 1981: 205-215), o que leva Gómez Asencio (1981: 197) a fazer um confronto entre «[...] la tradición occidental (el verbo significa acción, pasión, estado..) [...]» e outra tradição «[...] de la gramática filosófica francesa (sólo hay un verbo realmente tal, que es el verbo *ser*) [...]», o que não se pode aplicar assim à situação de Portugal. Com efeito, por um lado, só uma minoria de autores portugueses é que define o verbo através de '*actio*' e '*passio*', por outro lado, o conceito do '*verbum substantivum*' está presente desde o início, embora tendo, naturalmente, um pano de fundo teórico diferente do da *Grammaire Générale*. Já Fernão de Oliveira (1536: fol. 20r, 23r, 36r) menciona o '*verbo sustãtivo*',<sup>176</sup> embora sem oferecer uma definição (cf. Ramajo Caño 1987: 176).

Em Barros, pelo contrário, a distinção entre '*verbos substantivos*' e '*verbos adjetivos*' constitui a subdivisão primária da classe dos verbos:

Os latinos partem os seus uerbos, em sustantiuos e aietiuos. Dos primeiros temos este só uerbo, sou, ao quãl chamãmos sustantiuo por que demóstra o ser pessoãl da cousa, como quãdo digo, Eu sou criatura racional. Verbo aietiuo podemos chamar todolos outros (Barros 1540: fol. 18r).

Também Roboredo (1619) separa o '*verbum substantivum*' latino *sum* (portanto *esse*) dos restantes verbos:

Este Verbo, *Sum*, he como fundamentos de todos; & com elle per rodeio supprimos as vozes passivas que lhes faltão. He irrigular; & significa sustancialmente, *ser*, ou *star* [...] (Roboredo 1619: 30).

O procedimento geral de Roboredo, formal e baseado no latim, torna-se aqui inequívoco pelo facto de ele apresentar, juntamente com as formas

---

théorie du verbe substantif, l'Encyclopédiste se donne les moyens d'analyser la réalité du groupe verbal [...]». O ponto de partida é portanto, em Port-Royal, o '*verbum substantivum*', do qual são derivados todos os restantes verbos e, em Beauzée, o '*verbum adiectivum*', que pode ser subdividido num '*verbum substantivum*' e num '*attribut*'.

<sup>176</sup> No contexto da formação das formas do presente do indicativopode ler-se aqui: «[...] τ mais o verbo sustãtivo o q[ua]l hũs pronũçiã em .om. como som. τ outros em ou. como .sou. [...]» (Oliveira 1536: fol. 36r).

de *esse*, também as de *posse* que, de acordo com o seu significado, indubitavelmente não é um '*verbum substantivum*' – e isto pelo simples motivo de ambos os verbos serem conjugados do mesmo modo. O gramático toma como ponto de partida as formas dos verbos portugueses *ser* e *poder*, que também não têm semelhanças formais. O verbo *estar* que, no início, ainda é apresentado ao lado de *ser*, como equivalente de *esse*, deixa de ser aqui mencionado por completo.

Em Roboredo, já se esboça uma mistura do conceito de '*verbum substantivum*' com o de 'verbo auxiliar'. É certo que afirma, sem oferecer mais explicações, que o verbo *esse* seria o fundamento de todos os outros, mas, ao mesmo tempo, salienta o seu papel de verbo auxiliar na formação da voz passiva. Tal como Barros, Roboredo também não conhece uma categoria própria de 'verbo auxiliar', para a qual a gramática latina igualmente não fornece qualquer modelo, embora as formas passivas do tema de perfeito (do tipo *amatus sum*) tenham *esse* na sua flexão.<sup>177</sup>

Pereira (1672) considera *ser* e *estar* como duas variedades do mesmo verbo («Habet hoc verbum duas partes, alteram *Sou*, alteram *Estou* [...]»), Pereira 1672: 39):

Vocatur hoc verbum substantivum per analogiam & similitudinem ad nomen substantivum: quia sicut nomen substantivum potest esse in oratione absque iuvamine nominis adiectivi, & nullum nomen adiectivum potest esse in oratione sine ope alicuius substantivi, ita verbum *Sou* potest in oratione esse absque adminiculo cuiuslibet alterius verbi, & nullum verbum passivum valet subsistere in oratione absque ope praedicti verbi substantivi [...] (Pereira 1672: 39-40).

Aqui torna-se explícita a contradição já esboçada em Roboredo: por um lado, com a designação de '*verbum substantivum*', Pereira salienta que *ser* e *estar* podem ocorrer sós na frase (o que, na melhor das hipóteses, só é válido para *ser* e *estar* na sua função de verbos plenos, mas o que tem validade universal ilimitada para qualquer verbo intransitivo); por outro lado, tal como em Roboredo, a sua importância é fundamentada com o facto de as formas de *ser* se tornarem necessárias para a flexão da voz passiva.<sup>178</sup> O facto de Pereira considerar *estar* ao lado de *ser* como

<sup>177</sup> Tanto no português como no latim, Roboredo só admite as formas verbais sintéticas como tais. Todas as outras, incluindo as formas passivas latinas do tema de perfeito, são para ele 'rodeios' (cf. Schäfer 1990: 67-68).

<sup>178</sup> Pereira dá pela primeira vez, e ao contrário da maioria dos gramáticos posteriores, exemplos do uso de *estar*: «Posterior iungi potest cum omnibus verbis activis in omnibus modis, & temporibus, v.g. *Estou, estava, estive, estivera, estarey lendo, escrevendo, ensinando, ouvindo*, de quo latius suo loco» (Pereira 1672: 39).

'*verbum substantivum*' talvez esteja relacionado com a exposição de Álvares, que traduz a primeira pessoa do '*verbum substantivum*' latino *sum* por *Eu sou, ou estou* (Álvares 1572: fol. 12r). Em Espanha, procedeu-se normalmente do mesmo modo (cf. Ramajo Caño 1987: 140; Gómez Asencio 1981: 201).

Na continuação do texto torna-se patente que Pereira realmente considera *ser* e *estar* (ou seja, o '*verbum substantivum*' com as suas duas manifestações *ser* e *estar*) como verbos auxiliares. De modo diferente de ambos os seus antecessores, intitula o *Subsellium IV* «*De verbis generalibus, & auxiliaribus* Ey, has, ha. Tenho, tens, tem», onde declara além de *haver* e *ter*, também os verbos *ser* e *estar* como '*verba generalia*', o que deve ser entendido como sinónimo de '*verba auxiliaria*':

Non solum illud veluti geminum verbum *Sou, ou Estou* est generale ex eo quod (ut diximus) alterum comitetur omnes modos & tempora verborum passivorum, & alterum omnes modos & tempora verborum activorum; etiam verba *Ey, has, ha; Tenho, tens, tem*, sunt generalia, nam primum vindicat proprietatem valde extraordinariam, scilicet quod comitatur, vel comitari potest omnia verba in omnibus modis, ac temporibus, non solum in activa, sed etiam in passiva, ut constabit ex apponendis; secundum comitatur in activa omnia verba, sed non in omnibus temporibus, ut statim patebit (Pereira 1672: 59-60).

Para Pereira, o traço característico mais saliente dos verbos auxiliares é, portanto, que eles podem ser combinados com outros verbos. Mas o gramático salienta também que são desprovidos de significado próprio («Solum enim fuerunt inventa, ut ferrent auxilium verbis aliis, pro ipsorum significatione dirigenda, ut sic vel sic extendatur, vel limitetur», Pereira 1672: 63). Tal como Álvares (1572: fol. 34r), para o verbo latino *esse*, Pereira procede para *haver* a uma distinção entre o verbo auxiliar e o verbo pleno, atribuindo-lhe, no caso de faltar a '*vis auxiliandi*', o mesmo significado como ao verbo latim *habere*, que não tem função de verbo auxiliar no latim clássico.

Argote (1725) já não concede ao verbo *ser* nenhum outro estatuto especial para além do de 'verbo auxiliar',<sup>179</sup> juntamente com *ter* e *haver* que, tal como *ser* e *estar* em Pereira, são considerados variantes de um único verbo (Argote 1725: 63). A definição de 'verbo auxiliar' é a seguinte: «He o Verbo, que ajuda os demais a formar os seus tempos» (Argote 1725: 62). Uma exposição semelhante encontra-se em Lobato (1770: 80); Álvares (1786: 11-22); Casimiro (1792: 15) e em Fonseca (1790: 113).

<sup>179</sup> Segundo Brøndal (1948: 27), o conceito de 'verbo auxiliar' foi introduzido pelo gramático francês Pillot (1550), cuja definição abrange os verbos *être* e *avoir*.

Do afastamento do conceito de '*verbum substantivum*' resulta, portanto, a nova maneira de colocar a questão: 'Quais os verbos que servem para a conjugação de outros verbos?' – o acervo de verbos auxiliares aumenta de um (*ser*, em Barros e Roboredo) para três (*ser*, *ter* e *haver*) ou quatro (*ser*, *ter*, *haver* e *estar*).<sup>180</sup> A ausência de *estar* em Argote (e em vários outros autores) pode presumivelmente explicar-se pela falta de um modelo latino da forma progressiva (ou contínua) e da voz passiva de estado (ou voz passiva com *estar*), podendo este ser o motivo por que estas formas não são tomadas em conta nos paradigmas. O facto de ser precisamente Pereira quem, neste ponto, se afasta do modelo do latim – embora também não vá tão longe que esteja disposto a incluir as formas com *estar* + gerúndio nas suas tabelas de conjugação – prende-se aparentemente com o estatuto de *estar* como uma variante do '*verbum substantivum*', uma tradução de *esse* determinada pelo contexto: Álvares também considera *estar* como '*verbum substantivum*', Pereira acrescenta-o ao paradigma verbal como 'verbo auxiliar'.

<sup>180</sup> Os pontos de vista acerca do acervo de 'verbos auxiliares' divergem também entre os linguistas atuais, de acordo com a questão de saber se apenas os verbos que servem para formar flexões temporais devem ser tomados em conta ou se também se há de incluir os que formam perífrases modais e aspetuais. Vázquez Cuesta / Luz (1980: 429) chamam, em princípio, todos estes verbos 'auxiliares', mas abordam *ter*, *haver* e *ser* no capítulo «Conjugação dos verbos auxiliares» (Cuesta / Luz 1980: 414-428), reservando os restantes para o capítulo «A conjugação perifrástica» (Cuesta / Luz 1980: 429-432). Cunha / Cintra (1992: 393) também entendem o conceito de 'verbos auxiliares' no sentido mais lato do termo, separando contudo «os AUXILIARES de uso mais frequente [...] *ter*, *haver*, *ser* e *estar*» dos demais. Mateus / Brito / Duarte / Faria (1989: 199) distinguem nos 'verbos auxiliares', entre perífrases temporais, aspetuais e modais. As primeiras são formadas com os verbos *ter*, *haver* (futuro do tipo *hei de fazer*) e *ir* (futuro do tipo *vou fazer*). Hundertmark-Santos Martins (1982: 303) usa o conceito de verbo auxiliar, em princípio, num sentido mais restrito (correspondente ao que é habitual em alemão). Reduz o seu número a *ter*, *ser*, *haver* e *estar*. No capítulo «Die periphrastische Konjugation», além de *estar*, *ter* e *haver*, são também mencionados *ir*, *vir* e *andar* que, na perífrase, «[...] die Funktion eines Hilfsverbs annehmen» [«desempenham a função de verbo auxiliar»] (Hundertmark-Santos Martins 1982: 335). O limite entre 'forma verbal' e 'forma perifrástica' não pode ser estabelecido inequivocamente. Se se relacionar 'forma verbal' apenas com tempo e voz, seria possível isolar *ter*, *haver*, *ir* e *ser*. Ora, *ir* não é tradicionalmente incluído entre os auxiliares, sendo em vez dele esse o caso de *estar* por parte de vários autores. Se o critério para separar o verbo auxiliar do perifrástico for a capacidade de formar flexões temporais, seria necessário tomar em conta *ir*, mas não *estar*, uma vez que este último forma perífrases aspetuais, incluindo as flexões da chamada voz passiva de estado. Caso se inclua *estar*, seria necessário acrescentar também, por exemplo, um verbo comparável, como *ficar* (cf. Cunha / Cintra 1992: 396).

Através destes exemplos, podemos ir acompanhando como, a partir do '*verbum substantivum*', deste verbo excecional *esse*, foram surgindo os verbos auxiliares, como o conceito lógico inicial foi sendo aproveitado para descrever as peculiaridades das construções perifrásticas românicas, que não existiam no latim sob esta forma. Poderia exprimir-se isto do seguinte modo: os gramáticos das línguas vernáculas introduziram um novo conteúdo semântico num conceito originariamente lógico, para eles supérfluo, que fazia jus à função dos equivalentes de *esse* nas línguas românicas. *Ser*, *être*, etc. foram, por isso, os verbos auxiliares primários por serem necessários para as construções passivas que, de acordo com o modelo latino, faziam parte de todos os paradigmas de conjugação. Talvez seja esta a circunstância responsável pelo facto de os primeiros autores, como Argote (1725) e Lobato (1770), que já tinham feito a receção da *Grammaire Générale* mais antiga (Lancelot, Lamy) em Portugal, não terem adotado o conceito de '*verbe substantif*' que naquela tradição tem uma motivação completamente diferente.

Só em Figueiredo (1799) é que o 'verbo substantivo' surge novamente, desta vez muito provavelmente segundo o modelo francês.<sup>181</sup> Figueiredo, porém, ainda não consegue separar o 'verbo substantivo' do 'verbo auxiliar', nem tomar em conta as implicações lógicas do '*verbe substantif*' da *Grammaire Générale*:

Tambem pertencem aos Irregulares os verbos, que chamamos *Auxiliares*. São Verbos *Auxiliares*, os que ajudam a formar as vozes nos outros Verbos, e são de duas maneiras. Hum serve para supprir inteira a voz Passiva, que he o Verbo Passivo Substantivo *Ser*, pois não temos em nossa linguagem Verbo proprio da voz Passiva: Os outros ajudam a formar alguns tempos compostos, ou por circumloquio tanto na voz Activa, como na Passiva, e são os Verbos, *Haver*, e *Ter* (Figueiredo 1799: 24-25).

Figueiredo só procede à subdivisão '*verbum substantivum*' / '*verbum adiectivum*' para as formas verbais passivas, o que leva a crer que não tenha entendido o papel do '*verbe substantif*' da *Grammaire Générale*:

<sup>181</sup> Por exemplo Arnauld / Lancelot (1660: 91): «Selon cela, l'on peut dire que le Verbe de luy-mesme ne deuroit point auoir d'autre vsage, que de marquer la liaison que nous faisons dans notre esprit des deux termes d'une proposition. Mais il n'y a que le verbe *estre* qu'on appelle substantif qui soit demeuré dans cette simplicité, & encore l'on peut dire qu'il n'y est proprement demeuré dans la troisième personne du présent, *est*, & en de certaines rencontres. Car comme les hommes se portent naturellement à abreger leurs expressions, ils ont joint presque tousiours à l'affirmation d'autres significations dans vn mesme mot».

O Verbo *Passivo* ou he *Substantivo*, ou *Adjectivo*. O primeiro significa substancia, e leva em si significação passiva, e sómente he o Verbo *ser*: o segundo exprime qualidade, e não tẽ significação Passiva em si, mas ha mister ser acompanhado do Passivo Substantivo *ser*, e são todos os outros Verbos na voz Passiva (Figueiredo 1799: 24).

Só em 1804 (Sousa) é que se encontra uma definição do '*verbum substantivum*' no sentido da *Grammaire Générale*:

Não ha verdadeiramente mais do que o Verbo *Ser*: ha outras palavras a que costumão chamar Verbos, porém não o são senão em virtude da reunião, que tem com este, e em rigor devem considerar-se como expressões abreviadas, as quaes equivalem a hum participio junto com o Verbo *Ser*, assim como quando dizemos: *Antonio ama a virtude* he o mesmo que dizer: *Antonio he amante da virtude* (Sousa 1804: 49-50).

Os verbos auxiliares são definidos e nomeados num contexto completamente diferente:

Chamão-se Verbos auxiliares, aquelles cujos tempos servem para fôrmar os tempos dos outros Verbos, e podem-se contar na Lingua Portugueza dês, a saber *Ser, Ter, Haver, Estar, Ficar, Andar, Vir, Ir, Dever, Entrar*, sendo que os tres primeiros são mais uzados do que os outros (Sousa 1804: 107).

Sousa usa o conceito de 'verbo auxiliar' num sentido lato: inclui nele, além de *ser, ter* e *haver* e *ir*, que são usados na formação dos tempos, ainda uma série de palavras que servem para a formação de perífrases não-temporais (aspetuais e modais). Esta visão do verbo auxiliar é partilhada, em princípio, pelas modernas gramáticas portuguesas (Mateus / Brito / Duarte / Faria 1989: 199-200; Cunha / Cintra 1992: 393-396<sup>182</sup>).

Um conceito menos claro do '*verbum substantivum*' ocorre em Silva (1806):

28. Os Grammaticos chamão ao verbo *Ser* substantivo, porque a elle se ajuntão todos os attributivos, e ainda nomes usados comprehensivamente, ou attributivamente: v.g. *ser amado, ferido, amante* (Silva 1806: 60).

Só na parte da sintaxe é que Silva indica que a sequência '*ser* + atributo' é frequentemente expressa por uma única palavra: «[...] v.g. *amas* (por *és amante*); *ama tu* (por *sê amante*) [...]» (Silva 1806: 83).

<sup>182</sup> Cunha / Cintra (1992: 393, nota 5) admitem que os verbos auxiliares não podem ser claramente delimitados: «Como não há uniformidade de critério linguístico para determinação dos limites da auxiliaridade, costuma variar de gramática para gramática o elenco dos verbos auxiliares».

Neste autor, os 'verbos auxiliares' formam uma classe mais pequena do que em Sousa. Trata-se apenas de *estar*, *ser*, *ter* e *haver* (por esta ordem), «[...] que ajudam a formar tempos *imperfeitos*, e *perfeitos* [...]» (Silva 1806: 63). Com a distinção entre 'imperfeito' e 'perfeito', Silva (1806: 61-62) contempla, a par do tempo, também explicitamente o aspeto, pelo que se justifica a inclusão de *estar*.

Barbosa (1807, 1822) ocupa-se muito detidamente do '*verbum substantivum*': uma vez que constitui para ele o 'único verbo'» (Barbosa 1822: 192), discute a natureza do verbo em geral ao longo do capítulo «*Do Verbo Substantivo, e seus Auxiliares*». Em *As duas linguas*, Barbosa expõe a sua conceção da seguinte maneira:

O Verbo *Substantivo* he o que compara o Atributo da oração com o seo Subjeito, e enuncia a *existencia* de hum em outro. Os Nomes pois fazem a materia da Oração, e o Verbo Substantivo he quem a combina e anima: que porisso he huma parte essencial e indispensavel da Oração. Não há Lingua que a não tenha, e ainda se pôde dizer com verdade que o Verbo Substantivo, a falar exactamente, he o unico Verbo necessario á enuniação: porque com elle só se podem fazer todas as sortes de Orações; e sem elle nenhuma. Tal he o Verbo *Ser* na Lingua Portugueza, e *Esse* na Latina (Barbosa 1807: 45).

Depois de Barbosa (1807), o '*verbum substantivum*' é retomado por uma série de outros autores – como seria de esperar por aqueles que já se tinham revelado adeptos da *Grammaire Générale* noutras áreas.<sup>183</sup> As suas exposições não diferem, no essencial, umas das outras, nem das já apresentadas. Só há desacordo relativamente à questão de se saber se apenas *ser* (Melo 1818; Ferreira 1819), *ser* e *estar* (Aragão 1812; Ribeiro 1819), ou, como unicamente pensa Ribeiro (1819), ainda *existir* devem ser considerados como o 'único verbo'.

Em quase todos estes autores, bem como em todos os seus contemporâneos que não conhecem qualquer '*verbum substantivum*',<sup>184</sup> os verbos auxiliares recebem um tratamento completamente independente, como é o caso em Sousa (1804), Silva (1806) e também Barbosa (1807 e 1822). Ferreira (1819) constitui uma exceção, porque volta a introduzir o conceito de '*verbum substantivum*' nos verbos auxiliares, ao distinguir entre 'auxiliar natural' (*ser*) e 'auxiliares usuais' (todos os outros):

<sup>183</sup> Aragão (1812: 28-29); Melo (1818: 87); Ferreira (1819: 28); Ribeiro (1819: 89); Albuquerque (1820: 28).

<sup>184</sup> Casimiro (1811: 25); Batista (1816: 28); Carneiro (1820: 49).

*Verbo* auxiliar natural he unicamente o Verbo *Ser*, porque exprimindo essencialmente a existencia, parece mais natural empregar os seus tempos que os de qualquer outro para designar as diferentes relações de existencia, que caracterizão os tempos de todos os mais *Verbos*.

*Verbos* Auxiliares usuaves são certos verbos que o uso despoja inteiramente da sua significação original, para os fazer servir na formação dos tempos de algum outro verbo, como quándo se diz, *ja tinha lido o teu livro quando o mandaste buscar*: onde se conhece muito bem que o verbo *ter* não significa possessão (Ferreira 1819: 29-30).

O tratamento mais exaustivo é dado aos 'verbos auxiliares' na *Grammatica Philosophica*, onde Barbosa (1822: 194-196) argumenta que as formas sintáticas ('linguagens simples') do verbo *ser* não são suficientes, só por si, para distinguir entre os diversos tempos aquilo a que hoje chamaríamos modalidade e aspeto:

Mas estas terminações temporaes indicão sim as diferentes epochas da existencia; mas não o modo e estado della. Huma couza pôde começar e haver de existir, pôde continuar a existir, e pôde ter cessado de existir em todas as epochas e tempos, quer presente, quer passado quer futuro. Estas diferentes maneiras de existir não tem na conjugação do verbo *Ser* fôrmas algumas ou terminações especiaes, com que se indiquem, e comtudo erão necessarias para exprimir todas as vistas do espirito, e prover a todas as precizões da enunciação. Por ex. *Sou* no seu tempo presente simples não explica a mesma idea de existencia, que explicão os presentes compostos do mesmo verbo com seus auxiliares, *Hei de ser*, *Estou sendo*, *Tenho sido* (Barbosa 1822: 194; cf. Barbosa 1807: 45).

Como verbos auxiliares só admite *haver*, *estar* e *ter*. Barbosa chama 'incoativas' as construções do tipo *hei de fazer*, as do tipo *estou fazendo* (que é a única forma que menciona, embora esta tenha sido quase por completo substituída por *estou a fazer* no português europeu de hoje) chama 'continuativas' e às do tipo *tenho feito* 'completivas' (Barbosa 1807, 1822: 195).<sup>185</sup>

<sup>185</sup> Barbosa adota aqui – sem indicar a fonte – o sistema que James Harris usa no seu *Hermes* (<sup>1</sup>1751), que em 1796 foi traduzido para o francês por Jean-François Thurot (1768-1832). Harris distingue, no âmbito de '*present*', '*past*' e '*future time*', entre tempos 'definidos' e 'indefinidos'. Os três definidos, ou seja, aproximadamente: tempos do presente com marca aspetual são, para ele, '*Inceptive Present*' (*I am going to write / je vais écrire*), '*Middle or extended present*' (*I am writing / je suis à écrire*) e '*Completive present*' (*I have written / j'ai écrit*) (Harris 1751: 121; Harris 1796: 113). Não é claro o motivo por que Barbosa escolhe, como formas correspondentes às do '*go-future*', formas com *haver*, em vez das formas portuguesas com *ir* (às quais, noutro lugar, Barbosa 1822: 198, chama 'futuro proximo').

Para Barbosa, todas as formas temporais do verbo são, portanto, sintéticas (a voz passiva não é mencionada neste lugar) e todas as construções com verbos auxiliares, por conseguinte, são aspetuais ou modais.<sup>186</sup>

Barbosa fornece também a explicação mais completa para as diferenças entre os verbos auxiliares e os correspondentes verbos plenos:

Estes verbos considerados como *Auxiliares*, não tem a mesma accepção, que tem, quando se tomão em sua significação primitiva, como verbos activos, transitivos, ou intransitivos, dizendo v.gr. *Eu haverei de ti esta divida. Eu estou em pé. Eu tenho dinheiro.* Mas junctos aos nomes verbaes *Ser, Sendo, Sido* perdem então a sua significação prioria e natural para exprimirem os varios estados de existencia ou começada, ou continuada, ou acabada, de baixo dos quaes se póde considerar hum objecto em qualquer epocha, ou tempo (Barbosa 1822: 195-196).

Continua a existir disparidade quanto ao inventário dos verbos auxiliares. Todos os autores contam *ser, ter e haver* entre eles uma parte ainda acrescenta *estar*. Dá nas vistas o facto de, igualmente em autores que incluem *estar*,<sup>187</sup> as construções com '*estar* + gerúndio' ou '*a* + infinitivo', bem como a voz passiva de estado, nunca serem mencionadas nos paradigmas verbais que, na maioria dos casos, são muito completos. Aqui é difícil decidir se isto se deve à fidelidade à tradição latina, à influência de autores franceses (que, como é sabido, também não conhecem na sua língua objeto as formas aspetuais contínuas com verbos auxiliares) ou a uma mistura de ambas as coisas.

Aragão (1812: 28) aparentemente considera os 'verbos auxiliares' como classe aberta. Além dos quatro já mencionados, acrescenta ainda *dever e poder*, apondo-lhes um 'etc.'.

Um estudo comparativo dos inventários dos verbos auxiliares na totalidade dos autores<sup>188</sup> revela o seguinte:

<sup>186</sup> Esta interpretação não deixa de ser interessante: as construções com *estar* (*estar fazendo* ou, no português europeu de hoje, *estar a fazer*) são inequivocamente aspetuais e combináveis com todos os tempos, e as construções com *haver*, como formas do futuro, têm de qualquer modo carácter modal. Também o 'pretérito perfeito composto' (*tenho feito*) pode ser descrito, com um fundamento igualmente válido, como sendo aspetual em vez de temporal. Ficam de fora, porém, as restantes construções com *ter* que não têm significado aspetual (*tinha feito, tivesse feito*, etc.).

<sup>187</sup> Aragão (1812: 28); Batista (1816: 28); Melo (1818: 104); Albuquerque (1820: 35).

<sup>188</sup> Além dos supramencionados Barros (1540) e Roboredo (1619), falta ainda Bacelar (1783a), no qual não é possível identificar uma categoria 'verbo auxiliar'.

*ser / ter / haver*: Argote (1725); Lobato (1770), Álvares (1786), Casimiro (1792), Figueiredo (1799), Fonseca (1799), Casimiro (1811), Ribeiro (1819), Carneiro (1820).

*ser / estar / ter / haver*: Pereira (1672), *Compendio* (1804), Silva (1806), Melo (1818), Albuquerque (1820), Batista (1816).

*ser / ter / haver / estar / ficar / andar / vir / ir / dever / entrar*: Sousa (1804).

*ser / estar / ter / haver / dever / poder* 'etc.': Aragão (1812).

*ser* + um grupo de verbos não especificado, por ex. *ter*: Ferreira (1819).

*haver / estar / ter*: Barbosa (1807 e 1822).

Em princípio, as gramáticas, tal como as de hoje, podem ser subdivididas em dois grupos: as que se limitam aos verbos auxiliares que são necessários para a formação dos tempos já diferenciados na língua latina (incluindo os da voz passiva), e as que incluem os verbos que formam perífrases aspetuais ou modais.

No atinente ao facto de o verbo *estar* ser frequentemente considerado um dos verbos auxiliares do primeiro grupo, presumimos que uma explicação poderá estar na génese da categoria de verbo auxiliar a partir do '*verbum substantivum*': Pereira, o primeiro autor que usa a categoria 'verbo auxiliar', introduz o conceito de '*verbum substantivum*' que, devido às características linguísticas do português e do espanhol, além de *ser* também pode ser representado por *estar*.

#### 4.5.3.7 O participípio

Nas gramáticas de hoje, há consenso no sentido de não se abordar o participípio como uma parte da oração própria, mas sim como forma verbal (em Cunha / Cintra 1992: 378 como uma das 'FORMAS NOMINAIS DO VERBO') sem definição especial.

O facto de a gramática tradicional, a começar com Dionísio da Trácia, ter considerado uma categoria própria 'participípio' (grego 'μετοχή' [metochē]) como parte da oração, pode dever-se à divisão fundamental das palavras nas que têm casos (nomes), nas que têm tempo (verbos) e nas palavras sem variação formal. O participípio, que varia simultaneamente segundo o caso e o tempo, não tem lugar em nenhuma destas categorias (cf. Robins 1966: 15). Por consequência, os gramáticos da Antiguidade definem-no da seguinte maneira:

Participium quid est? Pars orationis partem capiens nominis, partem verbi; nominis genera et casus, verbi tempora et significationes, utriusque numerum et figuram (Donatus 1864, IV: 363).

Participium est igitur pars orationis, quae pro verbo accipitur, ex quo et derivatur naturaliter, genus et casus habens ad similitudinem nominis et accidentia verbo absque discretionem personarum et modorum (Priscianus 1855, II: 552; cf. Ramajo Caño 1987: 169).

Ambas as definições referem-se às propriedades morfológicas do participío<sup>189</sup> (1-m-*fle*); em Prisciano menciona-se, além disso, que é derivado do verbo (1-m-*der*). Álvares e o Brocense também oferecem definições puramente formais:

Participium est pars orationis, quae tum casus, tum tempora habet (Álvares 1572: fol. 56v).

PARTicipium est vox particeps numeri casualis, tempus, & constructionem a verbo ducens [...] (Sánchez de las Brozas 1587: *Partes orationis* fol. 3r).

Na *Minerva*, Sánchez de las Brozas (1587: fol. 37r) descreve os participíos como 'adiectiva nomina, et verbalia', subordinando-os, portanto, ao nome e não ao verbo.

Ao tratarem da categoria de 'participío' que tinham adotado, como os outros, da tradição latina, os primeiros gramáticos portugueses e espanhóis depararam-se com o problema de se terem produzido mudanças nas línguas objeto, desde os tempos do latim. Nesta última língua, distingue-se um participío presente ativo (do tipo *amans*), um participío passado passivo (*amatus*) e um participío futuro ativo (*amaturus*) (cf. Rubenbauer / Hofmann 1995: 68-70). O participío presente, segundo Lausberg (1972: 209-210; Lausberg 1981: 394-396), já foi substituído no latim tardio pelo ablativo do gerúndio (*amando*).<sup>190</sup> Huber (1933: 190), porém, aponta para

<sup>189</sup> O conceito de *significationes* tem o mesmo significado que '*genera*', referindo-se, portanto, igualmente a propriedades formais do verbo (cf. Donatus 1864, IV: 383 e a edição da *Ars maior* de Holtz 1981: 635: «Genera verborum, quae ab aliis significationes dicuntur [...]»). Como no nome, a '*figura*' diz respeito à formação de palavras: «Figurae verborum duae sunt, simplex et composita. Aut enim simplicia sunt verba, ut scribo, aut composita, ut describo» (Donatus 1864, IV: 384; Holtz 1981: 637). Prisciano refere-se às flexões apenas em geral: «Verbo accidunt octo: significatio sive genus, tempus, modus, species, figura, coniugatio et persona cum numero, quando affectus animi definit» (Priscianus 1855, II: 369).

<sup>190</sup> O participío presente francês não é a continuação direta do participío presente latino: «Die Partizipialisierung des etymologischen Gerundiums ist hierbei als

alguns exemplos do português mais antigo que conhecemos e, de acordo com Williams (1968: 187), as formas do participípio presente ainda tiveram 'verbal force' até ao século XVI, mas, e neste ponto há unanimidade, «[...] in Modern Portuguese it [o 'present participle', BSP] has survived as an adjective, occasionally as a noun, and in a few cases as a preposition, e.g., *salvante, tirante*» (Williams (1968: 187; cf. Campos 1980: 26). O participípio futuro latino não teve continuação nas línguas românicas. Na altura em que surgiram as nossas gramáticas, só se manteve nas línguas portuguesa e espanhola o participípio passado, bem como uma série de adjetivos, substantivos e advérbios que derivam de formas do participípio presente.

Isto está em contraste com as definições da maioria das gramáticas latinas, para as quais a propriedade distintiva do participípio é a de ter, ao mesmo tempo, as propriedades gramaticais do nome, a saber, o caso, e do verbo, portanto, o tempo, e onde tais definições se mantiverem, os autores têm de procurar possibilidades de conciliar o critério 'provido de tempo' com a situação da língua objeto.

Nebrija<sup>191</sup> reconhece em princípio que no espanhol, em rigor, já não existem participípio presente nem futuro:

Mas, como diremos, el castellano a penas siente el participio del presente τ del venidero, aunque algunos de los varones doctos introduxieron del latín algunos dellos, como *doliente, paciente, bastante, sirviente, semejante, corriente, venidero, passadero, hazadero, assadero* [...] (Nebrija 1980: 191).

No entanto, na sua descrição, toma em consideração o participípio presente: «Los participios del presente todos significan acción [...]» (Nebrija 1980: 191).

João de Barros evita o problema ao mencionar introdutoriamente o participípio como parte da oração, mas não lhe dedica nenhum capítulo, nem chega a defini-lo. A forma *amado* é classificada entre as do 'gerúndio' (Barros 1540: fol. 25r).

Roboredo (1619) retoma a conceção da *Minerva sanctiana*, segundo a qual o participípio seria uma espécie de adjetivo; além disso, tal como

---

grammatische Buchwörtlichkeit aufzufassen, insofern sie nach lat. Muster das nicht mehr bestehende Partizip wiedererweckte» (Lausberg 1972: 210). Veja-se na tradução portuguesa: «O facto de o gerúndio etimológico passar a participípio deve interpretar-se aqui como processo gramatical erudito, na medida em que, conforme o modelo latino, volta a despertar o participípio já não existente» (Lausberg 1981: 393).

<sup>191</sup> «Participio es una de las diez partes de la oración, que significa hazer τ padecer en tiempo como verbo, τ tiene casos como nombre; τ de aquí se llamó participio, porque toma parte del nombre τ del verbo» (Nebrija 1980: 191).

Prisciano, indica a sua derivação do verbo. O critério 'com tempo', neste autor, só se refere a 'algumas línguas', portanto, excluindo o português, entre outras:

Participio he Adjectivo derivado de Verbo, do qual participa tempo em algũas linguas (Roboredo 1619: 67).

Roboredo (1619: 15-16) considera como formas de participio *amans*, *amandus* (este último, de acordo com a classificação da gramática latina moderna: gerundivo), *amaturus* e *amatus* e oferece os seguintes equivalentes portugueses:

<i>amans</i>	<i>o que ama, amãva, &amp; amando</i>
<i>amandus</i> <sup>192</sup>	<i>o que ha, ou deve ser amãdo</i>
<i>amatus</i>	<i>cousa amada</i>
<i>amaturus</i>	<i>cousa que ha de amár, ou sta para amar</i>

Todas as expressões, excetuando *cousa amada*, estão marcadas como 'rodeios'. Uma vez que tais rodeios, para Roboredo, não representam formas verbais, o participio passado permanece o único participio. Há uma contradição entre a definição e a exposição, uma vez que Roboredo traduz substantivamente todas as formas participiais, embora declare que são adjetivos na definição.

Pereira (1672: 13), que dá uma definição etimológica e morfológica, distingue os seguintes participios:

<i>amans</i>	<i>o que ama, amava</i> «Aliqui haud inepte dicunt o [ / a ] amante»
<i>amatus</i>	<i>cousa amada</i>
<i>amaturus</i>	<i>o que ha de amar</i>

Também aqui as traduções propostas são substantivas<sup>193</sup> (o que, aliás, não entra em contraste com a sua definição). Tal como em Roboredo, a afirmação 'tempora habet' só diz respeito às formas latinas, exceto se se tomar em consideração a alternativa *o amante*<sup>194</sup> para o participio presente:

<sup>192</sup> Também Álvares (1572: fol. 36v) classifica *amandus* como participio.

<sup>193</sup> Como modelo de Pereira, Álvares (1572: fol. 36v) simplesmente traduz *amatus* por *amado*. A origem do aditamento *cousa* não é clara.

<sup>194</sup> Álvares (1572: fol. 33v) apresenta como equivalente português de *amans*, *amantis* apenas *O que ama, & amava*, o que torna reduzida a probabilidade de, em Pereira, se poderem encontrar reflexos da função participial que Williams ainda admite para o século XVI.

Participium dicitur a participando, quia a nomine & verbo participat; & est pars orationis quae tum casus tum tempora habet (Pereira (1672: 13).

Argote afasta-se da tradição latina na medida em que apresenta apenas um único participio português: *amado*. Para poder ajustar este facto à noção 'tem tempos' da sua definição, recorre ao latim:

M. E que cousa he Participio?

D. Participio he huma palavra, que tem casos, e tempos, assim como, *Amado, Lido, &c.*

M. E Porque se chama Participio?

D. Porque tem parte de Verbo; porque tem tempos; e tem parte de nome, porque tem casos. Porem isto dos Participios só na Gramatica Latina he que se percebe bem (Argote 1725: 61-62).

Também Lobato (1770) insiste no facto de o participio ter tempos. Inclui nas suas considerações o participio presente formal (que tinha sido ignorado por todos os seus antecessores, com a exceção parcial de Pereira, e que, no século XVIII, sem dúvida já não exercia qualquer função participial), tentando deste modo – aliás, como mostra o exemplo *reinante*, com pouco sucesso – corresponder à noção 'mostrar tambem o tempo':

Participio he hum nome adjectivo, que participa (do que lhe provém o nome) do verbo, de que se deriva a propriedade de mostrar tambem o tempo, em que se obra a cousa, que significa, como v. g. o Participio *Reinante*, que significa não só a pessoa, que reina, mas tambem mostra que reina no tempo presente (Lobato 1770: 167).

O autor seguinte que menciona os 'tempos' na sua definição é Casimiro (1792).<sup>195</sup> Considera como participios presentes (ativos) as formas *amando*<sup>196</sup> e *amante*, e como participios passados (passivos) *amado*, *amada* (Casimiro 1792: 58).

Figueiredo (1799), que igualmente define o participio em relação com o tempo,<sup>197</sup> é o primeiro autor fora do sistema tripartido que não o

<sup>195</sup> «Participio he huma voz, que dos nomes participa os casos, e dos verbos os tempos» (Casimiro 1792: 57).

<sup>196</sup> Numa perspetiva funcional, *amando* pode ser considerado em muitos contextos como equivalente do latim *amans*, sendo, porém, invariável, pelo que não se ajusta à definição convencional do participio.

<sup>197</sup> Figueiredo (1799: 85) oferece a seguinte definição no capítulo intitulado «Dos Preteritos, e Supinos dos Verbos: e dos participios»: «*Participio*, como a sua mesma voz significa, he hum Nome Adjectivo, que participa juntamente da natureza do Nome, e do Verbo; isto he, tira do Nome o genero, e o caso; e do Verbo o tempo, e a acção; mas he ordinariamente incluido nas Conjunções».

considera como parte da oração própria. Não dá qualquer exemplo de um particípio presente, chamando, porém, a atenção para a necessidade de distinguir os particípios dos 'nomes verbais':

Convê também distinguir o Particípio de alguns Nomes Verbaes, ou que se derivam dos Verbos, mas nem porisso são Particípios [exemplo na tota (3): *amante*, BSP]. Por quanto sómente he Particípio, como dissemos do Verbo, o que significa com Tempo acção de hũa cousa, que se emprega em outra, e suppõe acção, e paciente, o que se não póde dizer dos Nomes Verbaes [...] (Figueiredo 1799: 86).

Também Sousa (1804) volta a incluir as formas de tipo *amante* na categoria 'particípio', oferecendo uma definição que assenta no significado de classe dos verbos e na capacidade temporal:

Os Particípios são palavras que exprimem ações que alguém obra, ou em si recebe a qualidade delas, e juntamente a diferença do tempo em que elas se obrão, mas sem determinar as pessoas que as obrão.

Chamão-se Particípios, porque participão de muitas ideas diferentes combinadas humas com outras; pois sendo Adjetivos em quanto á forma, participão ao mesmo tempo da atividade e passibilidade das coizas a que se ajuntão (Sousa 1804: 47).

Pode ser que a naturalidade da inclusão da forma *amante* nos particípios derive da influência da gramática do francês e da língua francesa. Uma frase exemplificativa do '*verbum substantivum*' como *Pierre est aimant* como paráfrase de *Pierre aime* é traduzida para o português como *Pedro é amante*, procedendo-se assim a uma identificação com o chamado particípio presente francês que, neste caso, desempenha a mesma função:

Os Particípios, assim como os Adjetivos se ajuntão aos objetos a que referem, ou a quem se atribuem as ações que obrão ou recebem; e assim podemos dizer: *Antonio he amante* uzando do Particípio ativo, porque exprime a ação de amar que Antonio obra [...] (Sousa 1804: 47).

Os dois únicos autores que, posteriormente, ainda estabelecem uma relação com o tempo nas suas definições são Casimiro (1811: 13; de conteúdo idêntico a Casimiro 1792) e Batista.<sup>198</sup>

<sup>198</sup> «*Participio* he hum nome Adjetivo, que tem depois de si os mesmos cazos, que o verbo, de quem se deriva, mostrando também o tempo em que obra a couza, que significa» (Batista 1816: 50). Ao considerar os particípios do presente e do passado, menciona formas como *amando* e *amado*.

Silva (1806: 27) e Barbosa (1807: 11) apontam para o facto de os participios serem indeclináveis e Carneiro (1820: 61) para o de serem 'inconjugáveis'.

Ao passo que os referidos autores colocam em primeiro plano a relação com o significado gramatical do verbo (tempo), outros referem-se ao seu significado lexical. Já se encontra isto, ainda de modo vago, em Figueiredo (1799), ao mencionar a 'ação', mas de maneira mais explícita em Sousa (1804), bem como em Aragão (1812) e ainda, de novo vagamente, em Ferreira (1819):

[Particulas:] Se indicação o estado do sujeito em acção, ou paixão, como derivados do Verbo, chamão-se *Participios*; que não são mais do que Nomes Adjectivos *Verbaes* (Aragão 1812: 10).

O *Participio* he huma palavra que participa da natureza do Verbo, e da do *Adjectivo*; da do Verbo, porque tem a sua significação e origem; da do *Adjectivo*, porque qualifica os substantivos, sendo então como os *Adjectivos* variavel, e por isso susceptivel de ambos os numeros e generos (Ferreira 1819: 98).

Em duas outras gramáticas (Barbosa 1807; *vide infra*, bem como Batista 1816; *vide supra*), é mencionada uma propriedade sintática comum ao participio e ao verbo, a saber: ambos têm a mesma regência (2-m-rel).

Em Barbosa (1822), os pontos em comum do verbo e do participio são vistos na função lógica (coexistência) (3-log):

[...] participão de nomes o poderem ser, como elles complementos da oração, e participão do verbo a propriedade de enunciarem a coexistencia indeterminada de huma couza com outra (Barbosa 1822: 201).

Na sua totalidade, os autores têm menos problemas com a justificação da componente nominal ou adjectival do participio. Grande parte deles vê-a, sem fundamentar esta perspectiva com mais pormenor, como subgrupo do adjectivo (Roboredo 1619 é o primeiro, apoiando-se, provavelmente, em Sánchez de las Brozas). Uma série de autores antigos (por exemplo, Argote 1725), de acordo com o modelo da gramática latina, define-a através do caso que, para eles, também em português é válido como a principal característica de todos os nomes. Um terceiro grupo (Ferreira 1819; Ribeiro 1819) indica os pontos semânticos em comum entre o adjectivo e o participio. Em Silva (1806) e em Barbosa (1807, 1822; *vide supra*), por fim, faz-se referência à sua função atributiva comum (3-fun):

12. Temos mais palavras derivadas dos verbos, terminadas em *ado*, *ido*, que se tomão adjectivamente, e significão o attributo do verbo passivamente, completo, e acabado [...] (Silva 1806: 53).

Os Participios Activos Portuguezes são presentemente huns adjectivos indeclinaveis, assim chamados, porque participão do Nome a significação adjectiva de hum attributo, ou qualidade, que modifica o Agente da Oração; e participão do Verbo e seu regime (Barbosa 1807: 117).

A etimologia da palavra *participio* ('participa do nome e do verbo') é mencionada em muitos autores; nalguns é parte constitutiva da definição (Pereira 1672; Lobato 1770; Figueiredo 1799; Barbosa 1807; Batista 1816, *vide supra*). Sem fazerem referência à etimologia, outros, como, por exemplo, Ferreira (*vide supra*), indicam que o participio compartilha características do verbo e do adjetivo. Esta última é a única componente da definição em Álvares (1786).<sup>199</sup> Fonseca (1799),<sup>200</sup> que faz parte dos autores que definem o participio como subgrupo do adjetivo (INC), realça que é derivado do verbo (1-m-der). Tal como em Barros (1540), em outras gramáticas (Bacelar 1783a; *Compendio* 1804; Melo 1818; Albuquerque 1820), os autores prescindem-se de uma definição.

Relativamente ao estatuto do participio como parte da oração, podem distinguir-se, em princípio, três grupos: o sistema clássico, em que o participio é uma parte da oração própria; o sistema tripartido, do qual faz parte como subgrupo (em geral do nome, mas também das partículas, por exemplo, em Aragão 1812), sendo, porém, na maioria das vezes, tratado num capítulo próprio; e os sistemas da *Grammaire Générale*, que revelam a tendência de não aceitarem o participio como uma parte da oração própria,<sup>201</sup> subordinando-o antes ao 'verbo' (por exemplo, Silva 1806, Barbosa 1807 e 1822).

<sup>199</sup> «Chamamos Participio huma voz que participa do nome e do Verbo [...]» (Álvares 1786: 32).

<sup>200</sup> «PARTICIPIO he hum nome adjectivo, que tem algumas propriedades do verbo, de que se forma» (Fonseca 1799: 175).

<sup>201</sup> Já na gramática de Port-Royal (Arnauld / Lancelot 1660: 120), o participio deixou de ser considerado como parte da oração própria; há, porém, um capítulo «*Des Participes*», em que se explica o seguinte: «LES Participes sont de vrais noms adjectifs, & ainsi ce ne seroit pas le lieu d'en parler icy, si ce n'estoit à cause de la liaison qu'ils ont avec les verbes». Embora o participio desempenhe um papel tão importante na análise dos '*verbes adjectifs*' na *Grammaire Générale*, é-lhe negado, precisamente aqui, o estatuto de parte da oração, o que provavelmente está relacionado com uma perspetiva funcional reforçada.

A característica mais importante do particípio é o seu carácter híbrido (derivado do verbo, mas com função adjetival), que é também o motivo por que surgiu uma categoria própria 'particípio' na Antiguidade. Nestas circunstâncias, todos os autores, sem exceção, tematizam as suas características comuns com o verbo e com o nome ou adjetivo, dando os gramáticos mais antigos a preferência a critérios sobretudo morfológicos, os mais novos, porém, antes a critérios semânticos e funcionais.

Uma vez que, nos gramáticos da Antiguidade, o tempo era a marca típica de tudo o que dizia respeito ao verbo, no português, porém, e em contraste com o grego e o latim, já só existe um particípio passado, a definição tradicional, tal como acontecia com o nome (destituído da flexão de caso), já não correspondia à nova realidade linguística existente, de maneira que os autores não tinham outra solução senão mudar a definição ou o elenco de 'particípios' (como Nebrija tinha exemplarmente demonstrado com a inclusão das formas nominais derivadas do particípio latino) ou ainda aceitar a contradição.

#### 4.5.3.8 O advérbio

1. O ADVERBIO é, fundamentalmente, um modificador do verbo: [...].

2. A essa função básica, geral, certos advérbios acrescentam outras que lhe são privativas.

Assim, os chamados ADVERBIOS DE INTENSIDADE e formas semanticamente correlatas podem reforçar o sentido:

a) de um adjectivo: [...].

b) de um advérbio: [...].

3. Saliente-se ainda que alguns advérbios aparecem, não raro, modificando toda a oração: [...].

Neste último emprego, vêm geralmente destacados no início ou no fim da oração, de cujos termos se separam por uma pausa nítida, marcada na escrita por vírgula (Cunha / Cintra 1992: 537-538).

O termo latino '*adverbium*' é uma tradução do grego 'ἐπίρρημα' [epirrhema]. De acordo com Brøndal (1948: 24), esta categoria era um depósito de todas as palavras que não tinham lugar nas quatro classes aristotélicas de 'ονόματα' [onomata] (nomes), 'ρήματα' [rhemata] (verbos), 'σύνδεσμοί' [syndesmoi] (palavras de ligação) e 'ἄρθρα' [arthra] (artigos) – ἔστι μέρος, daí a heterogeneidade desta categoria. As definições dos gramáticos latinos da Antiguidade não se distinguem, no essencial, das dos modernos, excetuando o facto de a modificação dizer apenas respeito ao verbo:

Adverbium quid est? Pars orationis, quae adiecta verbo significationem eius explanat atque implet (Donatus 1864, IV: 362).

Adverbium est pars orationis indeclinabilis, cuius significatio verbis adicitur (Priscianus 1859, III: 60).<sup>202</sup>

Como seria de esperar, quase todos os gramáticos portugueses também estão de acordo acerca da noção de os advérbios terem uma função modificadora. Com poucas exceções, usam nas suas definições o critério 2-s-rel, em parte como critério único (Fonseca 1799;<sup>203</sup> Sousa 1804;<sup>204</sup> Silva 1806;<sup>205</sup> *Compendio* 1804;<sup>206</sup> Carneiro<sup>207</sup>), mas na maioria dos casos em combinação com outros critérios.

Algo diferente é a definição de João de Barros, que abre mão do critério 'modificação':

Adverbio ę hũa das nóue pârtes da óraçã ã sêpre anda cõiũta e coseita cõ o uerbo, e daquy tomou o nome: por q, ad, quer dizer cerca, e cõpõsto cõ uerbũ, fica aduerbiũ q quer dizer, açerca do uérbo (Barros 1540: fol. 28r).

Ainda que Barros aproveite exemplos para explicar a função modificadora do advérbio ao longo da descrição, a própria definição é de tipo posicional (2-pos).<sup>208</sup>

<sup>202</sup> Cf. a correspondente definição de (Dionysios Thrax 1883: 72): «Ἐπίρρημά ἐστι μέρος λόγου ἄκλιτον, κατὰ ῥήματος λεγόμενον ἢ ἐπιλεγόμενον ῥήματι».

<sup>203</sup> «ADVERBIO he huma palavra, que se ajunta ao verbo para lhe modificar, e determinar a significação com alguma circunstancia» (Fonseca 1799: 187).

<sup>204</sup> «Os Adverbios são huma especie de palavras que servem de determinar a significação dos Verbos, ou as diferentes qualidades e ações que eles exprimem [...]» (Sousa 1804: 138).

<sup>205</sup> «Os *Adverbios*, ou palavras, com que modificamos os attributos das coisas [...]» (Silva 1806: 16). Noutro lugar, porém, Silva apresenta uma exposição divergente desta (*vide infra*).

<sup>206</sup> «ADVERBIO he huma particula que junta ao Verbo serve para modificar a acção, que elle affirma, indicando alguma circunstancia, como *quantidade, qualidade &c*» (*Compendio* 1804: 113).

<sup>207</sup> «O *adverbio* é uma palavra que se ajunta ao verbo (e também ao nome) para lhe modificar a significação, por alguma circunstancia de logar, como, *aqui, alli, longe, perto, etc.*; de tempo como, *quando, nunca, hontem, etc.*; de modo ou de qualidade como, *bem, assim, fielmente, etc.*; de quantidade como, *muito, pouco, assás, etc.*; de comparação como, *mais, menos, melhor, etc.*; de ordem, como, *primeiro, antes de, depois, ultimamente*» (Carneiro 1820: 65).

<sup>208</sup> Nebrija (1980: 197), o modelo de Barros, oferece, pelo contrário, uma definição no sentido de Donato. Cf. Ramajo Caño (1987: 185).

Roboredo define o advérbio num afastamento evidente dos autores clássicos:

Adverbio he palavra, que carece de Numero, & Regencia, & altera as outras palavras, a que se ajunta como Adjectivo. Chamase Adverbio porque principalmente se ajunta ao Verbo, & tambem ao Adjectivo, & Adverbio [...] (Roboredo 1619: 70).

Aquí, o autor apoia-se parcialmente na *Minerva* do Brocense e, também parcialmente, nas *Partes orationis* do mesmo autor, das quais adota o critério da modificação ('altera as outras palavras'), que não está expresso na definição da *Minerva*:

ADverbium videtur dici quasi adverbium, quia verbis, velut adiectivum adhaeret, ut bene dormit, graviter disputat, lente ambulat. [...] Adverbia, nisi pro nomine accipiuntur, nullum casum regunt (Sánchez de las Brozas 1587: fol. 147v).

ADverbium est vox expers numeri, quae aliis vocibus tãquã adiectivũ adiungitur [...] (Sánchez de las Brozas 1587: *Partes orationes*: fol. 3r).

Esta última definição, segundo a qual o advérbio não só modifica o verbo mas também 'as outras palavras' (como se lê em Roboredo), parece ter acabado por ser pouco tomada em consideração, pois ainda Beauzée se sente motivado a fazer uma crítica à exposição contida na *Minerva*:

A l'occasion de cette application nécessaire de l'Adverbe à un mot antécédent, j'observerai que l'etymologie du nom *Adverbe*, telle que la donne Sanctius, n'est bonne qu'autant que le mot latin *verbum* sera pris dans son sens propre pour signifier *mot*, & non pas *verbe*; parce que l'adverbe supplée aussi souvent à la signification des Adjectifs, & même à celle d'autres Adverbes, qu'à celle des verbes. *Adverbium*, dit ce grammairien; *videtur dici quasi ad verbum, quia verbis velut adiectivum adhaeret*. La *Grammaire générale* [= Arnauld / Lancelot, BSP], & tous ceux qui l'ont adoptée, ont souscrit à la même erreur (Beauzée 1767: 548-549).

De acordo com Ramajo Caño (1987: 186), Sánchez de las Brozas, também na *Minerva*, considera o advérbio como modificador de outras partes da oração ao dar exemplos como *bene doctus*, *valde mane* e *semper lenitas*. Continua, porém, a permanecer válido que na definição propriamente dita só se fala do verbo, o que, como revela a crítica de Beauzée, também foi aquilo que ficou no entendimento geral.

Nos gramáticos espanhóis também não se encontram reflexos do antigo conceito de '*alterae voces*'. Segundo Ramajo Caño (1987: 186-187), durou até ao século XVIII, até os gramáticos de Espanha igualmente começarem a mencionar outras partes da oração modificadas pelo advérbio além do

verbo, devido à influência da *Grammaire Générale* (embora, como sugere Ramajo Caño, isso dificilmente se deva ao modelo da gramática de Port-Royal que, ela própria, só fala do verbo, cf. a citação de Beauzée).

Em Portugal, pelo contrário, a exposição que recorre às '*alterae voces*' teve um sucesso notável. Não será antes de 1799 que o advérbio volta a ser definido como modificador só do verbo, isto pela primeira vez por Fonseca sob a influência da *GRAE*:

ADVERBIO he huma palavra, que se ajunta ao verbo para lhe modificar, e determinar a significação com alguma circunstancia (Fonseca 1799: 187).<sup>209</sup>

Apenas dois dos gramáticos seguintes procedem da mesma maneira (Sousa 1804; *Compendio* 1804). Uma parte não despendiéndose dos restantes autores considera o advérbio como modificador do verbo e do nome. Este tipo de definição ocorre pela primeira vez em Casimiro (1792: 59: «Adverbio he huma voz, que não tem completa significação; porém unida ao nome, ou ao verbo lhe aumenta a significação [...]»), pouco depois em Figueiredo (1799: 93: «*Adverbio* he a Particula, que se ajunta ao verbo, e algũas vezes tambem ao Nome para lhe determinar, ou modificar a sua significação [...]»), em Casimiro (1811: 66), Batista (1816: 51) e Carneiro (1820: 65). Todos os autores consideram ainda uma categoria complexa 'nome' que inclui, pelo menos, o substantivo e o adjetivo, de modo que com o termo 'nome' se queira dizer talvez, em primeiro lugar, 'adjetivo'. Pelo menos não há, em nenhum destes autores, exemplos de uma modificação do nome através de um advérbio.

Além do verbo, do adjetivo e do advérbio, Barbosa (1822) também inclui expressamente os apelativos entre as palavras que podem ser modificadas pelos advérbios:

O adverbio pois não modifica so os verbos, como querem os Grammaticos, mas qualquer palavra susceptivel de determinação, quaes são tambem os appellativos, os adjectivos, e os mesmos adverbios, como se póde vêr nestes exemplos: *Jesus Christo* he verdadeiramente Deos, e *ao mesmo tempo* verdadeiramente homem; *Hum homem* bem fidalgo. Hião attonitos de vêr tornar *tão cordeiro* quem *tão leão* viera. Souza Vida do Arc, III, 12. Nunca pareceo *mais* filho de tal pai, Jacyntho Freire, IV. 67 (Barbosa 1822: 334).

<sup>209</sup> «ADVERBIO es una palabra que se junta al verbo para modificar y determinar su significacion, como: *es tarde: come bien: duerme mal*: en cuyas expresiones los adverbios *tarde, bien, mal*, modifican y determinan respectivamente la significacion de los verbos *ser, comer, dormir*» (*GRAE* 1771: 186).

Mas mesmo que se aceite a sua argumentação (no primeiro exemplo, *verdadeiramente* parece referir-se antes ao verbo *ser* e, no segundo caso, *fidalgo* poder-se-á considerar como adjetivo), os exemplos são de caráter tão marginal que é improvável que os supramencionados autores tencionassem usar as formas como interpretado por Barbosa.

Em Albuquerque (1820: 42), tal como em Beauzée, o que é modificado são os verbos, os adjetivos e os outros advérbios; em Ferreira (1819: 104) e Ribeiro (1819: 104) são apenas os verbos e os adjetivos. Ribeiro vai ao ponto de pôr em causa o estatuto dos verbos, ao basear-se na conceção do verbo como combinação de '*verbum substantivum*' e de 'atributo', reportando-se a modificação apenas ao *atributo*. Ao contrário de Barbosa (1822), também considera os nomes como adjetivais:

Com tudo, rigorosamente fallando não modificão senão os adjectivos; por isso que só as qualidades são susceptíveis de modificações; quando dizemos: *Pedro falla bem*, o adverbio *bem* não modifica em rigor o verbo *falla*; modifica sim o adjectivo *fallante* incluído no mesmo verbo; como se disseramos: *Pedro he bem fallante*; he por isso que quando se achão modificando a nomes substantivos, estão estes substantivados, estão estes adjectivados; como: *Francisco he mais homem que João*: neste caso não devem delles separar-se (Ribeiro 1819: 104-105).

A maioria dos autores combina o critério 2-s-rel com outro, sobretudo 1-m-fle na sua forma negativa de 'indeclinável',<sup>210</sup> em parte também 1-s ('não tem significado próprio').<sup>211</sup> Lobato (1770) chega até a juntar todos os três critérios na sua definição:

ADverbio he huma voz indeclinavel, que por si só não significa nada completamente, mas junta na oração a outra palavra, lhe declara o modo da sua significação (Lobato 1770: 170).

O critério 'invariável' encontra-se, por exemplo, em Prisciano, nas *Introductiones* de Nebrija,<sup>212</sup> bem como nas *Partes orationis* de Sánchez de las Brozas (*vide supra*: 'vox expers numeri'); falta, porém, em Álvares,<sup>213</sup> na *Minerva* e na *Gramática castellana* do Nebrissense.

<sup>210</sup> Roboredo (1619); Pereira (1672); Argote (1725); Bacelar (1783a); Álvares (1786); Batista (1816); Ferreira (1819); Albuquerque (1820).

<sup>211</sup> Casimiro (1792) e Casimiro (1811); Figueiredo (1799).

<sup>212</sup> «Aduerbium est pars orationis indeclinabilis: quae addita uerbo significationē eius aut complet: aut mutat: aut minuit» (Nebrija 1481: fol. 24r).

<sup>213</sup> «Adverbium est pars orationis, quae vocibus addita, earum significationem explanat, ac definit [...]» (Álvares 1572: fol. 59v).

A fonte para a noção 'que carece de Numero' de Roboredo (*vide supra*) é, sem dúvida, o Brocense nas *Partes orationis*. Tanto aqui como na própria *Minerva*, Sánchez de las Brozas (1587: fols. 14r-v) distingue, em princípio, entre as partes da oração com e sem número:

Voces omnes aut numeri participes sunt, aut expertes.

Numerus est differentia vocis secundum unitatē aut multitudinem. & est duplex, Singularis, qui unū significat, ut, homo vivit. Pluralis, qui plura, ut homines vivunt.

Voces numeri participes sunt, Nomen, Verbum, Participium. Expertes numeri: Praepositio, Adverbium, Conjunctio. Quae partes orationis appellāntur (Sánchez de las Brozas 1587: *Partes orationis*: fol. 1v).

Na *Minerva*, o Brocense critica a distinção tradicional entre as partes da oração 'declináveis' e 'indeclináveis', mas com o seu critério distintivo 'com / sem número' chega ao mesmo resultado (Sánchez de las Brozas 1587: fols. 14r-v).

A definição de Pereira mostra paralelos com a das *Introductiones* de Nebrija (*vide supra*), mas diferencia-se dela porque também aqui as 'outras palavras' são acrescentadas ao verbo:

Adverbium est pars orationis, quae verbo, aliisque vocibus adjuncta, & indeclinabilis illarum significationem exponit, augendo, diminuendo, vel aliter attemperando (Pereira 1672: 178).

O critério 'invariável', a par do da determinação, encontra-se igualmente em Argote (1725)<sup>214</sup> e, como já foi mencionado, em Lobato, bem como a seguir em Bacelar (1783a), Álvares (1786), Figueiredo (1799), *Compendio* (1804) (implicitamente, através da definição das partículas), Barbosa (1807 e 1822), Batista (1816), Ferreira (1819) e Albuquerque (1820). Naturalmente que não é distintivo, uma vez que também se aplica a outras partes da oração.

O critério 'não tem significado particular / tem significado completo' é consideravelmente mais raro de encontrar do que o da invariabilidade. Ocorre pela primeira vez em Lobato (*vide supra*) e, posteriormente, só em Casimiro (1792: 59; Casimiro 1811: 66: «[...] não tem completa significação [...]»), bem como em Figueiredo (1799: 93: 'sem significação particular') e no *Compendio* (1804: 22: 'per si só não significa nada'),

<sup>214</sup> «M. Que cousa he Adverbio?

D. Adverbio he huma palavra, que não tem tempos, nem se declina por casos, e junta a outra palavra determina, e declara sua significaçãõ» (Argote 1725: 169).

onde o advérbio é incluído nas partículas às quais, por sua vez, se denega um significado próprio.

A tradição de se considerar o advérbio, antes de mais, como o determinador de outras palavras foi interrompida pela primeira vez em Portugal por Silva (1806). Se bem que este gramático comece por definir o advérbio segundo o critério sintagmático (*vide supra*), mais adiante expõe o seguinte:

Nós dizemos: v.g. *amo com ternura, com constancia*; e no mesmo sentido: *amo ternamente, constantemente*: está 'naquelle lugar, ou ali; fez de boamente [sic!], ou de má mente; cantar a revezes, ou alternadamente; &c. Todas estas frases *com ternura, com constancia* modificão o verbo *amo*, determinando o modo de amar; *naquelle lugar, ou ali*, determinão uma circumstancia do verbo *estar*; *de boa mente, de má mente*, modificão a acção do verbo *ser*, &c. Estas frases pois se chamão *frases adverbias*; e as palavras, que se substituem ás frases modificantes do verbo, como *bem, mal, agora, hoje, &c.* se dizem *Adverbios* (Silva 1806: 65).

A definição de Silva é, portanto, funcional. De acordo com a opinião de, por exemplo, Arnauld / Lancelot,<sup>215</sup> Beauzée (1767: 544-548) e Condillac<sup>216</sup> (cf. 4.5.2.2.3), vê nos advérbios substitutos de grupos adverbiais. Segundo esta perspectiva, o ponto de partida não é a palavra, o advérbio, mas sim a parte da oração, o sintagma adverbial. O advérbio é tido como variante facultativa do grupo preposicional adverbial.

Definição semelhante apresenta também Barbosa (1822), mas esta última deverá ser antes classificada como paradigmática e não como funcional, uma vez que o advérbio substitui a combinação da preposição com a palavra seguinte, mas não explicitamente uma parte da oração:

*Adverbio* nam he outra couza mais do que huma *Reducção* ou *expressão abbreviada da Preposição com seo consequente em huma só palavra indeclinavel* [...] (Barbosa 1807: 126; usando quase as mesmas palavras 1822: 334).

Barbosa (1822: 335) distingue 'advérbios' («[...] huma *reducção* da preposição com seu complemento em huma so palavra, e essa invariavel, e sem outro uso na Língua»), 'nomes adverbios' e 'expressões ou fórmulas adverbiais'.

<sup>215</sup> «LE désir que les hommes ont d'abreger le discours est ce qui a donné lieu aux Aduerbes. Car la plupart de ces particules ne sont que pour signifier en vn seul mot, ce qu'on ne pourroit marquer que par vne preposition & vn nom [...]» (Arnauld / Lancelot 1660: 88).

<sup>216</sup> «L'adverbe est une expression abrégée, qui équivaut à un nom précédé d'une préposition» (Condillac 1775: 127).

Por 'nomes adverbizados', Barbosa entende adjetivos usados como advérbios (por exemplo, *certo* em vez de *certamente*). Para ele, esta distinção não se refere simplesmente ao mecanismo de formação de palavras, mas parece-lhe importante que a palavra que 'de sua natureza' é declinável, «[...] e assim susceptível de outro emprego na enunciação do pensamento» (Barbosa 1822: 335).<sup>217</sup> As 'expressões ou fórmulas adverbiais', finalmente, são termos em que a preposição ainda é reconhecível, mas o complemento é 'elíptico', por exemplo, *daqui* em vez de *deste lugar* ou *às avessas* em vez de *às avessas partes* (Barbosa 1822: 336, Barbosa 1807: 126).

Também Melo não reserva uma categoria própria para os advérbios. Considera os advérbios como casos especiais de 'expressões complementares' manifestadas por uma só palavra:

As expressões *complementares* são, por abreviatura, algumas vezes significadas por um só vocábulo, que os Gramáticos chãmam *Advérbio*: v. g. *não* em *Deos não desampara os Pecadôres*; onde o Advérbio *não* vale o mesmo, que *de nenhuma forma*, ou *de forma nenhuma*: e *severamente*, em *Deos punirá severamente os ímpios*; onde *severamente* equivale a *com mente severa*; donde a expressão *severamente* vale o mesmo, que com *maneira severa* (Melo 1818: 62).

Por 'expressões complementares', Melo entende todo o tipo de grupos preposicionais: além de adverbiais também atributos e complementos. Por isso a sua abordagem também pode ser considerada como funcional:

Chamo expressões *complementares* tôdas aquelas, de que depende a completa significação d'outras: v.g. *de Deos* na frase *a existência de Deos é evidente*; *da virtude* em *Antônio é amante da virtude*; *para sêrmos felizes* em *a obediência é necessária para sêrmos felizes*, &c.; onde se-vê a significação de *existência* completa pelos dous vocábulos *de Deos*, dos quaes o primêiro é *preposição* e o segundo *substantivo*: a significação de *amante* completa-se com os vocábulos *de a virtude*, dos quaes o primêiro é *preposição*, o segundo *adjétivo* e o terceiro *substantivo*: finalmente, a significação de *necessária* completa-se com os vocábulos *para sêrmos felizes* ou *para nós sêrmos felizes*, dos quaes o primeiro é *preposição*, o segundo *substantivo*, o terceiro *verbo* e o quarto *adjétivo* (Melo 1818: 60-61).

Tal como Silva (1806), também Ribeiro (1819) dá duas definições de advérbio, uma moderna e outra convencional:

[...] os *Adverbios* são equivalentes aos Substantivos com preposições (Ribeiro 1819: 51).

<sup>217</sup> Em Silva (1806: 67), lê-se apenas o seguinte: «Os adjectivos attributivos usão se ellipticamente na variação masculina singular, por adverbios [...]».

Os *Adverbios* são huma especie de palavras, cuja função he modificarem os verbos, e os adjectivos; como: *Cicero fallava* eloquentemente: *Esther era* extremamente *formosa* &c. (Ribeiro 1819: 104).

Em Ribeiro, este procedimento pode derivar do conflito entre as novas ideias vindas de França, que escolheu para base teórica, e as definições e descrições tradicionais, um conflito que caracteriza a totalidade da sua *Teoria do discurso* (cf. Schäfer 1989, 1991). Em princípio, porém, o novo conceito do advérbio como substituto de um grupo preposicional não se opõe ao conceito tradicional, segundo o qual o advérbio modifica outras palavras. Também autores com definições tradicionais como Ferreira (1819: 104) e Albuquerque (1820: 103) adotam o novo conceito nas suas descrições e, em Aragão (1812), o termo 'modificação abbreviadamente', que este gramático não explica mais em pormenor, permite igualmente deduzir uma tal perspectiva. Em contraste com todos os outros autores, porém, Barbosa e Melo vão ao ponto de negarem ao advérbio, explicitamente, o seu estatuto de parte da oração (nem sequer admitindo a sua existência como subgrupo, por exemplo, das partículas), tal como fazem Condillac e Destutt de Tracy em França.

O traço característico da categoria 'advérbio' é o facto de a heterogeneidade das formas ser representada por uma relativa homogeneidade das definições. Em quase todos os autores, o critério de definição primário é 2-s-rel; só em algumas gramáticas influenciadas pela *Grammaire Générale* cede lugar ao critério 2-par. Como critérios suplementares, podem identificar-se 1-m-fle (invariabilidade) e 1-s ('não tem significado próprio / tem significado completo'). O primeiro está presente, em todo este espaço de tempo, em mais da metade das gramáticas, o último só ocorre em poucos autores.

#### 4.5.3.9 A conjunção

1. CONJUNÇÕES são os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração (Cunha / Cintra 1992: 575).

A posição moderna aqui citada já se encontra, em princípio, nos autores da Antiguidade. Em Donato, a conjunção exerce uma função de ligação e de ordenamento em relação à '*sententia*',<sup>218</sup> em Prisciano liga e ordena as outras partes da oração:

<sup>218</sup> O significado de '*sententia*' não pode ser inequivocamente determinado. Padley (1976: 266) traduz '*sententia*' por 'meaning': «A part of speech linking meanings and arranging them in order». Holtz (1981: 63) menciona como equivalente '*l'unité*'

Coniunctio quid est? Pars orationis adnectens ordinansque sententiam (Donatus 1864, IV: 364).

Coniunctio est pars orationis indeclinabilis, coniunctiva aliarum partium orationis, quibus consignificat, vim<sup>219</sup> vel ordinationem demonstrans [...] (Priscianus 1859, III: 93).

Tanto Nebrija, nas *Introductiones* (1481: fol. 25r), como Álvares (1572: fol. 60v) seguem Donato à letra, o que causa admiração, uma vez que '*sententia*' não parece ter sido um conceito claro. Apesar destas definições, havia evidentemente consenso acerca do facto de as conjunções, em primeiro lugar, ligarem palavras e não frases, sendo esta apreciação ('ut inepte traditur') veementemente criticada por Sánchez de las Brozas na *Minerva*:

COoniunctio non iungit similes casus, ut inepte traditur, sed tantum iungit sententias (Sánchez de las Brozas 1587: fol. 43v).<sup>220</sup>

O Brocense explica as ligações de palavras como elipses de junções de frases, por exemplo, *Petrus et Paulus disputant* analisado como *Petrus disputat, et Paulus disputat* (Sánchez de las Brozas 1587: fol. 43v).

É este o estado da discussão quando a conjunção é definida, pela primeira vez, numa gramática portuguesa (Roboredo 1619; Barros prescinde de oferecer uma definição):

---

*de sens, la phrase*'. Michael (1970: 61-62) escreve sobre a definição de Donato: «It is, as always in this period, difficult to know how closely *sententiam* should be translated *sentence*». Nebrija (1980: 199) transpõe o latim '*sententia*' para o espanhol como '*sentencia*', mas também aqui não fica muito claro o que pretende dizer exatamente com isso:

«Conjunción es una delas diez partes dela oración, la cual aiunta τ ordena alguna sentencia, como diziendo: *io τ tú oímos* o *leemos*, esta partezilla '&' aiunta estos dos pronombres *io, tú*; esso mesmo esta partezilla *o* aiunta estos dos verbos *oímos, leemos*; τ llama se conjunción, por que aiunta entre sí diversas partes de la oración».

Segundo Braselmann (1991: 284), no âmbito da métrica e das figuras de estilo, Nebrija usa '*sententia*' no sentido de 'Inhalt, Bedeutung' ['conteúdo, significado']. Os exemplos que dá para a conjunção e, por fim, a explicação do termo manifestam que Nebrija, tal como Prisciano, a considera como palavra de ligação de palavras (cf. Ramajo Caño 1987: 201). Seria, portanto, problemático entender a definição de Donato no sentido de 'liga e ordena frases'.

<sup>219</sup> Padley (1976: 266) traduz '*vis*' por 'semantic force'.

<sup>220</sup> Nas *Partes orationis* (Sánchez de las Brozas 1587: fols. 3r-v), a definição é, coerentemente, a seguinte: «Coniunctio est vox expers numeri, qua orationes coniunguntur».

Conjunção he palavra, que carece de Numero, & Regencia, & ata as outras palavras (Roboredo 1619: 70).

Com esta versão simplificada da definição de Prisciano, Roboredo distancia-se claramente de Sánchez de las Brozas, no qual, aliás, se apoia estreitamente quanto ao resto. Embora Roboredo aceite o conceito da elipse (cf. 4.6.2), não a alarga, porém, como o faz o Brocense, até às definições de partes da oração.

Também a definição de Argote (1725) aponta para o facto de a conjunção ligar palavras. O conceito de 'sentido' pode ser um reflexo da 'vis' de Prisciano ou da 'sententia' de Donato, mas não tem implicações para a descrição concreta da conjunção em Argote, toda orientada para o aspeto da conexão de palavras:

M. Que cousa he Conjunção?

D. Conjunção he huma particula, que serve de unir o sentido, e palavras da Oração.

M. Dizey exemplos.

D. *Eu, e Pedro somos Religiosos*. Nesta Oração a particula *e* serve de Cõjunção, porque une, e ata a palavra *Eu* com a palavra *Pedro* (Argote 1725: 176).

O critério 2-rel é usado até ao fim deste período, frequentemente associado a outros. Bacelar (1783a) é o único autor que não se refere às palavras como um todo, mas só ao seu significado (2-rel):

58 A *Conjunção* he hum som indeclinavel, que posto entre dois faz ajuntar seus significados (Bacelar 1783a: 45).

A noção de que as conjunções não ligam as palavras, mas sim as frases (3-rel) é apresentada pela primeira vez por Lobato (1770), aliás não diretamente na definição – que se mantém ambígua com a sua referência aos 'membros' / 'partes do discurso' –, mas sim com base na frase que lhe serve de exemplo:

Conjunção he huma voz indeclinavel, que por si só não tem significação completa; mas posto no discurso, serve de ajuntar os membros, ou partes delle, do que lhe provém o nome. Exemplo: quando digo v.gr *Pedro lê*, e *Paulo escreve*, a palavra *é* he conjunção; porque neste discurso, que consta de dous membros, ou sentenças, ata, e une a sentença, ou oração *Pedro lê* á sentença, ou oração *Paulo escreve* (Lobato 1770: 172).

Lobato usa agora a 'sentença' de Donato, inequivocamente, no sentido de 'frase', como sinónimo de 'oração'. O modelo para a descrição da conjunção como palavra de ligação de frases poderá ter sido Sánchez de las Brozas (*vide supra*), mas falta o modelo elíptico. Relativamente às

ligações de palavras, Lobato não toma qualquer posição, a não ser que o termo 'membro' / 'parte do discurso', que em parte alguma é definido, se refira a unidades mais pequenas do que a frase.

Casimiro (1792), cuja definição se apoia na de Lobato, também parece ver as coisas desta maneira, embora apresente uma frase exemplificativa com uma ligação de palavras em vez de uma ligação de frases:

Conjunção he huma voz, que não tem completa significação; porém posta no discurso ajunta partes delle, como *Pedro*, e *Maria morrerão* (Casimiro 1792: 59).

Não há qualquer indicação de que Casimiro considere esta frase, de maneira análoga a Sánchez de las Brozas, como uma construção elíptica, como versão abreviada das frases *Pedro morreu* e *Maria morreu*.

Seguidamente, o critério 3-rel ocorre em Sousa (1804) que, além disso, introduz o critério estilístico ('fazê-lo mais corrente'):

AS Conjunções são palavras que servem de ajuntar e unir as diferentes frases de que se compõe o discurso, ou seja para o resumir, e fazel-o mais corrente, ou seja para impedir se altere a sua unidade pelas palavras que modificão alguns dos objetos de que ele he composto (Sousa 1804: 141-142).

É provável que esta forma de apresentação derive do modelo da *Grammaire Générale* francesa,<sup>221</sup> no entanto, a complicada segunda parte da definição também poderá ser um reflexo da '*ordinatio*' de Donato e Prisciano.

A opinião de que as conjunções ligam frases ou significados de orações é igualmente compartilhada pelos sucessores diretos de Sousa: o *Compendio* (1804), Silva (1806) e Barbosa (1807):

CONJUNÇÃO he huma particula que na Oração serve de unir, não só as méras palavras, mas tambem o sentido das Orações (*Compendio* 1804: 113).<sup>222</sup>

<sup>221</sup> Veja-se, por exemplo, Beauzée (1767, I: 564): «[...] elles ne sont pas éléments des propositions, elles servent seulement de les lier les unes aux autres» e Condillac (1775: 287): «NOUS avons vu que les conjonctions sont moins des éléments du discours que des expressions abrégées, auxquelles on pourroit suppléer par des expressions plus composées».

<sup>222</sup> Algo de semelhante, embora expresso com maior precisão, pode ler-se, mais tarde, em Albuquerque (1820: 105): «A *Conjunção* he huma palavra invariavel que serve de unir entre si ora nomes, ora adjectivos, ora adverbios, e tambem huma proposição a outra proposição; v. g. quando se diz: *elle chora e ri* ao mesmo tempo, a palavra *e* une a primeira proposição, *elle chora*, á segunda *elle ri*».

O critério 3-rel é combinado aqui com 2-rel; a formulação 'sentido das orações' faz lembrar, de novo, a '*sententia*' de Donato:

1. AS *Conjunções* átão as sentenças, que tem algũa connexão, ou correlação entre si, de semelhança de juízo, de opposição, de modificação: Em "Pedro e João forão á caça» a conjunção *e* indica, que vou affirmar o mesmo de ambos. "*Nem Pedro, nem João tal fez:*» *nem* indica a correlação de negação entre as sentenças.

2. Em "Pedro é bom, *mas inconstante*" modificamos com *mas* a asserção da bondade, a que parece põe modo a inconstancia. "*Irei, se vós fordes:*» *se* indica a correlação hypothética, ou condicional da sentença principal *irei*, com a hypothética subordinada a ella (Silva 1806: 78).

Silva inclui na sua definição a diferenciação em vários subgrupos da conjunção, resumindo este assunto da seguinte maneira:

3. Assim as conjunções indicão os modos de ver da nossa alma entre diversas sentenças, os quaes ás vezes se expréssão por mais de uma palavra: v. g. amo-vos; *com tudo* não sofrerei esse desatino: farei isso, *com quanto* me custa; *em que* lhe peze (Silva 1806: 78-79).

Para esta exposição, poderá ter servido de modelo a descrição das conjunções da *Grammaire générale et raisonnée*:

Car si on considere bien, on verra que ces particules ne signifient que l'operation mesme de nostre esprit, qui joint, ou disjoint les choses, qui les nie, qui les considere absolument, ou avec condition [...] (Arnauld / Lancelot 1660: 137-138).

Em *As duas linguas* (1807) e, de forma um pouco modificada, na *Grammatica Philosophica* (1822), Barbosa retoma na sua definição a noção '*adnectans ordinansque sententiam*' de Donato, mas que agora é entendida no sentido de 'liga e ordena as frases', correspondendo assim à conceção do Brocense e da maioria dos autores da *Grammaire Générale*:

A *Conjunção*, como o mesmo nome está dizendo, he a terceira parte Conjunctiva da Oração, que attá, e ordena entre si as Orações para fazerem hum corpo de periodo, e de discurso. Ella he pois a parte methodica, e systematica da Oração (Barbosa 1807: 129).

*Conjunção* he huma parte conjunctiva da oração, que exprime as relações de *Nexo* e *Ordem*, que as proposições tem entre si para fazerem hum sentido total (Barbosa 1822: 346).

Para Barbosa, a conjunção é, tal como o verbo e a preposição, uma 'parte conjuntiva da oração':

Porque assim como o Verbo attá os termos da Proposição; e a Preposição attá com os termos da Proposição outras ideas de fora, para lhes explicarem, restringirem, ou

complementarem o sentido: assim a Conjuncção attá muitos sentidos, e Proposições, humas com outras, para formarem hum pensamento total, e hum discurso continuado (Barbosa 1807: 129).

Na formulação 'muitos sentidos e proposições' verifica-se novamente um eco da '*sententia*' de Donato, com ambos os aspetos de 'frase' e 'significado'.

Em todas as gramáticas até agora mencionadas, a conjunção tem sido designada como uma palavra que liga ou palavras ou frases. Três dos autores mais recentes tentam definir a conjunção segundo o critério 1-s-abs ou 1-s-psi. É vista ou como expressão de uma relação ou, em Melo, da ideia de uma relação:

Vocábulo *conjunção* é um sinal da ideia da relação de concurso dos sujeitos ou atributos na formação de *frases compostas*; ou de ligação das frases na construção dos *Períodos*: v. g. e nas frases *a prudência e a moderação andam juntas*; *António e Francisco são felizes: ainda em não é bastante fugir do vício, é necessário ainda praticar a virtude* (Melo 1818: 61-62).

A Conjuncção he huma palavra invariavel, que serve para designar a relação de conveniencia, ou desconveniencia que descobrimos entre dous objectos, ligando, e ordenando entre si as orações para fazerem periodos e discursos seguidos, v. gr. *Pedro canta e Paulo chora*, onde a conjunção *e* liga a primeira oração Pedro canta com a segunda Paulo chora (Ferreira 1819: 106).

As *Conjunções* são tambem indeclinaveis como os adverbios, e preposições; dividem-se em muitas especies correspondentes ás diversas operações do espirito, e suas precisões [...] (Ribeiro 1819: 113).

A diferença entre Melo e Ferreira assenta na aplicação divergente desta relação: Melo refere-se a unidades linguísticas (partes da frase, orações), Ferreira, porém, aos objetos da realidade extralinguística. Em Ribeiro, há ecos perceptíveis da formulação da *Grammaire générale et raisonnée*, segundo a qual a conjunção representa uma determinada '*opération de l'esprit*'.

Durante todo este espaço de tempo existe, portanto, consenso acerca do facto de as conjunções exercerem uma função de ligação. No entanto, as opiniões divergem quanto àquilo que elas ligam:

- Palavras (2-rel).
- Significados de palavras (2-s-rel).
- Frases / significados de frases (3-rel).
- Objetos (1-s-abs).

Como se pode deduzir das definições citadas, são ainda usados dois outros critérios que funcionam sempre de forma suplementar, uma vez que não são distintivos: por um lado, o morfológico, segundo o qual as conjunções não têm flexões; por outro, o critério semântico-lexical negativo, segundo o qual elas não possuem significado próprio. Lobato constitui o exemplo de um autor que reúne estes dois critérios com 2-rel.

Tanto nos autores com sistemas de oito partes como nos com sistemas da *Grammaire Générale*, a conjunção, de um modo geral, é tida por uma parte da oração própria. Nas gramáticas com sistemas triádicos, constitui um subgrupo das partículas, mas sempre com uma definição e um subcapítulo (ou capítulo) próprios.

No que respeita às fontes da definição da conjunção, estamos perante a situação de Donato, por talvez ser a autoridade mais importante da Antiguidade Clássica, não ter fornecido nenhum ponto de partida claro com o conceito de '*sententia*', mas antes deu azo a interpretações divergentes. A polissemia deste conceito, porém, parece ter exercido um certo fascínio, uma vez que os seus reflexos se podem constatar ao longo de todo este horizonte temporal.

A influência da *Grammaire Générale* manifesta-se de duas maneiras. Em alguns (poucos) autores, a definição da gramática de Port-Royal encontra eco através das '*opérations de l'esprit*'; noutros, observa-se a posição já defendida por Sánchez de las Brozas, segundo a qual as conjunções não unem palavras, mas sim frases inteiras.

#### 4.5.3.10 A preposição

Chamam-se PREPOSIÇÕES as palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (ANTECEDENTE) é explicado pelo segundo (CONSEQUENTE) (Cunha / Cintra 1992: 551).

Donato e Prisciano definem a preposição não como a ligação entre duas palavras / partes da oração, mas sim relativamente à palavra regida. Ambos destacam que, de acordo com o seu nome, a preposição se coloca em frente de outras palavras (2-pos), nomeadamente, como Prisciano especifica, de maneira não ligada, ou seja, como preposição no sentido próprio, ou ligada, isto é, como prefixo (DER). Só Donato entra em pormenores no que respeita à semântica da relação entre a preposição e a palavra regida (2-s-rel):

Praepositio quid est? Pars orationis quae praeposita aliis partibus orationis significationem earum aut conplet aut mutat aut minuit (Donatus 1864, IV: 365).

Est igitur praepositio pars orationis indeclinabilis, quae praepositur aliis partibus vel appositione vel compositione (Priscianus 1859, III: 24).

Tanto nas *Introductiones* (1481: fol. 23v) como na *Gramática castellana* (1492: 83), Nebrija segue de perto Prisciano.<sup>223</sup> De modo semelhante, a definição da preposição por parte de Barros (2-pos) reza:

Preposiçã, é hũa páрте das nóue que tẽ a nóssa grãmática: aquál se põem antre as outras pártes per aiütamẽto ou per cõposiçã (Barros 1540: fol. 29r).

Roboredo retoma, em princípio, a definição do Brocense, completando-a, porém, com a componente 'rege casos' que é mencionada, é certo, no texto da *Minerva* («Praepositio inter particulas principatum obtinet, propter ea quod casus regat [...]»), Sánchez de las Brozas 1587: fol. 147r), sem, aliás, ocorrer na própria definição:

Preposição he palavra, que carece de Numeros, & rege Casos, a que se antepõï; e faz composição com outra palavra [...] (Roboredo 1619: 68).

Aqui, portanto, integra-se, pela primeira vez, não apenas a posição, mas também a relação gramatical com a palavra seguinte (2-m-rel).

Pereira (1672) reproduz quase literalmente a definição de Álvares e acrescenta ainda uma explicação lexical, que nos outros autores somente se encontra de forma implícita:

Praepositio sic appellatur, quia fere semper ponitur in oratione ante alias partes, unde definitur in hunc modum: *Est pars orationis, quae reliquis partibus, aut separata, aut conjuncta fere proponitur* (Pereira 1672: 181).

Lobato (1770) acumula quatro critérios (1-m-fle, 1-s, 2-pos e 2-m-rel):

Preposição he huma voz indeclinavel, que por si só não tem significação completa; mas posta na oração antes do nome, rege a este para estar no caso, que ella pede (Lobato 1770: 168).

Até Figueiredo (1799), mantêm-se as definições muito semelhantes que contêm sempre os critérios 2-pos e 2-m-rel. Só em Fonseca (1799) é que volta a aparecer um aspeto novo:

<sup>223</sup> O mesmo pode dizer-se de Álvares (1572: fol. 59r): «Praepositio est pars orationis, quae caeteris partibus aut separata, aut coniuncta fere praepositur [...]». O Brocense exprime o mesmo estado de coisas por outras palavras: «Praepositio est vox expers numeri, quae casibus praepositur, & in compositione reperitur» (Sánchez de las Brozas 1587: fol. 146v).

PREPOSIÇÃO he huma palavra, a qual com a sua regencia denota a relação, que humas cousas tem com outras (Fonseca 1799: 194).

Sem dúvida sob a influência da *GRAE*,<sup>224</sup> Fonseca refere-se aqui a um significado de classe abstrato: a relação de coisas entre si (1-s-abs). Silva (1806), Ferreira (1819) e Ribeiro (1819) procedem de modo semelhante:

*Preposições* (assim chamadas, porque se prepõem, ou põem antes dos nomes, a que se referem outros nomes correlativos antecedentes, e que as preposições atão entre si) servem de mostrar a connexão, e correlações, que o entendimento concebe entre dois objectos significados pelos nomes sós, ou modificados por adjectivos, ou verbos (Silva 1806: 69).

A *Preposição* he huma palavra invariavel que serve para designar as relações que as cousas tem humas com as outras [...] (Ferreira 1819: 101).

São as *Preposições* huma especie de palavras, que servem para designar as differentes relações, que as cousas tem entre si; ellas são indeclinaveis, como os adverbios, por isso que não são susceptiveis nem de genero nem de numero; com tudo precisão sempre de hum regimen expresso, ou subentendido (Ribeiro 1819: 109).

A fonte provável dos três últimos autores deverá estar, de novo, nas *Grammaires générales* francesas, a começar pela gramática de Port-Royal.<sup>225</sup>

Para Melo (1818), a relação não é constituída entre as coisas da realidade extralinguística, mas sim entre as palavras. Com a interposição da ideia entre o signo linguístico e o seu significado, a sua definição pertence novamente ao critério 1-s-psi.

*Vocabulo preposição* é o sinal da ideia da relação de dependência dos substantivos, adjétivos e vérbos na construção da frase (Melo 1818: 60).

Em Sousa (1804) e Albuquerque (1820), a relação refere-se simplesmente às palavras:

<sup>224</sup> «El oficio de la preposicion por sí sola es indicar en general alguna circunstancia que no se determina sino por la palabra que se le sigue; pero junta ya con ella, denota la diferente relacion ó respeto que tienen unas cosas con otras» (*GRAE* 1771: 201; cf. Gómez Asencio 1981: 238-239).

<sup>225</sup> «[...] les Cas & les Prepositions avoient esté inventez pour le mesme vsage, qui est de marquer les rapports que les choses ont les vnes aux autres» (Arnauld / Lancelot 1660: 83; veja-se, por exemplo, Condillac 1775: 119, Court de Gébelin 1816 [1776]: 250).

As Preposições são huma especie de palavras, as quaes servem para deziñar as relações que algumas partes do discurso tem humas com as outras na expressão das nossas idéas (Sousa 1804: 129).

A *Preposição* he huma palavra invariavel, que serve de exprimir as relações, que as outras palavras tem entre si (Albuquerque 1820: 100).

Barbosa (1807) é o primeiro a dar uma definição que se refere à função de complemento (cf. 4.6.3) (2-fun):

A *Preposição* he huma das partes Conjunctivas da Oração, que posta entre duas palavras, indica a relação de complemento, em que a segunda está para a antecedente (Barbosa 1807: 121; também Barbosa 1822: 310).

A substituição do conceito de regência pelo do complemento remonta à *Logique* de Port-Royal,<sup>226</sup> mas não se manifesta nos autores influentes da *Grammaire Générale*. Gómez Asencio (1981: 241) faz derivar de Harris este tipo de definição que, em Espanha, se encontra em Calleja (1818); mas este gramático inglês, na sua descrição da preposição no *Hermes*, não faz qualquer referência direta ao complemento.<sup>227</sup>

O conceito de complementação, a par do de regência, também é usado por Aragão (1812: 10):

[Particulas:] Se complementão, e regem os casos dos Nomes, ou os Modos, e Epocas dos Verbos, chamão-se *Preposições*.

Tal como na conjunção, também na preposição se encontram, numa série de gramáticas, os dois critérios suplementares 1-s ('não tem significado próprio') e 1-m-fle ('invariável'), sobretudo nos autores mais antigos, o último, porém, igualmente em três dos mais recentes (Ferreira 1819, Ribeiro 1819, Albuquerque 1820).

De um modo geral, pode constatar-se uma evolução do critério posicional, segundo o modelo de Prisciano (a definição de Donato é

<sup>226</sup> «[...] d'un assemblage d'éléments mécaniquement organisés, on passe à la vision d'éléments se complétant les uns les autres pour former une proposition» (Chevalier 1968: 539).

<sup>227</sup> «La préposition est une partie du discours qui, par elle-même, n'a pas de signification particulière, mais qui sert à unir deux mots qui expriment des idées et qui refusent de s'unir d'eux-mêmes» (Harris 1796: 248).

Veja-se também a definição do original inglês em Harris (1751: 261): «A PREPOSITION is a Part of Speech, devoid it self of Signification, but so formed as to unite two Words that are significant, and that refuse to coalesce or unite of themselves».

tomada em conta só marginalmente), ao critério morfológico (regência), que provavelmente deriva de Sánchez de las Brozas, encontrando em Lobato um representante importante, bem como ao semântico, reflexo da *Grammaire Générale*. O critério funcional é utilizado, em primeiro lugar, por Barbosa.

Relativamente ao estatuto de parte da oração, é válido para a proposição o mesmo que para a conjunção.

#### 4.5.3.11 A interjeição

INTERJEIÇÃO é uma espécie de grito com que traduzimos de modo vivo as nossas emoções.

A mesma reacção emotiva pode ser expressa por mais de uma interjeição. Inversamente, uma só interjeição pode corresponder a sentimentos variados e, até, opostos. O valor de cada forma interjectiva depende fundamentalmente do contexto e da entoação (Cunha / Cintra 1992: 587).

Já desde os gramáticos romanos – os gregos abordam as interjeições no capítulo dos advérbios (cf. Ramajo Caño 1987: 207) – que o critério 1-s-psi é o preponderante. Donato define-as do seguinte modo:

Interiectio quid est? Pars orationis significans mentis affectum voce incondita<sup>228</sup>  
(Donatus 1864, IV: 366).

Esta definição é reproduzida praticamente à letra por Nebrija nas *Introductiones* (1481: fol. 25r) e por Álvares (1572: fol. 60r). Na *Gramática castellana*, as interjeições são também definidas através da 'passión del ánima', mas não consideradas como parte da oração própria, sendo incluídas nos advérbios, de acordo com o modelo grego:

Los latinos, como diximos en otro lugar, pusieron la interjección por parte de la oración, distinta de las otras; pero nos otros, a imitación de los griegos, contamos la con los adverbios. Assí, que será interjección una de las significaciones del adverbio, la cual significa alguna pasión del anima, con boz indeterminada, como *ai*, del que se duele; *hahaha*, del que se ríe; *tat tat*, del que vieda; τ assí de las otras partezillas por las cuales demostramos alguna pasión del ánima (Nebrija 1980: 198).

Barros distancia-se de Nebrija ao introduzir uma categoria própria de 'interjeição', tal como antes dele os gramáticos romanos:

<sup>228</sup> Padley (1976: 266) traduz '*voce incondita*' por «[...] by means of an unformed word (i.e. one not fixed by convention)».

Os gregos contáram esta páрте da interieçam cõ o auerbio. Os latinos (a quem nós seguimos) distintamête falarã della: e segũdo elles, nã ę mais ỹ hũa denotaçã do que a alma padece (Barros 1540: fol. 29v).

Roboredo (1619), inversamente, inclui as interjeições nos advérbios («Algũs Adverbios significã paixões do animo [...]», Roboredo 1619: 70), seguindo nas pegadas tanto de Nebrija (na *Gramática castellana*), como de Sánchez de las Brozas.<sup>229</sup>

Pereira (1672) oferece uma definição pormenorizada em conformidade com a tradição, com exemplos para as diversas 'movimentações da alma':

Interiectio est pars orationis, quae indicat varios animi motus, seu affectus, juxta ea quae accidunt personae, ita ut modo indicet odium, vel amorem, modo gaudium, aut tristitiam, interdum admirationem, indignationem, & similia (Pereira 1672: 183).

Em nenhuma outra parte da oração se verifica um consenso tão grande entre os autores. Todos (e, de resto, também os gramáticos de hoje; *vide infra*) apresentam definições, em primeiro lugar, segundo o critério 1-s-psi. Ou se fala de 'paixões da alma' ou, mais raramente, de 'sentimentos' ou de 'afetos'.

Os primeiros autores da tradição da *Grammaire Générale* nada tinham mudado na definição tradicional da interjeição como manifestação de uma 'movimentação da alma'. Na gramática de Port-Royal, só se acrescenta serem as interjeições mais naturais do que artificiais:

Les interjections sont des mots qui ne signifient aussi rien hors de nous: mais ce sont seulement des voix plus naturelles qu'artificielles, qui marquent les mouuemens de nostre ame, comme *ha, o, heu, hélas*, &c. (Arnauld / Lancelot 1660: 140).

Beauzée separa as interjeições, como '*affectives*' ('*le langage du cœur*'), de todas as outras partes da oração (a que chama '*discursives*': '*le langage de l'esprit*') e coloca-as em primeiro lugar, uma vez que as necessidades do coração teriam primazia sobre as do espírito (Beauzée 1767, I: 611); na prática da sua descrição das partes da oração, porém, vêm só no fim, como era uso até então.

Segundo Condillac, as interjeições, como expressão do '*sentiment*', não pertencem à área da atividade do gramático:

<sup>229</sup> O Brocense também menciona as interjeições em contexto com os advérbios; na medida em que são 'sons não-articulados e naturais' não lhes concede o estatuto de parte da oração: «Graeci, quas nos vocamus interiectiones, inter adverbia connumerant. Mihi sunt soni inarticulati, & naturales: ideo inter partes orationis non adnumeravi» (Sánchez de las Brozas 1587: fols. 43r-v).

La grammaire n'a rien à remarquer sur ces especes de mots: c'est au sentiment à les proférer à propos (Condillac 1775: 294).

No entanto, faz uma observação acerca delas, que constitui presumivelmente o ponto de partida da exposição de Destutt de Tracy, segundo a qual as interjeições são todas as palavras que, sozinhas, formam uma proposição.<sup>230</sup>

LES interjections, ou ces accents<sup>231</sup> que nous avons vu être communs au langage d'action & à celui des sons articulés, sont des expressions rapides, équivalentes quelquefois à des phrases entieres (Condillac 1775: 294).<sup>232</sup>

Em Portugal, este pensamento é retomado por Silva (1806) (3-equ):

As paixões tambem se exprimem ás vezes com uma só palavra [...]. Estas palavras pois equivalem a sentenças sentimentâes [...] (Silva 1806: 17).

1. PAixões violentas exprimem se em uma, ou poucas palavras; as quaes equivalem a uma sentença v. g. *ai*, tenho dor; *guai*, compadeço-me, lastimo; *ui!* admiro-me; *Ai*, *Guai*, *Ui* são *Interjeições*, ou palavras arremessadas entre as da linguagem analisada, para exprimir as paixões (Silva 1806: 80).

Também em Melo (1818), se faz referência ao facto de as interjeições corresponderem a 'frases sentimentais':

Quando se-quer expressar rápidamente uma dôr, uma paixão, &c. faz-se uso d'um só vocabulo, em aparência, mas em realidade mais, que vocábulo; que os gramáticos denominam *Interjeição*; pospondo-se-lhe o ponto d'admiração (!): v. g. *ai!* eqüivale a *tenho dôr!* As expressões desta naturêza são *frases sentimentaes*, e formam tôda a linguagem da coração (Melo 1818: 62-63).<sup>233</sup>

<sup>230</sup> «Sans entreprendre de critiquer, ni de changer cette dénomination, je range dans cette première classe, tous les mots, qui, comme jé l'ai dit, forment à eux seuls une proposition toute entière» (Destutt de Tracy 1803, II: 74).

<sup>231</sup> Condillac (1775: 7) vê nos primeiros sons articulados 'acentos', que visam chamar a atenção para os gestos da linguagem gestual que somente podem ser percebidos visualmente. Ao contrário de Destutt de Tracy, Condillac não considera as interjeições como ponto de partida da língua analisada ('le type originel du langage', Destutt de Tracy 1803, II: 74).

<sup>232</sup> Anteriormente a Condillac, a opinião segundo a qual as conjunções corresponderiam a frases inteiras já se encontra no século XVII em Vossius (Brøndal 1948: 63).

<sup>233</sup> Melo refere-se, neste âmbito, a De Brosses, cuja descrição das interjeições também é extensamente citada por Beauzée (1767, I: 604-610).

Depois de Silva, é em Ribeiro (1819) que o conceito de 'linguagem analisada' (em contraste com uma 'linguagem natural') ocorre em contexto com a interjeição:

Idéas, e sentimentos contrarios succedem-se com rapidez; são estas diversas agitações, que a alma procura manifestar, em lançando pelo discurso esta especie de palavras, chamadas *Interjeições*, por isso que se entremettem com as palavras da linguagem analysada (Ribeiro 1819: 117).

Apesar de várias referências a Destutt de Tracy, Ribeiro mantém-se no âmbito tradicional ao descrever a interjeição. Em vez de encarar a interjeição como o fundamento da linguagem 'analisada', vê nela precisamente o contrário («[...] não tanto huma expressão de idéas, como hum grito, ou desafogo da natureza [...]», Ribeiro 1819: 118; cf. Schäfer 1991: 110).

Barbosa (1807, quase literalmente idêntico a 1822) retoma, com outra terminologia, a distinção de Beauzée entre palavras 'afetivas' (em Barbosa: exclamativas) e 'discursivas'. É ele quem põe em prática a exigência de Beauzée no atinente à colocação das interjeições no primeiro lugar das partes da oração, um procedimento que lembra Destutt de Tracy, mas que é fundamentado no sentido de Beauzée:

As *Interjeições* são humas particulas, desligadas do contexto da Oração, exclamativas, e pela maior parte monosyllabas e aspiradas, que exprimem os transportes da paixão, com que a alma se acha occupada. Ellas são a Linguagem primitiva, que a natureza mesma ensina a todos os homens, logo que nascem, para indicarem o estado, ou de dôr, ou de prazer interior, em que sua alma se acha: e por isso devem ter o primeiro Lugar na ordem das Partes da Oração, e antes mesmo dos Nomes, e mais partes discursivas, que os Grammaticos costumão pôr primeiro (Barbosa 1822: 100-101).

A exposição das interjeições como 'linguagem primitiva' no sentido ontogenético poderá remontar a De Brosses (*vide supra*), possivelmente por intermédio de Beauzée.

Como critério de definição suplementar, Lobato (1770) e alguns sucessores usam 1-s ('indeclinável'). Figueiredo (1799),<sup>234</sup> bem como Barbosa (1807 e 1822) referem-se à forma da palavra (FOR). Melo (1818) é o único a mencionar a pontuação (PON); Silva (1806), Barbosa

<sup>234</sup> «Chama se Interjeição a Particula, ou voz indeclinavel breve, e curta, que declara, ou manifesta as varias paixões da nossa alma, como Amor, Odio, &c.» (Figueiredo 1799: 97).

(1807 e 1822), Aragão (1812)<sup>235</sup> e Ribeiro (1819) salientam que as interjeições podem estar, na frase / no discurso entre outras palavras ou que 'cortam' frases (3-pos).

Em comparação com todas as outras partes da oração, as definições da interjeição caracterizam-se por uma grande uniformidade o que, sem dúvida, se prende com a falta de variação nos texto de origem. O critério 1-s-psi mantém-se em primeiro lugar, durante todo este período, sendo complementado só em parte através de referências à forma e à morfologia. Ocasionalmente, encontram-se reflexos da exposição de Condillac na indicação de as interjeições corresponderem a uma frase inteira e de não pertencerem à 'linguagem analisada'. Além disso, Barbosa recorre ao conceito de 'langue primitive', contemplado por De Brosses. As inovações fundamentais de Destutt de Tracy não são tomadas em conta em parte alguma.

#### 4.5.4 Resultados

No capítulo 4.5.3 tentou-se fazer corresponder a definição das partes da oração de cada autor aos critérios estabelecidos em 4.5.1 e descrever as características da evolução das definições ao longo do espaço de tempo aqui estudado. Na parte que se segue, estas descrições individuais vão ser comparadas umas com as outras, para se verificar se há possíveis tendências de desenvolvimento gerais, respeitantes a todas as partes da oração. Dois aspetos serão tomados em consideração: 1.º a relação entre a parte da oração e os critérios (solidariedade); e 2.º a relação entre o tempo e os critérios (evolução).

##### 4.5.4.1 Solidariedades entre os critérios e as partes da oração

###### a) Critérios morfológicos

O critério 1-m-fle ocorre, por um lado, em formulações positivas ('tem caso / tempo, etc.'), por outro, em negativas ('é invariável'). Correspondendo aos dados da linguagem objeto, o primeiro tipo encontra-se no nome, no verbo e no participio, bem como, isoladamente, no artigo; e o

---

<sup>235</sup> «[Particulas:] Se indicão os affectos d'alma, entrecortando aquellas [orações], chamão-se *Interjeições*» (Aragão 1812: 10).

segundo no advérbio, na conjunção, na preposição e na interjeição.<sup>236</sup> As restantes palavras em que seriam possíveis definições morfológicas positivas (substantivo, adjetivo e pronome) não são definidas em conformidade com a sua variabilidade. No caso do substantivo e do adjetivo, o fundamento desta atitude parece residir no facto de os autores mais antigos, com uma tendência geral para definições morfológicas, adotarem ainda uma categoria comum de 'nome', para cujos subgrupos (substantivo e adjetivo) a flexão não constitui um critério distintivo. Os autores que separam as duas categorias (a partir de 1804) tendem depois geralmente para outros critérios que não os morfológicos. O facto de o pronome nunca ser definido morfológicamente (embora seja a única parte da oração na qual se poderia provar a existência de uma variação de caso na língua portuguesa) pode explicar-se através do modelo dos gramáticos latinos, espanhóis e franceses, que também colocam a sua função de substituição ou a função anafórica e pragmática em primeiro plano. O critério 1-m-der ocorre apenas no participio.

#### b) Critérios semânticos

O critério semântico-psicológico é quase completamente solidário com a interjeição, que é definida por todos os autores de acordo com 1-s-psi. Constituem exceções a definição de verbo em Casimiro (1792, 1811) e as definições da maioria das partes da oração em Melo (1818), a que é aplicada, estereotipicamente, a afirmação 'é o signo da ideia de [...]']'.

1-s, o critério semântico negativo ('não tem significado próprio') ocorre no artigo, no advérbio, na conjunção e na preposição. As últimas três, parcialmente todas as quatro bem como a interjeição, são inseridas na categoria 'partículas' pelos autores com sistemas tripartidos.

1-s-ont, como seria de esperar, só é usado nas partes da oração, cujos elementos podem ser considerados como representantes de coisas ou de estados de coisas da realidade extralinguística: nome, substantivo, adjetivo, pronome (isoladamente), verbo e participio. Chama a atenção o facto de, em geral, ser negado ao advérbio um significado próprio, isto é, o seu estatuto como palavra lexemática pesar menos do que a sua função

<sup>236</sup> Aqui parece ter continuado a influência do modelo de Prisciano, o qual define o advérbio, a preposição e a conjunção um a um como '*indeclinabilis*', uma exposição que em Portugal é adotada por Lobato, a quem, por sua vez, coube o papel de ser um dos gramáticos mais influentes dos séculos XVIII e XIX.

'de 3.º grau' (segundo Jespersen; cf. Joly 1976: 428) na frase, bem como a sua redundância na proposição lógica.

As conjunções e as preposições não têm equivalentes concretos na realidade extralinguística sendo, porém, definidas, em casos pontuais, através de um termo abstrato como 'relação' (1-s-abs). Encontram-se definições semiológicas, também em casos muito isolados, para o nome e o substantivo.

### c) Critérios paradigmáticos

As definições de acordo com os critérios 2-par e 2-s-par (um único exemplo) referem-se ao pronome, bem como ao advérbio segundo a perspectiva da *Grammaire Générale*. A definição do artigo dada por Bacelar ('serve como pronome *esse*') ocorre isoladamente.

### d) Critérios sintagmáticos

A posição da palavra relativamente a outras palavras (2-pos) é inserida nas definições do artigo, do advérbio, da conjunção (isoladamente) e da preposição.

2-s-rel abrange todas as relações entre palavras a que não se aplica qualquer outro critério sintagmático. É atribuído ao substantivo, ao adjetivo, à conjunção e, num caso isolado, à preposição. No caso do substantivo e do adjetivo, trata-se da distinção semântica entre a substância e a qualidade, que é transposta para o nível sintático ('não pode / pode ocorrer sozinho') e usada para diferenciar ambos os subgrupos do nome. No caso da conjunção e da preposição, trata-se da conexão de duas outras palavras.

O significado de outra palavra, segundo as definições, é influenciado pelos pronomes (usados como adjetivos), pelo artigo e pelos advérbios. No critério 2-s-rel deveria ser ainda incluída a definição das conjunções de Bacelar ('junta os significados de duas palavras'), embora esta seja mais uma definição que ocorre isoladamente.

A relação morfológica com outra palavra é um critério de definição (2-m-rel) para o adjetivo, o artigo, o particípio e a preposição. São posições muito difundidas que o adjetivo deve congruir com o nome, que o artigo revela o caso do nome e que a preposição rege a palavra seguinte. Menos habituais são as definições do particípio através da regência verbal, dadas por Barbosa e por Batista; na definição do próprio verbo,

este critério (que só é válido para verbos transitivos) não desempenha qualquer papel.

O critério 2-fun está limitado à preposição e diz respeito à relação de complemento entre a preposição e a palavra seguinte.

e) Critérios relativos à frase

Os critérios aqui elencados referem-se a diversos factos e, em grande parte, só são aplicáveis a uma única parte da oração. O critério funcional respeitante à frase (3-fun) encontra-se no substantivo, no adjetivo e no particípio (no seu papel de sujeito ou de atributo da frase), bem como no advérbio (no seu papel de adverbial); o lógico (3-log) só no verbo. O critério 3-rel representa o aspeto de ligação na frase da conjunção (em vez do critério 2-rel da ligação de palavras) e, num caso isolado (Barros), para o artigo, que é considerado como elemento de ligação de frases por motivos etimológicos. O critério 3-ana, relativo à função anafórica, só diz respeito ao pronome, ao passo que 3-pos e 3-equ ficam limitados à interjeição.

Nos critérios não-gramaticais; verificam-se as seguintes correspondências:

PRA	pronome
FOR	artigo, interjeição
ETI	artigo, particípio, verbo
INV	artigo
FRE	artigo
INC	artigo, particípio
SUB	nome
GEN	interjeição
EST	pronome, conjunção
INT	interjeição

Confirmam-se, *grosso modo*, as solidariedades assumidas em 4.5.1: as palavras lexemáticas, excetuando o advérbio, são definidas de acordo com critérios distintivamente (positivamente) morfológicos ou semânticos, bem como funcionais (substantivos, adjetivos) e lógicos (verbo). No caso do substantivo e do adjetivo como subgrupos do nome, encontram-se, além disso, definições sintagmáticas que se referem ao facto de o substantivo poder ocorrer sozinho, à medida que o adjetivo exige sempre um substantivo. A distinção adotada da lógica (substância – qualidade) pode ser transposta para o plano sintático (veja-se, por exemplo, a regra

didática segunda a qual só o adjetivo pode ser completado com *cousa*), mas somente é distintiva na oposição 'substantivo ~ adjetivo', já que uma afirmação como 'pode ocorrer sem um adjetivo' não diferencia o substantivo do verbo ou do pronome. Para o advérbio, o critério de definição mais frequente é o semântico-relacional; além disso, é definido através da permutabilidade com um grupo preposicional (2-par), bem como através da função adverbial (3-fun).

O pronome é sobretudo definido segundo critérios que, em grande parte, lhe estão reservados (2-par que, além disso, ocorre sistematicamente apenas no advérbio, 3-ana e PRA). Deste modo, é delimitado das restantes partes da oração de uma maneira tão nítida como só acontece com a interjeição.

Para as palavras morfemáticas não servem definições morfológicas distintivas e tampouco semântico-ontológicas. No entanto, há tentativas de definir a conjunção e a preposição por meio de um conteúdo abstrato. Quanto ao mais usam-se critérios sintagmáticos.

A interjeição, tal como o pronome, é definida quase exclusivamente segundo critérios que não ocorrem noutros contextos.

É digno de realce que, nas palavras lexemáticas e nos pronomes, os autores se contentem, durante todo o período aqui estudado, com um pequeno número de critérios (o nome, por exemplo, é definido, no essencial, apenas de acordo com 1-m-fle e 1-s-ont), ao passo que podem ser distinguidos pelo menos seis critérios de cada vez no caso das palavras morfemáticas.

#### 4.5.4.2 A evolução das definições

Das mencionadas solidariedades resulta a impossibilidade de um autor poder definir todas as partes da oração segundo o(s) mesmo(s) critério(s). Dentro dos critérios possíveis para cada uma das partes da oração, porém, existe uma possibilidade de escolha para os autores, de maneira que podem constatar-se semelhanças e diferenças entre as gramáticas.

Em quase todas as definições das partes da oração verificam-se rupturas, ou seja, mudanças dos tipos de definição. Isto significa concretamente que um tipo de definição, usado sucessivamente por vários autores durante um determinado espaço de tempo, é substituído por outro, deixando de ocorrer de todo ou só o fazendo casualmente.

No nome, no substantivo e no adjetivo pode constatar-se, desde Lobato, uma mudança de definições morfológicas ou sintagmáticas para semânticas; no substantivo e no adjetivo, isoladamente, também para

definições funcionais. De modo semelhante, em relação ao verbo, também a partir de Lobato passam a ser preferidas definições semânticas e lógicas em vez de morfológicas. As fontes para as definições morfológicas encontram-se na gramática da Antiguidade e a partir do século XVI, cujos critérios semânticos, já então existentes ('significa uma coisa', 'significa ação ou padecer as suas consequências'), quase não são tomados em conta. As definições semânticas do nome, do substantivo e do adjetivo têm a sua origem na *Grammaire Générale* francesa e devem a sua difusão em primeiro lugar ao seu uso na *Arte* de Lobato, cuja influência como livro escolar dificilmente pode ser sobrestimada. Devemos partir do pressuposto de que todos os nossos autores posteriores a 1770 tenham estado bem familiarizados com esta obra de uso obrigatório.

Relativamente à definição de verbo, as coisas são um pouco mais complicadas: a tentativa de definição lógica, apresentada por Lobato com base na afirmação, não conseguiu impor-se logo. Em vez disso, o verbo é definido, primariamente, segundo o critério semântico, através da 'acção', nas quatro gramáticas que foram publicadas sucessivamente (Álvares 1786; Casimiro 1792; Figueiredo 1799 e Fonseca 1799) – tendo de ficar por esclarecer qual o modelo direto seguido. O critério lógico propriamente dito encontra-se pela primeira vez, em segundo lugar após o semântico lexical, em Figueiredo (1799), que não parece orientar-se por Lobato, mas sim diretamente em autores franceses, passando depois a ser o critério dominante até ao fim do período aqui estudado.

Quanto ao participio, também predominam inicialmente as definições morfológicas, mas a partir de Figueiredo (1799) ocorrem ainda elementos semânticos, bem como, isoladamente, funcionais. Nos autores mais recentes, aliás, bem como nos modelos franceses em que a maioria deles se apoia, o participio já não é considerado como parte da oração própria.

No caso do advérbio, não se pode falar diretamente de uma rutura, uma vez que, durante todo o período aqui investigado, está presente o critério sintagmático (tal como nas definições hodiernas). Desde Silva (1806), porém, este critério passou a ser muitas vezes substituído ou complementado pelo paradigmático (que Silva 1806 desenvolveu até o transformar em critério funcional), que estava difundido, nas gramáticas francesas, desde a *Grammaire générale et raisonnée*. Depois de Figueiredo (1799), o critério morfológico negativo suplementar ocorre apenas casualmente.

É constatável, pelo contrário, uma clara cesura nas definições do pronome. Até Fonseca (1799), usa-se consensualmente em primeiro lugar o critério 2-par; a partir de Sousa (1804), predominam as definições

anafóricas, bem como as pragmáticas para os pronomes pessoais e ainda as sintagmáticas para os pronomes usados como adjetivos. Aqui, as ideias da *Grammaire Générale* conseguiram impor-se mais nitidamente do que no caso do advérbio, mesmo que as definições paradigmáticas ainda se possam encontrar isoladamente no século XIX.

O artigo volta a apresentar uma imagem semelhante à do verbo. Já em Lobato (1770), a definição convencional (2-pos e 2-m-rel) é substituída por uma moderna que foi presumivelmente colhida em França (2-s-rel). Os sucessores diretos, porém, não a retomam, e por isso só a partir de Sousa (1804) é que começa a impor-se.

Sousa pode também ser considerado como inovador na definição da conjunção (3-rel em vez de 2-rel), mesmo que também aqui a definição pouco clara de Lobato possa já ser interpretada como 3-rel. No século XIX, ambos os critérios ocorrem muitas vezes juntos, estando, além disso, dois autores (Ferreira 1819; Ribeiro 1819) empenhados em oferecer definições semânticas. A fonte de Sousa e dos seus seguidores deve ser, mais uma vez, procurada em França.

Na preposição é onde se torna mais difícil identificar continuidades e rupturas. Dos primeiros quatro autores, três usam definições segundo o critério 2-pos, e um, Roboredo (1619), por influência do Brocense, segundo o critério 2-m-rel. A partir de Lobato, ambos os critérios são usados ao mesmo tempo e ambos voltam a encontrar-se até ao fim do período estudado, em especial, porém, o que diz respeito à regência. De Fonseca em diante, ocorre o critério semântico, embora apenas em casos isolados e, em geral, completado por outros. Uma definição funcional encontra-se apenas em Barbosa (1807).

A interjeição, por sua vez, é coerentemente definida segundo o mesmo critério: 1-s-psi. A partir de Silva (1806) ocorrem, em parte, outros critérios, inspirados pelo modelo da *Grammaire Générale*.

Pode reter-se, portanto, o seguinte: os quatro primeiros autores preferem, tanto quanto possível, os critérios morfológicos e formais-distribucionais. Desde Lobato, ocorre, nas palavras lexemáticas (excetuando o advérbio) e no artigo, uma nova orientação segundo critérios semânticos e lógicos. Não se encontram modelos para estas inovações na tradição latina da Antiguidade e do Renascimento, mas sim na *Grammaire Générale* que se desenvolveu em França desde a gramática de Port-Royal. Alguns destes autores continuam (em parte, à letra) a tradição de Lobato,

outros fazem a receção direta de autores franceses<sup>237</sup> (modelos citados e não citados são, em especial, a gramática de Port-Royal ou a *Nouvelle méthode latine* de Lancelot, bem como Beauzée e Condillac). É através deles que as inovações que ainda não tinham sido tomadas em conta por Lobato e que dizem respeito às outras partes da oração entram na gramática portuguesa, de maneira que em Silva (1806) e em Barbosa (1807) estão já representados, nas gramáticas portuguesas, os critérios característicos da *Grammaire Générale*, incluindo as definições funcionais propagadas, em parte, por Buffier e Destutt de Tracy. Os padrões franceses nunca são adotados sem modificações e nenhum autor parece, tanto quanto nos foi possível apurar, orientar-se apenas por um único modelo.

Swiggers escreve acerca das gramáticas francesas dos séculos XVII e XVIII que o peso crescente da sintaxe teria condicionado um ponto de partida tendencialmente mais formal (na nossa terminologia: funcional) do que semântico na descrição das partes da oração.<sup>238</sup> Em Portugal, uma tendência para uma perspetiva funcional torna-se evidente nalguns autores da 'Gramática Filosófica', sobretudo em relação às definições do advérbio (Silva 1806, Melo 1818) e do substantivo (Barbosa).

## 4.6 Sintaxe

### 4.6.1 Definições de sintaxe

Como já foi mencionado (4.2.2), a sintaxe não tinha sido objeto de grande atenção nem na tradição gramatical grega, nem na romana. A gramática de Donato, por exemplo, contém apenas uns breves capítulos acerca de

<sup>237</sup> Também o inglês Harris era conhecido em Portugal, possivelmente através da tradução francesa de Thurot, como mostra a exposição dos tempos em Barbosa. Relativamente à definição das partes da oração, porém, não se pode constatar essa influência.

<sup>238</sup> «De Maupas aux Idéologues, le schéma des parties du discours occupe la partie centrale dans les grammaires. La syntaxe, devenant plus autonome – mais l'évolution n'est certes pas rectiligne –, se construit par rapport à la morphologie, en plusieurs étapes: extension du nom en groupe nominal, analyse du régime des verbes, le lien perçu entre les adverbes simples et les expressions modificatives ('compléments circonstanciels'), etc. Cette attention croissante accordée aux relations entre classes de mots et structures syntagmatiques, résulte dans une approche plus formelle et moins sémantique des parties du discours: *il importe moins de dire ce qu'un nom signifie que de préciser comment il s'insère dans un discours*. En outre, les données du français sont examinées en elles-mêmes, et non en fonction d'une théorie générale sur le sémantisme des langues» (Swiggers 1986: 68-69).

cada uma das figuras de retórica; Prisciano constitui uma exceção com uma parte autónoma dedicada à sintaxe (cf. Michael 1970: 122).<sup>239</sup> Também nas gramáticas do início da era moderna a sintaxe apenas é abordada numa parte muito breve, ou mesmo de forma alguma.

Nebrija consagra o «Libro cuarto» da sua *Gramática castellana* à sintaxe («sintaxi & orden de las diez partes de la oración») e oferece uma definição que corresponde à de Prisciano, aliás sem referência à '*oratio perfecta*':

Agora, en este libro cuarto, diremos cómo estas diez partes se an de aiuntar τ concertar entre sí. La cual consideración, como diximos en el comienzo de aquesta obra, los griegos llamaron syntaxis; nos otros podemos dezir orden o aiuntamiento de partes (Nebrija 1980: 203).

No seu capítulo «Da Construiçam das pártes», João de Barros define a *construção* da seguinte maneira:

Esta (segundo difinçã dos grãmáticos) ẽ hũa cõueniência antre pártes, postas ẽ seus naturáes lugáres: per as quáes uimos ẽ cõhiçimẽto dos nossos cõçeitos (Barros 1540: fol. 30r).

Tal como em Prisciano, as relações entre as palavras devem ser o objeto da sintaxe; a frase (a '*oratio*' de Prisciano) não desempenha qualquer papel nem em Nebrija nem em Barros. A definição de Barros contém uma referência à ordem natural das palavras ('naturais lugares') que em Nebrija é realçada noutra lugar, embora não faça parte da definição.<sup>240</sup> Voltaremos mais adiante a este conceito da '*ordo naturalis*'.

Embora as expressões variem consideravelmente no período que se segue, a afirmação fundamental em princípio permanece a mesma na maioria dos autores: trata-se da ordem, ligação, etc. das palavras. É deste modo que a sintaxe é definida pelos sucessores diretos de Barros aqui citados, bem como pela maior parte dos restantes autores:

<sup>239</sup> «La Syntaxe, écrit Priscien, traite 'de l'arrangement (ordinatio) des mots, arrangement qui vise à l'obtention d'une oraison parfaite'. 'de ordinatione earum (dictionum), quae solet fieri ad constructionem orationis perfectae.' Comme l'indique le vocabulaire employé par Priscien, c'est donc une étude des formes et de leur ordre, dans une perspective logique, puisque la notion d' '*oratio perfecta*' est une notion logique» (Chevalier 1968: 29). A conceção da '*oratio perfecta*' remonta a Dionísio da Trácia, segundo Padley (1976: 32).

<sup>240</sup> «Entre algunas partes de la oración ai cierta orden casi natural τ mui conforme a la razón, en la cual las cosas que por naturaleza son primeras o de maior dignidad, se an de anteponer a las siguientes τ menos dignas [...]» (Nebrija 1980: 205).

SYNTAXIS vox Graeca idem valet apud Latinos atque structura, constructio, & series, a verbo Graeco *Syntaxo*, ordino. Est igitur recta partium orationis inter se compositio: dividitur in justam & figuratam (Pereira 1672: 200).

Mestre. Que cousa he Syntaxe?

D. Syntaxe he a boa ordem, e desposição das palavras (Argote 1725: 184).

Syntaxe he a recta composição das partes da oração entre si (Lobato 1770: 191).

CHamamos Syntaxe á Arte que ensina a boa organização destas nove partes da Oração, das quaes se compoem a nossa linguagem; para o que fe dão varias regras (Álvares 1786: 34).

Fonseca (1799: 209) considera, além da concatenação de 'palavras', também a de 'frases'; Barbosa e Ferreira completam a definição, no sentido de Prisciano, acrescentando-lhe «[...] de modo, que fação hum sentido [...]» (Barbosa 1807: 1, Barbosa 1822: 1) ou «[...] para fazerem hum perfeito sentido» (Ferreira 1819: 8).

Só poucos autores apontam a frase como o objeto da sintaxe, ao passo que a 'oração' como alvo da gramática constitui praticamente um lugar comum (cf. 4.3.2). Uma definição de sintaxe que assenta no conceito de 'oração' encontra-se, pela primeira vez, em Sousa ('ensina a compôr huma Oração bem ordenada', *Compendio* 1804: 125), depois em Aragão, que define a sintaxe lapidarmente como 'trata da *oração*'. Melo identifica o 'discurso' como o objeto da sintaxe, liga a definição de palavra e de frase e traz ainda à baila a base lógica da 'frase', o 'juízo' da *Grammaire Générale*:

A parte da *Gramática* denominada *Sintasse* tem por objeto a construção do discurso, e precisa, como dissemos, do conhecimento da devida combinação dos vocábulos, para a expressão d'um *juízo* ou d'um *pensamento* simples, a que chamo *Frase* [...] (Melo 1818: 19-20).<sup>241</sup>

<sup>241</sup> Veja-se, por exemplo, Beauzée (1767, II: 2): «L'art de fixer les rangs & les formes accidentelles des mots dans l'ensemble d'une Proposition, d'après la succession analytique & les relations des idées élémentaires de la pensée, est ce qu'on nomme *Syntaxe*. E pouco amis adiante: «Toutes les vûes de la Syntaxe & les principes généraux qu'elle pose, se rapportent à la *Proposition* [...]» (Beauzée 1767, II: 2). Condillac (1775: 295), na sua definição de sintaxe, refere-se a ideias em vez de palavras: «Nous ne concevons jamais mieux une pensée, que lorsque toutes les parties distinctes les unes des autres, se présentent à nous, avec tous les rapports qui sont entre elles. Ce n'est donc pas assez d'avoir des mots pour chaque idée; il faut encore savoir former, de plusieurs idées, un tout dont nous saisissons tout à la fois les détails & l'ensemble, dont rien ne nous échappe. Voilà l'objet de la syntaxe». Ponto de partida da descrição é depois a 'proposition simple' (Condillac 1775: 296). Na gramática de Port-Royal, no capítulo «*De la Syntaxe ou Construction des mots*

Acerca da terminologia, convém observar ainda que os termos 'sintaxe' e 'construção', tal como em Barros, podem ser usados sinonimamente. 'Construção', porém, como será demonstrado em 4.6.5, pode ter ainda outros significados.

Durante todo o período aqui estudado, a parte da sintaxe, em quase todos os autores subdivide-se em capítulos: primeiro em 'sintaxe simples' e 'sintaxe figurada', a 'sintaxe simples' depois em 'sintaxe de concordância' e 'sintaxe de regência', a 'sintaxe figurada' em subcapítulos dedicados às figuras de estilo. Cada uma destas partes vai ser tratada aqui, seguindo-se-lhe, depois, um estudo do conceito de frase ('oração') e do conceito da 'ordem natural'.

#### 4.6.2 'Sintaxe simples' e 'sintaxe figurada'. A elipse

Quase todos os autores fazem a distinção entre a sintaxe regular ('sintaxe simples') e a 'sintaxe figurada', em que são tratados os desvios da 'sintaxe simples'.<sup>242</sup> Em Barros, este estado de coisas é contemplado da seguinte maneira: a 'sintaxe simples', considerada como a sintaxe no sentido próprio do termo, é tratada no capítulo «Da construiçam das pártes» e a última no capítulo «Das figuras». Para a primeira parte, é válida a definição dada em 4.6.1, para as 'figuras' é a seguinte:

Nam sómête temos ã a cõstruiçã das pártes na nõssa grammática, as regras que atras uimos: mas ainda algũas figuras e uiços, que assy na fãla como na escritura cometemos. Figura (segũdo difinçã de Quintiliano) ẽ hũa fõrma de dizer per algũa árte nõua, Estas figuras se diuidẽ ã dous gẽneros, de que depẽdẽ muitas espeçias. Ao primeiro uiço chamamos Bárbarismo, e ao segũdo Solæçismo (Barros 1540: fol. 34r).

Como já em Donato (Donatus 1864, IV: 392-393), e mais tarde em Nebrija (1980: 211), as figuras são elementos que atentam contra a norma gramatical,<sup>243</sup> o barbarismo relativamente à palavra, o solecismo respeitante à combinação de palavras:

---

*ensemble*» (Arnauld / Lancelot 1660: 140), não é feita qualquer referência à 'proposition' derivada do 'jugement' (Arnauld / Lancelot 1660: 28-29).

<sup>242</sup> De acordo com Padley (1985: 272), a distinção entre '*oratio naturalis*' e '*oratio figurata*' remonta a Quintiliano.

<sup>243</sup> Nebrija distingue entre desvios não permitidos ('*barbarismo*', '*solecismo*') e permitidos («[...] que por alguna razón se puede escusar»: '*metaplasmo*', '*schema*'). Esta distinção não é feita por Barros.

Barbarismo, e uição que se comete na escritura de cada hũa das pârtes, ou na pronúciaçã (Barros 1540r: fol. 34r).

Solæcismo, e o següdo gênero dos uiçios que podemos cometer, este se comete na construiçã e ôrdem das pârtes, quando dellas usamos per algũ módo apartádo do comũ uso de fâlar (Barros 1540r: fol. 35v).

Acerca dos barbarismos, Barros observa que os portugueses, tal como dantes os gregos e os romanos, estão votados a assistir à desfiguração da sua língua, levada a cabo pelos 'bárbaros', os membros dos povos conquistados:

E ã nenhũa pârte da tẽrra se comete mais esta figura da pnúciaçam, q̃ nestes reinos: por causa das muitas nações q̃ trouxemos ao iugo de nõsso seruiço. Por q̃ bem como os gregos e Roma auiã por bárbaras todalas outras nações estranhas a elles, por nam poderẽ formár sua linguagẽ: assy nós podemos dizer que as nações de Africa, Guine, Asia, Brasil, bárbarizam quando quereẽ imitár a nossa (Barros 1540: fol. 34r).

Barros vê as figuras de 'estilo' em sentido puramente linguístico e não do ponto de vista retórico ou literário. Exclui até, explicitamente, as 'figuras' e 'vícios poéticos' pelo mesmo motivo que menciona para a falta de uma parte sobre as medidas do verso (cf. 4.2.3) («[...] as cousas q̃ cõpẽtem aos poetas, ficarã pera quando for restituído a este reino o uso das tróuas»; Barros 1540: fol. 34 r).

Roboredo (1619) chama ao capítulo correspondente à 'sintaxe simples' «*Da Composição das cinco partes da Oração, que se faz per Concordia, & Regencia*» (Roboredo 1619: 71) e o que é dedicado à 'sintaxe figurada' «*Da Composição figurada*» (Roboredo 1619: 76); ambos referem-se somente ao latim. Pereira (1672) contempla a sintaxe das figuras como pertencente à área da retórica, excluindo-a, por isso, explicitamente das suas considerações:

*Iusta*, docet quibus modis oratio absque errore perfecta, suisque numeris omnibus absoluta possit evadere: & hoc est peculiare munus grammaticae. Figurata docet quomodo oratio ornari debeat figuris, ut suis veluti coloribus, pigmentis, & luminibus fulgeat; & cum haec pars ad rhetores spectet, nobis tantum sermo erit de priori, utpote ad grammaticos pertinente (Pereira 1672: 200).

A '*syntaxis iusta*' é definida, no sentido de Prisciano, por meio da '*oratio perfecta*'. Dedicou-lhe apenas poucas páginas em que, entre outras coisas, salienta o facto de a sintaxe portuguesa ser muito mais simples do que a latina e de o português não possuir casos (Pereira 1672: 200). Prescinde da distinção entre concordância e regência.

Argote (1725) introduz na definição de 'sintaxe simples' o conceito de 'ordem natural' (cf. 4.6.5). Na 'sintaxe figurada', abstrai-se de todas as implicações retóricas:

M. Qual he a simples?

D. He a que ensina as regras de ordenar bem as palavras na ordem natural (Argote 1725: 185).

M. Qual he a Syntaxe figurada?

D. He a que ensina quando estaõ bem ordenadas as palavras, ainda que estejaõ fóra da ordem natural (Argote 1725: 186).

Aqui, ao contrário de Barros, as figuras de estilo não são consideradas como desvios da norma, mas sim – como não somente a definição, mas também as frases exemplificativas dão a entender – variantes neutras das frases com sequência natural de palavras (cf. 4.6.5). Uma particularidade da 'sintaxe figurada' de Argote é a introdução do 'idiotismo' como figura de estilo. Se a 'sintaxe simples' e a 'sintaxe figurada' são consideradas igualmente válidas para o português e o latim (esta é, no fim de contas, a pretensão oficial de Argote, através da qual se justifica o seu projeto de uma gramática portuguesa), já o 'idiotismo' é definido como «[...] o modo de fallar da lingua Portugueza particular de tal lingua» (Argote 1725: 258), em oposição explícita ao latim, embora não relativamente às outras línguas românicas:

M. E neste Capitulo, que entendeis pela palavra Idiotismo?

D. Entendo todos os modos, e termos de fallar da lingua Portugueza, que não tem conveniencia, ou semelhança com a Grammatica Latina, ainda que os taes modos de fallar da lingua Portugueza se achem na Grammatica de outras linguas vulgares, assim como na Castelhana, Italiana, &c (Argote 1725: 258; cf. Schäfer 1993a: 288-289).

São exemplos de 'idiotismos' o artigo, as classes de declinação diferentes do latim, a falta de casos («[...] todos os casos tem a terminação de nominativo [...]», Argote 1725: 259) e os verbos reflexivos. «[...] Idiotismos na significação das palavras» (Argote 1725: 272) são palavras usadas em sentido figurado, por exemplo *morrer de riso* = *ter grande vontade de rir*. Também as expressões idiomáticas são tidas por 'idiotismos' (Argote 1725: 273).

No seu conjunto, Argote distingue, portanto, por um lado, uma sintaxe 'universal' regular e uma sintaxe 'universal' dos desvios permitidos,<sup>244</sup> por outro lado, 'idiotismos' típicos de cada língua. O motivo didático subjacente é os alunos aprenderem as regras da sintaxe portuguesa, tanto da simples como da figurada, e depois transpô-las para o latim. Os 'idiotismos', pelo contrário, não devem ser explicados, mas apenas censurados, em caso de necessidade (Argote 1725: 273-275). Os solecismos, ou seja, os desvios não tolerados da norma e do uso gramaticais, não são tratados por Argote.

A definição de Lobato (1770) não se distingue, no essencial, da de Argote, ainda que falte a referência à 'ordem natural':

Syntaxe simplez, ou regular he a composição das partes da oração, ordenada conforme as regras geraes da Grammatica (Lobato 1770: 191-192).

Syntaxe figurada he a composição das partes da oração fóra das regras da Syntaxe simplez, conforme o uso, e estylo da lingua.

Figura da Syntaxe he, quando na oração faltão, sobrão, ou se transpõem palavras (Lobato 1770: 232-233).

Lobato pode prescindir de 'idiotismos' no sentido de Argote, uma vez que só lida com uma única língua e por isso não precisa de abordar as divergências entre o português e o latim. No que toca aos solecismos, Lobato distingue os inadmissíveis (por exemplo, *as aves canta* em vez de *as aves cantam*) e aqueles que só aparentemente parecem ser erróneos, mas que, na realidade, se podem fazer derivar da sintaxe regular:

Ha com tudo huma certa composição de palavras, que parece Solecismo, e na realidade não he viciosa, por ser composição figurada, que se reduz ás regras da Grammatica regular, como veremos no seguinte Livro [*Da Syntaxe figurada*, BSP] (Lobato 1770: 232).

Até aqui tornou-se claro que, para Roboredo, Argote e Lobato, a elipse, antes de mais, não representa nem uma 'figura retórica' para efeitos de adorno nem um 'vício' no sentido de Barros. Isto é válido para quase todas as outras gramáticas, nas quais, quando muito só marginalmente, se estabelece uma relação com a literatura e a retórica: por exemplo, no

<sup>244</sup> Observam-se aqui alguns paralelismos relativamente ao conceito moderno de sistema e de norma, na medida em que a 'sintaxe simples' é considerada sistemática, ao passo que a 'sintaxe figurada' corresponde ao uso real da língua. A diferença importante consiste em que a sintaxe figurada não está integrada na regular, sendo antes considerada como um desvio dela.

*Breve Compendio* de 1786, cuja autora – pela primeira vez – se refere à literatura, mas de resto, como os seus antecessores, só oferece exemplos inventados por ela própria. As *figuras* são para ela, tal como para Barros, uma subdivisão da sintaxe propriamente dita:

CHamamos Sintaxe á Arte que ensina a boa organização destas nove partes da Oração, das quaes se compoem a nossa linguagem; para o que se dão varias regras (Álvares 1786: 34).

CHamamos figuras na Sintaxe algumas irregularidades introduzidas pelos bons escritores, para elegancia de lingoagem, a que costumão dar varios nomes Gregos (Álvares 1786: 38).

Em princípio, os autores que se seguem acrescentam poucas novidades às conceções aqui mencionadas; a distinção entre sintaxe simples e figurada mantém-se em grande parte e, parcialmente, também nas gramáticas influenciadas pela *Grammaire Générale* (Silva 1806; Melo 1818), embora, por exemplo, Beauzée e Condillac integrem a elipse, o hipérbato, etc. nas suas descrições sintáticas.<sup>245</sup>

Barbosa (1807, 1822) leva a cabo esta integração de um modo especial, ao distinguir, tanto na concordância como na regência, entre 'regular' e 'irregular'. Assim, a 'concordância irregular' corresponde à figura da silepse (falta de congruência entre, por exemplo, substantivo e adjetivo), a 'regência regular' à elipse (*vide infra*; Barbosa 1822: 378); Barbosa (1822: 385) faz seguir à discussão da silepse um artigo acerca dos solecismos, que são postos em relação tanto com a concordância como com a regência.

Na maioria dos autores é estabelecida, de uma maneira ou de outra, uma correspondência entre a 'sintaxe simples' e a gramática regular, bem como entre a 'sintaxe figurada' e o uso da língua. É certo que as figuras constituem desvios da sintaxe regular, mas são sancionadas pelo uso (a única exceção é Barros, para quem as figuras representam um desvio do 'comum uso de falar', uma definição que, aliás, não corresponde aos seus

<sup>245</sup> No capítulo «*De la plénitude de la Phrase*», Beauzée (1767, II: 395) trata exaustivamente da elipse e do pleonismo; em «*De l'Ordre de la phrase*» Beauzée (1767, II: 464) ocupa-se do hipérbato (inversão) e da hipálage. Em Condillac (1775: 100), a elipse é definida apenas brevemente, na análise sintática geral, porém é usada como princípio de explicação (Condillac 1775: 124). A inversão faz parte do capítulo «*Des constructions*» (Condillac 1775: 305). As 'figuras' passam, portanto, a fazer parte da sintaxe regular. Acerca do conceito de elipse nas gramáticas francesas do século XVIII, cf. Bartlett (1980).

exemplos). Neste contexto, ao mencionar o Abbé Girard, Melo (1818) invoca o conceito de 'génio da língua' ('*génie de la langue*')

*Das Figuras da Construção*

As *Frases*, em que se-não-observam fielmente as regras geraes da construção do *Discurso* chãmam-se *Frases usuaes*, ou construídas segundo o uso; e consequentemente defeituozas, a pezar de taes *frases* sêrem autorizadas pelo génio da lingua e pelo emprego, que delas fazem os Eruditos [...] (Melo 1818: 250).

Com o *génio da língua*, Melo parece referir-se ao carácter particularista da sintaxe figurada (cf. Christmann 1976: 69: «[...] die besonderen Eigenschaften einer Einzelsprache [...]» [(...) as propriedades particulares de cada língua (...)]. Em geral, Fonseca já tinha mencionado este conceito em 1799 ao falar da sintaxe:

Esta *syntaxe, construcção*, ou *ordem* consiste na união, encadeamento, ou estrutura das palavras, e frases, conforme às leis do uso, e ao genio particular de cada huma das lingoas (Fonseca 1799: 209).<sup>246</sup>

Em relação à universalidade ou à particularidade das partes da sintaxe, na medida em que foram tematizadas, predominam, portanto, várias opiniões. Em Barros (1540), a sintaxe de concordância tem validade universal; em Argote (1725) (implicitamente) tanto toda a 'sintaxe simples', como também a 'sintaxe figurada', com exceção dos 'idiotismos'. Em Melo (e implicitamente também em outros), a sintaxe simples é universal e a sintaxe figurada própria da língua particular. Em Fonseca, toda a sintaxe está submetida ao 'génio das línguas'.

Em vez de ver nas figuras apenas um desvio tolerado da norma, uma série de autores salienta outro aspeto: as figuras, especialmente a elipse, oferecerão uma possibilidade de reconduzir também as construções aparentemente irregulares à 'sintaxe simples'.

<sup>246</sup> No seu prefácio, Silva (1806: VI-VII) usa o conceito com uma conotação positiva: «[...] se basta o estudo de um anno para saberes meyãmente um idioma estrangeiro, quando quizeres saber a lingua patria perfeita, e elegantemente, debes estudar toda a vida, e com muita reflexão os autores Classicos, notando principalmente as analogias peculiares ao genio do nosso idioma». Silva usa, aqui, 'genio' no sentido de d'Olivet (1767: 7), que é citado por Monreal-Wickert (1977: 72): «Distinguons, Messieurs, entre le fond et le génie d'une Langue. Par le fond, j'entens tous les mots qui la composent. Par le génie, j'entends les tours qu'elle m'oblige de prendre pour être intelligible, correct, élégant». O estudo de uma língua estrangeira, mencionado por Silva, corresponderia então ao '*fond*', e a perfeição do idioma materno ao '*génie*'.

O papel especial da elipse é, segundo Padley (1976: 54), uma inovação do século XVI que deriva de Linacre e foi retomada pelo Brocense.<sup>247</sup> Este último dedica à elipse mais de metade do *Liber quartus* da *Minerva*, intitulado «*De figuris constructionis*» (Sánchez de las Brozas 1587: fol. 164r-222r). A elipse, originariamente uma figura de estilo que consiste na omissão de palavras, é usada por Linacre e Sánchez de las Brozas para a explicação de irregularidades sintáticas, ou seja, serve como meio para trazer de volta todos os fenómenos de desvio sintático da '*syntaxis iusta*' à sintaxe regular, completando-os com as palavras que faltam. Sobre o conceito de elipse do Brocense, escreve Padley (1985: 273):

[...] he promotes the doctrine of elliptic suppletion to the status of a necessary component of linguistic theory and description: 'doctrinam supplendi esse valde necessariam'. Those elements to be supplied in an expansion of a given construction are those which are essential to *ratio*, those 'sine quibus Grammaticae ratio constare non potest'. Thus it does indeed seem – and in this he is a forerunner of the Port-Royal *Grammaire générale et raisonnée*<sup>248</sup> – that Sanctius postulates an underlying logical level to language, the demonstration of which is the task of the grammarian.

Influenciado por Sánchez de las Brozas, Roboredo (1619) define a elipse, antes de mais, como figura de estilo e, nomeadamente, como a primeira de todas:

Em qualquer practica se cala elegantemente algũa palavra per figura ellipse: *ut sus Minervam*.<sup>249</sup> Nos infinitivos latinos se calão muitas vezes estes accusativos *Me, te,*

<sup>247</sup> Acerca dos capítulos de Linacre sobre '*syntaxis iusta*' e '*figurata*', escreve Padley (1976: 54): «From a perusal of these sections, it emerges that the *constructio justa* is regarded as the statement in full of utterances only partially actualized in the surface structure exhibited by the *constructio figurata*. Linacre is not alone as an example of sixteenth-century awareness of deep and surface structure, for Despauterius treats e.g. the neuter adjective *triste* standing alone as being semantically equivalent to *tristis res*, and his expansion of *amo* into the logically more complete *sum amans* has already been noted. Linacre is however the only early Humanist to give the matter an extended treatment comparable to, and even surpassing, that of Sanctius».

<sup>248</sup> Acerca da influência do Brocense sobre a *Grammaire Générale*, cf. Brevier-Claramonte (1986: L-LXII).

<sup>249</sup> Dumarsais (1797, V: 19) explica a locução *ne sus Minervam* do seguinte modo: «*Minervam* n'est à l'accusatif, que parce que ceux qui entendent le sens de ce proverbe se rappellent aisément dans l'esprit le verbe *doceat*. Cicéron l'a exprimé (*Cic. acad. I. c. jv*); ainsi le sens est *sus non doceat Minervam*, qu'un cochon, qu'une bête, qu'un ignorant ne s'avise pas de vouloir donner des leçons à Minerve, déesse de la science et des beaux arts».

*Se, Nos, Vos, Se, &* em outros muitos verbos: *ut, Emere malo quam rogare: Lentefestina &c.* (Roboredo 1619: 76).

No seu livro sobre a 'frase' (*vide infra*), em jeito de introdução, «[...] *o conheciẽmto* [sic!; conhecimento], & *uso da figura Ellipse*» (Roboredo 1619: 182) é considerado como a terceira das cinco 'raízes da frase'; podem encontrar-se, aí, vários exemplos tirados da *Minerva*. Assim, faz-se corresponder aos verbos impessoais um sujeito abstrato (o '*nominativus cognatus*', por exemplo, latim *pluvia pluit*<sup>250</sup> ou *taedium taedet*, Sánchez de las Brozas 1587: fol. 166v, Roboredo 1619: 184) para corresponder ao princípio de que não há frase sem sujeito («*Porque dar Oração sem Nominativo, seria artefacto sem principio*», Roboredo 1619: 184; cf. Schäfer 1990: 69).

Em Argote (1725), a elipse é igualmente tratada exaustivamente como 'primeira figura' ao longo do capítulo «*Da Syntaxe figurada, e da primeyra figura*» (Argote 1725: 241-249):

M. E quantas figuras ha na Syntaxe?

D. Muytas, mas todas se reduzem a quatro, ou cinco.

M. Quaes são?

D. *Ellipse*, que quer dizer falta. *Pleonasmo*, que quer dizer superfluidade. *Sillepse*, que quer dizer pensamento; *Hiperbaton*, ã quer dizer perturbação. *Idiotismo*, que quer dizer propriedade (Argote 1725: 242).

Excetuando o 'idiotismo', estas são exatamente as únicas quatro figuras de estilo consideradas pelo Brocense (a outras como antiptose, prolepse, síntese, etc. chama '*monstrosi partus grammaticorum*'; Sánchez de las Brozas 1587: fol. 164r).

Entre as regras de Argote para a elipse, há algumas que já ocorrem em Sánchez de las Brozas e Roboredo («Todas as vezes que o Verbo no modo finito naõ tem nominativo, ha Ellipse. [...] Porque todo o Verbo no modo finito pede antes de si nominativo», Argote 1725: 243-244), mas há também outras que deixam presumir a influência dos autores de Port-Royal (*Nouvelle méthode e Grammaire générale et raisonnée*, cf. Padley 1976: 250), nomeadamente quando faz derivar *O conde governador* de *O conde que é governador* (cf. *Dieu invisible* como *Dieu qui est invisible* em Arnauld / Lancelot 1660: 68) ou no tratamento das orações relativas (cf. Lakoff 1976: 357):

<sup>250</sup> Este exemplo encontra-se já em Linacre (cf. Padley 1976: 54).

D. Quinta regra. Todas as vezes, que a palavra *Que* na Oração he relativo, ha Ellipse.

M. Porque?

D. Porque o relativo ha de concordar em caso com o seu substantivo, e com o relativo *Que* nunca se poem o substantivo, com quem concorda em caso.

M. Dizey exemplo.

D. *Repito as palavras, que lhe disse*. Nesta Oração a palavra *Que* he relativo, e val o mesmo, que o relativo *Qual*, e faltalhe o substantivo *Palavras*, com quem concorda em caso. *Repito as palavras, as quaes palavras lhe disse* (Argote 1725: 245-246).

Também Lobato (1770) atribui à elipse um papel importante, sobretudo no Prefácio, onde censura Argote por não ter feito um uso suficiente dela. Critica, por exemplo, a regra de Argote da 'sintaxe simples' «Os adverbios *Eisaqui*, *Eisalli*, e outros semelhantes tem depois de si nominativo» (Argote 1725: 199). Para Lobato estamos, aqui, perante uma 'oração figurada', uma elipse, em que a palavra *está* deveria ser substituída: «*Eis-aqui está o ladrão*». Pode observar-se aqui o esforço de Lobato no sentido de usar o menor número possível de regras, passando as irregularidades para o plano da 'sintaxe figurada' – mas esta pretensão diz sobretudo respeito ao prefácio, onde se lê o seguinte em relação a Sánchez de las Brozas e aos seus comentadores:

Em todas as linguas he frequentissimo o uso da Ellipse; por quanto os homens amantes da brevidade da locução deixão de dizer as palavras, que já pelo continuo uso de fallar se sobentendem [...] (Lobato 1770: XL).

No texto da «Syntaxe figurada», pelo contrário, Lobato (1770: 233-234) dedica apenas uma página à «Lição II Da *Figura Ellipse*», não mais do que às outras figuras (zeugma, silepse, síntese, etc.), que servem igualmente de explicação para desvios da 'sintaxe simples'.

O próximo autor que concede, novamente, um lugar especial à elipse (se deixarmos de lado a sua frequente primeira posição entre as figuras de estilo) é Barbosa (1807: 156), no seu capítulo «*Regencia Irregular, reduzida á Regular pel'a Ellipse*». Este gramático já não se orienta diretamente pelo Brocense, mas sim pelos autores da *Grammaire Générale* que, por sua vez, se referem a Sánchez de las Brozas.<sup>251</sup> A

<sup>251</sup> Cf. Donzé (1967: 8, 181 e Padley 1976: 252-255). Os Enciclopedistas integram a elipse na sua sintaxe regular, como, por exemplo, Beauzée (1767, II: 395) no capítulo «*De la plénitude de la Phrase*», e Dumarsais (1797, V: 18-19) no artigo da *Encyclopédie* sobre «Construction», onde escreve o seguinte acerca da *ellipse*: «Il faut observer qu'il y a six sortes de figures [ellipse, pléonasme, syllepse, hyperbate, hellénisme, attraction, BSP] qui sont d'un grand usage dans l'espèce de construction

agregação da elipse à regência (cf. 4.6.3) é fundamentada através do facto de cada frase exigir, necessariamente, sujeito, verbo e 'atributo' (cf. 4.6.4), de todas as partes da frase requererem complementos e cada complemento um 'antecedente' a que se refere.

Todas as vezes pois, que falta qualquer destas partes na oração, ha *Ellipse*, ou *Falta*, a qual he huma figura, pela qual se cala alguma palavra, ou palavras necessarias para a integridade grammatical da frase, mas não para sua intelligencia. Digo: *não necessaria para sua intelligencia*: porque toda ellipse, que não he viciosa, anda sempre juncta com os supplementos, que ou a *Rasão*, ou o Uso subministrão ao *Espirito* de quem ouve, ou lê para completar o sentido; e daqui duas sortes de ellipses, humas que tem por fundamento a *Rasão*, e outras o *Uso* (Barbosa 1822: 404).

Elipses da primeira espécie, que assenta na razão, são aquelas em que é deixada de fora uma palavra já anteriormente mencionada (Barbosa 1822: 405). Estas construções são consideradas universais (Barbosa 1822: 406). Diferentes de língua para língua são as «*Das Ellipses, que tem por fundamento o uso, e solecismos do abuso*» (Barbosa 1822: 406). Aqui, as palavras que faltam têm de ser substituídas 'de fóra'. Como exemplos, Barbosa refere adjetivos substantivados (*Os mortaes, Os Christãos* etc.), artigos que não se relacionam com substantivos comuns (por exemplo, *o Brasil = o país do Brasil*; neste caso, aliás, o nome próprio mantém o artigo: *do = de o*), etc. (Barbosa 1822: 406).

Sobre ambas as formas de elipse, escreve Barbosa:

Todas estas syntaxes ellipticas são irregulares. Porém os supplementos, que ou a rasão, ou o uso promptamente subministrão, fazem com que facilmente se reduzão ás mesmas regras de regencia regular, que propuzemos no artigo precedente. De resto as ellipses são naturaes a todos os homens. Porque todos procurão dar ás suas expressões a mesma rapidez do pensamento, que em huma idea vê muitas ao mesmo tempo (Barbosa 1822: 409).<sup>252</sup>

Também Ribeiro (1819) agrega a elipse à regência. Na sua sintaxe, apresenta-a como a única das figuras, todas as outras são tratadas numa retórica separada (Ribeiro 1819: 249-269).

---

dont nous parlons, et auxquelles on peut réduire toutes les autres. I. L'ellipse, c'est-à-dire, manquement, défaut, suppression; ce qui arrive lorsque quelque mot nécessaire pour réduire la phrase à la *construction simple*, n'est pas exprimé; cependant ce mot est la seule cause de la modification d'un autre mot de la phrase».

<sup>252</sup> Os trechos de Barbosa aqui citados encontram-se, em parte, literalmente, em *As duas linguas* (Barbosa 1807: 141-143, 156-161). Em Ferreira (1819: 118-120), há uma exposição semelhante.

Albuquerque (1820) é o único autor que já não recorre a uma 'sintaxe figurada', pois aborda a elipse num subcapítulo da sintaxe geral, inserindo-se assim na tradição, por exemplo, de Beauzée:

Quasi todas as irregularidades que se encontram na construção das frases, ainda bem feitas, nascem da supressão de alguma palavra sacrificada á rapidez da elocução. Esta supressão ou omissão, chama-se *Ellipse*, figura esta que concorre maravilhosamente para fazer a oração concisa e corrente. O ponto aqui he nunca perder de vista que, a esta qualidade da oração, prevalece outra mais essencial, que he a clareza; já que o primeiro dever de quem falla, he dar-se a entender. Quem estiver seguro acertar neste alvo, poderá afoitamente usar della, na certeza de que achará sempre o ouvinte bem disposto, por agradecido do bom conceito que lhe merece a sua penetração (Albuquerque 1820: 125-126).

Deve ser uma característica especificamente portuguesa que a função explicativa da elipse, condicionada pela receção prematura do Brocense, já foi contemplada desde inícios do século XVII.<sup>253</sup> É de presumir que esta tradição terá facilitado a adaptação da teoria da elipse da *Grammaire Générale*<sup>254</sup> – que já se encontra em Argote (1725) – que, por sua vez, remonta ao Brocense, de maneira que as fontes nem sempre se podem determinar com precisão. Por isso, não se pode falar de uma rutura da apresentação. Entre as apresentações de Argote (1725) e de Barbosa (1807, 1822) não há, por exemplo, quaisquer diferenças fundamentais.

---

<sup>253</sup> Segundo Gómez Asencio (1981: 84), Salvá (1830) é, em Espanha, o primeiro autor que dispensa a consideração retórica das figuras de estilo: «Las figuras dejan de ser hechos excepcionales de una lengua, con finalidades estilísticas y constitutivos de una clase especial de sintaxis o de construcción, cercana a la retórica, en la que se coloca aquello que los gramáticos son incapaces de regular, y pasan a convertirse en los motivos de explicación, ahora razonada, de hechos gramaticales superficiales, de algunas aparentes irregularidades y excepciones. Ahora sí estamos cerca del Brocense. La silepsis, por ejemplo, no es ahora el conjunto de casos excepcionales de la concordancia, sino la explicación, la razón de esos casos, que dejan de ser 'excepcionales'; son, en realidad, 'particulares'. La elipsis, el caballo de batalla del gramático de Brozas, es exhaustivamente utilizada, aunque de un modo *ad hoc*, como explicación de hechos gramaticales, irregulares en apariencia, por Salvá y por Bello [...]».

<sup>254</sup> Ao contrário da parte sintática, e apesar da referência explícita dos gramáticos de Port-Royal (cf. 1.4.5), a descrição das partes da oração não revela quaisquer reflexos da *Grammaire Générale*.

### 4.6.3 Concordância e regência

Tal como Nebrija só propõe implicitamente,<sup>255</sup> Barros divide a sintaxe ('sintaxe simples') em duas partes: a 'sintaxe de concordância' e 'de regimento'.<sup>256</sup>

Dvas cousas aqueçem á construíçam: concordância, e regimento. Concordância e hũa cõueniência de duas dições correspõdentes hũa á outra, em numero, em gênero: em caso, pessoa, ou em algũa destas cousas. [...]

Regimento e quando hũa diçãm se construe com outra diuêrsa a ella, per gênero ou per numero caso ou pessoa [...] (Barros 1540: fol. 30v).

Tal como para Nebrija (1980: 204), igualmente para Barros (1540: fol. 30r) os fenómenos da concordância são universais ('naturais'), os da regência, pelo contrário, pertencem às línguas particulares.<sup>257</sup> Ao contrário de Nebrija, Barros alarga a regência também a outras partes da oração além do verbo e do nome, acrescentando ainda outras relações entre palavras para além da regência de caso propriamente dita.<sup>258</sup>

Com poucas exceções, a divisão da 'sintaxe simples' em sintaxe da concordância e sintaxe da regência é mantida durante todo o período aqui

<sup>255</sup> No atinente à congruência, Nebrija (1980: 203) fala de 'concordia τ concierto'. Os capítulos «De la construcción de los verbos después de sí» e «De la construcción de los nombres después de sí» (Nebrija 1980: 207-210) referem-se à regência.

<sup>256</sup> Na divisão entre sintaxe de concordância e sintaxe de regência, pode ter havido influência, por exemplo, de Alexandre de Villedieu ou de Despautério, cf. Chevalier (1968: 84-86). Veja-se também Gómez Asencio (1981: 57).

<sup>257</sup> Em termos precisos, Nebrija (1980: 205) aplica a qualificação «la otra orden τ concordia de las partes de la oración es diversa en cada lenguaje», em primeiro lugar, a 'la orden de las partes de la oración', ou seja, à ordem das palavras. A correlação 'concordância = universal', 'regência = em cada língua' é, mais tarde, também levada a cabo por Arnauld / Lancelot (1660: 142-143).

<sup>258</sup> Por exemplo, no capítulo «Do regimento do Auêrbio» pode ler-se: «O auêrbio, ainda que ñã tem tanta força como o uêrbo e nome em seu regimento, muitas dições se regê delle: e algũs tem estes tres açidentes. Muitas uezes se aiuntam dous em algũa cõiunçã: como, muito ben se fez isto. E com coniuçã se aiuntam dous e tres: como, bem prudente e sagázmente se ouuêram os Romanos contra os Cartaginenses. O segundo acidente e que deseia de se aiuntár ao uêrbo a que dá mais ou menos sinificaçãm: como, muy mál compriste comigo. Terceiro acidente e que algũs tem força de regerem cásos: como, asáz de dinheiro, muito disto, pouco de proueito» (Barros 1540: fols. 32v-33r). Faltam informações deste tipo no capítulo «Do averbio» da parte «Da diçãm», onde só se dão explicações da definição e de *espécia e figura*, bem como exemplos.

estudado.<sup>259</sup> Lobato, por exemplo, define 'sintaxe de concordância' e 'sintaxe de regência' da seguinte maneira:

Syntaxe de concordancia, he a união de duas, ou mais partes da oração, que sendo da mesma, ou diversa especie, convém em alguma cousa (Lobato 1770: 192).

Syntaxe de Regencia he, quando certas partes da oração por força do seu modo de significar regem o nome, e o determinão, para que se ponha neste, ou naquelle caso (Lobato 1770: 193).

A concordância (congruência) é a harmonização das formas de duas palavras ligadas entre si na frase. Lobato dá, como exemplo, a frase *A virtude he formosa*, na qual *virtude* e *formosa* concordam em caso ('nominativo'), número e género.

O conceito de 'sintaxe de regência' assenta no facto de determinadas palavras (verbos, preposições) 'regerem' o caso de outras palavras. Por exemplo, de acordo com Lobato, os verbos exigem um substantivo ou um pronome, no nominativo, que os precede. O genitivo é regido pela preposição *de*, o dativo por *a*, o acusativo por um verbo transitivo ou por uma preposição, o ablativo por preposições (Lobato 1770: 202-208). Só o vocativo é definido semanticamente:

O Vocativo entre os casos do nome serve para significar a pessoa, ou cousa, com que se falla. [exemplo: *Ó Portugal (...)*, BSP] (Lobato 1770: 215).

O conceito de regência assenta na existência de casos que, no tempo de Lobato, se pressupunha também para a língua portuguesa, de modo que cada substantivo acompanhado por *de* vale como genitivo, por *a* como dativo. A 'igualdade das formas' de nominativo e acusativo não constitui problema por também já existir no latim e uma correspondência para o vocativo pode ser arranjada com a combinação de '*ó* + substantivo' (nome próprio).

É verdade que Bacelar (1783a) não desenvolve uma sintaxe própria, mas trata da concordância, por um lado, ao subordiná-la ao 'agente' («*Da Accomodação, ou Concordancia dos Adjuntos com Agente, ou Nominativo*», Bacelar 1783a: 46); por outro, à 'ação' («*Da Accomodação, ou Concordancia d'Acção, ou do Verbo com o Agente, ou Nominativo, e a dos Adjuntos a Acção*», Bacelar 1783a: 99). Na regência («*Da*

<sup>259</sup> As gramáticas espanholas mais antigas até à *GRAE* muitas vezes não abordam a regência ou, como Nebrija, só o fazem implicitamente (cf. Ramajo Caño 1987: 212-215 e Gómez Asencio 1981: 59).

*Accomodação do Accionado, ou do Paciente a Acção, ou ao Verbo, e a dos Adjuntos ao Accionado*», Bacelar 1783a: 105), tal como em toda a apresentação deste autor, também não se torna claro, nem através das frases exemplificativas, se está a referir-se a palavras ou a partes da oração. De qualquer modo, não rejeita o conceito dos casos (que, aliás, também mistura com o das partes da frase, tal como também o faz, por exemplo, Argote (1725), cf. 4.6.5).

Isso acontece pela primeira vez em Fonseca (1799), que explica a regência do seguinte modo:

REGENCIA he a acção, que humas palavras tem sobre outras, e o modo regular de as ajuntar entre si.

Dá se *regencia* todas as vezes que huma palavra restringe, ou determina a significação de outra. A que está antes, rege; e a que está depois, he regida. Exemplo: *A fortuna nunca iguala os desejos dos homens*.

Estas palavras *os desejos* restringem, e determinão a acção do verbo *iguala*, o qual considerado por si só denota huma especie de acção geral, e indeterminada. Da mesma sorte estas palavras *dos homens* são determinadas pelas outras precedentes *os desejos* (Fonseca 1799: 224).

Mesmo sem o conceito de uma flexão formal – a definição de Fonseca refere-se às relações semânticas entre a palavra regente e a regida –, continua a tratar-se aqui da relação entre palavras isoladas.

Sousa (1804) que, como Fonseca, dá uma definição de 'dependência' (correlativa de 'regência'), é o primeiro a usar o conceito de 'complemento' que, em França ('*complément*'), tinha sido introduzido pelo Abbé Girard e por Dumarsais (cf. Chevalier 1968: 699-700), tendo ainda mais divulgação através de Beauzée (Chevalier 1968: 718-721).<sup>260</sup>

Ha duas classes de palavras em dependencia; huma he a daquelas que são sós, e outras daquelas que tambem são seguidas de palavras com que formão huma proposição particular composta de hum Nome, de hum Verbo, e de hum Adjetivo, assim como a proposição principal. Daqui rezultão duas sortes de complementos de huma proposição: hum simples que não consta de mais do que huma palavra; e outro composto que abraça hum grande numero de outras (Sousa 1804: 170).

Como Beauzée (1767, II: 55-56), Sousa utiliza os termos de 'complemento gramatical' ('*complément grammatical*') e 'complemento lógico' ('*complément logique*'), aliás num sentido algo diferente. É certo que

<sup>260</sup> A transição do conceito de '*régime*' para o de '*complément*' é chamada por Jean-Claude Chevalier (1968: 680) como «[...] passage d'une grammaire des formes à une grammaire des sens».

o 'complemento gramatical' é idêntico ao '*complément grammatical*' de Beauzée («[...] le mot qui, dans les langues qui admettent la déclinaison, est assujetti à prendre telle ou telle forme en qualité de Complément [...]», Beauzée 1767, II: 55), mas por 'complementos lógicos' Sousa parece entender apenas as orações relativas referidas ao objeto e não, como Beauzée,<sup>261</sup> o complemento como unidade de sentido, ao contrário da palavra regida. Ao '*complément logique*' de Beauzée corresponde, em Sousa (1804), o 'complemento total':

A reunião do *complemento Gramatical*, com o *complemento Logico*, fórma o complemento total. Por exemplo nesta frase.

*Ataca hum inimigo que te seja mais rebelde.* As palavras em dependencia são: *hum inimigo que te seja mais rebelde* que entrão em dependencia do Verbo *ataca*, e lhe servem tambem de complemento total; mas neste complemento he necessario distinguir a primeira palavra *hum inimigo*, palavra que oferece o objeto do Verbo *ataca* na dependencia absoluta do Verbo: deve seguir todas as regras que exige esta dependencia; e este he o complemento gramatical. As outras palavras são hum complemento deste primeiro que elas determinão: *qual inimigo? hum que te seja mais rebelde*. Elas concordão com ele, e não dependem da palavra de que ele mesmo depende; este he o complemento logico; este complemento que fórma huma proпозиção dentro de outra proпозиção (Sousa 1804: 171).

Mas apesar destas divergências terminológicas relativamente a Beauzée, Sousa retoma na sua essência a importante inovação dos enciclopedistas que consiste em opor o conceito de palavra ao da parte da frase. Numa análise lógica não se trata, como no caso de uma análise gramatical, de relações formais entre palavras, mas sim do levantamento de unidades de sentido sob forma de partes da frase:

A Gramatica só tem respeito ás relações reciprocas que ha entre as palavras de huma proпозиção; ao mesmo tempo que a Logica só atende ao sentido total que resulta da união das palavras: de sorte que se pode dizer que a proпозиção considerada gramaticalmente he a proпозиção da *elocução*; e considerada logicamente he a proпозиção do entendimento, o qual nela não distingue mais do que duas partes, e sómente considera huma como sujeito, e outra como atributo, sem ter respeito a que hum ou outro se exprima por huma ou muitas palavras (Sousa 1804: 171).

Ao contrário de Beauzée, Sousa mantém, por outro lado, a distinção entre sintaxe de concordância e sintaxe de regência ('sintaxe de

<sup>261</sup> «Le Complément entier prend alors le nom de Complément *logique*, parce que c'est l'expression de l'idée totale que la raison (ὁ λόγος) envisage comme le vrai Complément» (Beauzée 1767, II: 55-56).

dependência'), tal como o faz Dumarsais na *Encyclopédie* com a divisão em '*rappports d'identité*' e '*rappports de détermination*' (cf. Monreal-Wickert 1977: 132-133).

Também Silva (1806) permanece fiel a esta divisão. No entanto, para ele a 'regência', no sentido antigo, só é possível nos pronomes que são as únicas palavras que têm casos formais. As relações dos substantivos com outras palavras são descritas por ele da seguinte maneira:

As relações dos nomes, que não tem casos, indicão se pelo lugar, que tem na sentença; ou por preposições, que significão a relação, em que o nome regido, ou o segundo termo de uma relação esta com o seu antecedente só, ou acompanhado de adjectivo, ou verbo (Silva 1806: 88-89).

A totalidade da 'sintaxe de regência' que se refere aos 'nomes que não têm casos', ou seja, aos substantivos, trata da regência das preposições. Aqui, Silva modifica o antigo conceito de regência casual de acordo com a língua objeto, substituindo todos os casos por preposições. Ao contrário de Sousa, mantém-se no plano da ligação de palavras, ainda que se esforce por caracterizar semanticamente as relações representadas por preposições (por exemplo, «*A* indica o *paciente*; e o *termo* da acção; o *lugar para onde algũa coisa se move*; a *que outra está proxima* [...]»; Silva 1806: 94).

Devido à incorporação do latim, a obra *As duas linguas* (Barbosa 1807) representa um caso especial no tratamento da sintaxe de concordância e de regência. No entanto, as definições não são, em princípio, diferentes das da *Grammatica Philosophica* do mesmo autor:

*Concordancia* he a conformidade dos signaes, que o uso instutiuo para indicar as correlações das ideas, com estas mesmas correlações (Barbosa 1822: 370).

*Reger* quer dizer determinar, e demandar alguma couza. E como em todas as linguas ha humas palavras, cuja significação he transitiva, ou relativa, e que por isso requerem se lhes complete para não ficar suspensa; daqui veio dizer-se que, assim como a relação de *Identidade* entre as ideas he o fundamento da syntaxe de concordancia, assim a relação de *Determinação* entre as mesmas he o fundamento da syntaxe de regencia (Barbosa 1822: 392-393).

Tal como Sousa, Barbosa substitui o conceito de 'regência' pelo de 'complemento'. É certo que não se afasta por completo dos casos latinos, mas segue, em princípio, um ponto de partida onomasiológico ao definir cada caso do ponto de vista semântico.

Ora todas estas relações se reduzem geralmente a quatro, correspondentes aos quatro casos Latinos. Porque ou a parte regida está em rasão do *objecto* para a parte regente; e lhe daremos o nome de *Complemento Objectivo*, que corresponde ao

accusativo Latino; ou em rasão de *Termo*, e lhe chamaremos *Complemento Terminativo*, que corresponde em parte ao dativo Latino. Ambos estes completão a significação relativa das partes regentes (Barbosa 1822: 395)

*Complemento objectivo.*

Chama-se assim toda palavra, ou oração, que he o primeiro termo, ou objecto, sobre que se exercita a acção do verbo activo, com a qual se responderia á pergunta *O que?* como quando digo: *Eu amo*; se se me pergunta *O que?* e respondo *a Deus?* este substantivo *Deos* com a preposição *a* he o complemento objectivo do Verbo *Amo* (Barbosa 1822: 396).

Barbosa segue, aqui, *grosso modo*, à fonte francesa de Beauzée (por exemplo, 1767, II: 58-60), que prescinde, aliás, de remissões para os casos latinos e não separa o objeto direto do indireto, como 'objectivo' e 'terminativo', considerando-os antes como '*compléments objectifs primaires*' e '*secondaires*' (Beauzée 1767, II: 59). Barbosa conhece, além dos 'complementos objetivos' e 'terminativos', ainda os 'restritivos' e 'circunstanciais' (Barbosa 1822: 396-404).

Tal como Silva e Barbosa, também Melo (1818), Ferreira (1819) e Ribeiro (1819) falam, em vez de 'regência', antes de 'determinação' e 'dependência', e todos os três usam o conceito de 'complemento'. Ferreira (1819: 120-126) e Ribeiro (1819: 120-127) fazem-no, seguindo de perto a exposição de Barbosa, ao passo que Melo procede no essencial como Silva, considerando a preposição como fundamento da 'dependência'. O 'complemento' deve ser entendido aqui no sentido de 'grupo preposicional':

A relação de dependência d'um vocábulo para com outro expressa-se [...] por uma Preposição; de sorte que o primeiro vocábulo vem a sêr o têrmo antecedente da relação e o segundo o consequente [...] (Melo 1818: 233).

Os 'complementos' podem modificar o sujeito, o verbo ou o 'atributo' da oração. É da seguinte maneira que Melo explica a falta de uma preposição no objeto direto:

[Dependência] de verbo adjétivo *finito* a respeito de substantivo não restrito: *António estuda Gramática*: onde o verbo adjétivo *estuda* não pode expressar completamente a significação de verbo substantivo e de *atributo* sem dependêr do substantivo *Gramática*, cuja relação neste caso não se-expressa claramente; porque, *estuda* é uma expressão abreviada equivalente a *é estudante de*, onde á, como vêmos, a Preposição *de* sem a qual realmente não podia avêr complemento (Melo 1818: 236-237).

Em nota de rodapé, Melo (1818: 236-237) indica que os 'simples Gramáticos' chamariam '*caso*' a palavra *Gramática* como objeto direto da

frase exemplificativa, ao passo que os 'Gramáticos Francêses de maior crédito', pelo contrário, o chamariam '*règime*'. O regime '*direto*' seria o '*objeto*', o regime '*indireto*' o '*térmo*' [itálicos no original].

Nas gramáticas aqui estudadas, a distinção entre 'sintaxe de concordância' e 'sintaxe de regência' manifesta uma notável continuidade. Também os autores que comprovadamente fizeram a receção de Beauzée e Condillac não abandonam esta divisão, procurando antes soluções de compromisso que lhes são facilitadas pela exposição de Dumarsais, cuja terminologia adotam frequentemente.

A relação entre regência e caso deixa de ser estabelecida, pela primeira vez, em 1799. A partir de Sousa (1804), o conceito de complemento entra nas gramáticas, isto é, a descrição formal das ligações das palavras passa a ser substituída por uma perspetiva funcional.<sup>262</sup>

#### 4.6.4 A 'oração'

Kukenheim (1932: 159) caracteriza o conceito de sintaxe das gramáticas do Renascimento do seguinte modo:

Lorsque les grammairiens eurent fini de classer les mots ils ont songé à étudier les *rappports* des formes grammaticales; ces *rappports* vont constituer les lois de la syntaxe.

A palavra é o ponto de relação de todas as partes da gramática (as suas letras para a ortografia, as suas sílabas para a prosódia) e assim a sintaxe também não é entendida, em primeiro lugar, como a análise da frase, mas

<sup>262</sup> Para Portugal, é válido o mesmo que Chevalier (1968: 725) escreve na *conclusion* do seu livro *Histoire de la syntaxe: Naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)*: «Les premiers essais français sont élaborés à la semblance des grammaires latines et, plus généralement, des grammaires des langues anciennes. La Syntaxe n'y a aucune valeur autonome, elle n'est qu'une utilisation (l'usage) de la machinerie des formes, elle n'est qu'un autre aspect de la morphologie ou, si l'on veut, de l'Étymologie; ces rapports mécaniques sont bien marqués par une relation qui est celle de Régime: telle forme en entraîne telle autre, selon une exigence conceptuelle déterminée, déterminée par l'existence du couple en question. A l'autre bout de la chaîne, les collaborateurs de l'Encyclopédie, Du Marsais, surtout, qui explicite les géniales intuitions d'Arnauld; le grammairien part d'ensembles et non plus d'associations mécaniques, ensembles qui sont une formalisation de la pensée visant les formes du langage; le modèle selon lequel nous constituons toute énonciation, c'est la proposition; tout le reste s'en dégage par réduction ou explicitation». A nova perspetiva representada por Dumarsais e Beauzée chegou a Portugal com um atraso de mais de meio século, mas depois teve uma difusão relativamente larga até 1822.

sim como a análise de relações entre palavras. Nestas circunstâncias, em muitas gramáticas deste período falta o conceito de frase, embora já exista em gramáticos da Antiguidade (cf. Ramajo Caño 1987: 47).

Também Barros (1540), como o seu modelo Nebrija na *Gramática castellana* (1492), não recorre ao conceito de frase. Mas já em Roboredo (1619) encontramos uma definição de 'oração', precisamente no âmbito da sua definição de gramática:

Grammatica he arte de fallar, que tem por fim a Oração bem concertada: a qual he hũa coerente disposição de palavras, de que consta, como de partes. Procedese para a Oração per Letras, Syllabas, & Dições, ou Palavras (Roboredo 1619: 64).

Como já se explicou, Roboredo adota aqui o conceito do Brocense (cf. 4.3.2). Além disso, usa o conceito de 'frase', se bem que não no âmbito do capítulo «*Da Composição das cinco partes da Oração, que se faz per Concordia, & Regencia*» (Roboredo 1619: 71; ambas as partes referem-se apenas ao latim) – que, de resto, corresponde ao capítulo normalmente intitulado 'sintaxe' – mas sim numa parte especial («Exemplo latino da frase», cf. 1.2.4). O gramático define 'frase' da seguinte maneira:

*Frase he hum particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunção, & ajuntamento de palavras per certa collocação dellas* (Roboredo 1619: 182).

A 'frase' permanece um conceito pouco claro e não puramente sintático (por exemplo, está incluída nela a 'significação metafórica' das palavras) que parece resultar de considerações didáticas. Na teoria da linguagem de Roboredo, a 'frase' representa o aspeto da gramática relacionado com a língua particular, como oposto do aspeto universal, tal como se manifesta na descrição das partes da oração e também na sintaxe da concordância e da regência. Em Pereira (1672), a '*oratio*' é mencionada no âmbito da '*syntaxis iusta*' (cf. 4.6.2), mas em Argote (1725), pelo contrário, falta o conceito de frase, o que causa estranheza face à extensa parte sintática da sua obra e considerando que presumivelmente terá conhecido não só a obra de Sánchez de las Brozas, mas também as dos primeiros autores da *Grammaire Générale*.

Ao definir a 'oração', Lobato (1770) alude, pela primeira vez, ao conceito de frase de Port-Royal:

A oração he certa composição de palavras, com que de huma cousa se affirma, ou nega outra (Lobato 1770: 191).

Em princípio, a 'oração' corresponde aqui à '*proposition*' da *Grammaire Générale*, mas falta a relação com o juízo lógico.<sup>263</sup> Lobato também não leva a cabo qualquer tentativa de integrar a 'oração' na sua descrição da sintaxe, que se ocupa das relações de concordância e de regência entre palavras.

Isto acontece pela primeira vez, em Fonseca (1799). A concordância e a regência são, para ele, necessárias para a 'recta composição da oração', mas também aqui não é estabelecida nenhuma relação com a lógica:

Por tanto sempre que o contexto das taes palavras formar oração, isto he algum sentido, com que de huma cousa se affirma, ou nega outra, para que seja recta a composição das partes da dita oração, convem saber em cada huma dellas, a *concordancia*, e *regencia*, que lhe compete (Fonseca 1799: 210).

A noção de a frase ser a expressão de um 'juízo' encontra-se a partir de Sousa (1804):

Depois de conhecer todas as especies de palavras que servem de exprimir as nossas idéas, os nossos pensamentos e os nossos discursos, deve saber-se o arranjo e ordem que elas devem ter na mesma expressão. Isto he o que ensina a *Sintaxe*, porque sintaxe he huma palavra Grega, a qual significa o mesmo que a Portugueza *Composição*.

A união que em nosso espirito fazemos de certas idéas que entre si tem alguma relação chama-se juizo ou pensamento; e a união de certas palavras que exprimem hum juizo, ou hum pensamento chama-se *Proposição*. O juizo he hum acto simples

<sup>263</sup> «Le jugement que nous faisons des choses, comme quand je dis; *la terre est ronde*, s'appelle PROPOSITION; & ainsi toute proposition enferme necessairement deux termes: l'un appellé *sujet*, qui est ce dont on affirme, comme *terre*; & l'autre appellé *attribut*, qui est ce qu'on affirme, comme *ronde*; & de plus la liaison entre ces deux termes, *est*» (Arnauld / Lancelot 1660: 28-29). Para Beauzée (1767, II: 6), o *jugement* é «[...] la perception de l'existence intellectuelle d'un sujet sous telle relation à telle manière d'être [...]», e a proposição consiste em apenas duas partes, o sujeito e o atributo, isto é, o verbo faz parte do atributo (Beauzée 1767, II: 8-9). Condillac (1775: 102) procede, por sua vez, a uma tripartição: «Puisqu'une proposition est l'expression d'un jugement, elle doit être composée de trois mots, ensorte que deux soient les signes des deux idées que l'on compare, & que le troisieme soit le signe de l'opération de l'esprit, lorsque nous jugeons du rapport de ces deux idées». Em Destutt de Tracy (1803, II: 71-72), a proposição, como em Beauzée, consiste em sujeito e 'attribut': «Il faut donc absolument, pour former une proposition, un sujet et un attribut, un nom et un verbe; et il ne faut que cela: et même à la rigueur il ne faut avec un sujet que le verbe *être*, que l'adjectif *étant*, qui est le seul véritable *attributif*, et qui seul communique cette propriété aux autres. Tout le reste du discours n'est que des accessoires de sujets ou d'attributs».

do espirito: Proposição he a expressão deste mesmo acto por meio das palavras (Sousa 1804: 155-156).

Tal como, por exemplo, na gramática de Port-Royal e em Condillac, neste autor o 'juízo' consiste em três partes: sujeito, 'atributo' e 'hum nexa que os une'. A estes correspondem na proposição o nome, por vezes com o artigo (como expressão do sujeito), o adjetivo (como expressão do atributo) e o verbo (como ligação entre ambos).

Numa nota de rodapé, Sousa salienta que 'proposição' seria o termo dos gramáticos modernos, 'oração' o dos 'antigos'. De 'oração', a '*oratio*' de Prisciano e de Sánchez de las Brozas (cf. 4.3.2), já tinham falado Lobato e Fonseca, 'proposição' é, sem dúvida, uma adaptação do francês '*proposition*'. No período que se segue, ambas as expressões serão usadas sinonimamente («[...] *Oração*, ou *Proposição* (pois tudo quer dizer o mesmo [...])», Barbosa 1807: 133).

No *Compendio* (1804), a 'oração' é definida como «[...] a união de certas palavras entre si para afirmar, ou negar huma cousa de outra [...]» (*Compendio* 1804: 126). Aqui, porém, não consiste em sujeito, 'atributo' e nexa, mas sim, como em Bacelar (1783a) (que, aliás, não usa o conceito de 'oração'), em 'agente', 'acção' e 'paciente', o que corresponde à divisão em sujeito, predicado e objeto em construções transitivas (exemplo: na frase *os homens comprão pão*, *homens* é o *agente*, *comprão* a 'acção', o verbo, e *pão* o 'paciente'; o artigo não é tomado em conta). A 'oração' assim definida não é relacionada com qualquer fundamento lógico.

Em Silva (1806: 82), não se fala de 'oração' nem de 'proposição', mas sim de 'sentença'.<sup>264</sup> A sua apresentação é digna de nota, na medida em que é feita uma distinção nítida entre as palavras e as partes da frase:

1. DA boa composição das partes da oração entre si resulta a *sentença*, ou sentido perfeito, com que nos fazemos entender, falando com palavras.

2. Todas as sentenças se reduzem a declarar o que *julgamos* das coisas: v.g. *este pomo é doce*; *João é virtuoso*: ou aquillo que queremos, que as pessoas ou coisas sejam, fação, ou sofram: v.g. *Filho sê estudioso*; *trabalha*; *sófre-te com os trabalhos*; *está-me a tento*.

3. Nestas são notaveis: 1.º O *Sujeito*, de quem se afirma, o qual deve ser um nome só, ou modificado por articulares, e attributivos: v.g. "*este homem virtuoso* foi infeliz: » ou por nomes com preposições: v.g. "*O templo de Deus* é lugar santo: » de *Deus* modifica a *o templo*, e determina aquelle de que falamos, que é o de Deus verdadeiro.

<sup>264</sup> O termo 'sentença' poderá ser uma adaptação da '*sententia*' ('sentido perfeito') de Prisciano, mas talvez possa provir também da '*sentence*' do original inglês do *Hermes* de Harris (cf. Joly 1972: 59) ou de outra fonte inglesa.

4. 2.º O *Attributo*, que se declara por adjectivos attributivos; v.g. *infeliz*: outras vezes por nomes com preposições; v.g. “Pedro é *sujeito de verdade, de honra*; » por *verdadeiro, honrado*: ou “é *homem sem honra*. »

5. 3.º O *Verbo*, que affirma, e ajunta os attributos aos sujeitos; ou exprime a vontade, e mando: v.g. “Tu és amante; *sê amante*:» o qual verbo muitas vezes é uma só palavra, v.g. *amas* (por *és amante*); *ama tu* (por *sê amante*); faz uma sentença perfeita (Silva 1806: 83).

A opinião de que a frase pode ser ou expressão de um juízo ou de um desejo deriva presumivelmente de Harris.<sup>265</sup>

Barbosa (1807) compartilha a posição de Silva acerca da tripartição da 'oração',<sup>266</sup> afastando-se, porém, de forma menos coerente, da ideia de uma única palavra (substantivo, '*verbum substantivum*', adjectivo) corresponder a cada uma das três partes. Por exemplo, define o sujeito do seguinte modo:

O Subjeito he a idea, e termo principal da Proposição, ao qual todos os mais se referem. Elle he sempre, ou hum nome Substantivo, quer proprio sem artigo, *Pedro he homem* (Petrus est homo); quer appellativo com elle, *O homem he mortal* (Homo est mortalis); ou qualquer parte da Oração substantivada; quer seja adjectivo, *O honesto, e O util* (Honestum atque utile); quer hum Verbo, *O Saber he o principio de bem escrever* (Scribendi recte sapere est principium); quer huma Preposição *O pro, e Contra* (Illud pro, et contra); quer hum Adverbio *O como, e o quando não se sabe* (Quomodo, quandove latet); quer enfim huma Conjuncção, *Aquelle senão* (Illud nisi) (Barbosa 1807: 133).

<sup>265</sup> Ao invocar Aristóteles, Harris (1796: 14-15) distingue duas classes de '*facultés de l'âme*': '*perception*' e '*volonté*' e afirma mais adiante: «Si donc les facultés actives de l'ame ne sont pas autres que les deux dont nous venons de parler, et s'il est vrai que tout discours est l'exercice de ces facultés, il s'ensuit que tout discours sera ou une *affirmation*, ou l'expression d'un acte de la *volonté*. Ainsi, en les rapportant toutes à ces deux classes, nous avons trouvé le moyen d'en réduire le nombre illimité» (Harris 1796: 16).

Veja-se também o texto original inglês em Harris (1751: 17): «If then the *Soul's leading Powers* be the two above mention'd, and and it be true that *all Speech is a publication of these Powers*, it will follow that EVERY SENTENCE OF ASSERTION BE EITHER A SENTENCE OF ASSERTION, OR A SENTENCE OF VOLITION. And thus, by referring all of them to one of these two classes, have we found an expedient to reduce their infinitude».

<sup>266</sup> «A *Oração*, ou *Proposição* (pois tndo [sic!] quer dizer o mesmo) he qualquer juizo do entendimento expressado com palavras. [...] Toda oração tem necessariamente tres termos: hum, que exprime a pessoa, ou couza, da qual se enuncia alguma couza: outro que exprime a couza, que se enuncia: e o terceiro, que exprime, e enuncia a coexistencia, e identidade de huma couza e outra. O primeiro termo chama-se *Subjeito*, o segundo *Attributo*, e o terceiro *Verbo*» (Barbosa 1807: 133).

Mais adiante, também se fala, é certo, de sujeitos complexos e de *atributos* ('modificados per varios accesorios'; Barbosa 1807: 134), mas Barbosa certamente deve ser entendido aqui no sentido de considerar os atributos de genitivo, adjetivos, etc. como complementos do sujeito propriamente dito, do substantivo, e do 'atributo', o adjetivo.<sup>267</sup>

Melo (1818) usa o mesmo conceito de 'oração' que Silva e Sousa (expressão tripartida de um juízo).<sup>268</sup> Tal como para Silva, também para este autor 'sujeito' e 'atributo' são autênticas partes da frase, às quais não corresponde uma única palavra.

Ferreira (1819) oferece uma descrição pormenorizada da 'oração ou proposição' que, em grande parte, é certo, é influenciada por Beauzée (cujas frases exemplificativas traduz, em parte, literalmente<sup>269</sup>), mas na qual, ao contrário de Beauzée, mantém a tripartição de juízo e proposição.<sup>270</sup> Neste autor, e tal como em Beauzée, 'sujeito' e 'atributo' são partes da frase que podem ser simples ou complexas. Com a inclusão do objeto direto, o conceito de 'atributo' distingue-se claramente do de Silva (1806):

2.º O Sujeito he *incomplexo* quando he exprimido por huma só palavra, como: *João he sabio; os homens são mortaes.*

He *complexo* o Sujeito quando a palavra que o exprime he acompanhada de algum accessorio, que seja seu complemento explicativo ou determinativo, como: *Os livros uteis são raros; o estudo da lingua materna he indispensavel.* Onde o

<sup>267</sup> Para a distinção de sujeito e atributo em 'simple' e 'composé', bem como 'incomplexe' e 'complexe', há um modelo em Beauzée (1767, II: 10). Condillac (1775: 103) distingue entre 'proposition simple' («[...] l'expression d'un jugement unique [...]») e *proposition composée* («[...] l'expression abrégée de plusieurs jugements [...]»). O seu ponto de referência é antes a proposição na sua totalidade, do que as partes da frase individuais.

<sup>268</sup> «A Frase, Oração ou expressão figurada d'um juizo [...], bem como ela consta de três elementos a sabêr: *sujeito, verbo e atributo*» (Melo 1818: 238). É invulgar a distinção de *oração* ('expressão d'um juizo pela fala') e *frase*, ('expressão de um juizo pela escrita') (Melo 1818: 239).

<sup>269</sup> «[...] a fé, a esperança, e a caridade, são tres virtudes theologaes» (Ferreira 1819: 114); «LA FOI, L'ESPÉRANCE, & LA CHARITÉ sont trois vertus théologiques» (Beauzée 1767, II: 11).

<sup>270</sup> «Oração ou Proposição he hum juizo expressado por palavras, donde se segue que qualquer discurso he hum juizo, ou huma serie delles, e por conseguinte, huma Oração, ou huma serie dellas.

Toda a *Oração* se compõem precisamente de tres termos, a saber: 1.º o que exprime a pessoa, ou cousa de que se enuncia alguma qualidade: 2.º o que exprime essa qualidade que se enuncia: 3.º o que exprime a identidade ou nexo que ha entre a pessoa ou cousa, e a qualidade» (Ferreira 1819: 114).

mesmo *livro* he modificado pelo adjectivo *uteis*, que lhe restringe a extensão; e o nome *estudo*, pelo complemento determinativo, *da lingua materna*.

O *Attributo* he *incomplexo* quando a relação do *Sujeito* com o modo da sua existencia he exprimida por huma só palavra, quer esta existencia intellectual seja exprimida ao mesmo tempo, quer seja enunciada separadamente, como: *Eu leio; eu estou lendo*.

He *complexo* o *Attributo* quando a palavra que exprime a relação do *Sujeito* com o modo da sua existencia, he acompanhada de algumas palavras accessorias que lhe modifiquem a significação, como: *Leio com atenção os melhores livros; estou lendo as tuas cartas*: Os *Attributos* destas duas *Proposições* são complexos, porque em cada hum delles a palavra principal he acompanhada de outras que lhe modifiquem a significação (Ferreira 1819: 115-116).

Na sua *Theoria do Discurso* (1819), Ribeiro não trata da frase na *Grammatica*, mas na *Ideologia*, e não como 'proposição', mas somente como 'juízo'. Segue nesta abordagem, bastante de perto, o modelo de Destutt de Tracy e propaga, também de acordo com Beauzée, mas ao contrário dos autores portugueses até agora mencionados, uma bipartição do juízo em *sujeito* e '*atributo*', ou seja, postula que o verbo pertence ao '*atributo*' (cf. Destutt de Tracy 1804, I: 60-65; cf. Schäfer 1991: 105):

Assim o *Juizo* não póde constar de mais de duas idéas distinctas: aquella, á qual a outra modifica, chama-se *Sujeito*; e á modificante *predicado*, ou *attributo*. O *verbo*, que se encontra na fôrma externa dos *Juizos*, faz parte do *attributo*, e com elle fôrma hum só termo; porque sendo o *Juizo* hum modo sentido de huma sensação [...] este modo sentido vem a ser o *attributo*, o qual não póde ser expresso senão pelo *verbo*, e a qualidade, por ser o *verbo* a unica palavra que declara existencia; e por esta razão a qualidade separada do *verbo* se denomina *attributo incompleto* (Ribeiro 1819: 9-10).

Como em Destutt de Tracy, *sujeito* e *objeto* são claramente entendidos como partes da frase, e também na parte sintática da sua *Grammatica* Ribeiro chega a referir-se a *sujeito* e '*atributo*' (por exemplo, Ribeiro 1819: 124).

A apresentação da *Grammatica Philosophica* de Barbosa (1822: 363-366) corresponde em todos os pontos à de *As duas linguas*.

As primeiras gramáticas em princípio só conhecem a palavra como *objeto de estudo*, de forma isolada ou relacionada com outras. Embora o conceito de frase ('oração') esteja presente desde Roboredo (1619), isto não se reflete inicialmente, nas partes dedicadas à sintaxe. Em Lobato (1770) faz-se, pela primeira vez, uma alusão ao conceito de frase da *Grammaire Générale*, a partir de Sousa (1804) este é inserido num contexto lógico. Apesar da presença visível de Beauzée nas partes sintáticas de várias gramáticas, é digno de nota aqui que a sua bipartição

da proposição não é levada a cabo em parte alguma. No único autor com uma bipartição (Ribeiro 1819), o modelo subjacente não é Beauzée, mas sim Destutt de Tracy.

#### 4.6.5 'Ordem natural' e 'construção'

O conceito de uma ordem natural das palavras (sujeito, predicado, objeto) já se encontra em autores da Antiguidade, como Quintiliano (cf. Padley 1985: 311). Posteriormente, na Idade Média, os escolásticos distinguem entre '*ordo naturalis*' e '*ordo artificialis*' (cf. Monreal-Wickert 1977: 99) e muitos gramáticos renascentistas adotam esta tradição.

É este o caso de Nebrija e, com ele, Barros (1540) que, se bem que use o conceito, dispensa oferecer uma explicação (cf. 4.6.3). Roboredo (1619) intitula a sua exposição acerca da '*ordo naturalis*' no latim como «Tres regras da collocação rhetorica» (Roboredo 1619: 203):

*As palavras da Oração do Grammatico põi o Rhetorico em sitio quasi opposto.*<sup>271</sup>  
*Porque o Grammatico segue a ordem natural, que mostram os numeros, que vão sobre as sentenças da segunda parte deste Methodo. Porem o Rhetorico, como pretende enfeitar essa oração, collôca as palavras no sitio, que melhor armonia faz aa orelha: & nesta armonia consiste seu elegante ornamento, hora alongando, hora abbreviando, hora levando as palavras fora de sua propria significação* (Roboredo 1619: 203).

Todas as frases 'regulares' (por exemplo, *Virtus occupavit animam*) são atribuídas ao gramático, e ao retórico as 'aberrantes' (*Animam Virtus occupavit*) (Roboredo 1619: 203). As variantes retóricas, porém, não são postas em relação com as figuras de estilo.

Em Argote (1725), as coisas passam-se de outro modo: neste autor, a 'sintaxe simples' diz respeito, *per definitionem*, às regras da 'ordem natural', e a 'sintaxe figurada' às sequências de palavras que vão contra a 'ordem natural' (cf. 4.6.2). Além do nome e do verbo, Argote considera entre as componentes de uma frase de ordem natural também o artigo, a que, por outro lado, não atribui o estatuto de parte da oração própria. Relativamente ao nome, não distingue entre o substantivo e o adjetivo, mas sim entre o nominativo e os casos oblíquos:

<sup>271</sup> Nesta frase, o próprio Roboredo segue a 'ordem das palavras dos retóricos'.

M. E qual he a ordem natural das palavras?

D. He que o artigo esteja antes do nome, o nominativo antes do verbo, o caso do Verbo depois do Verbo, que o adjectivo tenha o seu substantivo, &c (Argote 1725: 185).

Apesar da subordinação da 'ordem natural' à sintaxe figurada – que não corresponde à sua definição na medida em que, além de tratar de algumas figuras como o hipérbato, não se ocupa da ordem de palavras –, a sequência das palavras não é submetida a nenhuma verdadeira contemplação estilística em Argote. No par de frases *Pedro ama a seu pai / Ama Pedro a seu pai* (Argote 1725: 185), o desvio da 'ordem natural' não serve, por exemplo, de ornamento retórico ou coisa semelhante, mas representa simplesmente uma variante sintática que não é explicada com mais pormenor. Até a figura de 'estilo' do hipérbato («He estarem as palavras na Oração fóra do lugar natural, e confusas, a saber, estar o Verbo antes do seu nominativo, ou depois do seu caso, &c.»; Argote 1725: 255) parece não ser entendida como meio retórico ou literário, como revelam as frases exemplificativas do tipo *A Pedro amo eu* (em lugar de *Eu amo a Pedro*) ou *Pedro se matou* (em vez de *Pedro matou-se*).

Noutro contexto, Argote regressa à ordem natural de palavras, nomeadamente ao descrever os 'dialetos de profissão', em que (de modo diferente do que esta designação deixa supor) distingue entre o 'dialeto prosaico' e o 'dialeto poético' (Argote 1725: 297). Para além da seleção vocabular, esta distinção também se manifesta na sintaxe: à pergunta do *Mestre* «E porque differe [o dialecto poetico, BSP] na ordem das palavras?» o *Discipulo* responde:

M. E porque differe na ordem das palavras?

D. Porque o Dialecto da prosa sempre conserva a ordem natural das palavras, segundo deyxamos dito na Syntaxe. Porém o Dialecto Poetico muytas vezes não conserva a tal ordem, antes usa da figura Hyperbaton, e Synchisis, que explicamos no Capitulo quarto da Syntaxe figurada (Argote 1725: 298).

No capítulo «*Da Construção da lingua Portugueza*» (Argote 1725: 301, fora da parte sintática), os 'dialetos de profissão' são integrados num conceito didático. Com efeito, Argote define a 'construção' como a tradução de um dialeto ou de uma língua para a outra. A tradução latim-português é equiparada à 'tradução' do português poético (latinizado na sintaxe) para o português prosaico. A intenção subjacente consiste em chamar a atenção do principiante do latim para as semelhanças entre o português e o latim (Argote 1725: 309) ou, dito de outra maneira, em confrontá-lo, primeiro, com textos, cuja transposição para a língua portuguesa corrente é bastante

fácil, mas oferecendo, relativamente ao método, uma preparação para poder traduzir do latim. Através de um exemplo como *Aureos tributava às Regias plantas / Do Augusto Joseph votos*, que é transposto para *Oferecia peças de ouro aos pes Reaes do Augusto Joseph* (Argote 1725: 308), pode, ao mesmo tempo, constatar-se que a '*ordo naturalis*', na prática, é menos uma ordem de palavras do que uma ordem de partes da oração.

Em Lobato (1770), a '*ordem natural*', tal como em Argote, é tratada no contexto da figura de estilo hipérbato:

Hyperbaton se usa, quando na oração se não guarda a ordem natural das palavras (Lobato 1770: 242).

Também para Lobato, não se trata aqui, realmente, como no caso de todas as figuras de estilo, do seu aspeto estilístico. O gramático parece igualmente não entender o hipérbato como variante admissível da '*ordem natural*', mas antes como desvio: o exemplo *A quinta de Pedro comprou Paulo* em vez de *Paulo comprou a quinta de Pedro* (Lobato 1770: 242) é claramente agramatical. Associado ao hipérbato, o conceito de '*ordem natural*' ou '*ordem gramatical*' ocorre ainda noutras gramáticas, como em Álvares (1786: 41-43), Casimiro (1792: 67-68), Fonseca (1799: 273), no *Compendio* (1804: 138), em Silva (1806: 112), Casimiro (1811: 178) e Batista (1816: 59). Em nenhum destes casos se trata de considerações de natureza estilística, no sentido próprio do termo.

Em Sousa (1804), a ordem de palavras é tratada, pela primeira vez, num capítulo próprio, em que está também incluída a sintaxe de concordância e de regência:

As regras da sintaxe que ensinão a unir as palavras que essencialmente concorrem á expressão de hum pensamento, chamão-se regras de *Concordancia*; as que ensinão a unir a cada huma destas palavras essenciaes, outras que servem de as determinar e esclarecer, chamão-se regras de *Dependencia*; as regras que ensinão o lugar que cada palavra deve ocupar na expressão, chamão-se regras de *Construção*, porque por meio delas se constrõe, e ordena o edificio da Expressão (Sousa 1804: 157).

Sousa define a '*construção*' do seguinte modo:

Este arrançamento e ordem que deve haver entre as partes essenciaes de huma propozição, e entre as que lhes são subordinadas, he o que os Gramaticos chamão *Construção*, porque o seu objeto he de ensinar a construir, edificar e ordenar o edificio da expressão dos nossos pensamentos por meio de palavras (Sousa 1804: 174).

Sousa acrescenta que esta parte da gramática teria sido muito negligenciada no passado ('desprezada em extremo'; Sousa 1804: 174), até Beauzée, Condillac e Court de Gébelin terem estabelecido regras de construção para o francês (Sousa 1804: 175). Estes gramáticos teriam contemplado a construção como sendo diferente da sintaxe;<sup>272</sup> ele, Sousa, porém, via estes dois domínios como estando tão intimamente ligados que decidira tratá-los num capítulo próprio (ou seja, a sintaxe de concordância e de regência, de um lado, e a construção do outro) (Sousa 1804: 175).

Opina o gramático que o conhecimento da ordem de palavras seria especialmente importante para uma língua como a portuguesa, por nela já não haver desinências casuais que pudessem distinguir o sujeito do objeto, e por os verbos portugueses precisarem de ser completados por pronomes,<sup>273</sup> conjunções e advérbios. As 'regras de construção' estão relacionadas com o 'uso' e o 'genio particular da Lingua Portuguesa' (Sousa 1804: 175-176).

Barbosa (1807) consuma então a diferenciação entre sintaxe e construção, pretendida pelos autores da *Grammaire Générale* e já recusada por Sousa:

*Syntaxe*, e *Construcção* são cousas diferentes. *Syntaxe* quer dizer *Coordenação*, e chama-se assim esta parte da Grammatica, que ensina a fazer huma Oração das

<sup>272</sup> Aqui, Sousa está equivocado em relação a Beauzée, uma vez que este autor critica justamente esta opinião em Dumarsais (cf. Monreal-Wickert 1977: 124-125). Dumarsais, no seu artigo para a *Encyclopédie*, intitulado *Construction*, divide a sintaxe da construção. «*Syntaxe* ist das grammatische Äquivalent zu den philosophisch gemeinten *liaisons des idées* Condillacs. *Construction* ist die tatsächliche sprachliche Realisierung der *syntaxe*» (Monreal-Wickert 1977: 124).

[A '*syntaxe*' é o equivalente gramatical das '*liaisons des idées*' de Condillac, entendidas em sentido filosófico. A '*construction*' é a realização linguística concreta da '*syntaxe*'].

Beauzée não considera a ordem de palavras como alternativa da sintaxe, mas sim como parte dela. No capítulo «*De l'Ordre de la phrase*» da *Grammaire générale*, Beauzée (1767, II: 464-566) expõe a sua teoria da '*ordre analytique*', da análise lógica do pensamento indivisível através da sequência segundo a ordem natural das palavras (Beauzée 1767, II: 466-467). Condillac (1775: 306-307) rejeita esta concepção; na sua opinião, a ordem de palavras limita-se ao plano puramente linguístico, sendo consideradas como igualmente naturais tanto a sequência direta como a inversa.

<sup>273</sup> A não ser que tivesse em mente os pronomes objeto e reflexivos, Sousa (1804: 175) parece referir-se mais ao francês do que ao português ao escrever o seguinte: «E pelo que respeita aos Verbos, ha na Lingua Portuguesa necessidade de acompanhar sem cessar com pronomes as diferentes terminações dos mesmos, para fazer conhecer as suas relações de pessoas, de numero, e de genero [...]».

partes elementares do discurso, ordenando-as segundo as relações, ou de *Identidade*, e *Conveniencia*, ou de *Determinação*, e *Dependencia*, em que as suas ideas estão humas para as outras.

A *Construcção* porem he a collocação, e ordem local das mesmas palavras, authorizada pelo uzo, a qual com a mesma Syntaxe pode ser, ou *Direita*, ou *Invertida*. Per exemplo nestas duas Orações: *Alexandre venceo a Dario*, (Alexander vicit Darium), e *A Dario venceo Alexandre* (Darium vicit Alexander) as Construcções são contrarias; porem a Syntaxe he a mesma (Barbosa 1807: 132).

Na 'construcção', Barbosa distingue entre 'direita' e 'invertida':

*Construcção* he a collocação das palavras dentro da Oração sem mudar sua syntaxe. Ella he de dous modos, ou *Direita*, ou *Invertida*.

A *Direita* he aquella, em que as palavras seguem a mesma ordem da sua syntaxe, referindo-se cada huma successivamente áquella, que lhe precede immediatamente, de sorte que o sentido nunca fica suspenso; antes se vai percebendo á medida que se vai ouvindo, ou lendo.

A *Invertida* pelo contrario he aquella, em que se muda a ordem da Syntaxe, e as palavras, e orações, ou regidas ou subordinadas, vão primeiro que as que as regem, ou subordinão, de sorte que o sentido fica suspenso (Barbosa 1807: 161).

Na descrição da 'construcção invertida', Barbosa não segue nem Dumarsais nem Beauzée, mas sim Condillac, ao escrever o seguinte acerca de sete modos de uso necessários da inversão:

Portanto, se as Inversões se fazem tam necessarias como estes sete fins, para que se procurão; não podem ellas deixar de ser tam *Naturaes*, como as Construcções Direitas. E certo, humas e outras se conformão igualmente com o seu prototypo natural, que he o painel do pensamento. Neste não há successão nas ideas relativas, ligação sim: Ora as ideas ficão igualmente ligadas na Construcção Invertida, como na Direita. Quer eu diga *Tam ardua empreza*, quer *Empreza tam ardua*; o adjectivo tanto liga, posto antes, como depois.

As Inversões que não são naturaes, são as que perturbão as relações da Syntaxe, tanto na Concordancia, como de Regencia, e causão equívoco na frase, não só quanto ao sentido, mas ainda quanto á sua construcção, susceptível per si de dous (Barbosa 1807: 165).

Barbosa parte de uma teoria sintática que contém simultaneamente traços característicos de Dumarsais, Beauzée e Condillac, mas também das gramáticas convencionais. Procede a uma distinção entre syntaxe (syntaxe convencional de concordância e regência) e construcção, em que a primeira diz respeito à relação entre as palavras e, sem implicações

filosóficas, corresponde à '*syntaxe*' de Dumarsais, a última à sua '*construction*', mas que é entendida no sentido de Condillac.<sup>274</sup>

Para Aragão (1812), a '*construção*' parece possuir, de novo, o significado que lhe dá Argote (1725) ('*tradução*') e põe a seu lado exclusivamente uma '*sintaxe de regência*'. O seu conceito, porém, fica pouco claro por falta de explicações mais pormenorizadas:

*Nota 2.<sup>a</sup> A' Syntaxe, chamada de Regencia, ou Analyse reduziremos os nossos exercicios; pois a que chamão de Construcção, Traducção, ou Intérprete, pertence á Hermeneutica Grammatical; esfinge de altissimo segredo, que deixámos a talentos mais elevados (Aragão 1812: 8).*

Melo (1818) trata da sequência de palavras no capítulo «Da Fráse», a que se seguem os da *sintaxe da concordância e da regência*, procedendo, portanto, à mesma divisão feita por Sousa. A sua definição nada de original contém:

Quando na construção d'uma Frase se-colocam os seus elementos, pondo-se o sujeito em primeiro lugar, o *verbo* em segundo e o *atributo* em terceiro, chama-se *direta* esta *colocação*; e *indireta* aquela, que se emprega diferentemente desta: assim, *Deos é justo* e *António estuda Gramática Portuguesa*: são Frases diretas ou construídas na ordem direta: e *Deos justo é, António Gramática Portuguesa estuda* são Frases indiretas ou construídas n'uma ordem indireta (Melo 1818: 240-241).

Tal como Barbosa (e presumivelmente segundo o modelo deste), Ferreira (1819) leva a cabo a diferenciação entre *sintaxe* e *construção*:

A *Syntaxe* prescreve as formas que as palavras devem tomar, e as funções que tem a preencher, segundo o modo porque forem empregadas no discurso.

A *Construcção* lhes designa depois, conforme a sua *Syntaxe*, o lugar que devem ocupar respectivamente umas ás outras (Ferreira 1819: 113).

Semelhantemente, Ferreira segue Barbosa (1807) ao distinguir '*construção direita*' e '*invertida*' (Ferreira 1819: 128), e também Ribeiro (1819) se mantém fiel à divisão feita pelo gramático coimbrão. O capítulo

<sup>274</sup> «L'inversion n'est donc pas comme ils [les grammairiens, BSP] le disent, un ordre contraire à l'ordre naturel, mais seulement un ordre différent de l'ordre direct; & les constructions directes & renversées sont également naturelles» (Condillac 1775: 306). Em Dumarsais (1797, V: 16) lê-se, pelo contrário: «La *construction figurée* est donc celle où l'ordre et le procédé de l'analyse énonciative ne sont pas suivis, quoiqu'ils doivent toujours être apperçus, rectifiés ou suppléés»; cf. Monreal-Wickert (1977: 127).

«*Da Construcção*» segue-se ao da sintaxe da concordância e da regência (Ribeiro 1819: 127). O termo 'ordem natural', porém, não é usado.

Barbosa (1822) não se afasta, em princípio, de Barbosa (1807). Ao usar os conceitos de 'sintaxe' e de 'construção', permanece na tradição de Dumarsais, seguindo Condillac na avaliação da 'ordem natural':

Os Grammaticos, traduzindo com mais liberdade a palavra Grega *Syntaxis*, lhe dão o nome de *Construcção*. Mas esta palavra tem mais extensão que a de *syntaxe*. A *syntaxe* he huma ordem *systematica* das palavras, fundada nas relações das couzas que ellas significão; e a *construcção* huma ordem local, auctorizada pelo uso das Linguas. Assim a *construcção* pode ser ou direita ou invertida, e ter comtudo a mesma *syntaxe*. Nestas duas orações: *Alexandre venceo a Dario*, e *A Dario venceo Alexandre*, as *construcções* são contrarias; porém a *syntaxe* he a mesma (Barbosa 1822: 362-363).<sup>275</sup>

Além da argumentação de Condillac, com *Alexandre venceu a Dário / A Dário venceu Alexandre*, Barbosa utiliza também o seu par de exemplos (*Alexander vicit Darium / Darium vicit Alexander*; para o português, ao contrário do francês, a inversão do latim pode ser transposta e compreendida) que este autor gaulês comenta da seguinte maneira no *Essai sur l'origine des connaissances humaines*: «Elles [as duas construções latinas, BSP] sont donc aussi naturelles l'une que l'autre. On ne se trompe à ce sujet que parce qu'on prend pour plus naturel un ordre qui n'est qu'une habitude que le caractère de notre langue nous a fait contracter» (Condillac 1746, II: 167, cf. Monreal-Wickert 1977: 101). Para Beauzée (1767, II: 533-534), pelo contrário, que recorre ao mesmo exemplo, a frase segundo a ordem SVO é '*naturelle*', a outra '*figurée*'.

Quanto ao tratamento da 'ordem natural', em princípio, é possível distinguir dois grupos de gramáticos: os que tematizam a ordem natural ou gramatical no âmbito da figura de estilo hipérbato, e os que (a partir de Sousa 1804) a tratam num capítulo próprio, intitulado 'Construção'. O primeiro caso diz respeito aos gramáticos mais antigos e mais

<sup>275</sup> Casteleiro (1980: 211) vê um paralelismo entre a distinção de Barbosa entre 'sintaxe' e 'construção' e a moderna distinção entre estrutura profunda e superficial: «Parece, pois, que da análise de J. S. Barbosa e em termos de Gramática Generativa, podemos inferir que a *sintaxe* é um fenómeno mais profundo e mais geral, directamente ligado à estrutura logico-semântica das línguas, enquanto a *construção* é antes um fenómeno de superfície, mais particular e variável de língua para língua. Ou, por outras palavras, podemos dizer que o autor, tal como os outros gramáticos racionalistas, parece admitir que a *sintaxe* contém dois níveis de organização, um nível mais profundo a que ele chama *sintaxe* propriamente dita, e um nível de superfície, que designa como *construção*».

convencionais; o segundo aos mais modernos que se orientam pela *Grammaire Générale*. Os autores deste segundo grupo caracterizam-se por juntarem o novo conceito de construção ao antigo da sintaxe de concordância e de regência, coordenando, ao mesmo nível, as três partes, ou considerando, de acordo com o modelo de Dumarsais, a sintaxe (concordância e regência) e a construção como dois domínios separados. Entre os autores do primeiro grupo, Argote (1725) ocupa um lugar especial, pois afasta-se dos outros ao definir toda a sintaxe figurada através da 'ordem natural', usando-a ainda para fins didáticos.

#### 4.6.6 Resumo

Durante todo o espaço de tempo aqui estudado, as definições de 'sintaxe' referem-se à ligação de palavras; definições relacionadas com a frase ocorrem tão isoladamente que não se pode falar de uma rutura epistemológica. O mesmo é válido, de um modo geral, para a 'sintaxe figurada'. Um caso especial é o tratamento da elipse, no sentido do Brocense: aqui encontram-se, por um lado, relações com o próprio Sánchez de las Brozas (Roboredo 1619; Lobato 1770), por outro, com a *Grammaire Générale* francesa (já em Argote 1725, mais tarde, por exemplo, em Barbosa 1807, 1822), o que, aliás, não leva a divergências essenciais na descrição, uma vez que a *Grammaire Générale*, neste ponto, assenta em Sánchez de las Brozas.

Também a distinção entre sintaxe de concordância e de regência é levada a cabo por quase todos os autores do período estudado. Mas aqui, a partir de Sousa (1804), ocorre uma mudança importante através da substituição da regência pelo complemento.

O conceito de frase ('oração') está documentado desde Roboredo (1619), mas não desempenha, inicialmente, qualquer papel na descrição da sintaxe. No conceito de 'oração' de Lobato (1770), já parece verificar-se a influência da *Grammaire Générale*; no entanto, uma relação com o juízo lógico só será estabelecida em autores posteriores (Sousa 1804).

O conceito de 'ordem natural' está documentado desde Barros (1540) até Barbosa (1822), embora seja tratado de forma diferente. Se, inicialmente, a ordem natural das palavras está relacionada com as figuras de estilo (hipérbato), a partir de Sousa (1804) é-lhe dedicado um capítulo próprio ('construção'), de acordo com o modelo da *Grammaire Générale*.

Tal como na descrição das partes da oração, também na sintaxe podemos distinguir uma tradição mais antiga, que se orienta pelo modelo latino, e a tradição da *Grammaire Générale*. Na sintaxe, aliás, só há

inovações decisivas desde o início do século XIX, pois Lobato (1770), que é um importante inovador na descrição das partes da oração, mal chega a desempenhar um papel na área sintática. Com exceção do uso isolado do conceito de 'oração' (sem contexto lógico), as suas exposições são convencionais, o que se explica pelo facto de as suas fontes se encontrarem nos gramáticos franceses do século XVII, ao passo que as inovações sintáticas partem essencialmente dos encicopedistas, cuja receção ainda não tinha sido feita por Lobato. Encontram-se primeiros reflexos da nova perspetiva em Fonseca (1799) e uma adaptação completa em Sousa (1804).

Uma característica que também abrange as gramáticas portuguesas inovadoras é o facto de carecerem largamente de reflexão teórica. O debate, no âmbito da *Grammaire Générale*, sobre a ordem de palavras, por exemplo (cf. Ricken 1984: 135-163), não encontra qualquer eco dentro da gramaticografia portuguesa, para já nem falar de questões epistemológicas (racionalismo *versus* sensualismo) que, quando muito, apenas são tematizadas marginalmente.



## 5 Reconstrução

### 5.1 Continuidade e inovação

A relação das gramáticas estudadas entre si caracteriza-se pela continuidade e pela inovação. Há continuidade sempre que são retomados pontos de vista já presentes em textos portugueses anteriores. Têm lugar inovações se forem introduzidos novos pontos de vista, podendo estes ficar isolados<sup>1</sup> ou exercer influência em textos posteriores. Relativamente ao 'status' de um texto dentro de uma série (intertexto), a continuidade significa que se faz uma seleção do saber dessa série (cf. Schlieben-Lange 1989a: 18), ao passo que a inovação implica que um determinado saber, até então não disponível nessa série, passará a ficá-lo, independentemente da questão se intertextos posteriores recorrerem a ele ou não.

Cada um dos textos estudados (com a exceção da primeira gramática, a de Barros que funda a série em 1540, devendo, por isso, ser totalmente inovadora *per definitionem*<sup>2</sup> relativamente à tradição portuguesa) contém componentes não só tradicionais mas também inovadoras, que podem estar representadas em proporções muito diferentes. Quer dizer: num lado do espectro, há gramáticas que se distinguem das anteriores em apenas alguns pontos, possivelmente pouco importantes, e outras que introduzem modificações fundamentais. A influência exercida sobre outras gramáticas também pode ser muito diferente; aqui, o leque vai do 'esquecimento' imediato (cf. Schlieben-Lange 1984) até à formação de tradições.

Excetuando algumas áreas particulares (por exemplo, a definição das interjeições), a continuidade ocorre sobretudo na compreensão da gramática como descrição das partes da oração e como sintaxe. Inovações com efeitos em textos posteriores só partem de poucos autores e dizem, quase sempre, respeito a pelo menos duas partes constituintes.

---

<sup>1</sup> Neste caso, poder-se-iam referir as definições funcionais das partes da oração oferecidas por Silva e Barbosa, que não encontraram aceitação geral, mesmo que pelo menos Barbosa (1807), quanto ao mais, tenha encontrado imitadores.

<sup>2</sup> Esta afirmação só é válida no âmbito dos textos e partes de texto aqui estudados, uma vez que nalgumas áreas não só a gramática de Fernão de Oliveira, mas também algumas gramáticas latino-portuguesas escritas em metalinguagem portuguesa (uma tradição que surgiu em 1610 com a *Arte de grammatica pera em breve saber latim, composta em linguagem e verso portuguez* de Pedro Sanches de Paredes ou Pedro Sánchez; cf. Kemmler 2013c: 161; Sánchez 2008) poderiam ser consideradas predecessoras.

Em Barros (1540), a divisão em 'etimologia' e sintaxe está estipulada de antemão, bem como a divisão em categorias de partes da oração dentro da *etimologia*, que, em grande parte, se mantêm até hoje. Semelhantemente, encontra-se, dentro da sintaxe, a distinção entre sintaxe regular (da concordância e regência) e sintaxe figurada, que em princípio se observa até ao fim do espaço de tempo considerado.

Roboredo (1619) introduz um sistema tripartido (modificado) das partes da oração, bem como a elipse como princípio explicativo da sintaxe. Estes dois modos descritivos encontram-se numa série de autores mais tardios que, aliás, se orientam menos por Roboredo do que por fontes comuns.

De Lobato (1770) partem outras inovações (a definição exclusivamente semântica do nome, a componente semântica da definição do artigo, o conceito de afirmação na definição do verbo e da frase). Ao contrário de Roboredo, há quase certeza de que Lobato terá servido de modelo, em parte literal, a outros autores; este facto explica-se, sem dúvida, pelo 'estatuto' da *Arte* como gramática escolar obrigatória.

Encontram-se novas ideias acerca da teoria da linguagem (a linguagem como meio de comunicação) e da origem das línguas em Bacelar (1783a). No entanto, a sua influência em autores que se seguiram deve ser considerada como reduzida.

Em 1799, Figueiredo e Fonseca estabelecem, pela primeira vez, uma relação entre a linguagem e o pensamento. Além disso, Figueiredo é o primeiro autor que usa uma componente inequivocamente lógica na definição de verbo, sendo Fonseca o primeiro a afastar-se do conceito de caso.

De Sousa (1804) partem importantes modificações da descrição linguística (divisão de substantivo e adjetivo, definições inovadoras de pronome e conjunção, introdução da noção de complemento, relação da 'oração' com o juízo lógico, introdução do capítulo 'construção').

Silva (1806) é o primeiro autor que usa um sistema de partes da oração baseado na *Grammaire Générale*, oferecendo também novas definições de advérbio e de interjeição.

Em determinados casos particulares nem sempre se pode decidir como as inovações são transportadas, ou seja, se o gramático inovador é diretamente copiado ou se os paralelismos constatados na exposição se devem fazer derivar do uso de fontes comuns.

## 5.2 Fontes

### 5.2.1 Fontes portuguesas

Parte dos autores refere-se expressamente aos nomes de antecessores portugueses. As gramáticas dos séculos XVI, XVII e de inícios do século XVIII (nas quais as relações intertextuais faltam quase por completo) podem valer como cânon gramaticográfico a partir de Lobato (1770) (cf. 1.5.5), que ainda está presente em Barbosa (1822) (cf. 1.23.5), que agora alarga o cânon pela *Arte* de Lobato e pelos *Rudimentos* de Fonseca (1799). Existe, portanto, uma consciência de série, em que, sem dúvida, de maneira mais intuitiva do que outra coisa, as 'gramáticas' são delimitadas nitidamente de outros géneros textuais: Apenas costumam ser considerados como 'gramáticas' aqueles textos metalinguísticos que correspondem à definição dada *infra*, em 0.1.<sup>3</sup>

O autor português que maior influência exerceu nos que se lhe seguiram foi, sem dúvida, Lobato, uma circunstância que se explica pelo estatuto da sua *Arte* como livro escolar oficial. As definições de Lobato foram adotadas, mais ou menos literalmente, por uma série de autores posteriores, mas aqui tem de ficar em aberto a questão de se saber se, nesses casos, foi o texto impresso que foi adaptado ou se as definições – que, pelos vistos, eram aprendidas de cor nas escolas – representam uma espécie de propriedade intelectual coletiva que por isso passou inconscientemente para outros textos metagramaticais.

Jerónimo Soares Barbosa é outro autor, cuja influência se pode provar no espaço de tempo estudado. Já a obra *As duas linguas* (1807) parece ter servido de modelo para outros autores, o que, aliás, não pode ser decidido com inteira segurança, devido ao uso de eventuais fontes comuns. Apesar de constar ser notável, a influência da *Grammatica Philosophica* (1822) em textos metalinguísticos subsequentes não pode ser averiguada no âmbito do presente trabalho.

A referência de nomes de outros gramáticos não implica automaticamente o conhecimento dos textos respetivos. Assim, por exemplo, ao tratar da *Grammatica* de João de Barros (cf. 1.1.6) e da *Ars grammaticae* de Pereira (cf. 1.3.6), manifestámos a suspeita de Barbosa, por exemplo, não

---

<sup>3</sup> Além das condições aí elencadas, Lobato também parte do pressuposto de uma gramática portuguesa (propriamente dita) não poder estar redigida numa língua estrangeira (como a *Ars grammaticae* de Bento Pereira). Apesar desta ressalva de princípio, inclui a gramática de Pereira na sua retrospectiva.

ter conhecido diretamente as obras destes dois autores, tendo apenas adotado a exposição delas que encontrou em Lobato.

### 5.2.2 Fontes não portuguesas

No ponto de partida da gramaticografia portuguesa esteve o importantíssimo modelo do espanhol Nebrija com a sua *Gramática castellana*.<sup>4</sup> Embora João de Barros (1540) o copie, sob muitos aspetos, não o menciona explicitamente como fonte (ao contrário do que faz Fernão de Oliveira). Diga-se de passagem que o nome de Nebrija – com a exceção de Lobato (1770), que o refere no seu paratexto como um dos representantes das gramáticas vernáculas dedicadas à língua materna – não é citado pelos autores portugueses. Uma vez que o próprio Nebrija, por exemplo em relação às definições das partes da oração, se mostra pouco inovador em comparação com fontes antigas importantes como Donato e Prisciano (cf. Padley 1988: 197), é difícil decidir quando se deu uma influência específica, e quando é que ela ocorreu. É de supor que autores antigos (pelo menos os dois mencionados, bem como Varrão) devem ter sido muito conhecidos, isto para além de outros gramáticos de finais da Idade Média como Despautério e Pastrana, assim como alguns representantes da gramática humanista italiana (cf. 2.2.3).

Já Amaro de Roboredo (1619), o segundo dos autores aqui considerados, deixa de orientar-se em primeiro lugar por Nebrija, seguindo o espanhol Francisco Sánchez de las Brozas,<sup>5</sup> que menciona várias vezes explicitamente. As inovações de Roboredo *supra* aludidas são indubitavelmente o resultado da receção da *Minerva*.

O Brocense também é referido como fonte na primeira edição das *Regras* (1721) de Jerónimo Contador de Argote, cujas definições das partes da oração seguem, porém, o modelo de Manuel Álvares, um gramático latino-português que se deve contar entre os autores convencionais (não inovadores) em relação a estas partes do texto; no que

<sup>4</sup> Embora se possa partir do princípio de que as *Introductiones* de Nebrija, nesta altura, estivessem mais difundidas, tanto em Portugal como em Espanha, do que a *Gramática castellana* (cf. Verdelho 1988: 155 e Ramajo Caño 1987: 36), e também serviam de modelo para a descrição de línguas ameríndias (cf. Dümmler-Cote 1987: 52), as duas primeiras gramáticas portuguesas (Barros 1540; Roboredo 1619) orientaram-se claramente (entre outras fontes) pelo modelo da *Gramática castellana*.

<sup>5</sup> Ao falar deste gramático, optámos por mudar a forma latina 'Sanctius' do original alemão para 'Brocense', já que é assim que o mesmo é mais conhecido no mundo hispanófono e lusófono.

toca à sintaxe, já é de supor a influência de autores franceses da *Grammaire Générale* (os gramáticos de Port-Royal também são mencionados na Introdução), mas como eles próprios se apoiam no Brocense, relativamente à teoria das elipses, torna-se difícil estabelecer correspondências precisas.

Álvares também constitui uma fonte importante da *Ars grammaticae* (1672) de Bento Pereira. Mas como revela o seu sistema triádico das partes da oração, Pereira também deve ter consultado outras fontes.<sup>6</sup>

Também António José dos Reis Lobato remete para o Brocense como o modelo mais importante da sua *Arte* (1770). As suas definições das partes da oração, porém, permitem inferir, pelo contrário, uma influência francesa (Lancelot é igualmente citado no Prefácio), embora na parte da sintaxe, nenhuma destas duas fontes seja explorada de forma coerente.

Os três sucessores diretos de Lobato não se referem explicitamente a modelos, nem permitem reconhecer uma influência clara. Na *Grammatica philosophica* (1783) de Bacelar só se manifesta a influência da *Grammaire Générale* francesa na parte relativa à teoria da linguagem – Bacelar parece ter conhecido Court de Gébelin –, ao passo que a parte descritiva não permite quaisquer conclusões acerca da receção, por exemplo, dos enciclopedistas.

Nas duas gramáticas de 1799 – na de Pedro José de Figueiredo e na de Pedro José da Fonseca –, a influência de modelos franceses já se pode reconhecer mais nitidamente. Fonseca (que, sob muitos aspetos, é devedor da *Gramática de la Real Academia Española*) é o primeiro a mencionar o enciclopedista Dumarsais, bem como Condillac.

Manuel Dias de Sousa (1804) inicia uma série de gramáticas que se apoiam, bastante de perto, tanto na teoria da linguagem como na descrição linguística, em modelos da *Grammaire Générale* francesa (Silva 1806; Barbosa 1807; com restrições Aragão 1812; Melo 1818; Ferreira 1819; Ribeiro 1819; Albuquerque 1820 e Barbosa 1822). Nesta altura, estão em minoria os autores que permanecem imunes às novas ideias vindas de França (Casimiro 1811; Batista 1816 e Carneiro 1820), de maneira que se pode dizer que a gramática geral de proveniência francesa representa o modelo dominante no Portugal nos primeiros 20 anos do século XIX.

---

<sup>6</sup> Neste âmbito, conviria investigar mais pormenorizadamente a eventual influência de Pastrana tanto nos gramáticos portugueses como nas obras espanholas que estes usaram como fontes.

A maioria dos autores influenciados pela exposição da *Grammaire Générale* refere-se a autores franceses, entre os quais os nomes de Beauzée, Dumarsais e Condillac são de longe os mais citados. A *Encyclopédie*, a *Grammaire Générale* (1767) de Beauzée e, em escala ligeiramente menor, as obras de Condillac, são as que efetivamente deixam os vestígios mais nítidos nas gramáticas aqui estudadas. São várias vezes mencionados explícita e inequivocamente os gramáticos franceses Arnauld / Lancelot, Court de Gébelin, Sicard e Levizac; muitos outros nomes só ocorrem uma única vez (por exemplo, Harris, em Silva; e Destutt de Tracy, em Melo).<sup>7</sup>

De um modo geral, Jerónimo Soares Barbosa (1807) menciona como o seu modelo a 'gramática geral e filosófica' (1807: XII); Ribeiro, embora nitidamente influenciado por Destutt de Tracy, prescinde por completo de mencionar as suas fontes, e Albuquerque declara-se partidário da 'gramática geral', mas rejeita explicitamente Condillac para preferir, em vez dele, o gramático escolar convencional Charles François Lhomond.

Também Barbosa (1822) se mostra muito parco na menção das suas fontes. A sua visão de conjunto da gramaticografia anterior torna evidente que considera a 'gramática filosófica' como o método mais adequado, mas falta nesta sua obra qualquer referência explícita aos nomes dos gramáticos franceses do século XVIII; perfeitamente de acordo com a tradição portuguesa, Barbosa limita-se a referir, em vez disso, o Brocense e os autores de Port-Royal, que considera sucessores do espanhol na gramática vernácula. Segundo Barbosa (1822: X), anteriormente a Sánchez de las Brozas a gramática fora apenas «[...] hum systema informe e minucioso de exemplos e regras, fundadas mais sobre analogias apparentes, que sobre a razão [...]»:

Mas felizmente aconteceu em nossos tempos, que Sanches principiasse entre os Hespanhoes a sacudir o jugo da auctoridade nestas materias; e introduzindo na Grammatica Latina as luzes da Philosophia, descobrisse as verdadeiras causas e razões desta Lingua, que até então, ou ignoradas, ou não advertidas, tinham enchido esta matéria de confusão, e desordem, e que, seguindo depois seu exemplo outros grandes homens e Philosophos, tractassem pelo mesmo methodo e reformassem a Grammatica das Linguas vivas, pondo primeiro e estabelecendo principios geraes e razoados da Linguagem, e applicando-os depois cada um á sua Lingua. Este trabalho, que depois foi continuado, começarão Mr. Arnaud na Lingua Franceza,

<sup>7</sup> Há aqui uma coincidência que não pode passar despercebida, com a lista das gramáticas usadas por volta de 1797 nas *Ecoles Centrales* francesas (cf. Schlieben-Lange 1992: 222).

Wallis e Starris na Ingleza, e Lancelot na Hespanhola e Italiana<sup>8</sup> (Soares Barbosa 1822: XI).

No total, podem constatar-se, no espaço de tempo estudado, os seguintes textos-modelo:

- Nebrija (Barros, parcialmente Roboredo)
- Sánchez de las Brozas (Roboredo, Argote, Lobato, entre outros)
- Álvares (Argote, Pereira)
- Começos da *Grammaire Générale*: Gramática de Port Royal, *Nouvelle méthode* (possivelmente a partir de Argote; com certeza desde Lobato)
- *Grammaire Générale* mais recente: Dumarsais, Beauzée, Condillac (desde Fonseca 1799, em especial, porém, a partir de Sousa 1804).

A receção do Brocense em Portugal, que ocorreu cedo e foi intensa, condiciona o facto de a *Grammaire Générale* importada de França não ser vista por autores como Lobato e Barbosa como inovação fundamental, mas sim como continuação consequente da 'gramática filosófica' no sentido da *Minerva*. Pode também fazer-se derivar da influência do Brocense o facto de praticamente todas as gramáticas posteriores a Barros, que tenham quaisquer ambições teóricas, estarem orientadas segundo a Gramática Geral.

As inovações na área da descrição linguística consumam-se em três etapas: Sánchez de las Brozas influencia apenas a sintaxe; as suas definições das partes da oração são convencionais, não obstante a propagação de um sistema tripartido. As definições na parte da *Minerva* que é intitulada *Partes orationis* não se distinguem fundamentalmente das de Álvares, por exemplo. A única definição que se distingue das restantes partes da oração tradicionais (a da conjunção) devido ao facto de assentar na teoria da elipse, não se difundirá em Portugal.

As inovações da Gramática de Port-Royal, pelo contrário, e excetuando a interpretação da frase como expressão de uma proposição lógica, pertencem sobretudo ao domínio da descrição das partes da oração. Começam a impor-se em Lobato (1770), embora hesitantemente,

---

<sup>8</sup> Barbosa refere-se aqui às obras de Lancelot *Nouvelle méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue espagnole* (1660) e *Nouvelle méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue italienne* (1660) sobre as quais Padley (1985: 397) oferece a seguinte informação: «These [...] works were published under Lancelot's pseudonym 'D.T.' or 'de Trigny'».

mas já no começo do século seguinte voltam a ser abandonadas, se estiverem em contradição com o que vem exposto na *Grammaire Générale* mais recente. Um exemplo disto é o artigo, ao qual, desde Lobato (tal como em Arnauld / Lancelot), é atribuída uma categoria distinta nas partes da oração, mas que volta a desaparecer em Silva (1806), ao ser integrado, de acordo com o modelo de Beauzée e Condillac, na classe dos adjetivos determinativos.

O terceiro surto, que se anuncia com Figueiredo e Fonseca (1799), caracteriza-se pela recepção dos enciclopedistas e de Condillac. Em Sousa (1804), já se encontra a maior parte dos traços característicos desta corrente de pensamento. Só que nada indica que o próprio Sousa tenha exercido alguma influência nos representantes da *Grammaire Générale* que se lhe seguiram. O *Epitome* de Silva foi concluído ainda antes da publicação da gramática de Sousa, e também Barbosa parece não o ter conhecido. Não há qualquer dúvida de que todos os autores em causa fizeram uma recepção direta das fontes francesas, presumivelmente das originais, uma vez que faltam referências a traduções portuguesas.<sup>9</sup> Adicionalmente, houve quem recorresse também a Barbosa (por exemplo, Ferreira 1819 e Ribeiro 1819, cf. 4.6.3), sendo Silva mencionado como modelo por Ferreira (1819).

A referência explícita a textos-modelo não tem de coincidir necessariamente com a realidade da descrição linguística. Um exemplo deste procedimento é Aragão (1812) que faz referência a Dumarsais, Beauzée, Condillac e Court de Gébelin dentro do seu paratexto. No texto da gramática, porém, afasta-se deles em pontos importantes da sua apresentação. Este tipo de '*name dropping*' permite tirar conclusões acerca do elevado prestígio de que gozavam estes autores.

É de supor – e confirma-se em Barbosa (1822) – que também os autores que seguem a *Grammaire Générale* mais recente conheciam

---

<sup>9</sup> Por volta de 1800, há uma conjuntura muito favorável para a publicação de manuais de gramática francesa destinados a portugueses, por exemplo: Francisco Clamopin Durand (<sup>1767</sup>): *O Mestre francez, ou Novo methodo para aprender a lingua franceza por meio da portugueza: Confirmado com exemplos escolhidos, tirados dos melhores autores*; João Maria N. A. Abbadie (<sup>1790</sup>): *Nova Grãmatica: Para aprender a traduzir, fallar, e escrever, a Lingua Franceza, com perfeição, e brevidade, por hum methodo inteiramente distincto dos demais*; João António Barnoim (<sup>1796</sup>): *Nova Grammatica Franceza, e Portugueza*. Também o *Breve Compendio* (1786) de Álvares foi expressamente concebido como preparação para o ensino da língua francesa (a raparigas).

igualmente os textos mais antigos, ou seja, o Brocense e a Gramática de Port Royal ou a *Nouvelle méthode* latino-francesa.

Além de gramáticas latinas, espanholas e francesas, também são mencionadas esporadicamente gramáticas inglesas, em especial por Silva, de quem se sabe que tinha passado algum tempo na Inglaterra e que elaborava traduções do inglês para o português. A influência de Harris também se pode provar em Barbosa, que possivelmente se refere à versão francesa do gramático inglês elaborada por François Thurot.

### 5.3 As condições históricas

Algumas características da gramaticografia portuguesa estão relacionadas com determinadas condições históricas. Isto diz respeito não só aos motivos para a sua publicação ou não publicação, mas também à receção ou não receção de determinadas fontes.

#### 5.3.1 História política

##### 5.3.1.1 A expansão marítima

Já se chamou a atenção para as relações que há entre as primeiras gramáticas portuguesas e a posição especial de Portugal como potência expansionista. No contexto europeu, deve ser um caso único que a primeira gramática sistemática da língua vernácula tenha sido concebida, em primeiro lugar, como manual para estrangeiros. O 'programa imperialista' ainda está também presente em Roboredo (1619), mas em Pereira (1672), ao invés, foi modificado no sentido de que já não são os próprios povos submetidos que devem aprender a língua portuguesa, mas sim outros estrangeiros, que missionam ou praticam o comércio em regiões onde o português já se encontra implantado. Pereira pertencia à Companhia de Jesus, que recusava, em princípio, o estudo da língua materna nas suas escolas europeias. Na política de missão, porém, vigoravam outros critérios. Assim O'Mahony (1981) escreve o seguinte no seu comentário acerca da *Ianua linguarum* (1611) do jesuíta William Bathe:<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> «His methods placed the sentences in the target language on one page and gave vernacular equivalents, or versions in a language already mastered, on the opposite page. Later editions implied that several languages could be acquired simultaneously in this way» (O'Mahony 1981: 133-134).

At first sight it seems strange that William Bathe's promise of a quick and foolproof route for language learning in general should be totally out of character with the carefully formulated policies of his own order. But the reason is not difficult to find. He had a substantially different target population in mind to that normally found in the grammar schools of his day (O'Mahony 1981: 133).

Segundo informa o próprio Bathe, o público alvo era constituído, em primeiro lugar, pelos missionários que pretendiam aprender as línguas autóctones, mas também por estudantes das línguas antigas (tendo em vista a melhoria da sua competência lexical), bem como por viajantes em visita a terras estranhas.

Ao passo que a língua materna deveria ser excluída, tanto quanto possível, das escolas portuguesas, os missionários tinham de aprender línguas vivas por motivos práticos, a fim de se poderem fazer entender no estrangeiro. A *Arte* de Pereira prevê este objetivo e também o *Methodo* de Roboredo pode ser incluído nesta tradição, devido à sua relação direta com a *Ianua linguarum* (além disso, convém recordar que Roboredo ainda publicou uma versão complementar com glosas espanholas e portuguesas, cf. 1.2.3).

### 5.3.1.2 A União Pessoal

Seria de supor que os 60 anos da União Pessoal com a Espanha teriam exercido algum tipo de influência na gramaticografia portuguesa, quer no sentido de o Governo espanhol poder ter reprimido tais atividades editoriais, quer no sentido de, em especial na última fase deste período, a crescente consciência nacional portuguesa as ter podido incrementar. Segundo Saraiva (1986: 221-222), porém, a ocupação com a língua portuguesa, entre 1580 e 1640, foi antes uma manifestação inofensiva de nacionalismo, que aparentemente não tenha sido objeto de censura e que levou a uma série de publicações que se situam, aliás, fora do âmbito da gramaticografia propriamente dita (cf. 3.2). Por falta de informações mais precisas, só é possível supor que a falta generalizada de gramáticas portuguesas neste espaço de tempo não pode ser atribuída a atos censórios ou outras medidas do género. A única gramática conhecida deste período – o *Methodo* (1619) de Roboredo – não permite tirar muitas conclusões sobre esta questão, uma vez que fica em aberto a questão de decidir se o recurso a um modelo de carácter universalista pode representar uma concessão a eventuais censores espanhóis, ou se poderá, simplesmente, ser uma consequência de uma receção de teorias gramaticais existentes naquele tempo, tendo como pano de fundo as intenções didáticas do autor.

### 5.3.1.3 As reformas pombalinas

Ao investigar-se os motivos da publicação meramente esporádica de gramáticas portuguesas até ao fim do século XVIII, não se pode deixar de fora, sobretudo, o sistema de ensino. Ainda até inícios desse mesmo século, os jesuítas, que recusavam o ensino das línguas vernáculas (cf. Chevalier 1968: 377), detiveram o monopólio completo do sistema escolar pré-universitário. Justamente em Portugal, onde a tradição da gramática da língua materna 'por causa de si própria' tinha alicerces tão precários, não é de admirar que a produção metagramatical fosse praticamente inexistente, uma vez que, para além da intenção de elaborar manuais de 'português para estrangeiros', igualmente faltava, em grande parte, a intenção de limitar a sua utilidade a serem meramente manuais de 'português para facilitar o ensino do latim'. Os dois autores que escrevem gramáticas portuguesas com o fim declarado de facilitarem o ensino do latim durante a época do monopólio jesuítico do ensino – Roboredo (1619) e Argote (1725) – formulam propósitos de reforma do ensino linguístico. Pelo menos parcialmente, Roboredo ainda se insere aqui na tradição missionária da Companhia de Jesus, que tinha como alvo a apropriação de línguas autóctones, ao passo que Argote, como teatino, pertencia a uma ordem religiosa que, desde inícios do século XVIII, tentava constituir uma alternativa oficialmente autorizada aos jesuítas e aos seus métodos de ensinar o latim.

É difícil decidir se a gramaticografia portuguesa deste período foi sistematicamente bloqueada pelos jesuítas. No entanto, o paratexto apologético de Argote que garante só querer servir o ensino do latim poderá ser um indício disso. De qualquer modo, porém, as gramáticas portuguesas eram supérfluas nas escolas, de maneira que deixou de haver um público importante para elas, ficando o círculo de utilizadores potenciais muito reduzido.

Este estado de coisas modificou-se, repentinamente, com o alvará real de 1770, que decretava o ensino da gramática da língua materna no âmbito da aprendizagem do latim, declarando a *Arte* de Lobato livro de ensino oficial. A gramática da língua materna foi aqui considerada, pela primeira vez, uma necessidade nacional<sup>11</sup>. As reformas educativas do

<sup>11</sup> «Num país que, pela extensão de seus domínios e pelos problemas administrativos e políticos dela decorrentes, tanto necessitava de homens à altura dos seus serviços, não seria sem propósito uma reforma que pudesse favorecer a renovação de seus quadros, pelo aproveitamento, em maior escala, dos letrados que saíssem de suas escolas» (Carvalho 1978: 69).

Marquês de Pombal, com a reorganização do ensino do latim, a instituição do Colégio dos Nobres e da Aula do Comércio, bem como com a reforma da Universidade são, segundo Carvalho (1978: 189), «[...] expressões, e mais do que isso, [...] conseqüências de uma concepção política orientada no sentido de fazer da nação portuguesa um Estado progressista à altura das demais nações européias».

Na realidade, porém, as reformas pombalinas do ensino não têm uma orientação conseqüentemente progressista, uma vez que tentam religar-se ao tempo anterior aos jesuítas, que são considerados responsáveis por todas as falhas na cultura e no sistema de ensino (cf. Carvalho 1978: 28). É isto que está expresso no alvará de 1759, onde se estabelecem as novas diretivas do ensino:

Neste alvará, em que se começam a compendiar os *estragos e impedimentos* – para empregar a linguagem característica da *Dedução Cronológica* – causados pelos jesuítas na vida portuguesa, transparece claramente o cuidado de retomar as diretrizes de uma tradição desaparecida com o advento da Companhia de Jesus. O método para o ensino do latim, que, essencialmente, é o mesmo recomendado por Verney e pela Gramática da Congregação do Oratório, é expressamente nomeado no alvará como antigo. Este fato por si só ilustra o significado íntimo da concepção que presidiu à reorganização das classes de latim, grego e retórica, demonstrando o temeroso cuidado do governo ao afastar das providências régias qualquer suspeita de uma inovação, ainda que fosse na esfera de problemas que só acidentalmente poderiam ferir os interesses da fé religiosa. Na lógica do gabinete de D. José I, somente a tradição e a experiência do passado têm força para justificar os atos administrativos. Quão distantes estavam estes homens das formas utópicas do pensar político! Na instituição dos novos cursos não foram eles buscar o modelo de outros povos mais adiantados, mas sim as diretrizes que a experiência da história portuguesa remota e dos fatos recentes parecia justificar (Carvalho 1978: 80).

A *Arte* de Lobato encaixa-se perfeitamente neste quadro: em vez de se apoiar nos representantes da *Grammaire Générale* francesa – por quem se orientou nas suas definições das partes da oração – recorre ao Brocense, um gramático do século XVI, cujas teorias, além disso, estão em contraste com as dos jesuítas.

A reforma do sistema de ensino levada a cabo pelo Marquês de Pombal que introduziu o ensino da gramática portuguesa é de importância fundamental para o desenvolvimento da gramaticografia em Portugal. Entre 1770, a data da publicação da *Arte* de Lobato, e o fim desse século, foram publicadas mais gramáticas da língua portuguesa do que nos dois séculos e meio anteriores.

### 5.3.2 As instituições

Uma parte não despicienda da produção gramatical está relacionada com diversas instituições. Aqui devem mencionar-se, antes de mais, as ordens religiosas: A Companhia de Jesus, com a sua política de missão, à qual pertencia Bento Pereira; a Ordem dos Clérigos Regulares (os Teatinos), a quem, juntamente com a Congregação do Oratório, foi confiada uma tímida reforma do sistema de ensino no reinado de D. João V, da qual resultam as *Regras* de Argote; os Franciscanos, entre os quais se conta Bacelar; e as Visitandinas, para cuja escola no mosteiro de Lisboa uma das próprias religiosas, Francisca de Chantal Álvares, escreveu um livro para o ensino da gramática.

Jerónimo Contador de Argote era, ao mesmo tempo, membro da *Academia Real da Historia Portuguesa*, que fora fundada por em 1720, segundo o modelo da *Académie Française* (cf. 1.4.3), embora nunca tenha adquirido a importância da congénere francesa.

Três dos autores aqui estudados pertenciam à *Academia das Ciências de Lisboa*, fundada em 1779: Pedro José de Figueiredo, Pedro José da Fonseca e Jerónimo Soares Barbosa. Esta academia favoreceu a receção das ideias da *Grammaire Générale* francesa, na medida em que, pouco depois da sua fundação, abriu um concurso para a elaboração da melhor 'gramática filosófica' que, aliás, nunca chegou ao seu termo. Deste concurso resultou, por exemplo, a gramática de Bacelar de 1783 e há bons motivos para supor que também os ecos da *Grammaire Générale* mais recente que se encontram em Figueiredo e Fonseca, bem como, de forma ainda mais vincada, em Barbosa possam estar relacionados com esta atividade da academia.

Outro plano de fundo institucional para a elaboração de gramáticas é constituído, de finais do século XVIII e inícios do século XIX, pelas escolas recém-fundadas: Fonseca era professor do *Colégio dos Nobres*, Barbosa do *Colégio das Artes* da Universidade de Coimbra, Melo e Ribeiro do *Colégio Militar*. Casimiro, Batista e Ferreira são identificados nas suas biografias como 'professores das primeiras letras', Aragão como 'professor régio', chamando a atenção o facto de os dois primeiros pertencerem aos poucos autores dos começos do século XIX que se mantêm fiéis à descrição convencional.

Ficam fora das instituições mencionadas o sacerdote Sousa, os juristas Silva e Carneiro, e o autor da *Gramática portuguesa* de 1820 (caso se trate do franciscano José da Encarnação Guedes, ele não se declara como pertencendo à sua Ordem).

Após as reformas pombalinas do sistema educativo, a maioria dos autores, como seria de esperar, são professores, cujas gramáticas foram elaboradas para serem utilizadas no ensino. Alguns deles, como Sousa, Melo, Guedes (que talvez seja o autor da *Grammatica* de Albuquerque) e Carneiro são expressamente identificados como liberais pelos seus biógrafos, constando assim que pertenciam ao agrupamento político português que encarava positivamente as ideias políticas progressistas vindas do estrangeiro (cf. Messner / Müller 1983: 6-7). Ao passo que os dois primeiros citados pertenciam claramente aos que se orientam pela *Grammaire Générale*, pode constatar-se em Albuquerque outra influência francesa: a do gramático escolar Lhomond.<sup>12</sup> Trata-se de um indício, já mesmo no fim do espaço de tempo aqui estudado, de que, para além das *grammairres générales*, também havia em Portugal uma receção de outras gramáticas francesas. Por sua vez, a *Grammatica* de Carneiro não permite reconhecer qualquer influência francesa e, nas suas considerações acerca de «*A inovação de palavras corruptora da linguagem*», em relação ao nível da linguagem-objeto, manifesta-se uma atitude claramente contrária às influências francesas.<sup>13</sup>

### 5.3.3 A censura

Como já foi mencionado, é difícil reconstituir os efeitos que tiveram os regulamentos da censura, tanto do *Santo Ofício* como das instâncias censórias régias, por exemplo, durante o período de domínio filipino.

Para a segunda metade do século XVIII, porém, dispomos de informações mais precisas sobre a censura. O Marquês de Pombal, como já vimos supra, não era um reformador radical; o pensamento iluminista só era de seu agrado na medida em que podia servir os seus desígnios políticos. A *Real Mesa Censória*, a instituição por ele estabelecida para

<sup>12</sup> Numa primeira tradução portuguesa seminonímica, a gramática de Lhomond foi publicada em 1807, como gramática de francês para portugueses: «*Elementos da grammatica franceza, por Lhomond, professor jubilado*, Vigesima edição, Obra que só neste genero mereceo approvação do Jury dos Livros Elementares, Traducção, e addição por J.J.S.C. Lisboa: Imprensa Regia (1807)».

<sup>13</sup> «l Tem sido excessiva esta introducção de palavras e frases novas, acarretadas não sómente do latim (o que seria mais desculpavel), mas especialmente do Francez; e se deveo em grande parte a muitos traductores que, destituidos daquelle profundo conhecimento de uma e outra lingua, que se requiere para bem traduzir, destruirão o proprio cunho e nativa graça do nosso idioma, já por os desconhecerem; já pelo frivolo amor da novidade e de tudo o que é estrangeiro [...]» (Carneiro 1820: 79-80).

este efeito, perseguia menos os desvios do catolicismo ortodoxo do que as ideias perigosas para o Estado, relacionadas com o direito natural (Eiras 1989: 7-8). As medidas censórias posteriores, sobretudo depois dos acontecimentos da Revolução Francesa, que foram sendo constantemente reforçadas, segundo Eiras (1989: 8), são um sinal da incapacidade de impedir a entrada de ideias vindas do estrangeiro. O facto de a censura dever ter sido pouco eficaz manifesta-se, igualmente, nos catálogos de bibliotecas públicas por volta de 1800, estudados pela mesma autora (Eiras 1989 33-36), de que fazem parte livros proibidos, como a *Encyclopédie* e as obras de Condillac.

Em todo o caso, é desde 1799 que os gramáticos deixam de ter escrúpulos de citar os nomes dos enciclopedistas, de Condillac e, mais tarde, dos ideólogos. Não há indícios de que haja autores que tenham ocultado os seus modelos franceses por receio da censura. Se, por exemplo, em Ribeiro (1819) falta o nome do seu modelo Destutt de Tracy – que, por causa do seu materialismo radical (cf. Gusdorf 1978: 336), bem deveria ter-se encontrado no índice dos livros proibidos – em Melo (1818) encontramos-lo citado com toda a naturalidade. Se a reserva de Barbosa relativamente à referência às suas fontes (que, por sua vez, podem ser todas atestadas noutros autores) poderá ter estado relacionada com a sua pertença à *Junta da Diretoria Geral dos Estudos*, é assunto que não pode ser decidido aqui.

### 5.3.4 A gramaticografia portuguesa no contexto europeu

Como em todos os países comparáveis, também em Portugal a gramaticografia vernácula é caracterizada, desde o início, pelo modelo da gramática latina, nas suas várias formas. O que aqui é característico é o antagonismo entre 'alvaristas' (adeptos de Manuel Álvares) e 'sanchistas' (seguidores de Sanctius, o Brocense). As gramáticas vernáculas surgem sobretudo desta última escola, uma vez que nela, por motivos teóricos e didáticos, é exigido o ensino da gramática vernácula como preparação para o ensino do latim. As gramáticas vernáculas elaboradas por inspiração jesuítica não estão relacionadas – como a gramática de Álvares – com a sua política educativa interna, mas sim com a sua política de missionação que, por motivos de ordem prática, tornava necessária a aprendizagem de línguas vivas.

As relações culturais com o estrangeiro manifestam-se muito nitidamente na gramaticografia portuguesa: primeiro, e já na Idade Média, é a Espanha que, como influente país vizinho (ou como parte dominante

de uma unidade ibérica), fornece textos-modelo, tanto para a gramática latina (Pastrana, Nebrija, Sánchez de las Brozas) como para a vernácula (Nebrija). O que, aqui, é especificamente português é a seleção: o Brocense, que exerceu pouca influência na gramaticografia espanhola (cf. Lázaro Carreter 1985: 153), marca duradouramente a gramaticografia portuguesa desde os inícios do século XVII. A influência linguística e cultural de Espanha perde importância no século XVII; em seu lugar, e desde finais deste mesmo século, inicia-se uma orientação cada vez maior pela França (cf. Marques 1972, I: 554). Esta tendência manifesta-se na gramaticografia desde inícios do século XVIII, atingindo o seu auge desde 1800 com uma receção intensiva da *Grammaire Générale*.<sup>14</sup>

Um paradoxo característico de Portugal resulta do facto de o mais importante gramático de nacionalidade portuguesa – Manuel Álvares – ser identificado com a supremacia do latim e a consequente rejeição da língua materna como metalinguagem do ensino linguístico, ao passo que os propugnadores da gramática da língua portuguesa invocam autoridades estrangeiras. No período estudado, a profissão de fé em prol da gramática portuguesa é, sob este aspeto, ao mesmo tempo uma profissão de fé a favor de modelos não-portugueses. É desta tensão que se explica uma parte das características específicas da gramaticografia portuguesa do século XVI até aos inícios do século XIX.

---

<sup>14</sup> O mesmo se verifica em Espanha (cf. Sarmiento 1989: 349).

## 6 Referencias bibliográficas

### 6.1 Literatura primária

- A[lbuquerque], S[ebastião] J[osé] G[uedes] (<sup>1</sup>1818): *Arte de traduzir de latim para portuguez, reduzida a principios: oferecida ao illustrissimo senhor D. Francisco de Sales e Lencastre*, Lisboa: Na Impressão Regia.
- A[lbuquerque], S[ebastião] J[osé] G[uedes] (1820): *Grammatica portugueza para o uso do illustrissimo senhor D. Francisco de Sales e Lencastre*, Lisboa: Na Impressão Regia.
- Alighieri, Dante (1979): «De vulgari eloquentia», em: Alighieri, Dante (1979, II): *Opere minori*, a cura di Pier Vincenzo Mengaldo, Milano; Napoli: Riccardo Ricciardi Editore.
- [Álvares], F[rancisca de] C[hantal] (1786): *Breve Compendio da gramatica portugueza para o uso das Meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitaçaõ de Lisboa*, Por huma Religioza do mesmo Mosteiro, Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galharo, Impressor da Real Meza Censoria. [on-line: <http://resolver.iai.spk-berlin.de/IAI00005FF200000000>].
- Álvares, Manuel (<sup>1</sup>1572): *Emmanvelis ALVARI è Societate Iesv de instivtione grammatica libri tres*, Olyssippone: Excudebat Ioannes Barrerius Typographus Regius. [trata-se da variante «Taxada cada Arte a Oyto Vintês em papel].
- Álvares, Manuel (1974): *Gramática Latina: Fac-símile da edição de 1572*, com introdução do Dr. J[osé] Pereira da Costa, Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. [trata-se da edição fac-similada de Álvares (<sup>1</sup>1572)].
- Aragão, Manuel Pedro Tomás Pinheiro e (1812): *Memorias curiosas para a grammatica filosofica da lingua portugueza*, Lisboa: Na Impressão Regia.
- [Argote, Jeronymo Contador de] [pseudónimo Caetano Maldonado da Gama] (<sup>1</sup>1721): *Regras da Lingua Portugueza, espelho da Lingua Latina: Ou disposiçam para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*, composto pelo Padre Caetano Maldonado da Gama, Lisboa Occidental: Mathias Pereyra da Sylva & João Antunes Pedrozo.
- Argote, Jeronymo Contador de (<sup>2</sup>1725): *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina: Ou disposiçaõ para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*, Lisboa Occidental: Na Officina da Musica. [Zitiert nach dieser Aufl.].
- Arnould, Antoine / Claude, Lancelot (1660): *Grammaire générale et raisonnée: Contenant Les fondemens de l'art de parler; expliquez d'une maniere claire & naturelle, Les raisons de ce qui est commun à toutes les Langues, & des principales différences qui s'y rencontrent, Et plusieurs remarques nouvelles sur la Langue Françoisé*, A PARIS: Chez Pierre le Petit, Imprimeur & Libraire ordinaire du Roy.
- Arnould, Antoine / Claude, Lancelot (1966): *Grammaire générale et raisonnée ou La Grammaire de Port-Royal*, Edition critique présentée par Herbert E. Brekle, Nouvelle impression en facsimilé de la troisième édition de 1676, Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommann Verlag (Günter Holzboog) (Grammatica Universalis: 1).

- [Arnauld, Antoine] / [Nicole, Pierre] (<sup>1</sup>1662): *La logiqve ov L'art de penser: Contenant outre les Regles communes, plusieurs observations nouvelles, propres à former le jugement*, A Paris:/ Chez Charles Savreux.
- Bacelar, Bernardo de Lima e Melo (<sup>1</sup>1783a): *Grammatica philosophica, e orthographia racional da Lingua Portuguesa; Para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos deste idioma*, Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira. [junto com a sua componente intitulada *Orthographia Philosophica da Lingua Portuguesa*, esta fez parte do dicionário do autor, publicado no mesmo ano (Bacelar 1983b)].
- Bacelar, Bernardo de Lima e Melo (1783b): *Diccionario da Lingua Portuguesa, em que se acharã'o dobradas palavras do que traz Bluteau, e todos os mais Diccionaristas juntos: a sua propria significação: as raizes de todas ellas: a accentuação: e a selecção das mais usadas, e polidas: a Grammatica Philosophica, e a Orthographia Racional no principio, e as explicaçoens das abbreviaturas no fim desta Obra: Obra da primeira necessidade para todo aquelle, que quizer falar, e escrever com acerto a lingua Portuguesa; por ser impossivel, que pelos Livros atégora impréssos possa algum saber a terça parte do idioma Portuguez*, Lisboa: Na Offic. de Joze' de Aquino Bulhoens. [reedição de Bacelar (1783a)].
- Bacelar, Bernardo de Lima e Melo (<sup>2</sup>1996): *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa de Bernardo de Lima e Melo Bacelar*, Reprodução fac-similada da edição de 1783, com introdução e notas pelo Académico Correspondente Amadeu Torres, Lisboa: Academia Portuguesa de História (Subsídios para a História Portuguesa; 27). [reprodução fac-similada de Bacelar (1783a)].
- Barbosa, Jerónimo Soares (1807): *As duas linguas ou Grammatica philosophica da Lingua Portuguesa comparada com a Latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo*, Coimbra: Na Real Impressão da Universidade.
- B[arbosa], J[erónimo] S[oares] (<sup>1</sup>1822): *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral applicados à nossa Linguagem*, Por J. S. B., Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra, Lisboa: Na Typographia da Academia das Sciencias.
- B[arbosa], J[erónimo] S[oares] (<sup>4</sup>1866): *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem*, Por Jeronymo Soares Barbosa, Quarta edição, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Barbosa, Jerónimo Soares (<sup>8</sup>2004): *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Barbosa, Jerónimo Soares (<sup>9</sup>2005): *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres, Braga: Universidade Católica Portuguesa (Publicações da Faculdade de Filosofia).
- Barros, João de (1972): – veja-se Buescu (1972: 12-52).
- Barros, João de (<sup>1</sup>1540): *Grammatica da lingua Portuguesa*, Olyssipone: Apud Lodouicum Rotorigiũ Typographum.
- Barros, João de (<sup>2</sup>1785, I): *Compilação de varias obras do insigne portuguez Joam de Barros, dirigidas pelo mesmo autor ao muito alto, e excellente Principe D. Felipe: Impressas em Lisboa em caza de Luiz Rodriguez livreiro d'Elrey, pelos annos de 1539, e 1540, E agora reimpressas em beneficio público pelos Monges*

- da Real Cartucha de N.S. da Escada do Ceo*, Lisboa: Na Officina de Jozé da Silva Nazareth. [primeira coletânea que reúne os texto da totalidade das obras didáticas e metalinguísticas de João de Barros].
- Barros, João de (1869, II): *Compilação de varias obras do insigne portuguez Joam de Barros, contem a Ropica Pnefma, e o Dialogo com dous filhos seus sobre preceitos moraes, Serve de segunda parte á compilação de outros opusculos do mesmo auctor fizeram imprimir no anno de 1785 os monges da Cartucha de Evora*, Feita esta reimpressão por diligencias e cuidado do Visconde de Azevedo, Porto: Impressa em Casa do Visconde de Azevedo.
- Barros, João de (<sup>3</sup>1957): *Grammática da Língua Portuguesa*, 3.<sup>a</sup> Edição, Organizada por José Pedro Machado, Lisboa: Sociedade Astória.
- Barros, João de (<sup>4</sup>1971): *Gramática da Língua Portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, reprodução facsimilada, leitura, introdução e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [segunda coletânea que reúne os textos e as reproduções fac-similadas da totalidade das obras didáticas e metalinguísticas de João de Barros].
- Barros, João de (1982): – veja-se Stegagno Picchio (1982).
- Bathe, William (1611): *Ianua linguarum sive modus maxime accomodatus quo patefit aditus ad omnes linguas intelligendas: industria patrum hibernorum Societatis Iesu, qui in Collegio eiusdem nationis Salmanticae degunt, in lucem edita, & nunc ad linguam Latinam perdiscendam accommodata, in qua totius linguae vocabula, quae frequentiora, & fundamentalia sunt, continentur, cum indice vocabulorum, & translatione Hispanica eiusdem tractatus*, Salmanticae: Apud Franciscum de Cea Tesa.
- Bathe, William (1613): *Ianua linguarum: Pars vocabularia latina excerpta ex tractatu maiori de hac materia, & in minus volumen redacta in gratiam studiosorum, qui scholas publicas adeunt* (1613): Salmanticae: Apud viuda de Francisco de Cea Tesa.
- Batista, António José (1816): *Compendio de Grammatica e Orthographia Portugueza*, Lisboa: Na Nova Impressão da Viuva Neves, e Filhos.
- Beauzée, Nicolas (<sup>1</sup>1767, I-II): *Grammaire générale ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage, pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*, A Paris: De l'imprimerie de J. Barbou. [segunda edição (Nouvelle Édition) num só volume: A Paris: Imprimerie d'Auguste Delalain (<sup>2</sup>1819)].
- Beauzée, Nicolas (<sup>3</sup>1974, I-II): *Grammaire générale ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage, pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*, Nouvelle impression en facsimilé de l'édition de 1767 avec une introduction par Barrie E. Bartlett, Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommann Verlag (Günter Holzboog) (Grammatica Universalis: 8/1 e 8/2).
- Braga, Teófilo (1876): *Grammatica portugueza elementar: Fundada sobre o methodo historico-comparativo*, Porto; Rio de Janeiro: Livraria Portugueza e Estrangeira de João E. da Cruz Coutinho; A. A. da Cruz Coutinho.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1972): *Os «Grammatices rudimenta» de João de Barros*, Lisboa: edição da autora.
- Buffier, Claude] (<sup>1</sup>1709): *Grammaire françoise sur un plan nouveau: pour en rendre les principes plus clairs et la pratique plus aisée, contenant divers traite's sur la nature de la Grammaire en général; sur la beauté les Langues & sur la maniere*

- de les aprendre; sur le sur le stile; sur l'ortographe, sur les accens; sur le longueur des silabes Françaises, sur la pncuation, &c.*, A Paris: Chez Nicolas le Clerc; Michel Brunet; Leconte et Montalant.
- Buffier, Claude] (1732): *Cours de Siences sur des principes nouveaux & simples; pour former le langage, l'esprit et le cœur, dans l'usage ordinaire de la vie*, A Paris: Chez Guillaume Cavelier et Pierre-François Giffart.
- Caramuel y Lobkowitz, Juan (<sup>1</sup>1654): *Praecursor logicus complectens grammaticam audacem*, Francofurti, Sumptibus Johan. Godofredi Schönwetteri.
- Caramuel y Lobkowitz, Juan (1989): *Praecursor logicus complectens grammaticam audacem*, Reimpresión de la edición Frankfurt 1654, con una introducción de Ramón Sarmiento, Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog (Grammatica Universalis: 20).
- Carneiro, Manuel Borges (1820): *Grammatica, orthografia, e arithmetica portugueza, ou Arte de fallar, escrever e contar*, composta e dedicada ao Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor João Antonio Salter de Mendonça, Visconde de Azurara, Secretario do Governo dos Negocios do Reino e da Fazenda, Lisboa: Na Impressão Regia.
- Casimiro, João Joaquim (<sup>1</sup>1792): *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*, Porto: Na Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro.
- Casimiro, João Joaquim (<sup>3</sup>1811): *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*, Terceira edição, accrescentada pelo mesmo author, Porto: Na Typ. de Antonio Alvarez Ribeiro.
- Charisius, Flavius Sosipater: – veja-se Keil (1857, I: 1-296)
- Chorro, Bartolomeu Rodrigues (1752): *Curiosas advertencias da boa Grammatica no compendio, e exposiçam do P. Manoel Alvares, em Lingua Portugueza*, Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues. [primeira edição (<sup>1</sup>1619): Lisboa, Por Jorge Rodrigues].
- Compendio* (<sup>1</sup>1804) = *Compendio da grammatica portugueza para instrucção da mocidade*, Lisboa: Na Typografia Rollandiana.
- Compendio* (<sup>2</sup>1839) = *Compendio da grammatica portugueza para instrucção da mocidade*, Nova edição, Lisboa: Na Typographia Rollandiana.
- Condillac, Etienne Bonnot de (<sup>1</sup>1746, I-II): *Essai sur l'origine des connaissances humaines: Ouvrage ou l'on réduit à un seul principe tout ce qui concerne l'entendement humain*, A Amsterdam: Chez Pierre Mortier.
- Condillac, Etienne Bonnot de (<sup>1</sup>1775): *Cours d'étude pour l'instruction du Prince de Parme, aujourd'hui S.<sup>a</sup>R. l'infant D. Ferdinand, duc de Parme, Plaisance, Guastalle, &c. &c.&c.*, Tome premier: *Grammaire*, A Parme: De l'Imprimerie Royale.
- Condillac, Etienne Bonnot de (1986): *Cours d'étude pour l'instruction du Prince de Parme: Grammaire*, nouvelle impression en facsimilé de l'édition de Parme 1775, avec une introduction par Ulrich Ricken, Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog (Grammatica Universalis: 19).
- Condorcet, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat (<sup>1</sup>1794): *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, Ouvrage posthume de Condorcet, A Paris: Chez Agasse. [obra publicada com a indicação 'L'an III de la République, une et indivisible'].
- Condorcet, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat (1933): *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, texte revu et présenté par O[liver] H[erbert Phelps] Prior, Paris: Boivin et Cie.

- Correas, Gonzalo (1627): *Trilingve de tres artes de las tres lengvas Castellana, Latina, i Griega, todas en Romanze*, En Salamanca: en la Oficina de Antonia Ramirez.
- Correas, Gonzalo (1630): *Ortografia kastellana nueva i perfeta*, En Salamanka en kasa de Xazinto Tabernier, impresor de la Universidad.
- Correas, Gonzalo (1903): *Arte grande de la lengua castellana compuesto en 1626*, por el Maestro Gonzalo Correas, Catedrático en Salamanca, Publicalo por primera vez el Conde de Viñaza de la Real Academia Española, Madrid: Tipografía matritense de Ricardo Fé.
- Correas, Gonzalo (1954): *Arte de la lengua española castellana*, Edición y prólogo de Emilio Alarcos García, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejo de la *Revista de Filología Española*; 56).
- Court de Gébelin, Antoine (<sup>1</sup>1776): *Histoire naturelle de la parole, ou Précis de l'origine du language & de la grammaire universelle, Extrait du Monde primitif*, A Paris: Chez l'auteur; Maison de M. Boucher, Secrétaire du Roi; Boudet, Imprimeur-Libraire; Valleyre, l'aîné, Imprimeur-Libraire; La Veuve Duchesne, Libraire; Saugrain, Libraire; Ruault, Libraire.
- Court de Gébelin, Antoine (<sup>2</sup>1816): *Histoire naturelle de la parole, ou Grammaire universelle à l'usage des jeunes gens; avec un discours préliminaire, et des notes, Par M. le comte Lanjuinais*, A Paris: Chez Plancher, Éditeur, rue; Eymery, Libraire; Delaunay, Libraire.
- Dal, Nicolau (1725): *Primeira parte da grammatica portugueza, convem a saber, as conjugaçãoens dos verbos regulares e irregulares para o uso da escola portugueza de Trangambar*, Trangambar: Na Officina da Real Missão de Dinamarca.
- Degérando, J[oseph]h M[arie] (1800): *Des signes et de l'art de penser considérés dans leurs rapports mutuels*, 4 tomos, A Paris: Chez Goujon, fils, Imprimeur-Libraire; Fuchs, Libraire; Henrichs, à l'ancienne Librairie de Dupont.
- Destutt de Tracy, Antoine Louis Claude (<sup>1</sup>1801-1815, I-V): *Projet d'éléments d'idéologie a l'usage des Ecoles Centrales de la Republique Française*, A Paris, Chez Pierre Didot l'aîné, imprimeur; Firmin Didot, libraire; Debray, libraire. [A partir da sua segunda edição, o primeiro volume passaria a ser intitulado *Éléments d'Idéologie: Première partie: Idéologie proprement dite* (1804). As restantes partes foram publicadas com os seguintes subtítulos: *Seconde Partie, Grammaire* (1803); *Troisième Partie, Logique* (1805); *IV<sup>e</sup> et V<sup>e</sup> parties, Traité de la volonté et de ses effets*].
- Destutt de Tracy, Antoine Louis Claude (1977): *Eléments d'idéologie*, 5 partes em 4 tomos, reprodução fac-símile da edição de Paris (1801-1815), Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog.
- Diderot, [Denis] / Alembert, [Jean Baptiste le Rond d'] (eds.) (1751-1765, I-XVII): *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, A Paris: Chez Briasson; David l'aîné; Le Breton, Imprimeur-ordinaire du Roy; Durand. [Tome premier (1751), Tome second (1752); Tome troisième (1753); Tome quatrième (1754); Tome cinquième (1755); Tome sixième (1756); Tome septième (1757); Tome huitième a Tome dix-septième (1765) sem identificação dos editores: A Neufchastel: Chez Samuel Faulche & Compagnie, Libraires & Imprimeurs; ainda existem 9 volumes de 'Planches' (1762-1772)].
- Diomedes: – veja-se Flavius Sosipater Charisius, na edição de Keil (1857, I: 297-529).

- Dionysios Thrax (1883): *Dionysii Thracis ars grammatica, qualem exemplaria vetustissima exhibent subscriptis discrepantiis et testimoniis quae in codicibus recentioribus scholiis erotematis apud alios scriptores interpretem Armenium reperitur*, edidit Gustav Uhlig, Lipsiæ: In aedibus B. G. Teubneri. [reprodução fac-símilada: Hildesheim; New York: Georg Olms Verlag (1979)].
- Donatus, Aelius (1864) – veja-se Keil (1864, I: 353-402).
- Dumarsais [Du Marsais], César Chesneau (1797, I-VII): *Œuvres de du Marsais*, 7 tomos, A Paris: De l'imprimerie de Pougin.
- Dumarsais [Du Marsais], César Chesneau (1970): *Œuvres choisies*, Avec une introduction par Herbert E. Brekle, 3 tomos, Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommann Verlag (Günter Holzboog) (Grammatica Universalis: 5). [reprodução fac-símilada de uma escolha das obras de Dumarsais, nomeadamente Dumarsais (1797, I, IV, V)].
- Encyclopédie*: – veja-se Diderot/ Alembert (1751-1765, I-XVII).
- Encyclopédie Méthodique* (<sup>1</sup>1782-1786): *Encyclopédie Méthodique: Grammaire et littérature, Dédiée et présentée a Monsieur le Camus de Néville, Maître des Requêtes, Directeur Général de la Librairie*, 3 tomos, A Paris; A Liège: Chez Panckoucke, Libraire; Chez Plomteux, Imprimeur des États. [Tome premier (<sup>1</sup>1782): *A-Espérer*; Tome second (<sup>2</sup>1784): *Esprit-Parrhésie*; Tome troisième (<sup>1</sup>1786): *Parterre-Zeugme, Supplément aux articles de littérature; Méthode pour diriger les Lecteurs dans l'étude de la Grammaire & de la Littérature*].
- Faria, Manuel Severim de (1624): «Discvrso II: Das partes que ha de hauer na lingoagem para ser perfeita, & como a Portuguesa as tem todas, e algũas com eminencia de outras lingoas», em: Faria, Manuel Severim de: *Discursos varios politicos*, Évora: Impressos por Manoel Carvalho, Impressor da Vniversidade, 62r-86v.
- Fávero, Leonor Lopes (1996): *As concepções lingüísticas no século XVIII: A gramática portuguesa*, Campinas: Editora da UNICAMP (Coleção Repertórios).
- Fávero, Leonor Lopes / Molina, Márcia Antônia Guedes (2006): *As concepções lingüísticas no século XIX*, Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- Ferreira, Francisco Soares (1819): *Elementos de Grammatica Portugueza, ordenados segundo a doutrina dos melhores grammaticos para aplanar a' mocidade o estudo da sua lingua*, Lisboa: Na Impressão Regia.
- Ferreira, Silvestre Pinheiro (1814): *Categorias de Aristoteles*, Traduzidas do Grego e ordenadas conforme a hum novo plano por Silvestre Pinheiro Ferreira, Para uso das Prelecções philosophicas do mesmo traductor, Rio de Janeiro: Na Impressão Regia.
- Ferreira, Silvestre Pinheiro (1839): *Noções elementares de philosophia geral e applicada as sciencias moraes e politicas: Ontologia, psychologia, ideologia*, Paris: Rey et Gravier, J. P. Aillaud.
- [Figueiredo], António Pereira [de] (<sup>5</sup>1765): *Novo methodo da grammatica latina, dividido em duas partes: Para o uso dos mestres das Escolas da Congregação do Oratorio*, quinta impressão, Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio. [primeira edição anónima em dois tomos: Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Emin. Senh. Card. Patriarca (<sup>1</sup>1752/1753)].

- Figueiredo, Pedro José de (<sup>1</sup>1799): *Arte da grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil, e claro, offererecida a Sua Alteza Real o serenissimo Senhor Dom Antonio, Principe da Beira*, Lisboa: Na Regia Officina Typographica.
- Figueiredo, Pedro José de (<sup>4</sup>1827): *Arte da grammatica portugueza em methodo breve, facil, e claro*, Reformada nesta quarta edição para uso do Collegio Real de Nobres, e do Real Seminario do Patriarchado, por Pedro José de Figueiredo, *Socio da Academia das Sciencias de Lisboa*, Lisboa: Na Impressão Regia.
- Figueiredo, Pedro José de (<sup>5</sup>1837): *Arte da grammatica portugueza em methodo breve, facil, e claro*, Reformada nesta quarta edição para uso do Collegio Real de Nobres, e do Real Seminario do Patriarchado, por Pedro José de Figueiredo, *Socio da Academia das Sciencias de Lisboa*, Lisboa: Na Imprensa Nacional.
- Fonseca, Pedro da (<sup>1</sup>1564): *Institutionum dialecticarum libri octo, autore Petro Afonseca ex Societate Iesu*, Olyssippone: Apud haeredes Ioannis Blauij. [seguiram-se duas edições conimbricenses (1574, 1575), da qual a segunda foi usada para a edição estabelecida por Joaquim Ferreira Gomes (1964)].
- Fonseca, Pedro da (1964): *Instituições dialécticas: Institutionum dialecticarum libri octo*, introdução, estabelecimento do texto, tradução e notas por Joaquim Ferreira Gomes, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosoficos (Série de Cultura Portuguesa).
- [Fonseca, Pedro José da] (1799): *Rudimentos da grammatica portugueza: Cômmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*, Lisboa: Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira.
- [Fonseca, Pedro José da] (1809): *Rudimentos da orthographia portugueza*, Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Frider Mindanus, Peter (1592): *Petri Frideri Mindani D. De Lingva Latina Opus absolutum: Qvo nova planè, dvqce desideratâ methodo, vera Latinitatis ratio atque usus, praeceptis paucissimis & explicatissimis perfectissime docetur, Opus Grammaticû, ut exiguum, ita omnibus Scholis utilissimum*, Basileae: typis Leonhardi Ostenij.
- Girard, Gabriel (1747, I-II): *Les vrais principes de la langue françoise ou La parole réduite en méthode conformément aux loix de l'usage, en seize discours*, A Paris: Chez Le Breton.
- Girard, Gabriel (1982): *Les vrais principes de la langue françoise, Édition de Paris, 1747*, précédée d'une introduction par Pierre Swiggers, Genève: Librairie Droz (Langues et Cultures; 14).
- GRAE (<sup>1</sup>1771) = Real Academia Española (1771): *Gramática de la Lengua Castellana, compuesta por la Real Academia Española*, MADRID: Por Don Joachin Ibarra, impresor de Cámara de S. M..
- GRAE (1984) = Real Academia Española (1984): *Gramática de la Lengua Castellana 1771*, Edición facsímil y apêndice documental Ramón Sarmiento, Madrid: Editora Nacional (Clássicos para una biblioteca Contemporânea, Literatura; 43).
- H[arris], J[ames] (<sup>1</sup>1751): *Hermes: or a Philosophical Inquiry Concerning Language and Universal Grammar*, London: Printed by H. Woodfall for J. Nourse and P. Vaillant. [edições seguintes: Printed for John Nourse and Paul Vaillant (<sup>2</sup>1765), (<sup>3</sup>1771); London: Printed for C. Nourse (<sup>4</sup>1786); London: Printed for F. Wingrave (<sup>5</sup>1794), (<sup>6</sup>1806.); Printed for J. Collingwood (<sup>7</sup>1825); existem outras edições possivelmente apócrifas: Dublin: Printed for James Williams (<sup>4</sup>1773); London:

- Printed for the Proprietors, by W. M'Dowall, Published by W. Simprin & R. Marshall; edição fac-similada: Menston: The Scolar Press (1968) e outras mais].
- Harris, James (<sup>1</sup>1796): *Hermès, ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle*, ouvrage traduit de l'anglois de Jacques Harris, avec des et de additions par François Thurot, A Paris: De l'Imprimerie de la République (1796).
- Harris, James (<sup>2</sup>1972): *Hermès, ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle* traduction et remarques par François Thurot (1796), édition, introduction et notes par André Joly, Genève; Paris: Librairie Droz (Langue & cultures; 4).
- Harris, James (<sup>1</sup>1788): *Hermes: oder philosophische Untersuchung über die Allgemeine Grammatik*, on Iakob Harris, Uebersetzt von Christian Gottfried Ewerbeck, nebst Anmerkungen und Abhandlungen von F.A. Wolf und dem Uebersetzer, Halle: Bey Johann Jacob Gebauer. [reedição fac-similada: Hildesheim; New York: Georg Olms Verlag (1987)].
- Isidorus [Sán Isidoro de Sevilla] (<sup>1</sup>1911, I-II): *Isidori Hispalensis episcopi etymologiarum sive originvm libri XX*, recognovit brevique adnotatione critica instruxit W[allace] M[artin] Lindsay, Oxonii: E Typographeo Clarendoniano (Scriptorum classicorum bibliotheca Oxoniensis). [Tomus I: *libros I-X continens*; Tomus II: *libros XI-XX continens*].
- Isidorus [Sán Isidoro de Sevilla] (1985, I-II): *Isidori Hispalensis episcopi etymologiarum sive originum libri XX*, recognovit brevique adnotatione critica instruxit W[allace] M[artin] Lindsay, I-II, Oxonii: e Typographeo Clarendoniano (1985). [reprodução fac-similada de Isidorus (<sup>1</sup>1911)].
- Isidorus [Sán Isidoro de Sevilla] (<sup>2</sup>2009): *Etimologías: Edicion bilingüe*, texto latino, versión española y notas por José Oroz Reta y Manuel-A. Marcos Casquero, Introducción general por Manuel C. Díaz y Díaz, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- Keil, Heinrich (1857, I): *Grammatici latini ex recensione Henrici Keilii vol. I: Flavii Sosipatri Charisii artis grammaticae libri V, Diomedis artis grammaticae libri III, ex charisii arte grammatica excerpta, ex recensione Martini Hertzii*, Lipsiæ: In aedibus B. G. Teubneri. [reedição fac-similada: Hildesheim; New York: Georg Olms Verlag (1981)].
- Keil, Heinrich (1855, II): *Grammatici latini ex recensione Henrici Keilii vol. II: Prisciani institutionum grammaticarum libri I-XII ex recensione Martini Hertzii*, Lipsiæ: In aedibus B. G. Teubneri. [reedição fac-similada: Hildesheim; New York: Georg Olms Verlag (1981)].
- Keil, Heinrich (1859, III): *Grammatici latini ex recensione Henrici Keilii vol. III: Prisciani institutionum grammaticarum libri XIII-XVIII ex recensione Martini Hertzii, Prisciani opera omnia, ex recensione Henrici Keilii*, Lipsiæ: In aedibus B. G. Teubneri. [reedição fac-similada: Hildesheim; New York: Georg Olms Verlag (1981)].
- Keil, Heinrich (1864, IV): *Grammatici latini ex recensione Henrici Keilii vol. IV: Probi Donati Servii qui fervntvr de arte grammatica libri ex recensione Henrici Keilii: Notarvm latercvli ex recensione Theodori Mommseni*, Lipsiæ: In aedibus B. G. Teubneri. [reedição fac-similada: Hildesheim; New York: Georg Olms Verlag (1981)].
- [Lamy, Bernard] (<sup>1</sup>1675): *De l'art de parler*, A Paris: Chez André Pralard. [tiragens anónimas sem contagem de edição: (<sup>2</sup>1676, <sup>2</sup>1679); com indicação da autoria «Par

- le R. P. Bernard Lamy, Prêtre de l'Oratoire» a partir da Troisième Edition, reveuë & augmentée, A Paris: Chez André Pralard (<sup>3</sup>1688)].
- [Lamy, Bernard] (<sup>1</sup>1683): *Entretiens sur les sciences, dans lesquels, Outre la methode d'étudier, on apprend comme l'on se doit servir des Sciences, pour se faire l'esprit juste, & le cœur droit, & pour se rendre utile à l'Eglise, On y donne des avis importants à ceux qui vivent dans des Maisons Ecclesiastiques*, A Grenoble: Chez A. Fremon, Imprimeur de Nosseign<sup>is</sup> de la Chambre des Comptes.
- Lamy, Bernard (1980): *De l'art de parler: Kunst zu reden*, Mit einem einleitenden Essay "Perspektiven für eine Lektüre des art de parler von Bernard Lamy" von Rudolf Behrens, Herausgegeben von Ernstpeter Ruhe, München: Wilhelm Fink Verlag (Reihe Rhetorik; 1). [reedição reprográfica das edições francesa de Paris (1676) e alemã de Altenburg (1753)].
- [Lancelot, Claude] (<sup>1</sup>1644): *Novvelle Methode povr apprendre facilement, & en peu de temps la Langve Latine, contenant les Rvdiments et les Regles des Genres, des Declinaisons, des Preterits, de la Syntaxe, & de la Quantité: Mises en françois, avec un ordre tres-clair & tres-abregé, Dedie'e au Roy*, A Paris: Chez Antoine Vitré, Imprimeur ordinaire du Roy, de la Reyne Regente, Mere de sa Majesté, & du Clergé de France.
- [Lancelot, Claude] (<sup>1</sup>1660a): *Novvelle Methode povr apprendre facilement et en pev de temps la Langve Italienne*, A Paris: Chez Pierre le Petit, Imprimeur & Libraire ordinaire du Roy. [(<sup>2</sup>1664), (<sup>3</sup>1680), (<sup>4</sup>1690)].
- [Lancelot, Claude] (<sup>1</sup>1660b): *Novvelle Methode povr apprendre facilement et en pev de temps la Langve Espagnole*, A Paris: Chez Pierre le Petit, Imprimeur & Libraire ordinaire du Roy. [(<sup>2</sup>1665), (<sup>3</sup>1681)].
- [Lancelot, Claude] (<sup>11</sup>1736): *Nouvelle Methode pour apprendre facilement la Langue Latine, contenant les Regles des Genres, des Déclinaisons, des Preterits, de la Syntaxe, & de la Quantité, & des Accens Latins: Mises en françois avec un ordre tres-clair & tres-abregé, Presentée au Roy, Augmentée d'un grand nombre de Remarques très-solides, & non moins necessaires poir la parfaite connoissance de la Langue Latine, que pour l'intelligence des bons Auteurs, Tirées de tous ceux qui ont travaillé sur cette Langue avec plus de soin & de lumiere, Avec un Traité de la Poésie Latine, & une brève Instruction sur les Regles de la Poésie Françoise*, onzi'e me edition, Revûë, corrigée & augmentée de nouveau, Paris: Chez François Mathey.
- [Lancelot, Claude] (<sup>1</sup>1742): *Traduzione dal francese in italiano del nuovo metodo di Porto Reale: Con cui agevolmente s'insegna la lingua spagnola, Con l'aggiunzione di due Dialoghi ed un copioso Nomenclatore in fine*, fatta da D. Gennaro Sisti Professor di Ebreo, ed Arabo nella Regia Università di Napoli, In Napoli: Per Serafino Porsile Regio Stampatore.
- Laromiguière, [Pierre] (1815-1818, I-II): *Leçons de philosophie, ou, Essai sur les facultés de l'âme*, A Paris: Brunot-Labbe, Libraire de l'Université.
- Laromiguière, [Pierre] (<sup>4</sup>1826, I-III): *Leçons de philosophie sur les principes de l'intelligence, ou sur les causes et sur les origines des idées*, 3 tomos, quatrième édition revue par l'auteur, Paris: Brunot-Labbe, Éditeur, Libraire de l'Université.
- Leão, Duarte Nunes de (1606): *Origem da lingoa portvgvesa*, per Duarte Nvnez de Lião, Desembargador da Casa da Svpplicação, natvral da inclyta cidade de Evora, dirigida a el Rei Dom Philippe o II. de Portugal nosso Senhor, Em Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck.

- Lemos, Joaquim José de Campos Abreu de (1820): *O Desagravo da grammatica, ou Reflexões criticas sobre a grammatica portugueza*, Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Lévizac, [Jean-Pons-Victor Lecoutz] de (<sup>1</sup>1797): *L'art de parler et d'écrire correctement la Langue Française: Ou nouvelle Grammaire raisonnée de cette langue, à l'usage des Etrangers qui désirent d'en connoître à fond les principes et le génie*, À Londres: De l'Imprimerie de Baylis. [segunda edição: A Londres: Chez A. Dulau et Co. et chez l'Auteur (<sup>2</sup>1800)].
- Lévizac, [Jean-Pons-Victor Lecoutz] de (<sup>3</sup>1801, I-II): *L'art de parler et d'écrire correctement la langue française: Ou Grammaire philosophique et littéraire de cette langue, à l'usage des François et des Etrangers qui désirent en connoître à fond les principes, les beautés et le génie*, Troisième édition, Tome Premier, A Paris: Chez Rémont, Libraire. [Tome Second com as mesmas referências bibliográficas;].
- Linacre, Thomas (1512): *Linacri progymnasmata grammatices vulgaria*, Empryntyd in London: by Joh[a]n Rastell.
- Linacre, Thomas (<sup>1</sup>1524): *Thomae Linacri Britanni de emendata structura latini sermonis libri sex*, Londini: Apvd Richardum Pynsonum.
- Linacre, Thomas (<sup>2</sup>1525): *Rvdimenta Grammatices Thomae Linacri diligenter castigata denuo*, Londini: in aedibus Pynsonianis.
- Linacre, Thomas (<sup>1</sup>1533): *Rvdimenta grāmatices Thomae Linacri anglico sermone in Latnum versa, interprete Georgio Buchanano Scoto*, Parisiis: Ex officina Roberti Stephani.
- Lobato, António José dos Reis (<sup>1</sup>1770): *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, Composta, e Offerecida ao Ill.<sup>mo</sup> e Exc.<sup>mo</sup> Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Ministro, e Secretario de Estado da Sua Magestade Fidelissima da Repartição dos Negocios do Reino, Alcáide Mór da Cidade de Lamego, e Senhor Donatario das Villas de Oeyras, Pombal, Carvalho, e Cercosa, e dos Reguengos, e Direitos Reaes da de Oeyras, e de Apar de Oeyras, Commendador das Commendas de Santa Marinha de Mata de Lobos, e de S. Miguel das tres Minas na Ordem de Christo, &c. Pelo Bacharel Antonio Jose<sup>o</sup> dos Reis Lobato, Lisboa: Na Regia Officina Typografica. [edições setecentistas: (<sup>2</sup>1771), (<sup>3</sup>1772)].
- Lobato, António José dos Reis (<sup>NE</sup>1824): *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, Composta, e Offerecida ao Ill.<sup>mo</sup> e Exc.<sup>mo</sup> Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Ministro, e Secretario de Estado da Sua Magestade Fidelissima da Repartição dos Negocios do Reino, nova edição, Lisboa: Na Typographia Rollandiana.
- [Magalhães, João Jacinto de] (<sup>1</sup>1760a): *Novo Epitome da Grammatica Grega de Porto-Real, composto na lingoa portugueza: para uzo das novas Escolas de Portugal e dedicado ao Illustrissimo e reverendissimo Senhor Pedro da Costa de Almeida Salema, Acolito da Santa Egreja Patriarchal de Lisboa, do Concelho de Sua Majestade Fidelissima, Fidalgo da Caza do mesmo Senhor e seu Ministro na Corte de França*, Paris: Na Officina de Franc. Ambr. Didot.
- [Magalhães, João Jacinto de] (<sup>1</sup>1760b): *Novo Epitome da Gramatica Grega de Porto Real acomodado na lingua portugueza: para uzo das novas escolas, por mandado de sua magestade fidelissima ElRei D. Jozé o I, Nosso Senhor*, Lisboa: Com todas Licenças necessarias. / M. DCC. LX. [edição sem indicação da oficina tipográfica].

- Meigret, Louis (<sup>1</sup>1550): *Le Tretté de la grammere françoëze*, A Paris: Chés Chrestien Wechel.
- Meigret, Louis (1980): *Le traité de la grammaire française (1550): Le menteur de Lucien, Aux lecteurs (1548)*, Edition établie selon l'orthographe moderne, subdivisée en paragraphes, annotée et augmentée d'une introduction, d'un glossaire ainsi que d'un index par Franz Josef Hausmann, Tübingen: Gunter Narr Verlag (Lingua et traditio; 5).
- Melo, João Crisóstomo do Couto e (1818): *Gramática filosófica da linguagem portugêza*, composta e offerecida a El Rei Nosso Senhor, Lisboa: Na Impressão Regia.
- Morais, Carlos (2000): *A Grammatica de Grego de João Jacinto de Magalhães no contexto da reforma Pombalina: (A primeira gramática de Grego em língua portuguesa)*, Aveiro: Universidade de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro. [edição fac-similada de Magalhães (<sup>1</sup>1760a)].
- Murray, Alexander (<sup>2</sup>1787): *An Easy English Grammar for the use of Schools: In Three Parts*, London: Printed for B. Law; B. Phorson.
- Murray, Lindley (<sup>23</sup>1812): *English Grammar, Adapted to the Different Classes of Learners: With an Appendix, Containing Rules and Observations, for Assisting the More Advanced Students to Write with Perspicuity and Accuracy*, The twenty third edition, York: Printed by Thomas Wilson & Son.
- Nebrija, Antonio de (<sup>1</sup>1481): *Introductiones latinae*, Salmanticae.
- Nebrija, Antonio de (1492): *Gramatica sobre la lengua castellana*, Salamanca.
- Nebrija, Elio Antonio de (1509): *Aelij Antonii Nebrissensis ars nova grammatices cum eiusdem uberrimis commentariis: necnon et alia eiusdem auctoris insignia opuscula etiam de re litteraria q[uam] studiosissime eme[n]data et oblatiorem dinulgationem latine exposita multis in locis ubi in hispana lingua interpretantur, Cum quibusdam compendiosis additionibus de novo insertis, Grammatici interpretes vestris discipulis hunc autorem ducite audiendum, & ceteros linguite vanos, Nam is vere docuit quicquid ex arte grammaticum scire decuit*, Lugduni: per Johannem de Platea.
- Nebrija, Elio Antonio de (1601): *Aelii Antonii Nebrissensis de institutione Grammatica libri quinque: Iussu Philippi. III, Hispaniarum Regis Catholici, nunc denuò recogniti*, Antiquariae: in aedibvs D. Augustini Antonii Nebrissensis.
- Nebrija, Antonio de (1980): *Gramática de la lengua castellana*, edición preparada por Antonio Quilis, Madrid: Editora Nacional (Clásicos para una biblioteca contemporánea: Literatura; 3).
- Nebrija, Antonio de (1981): *Introductiones Latinae*, Salmanticae: [Edición de la Universidad de Salamanca]. [edição fac-similada de Nebrija (<sup>1</sup>1481)].
- Nebrija, Antonio de (1995): *Gramática Castellana*, Tegucigalpa: Universidad Nacional Autónoma de Honduras; Editorial Universitaria.
- Nebrija, Antonio de (2011): *Gramática sobre la lengua castellana*, edición, estudio y notas de Carmen Lozano, *Paginae nebrissenses*, al cuidado de Felipe González Vega, Madrid; Barcelona: Real Academia Española; Galaxia Gutenberg-Círculo de Lectores.

- Oliveira, Fernão de (<sup>1</sup>1536): *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Acabouse dempremir esta premeira anotação da lingua Portuguesa, por mandado do muy manífico senhor dom Fernando Dalmada em Lixbõa. ã casa d[e] Germão galharde a. xxvij. dias do mes de Janeyro de mil & q[ui]nhêtos & trinta & seis annos de nossa saluaçam.
- Oliveira, Fernão de (<sup>2</sup>1871): *Grammatica da Linguagem Portugueza*, Segunda Edição, conforme a de 1536, publicada por diligencias e trabalho do Visconde d’Azevedo e Tito de Noronha, Porto: Imprensa Portugueza.
- Oliveira, Fernão de (<sup>3</sup>1933): *Grammatica da Lingoagem Portugueza por Fernão de Oliveira*, 3.<sup>a</sup> edição feita de harmonia com a primeira (1536), sob a direcção de Rodrigo de Sá de Nogueira, Seguida de um estudo e de um glossário de Aníbal Ferreira Henriques, Lisboa: Edição de José Fernandes Júnior.
- Oliveira, Fernão de (<sup>4</sup>1954): *A “Grammatica” de Fernão d’Oliveyra*, texto reproduzido do da 1.<sup>a</sup> edição e apreciação de Olmar Guterres da Silveira, Rio de Janeiro: sem editora.
- Oliveira, Fernão de (<sup>5</sup>1975): *A Gramática da Linguagem Portuguesa*, introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- Oliveira, Fernão de (<sup>7</sup>1988): *Gramática da linguagem portuguesa*, Edição fac-similada, Lisboa: Biblioteca Nacional. [As citações são feitas confoeme esta edição].
- Oliveira, Fernão de (<sup>8</sup>2000): *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*, edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Oliveira, Fernão de (<sup>9</sup>2007): *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*, edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras.
- Oliveira, Fernão de (<sup>10</sup>2012): *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Fac-simile, introdução e edição actualizada e anotada por José Eduardo Franco e João Paulo Silvestre, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Olivet, [Pierre-Joseph Thoulier] d' (<sup>1</sup>1767): *Remarques sur la langue françoise*, A Paris: Chez Barbou, Imprimeur-Libraire.
- Pastrana, Juan de / Rombo, Pedro (1497): *Grammatica pastrane /// Incipit compendium breue et vtile: siue tractatus intitulus: Thesaurus pauperum siue speculum puerorum editum a magistro Johanne de pastrana. /// [Impressa vero Ulixbone per Ualentinum ferdinandi de morauia. Ad laudem omnipotentis dei eiusque genitricis Millesimo quadringentesimo nonagesimo septimo. vj. kalendas Junij.*
- Pedro Hispano (1572): *Petri Hispani Summulae logicales cum Versorij Parisiensis clarissima expositione: Parvorum item Logicalium eidem Petro Hispano ascriptum opus, nuper in partes ac capita distinctum, Quae omnia a Martiano Rota infinitis fere erroribus maxima sunt diligentia castigata, Duos demum Indices nunc primum excogitados, quorum alter singulorum textuum ac capitum, alter vero, eorum, quae in toto opere scitu digna habentur, imprimi curavimus, Venetiis: Apud F. Sansonium.* [edição comentada do tratado lógico medieval, reprodução fac-similada: Hildesheim; New York: Georg Olms Verlag (1981)].

- Pereira, Bento (<sup>1</sup>1672): *Ars grammaticae pro lingva lvsitana addiscenda latino Idiomate proponitur*: In hoc libello, velut in quaedam academiola diuisa in quinque classes, instructas subselliis, recto ordine dispertitis, vt ab omnibus tum domesticis, tum exteris frequentari possint, *Ad finem ponitur Orthographia, ars rectè scribendi, vt sicut prior docet rectè loqui, ita posterior doceat rectè scribere linguam Lusitanam*, In gratiam Itolorum coniugationibus Lusitanis Italae correspondent, Lvgdvnii: Sumptibus Lavrentii Anisson.
- Pereira, Bento (<sup>2</sup>1806): *Grammatica Lusitana Latino Idiomate proposita, et in quinque Classes, instructas Subselliis recto ordine distributis, diuisa, ut ab omnibus, tum domesticis, tum exteris frequentari possint*: In gratiam Itolorum coniugationibus Lusitanis Italæ Correspondent, *Ad finem ponitur Orthographia, vt sicut Grammatica docet recte loqui, ita hæc doceat recte scribere linguam lusitanam*, editio prima olisiponensis Juxta eam, quæ Lugduni anno M. DC. LXX. II. prodiit, exarata, ipsaque Lugdunensi correctior, Olisipone: Ex Regia Typographia.
- Petrus Hispanus (1572): veja-se Pedro Hispano (1572).
- Priscianus Caesariensis (1855-1859, II-III): – veja-se Keil (1855, 1859).
- Quintilianus, Marcus Fabius / Butler, H[arold] E[dgeworth] (<sup>6</sup>1968, I): *The Institutio Oratoria of Quintilian in four volumes*, With an English translation by H. E. Butler, Cambridge; London: Harvard University Press; William Heinemann Ltd. (The Loeb Classical Library). [(<sup>6</sup>1968, I); (<sup>6</sup>1977, II); (<sup>6</sup>1976, III); (<sup>6</sup>1968, IV)].
- Restaut, Pierre (<sup>1</sup>1730): *Principes généraux et raisonnés de la Grammaire Française: Par Demandes & par Réponses, Dédiés à Monseigneur Le Duc de Chartres*, A Paris: Chez Jean Desaint, Libraire-Juré de l'Université.
- Restaut, Pierre (<sup>10</sup>1767): *Principes généraux et raisonnés de la Grammaire Française: Avec des observations sur l'Orthographe, les Accents, la Ponctuation, & la Prononciation; & un Abrégé des Règles de la Versification Française, Dédiés à M. Le Duc d'Orleans; Premier Prince du Sang, Dixieme édition*, Paris: Chez Lottin, le jeune, Libraire.
- Ribeiro, Antonio Leite (1819): *Theoria do discurso: Applicada à Lingoa Portuguesa; em que se mostra a estreita relação, e mutua dependencia das quatro Sciencias intellectuaes, a saber Ideologia, Grammatica, Logica, e Rhetorica*, offerecida a sua Alteza o Serenissimo Senhor D. Pedro d'Alcantara, Principe R. do Reino- Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, Lisboa: Na Impressão Regia.
- Roboredo, Amaro de (1619): *Methodo grammatical para todas as linguas: Consta de tres partes, 1. Grammatica exemplificada na Portuguesa, & Latina, 2. Copia de palavras exemplificada nas Latinas, artificio experimentado para entêder Latim em poucos meses. 3. Frase exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica, como mostra a 3. & 4. folha*, Em Lisboa: per Pedro Craesbeeck.
- Roboredo, Amaro de (<sup>2</sup>2002): *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, edição de Marina Kossárik, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda (filologia portuguesa).
- Roboredo, Amaro de (<sup>3</sup>2007a): *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, Edição Facsimilada, com prefácio e estudo introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 1).

- Roboredo, Amaro de (<sup>2</sup>2007b): *Verdadeira Grammatica Latina, para se bem saber em breve tempo, scritta na lingua portuguesa com exemplos na latina*, Edição Facsimilada, com prefácio de Amadeu Torres e estudio introdutório de Gonçalo Fernandes, Rogelio Ponce de León e Carlos Assunção, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 2).
- Sánchez, Pedro (2008): *Arte de Grammatica pera em breve saber Latim*, Edição Facsimilada, com prefácio de Amadeu Torres e estudo introdutório de Rogelio Ponce de León, Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes, Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 3).
- Sánchez de las Brozas, Francisco (1587): *Francisci Sanctii Brocensis, in inclyta Salmanticensi Academia Primarij Rhetorices, Græcæque linguæ Doctoris Minerva: seu de causis linguæ Latinæ, Salmanticæ, Apud Ioannem, & Andream Renaut, fratres*.
- Sánchez de las Brozas, Francisco (1766): *Francisci Sanctii Brocensis in inclyta Salmanticensi Academia Emeriti, olim Rhetorices, & Primarii Latinæ, Græcæque Linguæ Doctoris, opera omnia una cum ejusdem scriptoris vita, auctore Gregorio Maiansio*, 4 tomos, Genève: Apud Fratres de Tournes. [Tomus primus, seu opera grammatica; Tomus secundus, seu operum philologicorum pars prima; Tomus tertius, seu operum philologicorum pars secunda; Tomus Quartus, seu Opera poetica].
- Sánchez de las Brozas, Francisco (1982): *Minerve ou les causes de la langue latine*, introduction, traduction et notes par Geneviève Clérico, Lille: Presses Universitaires de Lille.
- Sánchez de las Brozas, Francisco (1985): *Opera Omnia una cum ejusdem scriptoris vita; auctore Gregorio Maiansio*, edição fac-símile, edição fac-símile, Hildesheim; Zürich; New York: Olms.
- Sánchez de las Brozas, Francisco (1986): *Franciscus Sanctius Brocensis: Minerva seu de causis linguæ Latinæ*, Reprint of the edition Salamanca 1587, with an introduction by Manuel Breva-Claramonte, Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog (Grammatica Universalis: 16).
- Sánchez de las Brozas, Francisco (1995): *Minerva o de Causis Linguæ Latinæ: Libri I, III, IV (Introducción y edición E Sánchez Salor), Liber II (Edición C. Chaparro Gómez)*, Cáceres: Institución Cultural El Brocense; Universidad de Extremadura.
- Sanctius Brocensis, Franciscus: – veja-se Sánchez de las Brozas, Francisco
- Scaliger, Julius Caesar (1540): *Julii Caesaris Scaligeri De causis linguæ Latinæ libri tredecim*, Lugduni: apud Seb. Gryphium.
- Sicard, R[och]-A[mbroise Cucurron] (<sup>1</sup>1799, I-II): *Éléments de Grammaire Générale appliqués à la langue française*, 2 volumes, A Paris: Chez Bourlotton, Éditeur; Deterville, libraire.
- Silva, António de Morais (<sup>1</sup>1806): *Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa*, Lisboa: Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira.
- Silva, António de Morais (<sup>2</sup>1824): *Grammatica da Lingua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Na Typographia de Silva Porto, e Comp.
- Silva, António de Morais (<sup>2</sup>1813, I): *Diccionario da Lingua Portuguesa, recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado*, Tomo primeiro, A=E, Lisboa: Na Typographia Lacerdina.

- Sousa, Manuel Dias de (1804): *Gramatica portugueza ordenada Segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros para Facilitar á mocidade Portugueza o estudo de lêr e escrevêr a sua propria Lingua, e a inteligencia das outras em que se quizer instruir*, Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade.
- Thiébauld, Dieudonné (1802, I-II): *Grammaire philosophique ou la métaphysique, la logique, et la grammaire réunies en un seul corps de doctrine*, 2 tomes, A Paris: Chez Courcier, Imprimeur-Libraire.
- Thiébauld, Dieudonné (1977, I-II): *Grammaire philosophique ou la métaphysique, la logique, et la grammaire réunies en un seul corps de doctrine*, tomes I-II, Nouvelle impression en facsimilé de l'édition de 1802, avec une introduction par Daniel Droixhe. Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommann Verlag (Günter Holzboog) (Grammatica Universalis: 11).
- Valdés, Juan de (<sup>6</sup>1976): *Diálogo de la lengua*, Edición y notas por José F. Montesinos, Madrid: Espasa-Calpe (Clásicos castellanos, 86).
- Varro, Marcus Terentius (1885): *M. Terenti Varronis De lingua Latina libri*, emendavit, apparatus critico instruxit praefatus est leonardus Spengel. Leonardo Patre mortuo edidit et recognovit filius Andreas Spengel, Berolini: Apud Weidmannos.
- Vera, Alvaro Ferreira de (1631): *Breves Louvores da lingua portvguesa, com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua latina*, Dirigido a Dom Manoel d'Eça, Lisboa: Per Mathias Rodriguez.
- Verney, Luis António (<sup>2</sup>1746, I-II): *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à República, e à Igreja: Proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal, exposto em varias cartas, escritas polo R. P. \*\*\* Barbadinho Barbadinho do Congregasam de Italia ao R. P. \*\*\* Doutor na Universidade de Coimbra*, 2 tomos, Valensa: Na Oficina de Antonio Balle. [= Nápoles: Gennaro e Vicenzo Muzio, s.d].
- Verney, Luis António (1949-1952, I-V): *Verdadeiro método de estudar*, Edição organizada por António Salgado Júnior., Lisboa: Edições João Sá da Costa (Colecção de clássicos Sá da Costa). [volume I (1949, I): *Estudos linguísticos*; volume II (1950, II): *Estudos literários*; volume III (1952, III): *Estudos filosóficos*; volume IV (1952, IV): *Estudos médicos, jurídicos e teológicos*; volume V (1952, V): *Estudos canónicos, regulamentação, sinopse*].
- Verney, Luis António (<sup>1</sup>1758): *Gramatica Latina: Tratada por um Metodo novo, claro, e facil, Para Uzo Daquelas pesoas, que querem aprendela brevemente, e solidamente*, traduzida de Francez em Italiano: e de Italiano em Portuguez, Barcelona. [publicação sem indicação da oficina tipográfica].

## 6.2 Literatura secundária

- 1605, fevereiro 21 – Borba, *Assento de batismo de Bento, filho de Francisco Pereira e de Catarina Rodrigues*, Arquivo Distrital de Évora, Registos Paroquiais, Concelho de Borba, Freguesia de Borba (Matriz), Registo de batismos, livro n. ° 2 (1573-1606), fol. 511 v.
- Aarsleff, Hans (1975): «The eighteenth century, including Leibniz», em: Sebeok (1975, I: 383-479).

- Abbadie, João-Maria-N. A. (1790): *Nova Grãmatica: Para aprender a traduzir, fallar, e escrever, a Lingua Franceza, com perfeição, e brevidade, por hum methodo inteiramente distincto dos demais, Tirada dos melhores Autores Francezes, modernos como a Enciclopedia, Condillac, VVailli, Port-royal, e o Diccionario das regras da Lingua Franceza, com algumas observações sobre a Orthografia de Voltaire, que he a mais exacta*, Offerecida A' Illustrissima, e Excellentissima Senhora D. Rita Lhorente, Maza, e Asteriz, Porto: Na Offic. de Bernardo Antonio Farropo. [(1809)]
- Abraham, Werner (1988): *Terminologie zur neueren Linguistik*, 2 volumes, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Germanistische Arbeitshefte; 1).
- Alarcos García, Emilio (1954): – veja-se Correias (1954).
- Ali, M[anuel] Said (1931): *Grammatica historica da lingua portugueza, 2ª ed. Melhorada e augmentada de Lexeologia e Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Historico (1º premio Francisco Alves de 1921 e de 1927)*, São Paulo; Cayeiras; Rio: Editora-Proprietaria Comp. Melhoramentos de São Paulo.
- Almeida, Justino Mendes de (1959, I): «[Lexicógrafos portugueses de língua latina I:] O primeiro lexicógrafo português da língua latina: Jerónimo Cardoso», em: *Ephrosyne* 2 (1959), págs. 139-152.
- Almeida, Justino Mendes de (1965, II): «[Lexicógrafos portugueses da língua latina II:] Agostinho Barbosa: o segundo lexicógrafo português da língua latina», em: *Revista de Guimarães* 75, págs. 31-40.
- Almeida, Justino Mendes de (1967, III): «[Lexicógrafos portugueses da língua latina] 3: A *Prosodia* de Bento Pereira», em: *Revista de Guimarães* 77/1-2 (janeiro-junho de 1967), págs. 5-12.
- Almeida, Justino Mendes de (1967, IV): «[Lexicógrafos portugueses da língua latina] 4: O *Diccionario lusitanico-latino* de Frei Pedro de Poyares», em: *Revista de Guimarães* 77/1-2 (janeiro-junho de 1967), págs. 12-17.
- Almeida, Justino Mendes de (1969, V): «Lexicógrafos da Língua Latina em Portugal V: A *Porta de linguas* (Ianva lingvarum), de Amaro de Roboredo», em: *Revista de Guimarães* 79/1-2 (janeiro-junho de 1969), págs. 5-7.
- Almeida, Justino Mendes de (1969, VI): «[Lexicógrafos da Língua Latina em Portugal] VI: A *Amalthea sive hortus onomasticus*, do P. Fr. Tomás da Luz», em: *Revista de Guimarães* 79/1-2 (janeiro-junho de 1969), págs. 7-13.
- Almeida, Justino Mendes de (1969, VII): «[Lexicógrafos da Língua Latina em Portugal] VII: O *Vocabulario portuguez e latino*, de D. Rafael Bluteau», em: *Revista de Guimarães* 79/1-2 (janeiro-junho de 1969), págs. 13-27.
- Almeida, Justino Mendes de (1969, VIII): «[Lexicógrafos da Língua Latina em Portugal] VIII: O *Aparato critico para a correcção do diccionario intitulado Prosodia in vocabularium bilingue digesta*, de António Pereira de Figueiredo», em: *Revista de Guimarães* 79/1-2 (janeiro-junho de 1969), págs. 27-36.
- Almeida, Justino Mendes de (1969, IX): «[Lexicógrafos da Língua Latina em Portugal] IX: O *Diccionario portuguez, e latino* do Padre Carlos Folqman», em: *Revista de Guimarães* 79/1-2 (janeiro-junho de 1969), págs. 36-40.
- Almeida, Justino Mendes de (1969, X): «Lexicógrafos da Língua Latina em Portugal X: O *Breve Diccionario da Latinidade Pura e Impura* de Antonio Pereira de Figueiredo», em: *Revista de Guimarães* 79/3-4 (julho-Dezembro de 1969), págs. 193-198.

- Almeida, Justino Mendes de (1969, XI): «[Lexicógrafos da Língua Latina em Portugal] XI: Os *Dicionários* de Pedro José da Fonseca», em: *Revista de Guimarães* 79/3-4 (julho-Dezembro de 1969), págs. 198-210.
- Almeida, Justino Mendes de (1969, XII): «[Lexicógrafos da Língua Latina em Portugal] XII: O *Magnum lexicon*, de Frei Manuel de Pina Cabral», em: *Revista de Guimarães* 79/3-4 (julho-Dezembro de 1969), págs. 210-216.
- Almeida, Justino Mendes de (1969, XIII): «[Lexicógrafos da Língua Latina em Portugal] XIII: O *Diccionario portuguez-francez-e-latino novamente compilado* por Joaquim José da Costa e Sá», em: *Revista de Guimarães* 79/3-4 (julho-Dezembro de 1969), págs. 216-226.
- Almeida, Justino Mendes de (1972, XIV): «Lexicógrafos da Língua Latina em Portugal XIV: O *Diccionario Latino, e Portuguez*, por Damião de Froes Perim (Fr. João de S. Pedro)», em: *Revista de Guimarães* 82/3-4 (julho-Dezembro de 1972), págs. 151-163.
- Almeida, Justino Mendes de (1972, XV): «[Lexicógrafos da Língua Latina em Portugal] XV: *Nomenclatura Port., e Latina*», em: *Revista de Guimarães* 82/3-4 (julho-Dezembro de 1972), págs. 163-169.
- Alvará (1770) = «Alvará determinando por que livros e manuscritos se ensine nas Aulas de Latim, e Primeiras Letras», em: Silva, António Delgado da (ed.) (1825): *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações, offerecida a ElRei Nosso Senhor: Legislação de 1763 a 1774*, Lisboa: Na Typografia Maigrense, págs. 497-498.
- Alves, Francisco Manuel (2000, VII): *Bragança: Memórias Histórico-Arqueológicas do Distrito de Bragança, ou Repositorio amplo de noticias chorographicas, hydro-orographicas, geologicas, mineralogicas, hydrologicas, bio-bibliographicas, hiraldicas, etymologicas, industriaes e estatisticas interessantes tanto á historia profana como ecclesiastica do distrito de Bragança: Arqueologia e etnografia, Os Notáveis*, Tomo VII, Bragança: Câmara Municipal de Bragança; Instituto Português de Museus; Museu do Abade de Baçal.
- Amor Couto, Manuel (2004): «Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa», em: *Revista Galega de Filoloxía* 5, págs. 11-31.
- Andrade, António Alberto Banha de (1980): *Verney e a projecção da sua obra*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação e Ciência (Biblioteca Breve; Série Pensamento e Ciência; 79).
- Andrade, António Alberto Banha de (1981): *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771): Contribuição para a história da pedagogia em Portugal*, 2 volumes, (I: A reforma; II: Documentação), Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- Andrade, António Alberto Banha de (1981, I, 1): *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771): (Contribuição para a história da pedagogia em Portugal), 1.º Volume (A Reforma), 1.ª Parte*, Coimbra: Por ordem da Universidade (Acta Universitatis Conimbrigensis).
- Andrade, António Alberto Banha de (1981, II): *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771): (Contribuição para a história da pedagogia em Portugal), 2.º Volume (Documentação)*, Coimbra: Por ordem da Universidade (Acta Universitatis Conimbrigensis).

- Andrade, António Alberto Banha de (1984, I, 2): *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771): (Contribuição para a história da pedagogia em Portugal), 1.º Volume (A Reforma), 2.ª Parte*, Coimbra: Por ordem da Universidade (Acta Universitatis Conimbrigensis).
- Anselmo, Antonio Joaquim (1919): «Bibliographia das bibliographias portuguesas», em: *Revista de Historia* 8/29 (janeiro a março de 1919, págs. 32-48).
- Anselmo, António Joaquim (1923): *Bibliografia das bibliografias portuguesas*, Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional (Publicações da Biblioteca Nacional: Biblioteca do bibliotecário e do arquivista; 3). [reedição bastante aumentada de Anselmo (1919)].
- Anselmo, Artur (1981): *Origens da imprensa em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- Arens, Hans (1974, I): *Sprachwissenschaft: Der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur Gegenwart, Band 1, Band 1, Von der Antike bis zum Ausgang des 19. Jahrhunderts*, Frankfurt am Main: Athenäum Fischer Taschenbuch Verlag.
- Arens, Hans (1974, II): *Sprachwissenschaft: Der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur Gegenwart, Band 1, Band 2, Das 20. Jahrhundert*, Frankfurt am Main: Athenäum Fischer Taschenbuch Verlag.
- Aristoteles (<sup>4</sup>1962): *The categories: On interpretation*, by Harold P. Cook / *Prior Analytics*, by Hugh Tredennick, London; Cambridge: Heinemann; Harvard University Press (The Loeb Classical Library, 325).
- Arriaga, José de (<sup>2</sup>1980): *A Filosofia Portuguesa 1720-1829: História da Revolução Portuguesa de 1820, Movimento Intelectual*, Prefácio e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa: Guimarães & C.ª Editores (Coleção Filosofia e Ensaios).
- Arrivé, Michel / Chevalier, Jean-Claude (éds.) (1970): *La grammaire*, Paris: Éditions Klincksieck (Bibliothèque d'initiation à la linguistique, Série A: Lectures; 3).
- Asensio, Eugenio (1974): «La lengua compañera del Imperio: Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal», em: Asensio, Eugenio (ed.) (1974): *Estudios Portugueses*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português (Civilização portuguesa; 2).
- Assunção, Carlos da Costa (1997a): *Gramática e Gramatologia*, Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga.
- Assunção, Carlos da Costa (1997b): *Para uma Gramatologia Portuguesa: Dos Primórdios do Gramaticalismo em Portugal a Reis Lobato*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Assunção Carlos (1997c): *Reis Lobato: Gramático Pombalino*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística (Para a História da Linguística em Portugal; Caderno III).
- Assunção, Carlos (2000): *A Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa de António José dos Reis Lobato: Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Assunção, Carlos / Fernandes, Gonçalo (2007): «Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica das línguas e nos estudos linguísticos» – veja-se: Roboredo (2007a: XI-CII).
- Auroux, Sylvain (1980): «L'histoire de la linguistique», em: *Langue Française* 48 (décembre 1980: *L'histoire de la linguistique*), págs. 7-15.
- Auroux, Sylvain (1981): «Falsification et induction», em: *Dialogue: Canadian Philosophical Review* 20/2 (June 1981), págs. 280-307.

- Auroux, Sylvain (1984a): «General Grammar and Universal Grammar in Enlightenment France», em: *General Linguistics* 23/1, págs. 1-18.
- Auroux, Sylvain (1984b): «Du nom au verbe: La grammaire générale de Port-Royal à Destutt de Tracy», em: *Modèles Linguistiques* 6/1, págs. 11-21.
- Auroux, Sylvain (1986a): «Les parties du discours dans la stratégie cognitive de la grammaire générale», em: *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 39/6, págs. 685-694.
- Auroux, Sylvain (1986b): «Actes de pensée et actes linguistiques dans la grammaire générale», em: *Histoire, Epistémologie, Langage* 8/2 (*Histoire des Conceptions de l'Énonciation*), págs. 105-120.
- Auroux, Sylvain (1987): «Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques: Les horizons de retrospection», em: Schmitter (1987a: 20-42).
- Auroux, Sylvain (1988a): «La grammaire générale et les fondements philosophiques des classements de mots», em: *Langages* 23/92 (Décembre 1988: *Les parties du discours*), págs. 79-91.
- Auroux, Sylvain (1988b): «Les critères de définition des parties du discours», em: *Langages* 23/92 (Décembre 1988: *Les parties du discours*), págs. 109-112.
- Auroux, Sylvain (1989a): «Beazée und die Universalität der Wortarten», em: *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik* 19/76, págs. 56-75.
- Auroux, Sylvain (1992b): «Le processus de grammatisation et ses enjeux», em: Auroux (1992, II: 11-64).
- Auroux, Sylvain (dir.) (1989b, I): *Histoire des idées linguistiques: Tome I, La naissance des métalangages en Orient et en Occident*, Liège, Bruxelles: Éditions Mardaga (Philosophie et langage).
- Auroux, Sylvain (dir.) (1992, II): *Histoire des idées linguistiques: Tome I, Le développement de la grammaire occidentale*, Liège, Bruxelles: Éditions Mardaga (Philosophie et langage; 2).
- Azevedo, Ricardo Charters d' (2012): *Os Soares Barbosa: Ansianenses Ilustres*, Leiria: textiverso (Tempos & Vidas; 20).
- Bahner, Werner (1983): *Kontinuität und Diskontinuität in der Herausbildung der romanischen Sprachwissenschaft*, Berlin: Akademie-Verlag (Sitzungsberichte der Sächsischen Akademie der Wissenschaften zu Leipzig, Phil-Hist. Klasse: 124/3).
- Baião, Antonio (1906): *A inquisição em Portugal e no Brazil: Subsídios para a sua historia*, Lisboa, edição do autor (Of. Tip. Calçada do Cabra, 7).
- Balbi, Adrien (1822): *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve : comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les Portugais des deux hémisphères*, 2 volumes, Paris: Chez Rey et Gravier, Libraires.
- Barnoim, João António (<sup>1</sup>1796): *Nova Grammatica Franceza, e Portugueza: Para se aprender com facilidade a fallar lêr, escrever, traduzir, e pronunciar na ultima perfeição, e por hum plano que não tem apparecido até agora; com as Regras mais simples, e verdadeiras sobre a Pronunciação, Etymologia, ou declinação dos Nomes, Verbos, Syntaxe, e Dialogos do uso familiar*, Porto: na Typog. de Antonio Alvarez Ribeiro. [(<sup>2</sup>1803)]
- Barros, João de (1522): *Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal desçendem*, tyrada de lynguoagê Ungara em a nossa Portuguesa per Joam de Barros, Lisboa: impresa per Germam gualharde.

- Barros, João de (1552, I): *Asia de Joam de Barros, dos feytos que os Portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente*, Lisboa: Imprensa per Germão Galharde.
- Barros, João de (1553, II): *Segunda decada da Asia de Joã de Barros dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimẽto & cõquista dos mares & terras do oriente*, Lisboa: Imprensa per Germão Galharde.
- Barros, João de (1563, III): *Terceira decada da Asia de Ioam de Barros: Dos feytos que os Portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente*, Em Lisboa: Por Ioam de Barreira.
- Barros, João de (1959): *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem: Lettura critica dell'edizione del 1540 com una introduzione su la questione della lingua in Portogallo*, a cura di Luciana Stegagno Picchio, Modena: Società Tipografica Modenese (Università di Roma, Istituto di filologia romanza: Collezione di testi e manuali; 45).
- Barros, João de (1982): – veja-se Stegagno Picchio (1982).
- Bartlett, Barrie E[verdell] (1980): «Les rapports entre la structure profonde et l'énoncé au XVIII<sup>e</sup> siècle», em: *Langue Française* 48 (décembre 1980: *L'histoire de la linguistique*), págs. 28-43.
- Bartlett, Barrie E[verdell] (1974): – veja-se Beauzée (1974).
- Bastos, José Timóteo da Silva (1926): *História da censura intelectual em Portugal: Ensaio sobre a compressão do pensamento português*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Bastos, Neusa Maria Oliveira Barbosa (1984): «O ensino do português e os gramáticos do século XVI», em: *Revista Brasileira de Linguística* 7/1, págs. 107-111.
- Bataillon, Marcel (1952): *Etudes sur le Portugal au temps de l'humanisme*, Coimbra: Por ordem da Universidade (Acta Universitatis Conimbricensis).
- Baum, Richard (1975): «Die 'Ideologen' des 18. Jahrhunderts und die Sprachwissenschaft», em: *Historiographia Linguistica* 2/1, págs. 67-90.
- Baum, Richard (1982): «La grammaire idéologique et sa place dans l'histoire de la grammaire philosophique», *Histoire Épistémologie Langage* 4/1, págs. 23-33.
- Baum, Richard (1987a): *Hochsprache, Literatursprache, Schriftsprache: Materialien zur Charakteristik von Kultursprachen*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft (Impulse der Forschung; 49).
- Baum, Richard (1987b): «Die ersten Grammatiken der romanischen Sprachen. Sprachgeschichte und Renaissance der romanischen Philologie», em: *Niederehe / Schlieben-Lange* (1987: 15-43).
- Beau, Albin Eduard (1937): «Nation und Sprache im portugiesischen Humanismus», em: *Volkstum und Kultur der Romanen* 10, págs. 65-82.
- Beck-Busse, Gabriele (1994): «*La grammaire française dédiée à mes jeunes amies: bibliographie raisonnée de manuels de la langue française à l'usage de la jeunesse féminine (1564-1850)*», em: *Histoire Epistémologie Langage* 16/2, págs. 9-33.
- Beck-Busse, Gabriele (2014): *Grammaire des Dames: Grammatica per le Dame, Grammatik im Spannungsfeld von Sprache, Kultur und Gesellschaft*, Frankfurt am Main; Bern; Bruxelles; New York; Oxford; Warszawa; Wien: Peter Lang Edition (Sprache – Gesellschaft – Geschichte; 1).
- Bell, Aubrey F[itiz] G[erald] (1922): *Portuguese Bibliography*, Oxford: Oxford University Press; Humphrey Milford (Hispanic Society of America: Hispanic Notes & Monographs, Bibliography Series; 1).

- Berkenbusch, Gabriele (Hrsg.) (1990): *Klassiker der spanischen Sprachwissenschaft: Eine Einführung in die Sprachwissenschaft des 16. und 17. Jahrhunderts, Quellentexte, Kommentare, Bibliographie*, Bonn: Romanistischer Verlag (Hispanistik in Schule und Hochschule; 19).
- Bernardo, Maria Gabriela (1985): «A ordem das palavras na gramática filosófica de Jerónimo Soares Barbosa», em: *Arquipélago: Série Línguas e Literaturas* 7:21-41. [veja-se também Funk (1997)].
- Berschin, Helmut / Berschin, Walter (1987): «Mittelatein und Romanisch», em: *Zeitschrift für Romanische Philologie* 103/1-2, págs. 1-19.
- Bibliografia Filológica Portuguesa (Dicionários, Gramáticas, Ortografias etc.)* (1935-1950): Lisboa: Junta da Educação Nacional; Centro de Estudos Filológicos.
- Bierbach, Christine (1989): «'La lengua, compañera del imperio'? ou 'la filología, compañera del imperialismo'? - Nebrija (1492) au service de la politique linguistique du Franquisme», em: Py, Bernard / Jeanneret, René (éds.) (1989) *Minorisation linguistique et interaction: Actes du symposium organisé par l'Association Internationale de Linguistique Appliquée et la Commission Interuniversitaire Suisse de Linguistique Appliquée. Neuchâtel, 16-18 septembre, 1987*, Neuchâtel; Genève: Faculté des Lettres; Librairie Droz (Recueil de travaux publiés par la Faculté des Lettres; 41), págs. 217-232.
- Bierbach, Christine (1993): «Para mercaderes e hidalgos: Spanische Sprachlehrwerke im 16. und 17. Jahrhundert», em: Strosetzki, Christoph (Hrsg.): *Akten des Deutschen Hispanistentages Göttingen 28.2.-3.3.1991*, Frankfurt am Main: Vervuert Verlag (Studia Hispanica; 2), págs. 160-192.
- Bluteau, Raphael (1712-1728, I-X): *Vocabulario Portuguez, e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichthyologico, Indico, Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rhetorico, Rustico, Romano, Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a El-Rey de Portugal, D. João V*, 10 volumes, Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- Bonmatí Sánchez, Virginia (1987): «La gramática metódica en las 'Introductiones latinae' de Antonio de Nebrija», em: *Revista Española de Lingüística* 17/1, págs. 95-103.
- Borges, Ana Margarida de Almeida (2011): «Pedro José da Fonseca e a sua obra lexicográfica», tese de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro.
- Borsche, Tilman (1989): «Quid est? Quot accidunt? Notizen zur Bedeutung und Entstehung des Begriffs der grammatischen Akzidentien bei Donatus», em: *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik LiLi* 19/76, págs. 13-28.
- Bossong, Georg (1990): *Sprachwissenschaft und Sprachphilosophie in der Romania: Von den Anfängen bis August Wilhelm Schlegel*, Tübingen: Gunter Narr Verlag (Tübinger Beiträge zur Linguistik; 339).
- Bourdon, Albert-Alain (1976): «Orthographe et politique sous la première république portugaise», em: *Arquivos do Centro Cultural Português* 10, págs. 261-300.

- Braga, Teófilo (1892-1902): *Historia da universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*, 4 volumes, Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias. [Tomo I 1289 a 1555 (1892); Tomo II 1555 a 1700 (1895); Tomo III 1700 a 1800 (1898); Tomo IV 1801 a 1872 (1902)].
- Branca, Sonia (1982): «Destutt lecteur de Beauzée», em: *Histoire Epistémologie Langage* 4/1, págs. 47-51.
- Braselmann, Petra (1991): *Humanistische Grammatik und Volkssprache: Zur Gramática de la lengua castellana von Antonio de Nebrija*, Düsseldorf: Droste Verlag (Studia Humaniora; 21).
- Brauße, Ursula (1983): «Die Bedeutung des Verbs. Semantische Theorien des 17. und 18. Jahrhunderts in Port-Royal und bei Du Marsais», em: *Beiträge zur Romanischen Philologie* 22/2, págs. 247-266.
- Brekle, Herbert E[rnst] (1964): «Semiotik und linguistische Semantik in Port-Royal», em: *Indogermanische Forschungen: Zeitschrift für Indogermanistik und allgemeine Sprachwissenschaft* 69/2 (Juli 1964), págs. 103-121.
- Brekle, Herbert E[rnst] (1967): «Die Bedeutung der *Grammaire générale et raisonnée* – bekannt als Grammatik von Port-Royal - für die heutige Sprachwissenschaft», em: *Indogermanische Forschungen: Zeitschrift für Indogermanistik und allgemeine Sprachwissenschaft* 72/1-2 (August 1967), págs. 1-21.
- Brekle, Herbert Ernst (1970): «Allgemeine Grammatik und Sprachunterricht», em: *Linguistik und Didaktik* 1, págs. 48-55.
- Brekle, Herbert E[rnst] (1975a): «The Seventeenth Century», em Sebeok (1975, I: 277-382).
- Brekle, Herbert Ernst (1985): *Einführung in die Geschichte der Sprachwissenschaft*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Brekle, Herbert Ernst (1966): – veja-se Arnauld / Lancelot (1966).
- Brekle, Herbert Ernst (1971): – veja-se Dumarsais (1971).
- Breva-Claramonte, Manuel (1983): *Sanctius' theory of language: A contribution to the history of renaissance linguistics*, Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (Studies in the History of the Language Sciences; 27).
- Breva-Claramonte, Manuel (1986): – veja-se Sánchez de las Brozas (1986).
- Brøndal, Viggo (1948): *Les parties du discours: Parties orationis, Études sur les catégories linguistiques*, traduction française par Pierre Naert, Copenhague: Einar Munksgaard.
- Brunot, Ferdinand (1890): *La doctrine de Malherbe d'après son commentaire sur Desportes*, Lyon: G. Masson, Éditeur, libraire de l'Académie de Médecine (Annales de l'Université de Lyon; 1).
- Buchwald, Wolfgang / Hohlweg, Armin / Prinz, Otto (Hrsg.) (1982): *Tusculum-Lexikon griechischer und lateinischer Autoren des Altertums und des Mittelalters*, Dritte, neu bearbeitete und erweiterte Auflage, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Bueno, Francisco da Silveira (1955): *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (ed.) (1969): *Textos pedagógicos e gramaticais de João de Barros*, introdução, selecção, notas e leitura de M.L.C.B, Lisboa: Editorial Verbo.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1971): «Prefácio» – veja-se Barros (1971: I-LXXX).

- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1978): *Gramáticos portugueses do século XVI*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação (Biblioteca Breve, Série Pensamento e Ciência; 18).
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1983): *O estudo da línguas exóticas no século XVI*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação (Biblioteca Breve, Série Pensamento e Ciência; 71).
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1984a): *Historiografia da língua portuguesa: Século XVI*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora (Coleção "Nova Universidade", Linguística; 11).
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1984b): *Babel ou a ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*, Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1984c): *A língua portuguesa, espaço de comunicação*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação (Biblioteca Breve, Série Língua Portuguesa; 85).
- Bursill-Hall, G[eoffrey] L[eslie] (1975): «The Middle Ages», em: Sebeok (1975, I: 179-230).
- Bursill-Hall, G[eoffrey] L[eslie] (1972): – veja-se Erfurt (1972).
- Bußmann, Hadumod (Hrsg.) (<sup>2</sup>1990): *Lexikon der Sprachwissenschaft*, Zweite, völlig neu bearbeitete Auflage, Stuttgart: Alfred Kröner Verlag (Kröners Taschenausgabe; 452). [Outras edições com as mesmas referências <sup>1</sup>1983, <sup>3</sup>2002].
- Bussmann, Hadumod (ed.) (2010): *Routledge Dictionary of Language and Linguistics*, translated and edited by Gregory Trauth and Kerstin Kazzazi, London; New York: Routledge; Taylor & Francis e-Library (Routledge Handbooks in Applied Linguistics).
- Caeiro, Francisco da Gama (1982): «O pensamento filosófico do século XVIII em Portugal e no Brasil», em: *Revista Portuguesa de Filosofia* 38/4, págs. 51-90.
- Cagliari, Luiz Carlos (1985a): «A escrita na gramática de Jerônimo SoaresBarbosa», em: *Anais de Seminários do Gel* 10/1, págs. 93-97.
- Cagliari, Luiz Carlos (1985b): «O ritmo do português na interpretação de Jerônimo Soares Barbosa». In: Argenot, Jean-Pierre / Istre, Giles L. / Nicolacópulos, Apóstolo T. / Pagel, Dário F. (eds.) (1985): *Anais do I Encontro Nacional de Fonética e Fonologia*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, págs. 27-38.
- Cagliari, Luiz Carlos (2012): «Comentários à descrição do ritmo do português na Gramática de Jerônimo Soares Barbosa», em: *Revista de Letras* 10 (II Série), págs. 11-30.
- Calero Vaquera, María Luisa (1986): *Historia de la gramática española (1847-1920): De A. Bello a R. Lenz*, Madrid: Editorial Gredos (Biblioteca Románica Hispánica 2, Estudios y Ensayos; 345).
- Câmara Jr., Joaquim Mattoso (<sup>12</sup>1985): *Dicionário de lingüística e gramática: Referente à língua portuguesa*, 12.<sup>a</sup> edição, Petrópolis: Editora Vozes. [primeira edição (<sup>1</sup>1956): *Dicionário de Fatos Gramaticais*].
- Câmara, Joaquim Mattoso (<sup>3</sup>1979): *História da lingüística*, 3.<sup>a</sup> edição, Petrópolis: Editora Vozes.
- Camargo, Ana Maria de Almeida / Moraes, Rubens Borba de (1993): *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, 2 volumes, São Paulo: Edusp; Livraria Kosmos Editora.

- Cameron, Helena Maria Serras Reis Silva Freire (2012): «A Prosodia de Bento Pereira: Contributos para o estudo lexicográfico e filológico», tese de doutoramento, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Cantel, Raymond (1960): «Les idées linguistiques de Vieira», em: *Boletim de Filologia* 19 (Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica, 31 de março-4 de abril 1959 II), págs. 63-75.
- Cardim, Luís (1922): «Gramáticas inglesas para portugueses e gramáticas portuguesas para uso de ingleses», em: *Anais das bibliotecas e arquivos* 3/1 (Março de 1922), págs. 105-107.
- Cardim, Luís (1923): «Some notes on the Portuguese-English and English Portuguese grammars to 1830», in: *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 5-6, pp. 437-451.
- Cardim, Luís (1929): «Portuguese-English Grammarians and the History of English Sounds», em: Cardim, Luís (1929): *Estudos de Literatura e de Linguística*, Porto: Faculdade de Letras, págs. 159-205.
- Cardoso, Simão Cerveira (1986) «A gramática filosófica de Jerónimo Soares Barbosa, reflexos da Gramática Geral», dissertação de mestrado, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Cardoso, Simão (1994): *Historiografia Gramatical (1500-1920): Língua Portuguesa - Autores Portugueses*, Porto: Faculdade de Letras do Porto (Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas; Anexo 7).
- Carneiro, Manuel Borges (1823): «Sessão de 9 de janeiro (de 1823): Intervenção do deputado Manuel Borges Carneiro», em: *Diário das Cortes da Nação Portuguesa: Segunda Legislatura* 8/1, págs. 399-400.
- Carneiro, Manuel Borges (1844): *O mentor da mocidade ou Cartas sobre educação*, Lisboa: Na Imprensa Nacional.
- Carrato, José Ferreira (1978): «O Marquês de Pombal e a reforma dos Estudos Menores em Portugal», em: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 34/3, págs. 334-384.
- Carrato, José Ferreira (1980): «O Marquês de Pombal e a reforma dos Estudos Menores em Portugal», Separata de: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* XXXIV (3.ª parte).
- Carvalho, José Gonçalo Herculano de (1984): *Pequena contribuição à história da linguística: Observações (algo tardias) à "Linguística Cartesiana" de Noam Chomsky*, Coimbra: Coimbra Editora (Coleção Linguística, 2).
- Carvalho, Laerte Ramos de (1978): *As reformas pombalinas da instrução pública*, São Paulo: Edição Saraiva; Editora da Universidade de São Paulo (Edusp).
- Carvalho, Rómulo de (<sup>1</sup>1986): *História do Ensino em Portugal: Desde a fundação da Nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. [houve reedições sem alterações essenciais: (<sup>2</sup>1996), (<sup>3</sup>2003), (<sup>4</sup>2008), (<sup>5</sup>2012)].
- Carvalho, Sandra Frère (1996): «A theoria do discurso de António Leite Ribeiro», dissertação de mestrado, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Casteleiro, João Malaca (1980): «A doutrina gramatical de Jerónimo Soares Barbosa», em: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa: Classe de Letras* 21, págs. 197-213.
- Casteleiro, João Malaca (1980-1981): «Jerónimo Soares Barbosa: Um gramático racionalista do século XVIII», em: *Boletim de Filologia* 26, págs. 101-110.

- Castro, Anibal Pinto de Castro (1973): *Retórica e Teorização Literária em Portugal: Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra: Centro de Estudos Românicos.
- Castro, José Ariel (1981): «Fundamentos da história externa do português do Brasil», em: *Zeitschrift für Romanische Philologie* 97/3-4, págs. 383-402.
- Catalán, Diego (1974): *Lingüística ibero-románica: Crítica retrospectiva*, Madrid: Gredos (Biblioteca Románica Hispánica III, Manuales; 34).
- Ceñal, Ramón (1972): «La historia de la lógica en España y Portugal de 1500 a 1800», em: *Pensamiento: Revista de Investigación y Información Filosófica* 28/111, págs. 277-319.
- Charpin, François (1986): «La notion de partie du discours chez les grammairiens latins», em: *Histoire Epistémologie Langage* 8/1, págs. 125-140.
- Chevalier, Jean-Claude (1968): *Histoire de la syntaxe: Naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)*, Genève: Librairie Droz (Publications Romanes et Françaises; 100). [reedição: Paris: Honoré Champion (2006)].
- Chevalier, Jean-Claude (1986): «Histoire de la linguistique française: méthode et épistémologie», em: *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 39/6, págs. 677-684.
- Chevalier, Jean-Claude / Désirat, Claude / Hordé, Tristan (1976): «Les idéologues: le sujet de l'histoire et l'étude des langues», em: *Dialectiques* 12 (Hiver 1976), págs. 15-32.
- [Chicaneau de Neuville, Didier-Pierre] (1764): *Dictionnaire philosophique, ou introduction a la connoissance de l'homme*, Nouvelle edition revue, corrigée & augmentée considérablement, A Paris: Chez Durand; Guillyn.
- Chomsky, Noam (1966): *Cartesian Linguistics: A Chapter in the History of Rationalist Thought*. New York; London: Harper & Row. [reedições: (2002), (2009)].
- Christmann, Hans-Helmut (1971): «Die Begegnung von deskriptiver und historischer Sprachbetrachtung in der Grammaire des grammairiens», em: *Romanische Forschungen* 83/2-3, págs. 173-181.
- Christmann, Hans-Helmut (1976): «Bemerkungen zum génie de la langue», em: Barrera-Vidal, Alberto / Ruhe, Ernst-Peter / Schunck, Peter (Hrsg.): *Lebendige Romania, Festschrift für Hans-Wilhelm Klein überreicht von seinen Freunden und Schülern*, Göppingen: Kümmerle (Göppinger Akademische Beiträge; 88), págs. 64-79.
- Christmann, Hans-Helmut (1980): «Zum Begriff der Analogie in der Sprachbetrachtung des 16. bis 19. Jahrhunderts», em: Schmidt, Gerhard / Tietz, Manfred (Hrsg.): *Stimmen der Romania: Festschrift für W. Theodor Elwert zum 70. Geburtstag*, Wiesbaden: Heymann Verlag, págs. 519-535.
- Cicero, Marcus Tullius (1779, II): *M. Tullii Ciceronis Orationes selectae: in usum scholarum Belgicae*, Tomus secundus, Bruxellis: Typis Regie Academiae.
- Cidade, Hernâni (1950): «João de Barros: O que pensa da língua portuguesa, Como a escreve», em: *Boletim de Filologia* 11, págs. 281-303.
- Cidade, Hernâni (1985): *Portugal histórico-cultural*, Lisboa: Editorial Presença.
- Cidade, Hernâni / Selvagem, Carlos (1967-1977): *Cultura portuguesa*, 18 volumes, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Cintra, L[uís] F[ilipe] Lindley (1963): «Les anciens textes portugais non littéraires: Classement et bibliographie», em: *Revue de Linguistique Romane* 27/107-108 (Juillet-Décembre 1963), págs. 40-58.
- Clérico, Geneviève (1982): – veja-se Sánchez de las Brozas (1982).

- Coelho, F[rancisco] Adolfo (1900): «O ensino historico, philologico e philosophico em Portugal até 1858», em: *O Instituto: Revista Cientifica e Literaria* 47: 449-468.
- Coelho, Jacinto do Prado (<sup>3</sup>1978): *Dicionário de Literatura: Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Literatura Galega, Estilística Literária*, 5 Volumes, 5 volumes, 3.<sup>a</sup> edição, 6.<sup>a</sup> reimpressão, Porto: Livraria Figueirinhas.
- Coelho, Maria Luiza Cardoso Rangel de Souza (1958): *A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*; Prefácio de [Arnaldo] Miranda [Casimiro] e Barbosa. Braga: Livraria Cruz (Coleção Filosofia; 13).
- Coelho, Sónia Catarina Gomes (2009): «Classes e Subclasse de palavras em Rudimentos da Grammatica Portugueza de Pedro José da Fonseca», Dissertação de Mestrado, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Coelho, Sónia (2010): «As partes da oração em *Rudimentos da Grammatica Portugueza* de Pedro José da Fonseca», em: Assunção, Carlos / Fernandes, Gonçalo / Loureiro, Marlene (eds.) (2010, II): *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XV a séc. XIX): Projeção da linguística ibérica na América Latina, África, Ásia e Oceânia*, Volume II, Münster: Nodus Publikationen, págs. 539-548.
- Coelho, Sónia (2011a): «As ideias linguísticas nos Prólogos das gramáticas de Pedro José da Fonseca (1799) e de Jerónimo Soares Barbosa (1822)», em: Costa, Armanda / Falé, Isabel / Barbosa, Pilar (orgs.) (2011): *XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística: Textos seleccionados, Porto 21, 22 e 23 de Outubro de 2010*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, CD-ROM (ISBN 978-989-97440-0-4), págs. 168-181.
- Coelho, Sónia (2011b): «Pedro José da Fonseca: contributos para a categorização do nome em *Rudimentos da Grammatica Portugueza*», em: *Revista de Letras* 9 (II Série, 2010), págs. 37-48.
- Coelho, Sónia Catarina Gomes (2013): *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa: Edição crítica, estudo e notas*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 10).
- Coelho, Sónia (2014a): «As edições oitocentistas da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* e a ortografia no século XIX», em: Marcos de Dios, Ángel (ed.) (2014, II): *La Lengua Portuguesa: Estudios Lingüísticos*, Vol. II, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca (Colección Aquilafuente; 199), págs. 223-238.
- Coelho, Sónia (2014b): «A *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* de Jerónimo Soares Barbosa: contributos para o estudo da grafia no século XIX», em: *Domínios de Lingu@gem*, 8/1, págs. 664-684.
- Coelho, Sónia / Fontes, Susana (2014): «Ideias ortográficas de Madureira Feijó e de Soares Barbosa», em: *Diacrítica* 28/1, págs. 457-477.
- Coelho, Sónia / Fontes, Susana (2015): «Questões ortográficas na *Gazeta de Lisboa* (1815) e na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822)», em: *Todas as Letras* Y 17/1, págs. 149-161.
- Coelho, Sónia / Fontes, Susana (2016): «*Observações criticas sobre as regras dadas pelo Snr Jeronymo Soares Barboza* por Francisco Solano Constâncio», em: *Revista de Estudos da Linguagem* v. 24/2, págs. 446-464.
- Colombat, Bernard (1988): «Eléments de réflexion pour une histoire des parties du discours», em: *Langages* 23/92 (Décembre 1988: *Les parties du discours*), págs. 5-10.

- Colombat, Bernard (1988a): «Les parties du discours (*partes orationes*) et la reconstruction d'une syntaxe latine au XVI<sup>e</sup> siècle», em: *Langages* 23/92 (Décembre 1988: *Les parties du discours*), págs. 51-64.
- Coseriu, Eugenio (1971): «Semantik und Grammatik», em: Moser, Hugo (Hrsg.): *Neue Grammatiktheorien und ihre Anwendung auf das heutige Deutsch: Jahrbuch des Instituts für deutsche Sprache in Mannheim 1971*, Düsseldorf: Institut für deutsche Sprache (Sprache der Gegenwart; 20), págs. 77-89.
- Coseriu, Eugenio (<sup>1</sup>1972, I): *Die Geschichte der Sprachphilosophie von der Antike bis zur Gegenwart: Eine Übersicht, Teil II: Von Leibniz bis Rousseau*, autorizada Nachschrift von Gunter Narr, Tübingen: Gunter Narr Verlag (Tübinger Beiträge zur Linguistik; 11/2). [Aula teórica (*Vorlesung*) dada durante o Semestre de Inverno de 1970/1971 na Eberhard-Karls-Universität Tübingen, editada por Gunter Narr].
- Coseriu, Eugenio (1974): «Les universaux linguistiques (et les autres)», em: Heilmann, Luigi (ed.): *Proceedings of the Eleventh International Congress of Linguists, Bologna-Florence, Aug. 28-Sept. 2, 1972*, Bologna: Società editrice il Mulino, págs. 47-72.
- Coseriu, Eugenio (<sup>2</sup>1975a, I): *Die Geschichte der Sprachphilosophie von der Antike bis zur Gegenwart: Eine Übersicht, Teil I: Von der Antike bis Leibniz*, autorizada Nachschrift von Gunter Narr, Tübingen: Gunter Narr Verlag (Tübinger Beiträge zur Linguistik; 28). [Aula teórica (*Vorlesung*) dada durante o Semestre de Inverno de 1968/1969 na Eberhard-Karls-Universität Tübingen, editada por Gunter Narr e Rudolf Windisch, impressa policopiada em 1969 por Polyfoto Dr. Vogt (Stuttgart)].
- Coseriu, Eugenio (1975b): «'Taal en functionaliteit' bei Fernão de Oliveira», em: Abraham, Werner (ed.): *Ut videam: Contributions to an Understanding of Linguistics, For Pieter Verburg on the occasion of his 70th birthday*, Lisse: The Peter de Ridder Press, págs. 67-90.
- Coseriu, Eugenio (1987a): «Über die Wortkategorien ('partes orationes')», em: Coseriu, Eugenio: *Formen und Funktionen: Studien zur Grammatik*, Hrsg. von Uwe Petersen, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Konzepte der Sprach- und Literaturwissenschaft; 33), págs. 24-44.
- Coseriu, Eugenio (1987b): «Semantik und Grammatik», em: Coseriu, Eugenio: *Formen und Funktionen: Studien zur Grammatik*, Hrsg. von Uwe Petersen, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Konzepte der Sprach- und Literaturwissenschaft; 33), págs. 85-95. [reedição de Coseriu (1971)].
- Coseriu, Eugenio (1988): *Einführung in die Allgemeine Sprachwissenschaft*, Tübingen: Francke Verlag (UTB Uni-Taschenbücher; 1372).
- Costa, Armanda / Flores, Cristina / Alexandre, Nélia (orgs.) (2012): *XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados, Lisboa 27, 28 e 29 de Outubro de 2011*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, CD-ROM (ISBN 978-989-97440-1-1).
- Costa, Francisco Augusto Pereira da (1907): «Dr. Antonio de Moraes Silva, Author do primeiro Dicionario da Lingua Portuguesa», em Ferreira, Júlio Pires (dir.): *Almanach de Pernambuco para o anno de 1907: Com a biographia do Dr. Antonio de Moraes Silva*, Recife: Imprensa Industrial, págs. III-XLVIII.
- Costa, J[oaquim] Almeida / Melo, A[ntónio] Sampaio e (<sup>6</sup>1987): *Dicionário da língua portuguesa* 6.<sup>a</sup> edição corrigida e aumentada, Porto: Porto Editora.

- Costa, Maria Helena de Teves (1979): «Livros escolares de latim e de grego adoptados pela reforma pombalina dos estudos menores», em: *Arquivos do Centro Cultural Português* 14, págs. 287-309.
- Crystal, David (1967): «[Word Classes:] English», em: *Lingua* 17/1-2 (*Word Classes*), págs. 24-56.
- Crystal, David (<sup>1</sup>1980): *A first dictionary of linguistics and phonetics*, London: Deutsch (The Language Library).
- Crystal, David (<sup>6</sup>2008): *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*, Malden; Oxford; Carlton: Blackwell Publishing.
- Cunha, Celso / Cintra, Luís F[ilipe] Lindley (<sup>9</sup>1992): *Nova gramática do português contemporâneo*, 9.<sup>a</sup> edição, Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Dahmen, Wolfgang / Holtus, Günter / Kramer, Johannes / Metzeltin, Michael / Wunderli, Dieter (Hrsg.) (1991): *Zur Geschichte der Grammatiken romanischer Sprachen: Romanistisches Kolloquium IV*, Tübingen: Gunter Narr Verlag (Tübinger Beiträge zur Linguistik; 357).
- Dezobry, Louis Charles / Bachelet, Théodore (1869), II: *Dictionnaire général de biographie et d'histoire, de mythologie, de géographie ancienne et moderne comparée, des antiquités et des institutions grecques, romaines, françaises et étrangères*, Paris: Ch. Delagrave et C<sup>ie</sup>, Libraires-Éditeurs.
- Dias, Augusto Epifânio da Silva (<sup>1</sup>1918): *Syntaxe Historica Portuguesa*, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.
- Dias, Augusto Epifânio da Silva (1872): «Prefacio», em: Madvig (1872: V-X).
- Dias, José Sebastião da Silva (1952): «Portugal e a cultura europeia (sécs. XVI a XVIII)», em: *Biblos* 28, págs. 20-498.
- Dias, José Sebastião da Silva (1972): «O eclectismo em Portugal no século XVIII. Génese e destino de uma atitude filosófica», em: *Revista Portuguesa de Pedagogia* 6, págs. 3-24.
- Dominicy, Marc (1979): «Additions à la bibliographie de Charles Porset sur les sciences du langage (1660-1818)», em: *Dix-huitième Siècle* 11 (Número spécial: *L'année 1778*), págs. 431-436.
- Dominicy, Marc (1984): *la naissance de la grammaire moderne: langage, logique et philosophie à Port-Royal*, Bruxelles: Pierre Mardaga Éditeur (Philosophie et langage).
- Droixhe, Daniel / Hassler, Gerda (1989): «Aspekte der Sprachursprungsproblematik in Frankreich in der zweiten Hälfte des 18. Jahrhunderts», em: Gessinger / Rahden (1989, I: 312-358).
- Duarte, Sónia (2010): «A censura, por Jerónimo Soares Barbosa, à *Arte da grammatica portugueza* de Pedro José de Figueiredo», em: *Estudios portugueses: revista de filología portuguesa* 10, págs. 9-26.
- Duarte, Sónia (2012): «A defesa perante Jerónimo Soares Barbosa nas *Anotações à Arte da Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo», em: Costa / Flores / Alexandre (orgs.) (2012: 235-255).
- Duarte, Sónia (2013): «As edições da *Arte da Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo», em: *Revista de Letras* 11 (II.<sup>a</sup> Série, 2012) ISSN 0874-7962, págs. 67-104.

- Dubois, Jean / Giacomo, Mathée / Guespin, Louis / Marcellesi, Christiane / Marcellesi, Jean-Baptiste / Mével, Jean-Pierre (2002): *Dictionnaire de linguistique*, Paris: Larousse-Bordas; VUEF.
- Dümmler-Cote, Christiane (1987): «Die Beschreibung kolumbianischer Indianersprachen am Modell lateinischer Grammatiken», em: *Niederehe / Schlieben-Lange* (1987: 45-63).
- Durand, Francisco Clamopin (<sup>1</sup>1767): *O Mestre francez, ou Novo methodo para aprender a lingua franceza por meio da portugueza: Confirmado com exemplos escolhidos, tirados dos melhores autores*, Dedicado ao Excellentissimo Senhor D. Antonio de Lancastre Brigadeiro dos Exercitos de Sua M. F., Porto: Na Officina de Francisco Mendes Lima. [<sup>2</sup>1771], (<sup>10</sup>1835)]
- Dutz, Klaus D[ieter] (1990): «Methodologische Probleme in der Rekonstruktion sprachwissenschaftlichen Wissens: Geschichte und Geschichten», em: *Hüllen* (1990: 49-60).
- Dutz, Klaus D[ieter] (1992): «Diskurs, Rezeption, Rekonstruktion: Fragen an ein historiographisches Selbstverständnis», em: *Schlieben-Lange / Bernecker / Broch / Dräxler / Volck-Duffy* (1992, III: 29-40).
- Eiras, Maria Mercês Monteiro das (1989): *A censura e o impacto da filosofia das luzes na 2.ª metade do séc. XVIII*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Elia, Sílvio (1975): «A doutrina dos primeiros gramáticos portugueses», em: *Romanitas* 12-13, págs. 90-109.
- Erfurt, Thomas von Erfurt: *Grammatica speculativa*, An edition with translation and commentary by G[oeffrey] L[eslie] Bursill-Hall, London: Longman (Classics of linguistics).
- Esparza Torres, Miguel Angel / Calvo Fernández, Vicente (1994): «La *grammatica proverbiana* y la *Nova ratio nebrissensis*», em: *Historiographia Linguistica* 21/1-2, págs. 39-64.
- Esteves, Duarte da Silva (2007): «As Ideias linguísticas de Manoel Dias de Souza». Dissertação de Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Ettinger, Stefan (1988): «Friedrich Diez und die Anfänge des Portugiesischunterrichts im deutschsprachigen Raum», em: *Bochmann, Klaus / Perl, Matthias / Wotjak, Gerd* (Hrsg.): *Leipziger Romanistische Beiträge: Materialien romanistischer Kolloquia, die 1987 an der Karl-Marx-Universität Leipzig veranstaltet wurden*, Leipzig: Karl-Marx-Universität (Reihe Sprachwissenschaft), págs. 10-31.
- Fernandes, Gonçalo (2002): «Amaro de Roboredo, um Pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das Línguas», tese de doutoramento, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Fernandes, Gonçalo (2008): «As Gramáticas do português de Fernão de Oliveira (1536) e de Bento Pereira (1672)», em: *Confluencia* 33/34, págs. 127-141.
- Fernandes, Gonçalo (2009): «A Primeira Gramática do Português como Língua Estrangeira (Lugduni 1672)», em: *Bastardín Candón, Teresa / Rivas Zancarrón, Manuel / García Martín, José María* (eds.) (2009): *Estudios de Historiografía Lingüística*, Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, págs. 205-220.
- Fernandes, Gonçalo / Ponce de León Romeo, Rogelio, / Assunção, Carlos (2007): «A Verdadeira grammatica latina de Amaro de Roboredo», em: *Roboredo* (2007b: XI-XL).

- Ferreira, José de Azevedo (1989): *Bibliografia selectiva da língua portuguesa*, Lisboa: ICALP; Ministério da Educação.
- [Figueiredo, Francisco Coelho de] (1816): *Agradecimento de um homem á memoria de outro homem virtuoso, sabio e filosofo*, Lisboa, Na Impressão Regia.
- Fontes, Susana de Fátima Póvoa Alves (2006): «Pedro José de Figueiredo: ideias linguísticas no quadro cultural setecentista», dissertação de mestrado, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Fontes, Susana (2010): «Pedro José de Figueiredo: (des)continuidade nas classes de palavras em *A Arte da Grammatica Portugueza*», em: Assunção, Carlos / Fernandes, Gonçalo / Loureiro, Marlene (eds.) (2010, I): *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XV a séc. XIX): Projeção da linguística ibérica na América Latina, África, Ásia e Oceânia*, Volume I, Münster: Nodus Publikationen, págs. 257-266.
- Fontes, Susana / Coelho, Sónia / Kemmler, Rolf (2015): «Práticas ortográficas em inícios do século XIX: a ortografia portuguesa na *Gazeta de Lisboa* (1815) e na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822)», em: *Revista de Letras* 13 (II.<sup>a</sup> Série, dezembro de 2014) ISSN 0874-7962, págs. 23-36.
- Formigari, Lia (1986): «Der Gegenstand 'Sprache' in der Ideengeschichte», em: *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 39/6, págs. 641-647.
- Freeman, Ludmila Cermak (1986): «A history of portuguese orthography since 1500», Ph. D. thesis, Philadelphia: University of Pennsylvania, 1965, Reprint, Ann Arbor: University Microfilms International.
- Freire, António (1964): «A "Gramática Latina" do padre Manuel Alvares e seus impugnadores», em: Anselmo, Artur (dir.): *As Grandes Polémicas Portuguesas*, Volume I, Lisboa: Editorial Verbo, págs. 333-389.
- Fries, Dagmar (1984): «Sprachpflege in der Real Academia Española», tese de doutoramento, Aachen: Rheinisch-Westfälische Technische Hochschule.
- Funk, Maria Gabriela [Bernardo] (1997): «A questão da ordem das palavras na gramática portuguesa tradicional», em: Castro, Ivo (ed.) (1997, I): *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (Braga-Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996)*, Vol. II: *Linguística Histórica e História da Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, págs. 419-427. [veja-se também Bernardo (1985)].
- Buescu, Maria Leonor Carvalho (ed.) (1992): *A galáxia das Línguas na Epoca da Expansão*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- Ganho, Maria de Lurdes Sirgado / Henriques, Mendo Castro (1988): *Bibliografia filosófica portuguesa: 1931-1987*, Lisboa: Editorial Verbo.
- Garat, Dominique-Joseph (1795): «Analyse de l'entendement», em: *Séances des écoles normales: leçons recueillies par des sténographes, et revues par les professeurs*, *Leçons* 1, págs. 138-169.
- García Pérez, Constantino (1960): *Contribución a la historia de los conceptos gramaticales: La aportación del Brocense*, Madrid: Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejo de la *Revista de Filología Española*; 71).
- Garde, Paul (1983): «Pré-supposés linguistiques de la théorie des parties du discours», em: *Cercle Linguistique d'Aix-en-Provence: Travaux* 1, págs. 1-8.

- Gazeta* (1812) = *Gazeta do Rio de Janeiro* 81 (quarta-feira 7 de outubro de 1812), de 7 de outubro de 1812.
- Gessinger, Joachim / Rahden, Wolfert von (Hrsg.) (1989): *Theorien vom Ursprung der Sprache*, 2 volumes, Berlin; New York: Walter de Gruyter.
- Giard, Luce (1992): «L'entrée en lice des vernaculaires», em: Auroux (1992, II: 206-225).
- Gomes, Joaquim Ferreira (1964): – veja-se Fonseca (1964).
- Gomes, [Jesué] Pinharanda (org.) (1977): *Silvestre Pinheiro Ferreira*, introdução e seleção antológica de Pinharanda Gomes, Lisboa: Guimarães & Cia. editores (Ponto de partida; 2).
- Gomes, [Jesué] Pinharanda (1987): *Dicionário de filosofia portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote.
- Gómez Asencio, José J[esús] (1981): *gramática y categorías verbales en la tradición española (1771-1847)*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Gonçalves, Maria Filomena (1996): «A *Gramática Filosófica* de João Crisóstomo do Couto e Melo (1818)», em: Henríquez Salido, Maria do Carmo (ed.) (1996): *Actas do IV Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza: Em Homenagem a Ferdinand de Saussure, 28 Outubro – 1 de Novembro de 1993*. Vigo: Associação Galega da Língua, págs. 79-91.
- Gonçalves, Maria Filomena (2003): *As Ideias ortográficas em Portugal: De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e do Ensino Superior (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).
- Gonçalves, [Maria] Filomena (2010): «'Desagravo' da gramática portuguesa (1820-1824): contribuições para uma historiografia das polémicas gramaticais em Portugal», em: Brito, Ana Maria (org.): *Gramática: História, Teorias, Aplicações*, Porto: Fundação Universidade do Porto; Faculdade de Letras, págs. 169-190
- Gonçalves, F[rancisco da Luz] Rebelo (1936): «História da filologia portuguesa», em: *Boletim de Filologia* 4/1-2, págs. 1-13.
- Grotsch, Klaus (1982): *Sprachwissenschaftsgeschichtsschreibung: ein Beitrag zur Kritik und zur historischen und methodologischen Selbstvergewisserung der Disziplin*. Göttingen: Kümmerle (Göttinger Arbeiten zur Germanistik; 352).
- Guillaume, Jean-Patrick (1988): «'Le discours tout entier est nom, verbe, et particule': Élaboration et constitution de la théorie des parties du discours dans la tradition grammaticale arabe», em: *Langages* 23/92 (Décembre 1988: *Les parties du discours*), págs. 25-36.
- Gusdorf, Georges (1978): *Les sciences humaines et la conscience occidentale, vol. 8: La conscience révolutionnaire, Les Idéologues*, Paris: Les Éditions Payot (Bibliothèque scientifique).
- Gusmão, F[rancisco] A[ntonio] R[odrigues] de (1857): «Apontamentos para a continuação da Bibliotheca Lusitana: I. *Jeronymo Soares Barbosa*», em: *O Instituto: Jornal Científico e Litterario* 5, págs. 259-262.
- Hall, Robert A[nderson] (1974): *External History of the Romance Languages*, New York; London; Amsterdam: American Elsevier Publishing Company (Foundations of linguistics; 2).
- Harnois, Guy (1929): *Les théories du langage en France de 1660 à 1821*, Paris: Société d'édition "Les belles lettres" (Etudes françaises; 17).

- Haßler, Gerda (1986): «Zu einigen Besonderheiten und Bedingungen der Rezeption der sensualistischen Sprachtheorien in Spanien», em: *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 39/6, págs. 648-655.
- Haßler, Gerda (1988): «Die semiotische Wissenschaftstheorie der französischen Ideologen: Integration und Differenzierung auf der Grundlage sprachtheoretischer Auffassungen», em: *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 41/6, págs. 703-716.
- Hauy, Amini Boainain (1989): *História da língua portuguesa I: Séculos XII, XIII e XIV*, São Paulo: Editora Ática (Série Fundamentos; 21).
- Heger, Klaus (1985): *Flexionsformeln, Vokabeln und Wortarten*, Birkenau: Bitsch (Abhandlungen der Heidelberger Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-Historische Klasse, 1985; 1).
- Helbig, Gerhard (<sup>6</sup>1983): *Geschichte der neueren Sprachwissenschaft*, 6. Auflage, Opladen: Westdeutscher Verlag (WV-Studium; 48). [primeira edição Reinbek: Rowohlt (<sup>1</sup>1974)].
- Helias, Petrus (1993, I-II): *Summa super Priscianum*, Edited by Leo Reilly, Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies (Studies and Texts; ST 113).
- Hoinkes, Ulrich (1991): *Philosophie und Grammatik in der französischen Aufklärung: Untersuchungen zur Geschichte der Sprachtheorie und französischen Grammatikographie im 18. Jahrhundert in Frankreich*, Münster: Nodus Publikationen.
- Holtus, Günter / Metzeltin, Michael / Schmitt, Christian (eds.) (1991, V, 2): *Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL)*, V, 2, *Okzitanisch, Katalanisch*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Holtus, Günter / Metzeltin, Michael / Schmitt, Christian (Hrsg.) (1994, VI, 2): *Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL): vol. VI, 2, Galegisch / Portugiesisch*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Holtz, Louis (1981): *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical: Etude sur l'Ars Donati et sa diffusion (IV<sup>e</sup>-IX<sup>e</sup> siècle) et édition critique*, Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- Huber, Joseph (1933): *Altportugiesisches Elementarbuch*, Heidelberg: Carl Winter's Universitätsbuchhandlung (Sammlung Romanischer Elementar- und Handbücher, 1. Reihe, Grammatiken; 8).
- Huber, Joseph (1986): *Gramática do Português Antigo*, tradução de Maria Manuela Gouveia Delille, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hüllen, Werner (ed.) (1990): *Understanding the Historiography of Linguistics, Problems and projects, Symposium at Essen, 23-25 November 1989*, Münster: Nodus Publikationen.
- Hültenschmidt, Erika (1990): «Sprachwissenschafts-Geschichte als historische Wissenschaftsforschung: Disziplinendifferenzierung und deutsch-französischer Kulturtransfer 1800-1870», em: Hüllen (1990: 319-330).
- Hültenschmidt, Erika (1991): «Die Ecole Normale des Jahres III (1795): Eine enzyklopädistische Utopie», em: Schlieben-Lange / Bernecker / Broch / Dräxler / Volck-Duffy (1991, II: 9-39).
- Martínez Gómez Gayoso, Benito (<sup>1</sup>1743): *Gramática de la lengua Castellana, Reducida à breves Reglas, y facil methodo para la instruccion de la Juventud*, En Madrid: en la Imprenta de Juan de Zuñiga.

- Martins, Maria Teresa Hundertmark-Santos (<sup>1</sup>1982): *Portugiesische Grammatik*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag. [outras edições: 2., verbesserte Auflage, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (<sup>2</sup>1998); Berlin; Boston: de Gruyter (<sup>3</sup>2014)].
- Ineichen, Gustav (1991): «Zur Stellung der spanischen Grammatik Nebrijas», em: Dahmen / Holtus / Kramer / Metzeltin / Wunderli (1991: 227-241).
- Instrucçoens* (1759) = *Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega Hebraica e de Rhetorica: Ordenadas, e mandadas publicar por El Rey Nosso Senhor, Para uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios*, Lisboa: Na Offic. de Miguel Rodrigues.
- Ivo, Hubert / Schlieben-Lange, Brigitte (1989): «Das neue Interesse an den alten Wortarten», em: *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik LiLi* 19/76, págs. 7-12.
- Jacob, Ernst Gerhard (1969): *Grundzüge der Geschichte Portugals und seiner Übersee-Provinzen*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft (Grundzüge; 12/13).
- Jeeb, Ludwig (1893): *Zur Geschichte der Lehre von den Redetheilen bei den lateinischen Grammatikern*. Leipzig: Druck und Verlag von B. G. Teubner.
- Joly, André (1972): «Introduction», em: Harris (1972: 1-144).
- Joly, André (1976): «James Harris et la problématique des parties du discours à l'époque classique», em: Parret (1976: 410-430).
- Joly, André (1977): «La linguistique cartésienne: une erreur mémorable», em: Joly / Stéfanini (1977: 165-199).
- Joly, André (1980): «Le problème de l'article et sa solution dans les grammaires de l'époque classique», em: *Langue Française* 48 (décembre 1980: *L'histoire de la linguistique*), págs. 16-27.
- Joly, André / Stéfanini, Jean (éds.) (1977): *La grammaire générale des modistes aux idéologues*, Villeneuve-d'Ascq: Publications de l'Université de Lille III, Centre interdisciplinaire de recherches en linguistique.
- Juliard, Pierre (1970): *Philosophies of Language in Eighteenth-Century France*, The Hague; Paris: Mouton & Co. (Janua Linguarum: Series Minor; 18).
- Kagan, Richard L. (1974): *Students and Society in Early Modern Spain*, Baltimore, London: Johns Hopkins University Press.
- Kaltz, Barbara (1983): *Zur Wortartenproblematik aus wissenschaftsgeschichtlicher Sicht*, Hamburg: Helmut Buske Verlag (Hamburger philologische Studien; 57).
- Kayserling, Meyer (<sup>1</sup>1861, I) *Geschichte der Juden in Spanien und Portugal I: Die Juden in Navarra, den Baskenlaendern und auf den Balearen*, Berlin: Verlag von Julius Springer.
- Kayserling, Meyer (<sup>1</sup>1867, II): *Geschichte der Juden in Portugal*, Leipzig: Oskar Leiner (Schriften herausgegeben vom Institute zur Förderung der israelitischen Kultur 12. Jahr; 1866-1867).
- Kayserling, Meyer (1978): *Geschichte der Juden in Spanien und Portugal II: Geschichte der Juden in Portugal*, Hildesheim: Gerstenberg Verlag.
- Kelly, Louis G[erard] (1977): «La physique d'Aristote et la phrase simple dans les ouvrages de grammaire spéculative», em: Joly / Stéfanini (1977: 105-124).
- Kemmler, Rolf (2001a): «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911», em: *Lusorama* 47-48 (Oktober) ISSN 0931-9484, págs. 128-319.

- Kemmler, Rolf (2001b): «"Trape, zape, zus, truz, zabumba nelle": a polémica do *Compêndio de Orthografia* de Frei Luís do Monte Carmelo», em: Schönberger, Axel / Thielemann, Werner (Hrsg): *Neuere Studien zur lusitanistischen Sprachwissenschaft*, Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu *Lusorama*; 1. Reihe, 8. Band), págs. 161-208.
- Kemmler, Rolf (2005): «António José dos Reis: gramático pombalino», em: Gonçalves, Miguel / Silva, Augusto Soares da / Coutinho, Jorge / Martins, José Cândido / Ferreira, Maria José (orgs.): *Gramática e Humanismo: Actas do Colóquio em Homenagem a Amadeu Torres*, vol. 1, Braga: Universidade Católica Portuguesa (Publicações da Faculdade de Filosofia), págs. 428-448.
- Kemmler, Rolf (2006): «António José dos Reis: Grammatiker des Marquês de Pombal», em: Endruschat, Annette / Kemmler, Rolf / Schäfer-Prieß, Barbara (Hrsg.): *Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch*, Tübingen: Calepinus Verlag (1. Reihe: Lusitanistische Sprachwissenschaft, Band 1), págs. 95-120.
- Kemmler, Rolf (2010): «Die *Eschola Popular das Primeiras Letras* von Jerónimo Soares Barbosa (1796)», em: *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* 20/2 ISSN 0939-2815, págs. 203-226.
- Kemmler, Rolf (2011a): «Um manual de ensino primário esquecido em finais do Antigo Regime: a *Eschola Popular das Primeiras Letras*, de Jerónimo Soares Barbosa (1796) / A Forgotten Grammar School Manual, Published in Portugal in the late 18th Century: The *Eschola Popular das Primeiras Letras*, by Jerónimo Soares Barbosa (1796)», em: *Diacrítica* 25/1 (2011) ISSN 0807-8967, págs. 203-228.
- Kemmler, Rolf (2011b): «As origens da Disciplina 'historiografia Linguística' na *Notícia Succinta* (1823) de José Vicente Gomes de Moura», em: *Confluência: Revista do Liceu Literário Português* 35/36 (2.º semestre de 2008 / 1.º semestre de 2009) ISSN 1415-7403, págs. 37-83.
- Kemmler, Rolf (2012a): «Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (1721, 1725)», em: *Limite: Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonia* 6 (*Florilégio historiográfico: dez estudos de Historiografia do Português*) ISSN 2253-7929, págs. 75-101.
- Kemmler, Rolf (2012b): «*Diccionario Bibliographico Portuguez* (1858-1958): contributos e limitações para a disciplina da historiografia linguística portuguesa», em: Petrov, Petar / Sousa, Pedro Quintino de / Samartim, Roberto López-Iglésias / Feijó, Elias J. Torres (eds.) (2012): *Avanços em Ciências da Linguagem*, Santiago de Compostela: Associação Internacional de Lusitanistas; Através editora, págs. 93-116.
- Kemmler, Rolf (2012c): «Alguns documentos inéditos para a biografia do gramático Manuel Dias de Sousa (1753-1827)», em: *Revista de Letras* 10 (II.ª Série, 2011) ISSN 0874-7962, págs. 75-90.
- Kemmler, Rolf (2012d): «Le rôle du français dans la grammaire visitandine de Francisca de Chantal Álvares (Lisbonne, 1786)», em: Colombat, Bernard / Fournier, Jean-Marie / Raby, Valérie (eds.): *Vers une Histoire Générale de la Grammaire Française: Matériaux et perspectives, Actes du colloque international de Paris (HTL/SHESL, 27-29 janvier 2011)*, Paris: Honoré Champion (Linguistique Historique; 4), págs. 445-466.
- Kemmler, Rolf (2012e): «Neues zu den philosophischen Grammatiken von Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816)», em: *Lusorama* 87-88 (November 2011) ISSN 0931-9484, págs. 156-181.

- Kemmler, Rolf (2012f): «A evolução das ideias ortográficas de Jerónimo Soares Barbosa: da *Eschola Popular* (1796) à *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822)», em: Costa / Flores / Alexandre (orgs.) (2012: 297-318).
- Kemmler, Rolf (2013a): «Subsídios inéditos para o estudo das primeiras gramáticas portuguesas do século XIX», em: *Revista de Letras* 11 (II.<sup>a</sup> Série, 2012) ISSN 0874-7962, págs. 133-143.
- Kemmler, Rolf (2013b): «Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX», em: *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas* 19 (junho de 2013) ISSN 0874-5102, págs. 145-176.
- Kemmler, Rolf (2013c): «The *Grammatica Anglo-Lusitanica* (London, 1701), a Translation of Bento Pereira's *Ars grammaticæ pro lingua Lusitana addiscenda Latino idiomate* (Lyon, 1672)?», em: *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* 23/1 (2013) ISSN 0939-2815, págs. 87-102.
- Kemmler, Rolf (2014): «O gramático Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (1721, 1725)», em: Moreno, António / Silva, Fátima / Falé, Isabel / Pereira, Isabel / Veloso, João (eds.) (2014): *XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados, Coimbra, 23, 24 e 25 de outubro de 2013*, CD-ROM (ISBN 978-989-97440-3-5), págs. 289-300.
- Kemmler, Rolf / Assunção, Carlos / Fernandes, Gonçalo (2009): «Subsídios para o estudo das Gramáticas Filosóficas de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816)», em: *Domínios de Linguagem* 3/2 (2009) ISSN 1980-5799, págs. 202-223, em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/domíniosdelinguagem/article/view/11514/6794> (última consulta: 23 de outubro de 2017).
- Kemmler, Rolf / Assunção, Carlos / Fernandes, Gonçalo (2010): «A primeira gramática portuguesa para o ensino feminino (Lisboa, 1786)», em: *Diacrítica: Série ciências de linguagem* 24,1 (2010) ISSN 0807-8967, págs. 373-393.
- Kemmler, Rolf / Fernandes, Gonçalo (2015): «Die Anfänge der Sprachwissenschaftsgeschichte in Portugal: die Bestandsverzeichnisse von Balbi (1822) und Gomes de Moura (1823)», em: Kemmler, Rolf / Schäfer-Prieß, Barbara / Schoentag, Roger (Hrsg.) (2015): *Lusofone SprachWissenschaftsGeschichte II*, Tübingen: Calepinus Verlag (1. Reihe: Lusitanistische Sprachwissenschaft, Band 4), págs. 103-165.
- Kemmler, Rolf / Coelho, Sónia / Fontes, Susana (2017): «Os primeiros 150 anos de gramática feminina em Portugal», em: Lohöfer, Astrid / Süselbeck, Kirsten (Hrsg.) (2017): *Streifzüge durch die Romania: Festschrift für Gabriele Beck-Busse zum 60. Geburtstag*, Stuttgart: ibidem-Verlag (Kultur – Kommunikation – Kooperation; 19), págs. 179-200.
- Kemmler, Rolf / Schäfer-Prieß, Barbara (2003): «25. Geschichte der Reflexion über die romanischen Sprachen: Portugiesisch / Histoire de la réflexion sur les langues romanes: le portugais», em: Ernst, Gerhard / Gleßgen, Martin-Dietrich / Schmitt, Christian / Schweickard, Wolfgang (Hrsg.): *Romanische Sprachgeschichte / Histoire linguistique de la Romania, 1. Teilband*, Berlin, New York: Walter de Gruyter (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft; 23.1), págs. 280-297.

- Kemmler, Rolf / Schäfer-Prieß, Barbara (2012): «Eine Salesianernonne als Grammatikerin: Die Frauengrammatik *Breve Compendio da Gramatica Portuguesa para uso das Meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitaçaõ de Lisboa* (1786)», em: Kemmler, Rolf / Schäfer-Prieß, Barbara / Schöntag, Roger (2012): *Lusofone SprachWissenschaftsgeschichte I*, Tübingen: Calepinus Verlag (1. Reihe: Lusitanistische Sprachwissenschaft, Band 3), págs. 99-124.
- Klare, Johannes (1986): «Der Abbé Gabriel Girard als Grammatiker des 18. Jahrhunderts in Frankreich», em: *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung* 39/6, págs. 669-676.
- Klare, Johannes (1992): «Der portugiesische volkssprachliche Humanismus im 16. Jahrhundert», em: *Wissenschaftliche Zeitschrift der Humboldt-Universität zu Berlin: Geistes- und Sozialwissenschaften*, 41/3, 43-51.
- Koerner, E[rnst] F[rideryk] K[onrad] (1976): «Towards a Historiography of Linguistics: 19th and 20th Century Paradigms», em: Parret (1976: 685-718).
- Koerner, E[rnst] F[rideryk] K[onrad] (1987): «On the Problem of 'Influence' in Linguistic Historiography», em: Aarsleff, Hans / Kelly, Louis G[erard] / Nederehe, Hans-Josef (eds.): *Papers in the History of Linguistics: Proceedings of the Third International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS III), Princeton, 19-23 August 1984*, Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins (Studies in the History of the Language Sciences; 38), págs. 13-28.
- Koerner, E[rnst] F[rideryk] K[onrad] (1987a): «Das Problem der Metasprache in der Sprachwissenschaftsgeschichtsschreibung», Schmitter (1987a: 63-80).
- Koerner, E[rnst] F[rideryk] K[onrad] (2008): *Universal Index of Biographical Names in the Language Sciences*, Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science, Series III: Studies in the History of the Language Sciences; 113).
- Kossárik, Marina (2002): «A obra de Amaro de Roboredo: Questões de historiografia linguística portuguesa» – veja-se Roboredo (2002: 7-63).
- Krauss, Werner (1973): *Die Aufklärung in Spanien, Portugal und Lateinamerika*, München: Wilhelm Fink Verlag (Aufklärung und Literatur: Texte und Untersuchungen zu Kunsttheorie und Dichtung des 18. Jahrhunderts; 4).
- Kreutzberg, P[eter] (1890): *Die Grammatik Malherbe's nach dem Commentaire sur Desportes*, Neisse: Druck von F. Bär (Wissenschaftliche Beilage zum Jahresbericht des Realgymnasiums zu Neisse, Ostern 1890).
- Kristeller, Paul Oskar (1984-1996, I-IV): *Studies in Renaissance thought and letters*, 4 volumes, Roma: Edizione di Storia e Letteratura (Storia e letteratura; 54, 166, 178, 193). [história editorial na mesma editora: volume I (<sup>1</sup>1956), (<sup>2</sup>1984); volume II (<sup>1</sup>1985); volume III (<sup>1</sup>1993); volume IV (<sup>1</sup>1996)].
- Kuehner, Paul (1944): «Theories on the origin and formation of language in eighteenth century in France», Ph. D. thesis, Philadelphia: University of Pennsylvania.
- Kukenheim, Louis (1932): *Contributions à l'histoire de la grammaire italienne, espagnole et française à l'époque de la Renaissance*, Akademies proefschrift ter verkrijging van de graad van doctor in de letteren en wijsbegeerte aan de Universiteit van Amsterdam, op gezag van de Rector Magnificus, Mr. I. H. Mijmans, Hoogleraar in de Faculteit der rechtsgeleerdheid, in het openbaar te verdedigen in de Aula der Universiteit op Dinsdag 18 Oktober 1932, des namiddags te 4 uur, Amsterdam: N.V. Noord-Hollandsche Uitgevers-Maatschappij.

- Lagarde, Jean-Pierre (1988): «Les parties du discours dans la linguistique moderne et contemporaine», em: *Langages* 23/92 (Décembre 1988: *Les parties du discours*), págs. 93-108.
- Laharpe, Jean Francois de (1817, I): *Lycée ou Cours de littérature ancienne et moderne*, Tome premier, A Paris: Chez Et. Ledoux en Tenré, Libraires.
- Lakoff, Robin (1976): «La Grammaire générale et raisonnée, ou la grammaire de Port-Royal», em: Parret (1976: 349-373).
- Lapesa, Rafael (<sup>o</sup>1981): *Historia de la lengua española*, Prólogo de Ramón Menéndez Pidal, Novena edición corregida y aumentada, Madrid: Editorial Gredos (Biblioteca Románica Hispánica III, Manuales; 45).
- Laurendeau, Paul (1986): «Jespersen et l'imposture des parties du discours», em: *Histoire Epistémologie Langage* 8/1, págs. 141-155.
- Lausberg, Heinrich (1972): *Romanische Sprachwissenschaft III: Formenlehre*, 2., durchgesehene Auflage, Berlin; New York: Walter de Gruyter (Sammlung Göschen; 1199).
- Lausberg, Heinrich (<sup>2</sup>1981): *Linguística Românica*, tradução de Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lázaro Carreter, Fernando (1947): «Los orígenes de las lenguas gallega y portuguesa, según Feijóo y sus polemistas», em: *Revista de Filología Española* 31, págs. 140-154.
- Lázaro Carreter, Fernando (1985): *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII*, Nueva reimpressão, con prólogo de Manuel Brea Claramonte, Barcelona: Editorial Crítica. [primeira edição (<sup>1</sup>1949): Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejo de la *Revista de Filología Española*; 48)].
- Lea, Henry (1906-1907, I-IV): *A history of the Inquisition of Spain*, IV volumes, New York; London: The Macmillan Company; Macmillan & Co.
- Lea, Henry Charles (<sup>1</sup>1911-1912, I-III): *Geschichte der spanischen Inquisition*, 2 volumes, Deutsch bearbeitet von Prosper Müllendorff, Leipzig: Verlag der Dykschen Buchhandlung.
- Lea, Henry Charles (1980): *Geschichte der spanischen Inquisition*, Aalen: Scientia Verlag. [reimpressão da primeira edição alemã].
- Leite, Marli Quadros (2007): *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma*, São Paulo: Editora Paulistana.
- Leite, Marli Quadros (2011a): «Du portugais au latin: la place de la traduction dans *O Methodo Grammatical para todas as Linguas*, d'Amaro de Roboredo (1619)», em: *Histoire Épistémologie Langage* 33/2 (*Histoire des idées linguistiques et horizons de rétrospection II*), págs. 145-166
- Leite, Marli Quadros (2011b): «A construção da norma linguística na gramática do século XVIII», em: *Alfa: Revista de Linguística* 55/2 ISSN 1981-5794, págs. 665-684, em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4745/4050> (último acesso: 23 de outubro de 2017).
- Leite, Marli Quadros (2015): «A *Grammatica Brasileira* do século XIX», em: *Confluencia* 48 (1.º semestre de 2015), págs. 71-93.
- Leroy, Maurice (1963): *Les grands courants de la linguistique moderne*, Bruxelles; Paris: Presses Universitaires de Bruxelles; Presses Universitaires de France.
- Lewandowski, Theodor (1990): *Linguistisches Wörterbuch*, 3 volumes, 5., überarbeitete Auflage, Heidelberg; Wiesbaden: Quelle & Meyer (UTB; 1518).

- Libera, Alain de / Rosier, Irène (1992): «La pensée linguistique médiévale», em: Auroux (1992, II: 115-186).
- Lima, Ebion de (1981): «Os Oratorianos e a polémica da gramática latina no século XVIII», em: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 36, págs. 57-72.
- Llorente Maldonado de Guevara, Antonio (1967): *Teoría de la lengua e historia de la lingüística*, Madrid: Ediciones Alcalá (Colección Romania, Serie lingüística; 3).
- Lope Blanch, Juan M (<sup>2</sup>1984): *El concepto de la oración en la lingüística española*, México: Universidad Nacional Autónoma de México (Cuadernos de lingüística; 1). [primeira edição (<sup>1</sup>1979)].
- Lopes, Edward (1986/1987): «Um protótipo de gramática gerativa portuguesa: a gramática de Soares Barbosa», em: *Alfa: Revista de Lingüística* 30/31, págs. 37-53.
- Lottin, Augustin-Martin (1789): *Catalogue chronologique des libraires et des libraires-imprimeurs de Paris, depuis l'an 1470, époque de l'établissement de l'imprimerie dans cette capitale, jusqu'à présent*, A Paris: Chez Jean-Roch Lottin de St. Germain, Imprimeur-Libraire Ordinaire de la Ville.
- Loureiro, Marlene (2012): «A descrição das partes da oração na primeira gramática portuguesa para o ensino feminino», em: Costa / Flores / Alexandre (orgs.) (2012: 340-359).
- Louro, [Manuel Francisco do] Estanco (s.d): *Gramáticos portugueses do século XVI: F. de Oliveira, J. de Barros, P. de M. de Gândavo, D. N. de Leão*, Lisboa: Ressurgimento.
- Lusignan, Serge (<sup>2</sup>1987): *Parler vulgairement: Les intellectuels et la langue française aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles*, Deuxième édition, Paris; Montréal: Librairie philosophique J. Vrin; Les Presses de l'Université de Montréal (Études médiévales).
- Lyons, John (<sup>1</sup>1968): *Introduction to Theoretical Linguistics*, Cambridge; New York; Melbourne: Cambridge University Press.
- Lyons, John (<sup>3</sup>1973): *Einführung in die moderne Linguistik*, Dritte, durchgesehene Auflage, Aus dem Englischen Übertragen von Werner und Gerda Abraham; München: Verlag C. H. Beck.
- Machado, Diogo Barbosa (<sup>1</sup>1741-1759, I-IV): *Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica: Na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgaçaõ da ley da graça até o tempo prezente*; Tomo I, Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca. [Tomos II-III: Lisboa: Na Officina de Ignacio Rodrigues (1747, 1752); Tomo IV: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno (1759)].
- Machado, José Pedro (1942): *Breve História da Linguística*, Lisboa: Editorial "Inquérito" (Cadernos "Inquérito", Série D Pedagogia e Linguística, 9).
- Madvig, J[ohann] N[ikolai] (<sup>1</sup>1872): *Grammatica latina para uso das escholae por J. N. Madvig, Professor da Universidade de Copenhague*, trasladada do allemão para portuguez por Augusto Epiphany da Silva Dias, Porto: Typographia de Manoel José Pereira.
- Magalhães, J[oaõ] J[osé] Louzada de (1881): *Silvestre Pinheiro Ferreira: Sein Leben und seine Philosophie, Mit einer Einleitung über die wichtigsten portugiesischen Philosophen vor ihm*, Bonn: Universitäts-Buchdruckerei von Carl Georgi. [tese de doutoramento, Bonn: Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn].

- Magalhães, Pablo Antonio Iglesias (2009). «A palavra e o Império: a propósito de uma Arte da Grammatica impressa na Bahia em 1811», em: *Anais de História de Além-Mar* 10, págs. 231-250.
- Maia, Clarinda de Azevedo (<sup>1</sup>1986): *História do galego-português: Estudo linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica (Linguística; 9). [Reimpressão (<sup>2</sup>1997): Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas)].
- Manuppella, Giacinto (1950): *Os estudos de filologia portuguesa de 1930 a 1949: Subsídios bibliográficos*, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos (Publicações do "Centro de Estudos Filológicos"; 4).
- Marques, A[ntónio] H[enrique] de Oliveira (<sup>1</sup>1972a, I-II): *History of Portugal*, 2 volumes, Second edition, New York; London: Columbia University Press. [volume I: *From Lusitania to Empire*; volume II: *From Empire to corporate state*, (<sup>2</sup>1976)].
- Marques, A[ntónio] H[enrique] de Oliveira (<sup>1</sup>1972b, I-II): *História de Portugal*, 2 volumes, Lisboa, Palas Editores. [volume I: *Das Origens às Revoluções Liberais*; volume I: *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*].
- Marques, A[ntónio] H[enrique] de Oliveira (1984-1986, I-III): *História de Portugal: Desde os tempos mais antigos até à Presidência do Sr. General Eanes*, 3 volumes, Lisboa, Palas Editores. [volume I: *Das origens ao Renascimento* (<sup>12</sup>1985); volume II: *Do Renascimento às Revoluções Liberais* (<sup>10</sup>1984); volume III: *Das Revoluções Liberais aos nossos dias* (<sup>3</sup>1986)].
- Marques, Raquel do Nascimento (2016): «A configuração do português na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote, *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina*», dissertação de mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-19122016-114107> (última consulta: 23 de outubro de 2017).
- Martins, José V[itorino] de Pina (1989): *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal: Les deux regards de Janus*, 2 volumes, Lisbonne; Paris: Fondation Calouste Gulbenkian (Études: Ecole pratique des hautes études, 4ème section, Centre de recherches sur le Portugal de la Renaissance; 3).
- Martins, Nilce Sant'Anna (1988): *História da língua portuguesa V: Século XIX*, São Paulo: Editora Ática (Série Fundamentos; 25).
- Marty, Anton (<sup>1</sup>1908, I): *Untersuchungen zur Grundlegung der allgemeinen Grammatik und Sprachphilosophie*, Halle a.S.: Verlag von Max Niemeyer.
- Marty, Anton (<sup>2</sup>1976): *Untersuchungen zur Grundlegung der allgemeinen Grammatik und Sprachphilosophie*, edição fac-símile, Hildesheim; New York: Georg Olms Verlag.
- Mateus, Maria Helena Mira / Brito, Ana Maria / Duarte, Inês / Faria, Isabel Hub (<sup>2</sup>1989): *Gramática da língua portuguesa*, 2.ª edição revista e aumentada, Lisboa: Editorial Caminho (Coleção Universitária: Série Linguística).
- Mendes, Anónio Félix (1741): *Grammatica Portuguesa da Lingua Latina para Uso dos Cavaleiros, e Nobres, que tem Mestre em suas casas; Com hum Methodo para governo do Mestre que ensinar por ella; e hum Prologo Apologetico, Critico e noticioso aos Leitores, Offerecida ao Illustrissimo Senhor D. Luiz da Camera, Filho dos Excellentissimos Condes da Ribeira Grande, Dignissimo Conego da*

- Santa Basilica Patriarchal, &c., por *Antonio Felix Mendes*, Mestre de letras Humanas nesta Corte, Lisboa: Na Nova Officina Almejdiana.
- Menéndez, Fernanda Miranda (2002): «Das "Gramáticas Filosóficas" manuscritas», em: Head, Brian / Teixeira, José / Lemos, Aida Sampaio / Barros, Anabela Leal de / Pereira, António (eds.): *História da Língua e História da Gramática: Actas do Encontro*, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos (Coleção Poliedro; 11), págs. 299-309.
- Menéndez y Pelayo, Marcelino (1954, III): *La ciencia española, Tercera parte*, Santander: Aldus.
- Messner, Dieter / Müller, Hans-Joachim (1983): *Ibero-Romanisch: Eine Einführung in Sprache und Kultur*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft Romanisch (Einführungen).
- Metzeltin, M[ichael] (1980): «A linguística e o ensino da gramática», em: *Revista da Universidade de Coimbra* 28, págs. 99-112.
- Michael, Ian (1970): *English Grammatical Categories and the Tradition to 1800*, Cambridge; New York; Melbourne: At the University Press.
- Michel, [Louis-Antoine] (1829): *Biographie historique et généalogique des hommes marquans de l'ancienne province de Lorraine*, Nancy: de l'Imprimerie de C.-J. Hissette.
- Monreal-Wickert, Irene (1977): *Die Sprachforschung der Aufklärung im Spiegel der großen französischen Enzyklopädie*, Tübingen: Gunter Narr Verlag (Lingua et Traditio; 3).
- Monteverde, Emílio Aquiles (<sup>15</sup>1952): *Manual Enciclopédico para Portugal e Brasil*, Porto: Lello & Irmão - Editores..
- Morais, Geraldo Dutra de (1946): «Luís Maria da Silva Pinto», em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 190 (janeiro-março de 1946), págs. 73-76.
- Moravia, Sergio (1973): «Les idéologues et l'âge des lumières», em: *Tijdschrift voor de Studie van de Verlichting en van het Frije Denken* 1, págs. 374-396.
- Mounin, Georges (1967): *Histoire de la linguistique des origines au XX<sup>e</sup> siècle*, Paris: Presses Universitaires de France (Collection "Les Précis de l'Enseignement Supérieur": Le Linguiste; 4).
- Moura, José Vicente Gomes de (1823): *Noticia succinta dos monumentos da lingua latina e dos subsidios necesarios para o estudo da mesma*, Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade.
- Moura, Teresa Maria Teixeira de (2002): «A tradição gramatical portuguesa: Jerónimo Contador de Argote no contexto cultural iluminista», dissertação de mestrado em ensino da língua e literatura portuguesas, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Moura, Teresa Maria Teixeira de (2012): *As ideias linguísticas portuguesas do século XVIII*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 8).
- Moura, Teresa / Assunção, Carlos (2014): «O Compêndio da Grammatica Portugueza no Âmbito da Gramaticografia Portuguesa do Início do Século XIX», em: *Todas as Letras* 16/2 (novembro de 2014), págs. 135-147, <http://dx.doi.org/10.15529/1980-6914/letras.v16n2p135-147>.
- Mourelle-Lema, Manuel (1968): *La teoría lingüística en la España del siglo XIX*, Madrid: Prensa Editorial Española ("El Soto": Estudios de Crítica y Filología; 8).

- Mühlh, Urs von der (1978): *Die Unterentwicklung Portugals: Von der Weltmacht zur Halbkolonie Englands*, Frankfurt am Main, New York: Campus Verlag (Campus Forschung; 33).
- Murphy, James J[erome] (1980): «The teaching of Latin as a second language in the 12<sup>th</sup> century», em: *Historiographia Linguistica* 7/1-2, págs. 159-175.
- Nagel, Rolf (1971): «Die Einheit der Grammatik des João de Barros», em: *Iberoromania* 3/1 (Mai 1971), págs. 11-15.
- Neumann, Werner (1987): «'Handeln' und 'Repräsentation' in den Sprachauffassungen an der Wende vom 18. zum 19. Jahrhundert», em: *Linguistische Studien, Reihe A: Arbeitsberichte* 162, págs. 1-34.
- Niederehe, Hans-Josef (1976): – veja-se Stengel (1976).
- Niederehe, Hans-Josef / Schlieben-Lange, Brigitte (Hrsg.) (1987): *Die Frühgeschichte der romanischen Philologie: von Dante bis Diez, Beiträge zum deutschen Romanistentag in Siegen, 30.9.-3.10.1985*, Tübingen: Gunter Narr Verlag (Tübinger Beiträge zur Linguistik, 303).
- Nogueira, Rodrigo de Sá (1933): «Breves notas sobre Fernão de Oliveira e a sua gramática» – veja-se Oliveira (1933: 111-142).
- Nogueira, Rodrigo de Sá (1934): «Bibliografia Filológica Portuguesa», em: *Boletim de Filologia* 4/1-2, págs. 84-91.
- Nogueira, Rodrigo de Sá (1940): «Contribuições para a História da Filologia Portuguesa», em: *Congresso do Mundo Português: Publicações* 13, págs. 559-570.
- Nunes, José Joaquim (<sup>3</sup>1943): *Crestomatia arcaica: Excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece até ao século XVI, acompanhados de introdução gramatical, notas e glossário*, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- O'Mahony, Sean F. (1981): «The Preface to William Bathe's *Ianua Linguarum* (1611)», em: *Historiographia Linguistica* 8/1, págs. 131-164.
- Ossner, Jakob (1989): «Wortarten: Form- und Funktionsklassen. Unter besonderer Berücksichtigung ihrer Behandlung in neueren Grammatiken», em: *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik LiLi* 19/76, págs. 94-117.
- Padley, G[eorge] A[rthur] (1976): *Grammatical Theory in Western Europe 1500-1700: The Latin tradition*, Cambridge; London, New York, Melbourne: Cambridge University Press.
- Padley, G[eorge] A[rthur] (1985, I): *Grammatical Theory in Western Europe 1500-1700: Trends in Vernacular Grammar I*, Cambridge; London; New York; New Rochelle; Melbourne; Sydney: Cambridge University Press.
- Padley, G[eorge] A[rthur] (1988, II): *Grammatical Theory in Western Europe 1500-1700: Trends in Vernacular Grammar II*, Cambridge; London; New York; New Rochelle; Melbourne; Sydney: Cambridge University Press.
- Paiva, Dulce de Faria (1988): *História da língua portuguesa II: Século XV e meados do século XVI*, São Paulo: Editora Ática (Série Fundamentos; 22).
- Parret, Herman (ed.) (1976): *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*. Berlin; New York: Walter de Gruyter (Foundations of Communication)
- Paul, Hermann (<sup>1</sup>1880): *Principien der Sprachgeschichte*, Halle: Max Niemeyer. [edições subsequentes na mesma editora: (<sup>2</sup>1886), (<sup>3</sup>1898), (<sup>4</sup>1909)].
- Paul, Hermann (<sup>5</sup>1920): *Prinzipien der Sprachgeschichte*, Halle a. S.: Verlag von Max Niemeyer.

- Paul, Hermann (<sup>2</sup>1983): *Princípios Fundamentais da História da Língua*, tradução de Maria Luísa Schemann, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Manuais Universitários). [<sup>1</sup>1970].
- Paul, Lothar (1978): *Geschichte der Grammatik im Grundriß: Sprachdidaktik als angewandte Erkenntnistheorie und Wissenschaftskritik*, Weinheim; Basel: Beltz Verlag (Pragmalinguistik; 14).
- Pelz, Heidrun (<sup>6</sup>1984): *Linguistik für Anfänger*, 6. Auflage, Hamburg: Hoffmann und Campe (Kritische Wissenschaft).
- Percival, W[alter] Keith (1975): «The Grammatical Tradition and the Rise of the Vernaculars», em: Sebeok (1975, I: 231-275).
- Piccardo, Luis Juan (1952): «El concepto de "partes de la oración"», em: *Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias* 9, págs. 183-197. [trata-se da revista da Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FHCE) da Universidad de la República (UDELAR) em Montevideo].
- Piccardo, Luis Juan (1962): «El concepto de "partes de la oración"», em: Piccardo, Luis Juan (ed.): *Estudios Gramaticales*, Montevideo: Instituto de Profesores "Artigas", págs. 37-51.
- Picavet, François (1891): *Les idéologues: Essai sur l'histoire des idées et des théories scientifiques, philosophiques, religieuses, etc. en France depuis 1789*, Paris, Ancienne Librairie Germer Baillière et C.ie Félix Alcan, Éditeur.
- Picavet, François (1972): *Les idéologues: Essai sur l'histoire des idées et des théories scientifiques, philosophiques, religieuses, etc. en France depuis 1789*, edição fac-símile, Hildesheim; New York: Georg Olms Verlag.
- Pinborg, Jan (1972): *Logik und Semantik im Mittelalter: Ein Überblick*, Mit einem Nachwort von Helmut Kohlenberger, Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog (problemata; 10).
- Pinto, Luís Maria da Silva (1828): *Grammatica brasileira ou arte de falar conforme as regras de Manuel Borges Carneiro*, Ouro Preto: Typographia de Silva.
- Pinto, Rolando Morel (1961): «Gramáticos portugueses do Renascimento», em: *Revista de Letras* 2, págs. 123-145. [trata-se da revista da UNESP - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho].
- Pinto, Rolando Morel (1962): «Gramáticos portugueses do renascimento», em: *Revista de Portugal, Série A: Língua Portuguesa* 27, págs. 201-210, 286-304.
- Pinto, Edith Pimentel (1988): *História da língua portuguesa IV: Século XVIII*, São Paulo: Editora Ática (Série Fundamentos; 24).
- Pinto, Edith Pimentel (1988): *História da língua portuguesa VI: Século XX*, São Paulo: Editora Ática (Série Fundamentos; 26).
- Ponce de León Romeo, Rogelio (2003): «La difusión de las artes gramaticales latino-portuguesas en España (siglos XVI-XVII)», em: *Península: Revista de Estudios Ibéricos* 0 ISSN 1645-6971, págs. 119-145
- Ponce de León Romeo, Rogelio (2006a): «Un capítulo de la historia de las ideas sintácticas en Portugal: en torno a la teoría sintáctica del *Ars grammatica pro lingua lusitana addiscenda* (Lyon, 1672) de Bento Pereira (S. I.)», em: *Forma y Función* 19 (ISSN 0120-338X), págs. 11-30.
- Ponce de León Romeo, Rogelio (2006b): «De pasiones gramaticales: en torno a las *Obieções contra esta Grammatica, & repostas a ellas* de Amaro de Roboredo», em: *Península: Revista de Estudios Ibéricos* 3 ISSN 1645-6971, págs. 61-99, em:

- [http://sigarra.up.pt/flup/pt/publs\\_pesquisa.FormView?P\\_ID=85](http://sigarra.up.pt/flup/pt/publs_pesquisa.FormView?P_ID=85) (último acesso: 23 de outubro de 2017).
- Ponce de León Romeo, Rogelio (2015): «O tratamento dos pronomes pessoais átonos na gramaticografia do português (séculos XVI-XVII)», em: *Confluência: Revista do Liceu Literário Português* 48 (2.º semestre de 2015) ISSN 1415-7403, págs. 142-161.
- Porset, Charles (1977): «*Grammatista Philosophans: Les sciences du langage de Portroyal aux Idéologues (1660-1818), Bibliographie*», em: Joly / Stéfani (1977: 11-95).
- Pozuelo Yvancos, José María (1984): «Norma, uso y autoridad en la teoría lingüística del siglo XVI», em: *Historiographia Linguistica* 11/1-2, págs. 77-94.
- Praça, J[osé] J[oaquim] Lopes (³1988): *História da filosofia em Portugal*, fixação do texto, introdução, notas e bibliografia por Pinharanda Gomes, 3.ª edição, Lisboa: Guimaraes Editores (Filosofia e Ensaios).
- Quilis, Antonio (1980): – veja-se Nebrija (1980).
- Ramajo Caño, Antonio (1987): *Las Gramáticas de la Lengua Castellana desde Nebrija hasta Correas*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca (Acta Salmanticensia, Estudios Filológicos; 197).
- Ramalho, Américo da Costa (1969): *Estudos sobre a época do renascimento*, Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Alta Cultura.
- Ramalho, Américo da Costa (²1982): *Estudos Sobre o Século XVI*, 2.ª edição aumentada, Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda (temas portugueses).
- Ranauro, Hilma (2003): «O legado de Jerónimo Soares Barbosa», em: *Revista Portuguesa de Humanidades* 7/1-2, págs. 253-265.
- Ranauro, Hilma (2015): *Para compreender uma gramática filosófica: Uma análise crítica e comparativa da Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa de Jerónimo Soares Barbosa*, Niterói: Editora Alternativa.
- Régald, M[arc] (1970): «Matériaux pour une bibliographie: De l'idéologie et des idéologues», em: *Répertoire Analytique de la Littérature Française* 1, págs. 35-49; 2-3, págs. 29-41.
- Révah, I[sraël] S[alvador] (1960): «Deux ouvrages rarissimes de João de Barros à la Bibliothèque Nationale de Rio de Janeiro», em: *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira* 1, págs. 204-214.
- Ribeiro, João Pedro (1798): «Observação III: Sobre o uso da Lingoa Latina, ou Portugueza nos Documentos Publicos do nosso Reino», em: Ribeiro, João Pedro (1798, I): *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomatica portugueza oferecidas ao serenissimo Principe do Brazil, Nosso Senhor*, e publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo seu socio João Pedro Ribeiro, Parte I, Lisboa: Na Typographia da mesma Academia, págs. 89-97.
- Ribeiro, João Pedro (1961): «Sobre o uso da lingua latina ou portugueza nos documentos publicos do nosso reino», em: *Revista de Portugal, Série A: Língua portuguesa* 26, págs. 198, págs. 368-377.
- Ribeiro, José Silvestre (1871-1914, I-XIX): *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da Monarchia*, 19 volumes, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias. [Tomo XIX,

- inédito, organizado e antiloquiado por Álvaro Neves (1914): *Apontamentos históricos sobre Bibliotecas Portuguesas*, Coimbra: Imprensa da Universidade].
- Ricken, Ulrich (1984): *Sprache, Anthropologie, Philosophie in der französischen Aufklärung: Ein Beitrag zur Geschichte des Verhältnisses von Sprachtheorie und Weltanschauung*, Berlin: Akademie-Verlag (Sprache und Gesellschaft; 18).
- Ridruejo, Emilio (1977): «Notas romances en gramáticas latino-españolas del siglo XV», em: *Revista de Filología Española* 59/1-4, págs. 47-80.
- Robins, R[obert] H[enry] (1951): *Ancient & Mediaeval grammatical theory in Europe with particular reference to modern linguistic doctrine*, London: G. Bell and Sons Limited.
- Robins, R[obert] H[enry] (1959): «Some Considerations on the Status of Grammar in Linguistics», em: *Archivum Linguisticum* 1, págs. 91-114.
- Robins, R[obert] H[enry] (1966): «The Development of the Word Class System of the European Grammatical Tradition», em: *Foundations of Language* 2/1 (February, 1966), págs. 3-19.
- Robins, R[obert] H[enry] (1976): «Some Continuities and Discontinuities in the History of Linguistics», em: Parret (1976: 13-31).
- Robins, R[obert] H[enry] (<sup>2</sup>1979): *A Short History of Linguistics*, Second edition, London; New York: Longman (Longman Linguistics Library; 6). [primeira edição (<sup>1</sup>1967): Harlow: Pearsons Education Limited; (<sup>3</sup>1990), (<sup>4</sup>1997)].
- Robins, R[obert] H[enry] (1986): «The techne grammatike of Dionysius Thrax in its historical perspective: the evolution of the traditional European word class systems», em: Swiggers / van Hoecke (1986: 9-37).
- Rodrigues, Francisco (1931-1950, I, 1-IV, 1): *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, 2 tomos em 4 volumes, Porto: 'Apostolado da Imprensa' – Empresa Editora. [Tomo primeiro – *A Fundação da Província Portuguesa (1540-1660)*, volume I (1931, I, 1), *Origens – Formação – Ministérios*; volume II (1931, I, 2): *Tribulação – Colégios – Missões*; Tomo segundo – *Acção crescente da Província Portuguesa*, volume I (1938, II, 1): *Expansão – Vida interna – Ministério*; volume II (1939, II, 2): *Nas Letras – Na Côte – Além-mar*; Tomo terceiro – *A Província Portuguesa no Século XVIII 1615 – 1700*; volume I (1944, III, 1): *Nos Colégios, Nas Ciências e Letras, Na Côte, Pôrto*; volume II (1944, III, 2): *Lutas na Metrôpole, Apostolado nas Conquistas*; Tomo quarto – *A Província Portuguesa no século XVIII 1700 – 1760*, volume I (1950, IV, 1): *Virtude, Letras, Ciências*].
- Rohlf, Gerhard (1957): *Manual de filología hispánica: Guia bibliográfica, crítica y metódica*, traducción castellana del manuscrito alemán por Carlos Patiño Rosselli, Bogotá: Instituto Caro y Cuervo (Publicaciones del Instituto Caro y Cuervo; 12).
- Rosier, Irène (1988): «Les parties du discours aux confins du XI<sup>e</sup> siècle», em: *Langages* 23/92 (Décembre 1988: *Les parties du discours*), págs. 37-49.
- Rubenbauer, Hans / Hofmann, Johann B[aptist] / Heine, Rolf (<sup>12</sup>1995): *Lateinische Grammatik*, neubearbeitet von R. Heine, 12. korr. Auflage 1995, Bamberg, München: C. C. Buchners Verlag; J. Lindauer Verlag; R. Oldenbourg Verlag.
- Ruhe, Ernstpeter (1980): – veja-se Lamy (1980).
- Rüsen, Jörn (1979): «Wie kann man Geschichte vernünftig schreiben? Über das Verhältnis von Narrativität und Theoriegebrauch in der Geschichtswissenschaft», em: Kocka, Jürgen / Nipperdey, Thomas (Hrsg.): *Theorie und Erzählung in der*

- Geschichte*, München: Deutscher Taschenbuch Verlag (DTV: Wissenschaftliche Reihe; 4342 / Theorie der Geschichte: Beiträge zur Historik; 3), págs. 300-333.
- Salgado Júnior, António (1949): «Prefácio: Justificação desta edição» – veja-se Verney (1949, I: I-XLIII).
- Salmon, Vivian (1969): «N. Chomsky: *Cartesian Linguistics*. (Studies in language.) New York: Harper & Row, 1966. Pp. xi + 119 », recensão em: *Journal of Linguistics* 5/1 (April, 1969), págs. 165-187.
- Salus, Peter H. (1976): «Universal Grammar 1000-1850», em: Parret (1976: 85-101).
- Sampaio, Albino Forjaz de (ed.) (s. d.): *História da literatura portuguesa ilustrada*, 4 volumes, Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- [Santos, António Ribeiro dos] (1812): *Poesias de Elpino Duriense*, Tomo I, Lisboa: Na Impressão Regia.
- Santos, Manuel dos (1914-1925, I-II): *Bibliografia geral ou descrição bibliografica de livros tanto de autores portugueses como brasileiros e muitos de outras nacionalidades impressos desde o seculo xv até a actualidade: com a marcação dos respectivos preços de venda: Dá-se igualmente noticia de muitos manuscritos de evidente interesse para a historia do Brasil e das possessões portuguesas, etc.*, 2 volumes, Lisboa: Tipografia Mendonça.
- Santos, Maria Helena Pessoa (2010): *As Ideias linguísticas Portuguesas na Centúria de Oitocentos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).
- Santos, Mariana Amélia Machado (1945): «Os filósofos 'recentiores' do século XVIII em Portugal», em: *Biblos* 21, págs. 206-226.
- Saraiva, António José (1950-1962, I-III): *História da cultura em Portugal*, 3 volumes, Lisboa: Jornal de Foro. [Livro Primeiro (1950, I): *A Idade Média até à Crise Social do Século XIV*; Livro Segundo (1955, II): *Renascimento e Contra-Reforma* Livro Terceiro (1962, III): *A Ressaca do Renascimento*].
- Saraiva, António José (<sup>2</sup>1956): *A inquisição portuguesa*, 2.<sup>a</sup> edição revista, Lisboa: Publicações Europa-América.
- Saraiva, António José (1982-1984, I-II): *A cultura em Portugal: Teoria e história*, 2 volumes, Lisboa: Livraria Bertrand. [Livro I (1982, I): *Introdução geral*; Livro II (1984, II): *Primeira época: A formação*].
- Saraiva, António José / Lopes, Oscar (<sup>16</sup>s. d.): *História da literatura portuguesa*, 16.<sup>a</sup> edição, corrigida e actualizada, Porto: Porto Editora.
- Saraiva, José Hermano (<sup>10</sup>1986): *História concisa de Portugal*, 10.<sup>a</sup> edição, Lisboa: Lisboa: Publicações Europa-América (Colecção Saber; 123).
- Sarmiento, Ramón (1979): «Filosofía de la Gramática de la Real Academia Española», em: *Anuario de Letras* 17, págs. 59-96.
- Sarmiento, Ramón (1984): «The Grammatical Doctrine of the Real Academia Española (1854)», em: *Historiographia Linguistica* 11/1-2, págs. 231-261.
- Sarmiento, Ramón (1984): – veja-se *GRAE* (1984).
- Sarmiento, Ramón (1989a): – veja-se Caramuel y Lobkowitz (1989).
- Sarmiento, Ramón (1989b): «Los comienzos de la gramática general en España», em: Schlieben-Lange / Dräxler / Knapstein / Volck-Duffy / Zollna (1989, I: 343-353).

- Scaglione, Aldo D[omenico] (1970): *Ars grammatica: A Bibliographic Survey, two Essays on the Grammar of the Latin and Italian Subjunctive, and a Note on the Ablative Absolute*, The Hague; Paris: Mouton & Co (Janua Linguarum: Series Minor; 77).
- Scaglione, Aldo [Domenico] (1986): *The Liberal Arts and the Jesuit College System*, Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science, Series III: Studies in the History of the Language Sciences; 8).
- Schäfer, Barbara (1989): «Sprachtheorie und -beschreibung in der 'Theoria do discurso' von António Leite Ribeiro», em: Klenk, Ursula; Körner, Karl-Hermann; Thümmel, Wolf (Hrsg.): *Variatio Linguarum: Beiträge zu Sprachvergleich und Sprachentwicklung, Festschrift zum 60. Geburtstag von Gustav Ineichen*, Stuttgart: Franz Steiner-Verlag Wiesbaden, págs. 253-260.
- Schäfer, Barbara (1990): «Amaro de Roboredos *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619)», em: Schönberger, Axel / Scotti-Rosin, Michael (Hrsg.): *Zur Wissenschaftsgeschichte der deutschsprachigen Lusitanistik: Akten des 1. gemeinsamen Kolloquiums der deutschsprachigen Lusitanistik und Katalanistik*, Frankfurt am Main: TFM. (Beihefte zu Lusorama: Reihe 2, Studien zur Literatur Portugals und Brasiliens; 3), págs. 55-74.
- Schäfer, Barbara (1991): «Contribution à la grammaire idéologique au Portugal», em: Schlieben-Lange / Bernecker / Broch / Dräxler / Volck-Duffy (1991, II: 101-117).
- Schäfer, Barbara (1992): «La description de l'article dans les anciennes grammaires portugaises», em: *Actas do terceiro congresso da Associação de Lusitanistas, 18 a 22 junho de, 1990*, Coimbra: Livraria Minerva, págs. 717-731.
- Schäfer, Barbara (1993a): «Portugiesische Grammatikschreibung im 18. Jahrhundert», em: Strosetzki, Christoph (Hrsg.): *Akten des Deutschen Hispanistentages Göttingen 28.2.-3.3.1991*, Frankfurt am Main: Vervuert (Studia Hispanica; Bd. 2), págs. 277-297.
- Schäfer, Barbara (1993b): «Die Beschreibung des Artikels in den alten portugiesischen Grammatiken», em: *Iberoromania* 37 (Januar 1993), págs. 51-69.
- Schäfer, Barbara (1993c): «Die portugiesischen Formen auf *-ria* und die Moduskategorie "Konditional», em: Schönberger, Axel / Scotti-Rosin, Michael (Hrsg.): *Einzelfragen der portugiesischen Sprachwissenschaft: Akten des 2. gemeinsamen Kolloquiums der deutschsprachigen Lusitanistik und Katalanistik (Berlin, 10.-12. September 1992)*, Band 2, *Lusitanistischer Teil*, Frankfurt am Main: TFM. (Beihefte zu Lusorama, 1. Reihe; 5), págs. 59-74.
- Schäfer, Barbara (1993d): «Zwei Grammatiken von 1771: die *Gramática de la lengua castellana* der *Real Academia Española* und *Lobatos Arte da grammatica da lingua portuguesa*», em: *Lusorama* 21 (Juni 1993), págs. 20-33.
- Schäfer, Barbara (1993e): «Die Verbalmodi in den Grammatiken von Manuel Alvares (1572) und Bento Pereira (1672)», em: *Historiographia Linguistica* 20/2-3, págs. 283-308.
- Schäfer, Barbara (1994): «'A escola sensualista passou de moda': Die französischen Ideologen bei Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo», em: Schlieben-Lange / Bergandi / Bernecker / Dräxler / Pabst / Volck-Duffy (1994, IV: 209-221).
- Schäfer, Barbara (1995): «Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822», em: *Romanistik in Geschichte und Gegenwart* 1/1, págs. 63-88.

- Schäfer-Prieß, Barbara (2002): «Spanische und portugiesische Grammatikographie in Kontakt: Pedro José da Fonseca, Jerónimo Soares Barbosa und die spanische Akademie-Grammatik von 1771», em: Große, Sybille / Schönberger, Axel (Hrsg.) (2002): *Ex oriente lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60. Geburtstag*, Frankfurt am Main: Valentia, págs. 367-374.
- Schäfer-Prieß, Barbara (2005): «Gramaticografia em contacto: as gramáticas portuguesas de Pedro José da Fonseca e Jerónimo Soares Barbosa e a Gramática de la lengua castellana da Real Academia Española de 1771», em: *Estudios Portugueses 5* ISSN 1579-6825, págs. 129-136.
- Schäfer-Prieß, Barbara (2010): «Os modos verbais nas gramáticas latino-portuguesas de Manuel Álvares (1572) e Bento Pereira (1672)», tradução por Rolf Kemmler, em: *Revista de Letras; II.ª Série 9*, págs. 121-153.
- Schäfer-Prieß, Barbara (2015): «A gramática racionalista em Portugal no século XVII: A obra de Amaro de Roboredo», em: Duarte, Sónia / Ponce de León [Romeo], Rogelio (orgs.): *A Gramática Racionalista na Península Ibérica*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, págs. 41-53.
- Schlieben-Lange, Brigitte (1981): «Die französische Revolution und die Sprache», em: *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik LiLi 11/41*, págs. 90-123.
- Schlieben-Lange, Brigitte (1983a): *Traditionen des Sprechens: Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*, Stuttgart, Berlin, Köln, Mainz: Verlag W. Kohlhammer.
- Schlieben-Lange, Brigitte (1983b): «Geschichte der Sprachwissenschaft und Geschichte der Sprachen», em: Cerquiglini, Bernard / Gumbrecht, Hans Ulrich (Hrsg.): *Der Diskurs der Literatur- und Sprachhistorie: Wissenschaftsgeschichte als Innovationsvorgabe*, Frankfurt am Main: Suhrkamp (suhrkamp taschenbuch wissenschaft; 411), págs. 464-491.
- Schlieben-Lange, Brigitte (1984): «Vom Vergessen in der Sprachwissenschaftsgeschichte: Zu den 'Ideologen' und ihrer Rezeption im 19. Jahrhundert», em: *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik LiLi 14/53-54*, págs. 18-36.
- Schlieben-Lange, Brigitte (1989a): «Überlegungen zur Sprachwissenschaftsgeschichtsschreibung», em: Schlieben-Lange / Dräxler / Knapstein / Volck-Duffy / Zollna (1989, I: 11-23.
- Schlieben-Lange, Brigitte (1989b): «Elemente einer pragmatischen Sprachtheorie in den Grammaires générales um 1800», em: *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik LiLi 19/76*, págs. 76-93.
- Schlieben-Lange, Brigitte (1989c): «Les Idéologues: ein Forschungsprogramm der Spätaufklärung», em: *Dialektik: Internationale Beiträge zur Philosophie und Wissenschaften 18*, págs. 295-311.
- Schlieben-Lange, Brigitte (1990): «Mongin, Idéologue de la Meurthe», em: Niederehe, Hans-Josef / Koerner, [E. F.] Konrad (eds.) (1990, II): *History and Historiography of Linguistics: Papers from the fourth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS IV), Trier, 24-28 August 1987: volume 2, 18th-20th Century*, Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company (Studies in the History of the Language Sciences; 51/2), págs. 541-557.

- Schlieben-Lange, Brigitte (1991a): «Hermeneutik und Serie», em: Schlieben-Lange / Bernecker / Broch / Dräxler / Volck-Duffy (1991, II: 307-318).
- Schlieben-Lange, Brigitte (1991b): «Okzitanisch: Grammatikographie und Lexikographie», em: Holtus / Metzeltin / Schmitt (1991, V, 2: 105-126).
- Schlieben-Lange, Brigitte (1992): «La Grammaire Générale dans les Ecoles Centrales», em: Schlieben-Lange / Bernecker / Broch / Dräxler / Volck-Duffy (1992, III: 213-226).
- Schlieben-Lange, Brigitte (1994): «*Letra, figura* und *força* bei Fernão de Oliveira, em: Schönberger, Axel / Zimmermann, Klaus (Hrsg.) (1994): *De orbis Hispani linguis litteris historia moribus: Festschrift für Dietrich Briesemeister zum 60. Geburtstag*, Frankfurt am Main: Domus Editoria Europæa, págs. 17-28.
- Schlieben-Lange, Brigitte / Dräxler, Hans-Dieter / Knapstein, Franz-Josef / Volck-Duffy, Elisabeth / Zollna, Isabel (Hrsg): (1989, I): *Europäische Sprachwissenschaft um 1800: Methodologische und historiographische Beiträge zum Umkreis der 'idéologie', Band 1*, 4 volumes, Münster: Nodus Publikationen.
- Schlieben-Lange, Brigitte / Bernecker, Roland / Broch, Ilona / Dräxler, Hans Dieter / Volck-Duffy, Elisabeth (1991, II): *Europäische Sprachwissenschaft um 1800: Methodologische und historiographische Beiträge zum Umkreis der "idéologie", Band 2*, Münster: Nodus Publikationen.
- Schlieben-Lange, Brigitte / Bernecker, Roland / Broch, Ilona / Dräxler, Hans Dieter / Volck-Duffy, Elisabeth (1992, III): *Europäische Sprachwissenschaft um 1800: Methodologische und historiographische Beiträge zum Umkreis der "idéologie", Band 3*, Münster: Nodus Publikationen.
- Schlieben-Lange, Brigitte / Bergandi, Marco / Bernecker, Roland / Dräxler, Hans Dieter / Pabst, Ilona / Volck-Duffy, Elisabeth (1994, IV): *Europäische Sprachwissenschaft um 1800: Methodologische und historiographische Beiträge zum Umkreis der "idéologie", Band 4*, Münster: Nodus Publikationen.
- Schmid, W[olfgang] P. (1986): «Eine revidierte Skizze einer allgemeinen Theorie der Wortarten», em: Swiggers / van Hoecke (1986: 85-99).
- Schmitter, Peter (1982): *Untersuchungen zur Historiographie der Linguistik: Struktur – Methodik – theoretische Fundierung*, Tübingen: Gunter Narr Verlag (Tübinger Beiträge zur Linguistik; 181).
- Schmitter, Peter (ed.) (1987a): *Zur Theorie und Methode der Geschichtsschreibung der Linguistik: Analysen und Reflexionen*, Tübingen: Gunter Narr Verlag (Geschichte der Sprachtheorie; 1).
- Schmitter, Peter (1987b): «Fortschritt: Zu einer umstrittenen Interpretationskategorie in der Geschichtsschreibung der Linguistik und der Semiotik», em: Schmitter (1987a: 93-124).
- Schmitter, Peter (1990): «Historiographie und Metahistoriographie», em: Hüllen (1990: 35-48).
- Schmitter, Peter (1992): «'Narrativität' als metahistorischer Begriff», em: Schlieben-Lange / Bernecker / Broch / Dräxler / Volck-Duffy (1992, III: 41-61).
- Schmitter, Peter (2003): *Historiographie und Narration: Metahistorische Aspekte der Wissenschaftsgeschichtsschreibung der Linguistik*, Seoul; Tübingen: Sowadalmédia; Gunter Narr Verlag.
- [Schoppe, Kaspar] (<sup>1</sup>1628): *Pascasii Grosippi Mercvrvivs Bilingvis: Hoc est Nova facilisque ratio Latinae vel Italicae linguae intra vertentem annum addiscendae, In eorum vsum, qui alterutram earum linguarum iam intelligunt, Accessit*

- eiusdem Grammatica Philosophica Pro Linguae Latinae Magistris & Tironibuibus. scilicet Tirones magistri, Magistri autem Tirones fiant*, Mediolani: Apud Io. Baptistam Bidellium.
- [Schoppe, Kaspar] (<sup>2</sup>1629): *Pascasii Grosippi Rvdimenta Grammaticae Philosophicae: Et eiusdem Mercvrius Biblingvis, In vsum Tironum paucis mensibus linguam Latinam perdiscere auientium*, Mediolani: Apud Io. Baptistam Bidellium.
- Sebeok, Thomas A[lbert] (ed.) (1975, I-II): *Current Trends in Linguistics: Volume 13, Historiography of Linguistics*, The Hague; Paris: Mouton.
- Serrão, Joel (s. d.): *Pequeno dicionário de história de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas.
- Serrão, Joel (<sup>4</sup>1980): *Cronologia Geral da História de Portugal*, 4.<sup>a</sup> Edição, Lisboa: livros horizonte (coleção horizonte; 42).
- Serrão, Joaquim Veríssimo (<sup>2</sup>1981-1986): *História de Portugal*, 7 volumes, 2.<sup>a</sup> edição revista, Lisboa: Editorial Verbo.
- Sgard, Jean (éd.) (1982): *Condillac et les problèmes du langage: Travaux présentés au colloque de Grenoble 9-11 octobre 1980*, Genève; Paris: Éditions Slatkine (Collection dix huitième hors collection; 9).
- Silva, António de Moraes (<sup>2</sup>1813, I-II): *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado*, 2 tomos, Lisboa: Na Typographia Lacerdina. [tomo primeiro: A=E; tomo segundo: F=Z].
- Silva, Inocêncio Francisco da (<sup>1</sup>1858-1958, I-XXIII): *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*; [a partir do volume IX: *continuado e ampliado por Brito Aranha*], 23 volumes, Lisboa: Na Imprensa Nacional, Obra reeditada em reprodução facsimilada, Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, s.d. [quaisquer referências e citações são feitas em conformidade com os volumes da primeira edição].
- Silva, Nady Moreira Domingues da (1990): *O sistema filosófico de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Ministério da Educação e Ciência (Biblioteca Breve; Série Pensamento e Ciência; 117). [tese de doutoramento, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 1978].
- Silva Neto, Serafim da (1957): *Manual de filologia portuguesa: História, Problemas, Métodos*, 2.<sup>a</sup> edição melhorada e acrescentada, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica (Biblioteca brasileira de filologia; 2).
- Silva Neto, Serafim da (<sup>4</sup>1986): *História da língua portuguesa*, 4.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro: Presença (Coleção linguagem; 11).
- Smith, Colin (1967): «Destutt de Tracy's Analysis of the Proposition», em: *Revue Internationale de Philosophie* 82, págs. 475-485.
- Sousa, Manuel Dias de (1784): *Nova escola de Meninos: na qual se propõem hum methodo facil para ensinar a lêr, escrever, e contar, com huma breve direcção para a educação do Meninos, Ordenada Para descanso dos mestres e utilidade dos Discipulos*, e dedicada a Maria Santissima Com o Soberano, e devotissimo titulo da Conceição, por Manoel Dias de Souza, Presbitero Secular, Bacharel formado em Canones, natural do Arcebispado de Braga, e Beneficiado no Bispado de Coimbra, Coimbra: Na Real Officina da Universidade.
- Spina, Segismundo (1987): *História da língua portuguesa III: Segunda metade do século XVI e século XVII*, São Paulo: Editora Ática (Série Fundamentos; 23).

- Springhetti, Emilio (1961-1962): «Storia e fortuna della Grammatica di Emmanuele Alvares, S. J.», em: *Humanitas* 13-14, págs. 283-304.
- Stéfanini, Jean (1981a): «De la grammaire aristotélicienne», em: Joly / Stéfanini (1977: 97-106).
- Stéfanini, Jean (1981b): «Un grammairien sensualiste: Destutt de Tracy», em: Geckeler, Horst / Schlieben-Lange, Brigitte / Trabant, Jürgen / Weydt, Harald (eds.) (1981, I): *Logos Semantikos: Studia Linguistica in Honorem Eugenio Coseriu 1921-1981*, vol. I: *Geschichte der Sprachphilosophie und Sprachwissenschaft*, Berlin; New York; Madrid: Walter de Gruyter; Editorial Gredos, págs. 229-236.
- Stegagno Picchio, Luciana (1959): – veja-se Barros (1959).
- Stegagno Picchio, Luciana (1982): «João de Barros: Diálogo em louvor da nossa linguagem», em: Stegagno Picchio, Luciana (1982, II): *La méthode philologique: Ecrits sur la littérature portugaise, II: La prose et le théâtre*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português (Coleção Civilização portuguesa; 5/2), págs. 281-313.
- Steinthal, H[eymann] (<sup>1</sup>1863): *Geschichte der Sprachwissenschaft bei den Griechen und Römern: mit besonderer Rücksicht auf die Logik*, Berlin: Ferd. Dümmler's Verlagsbuchhandlung Harrwitz und Gossmann.
- Steinthal, H[eymann] (<sup>2</sup>1890-1891, I-II): *Geschichte der Sprachwissenschaft bei den Griechen und Römern: mit besonderer Rücksicht auf die Logik*, zweite vermehrte und verbesserte Auflage Berlin: Ferd. Dümmler's Verlagsbuchhandlung.
- Steinthal, Heymann (1971): *Geschichte der Sprachwissenschaft bei den Griechen und Römern mit besonderer Rücksicht auf die Logik*, 2 volumes, edição fac-símile, Hildesheim; New York: Georg Olms Verlag. [Segunda impressão fac-similada da segunda edição acrescentada Berlin (1890-1891, I-II)].
- Stengel, Edmund (<sup>1</sup>1890): *Chronologisches Verzeichnis französischer Grammatiken vom Ende des 14. bis zum Ausgange des 18. Jahrhunderts, nebst Angabe der bisher ermittelten Fundorte derselben*, Oppeln: Eugen Franck's Buchhandlung (Georg Maske).
- Stengel, Edmund (<sup>2</sup>1976): *Chronologisches Verzeichnis französischer Grammatiken vom Ende des 14. bis zum Ausgange des 18. Jahrhunderts nebst Angabe der bisher ermittelten Fundorte derselben*, Neu herausgegeben mit einem Anhang von Hans-Josef Niederehe, Amsterdam: John Benjamins B.V.
- Störig, Hans Joachim (1975, I-II): *Kleine Weltgeschichte der Philosophie*, 2 volumes, Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag (Fischer Handbücher; 26).
- Swiggers, Pierre (1981): «La théorie du verbe dans la Grammaire de Port-Royal», em: *Zeitschrift für Französische Sprache und Literatur* 91/4, págs. 357-362.
- Swiggers, Pierre (1984): *Les conceptions linguistiques des Encyclopédistes: Étude sur la constitution d'une théorie de la grammaire au siècle des Lumières*, Heidelberg; Leuven: Julius Groos Verlag: University Press.
- Swiggers, Pierre (1985a): «L'article en français: l'histoire d'un problème grammatical», em: *Revue de Linguistique Romane* 49, pág. 379-409.
- Swiggers, Pierre (1985b): «Le *Donait françois*: La plus ancienne grammaire du français», em: Edition avec introduction par P.S., em: *Revue des Langues Romanes* 89:235-251.
- Swiggers, Pierre (1986): «Mot et partie du discours dans la grammaire française aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles», em: Swiggers / van Hoecke (1986: 38-74).

- Swiggers, Pierre (1986): *Grammaire et théorie du langage au dix-huitième siècle. "Mot", "Temps", "Mode" dans l'Encyclopédie Méthodique*. Lille: Presses Universitaires de Lille.
- Swiggers, Pierre (1990): «Reflections on (models for) linguistic historiography», em: Hüllen (1990: 21-34).
- Swiggers, Pierre (1982): – veja-se Girard (1982).
- Swiggers, Pierre / van Hoecke, Willy (dir.) (1986): *Mot et parties du discours, Word and Word Classes, Wort und Wortarten*, Leuven; Paris: Peeters, Leuven University Press (La pensée linguistique; 1).
- Swiggers, Pierre / Vanvolsem, Serge (1987): «Les premières grammaires vernaculaires de l'italien, de l'espagnol et du portugais», em: *Histoire Epistémologie Langage* 9/1, págs. 157-181.
- Teyssier, Paul (1980): «Jerónimo Cardoso et les origines de la lexicographie portugaise», em: *Bulletin des Etudes Portugaises et Brésiliennes* 41, págs. 7-32.
- Teyssier, Paul (<sup>4</sup>1990): *História da língua portuguesa*, tradução de Celso Ferreira da Cunha, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora (Coleção 'Nova Universidade': Linguística; 5).
- Thomas, Lothar (1944): *Geschichte der Philosophie in Portugal: Ein Versuch, I, Die Geschichte der Philosophie von den Anfängen bis Ende des 16. Jahrhunderts, ausschließlich der Regeneration der Scholastik*, Lisboa: Imprensa Barreiro.
- Torre, Manuel Gomes da (1990): «Quem foi o autor de 'A compleat account'», em: *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas* 7 ISSN 0871 1682, págs. 211-224.
- Torres, Amadeu (1982): «Gramaticalismo e especulação: A propósito da "Grammatica Philosophica" de Jerónimo Soares Barbosa», em: *Revista Portuguesa de Filosofia* 38/2, págs. 519-542. [artigo reproduzido em Torres (1998: 135-161)].
- Torres, Amadeu (1983): «Das fronteiras sem gramática à gramática sem fronteira: Contributo para a gramatologia franco-portuguesa», em: *Les Rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France: Actes du Colloque Paris, 11-16 octobre 1982*, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais. [artigo reproduzido em Torres (1998: 103-124)].
- Torres, Amadeu (1984): «Humanismo inaciano e artes de gramática: Manuel Alvares entre a 'ratio' e o 'usus'», em: *Bracara Augusta* 38/85-86, págs. 173-189. [artigo reproduzido em Torres (1998: 83-102)].
- Torres, Amadeu (1994): «A *Grammatica Philosophica* de Bernardo de Lima e Melo Bacelar», em: *Revista Portuguesa de Filosofia* 50 (Homenagem ao Prof. Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, janeiro-setembro de 1994), 1-3, págs. 459-466.
- Torres, Amadeu (1996a): «Introdução» – veja-se Bacelar (1996: 1-43).
- Torres, Amadeu (1996b): «Melo Bacelar, filósofo da "Grammatica", na lexicografia de setecentos», em: *Revista Portuguesa de Filosofia* 52/1-4 (Homenagem ao Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, janeiro-dezembro de 1996), págs. 935-943.
- Torres, Amadeu (1998): *Gramática e Linguística: Ensaio e outros estudos*, Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Instituto de Letras e Ciências Humanas, Centro de Estudos Linguísticos.
- Torres, Amadeu (2004): «O contributo conceptual das gramáticas filosóficas para a história da língua portuguesa», em: Brito, Ana Maria / Figueiredo, Olívia / Barros, Clara (Orgs.) (2004): *Linguística Histórica e História da Língua*

- Portuguesa: Actas do Encontro em Homenagem a Maria Helena Paiva, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 5-6 de Novembro de 2003*, Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, págs. 385-395.
- Torres, Amadeu (2005a): «Prolegómenos Bibliográficos» – veja-se Barbosa (2005: XIII-XVI).
- Torres, Amadeu (2005a): «Comentário» – veja-se Barbosa (2005: 3-35).
- Torres, Amadeu (2010): «O gramaticalismo filosófico de Jerónimo Soares Barbosa (1822) e os seus primeiros discípulos no Brasil», em: Assunção, Carlos / Fernandes, Gonçalo / Loureiro, Marlene (eds.) (2010): *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XV a séc. XIX): Projeção da linguística ibérica na América Latina, África, Ásia e Oceânia*, Volume I, Münster: Nodus Publikationen, págs. 851-864.
- Trabalza, Ciro (<sup>1</sup>1908): *Storia della grammatica italiana*, Milano: Ulrico Hoepli Editore-Libraio della Real Casa.
- Trabalza, Ciro (<sup>2</sup>1963): *Storia della grammatica italiana*. Bologna: Arnaldo Forni. [reedição de Trabalza (<sup>1</sup>1908)].
- Trindade, Patrícia de Castro (1989): «As Estruturas Mentais de um Português do Século XVIII: Jerónimo Soares Barbosa», dissertação de mestrado, Curitiba: Universidade Federal do Paraná,
- Tsiapera, Maria / Wheeler, Garon (1993): *The Port-Royal Grammar: Sources and Influences*, Münster: Nodus Publikationen.
- Varnhagen, F[rancisco] A[dolfo] de (1852): «Biographias de Brasileiros illustres ou de pessoas eminentes que serviram no Brazil ou ao Brazil: Antonio de Moraes Silva», em: *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil* 15, págs. 244-247.
- Vasconcellos, [José Augusto do Amaral] Frazão de (1933): *Ortografistas portugueses dos séculos XVI a XVIII*, Lisboa: Beleza. [trata-se da separata do artigo com o mesmo título na revista *A Língua Portuguesa* 3/8 (1933)].
- Vasconcelos, Carolina Michaëlis de / Braga, Teófilo (1897): «Geschichte der portugiesischen Litteratur», em: Gröber, Gustav (1897, II, 2): *Grundriss der romanischen Philologie*, II. Band, 2. Abteilung: *Die Litteraturen der romanischen Völker, Provenzalische Litteratur, Katalanische Litteratur, Geschichte der portugiesischen Litteratur, Die spanische Litteratur*, Straßburg: Karl J. Trübner..
- Vasconcelos, José Leite de (<sup>1</sup>1929): «A Filologia Portuguesa: Esboço Histórico (A proposito da reforma do Curso Superior de Letras de Lisboa), 1888», em: Vasconcelos, José Leite de: *Opúsculos: Volume IV, Filologia (Parte II)*, Coimbra: Imprensa da Universidade, págs. 837-919.
- Vaugelas, Claude Favre de (1687, I-II): *Remarques sur la langue françoise de M. de Vaugelas: utiles à ceux qui veulent bien parler et bien écrire*, Nouvelle Edition reveuë et corrigée, Avec des notes de T. Corneille. Tome premier, A Paris: chez Théodore Girard.
- Vázquez Cuesta, Pilar (1981): «O bilinguismo castelhano-português na época de Camões», em: *Arquivos do Centro Cultural Português* 16, págs. 807-827.
- Vázquez Cuesta, Pilar (1988): *A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes*, Tradução de Mário Matos e Lemos, Mem Martins: Publicações Europa-América (Coleção Saber; 204).

- Vázquez Cuesta, Pilar / Luz, Maria Albertina Mendes da (1980): *Gramática da língua portuguesa*, Lisboa: Edições 70.
- Vennemann, Theo / Jacobs, Joachim (1982): *Sprache und Grammatik: Grundprobleme der linguistischen Sprachbeschreibung*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft (Erträge der Forschung; 176).
- Verburg, Pieter Adrianus (1951): *Taal en functionaliteit: Een historisch-critische studie over de opvattingen aangaande de functies der taal vanaf de prae-humanistische philologie van Orleans tot de rationalistische linguïstiek van Bopp*, Wageningen: H. Veenman & Zonen.
- Verdelho, Telmo dos Santos (1981): *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica (textos de linguística; 5).
- Verdelho, Telmo dos Santos (1982): «Historiografia linguística e reforma do ensino: A propósito de três centenários: Manuel Alvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal», em: *Brigantia: Revista de Cultura* 2/4, págs. 347-383.
- Verdelho, Telmo (1995): *As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*, Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica (Linguística; 18).
- Verdelho, Telmo (2012): «Historiografia Linguística do Latim ao Português: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal», em: Kemmler, Rolf / Schäfer-Prieß, Barbara / Schoentag, Roger (Hrsg.): *Lusofone SprachWissenschaftsGeschichte I*, Tübingen: Calepinus Verlag (1. Reihe: Lusitanistische Sprachwissenschaft, Band 2), págs. 213-255. [reedição melhorada de Verdelho (1982)].
- Verney, Luís António (1991): *Verdadeiro método de estudar: Cartas sobre Retórica e Poética*, introdução e notas de Maria Lucília Gonçalves Pires, Lisboa: Editorial Presença (Clássicos Presença).
- Vilela, Mário (1982): «A 'Ilustração' na teoria da linguagem do Cardeal Saraiva (Homenagem a E. Coseriu, Tübingen, RFA, 1981)», em: *Boletim de Filologia* 27, págs. 411-425.
- Vogt-Spira, Gregor (1991): «Vox und littera: Der Buchstabe zwischen Mündlichkeit und Schriftlichkeit in der grammatischen Tradition», em: *Poetica* 23/3-4, págs. 295-327.
- Welte, Werner (1974, I-II): *Moderne Linguistik: Terminologie, Bibliographie: Ein Handbuch und Nachschlagewerk auf der Basis der generativ-transformationellen Sprachtheorie*, 2 volumes, München: Max Hueber Verlag (Sprachen der Welt).
- Williams, Edwin B[ucher] (<sup>2</sup>1968): *From Latin to Portuguese: Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*, Second edition, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Williams, Edwin B[ucher] (<sup>5</sup>1991): *Do Latim ao Português: Do Latim ao Português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*, Traduzido por Antônio Houaiss, 5.<sup>a</sup> Edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (Biblioteca Tempo Universitário 37).
- Winkelmann, Otto (1994): «Portugiesisch: Geschichte der Verschriftung», em: Holtus / Metzeltin / Schmitt (1994, VI, 2: 472-498).
- Woll, Dieter (1994a): «Portugiesisch: Grammatikographie», em: Holtus / Metzeltin / Schmitt (1994, VI, 2: 649-672).

- Woll, Dieter (1994b): «Bedeutung und Verwendung von *língua* und *linguagem* in den ersten portugiesischen Grammatiken von Fernão de Oliveira und João de Barros», em: Baum, Richard / Böckle, Klaus / Hausmann, Franz Josef / Lebsanft, Franz (Hrsg.): *Lingua et traditio: Geschichte der Sprachwissenschaft und der neueren Philologien, Festschrift für Hans Helmut Christmann zum 65. Geburtstag*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, págs. 57-75.
- Zollna, Isabel (1991): «*Imagination* und *image* in den Sprachtheorien um 1800», em: Schlieben-Lange / Bernecker / Broch / Dräxler / Volck-Duffy (1991, II: 187-201).